



Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)

Vol. I

Rute Maria Lopes Pardal

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em História

Tese orientada pela Professora Doutora Laurinda Abreu

ÉVORA, Setembro de 2013



Ao Pedro

Ao Nuno

Índice Geral

Resumo	ixx
Abstract	xx
Abreviaturas	xxi
Parte I - Das fontes à estrutura: percurso de um estudo	1
1 – Enquadramento teórico	1
2 – Fontes e métodos	11
3 – Questões e estrutura do trabalho	22
Parte II - Património e opções assistenciais: a Misericórdia de Évora nos séculos XVII-XVIII	26
Capítulo I – Os recursos disponíveis: estruturação dos rendimentos da Misericórdia de Évora	27
1 – Entre o purgatório e a terra: a patrimonialização da Misericórdia de Évora	29
2 - Vicissitudes da gestão patrimonial	42
Capítulo II – As despesas da Misericórdia no contexto local e nacional	57
Capítulo III – Escalas diferenciadas ou diferentes grupos? Entre a assistência <i>institucionalizada</i> e a assistência domiciliária	73
1 – Assistência domiciliária e assistência <i>institucionalizada</i> : antagónicas ou complementares?	73
2 – Assistência autocentrada? Doentes e <i>viajantes</i>	80
2.1 – Os pacientes do Hospital do Espírito Santo	80

2.2 – Os <i>viajantes</i>	88
3 – Assistência <i>institucionalizada</i>	98
4 – Assistência domiciliária	106
5 – Assistência <i>institucionalizada</i> e domiciliária: comportamentos em perspectiva	116
5.1 – As variáveis das oscilações	119
5.1.1 – O ambiente macro e micro económico	119
5.1.2 – Pressão demográfica?	125
5.1.3 – As opções do <i>mando</i>	132
6 – Assistência e custos diferenciados	147
Parte III - O universo dos assistidos: uma definição possível	156
Capítulo I – Definindo o universo da pobreza	157
1– Uma perspetiva geral da assistência domiciliária prestada pela Misericórdia de Évora	157
2 – Assistência com carácter regular	173
2.1– Provisamento de galinhas e carneiro aos <i>doentes das quadrelas</i>	173
2.2– A criação dos filhos dos pobres	181
2.3– As mesadas	186
3 – Assistência sem frequência definida	195
3.1– Esmolas avulsas	195
3.2– Assistência na morte	199

3.3 – Curas de “tinha” e de “alporcas”	203
3.4 – Provimento de sanguessugas	207
4 – Categorias invisíveis: as lacunas da informação nominal da assistência	211
5 – O perfil do pobre assistido pela assistência domiciliária da Misericórdia: breve apontamento	217
Capítulo II - Os outros ritmos de assistência aos residentes	221
1– As esmolas do Cabido da Sé de Évora	221
2 – O legado do Cónego Diogo Vieira Velho (administrado pela Misericórdia)	240
Capítulo III – Densidade e extensão da pobreza	249
1 – Os ritmos e a expressão da assistência domiciliária	249
2 – É possível quantificar a pobreza?	255
Parte IV - Diferentes usos sociais do <i>sistema</i> assistencial	264
Capítulo I – Distribuição dos recursos assistenciais: estratégias institucionais e de grupo	265
1 – Fundamentações metodológicas	265
2 – Os recursos da assistência sob a perspectiva dos administradores e dos beneficiários	272
Capítulo II – A centralidade da assistência formal na economia do pobre: uma visão optimista?	285
Capítulo III – Estratégias alternativas de sobrevivência?	308

1 – Endividamento	312
2 – Solidariedade familiar e vicinal	319
3 – Trabalho de mulheres e crianças	326
4 - Que outras estratégias?	333
Parte V – É possível conhecer os pobres?	344
Capítulo I – Representação e reprodução social da pobreza: percursos multigeracionais	345
Capítulo II – A decisão de recorrer à assistência: o momento e os motivos	371
1– Percursos ou ciclos de vida? Uma abordagem teórica	371
2 – Percursos de vida e estrutura familiar	373
3 – A estrutura agregada da pobreza	389
4 – Experiências de pobreza	394
4.1 – Alguns percursos de vida	394
4.2 – As elites locais na assistência formal	410
Conclusão	425
Fontes e bibliografia	434
Fontes	435
Bibliografia	442

Índice de Gráficos

Parte II

Gráfico nº 1 – Testamentos a favor da Misericórdia de Évora.....	29
Gráfico nº 2 – Estrutura patrimonial da Misericórdia.....	31
Gráfico nº 3 – Condição social dos testadores da Misericórdia de Évora (1507/1692).....	37
Gráfico nº 4 – Receitas da Misericórdia (1600/1680).....	43
Gráfico nº 5 – Receitas da Misericórdia (1680/1750).....	43
Gráfico nº 6 – Preços dos cereais em Évora e índice de renda da Misericórdia (1600/1680).....	46
Gráfico nº 7 – Preço dos cereais em Évora e índice de renda da Misericórdia (1681/1750).....	47
Gráfico nº 8 – Receitas da Misericórdia de Évora (1650/1700).....	52
Gráfico nº 9 – Receitas da Misericórdia de Évora (1701/1750).....	52
Gráfico nº 10 – Receitas, despesas e saldos da Misericórdia (1600/1680).....	57
Gráfico nº 11 – Receitas, despesas e saldos da Misericórdia (1681/1750).....	58
Gráfico nº 12 – Variação das despesas da Misericórdia de Évora por tipologia (1650/1700).....	59
Gráfico nº 13 – Despesas da Misericórdia por tipologia (1650/1700).....	64

Gráfico nº 14 – Despesas da Misericórdia por tipologia (1701/1750).....	65
Gráfico nº 15 – Evolução das despesas da Misericórdia de Évora (1650/1680).....	68
Gráfico nº 16 – Evolução das despesas da Misericórdia de Évora (1681/1750).....	68
Gráfico nº 17 – Despesas da Misericórdia de Évora e do Hospital (1650/1750).....	71
Gráfico nº 18 - Entradas mensais no Hospital do Espírito Santo (1554/1750).....	85
Gráfico nº 19 - Mortalidade no hospital do Espírito Santo (1554/1750).....	87
Gráfico nº 20 - Pessoas assistidas com cartas de guia - número de pessoas (1635/1650).....	92
Gráfico nº 21 – cartas de guia – (1635, 1663/1650).....	93
Gráfico nº 22 – cartas de guia (1700/1750).....	93
Gráfico nº 23 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência institucionalizada (1714/1750).....	101
Gráfico nº 24 - Episódios e pessoas na assistência institucionalizada (1714/1750).....	105
Gráfico nº 25 - Quantias absolutas gastas na assistência institucionalizada (1714/1750).....	105

Gráfico nº 26 – Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária (1635, 1650/1663).....	106
Gráfico nº 27 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária (1700/1750).....	109
Gráfico nº 28 - Episódios e Pessoas na assistência domiciliária (1650-1750).....	112
Gráfico nº 29 - Quantias absolutas gastas na assistência domiciliária (1650/1750).....	112
Gráfico nº 30 - Número de pessoas - assistência domiciliária e institucionalizada (com cartas de guia - (1714/1750)).....	115
Gráfico nº 31 - Número de episódios - assistência domiciliária e institucionalizada (com cartas de guia - (1714/1750)).....	115
Gráfico nº 32 - Quantias absolutas - assistência domiciliária e institucionalizada (com cartas de guia - (1714/1750)).....	116
Gráfico nº 33 – Assistência institucionalizada vs Assistência domiciliária (1714/1750).....	117
Gráfico nº 34 - Batismos e enterros em Évora (1606-1737.....	130
Gráfico nº 35 - Batismos e Óbitos (1737/1750).....	131
Gráfico nº 36 – Correlação quantias/pessoas (assistência institucionalizada (1714/1750)).....	134
Gráfico nº 37 – Correlação quantias/episódios (assistência institucionalizada (1714/1750)).....	134
Gráfico nº 38 – Correlação episódios/pessoas (assistência institucionalizada (1714/1750)).....	135

Gráfico nº 39 – Correlação quantias/pessoas (assistência domiciliária (1714/1750)).....	135
Gráfico nº 40 – Correlação quantias/episódios (assistência domiciliária (1714/1750)).....	136
Gráfico nº 41 – Correlação episódios/pessoas (assistência domiciliária).....	136
Gráfico nº 42 - Quantias absolutas despendidas na assistência domiciliária e institucionalizada (1714/1750).....	139
Gráfico nº 43 - Número de pessoas na assistência domiciliária e institucional (1714/1750).....	139
Gráfico nº 44 - Episódios na assistência domiciliária e institucionalizada (1714/1750).....	140
Gráfico nº 45 - Gastos por categoria na assistência institucionalizada (1714/1750).....	146
Gráfico nº46 - Gastos por pessoa e episódio na assistência institucionalizada (1714/1750).....	147
Gráfico nº47 - Gastos por pessoa e episódio na assistência domiciliária (1714/1750).....	148
Gráfico nº48 - Gastos por pessoa/categoria na assistência institucionalizada (1714/1750).....	149
Gráfico nº49 - Gastos hospitalares com os doentes (1714/1750).....	151

Parte III

Gráfico nº 1- Quantias totais despendidas pelos mordomos dos meses (1635, 1650/1663).....	158
Gráfico nº 2 – Curva de <i>Lorentz</i> e índice de <i>Gini</i> para as quantias totais despendidas pelos mordomos dos meses (1635, 1650/1663).....	159
Gráfico nº 3 – Quantias totais despendidas pelos mordomos dos meses (1700/1750).....	160
Gráfico nº 4 – Curva de <i>Lorentz</i> e índice de <i>Gini</i> para as Quantias totais despendidas pelos mordomos dos meses (1700/1750).....	161
Gráfico nº 5 – Percentagens das despesas com a assistência/administração da instituição (1635/1750).....	163
Gráfico nº 6 – Quantias medianas despendidas pelos mordomos dos meses (1635,1650/1663).....	164
Gráfico nº 7 - Quantias medianas despendidas pelos mordomos dos meses (1700/1750).....	164
Gráfico nº 8 – Proporção de cada tipo de assistência – 81635, 1650/1663, 1700/1750).....	165
Gráfico nº 9 – Gráfico de pareto para pessoas assistidas (1635, 1650/1663).....	168
Gráfico nº 10 – Gráfico de pareto para pessoas assistidas (1635, 1650/1663).....	169
Gráfico nº 11 – Gráfico de pareto para quantias (1635, 1650/1663).....	171
Gráfico nº 12 – Gráfico de pareto para quantias (1700/1750).....	171

Gráfico nº 13 – Galinhas (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	175
Gráfico nº 14 – Galinhas (quantia mediana 1700/1750).....	175
Gráfico nº 15 – Evolução anual de pessoas assistidas com galinhas (1635, 1650/1663-1700/1750).....	176
Gráfico nº 16 – Carneiro (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	179
Gráfico nº 17 – Carneiro (quantia mediana 1700/1750).....	179
Gráfico nº 18 – Evolução anual de pessoas assistidas com carneiro (1635, 1650/1663).....	180
Gráfico nº 19 – Criações (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	183
Gráfico nº 20 – Criações (quantia mediana 1700/1750).....	183
Gráfico nº 21 – Galinhas (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	175
Gráfico nº 21 - Evolução anual de crianças assistidas (1635, 1650/1663-1700/1750).....	184
Gráfico nº 22 – Mesadas (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	188
Gráfico nº 23 – Mesadas (quantia mediana 1700/1750).....	188
Gráfico nº 24 - Evolução anual de pessoas assistidas com mesada (1635, 1650/1663-1700/1750).....	190
Gráfico nº 25 - Mesadas providas e pagas (1635,1650/1663-1700/1750).....	192

Gráfico nº 26 – Esmola avulsas [assistência ⁴] (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	195
Gráfico nº 27 – Esmola avulsas [assistência ⁴] (quantia mediana 1700/1750).....	195
Gráfico nº 28 – Esmola avulsas [assistência ⁴] (quantia média 1635, 1650/1663).....	197
Gráfico nº 29 – Esmola avulsas [assistência ⁴] (quantia média 1700/1750).....	197
Gráfico nº 30 - Evolução anual de pessoas assistidas com esmolas avulsas (1635, 1650/1663-1700/1750).....	198
Gráfico nº 31 – Missas, mortalhas e enterros [assistência ²] (quantias medianas 1635, 1650/1663).....	201
Gráfico nº 32 – Missas, mortalhas e enterros [assistência ²] (quantias medianas 1700/1750).....	201
Gráfico nº 33 - Evolução anual de pessoas assistidas missas, mortalhas e enterros (1635, 1650/1663-1700/1750).....	202
Gráfico nº 34 Cura de tinha e alporcas [assistência médica ⁴] (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	205
Gráfico nº 35 Cura de tinha e alporcas [assistência médica ⁴] (quantia mediana 1700/1750).....	205
Gráfico nº 36 - Evolução anual de crianças curadas (1635, 1650/1663-1700/1750).....	207
Gráfico nº 37 [assistência médica ⁵ -Sanguessugas] (quantia mediana 1635, 1650/1663).....	209

Gráfico nº 38 [assistência médica5-Sanguessugas] (quantia mediana1700/1750).....	209
Gráfico nº 39 - Evolução anual de pessoas assistidas com sanguessugas (1635, 1650/1663-1700/1750).....	211
Gráfico nº 40 - Quantias despendidas com as esmoladas da porta, quadrelas e bacias (1650/1663-1700/1750).....	215
Gráfico nº 41 - Estimativa do número de pessoas assistidas: esmoladas da porta e das quadrelas (1650/1663-1700/1750).....	216
Gráfico nº 42 - Total de esmoladas e total de pessoas (1716/1731).....	225
Gráfico nº 43 - Distribuição das esmoladas do Cabido pelos meses (1716-1731).....	229
Gráfico nº 44 - Totais de esmoladas do Cabido em cereais (1716/1731)....	230
Gráfico nº 45 - Estado civil dos esmolados (1716/1731)	233
Gráfico nº 46 – Justificação do pedido de esmoladas (1716/1731).....	233
Gráfico nº 47 – Profissões (1716/1731).....	235
Gráfico nº 48 - Somatório das esmoladas em dinheiro - (1676/1732).....	242
Gráfico nº 49 - Somatório das esmoladas em trigo - (1676/1732).....	243
Gráfico nº 50 - Esmola média de dinheiro por pessoa - (1676/1732).....	244
Gráfico nº 51 - Esmola média de trigo por pessoa (1676-1732).....	245
Gráfico nº 52 - Profissões dos Esmolados e dos Cônjuges/Pais - (1676/1732).....	246

Parte IV

Gráfico nº 1 – Quantias totais recebidas da Misericórdia por indivíduo e categoria.....	275
Gráfico nº 2 - Quantias totais de assistência domiciliária recebidas por categoria.....	278
Gráfico nº 3 - Coeficiente de variação mensal do peso da assistência em relação aos salários (categoria B).....	289
Gráfico nº 4 - Estimativa dos rendimentos dos elementos da categoria A.....	303
Gráfico nº 5 - Peso da Assistência em relação a outros rendimentos da categoria A.....	305

Parte V

Gráfico nº 1 – Frequências do número de pessoas por agregado.....	357
Gráfico nº 2 – Dimensão do agregado familiar.....	377
Gráfico nº 3 – Número de filhos por agregado.....	380
Gráfico nº 4 – Coeficiente 1.....	383
Gráfico nº 5 – coeficiente 2.....	384
Gráfico nº 6 – Medidas estatísticas da dimensão do agregado.....	385
Gráfico nº 7 - Quantias recebidas por Maria Toscana (1733/1750).....	396
Gráfico nº 8 - Meses decorridos entre episódios (Maria Toscana – 1733/1750).....	397

Gráfico nº 9 - Quantias recebidas por Catarina de Bastos (1700/1736)...	398
Gráfico nº 10 - Meses decorridos entre episódios (Catarina de Bastos - (1700/1736)).....	399
Gráfico nº 11 - Quantias recebidas por Teodora de Oliveira (1726/1749).....	401
Gráfico nº 12 - Meses decorridos entre episódios (Teodora de Oliveira - 1726/1749).....	402
Gráfico nº 13 - Quantias recebidas por Antónia Tavares (1719/1746).....	404
Gráfico nº 14 - Meses decorridos entre episódios (Antónia Tavares (1719/1746)).....	405
Gráfico nº 15 - Quantias recebidas por Leonor de Oliveira das Chagas (1729/1733).....	406
Gráfico nº 16 - Meses decorridos entre episódios (Leonor de Oliveira da Chagas - (1729/1733)).....	407
Gráfico nº 17 - Quantias recebidas por Teodósia da Luz (1730/1736).....	409
Gráfico nº 18 - Meses decorridos entre episódios (Teodósia da Luz - (1730/1736)).....	409
Gráfico nº 19 - Quantias recebidas por Mariana do Rego Maldonada (1712/1725).....	411
Gráfico nº 20 - Meses decorridos entre episódios (Mariana do Rego Maldonada - (1712/1725)).....	411

Gráfico nº 21 - Quantias recebidas por Maria de Moncada (1728/1735).....	414
Gráfico nº 22 - Meses decorridos entre episódios (Maria de Moncada - (1728/1735)).....	415
Gráfico nº 23 - Quantias recebidas por Cecília Maria de Macedo (1722/1742).....	417
Gráfico nº 24 - Meses decorridos entre episódios (Cecília Maria de Macedo (1722/1742)).....	418
Gráfico nº 25 - Quantias recebidas Matias Monteiro da Silveira (1728/1750).....	419
Gráfico nº 26 - Meses decorridos entre episódios (Matias Monteiro da Silveira - (1722/1742)).....	420
Gráfico nº 27 - Quantias recebidas por Nicolau Barreto de Andrade (1704/1735).....	422
Gráfico nº 28 - Meses decorridos entre episódios (Nicolau Barreto de Andrade - (1704/1735)).....	422

Índice de Mapas

Mapa nº 1 – Propriedades da Misericórdia de Évora – séculos XVI-XVII.....	33
Mapa nº 2 Origem geográfica dos utentes da rede assistencial de Évora Séculos XVI-XVIII.....	82
Mapa nº 3 – Distribuição geográfica das esmolas do Cabido da Sé de Évora.....	239

Índice de Quadros

Parte II

Quadro nº 1 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência institucionalizada (1714/1750).....	102
Quadro nº 2 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária (1635, 1650/1663).....	107
Quadro nº 3 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária (1700/1750).....	110
Quadro nº 4 – Correlações na assistência domiciliária.....	122
Quadro nº 5 - Correlações na assistência institucionalizada.....	122
Quadro nº 6 - Correlações entre a Assistência Domiciliária e a Institucionalizada - 1714/1750.....	137

Parte III

Quadro nº 1- Frequências absolutas e relativas das quantias despendidas pelos mordomos dos meses (1635, 1650-1663, 1700/1750).....	159
Quadro nº 2 – Frequências absolutas e relativas das quantias despendidas pelos mordomos dos meses (1635, 1650-1663, 1700/1750).....	161
Quadro nº 3 – Sexos e estado civil por tipologia de assistência.....	218
Quadro nº 4 – Indivíduos que receberam esmola do Cabido repetidamente.....	227
Quadro nº 5 – Esmolas do cabido em dinheiro.....	231
Quadro nº 6 – Número de ocorrências na assistência domiciliária por cada utente.....	250
Quadro nº 7 – Número de ocorrências na assistência domiciliária por cada utente 1635, 1650/1663.....	251
Quadro nº 8 – Número de ocorrências na assistência domiciliária por cada utente 1700/1750.....	252
Quadro nº 9 – Percentagem de pessoas assistidas em relação ao número de habitantes.....	257

Parte IV

Quadro nº 1- Quantias recebidas por categoria.....	274
Quadro nº 2 – Quantias totais de assistência domiciliária recebidas por categoria.....	277
Quadro nº 3 – Contratos de empréstimo.....	317

Parte V

Quadro nº 1 – Síntese de cargos e assistência – categoria A (elite local).....	350
Quadro nº 2 – Síntese de valores médios de idades ao casamento, nascimento de filhos antes e depois da primeira assistência.....	364
Quadro nº 3 – Medidas estatísticas da dimensão do agregado.....	378
Quadro nº 4 – Medidas estatísticas da do número de filhos.....	380
Quadro nº 5 – Coeficiente 1.....	383
Quadro nº 6 – Medidas estatísticas do coeficiente 2.....	384
Quadro nº 7 – Medidas estatísticas do coeficiente 3.....	385
Quadro nº 8 – Medidas estatísticas da dimensão do agregado.....	389

Resumo

Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)

A presente dissertação desenvolve-se em torno das práticas de caridade e assistência vivenciadas em Évora entre 1650 e 1750 e organiza-se a partir de duas perspetivas de análise: a primeira centra-se nas instituições de assistência, nos seus administradores e nas suas opções enquanto distribuidores de recursos. A segunda desloca-se para a comunidade, procurando as famílias e/ou os indivíduos que, em algum momento da sua vida, foram considerados pobres, ou se apresentaram como tal e, nessa condição, beneficiaram de apoio formal. Como suporte a ambas, procedemos a uma análise de índole comparativa, colocando a realidade de Évora no contexto nacional e europeu, com o objetivo de encontrar resposta às questões que guiaram toda a investigação: que significava ser pobre em Évora, no período moderno? Quem eram os pobres e quantos eram? Que tipo de apoio lhes era concedido e que significado tinha nas suas vidas? Como se relacionaram os *pobres* com as instituições que os assistiam, isto é, com a Misericórdia de Évora, que também administrava o legado do cónego Diogo Vieira Velho que, como se verá, obedecia a lógicas próprias, e com o Cabido da Sé? No decorrer da análise demonstrar-se-á que o recurso à assistência foi apenas uma das várias estratégias de sobrevivência usadas pelos pobres – por aqueles que tinham nas galinhas que recebiam mensalmente algum conforto numa vida de miséria, mas também por aqueles outros que recorriam à assistência no contexto de dívidas contraídas para casar uma filha ou colocá-la num convento. Duas situações-extremas, de uma realidade que se revelou extramente complexa e plural, que não se deixou captar com facilidade, mesmo quando se recorreu ao cruzamento de uma enorme variedade de fontes e se reconstituiu diversos percursos de vida.

Abstract

Charity and *Poor Relief* in Évora (1650-1750)

This thesis deals with charity and poor relief policies and practices in Évora between 1650 and 1750 and is organized in two analytical perspectives: the first one focuses on the poor relief institutions, their administrators and their options as distributors of resources. The second moves to the community, looking for the families and/or the individuals who, at some moment in their lives, were considered poor, or introduced themselves as such, getting access to the formal poor relief support. In order to analyze both we developed a comparative approach, integrating Évora in the national and European framework, trying to find answers to the questions that guided the research: what meant to be poor in Évora in the early modern period? Who were the poor and how many were they? What kind of support was given to them and which relevance had it in their lives? How the poor have managed their relationship with the poor relief institutions, that is to say, with the Misericórdia de Évora, also responsible for the legacy of the canon Diogo Vieira Velho, and the Cathedral Chapter? During this analysis we'll demonstrate that the poor relief was only one of the multiple survival strategies used by the poor - by those who monthly received some chickens, but also by those who counted on poor relief after have spent their incomes to marry a daughter or make her enter into a convent: two extreme situations, from a very complex universe, not easily understandable, even when we cross several different documental sources trying to reconstructing some life courses

Abreviaturas

ADE – Arquivo Distrital de Évora

ACE – Arquivo do Cabido da Sé de Évora

ACME – Arquivo da Câmara Municipal de Évora

ASCME – Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora

BPE – Biblioteca Pública de Évora

IAN/TT – Institutos dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Cit. – Citado

Cf. – Confronte

Maxime – sobretudo

S.l. – Sem lugar

S.n. – Sem editora

S.D. – Sem data

Parte I

Das fontes à estrutura: percurso de um estudo

1 – Enquadramento teórico

O percurso desta dissertação de doutoramento iniciou-se há mais de uma década quando, no seminário de História Moderna do curso de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, tomámos contacto com as questões da caridade e da assistência enquanto campo de trabalho historiográfico. No contexto da dissertação de mestrado, ao estudarmos as elites locais de Évora durante o período Filipino, fizemos uma primeira abordagem à vertente assistencial da Misericórdia e tivemos oportunidade de verificar as enormes potencialidades do seu espólio documental. A posterior participação em projetos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia possibilitaram-nos aprofundar o conhecimento sobre outras instituições e mecanismos de assistência existentes em Évora no período moderno, nomeadamente os ligados à Igreja e à caridade privada, ultrapassando o âmbito da assistência institucional¹.

As aprendizagens realizadas neste contexto permitiram-nos desenhar um projeto de doutoramento que à partida sabíamos dispor de uma base documental segura e de grande fiabilidade. A participação em encontros científicos, nacionais e internacionais, foi fundamental para o alargamento das perspetivas de análise, abordagens e diálogos interdisciplinares. A partir deles foi-nos possível estabelecer as grandes tendências

¹ Projetos coordenados pela Professora Doutora Laurinda Abreu: *Decisão política, necessidades colectivas e afirmação profissional: o Hospital de Todos os Santos em perspectiva*. PTDC/HIS-HIS/113416/2009; *Os utentes do sistema de assistência entre a população de Évora: a importância das bases de dados demográficas (1535-1800)*. PTDC/HAH/68482/2006; *O sistema de caridade e a assistência: apropriação social, trajetórias sociais, discursos institucionais. O caso da região de Évora (séculos XV-XVIII)*. POCTI/HAR/60416/2004. *O Papel das Misericórdias na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime: o caso de Évora*. POCTI/33560/HR/2000.

historiográficas internacionais no domínio das práticas de caridade e assistência, de forma a melhor enquadrar o nosso trabalho e entender a situação de Évora. Pelo seu carácter algo pedagógico, no início do caminho foi-nos de extrema importância o trabalho de Charles Parker², desenvolvido a partir dos estudos de Natalie Zemon Davis³ e de Brian Pullan⁴: por ele tivemos contacto com uma visão da situação europeia no contexto da Reforma que recusava, como tantos outros historiadores – haveríamos de constatar posteriormente –, uma cisão em termos de práticas assistenciais de base confessional. Em alternativa, defendia um cenário comum, onde imperavam as raízes medievais e humanistas dos movimentos reformistas do século XVI, pressionados por um crescimento populacional sem precedentes e pelo aumento generalizado da pobreza em resultado das alterações de índole socioeconómica. Com Charles Parker acompanhámos, desde a década de 1520, as cidades europeias, católicas e protestantes, a ensaiarem planos de controlo da mendicidade, laicizando as estruturas de assistência sob a tutela das instituições locais, municipais ou não⁵,

² Cf. Charles H. Parker, *The reformation of community. Social welfare and Calvinist charity in Holland, 1572-1620*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 1-19.

³ Cf. Natalie Zemon Davis, “Poor relief, humanism and heresy: the case of Lyon”, *Studies in Medieval and Renaissance History*, vol. 5, Lincoln, University of Nebraska Press, 1968.

⁴ Cf. Brian Pullan, *Rich and poor in Renaissance Venice: the social institutions of a catholic state*, Cambridge, 1971.

⁵ Recorde-se que em Portugal a assistência foi também uma competência das elites locais não através do município mas sim das Misericórdias, que reportavam ao rei. Contudo, apesar de se nortearem por princípios e valores religiosos, as Misericórdias eram instituições laicas de facto e *de jure*. Sobre estas questões veja-se, entre outros, os trabalhos de Laurinda Abreu, “A especificidade do sistema de assistência pública português”, *Arquipélago/História*, 2ª série, VI, Ponta Delgada, 2002, pp. 417-434. Laurinda Abreu, “O século das Misericórdias”, *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), *Série História*, 3, 2003, pp. 467-484. “O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do império”, *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII, nº3, 2001, pp. 591-611.E, Isabel dos Guimarães Sá, “A reorganização da caridade em Portugal no contexto europeu (1490-1600: Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno”, *Cadernos do Noroeste*, vol. II, nº 2, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Minho, pp. 31-63.

procurando reestruturar instituições, como os hospitais, que já não respondiam às novas necessidades e desafios sociais. Com Parker chegámos a Zemon Davis e ao seu trabalho sobre a *Aumône Générale* de Lyon observando como num cenário de crise urbana e pressão sobre as autoridades para reformarem os mecanismos assistenciais, protestantes e católicos haviam partilhado idênticas preocupações sociais, que conduziram ao estabelecimento de uma rede assistencial centralizada no município, que se haveria de tornar modelo para outros espaços europeus⁶. Brian Pullan seguia na mesma linha para Veneza⁷, e ambos os autores, impuseram, para recuperar Parker⁸, uma nova agenda de investigação sobre os sistemas de bem-estar europeus, que rapidamente se alargou a outras cronologias. No seguimento destes trabalhos, arrancavam os estudos na década de 1970 que, pese embora a diversidade temática e de alcance temporal, podiam ser organizados em três *famílias* ou tendências historiográficas: uma delas, que situou a análise num nível macro-histórico (ou de instrumentalidade económica); outra, centrada nos mecanismos de controlo e disciplina social, enquadrados pela produção legislativa; e uma terceira focada na identificação de sinergias entre a caridade privada e a assistência pública⁹. No primeiro grupo, Parker sublinhava o contributo de Fernand Braudel, que perspetivara as medidas reformadoras do século XVI como resultado da desestruturação do feudalismo e da emergência do capitalismo comercial¹⁰. Para Braudel interessavam as grandes estruturas,

⁶ Cf. Natalie Zemon Davis, “Poor relief, humanism and heresy: the case of Lyon”, *Studies in Medieval and Renaissance History*, vol. 5, Lincoln, University of Nebraska Press, 1968, pp. 217-175. Também, Pierre Gutton, Pierre, *La Société et Les Pauvres en Europe (XVI^e - XVIII^e siècles)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974.

⁷ Brian Pullan, *Rich and poor in Renaissance Venice... cit.*

⁸ Cf. Charles H. Parker, *The reformation of community... cit.*, p. 11.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 11-15.

¹⁰ Uma posição reafirmada na sua magistral obra, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, New York, Harper & Row, 1975.

os movimentos e os temas fraturantes, à maneira da história social dos fenómenos totais de forte inspiração na *Escola dos Annales*. Como Parker fez questão de enfatizar, e pudemos confirmar, esta tendência interpretativa encontrou em Catharina Lis e Hugo Soly os seus seguidores mais fiéis¹¹. Partindo da base estruturalista de Braudel, e de um renovado Marxismo, Lis e Soly viam na regulamentação da assistência aos pobres um instrumento de regulação do mercado de trabalho, num mundo onde o capitalismo procurava controlar os meios de produção e assegurar mão-de-obra barata. Nesta mesma linha interpretativa se haveriam de situar, um pouco mais tarde, e já alargando o âmbito da análise, as abordagens de Bronislaw Geremek¹² e de Robert Castel¹³. Ainda que com filiações académicas e percursos profissionais diferentes, estes dois autores punham a ênfase na proletarização e pauperização de boa parte da população camponesa decorrente do desmoronamento do sistema económico e social do feudalismo e conseqüente êxodo rural. Castel chegava mesmo a propor o surgimento de uma nova categoria analítica: a de mendigo proletário¹⁴. Independentemente das suas orientações ideológicas, estes investigadores trouxeram à discussão a importância das dinâmicas económicas, no desenho das políticas sociais, de saúde e de bem-estar¹⁵.

¹¹ Cf. Catharina Lis, Hugo Soly, *Pobreza y capitalismo en la Europa preindustrial (1350-1850)*, Madrid, AKAL, 1985.

¹² Cf. Bronislaw Geremek, *A Piedade e a Força - História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.

¹³ Cf. Robert Castel, *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995.

¹⁴ Ainda que o seu uso seja discutível na cronologia do Antigo Regime. Cf. Idem, *ibidem*, p. 156.

¹⁵ Todavia, como adverte Parker, a associação entre a disseminação das reformas no campo da assistência e a formação de uma economia de mercado não pode ser encarada de forma simplista, dando o exemplo de determinadas zonas em Espanha, onde o capitalismo comercial não teve grande implementação, mas as novas políticas assistenciais no século XVI foram postas em prática com tanta expressão quanto na Europa do norte. Uma conclusão certamente inspirada no trabalho de Linda Martz e no exemplo de Toledo no século XVI. Cf. Charles H. Parker, *The reformation of community ... cit.*, p. 12. E, Linda

A segunda tendência historiográfica enunciada está ligada ao estudo dos mecanismos legislativos tendentes ao controlo e disciplinamento social que condicionaram as políticas assistenciais. No processo de construção do Estado Moderno requeria-se uma sociedade bem organizada, o que supunha, pelo menos teoricamente, o controlo das práticas religiosas (independentemente da confissão em causa), da vida familiar e dos comportamentos sexuais. Michel Foucault foi o expoente máximo deste tipo de abordagem, que conceptualizou em políticas que designou como *le grand renferment*. Para Foucault, as soluções institucionais de disciplinamento social criadas entre os séculos XVI e XIX tiveram como objetivo expurgar da sociedade os comportamentos desviantes, usando para tal a pedagogia e a punição¹⁶. Na sua esteira, sem que necessariamente tivessem plena concordância com as suas interpretações, outros autores têm dado relevo à oposição entre os pobres “recompensados” com a assistência e aqueles que protagonizaram comportamentos socialmente criticáveis e institucionalmente punidos, como eram a mendicidade e a vagabundagem¹⁷. Sobre esta visão, Pieter Spierenburg relativizaria, recentemente, a origem institucional do controlo social, enfatizando a sua

Martz, *Poverty and welfare in Habsburg Spain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983. A mesma questão se aplicaria a Portugal, onde, como é sabido, excetuando Lisboa e alguns portos como Setúbal e Aveiro, animados pelo comércio do sal, foi difícil encontrar uma economia de mercado a uma escala alargada. Sobre o assunto veja-se, entre outros, Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755; aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990. Idem, *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999. Inês Amorim, *Aveiro e os caminhos do sal (séculos XV a XX)*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.

¹⁶ Cf. Michel Foucault, *Vigiar e Punir: nascimento da Prisão*, (29ª edição), Petrópolis, Editora Vozes, 2004. Idem, *Folie et déraison: Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Plon, 1961.

¹⁷ Essencialmente, Robert Jutte, *Poverty and Deviance in Early Modern Europe*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

coexistência com outras práticas coercivas informais existentes em diversos níveis da sociedade¹⁸.

Uma última grande tendência historiográfica sugere o desenvolvimento de uma nova análise que refuta a oposição entre assistência pública e privada, tão veemente defendida por W. Jordan nas décadas de sessenta e sessenta do século XX¹⁹. Em alternativa, Katryn Norberg, Maureen Flynn, Dorothy Brown e Elizabeth Mackeon, reclamam a importância das dinâmicas comunitárias no domínio da assistência ao longo do período moderno²⁰.

No processo de construção do enquadramento teórico do nosso trabalho haveríamos de verificar que estas novas abordagens beneficiaram, apesar das críticas que se lhe possa apontar, da inspiração metodológica e conceptual proveniente da micro-história²¹ e dos estudos da demografia histórica, muito particularmente dos realizados por Henry Fleury e Peter Laslett, que permitiram reconstruir famílias e agregados familiares²². Quando o desenvolvimento da informática permitiu o cruzamento das fontes de carácter assistencial com as demográficas iniciou-se uma nova

¹⁸ Cf. Pieter Spierenburg, “Social control and history: an introduction”, *Social Control in Europe*, vol. I, Herman Roodenburg, Pieter Spierenburg (eds.), Columbus, Ohio State University Press, 2004, p. 8. Assunto a que também tem dado relevo, ainda que em outros contextos, António Manuel Hespanha, “As faces de uma «revolução»”, *Penélope*, nº9/10, 1993, pp. 7-16.

¹⁹ Cf. Wilbur K. Jordan, *Philanthropy in England (1480-1660)*, London, Allen and Unwin, 1959.

²⁰ Entendidas sobretudo como práticas de caridade religiosa. Cf. Kathryn Norberg, *Rich and poor in Grenoble, 1600-1814*, Berkeley, 1985. Maureen Flynn, *Sacred charity: confraternities and social welfare in Spain (1400-1700)*, London, Macmillan, 1989. Dorothy M. Brown & Elizabeth Mckeown, *The poor belong to us: catholic charities in American welfare*, Cambridge, Mass., 1997. Cit in, Charles H. Parker, *The reformation of community... cit*, pp. 16-17.

²¹ Desenvolvida, como é do conhecimento geral, por Carlo Guinzburg, *O queijo e os vermes: o quotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das letras, 1998.

²² Sobe a questão do renascimento da demografia histórica e da importância de Laslett e Fleury neste processo, veja-se Patrice Bourdelais, “The renaissance of the historical demography, historical demography as a scientific phoenix”, *Befolkningshistoriska perspektiv*, Umeå, Umeå Universitet, 2004, pp. 23- 34.

etapa no estudo da assistência aos pobres, muito assente nos percursos de vida mas também nas estratégias de sobrevivência, quer individuais, quer familiares. Enfim, “recuperaram-se” os pobres como sujeitos da sua própria história, na interação com as instituições de caridade e assistência mas também com a sua comunidade. Da renovação historiográfica a que desde então se assistiu, sobretudo anglo-saxónica, devem obrigatoriamente referir-se autores como Tim Wales²³, Paul Slack²⁴, Steven King²⁵, Steve Hindle²⁶, Alannah Tomkins²⁷ e Catherine Lynch²⁸. O que nem sempre fica claro nas suas obras, independentemente da corrente que perfilham, ainda que na maioria dos casos a abordagem seja de índole institucional, é o suporte documental em que baseiam as suas teorias. Em Portugal, por todas as razões conhecidas, as Misericórdias dominaram a historiografia sobre a assistência²⁹. Se em 1997 Maria Antónia Lopes referia que o país não

²³ Cf. Tim Wales, “Poverty, poor relief and the life-cycle: some evidence from seventeenth-century Norfolk”, *Land, Kinship and Life-Cycle*, (Richard M. Smith Ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 1984, pp. 351-404.

²⁴ Cf. Paul Slack, *Poverty and Policy in Tudor and Stuart England*, London-New York, Longman, 1988.

²⁵ Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England (1700-1850): a regional perspective*, Manchester, Manchester University Press, 2000.

²⁶ Cf. Steve Hindle, *On the parish? The Micro-Politics of Poor Relief in Rural England (1550-1750)*, Oxford, Oxford University Press, 2009.

²⁷ Cf. Alannah Tomkins & Steven King, “Introduction”, *The poor in England (1700-1850): an economy of makeshifts*, Steven King; Alannah Tomkins, (eds.), Manchester, Manchester University Press, 2003, pp. 1-38.

²⁸ Cf. Katherine Lynch, *Individuals, Families, and Communities in Europe, 1200-1800. The urban foundations of the Western Society*, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 2003.

²⁹ Sem pretensões de esgotar a bibliografia que a partir da década de 1990 foi surgindo em torno das Misericórdias, devemos destacar os seguintes estudos: Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ...cit.*; Américo Fernando Silva Costa, *Sociedade Poder e Conflito. A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães – 1750-1820*, Braga, 1993; Manuel de Oliveira Barreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Pobreza e solidariedade (1600-1750)*, Coimbra, 1995; Maria Dina Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal, século XVIII: subsídios para a sua história*, Funchal, s.n, 1996; Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997;

dispunha de uma história da pobreza claramente definida³⁰, atualmente já se pode falar pelo menos na existência de uma nova história das Misericórdias³¹.

Foi a partir das discussões desenvolvidas pela historiografia portuguesa, enquadradas no vasto campo europeu, que definimos o problema central da nossa tese, depois operacionalizado em questões específicas que conduziram toda a investigação: analisar as práticas de caridade e assistência em Évora, no período moderno, procurando, tanto quanto possível, reconstituir o universo dos distribuidores de recursos assistenciais e o dos seus beneficiários. E que universo era este e quais eram os seus protagonistas? Seria possível distinguir comportamentos conforme os atores? E avaliar resultados em termos de economia familiar? Enquadravam-se as práticas de caridade e assistência verificadas em Évora nos estereótipos de pobreza, baseados em relações dissimétricas e verticais entre doadores e recetores³²? E que práticas, afinal? Que lugar às

Fernando Calapez Correia, *Elementos para a História da Misericórdia de Lagos, Lagos, Santa Casa da Misericórdia de Lagos*, 1998; Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*, Livros Horizonte, 1998; Ivo Carneiro de Sousa, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito Editores, 1999; António de Oliveira, “A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres”, *Memórias da Misericórdia de Coimbra – Documentação & Arte*, Coimbra, 2000; Isabel dos Guimarães Sá; *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Livros Horizonte, 2001.

³⁰ Cf. Maria Antónia Lopes, “Pobreza, asistencia y política social em Portugal en los siglos XIX e XX: perspectivas historiográficas”, *Ayer*, 25, 1997, pp. 211-240. Uma ideia que também resulta da ausência de referências aos estudos da pobreza na resenha historiográfica que José Tengarrinha fazia nesse mesmo ano. Cf. José Tengarrinha, “La historiografía portuguesa en los últimos veinte años”, *Ayer*, nº 26, 1997, pp. 19-63. Desenvolvimentos sobre mesmo assunto encontram-se em Maria Antónia Lopes, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de Estudo e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

³¹ O contributo que, a este nível, foi dado pelos *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* é, a vários níveis, notável.

³² Inspirados nas ideias de desigualdade e hierarquização social postuladas por Marcel Mauss. Cf. Marcel Mauss, “Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés primitives”, originalmente publicado em *l'Année Sociologique, seconde série, 1923-1924*.

tradicionais definições de pobreza envergonhada, assentes em atos sigilosos e no anonimato, quase sempre circunscritos a grupos sociais privilegiados³³? Seriam envergonhados os pobres identificados nas listas de esmolas, uma das nossas principais fontes documentais?³⁴ E os outros, que permaneciam sem rosto, diluídos sob o peso avassalador das instituições e das elites que as administravam?

Ora é precisamente a partir da perspectiva dos pobres que esta dissertação se organizará. O objetivo maior, provavelmente utópico, é o de os resgatar da condição de agentes passivos do *sistema*. Não quer isto dizer que perfilhemos uma análise reducionista, do tipo da *history from below*³⁵,

http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthro/2_essai_sur_le_don/essai_sur_le_don.html. Acedido em 28 de Agosto de 2012. Sobre o assunto veja-se ainda, Isabel dos Guimarães Sá,

“Estatuto Social e Discriminação: Formas de Selecção de Agentes e Receptores de Caridade nas Misericórdias Portuguesas ao Longo do Antigo Regime”, *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2002.

³³ Um conceito bem definido por Giovanni Ricci e que acabou por se tornar dominante na historiografia europeia. Cf. Giovanni Ricci, “Naissance du pauvre honteux: entre l'histoire des idées et l'histoire sociale”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 38e année, n° 1, 1983, pp. 158-177. Algumas considerações sobre a pobreza envergonhada em Portugal no período moderno podem ser encontradas em Isabel dos Guimarães Sá, “Estatuto Social e Discriminação: Formas de Selecção de Agentes e Receptores de Caridade nas Misericórdias Portuguesas ao Longo do Antigo Regime”, *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2002. E, Maria Antónia Lopes, “Imagens de pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia”, *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)* Maria José Azevedo Santos (coord.), Coimbra, Palimage/Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 93-123.

³⁴ Como sempre aconteceu na sociedade eborense dos séculos XVII e XVIII. Aqui, os assistidos nunca foram anónimos, sendo vários os casos como o de António Vidigal Salgado, membro da elite local de Évora que, em 1716, na sua petição de esmola ao Cabido da Sé de Évora referia que a sua pobreza era notória. Veja-se a petição transcrita no anexo V da alínea B dos anexos. Ou, ainda, o de Marta de Oliveira, moradora em Vila Viçosa, que solicitava ao Cabido que confirmasse junto dos seus conterrâneos na Universidade de Évora a sua pobreza e honradez. Veja-se a petição transcrita no anexo XXX da alínea B dos anexos.

³⁵ Desenvolvida por Edward Thompson em *The making of the English working class*, New York, Pantheon Books, 1964.

já que igualmente daremos atenção às instituições, às elites que as governavam e às suas opções assistenciais. Sem nunca esquecer o propósito inicial: dar rosto a alguns membros da comunidade que, em algum momento da sua vida, pelas mais variadas razões, recorreram à assistência, em Évora, no período moderno.

Apesar de, em termos gerais, este estudo se situar entre os séculos XVII e XVIII, a análise centrou-se entre 1650 e 1663 e entre 1700 e 1750. A opção por este período assenta no propósito de estudar permanências, ao invés das ruturas, usualmente preferidas pelos historiadores³⁶. Dos dois períodos, a primeira metade do século XVIII era a que mais se adequava aos efeitos pretendidos, por ser um período em que o *sistema assistencial* de Évora se encontrava estabilizado, depois das mudanças ocorridas no século XVI. Nesse sentido, a observação dos referidos anos de Seiscentos serviram a necessidade de testar as continuidades, analisando momentos de fricção social e política e de conjunturas económicas adversas.

2 – Fontes e Métodos

A principal base documental deste trabalho foi constituída a partir três núcleos fundamentais para a assistência prestada em Évora no tempo do nosso estudo: os livros de despesas dos “Mordomos dos meses” da Misericórdia de Évora, centrados na assistência domiciliária; o livro das esmolas do Legado do Cónego Diogo Vieira Velho e a documentação relativa às esmolas distribuídas pelo Cabido da Sé de Évora. Dos três, a série maior e mais complexa foi a da assistência domiciliária. De acordo com as premissas antes identificadas, fizemos o levantamento de dados

³⁶ Essa também é a opinião de Katherine Lynch em *Individuals, Families, and Communities in Europe, 1200-1800. The urban foundations of the Western Society*, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 2003.

relativos aos anos de 1635, 1650/1663 e 1700/1750³⁷, como mencionado. Para operacionalizar as informações recolhidas construímos uma base de dados em Access, suficientemente aberta para comportar uma imensa variedade das despesas realizadas diariamente pela instituição. A fonte apresentava-se de uma enorme complexidade porque os mordomos registavam todos os dispêndios efetuados, muitas deles sem ligação à assistência, como as designadas “miudezas”, que incluíam gastos tão díspares como os relacionados com aquisição de mobiliário, vinho, hóstias, papel, paramentos, pagamento de salários dos moços da sacristia e de pequenas obras e consertos, entre tantos outros. Começámos por recolher integralmente a informação constante em 27 livros³⁸, de que resultou uma base de dados com 149 390 registos: um volume de informação que imediatamente se revelou difícil de manusear, com muitos dilemas, mas também com muitas potencialidades. Sendo que, ao contrário das despesas ditas comuns, os dados da assistência eram nominais, o primeiro passo foi o da separação de ambos³⁹. Desta primeira seleção extraímos um conjunto de 120 258 registos, ainda assim com bastantes problemas. O maior era, sem dúvida, a existência de homónimos, que se não fossem eliminados prejudicariam irremediavelmente os resultados e, conseqüentemente, a análise. Procedemos então à uniformização de todos os nomes de modo a identificar, de forma inequívoca, cada indivíduo nos seus diferentes registos. Numa segunda fase, ainda preparatória, reduziram-se os dados a

³⁷ Cf. Arquivo Distrital de Évora (doravante ADE), Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora (doravante ASCME), *Criação esmolos, guias, quadrelas, despesas diárias*, 1º nº 1109 a 1110 (1635); 1º nº 1118 a 1º nº 1126 (1650-1659); 1º nº 258 (1660-1661); 1º nº 259 (1661-1663); 1º nº 1130 a 1º nº 1139 (1700-1750).

³⁸ Um assunto a que voltaremos para o aprofundar um pouco no ponto 1 do capítulo I da parte III deste trabalho.

³⁹ Como se verá adiante, à exceção, das esmolos das quadrelas às quartas-feiras e das esmolos da porta aos domingos, cujos nomes dos utentes não eram registados pelos mordomos dos meses. Confirma-se esta informação no ponto 4 do capítulo I da parte III.

tipologias suficientemente abrangentes de maneira a facilitar o tratamento estatístico, mas de modo a não desvirtuar a sua identidade e funcionalidade originais⁴⁰.

Ainda que incluída na Misericórdia de Évora, por ser sua universal herdeira, a série das esmolos do legado do cónego Diogo Vieira Velho obedecia a lógicas próprias e por isso teve de ser individualizada⁴¹. Com um âmbito cronológico alargado – referenciado nos catálogos como tendo início em 1676 e fim em 1766, mas, na verdade, finalizando em 1675 –, não se trata de uma série contínua, já que apresenta lacunas entre 1697 e 1710, período durante o qual o legado foi administrado pelo Convento da Cartuxa de Évora, a segunda opção testamentária do cónego, caso a Misericórdia não respeitasse as suas disposições, o que veio a acontecer no período indicado⁴². Estando organizada de forma simples, foi relativamente fácil trabalhar esta fonte, quer ao nível da recolha da informação, quer do desenho da base de dados. O que aliado à sua pequena dimensão facilitou a construção de uma base de dados relacional estruturada na relação de um-para-muitos, ou seja, a um indivíduo corresponderiam muitas esmolos. Desta forma foi possível evitar os registos duplicados para uma mesma pessoa. Ressalve-se ainda a riqueza informativa sobre os recetores das esmolos. Para além da indicação do nome, morada, dos pais ou cônjuges, incluíam também, com alguma regularidade, informações

⁴⁰ Deste modo foram criadas as tipologias de assistência que funcionaram, por assim dizer, como categorias operatórias na análise dos dados. A sua enumeração, contornos e evolução podem ser encontradas no capítulo I da parte III.

⁴¹ Cf. ADE, ASCME, *Livro das Esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou aos nobres pobres*, nº 1753, (1676/1766).

⁴² Conforme se pode confirmar no ponto no ponto 1 do capítulo II da parte III, onde se desenvolvem as circunstâncias do legado do cónego Diogo Vieira Velho. Ali se pode ler que os Cartuxos devolveram a administração destes bens à Misericórdia em Agosto de 1707. Todavia, como referido, o registo de esmolos pela Misericórdia só recomeçou em 1710.

socioprofissionais, o que se revestiu de especial importância dada a ausência deste tipo de dados na maioria dos restantes acervos documentais. A fonte em questão permitiu-nos construir uma base de dados com 3 845 registos e 1 065 pessoas.

Pouco maior, mas ainda mais rica ao nível da informação disponível, porque acrescenta os motivos que levaram os *pobres* à procura de assistência, permitindo, assim, perceber as razões das escolhas dos distribuidores dos recursos, foi a base de dados resultante das esmolas concedidas pelo Cabido da Sé de Évora. O corte cronológico que foi possível trabalhar – de 1716 a 1724 e 1731 – deu lugar a uma base de dados Excel com 829 registos nominais relativos a 782 pessoas⁴³.

Cada um destes três núcleos documentais mencionados (assistência domiciliária da Misericórdia, legado do cónego Diogo Vieira Velho e esmolas do Cabido) foi objeto de tratamento estatístico particularizado. Como se tratava da totalidade da população assistida e não de amostras da mesma, o tipo de análise utilizada foi o da estatística descritiva⁴⁴. Neste âmbito, procurou-se, ao nível da representação gráfica e síntese, definir as medidas de localização, dispersão, assimetria, achatamento e concentração,

⁴³ Cf. Arquivo do Cabido da Sé de Évora (doravante ACE), *Esmolas dadas pelo Cabido (séculos XVII e XIX)*, pasta nº 48, maço II não numerado. No contexto do formato diferente desta base de dados importa referir que a mesma foi criada e preenchida no âmbito do projeto atrás mencionado – *O Sistema de caridade e assistência. Apropriação social, trajetórias sociais, discursos institucionais. O caso da Região de Évora (séculos XV-XVIII)*.

⁴⁴ Por oposição à estatística inferencial que pressupõe um conjunto de técnicas que permitem a utilização de dados oriundos de uma amostra, com o propósito de estabelecer generalizações sobre a população. Sobre a divisão conceptual entre estatística descritiva e inferencial confira-se, entre outros, Bento Murteira, George Black, *Estatística Descritiva*, Lisboa, McGraw-Hill, 1983. Bento Murteira, *Análise exploratória de dados*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993.

recorrendo-se principalmente a histogramas, caixas de bigodes e curvas de pareto⁴⁵.

Como inicialmente afirmámos, interessava-nos apreender a realidade o mais completa possível e tal só era possível se comparássemos a informação resultante destes três núcleos a outras formas de assistência que tivessem existido na cidade no mesmo período. Procurámos então a assistência prestada em contexto de institucionalização – no sentido de internamento/recolhimento – que, na esmagadora maioria dos casos, e ao contrário da anterior, sabíamos por estudos anteriores, que tinha privilegiado indivíduos exteriores à cidade. Para a conhecermos socorremo-nos de outros núcleos documentais da Misericórdia, que não os da assistência domiciliária e os relativos ao cónego, e do Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade⁴⁶. No primeiro caso, analisámos os livros de receitas e despesas do Hospital do Espírito Santo⁴⁷, bem como os seus livros de registo de entradas, saídas e óbitos⁴⁸; os livros de pagamentos às amas dos enjeitados⁴⁹ e os livros de despesas relativos aos presos⁵⁰. No

⁴⁵ Por uma questão de uniformização, os histogramas, caixas de bigodes e curvas de *pareto* foram denominados “gráficos”. Estes últimos foram elaborados recorrendo ao *software Minitab*, versão 20.0.

⁴⁶ Cf. ADE, Fundo da Casa Pia de Évora, *Livro em que se asentão os moradores desta casa do hospital de Nossa Senhora da Piedade*, 1º nº 16 (1602-1643). Idem, *Entrada das recolhidas para o recolhimento de Nossa Senhora da Piedade*, 1º nº 191 (1744-1836).

⁴⁷ Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa*, 1º nº 1283 (1667-1668) a 1º nº 1290 (1674-1675); 1º nº 1305 (1675-1675) a 1º nº 1309 (1679/1680); 1º nº 1314 (1680-1681) a 1º nº 1318 (1684-1685); 1º nº 1323 (1685-1686) a 1º nº 1329 (1691-1692); 1º nº 1343 (1702-1703) a 1º nº 1351 (1712-1713); 1º nº 1365 (1713-1714) a 1º nº 1372 (1722-1723); 1º nº 1739 (1722-1723) a 1º nº 1386 (1729-1730); 1º nº 1395 (1730-1731) a 1º nº 1402 (1737-1738); 1º nº 1414 (1738-1739) a 1º nº 1422 (1746-1747); 1º nº 1442 (1747-1748) a 1º nº 1445 (1750-1751).

⁴⁸ Cf. ADE, ASCME, *Doentes, registo de entradas no hospital e falecimentos*, 1º nº 276 (1554-1562), a 1º nº 325 (1750-1751)

⁴⁹ Cf. ADE, ASCME, *Enjeitados: despesa, ordenados às amas*, 1º nº 423 (1568-1569) a 1º nº 430 (1621-1622), 1º nº 972 (1638/1639) a 1º nº 1071 (1749-1750).

segundo caso, socorremo-nos dos livros de entradas e saídas e de receitas e despesas do Recolhimento⁵¹.

Apesar de em todos estes livros, da Misericórdia e do Recolhimento, existirem séries mais ou menos estáveis a partir de 1667, para efeitos de tratamento estatístico, as descontinuidades impediram a utilização de todos os dados recolhidos. Se o fizéssemos incorreríamos naquilo que, em linguagem estatística, se denomina por “perdidos” (ou falhas), o que comprometeria irremediavelmente a fiabilidade das conclusões. Assim, a opção foi a de utilizar apenas o período cronológico mais estável em termos documentais nos quatro núcleos, ou seja de 1714 a 1750. Foi este período que serviu de base ao tratamento individualizado da assistência institucionalizada, assim como à sua comparação com a assistência domiciliária.

A complexidade da observação pretendida, e sobretudo a dimensão das bases de dados no seu conjunto, exigiu a utilização da linguagem R⁵², que permite manusear grandes volumes de dados. Por outro lado, a definição de diversas variáveis de análise na assistência domiciliária e institucionalizada⁵³, e a promoção de comparação entre ambas, obrigou ao recurso ao SPSS, que utilizámos essencialmente nos cálculos de

⁵⁰ Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: cadeia, presos*, 1º nº 2259 (1617-16178) a 1º nº 2269 (1626-1627); 1º nº 389 (1630-1631) a 1º nº 394 (1631-1632); 1º nº 1645 (1694-1697) a 1º nº 1657 (1711-1712); 1º nº 1577 (1714-1715) a 1º nº 1595 (1732-1733); 1º nº 1597 (1733-1734) a 1º nº 1614 (1750-1751).

⁵¹ Cf. ADE, ASCME, *Livro da despesa das compras desta casa do Hospital da Piedade*, 1º nº 26 (1667-1668) a 1º nº 76 (1750-1751).

⁵² Como o próprio nome indica, é uma linguagem integrada num software de computação estatística e gráfica. É de livre acesso e pode ser encontrada em “R Development Core Team (2012). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing”, Vienna, Austria. ISBN 3-900051-07-0, URL: <http://www.r-project.org/>

⁵³ E que são as variáveis de quantias, episódios e pessoas assistidas. Estabelecendo correlações entre elas no seio da assistência institucionalizada e da domiciliária, e depois a correlação das diferentes variáveis entre aqueles dois tipos de assistência. A este propósito confira-se o capítulo III da parte II.

correlações⁵⁴. No entanto, para estas, quando aplicadas à comparação entre a assistência domiciliária e institucionalizada, usámos o teste não paramétrico de Wilcoxon-Man-Whitney, devido à “não normalidade” dos dados, a qual foi testada recorrendo aos testes de Kolmogorov-Smimov e Shapiro-Wolf.

Para além destas fontes quantitativas principais, recorreremos ainda às receitas e despesas da Misericórdia de Évora⁵⁵ e aos livros de pobres enterrados pela instituição⁵⁶. Servimo-nos ainda do fundo dos registos paroquiais de Évora entre 1640 e 1770⁵⁷. Em ambos os casos, apesar de, na

⁵⁴ Sendo que para o efeito foi essencialmente usado o coeficiente de correlação de Pearson, já que a distribuição foi considerada normal, ou seja, os dados eram contínuos. Cf. Bento Murteira, *Análise exploratória de dados... cit.*. Fernanda Figueiredo et. al., *Estatística Descritiva e Probabilidades - problemas resolvidos e propostos com aplicações em R*, 2ª Edição, 2009, Escolar Editora. E, Anabela Afonso e Carla Nunes, *Estatística e Probabilidades. Aplicações e Soluções em SPSS*, Escolar Editora. (2010).

⁵⁵ Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: foros, rendas, juros, pitaças, títulos de dívida*, 1º nº 1182 (1605-1606) a 1º nº 1183 (1607-1608); 1º nº 1195 (1609-1610); 1º nº 1196 (1610-1611); 1º nº 1697 (1611-1612); 1º nº 1206 (1612-1613) a 1º nº 1210 (1616-1617); 1º nº 1230 (1626-1627) a 1º nº 1234 (1630-1631); 1º nº 1242 (1636-1637) a 1º nº 1246 (1640-1641); 1º nº 1255 (1641-1642) a 1º nº 1282 (1667-1668); 1º nº 1291 (1668-1669) a 1º nº 1294 (1671-1672); 1301 (1672-1673) a 1º nº 1322 (1687-1688); 1º nº 1330 (1688-1689); 1º nº 1341 (1704-1705) a 1º nº 1364 (1716-1717); 1º nº 1373 (1717-1718) a 1º nº 1377 (1720-1721); 1º nº 1737 (1721-1722) a 1º nº 1738 (1722-1723); 1º nº 1387 (1723-1724); 1º nº 1344 (1730-1731); 1º nº 1403 (1731-1732) a 1º nº 1413 (1739-1740); 1º nº 1423 (1740-1741) a 1º nº 1434 (1750-1751).

⁵⁶ Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: assento de defuntos, esmolos, enterros*, 1º nº 1552 (1605-1616); 1º nº 1553 (1616-1630); 1º nº 1557 (1630-1639); 1º nº 1560 (1639-1650), 1º nº 1570 (1650-1663); 1º nº 1571 (1663-1676), 1º nº 1574 (1676-1691); 1º nº 1575 (1691-1703); 1º nº 1352 (1703-1716); 1º nº 1353 (1716-1731), 1º nº 1408 (1732-1744); 1º nº 1409 (1747-1757).

⁵⁷ CF. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos de Santo Antão*, 1º nº 15 a 1º nº 28 (1744/1752). Idem, *casamentos de Santo Antão*, 1º nº 39 (1621-1644) a 1º nº 47 (1747-1757). Idem, *óbitos de Santo Antão*, 1º nº 53 (1694-1727) a 1º nº 55 (1747-1758). Idem, *baptismos de São Mamede*, 1º nº 6 (1645-1669) a 1º nº 10 (1748-1760). Idem, *casamentos de São Mamede*, 1º nº 15 (1569-1708) a 1º nº 17 (1707-1757). Idem, *óbitos de São Mamede*, 1º nº 20 (1707-1737) a 1º nº 21 (1737-1764). Idem, *baptismos de São Pedro*, 1º nº 4 (1640-1716) a 1º nº 5 (1716-1764). Idem, *casamentos de São Pedro*, 1º nº 4 (1649-1718), 1º nº 7 (1718-1755). Idem, *óbitos de São Pedro*, 1º nº 10 (1695/1793). Idem, *baptismos de Santiago*, 1º nº 2 (1689/1737) a 1º nº 3 (1737/1770). Idem, *casamentos de Santiago*, 1º nº 6 (1688/1755). Idem, *baptismos da Sé*, 1º nº 19

sua essência, se constituírem como fontes quantitativas por excelência, as receitas, as despesas e a série dos enterramentos, foram as que tiveram uma funcionalidade mais quantitativa, com o objetivo simultâneo de enquadrar as decisões institucionais e contextualizar as informações populacionais.

É inegável que os dados quantitativos tratados estatisticamente nos fornecem uma visão estrutural do fenómeno observado mas se considerados isoladamente, na sua forma pura, corre-se o risco de criar realidades ficcionadas⁵⁸. Por essa razão, tornou-se prioritário introduzir a análise qualitativa nesta dissertação, com o propósito de validar os resultados obtidos pelo tratamento estatístico, contrapondo-os com as decisões das instituições de assistência. Neste contexto foi importante a utilização de fontes como os livros de *Lembranças da Misericórdia*⁵⁹ e as *Actas da Câmara Municipal de Évora*⁶⁰.

Em termos de objetivos e escalas de análise planeadas, o pobre, a sua família e as suas estratégias de sobrevivência assumiram um lugar central neste trabalho. Para responder às questões atrás formuladas, investimos na reconstrução de percursos de vida, partindo para isso das séries

(1639-1645) a 1º nº 40 (1751-1754). Idem, *casamentos da Sé*, 1º nº69 (1636/1642) a 1º nº80 (1746/1758). Idem, *óbitos da Sé*, 1º nº 87 (1737-1751).

⁵⁸ Neste ponto deve ser introduzida a questão da significância quando se desenvolve um estudo em ciências sociais com uma forte componente de análise estatística. Importa questionar se deve ser descartado o que não é significativo em termos estatísticos. Será que uma variável que não tenha expressão em termos quantitativos deve ser esquecida? A resposta é negativa, pelas razões apontadas, relacionadas com o perigo de criação de realidades ficcionadas. Perigos que tendem a ser evitados com o recurso a informações qualitativas, que contextualizam os dados significativos e irrelevantes em termos estatísticos. Sobre os limites da estatística, ainda que mais direccionado para o ramo das probabilidades e da importância da aleatoriedade veja-se Nassim Nicholas Taleb, *The black swan: the impact of highly improbable*, New York, Random House, 2007.

⁵⁹ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 8 (1596-1602) a 1º nº 28 (1739-1764).

⁶⁰ ADE, Arquivo da Câmara Municipal de Évora (doravante ACME), *Colecção de actas*, 1º nº 22 (1660-1664) a 1º nº 43 (1749-1754).

quantitativas, cujos resultados guiarão a investigação nas fontes notariais⁶¹, nos testamentos⁶², nos livros de lançamento das décimas do concelho⁶³ e nos registos paroquiais. A sua função foi a de contribuir para uma explicação mais global do fenómeno da pobreza.

O desenvolvimento dos estudos na área das metodologias ligadas às ciências sociais demonstrou que nenhum método de investigação é superior a outro e que a análise em muito beneficia da combinação de diferentes métodos de recolha e tratamento da informação. Neste âmbito, nos últimos anos tem-se assistido a um investimento crescente nos modelos mistos⁶⁴, tendo cada vez mais aceitação a ideia de que quanto maior for a variedade de metodologias usadas para a observação de um determinado problema, maior será a fiabilidade dos resultados obtidos. Inicialmente aplicada à navegação marítima – conhecendo duas referências espaciais e a distância entre ambas, uma embarcação pode calcular a sua posição exata. Isto é, consegue-se determinar um ponto A através da observação de um ponto B e de um ponto C⁶⁵ –, a triangulação⁶⁶, cujo princípio estruturante tem por

⁶¹ Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 748, 1º nº 754 a 1º nº 765, 1º nº 768 a 1º nº 773, 1º nº 784, 1º nº 787, 1º nº 791 a 792, 1º nº 796, 1º nº 892 a 1º nº 899, 1º nº 901 a 1º nº 916, 1º nº 956, 1º nº 958, 1º nº 987 a 1º nº 989, 1º nº 993 a 1º nº 999, 1º nº 1003, 1º nº 1009, 1º nº 1012 a 1º nº 1016, 1º nº 1022 a 1º nº 1025, 1º nº 1031, 1º nº 1037 a 1º nº 1042, 1º nº 1051 a 1º nº 1060, 1º nº 1064 a 1º nº 1065, 1º nº 1073, 1º nº 1080, 1º nº 1085, 1º nº 1123 a 1º nº 1128, 1º nº 1133, 1º nº 1137, 1º nº 1141, 1º nº 1220 a 1º nº 1228.

⁶² Cf. ADE, *Provedoria da Comarca de Évora e Estremoz, colecção de testamentos*, caixa nº 22, nº 27, nº 55, caixa nº 24, nº 134, caixa nº 25, nº 62, nº 101, caixa nº 29, nº 56.

⁶³ Cf. ADE, ACME, *Livros do lançamento das décimas do concelho*, 1º nº 481 – (1698); 1º nº 497 e 1º nº 498 – (1705); 1º nº 503 – (1710); 1º nº 508 (1717); 1º nº 511 – (1722); 1º nº 515 – (1726) e 1º nº 516 – (1733).

⁶⁴ O conceito de métodos múltiplos é para Brewer e Hunter a combinação de diferentes tipos de métodos numa investigação, com o objetivo de ultrapassar as limitações da utilização de um só método. Defendem, por isso a triangulação como a forma mais comum de investigação com múltiplos métodos. Cf. John Brewer & Albert Hunter, *Foundations of multimethod research: synthesizing styles*, London, Sage publications, 1989, pp. 4-9.

⁶⁵ Como é fácil de entender, em ciências sociais esta determinação de um ponto nunca pode ser completamente precisa. Segundo Udo Kelle, nas ciências sociais o cálculo da localização de um local pela

base a ideia de que se uma teoria, ou hipótese, resiste à confrontação de vários tipos de metodologias tem mais validade do que se fosse testada apenas por um dos métodos⁶⁷, tornou-se um importante instrumento de trabalho para os investigadores sociais⁶⁸.

O tipo de triangulação mais frequentemente utilizado, que também seguimos, tem sido o da triangulação de métodos, numa simbiose entre os qualitativos e os quantitativos⁶⁹. O princípio basilar desta metodologia, que tem subjacente a complementaridade dos métodos qualitativos e

medida de diferentes pontos deve significar que o mesmo fenómeno social é tratado com diferentes métodos, para analisar diferentes aspetos do mesmo ou de diferentes fenómenos. Cf. Udo Kelle, “Sociological explanations between micro and macro and the integration of qualitative and quantitative methods”, *Qualitative social research*, vol. 2, 2001. Na verdade, a triangulação convergente foi inicialmente proposta na área da Psicologia por Campbell e Fiske. Segundo estes autores, as matrizes multi-metodológicas devem ser construídas usando coeficientes de correlação entre os resultados obtidos, com o objetivo de determinar o grau de convergência entre eles, identificando este último como indicador da validade dos resultados. Cf. D. T. Campbell & D. W. Fiske, “Convergent and discriminat validation by multitrait-multimethod matrix”, *Psychological bulletin*, nº 56, 1959, p. 81.

⁶⁶ Segundo Martin Oppermann o conceito de triangulação é comumente apresentado de duas formas: a divisão de uma área em triângulos para a medição do terreno e a medida e representação de uma área com recurso de triângulos, partindo do conhecimento da sua base, altura e ângulos. Cf. Martin Oppermann, “Triangulation: a methodological discussion”, *International Journal of Tourism research*, vol. 2, nº 2, pp. 141-145.

⁶⁷ Cf. Todd Jick, “Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action”, *Administrative science quarterly*, vol. 24, 1979, pp. 602-610.

⁶⁸ Atribui-se o incremento da teorização em torno da metodologia da triangulação a Norman Denzin, na obra lançada em 1978, *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*, New York, McGraw-Hill, 1978.

⁶⁹ Segundo Norman Denzin, a triangulação pode ser realizada de três formas: triangulação de dados, de investigadores, de teorias ou múltipla. A primeira implica a utilização de variadas técnicas de recolha de dados tendo como objetivo verificar os padrões e as tendências num universo ou universos de estudo, explorando tempos, espaços e indivíduos diferentes. Já a triangulação de investigadores consiste, como o próprio nome indica, no recurso a múltiplos observadores dos fenómenos em estudo, como forma de incrementar a confiança na informação recolhida, por oposição às técnicas tradicionais que preveem um só investigador. O terceiro tipo de triangulação é o de teorias, segundo o qual são utilizadas várias perspetivas teóricas para analisar o mesmo fenómeno, ou grupo de dados.

quantitativos, com o objetivo de conjugar e potenciar as virtudes de cada um deles⁷⁰, toma-os como instrumentos de investigação de um ou vários fenómenos, promovendo o seu entendimento e a sua explicação⁷¹. Na triangulação, qualquer que seja o tipo de combinações de metodologias escolhidas, o investigador direciona a investigação, estabelece escalas de análise, (micro e macro) e seleciona o núcleo da análise, para responder às questões surgidas ao longo da investigação⁷². Se o intento primitivo da triangulação foi a validação convergente dos dados, autores como Norman Blaikie⁷³, Janice Morse, Seung Chung⁷⁴, Jim Paul⁷⁵, entre outros, propuseram-se ir mais além, sugerindo que o investigador deve saber estabelecer um padrão de evolução na mistura dos resultados. Na sua avaliação, mesmo que a conjugação dos métodos quantitativos e qualitativos desemboque em resultados divergentes, estes não devem ser

⁷⁰ Cf. Janice Morse & Seung Chung “Toward holism: the significance of methodological pluralism”, *International journal of qualitative methods*, vol. 2, nº 3, 2003, pp. 13-20. Todd Jick “Mixing qualitative... cit.”.

⁷¹ Ambos os métodos são suscetíveis de ser combinados dentro desta categoria de triangulação metodológica, podendo distinguir-se entre a triangulação intra e inter métodos. No primeiro caso, o investigador utilizará diversas técnicas de um mesmo método na recolha e interpretação dos dados, com o objetivo de testar a consistência interna e a fiabilidade dos mesmos. Já na triangulação inter métodos prevê-se a utilização simultânea ou sequencial dos métodos quantitativos e qualitativos. Utilizando a triangulação na sua forma simultânea, os investigadores aplicam ao mesmo tempo os métodos quantitativos e qualitativos. Pelo contrário, se o uso dos métodos for sequencial, os resultados da utilização de um método são fundamentais para desencadear outro método numa segunda fase. Assim, o investigador pode aplicar um método quantitativo em primeiro lugar e depois um método qualitativo, podendo a ordem ser inversa, ou seja, quando o método qualitativo orienta a direção de uma segunda fase quantitativa. Cf. Norman Denzin, *Sociological methods: a source book*, Aldine publishing company, Chicago, 1970. 1970. Janice Morse & Seung Chung, “Toward holism... cit.”.

⁷² Cf. Morse & Chung, “Toward holism... cit.,” *maxime*, p. 18.

⁷³ Cf. Norman Blaikie, A critique of the use of triangulation in social research”, *Quality and Quantity*, nº 25, pp. 115-136.

⁷⁴ Cf. Morse & Chung, “Toward holism... cit.”

⁷⁵ Cf. Jim Paul, “Between Method triangulation”, *The international Journal of organizational Analysis*, vol. 4, nº 2, pp. 135-153.

descartados, uma vez que devem ser perspetivados como oportunidades para descobrir dinâmicas que estariam ocultas com a utilização de um único método. Com esta renovada perspetiva sobre a triangulação ganhou terreno uma descrição mais global, equilibrada e integrada, do objeto, ou do fenómeno em análise, para além da validação dos dados⁷⁶.

Na nossa ótica, esta última abordagem é a que melhor se adequa à problemática da assistência aos pobres em Évora nos séculos XVII e XVIII. O conhecimento prévio do *terreno* dava-nos segurança quanto à qualidade das fontes passíveis de tratamento quantitativo, mas também da existência de muita informação de cariz qualitativo. No entanto, o facto de primeiro se ter procedido à recolha dos dados seriais, acabou por ditar uma abordagem às fontes qualitativas guiada pelos resultados que iam surgindo da análise dos primeiros.

3 – Questões e estrutura do trabalho

Em Évora, como no resto do país, as Misericórdias tiveram um papel central na assistência, razão pela qual iniciámos o nosso trabalho pela Misericórdia de Évora. Começámos por acompanhar a sua estruturação patrimonial, a forma como cresceu e evoluiu, mas também as dificuldades que enfrentou decorrentes dos contextos económicos e políticos, e as respostas dadas pelos seus administradores face aos desafios que lhe iam sendo colocados. Privilegiou-se a análise das opções assistenciais na aplicação dos recursos da confraria, tendo como escala comparativa a realidade nacional, sempre que os estudos locais o permitiram. Esse foi

⁷⁶ Todavia, Morse e Chung consideram que uma vez que a triangulação proporciona uma visão global do objeto de estudo pode redundar no enviesamento da generalização abusiva, com a tendência para a elaboração de uma teoria geral através do agrupamento dos resultados obtidos. Cf. Idem, *ibidem*, *maxime* p. 19.

igualmente o ponto de partida da segunda parte deste trabalho, na qual também se questiona a oposição entre a assistência domiciliária e a institucionalizada, no quadro europeu. Neste âmbito, discutimos as decisões institucionais sobre a assistência aos forasteiros, confrontando-as com as medidas de apoio aos naturais de Évora, definindo os comportamentos nos dois sectores e testando as variáveis explicativas das opções realizadas.

Na parte III estreitámos a análise pretendendo entrar na difícil quantificação da pobreza e dos pobres assistidos no seu domicílio, acompanhando a intervenção da atividade da Misericórdia. A redução dos tipos de assistência em categorias e o tratamento agrupado pela frequência da distribuição resultou do conhecimento das lógicas distributivas da confraria mas também da comparação com idênticas situações, quer em Portugal, quer no resto da Europa, nos séculos XVII e XVIII. Alargámos depois o âmbito da investigação e entrámos no universo da assistência providenciada pelo Cabido da Sé de Évora e pelo legado do Cónego Diogo Vieira Velho, como já mencionado, também administrado pela Misericórdia. Depois de identificarmos dois grupos com características diferenciadas – um que correspondia aos padrões tradicionais da pobreza e outro mais ligado às elites locais –, quisemos saber quantos pobres existiam em Évora e a dimensão da sua pobreza.

A parte IV assume-se como tentativa de refinar a pesquisa, tornando-a mais profunda. Aqui foca-se a objetiva nos pobres propriamente ditos, nas suas relações com os administradores e estruturas da assistência. Questiona-se a centralidade da esmola formal nas suas vidas, esboçam-se outros meios que terão implementado para além da assistência institucional. De caminho, sonda-se a questão da difícil quantificação no universo das estratégias informais de sobrevivência.

Na parte V procuramos entrar na “intimidade” dos dois grupos de assistidos. Em primeiro lugar, procuram-se diferentes formas de representação e reprodução social dos indivíduos e das famílias pobres, ou das que se apresentavam como tal. Em segundo lugar, pretende-se encontrar as razões da sua entrada na assistência. Para isso introduzimos variáveis como a composição familiar e a sua mutabilidade ao longo do percurso de vida, individual e coletivo, enquanto agregado. Será nesse jogo entre as escalas individual e familiar que se tentará perceber se o recurso à assistência foi motivado por um único fator ou por um conjunto de condicionalismos que, eventualmente, terão interagido. O percurso termina com as experiências de pobreza nestes mesmos grupos, ou categorias sociais, como os tipificámos, medindo os ritmos, os tempos, os momentos e a quantidade de assistência recebida por alguns deles.

A construção de uma tese de doutoramento é um processo individual, mas não solitário. À medida que foi crescendo, este trabalho contou com a presença de pessoas e instituições, a quem cumpre agora agradecer. Na minha orientadora, Professora Doutora Laurinda Abreu, revejo o verdadeiro significado de um Mestre, raro nos dias que correm. Agradeço-lhe o rigor científico com que orientou este trabalho. Devo-lhe também o desafio constante da procura do crescimento intelectual, da inovação e da abertura de novas perspetivas. Num plano mais pessoal quero agradecer-lhe a sensibilidade, fundamental nos momentos vulneráveis ao longo dos últimos anos. Ao Professor Doutor Paulo Infante, docente do Departamento de Matemática da Universidade de Évora, devo o imenso trabalho de tratamento estatístico desta dissertação, a paciência e a boa disposição de que sempre usou ao ensinar-me um pouco mais de estatística, dando resposta às minhas solicitações, e foram muitas! As incorreções ser-me-ão

inteiramente imputadas. No plano institucional cumpre-me reconhecer o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que me concedeu bolsa de Doutoramento entre 2006 e 2009, sem a qual este trabalho não teria sido possível. Ao CIDEHUS-UÉ agradeço as melhores condições que viabilizaram uma parte da investigação no estrangeiro. Aos funcionários do Arquivo Distrital de Évora reconheço a estima pessoal construída, também, no contexto da investigação que conduziu à concretização deste trabalho. É um privilégio sentir-se em casa enquanto se trabalha. Aos meus amigos sou devedora dos momentos descompressão, permitida em cada encontro pelo alheamento do meio académico. Por último, quero expressar um reconhecimento profundo à minha família, pelo estímulo constante e apoio incondicional nos períodos de maior desalento. Uma referência especial ao meu pai, que sempre cede aos meus devaneios, e que entrou comigo em mais esta aventura. Fechar este ciclo não teria sido possível sem ele. Não posso terminar sem agradecer a força do seu exemplo de vida, dos seus ensinamentos, e dos da minha mãe que nos deixou demasiado cedo.

Parte II

Património e opções assistenciais: a Misericórdia de Évora nos séculos XVII-XVIII

Capítulo I - Os recursos disponíveis: evolução da estruturação dos rendimentos

Conforme anteriormente afirmado, a Misericórdia de Évora assumiu um papel central no panorama assistencial na cidade e sua área de influência, de resto, tal como acontecia com as suas congéneres espalhadas pelo reino e império. A análise do seu património, opções económicas e gestão financeira torna-se, neste contexto, imprescindível para que melhor se possa enquadrar a sua atividade assistencial. Devido às características deste trabalho não se pretende desenvolver um estudo exaustivo da vertente patrimonial da instituição, mas apenas apresentar os seus contornos gerais, para dar maior inteligibilidade ao fenómeno da pobreza em Évora e às opções implementadas para o combater. Importa ainda informar que não individualizamos as rendas provenientes do legado do cónego Diogo Vieira Velho, também administrado pela Misericórdia, e que deu origem a uma linha assistencial com um rumo próprio, como a seu tempo demonstraremos.

O facto de a Igreja estar relativamente ausente deste trabalho não significa que marginalizemos a sua importância no quadro da assistência nacional. A Igreja esteve presente na assistência aos pobres em Évora, mas não foi a instituição dominante, pelo menos de forma regular. Além disso, é muito difícil reconstruir o percurso do dinheiro que distribuiu aos pobres, perdido que ficou esse movimento na erosão do tempo, sem registos sistematizados, ao contrário da Misericórdia que, desde cedo, recebeu orientações precisas quanto à forma de organização do arquivo. Por todas estas limitações não analisaremos a composição das rendas do Cabido, ainda que as esmolas por ele distribuídas constituam, a par das da

Misericórdia, os dois pilares em que assenta este estudo em termos de distribuição dos recursos e dos recetores que deles beneficiavam¹.

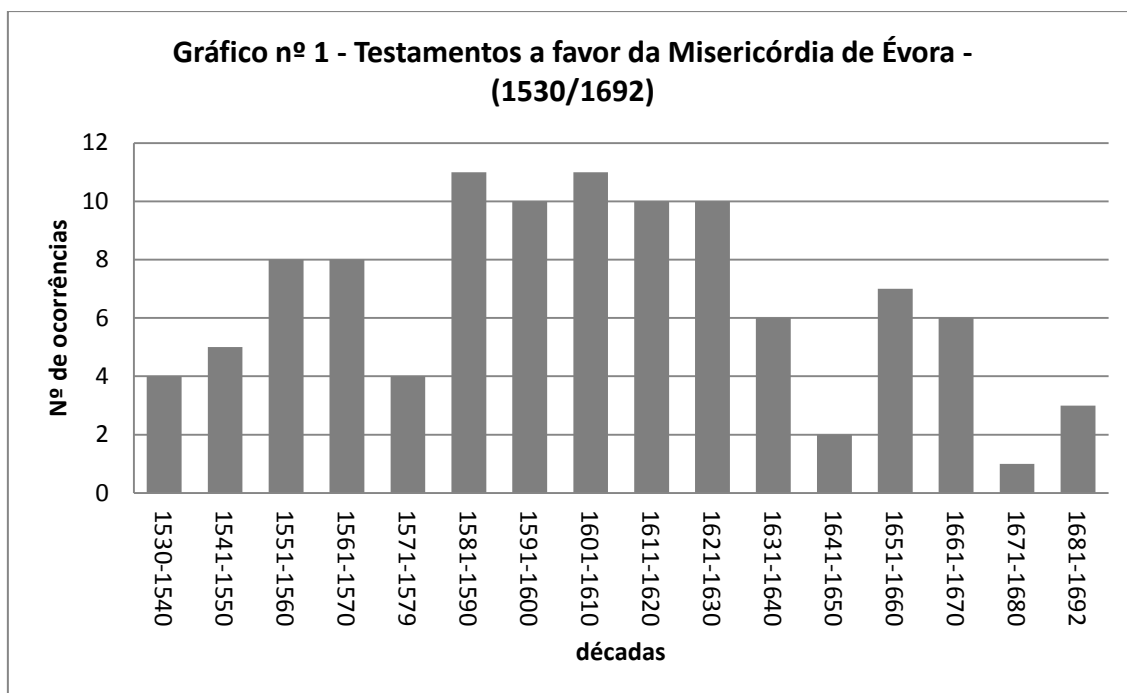
Em Portugal, embora com exceções, o financiamento da assistência esteve quase completamente dependente dos legados pios com valor salvífico. Por outras palavras, e abreviando as etapas do processo sobejamente conhecido, o incentivo do Concílio de Trento ao culto do Purgatório foi fundamental para a composição económica e financeira das Misericórdias². A de Évora não foi exceção, contabilizando centenas de legados, naturalmente, onerados com milhares de encargos pios.

Importante referir, no entanto, que a ausência de tombos de propriedades para o período em análise nos cria dificuldades acrescidas, impedindo, por exemplo, identificar o número exato de legados recebidos. O último tomo existente data de 1692 e é a partir dele que se delinearão as características patrimoniais da Santa Casa de Évora no Antigo Regime.

¹ Como refere José Pedro Paiva “são escassos, na historiografia portuguesa, os estudos que permitam fazer avaliações seguras do que foi a actuação do episcopado português em matéria de assistência. Acresce que as fontes primárias conservadas em arquivos públicos ou eclesiásticos que autorizam indagações neste campo não abundam e estão, habitualmente, por classificar”. Cf. José Pedro Paiva, “O Episcopado e a assistência em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)”, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, CIDEHUS/Colibri, 2004, p. 177.

² Sobre o assunto, veja-se, entre outros, os Estudos de Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo...cit.*; “Misericórdias: patrimonialização e controle régio (séculos XVI e XVII)”, *Ler História*, 2003, 44, pp. 5-24; “Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX), separata da Revista *Dynamis*, Granada, vol. 20, 2000, pp. 395-415.

1 – Entre o purgatório e a terra: a patrimonialização da Misericórdia de Évora



Como se pode verificar pelo gráfico nº1, apesar de ter sido fundada em 1499 e do seu primeiro legado ter chegado em 1507 – 7 476 réis doados por Baltasar Jorge –, só várias décadas depois é que a situação patrimonial da Misericórdia de Évora começou a ter expressão: muito concretamente na segunda metade do século XVI, vindo a atingir o auge entre as duas últimas décadas e a de trinta do século XVII. A partir daí as doações começaram a ser mais inconstantes, certamente influenciadas pela conjuntura de crise. Apesar de não possuímos dados para o século XVIII, tudo leva a crer que a situação na Misericórdia de Évora não foi muito diferente da verificada

em outras instituições, onde logo nos inícios de Setecentos se verificou a diminuição dos legados e instituição de vínculos de capelas³.

Que tipos de bens foram doados à Misericórdia de Évora e que encargos transportavam? Preocupados com a salvação eterna, pelo menos desde a baixa Idade Média, os crentes procuravam assegurá-la através da doação de parte do seu património para celebração de missas e ofícios, quase sempre perpétuos. À semelhança do que acontecia em outros lugares, os testadores da Misericórdia de Évora preferiam salvar primeiro a sua alma, relegando para segundo plano as dos familiares diretos, por vezes indiscriminadamente designados por «seus defuntos». Cerca de 40% das missas de obrigação fundadas nesta instituição, entre 1530 e 1590, tiveram como intenção a alma do próprio testador, seguidas, ainda que muito afastadas em termo percentuais, pelas almas dos pais, 19%, e pelas dos restantes familiares, com cerca de 11%⁴. Fizeram-no, sobretudo, através da propriedade imóvel⁵, como se pode verificar pelo gráfico nº 2⁶. Ali se

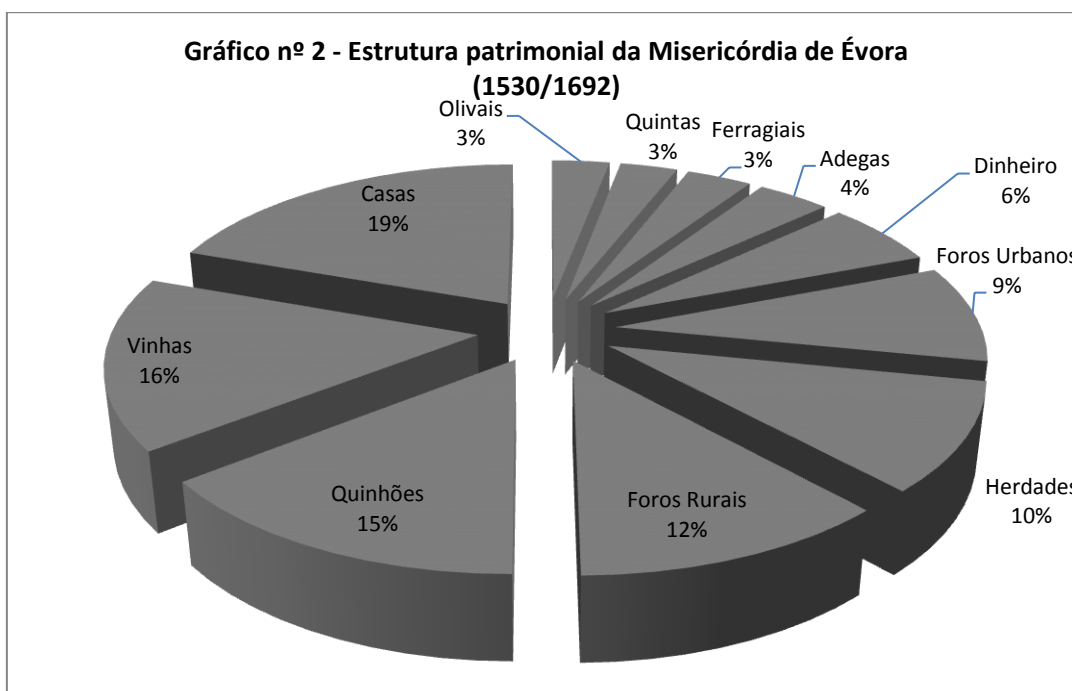
³ Fundações que em Lisboa e Setúbal tiveram alguma recuperação entre 1720 e 1750, embora com ritmos diferentes. Cf. Laurinda Abreu, “As comunidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra Reforma”, *O litoral em perspectiva histórica (sécs. XVI a XVIII)*, (Inês Amorim ed., Amélia Polónia, Helena Osswald (cord.), Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 255-256.

⁴ Também em Lisboa, os testadores, ao mandarem rezar missas pensavam primeiro na sua alma, e só depois nos parentes, cônjuges e filhos. De salientar que em Évora não se registaram percentagens tão elevadas de missas pelas almas do purgatório. Cf. Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa: atitudes e representações – 1700/1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 402.

⁵ Facto que não acontecia em todas as Misericórdias. Era natural que em ambientes económicos mais desafogados, a estrutura patrimonial das Santas Casas assentasse em dinheiro. Assim aconteceu na Bahia, onde a maior parte dos testadores da Misericórdia deixou legados em dinheiro, muitas vezes com ordens expressas no sentido de ser emprestado a juros, no intuito de financiarem as obras pias estipuladas. Cf. A. J. R. Russell-Wood, *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia (1550-1755)*, tradução de Sérgio Duarte, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981 [edição original de 1968], pp. 111-152.

⁶ Não sendo o objetivo deste trabalho aprofundar as questões em redor do Purgatório, convém relembrar que em Évora, como em todos os locais já estudados, a maior parte dos testamentos que chegam à Misericórdia local, fazem-no em segunda ou terceira via, o mesmo é dizer, que na hierarquia da herança a Santa Casa foi colocada quase sempre depois dos familiares diretos do defunto. Cf. Ana Cristina Araújo,

destacam as casas, as vinhas, os quinhões (em vinhas ou herdades), os foros rurais e as herdades, posteriormente arrendadas ou aforadas pela instituição⁷. Agregando as diferentes parcelas rurais obtém-se uma visão mais clara do património da Misericórdia, atingindo cerca de 60% a vertente fundiária. O que não oferece surpresas, sabendo-se que o ambiente económico envolvente era agrícola, mesmo quando considerada a análise de uma instituição urbana. Por esta ordem de razões, ou seja, dependência económica do sector dominante, não é de estranhar que junto ao litoral a formação patrimonial das Misericórdias assentasse em propriedades relacionadas com as atividades marítimas e salineiras⁸.



A morte em Lisboa: atitudes e representações – 1700/1830, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 402. Na elaboração deste gráfico não foram incluídos os seguintes bens, pela sua pouca representatividade no cômputo geral das propriedades, (entre 0% e 1% do total): tendas; tenças; quintais; pomares; recurso ao crédito; hortas; juro; moinhos e courelas.

⁷ De fora fica a distinção entre propriedades de domínio útil e domínio direto, uma vez que não foram analisados os títulos de propriedade dos bens legados à Misericórdia, sendo certo que a maioria se perderam.

⁸ Como foi o caso da Misericórdia de Setúbal. Sobre a constituição patrimonial desta instituição veja-se Laurinda Abreu, *A Misericórdia de Setúbal... cit.*, p. 55.

Identificada a localização dos bens legados à Misericórdia de Évora, verificámos que 74% de todas as propriedades se concentrou na cidade e no termo. O que também é um indicador da área de influência económica da Santa Casa e extração geográfica dos seus dotadores. Como se pode observar no mapa nº 1, o Alentejo foi a região dominante, destacando-se localidades como Beja (5%), Montemor-o-Novo (3%) e Ferreira do Alentejo (3%).

Quanto à tipologia das propriedades é importante referir que, excetuando duas casas, uma em Beja e outra na Vidigueira, as restantes propriedades e rendas urbanas se localizaram em Évora, extramuros, mas como a denominação indica, muito próximo à muralha, onde a Misericórdia também possuía alguns ferragiais, o que era comum na configuração espacial das cidades medievais e modernas. Mais afastadas, nos coutos, encontravam-se as vinhas, muitas vezes com os seus olivais, e as quintas. As herdades ficaram mais distantes, embora no Termo⁹.

⁹ Sobre a configuração das cidades medievais e modernas, em especial a de Évora, veja-se, entre outros: Maria Domingas Simplício, “Évora: origem e evolução de uma cidade medieval”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, Iª série, vol. XIX, Porto, 2003, p. 370. Orlando Ribeiro, “Évora. Sítio, origem, evolução e funções de uma cidade”, *Estudos em homenagem a Mariano Feio*, Soeiro de Brito (coord.), Lisboa, 1986, pp. 371-390. Afonso de Carvalho, *Da toponímia de Évora*, Lisboa, Colibri, 2004.

Aparte a tipologia de bens convém questionar a sua situação legal. Tudo aponta para que a Misericórdia vivesse uma situação administrativa de grande irregularidade, uma vez que, sendo uma instituição de mão morta, não poderia possuir bens de raiz sem autorização régia. O compromisso da Misericórdia de Lisboa, de 1516, como o anterior, matriz dos compromissos de todas as Misericórdias, referia-o de forma bem clara quando afirmava “ [...] que todas as propriedades que forem deixadas a comffraria as mandarom meter em pregam [...]”¹⁰. A determinação foi reiterada no Compromisso de 1618¹¹ mas sem qualquer explicação para o fato, o compromisso da Misericórdia de Évora de 1651 não o refere. Pelo contrário, indica que “e os bens de raiz se não venderão sem parecer da junta se se deuem vender, ou ficarem para a caza”¹². Ou seja, um claro atropelo às regras e, talvez por isso, em 1692, o rei mandava que o Juiz do Fisco de Évora tomasse as contas da Misericórdia, recomendando este último, dois anos mais tarde, que a confraria observasse o estipulado no compromisso da Misericórdia de Lisboa¹³. Évora tinha, aliás, tradição no campo. O que levou D. Catarina, em 1651 a autorizar a Misericórdia de Évora, a título excepcional, a manter a posse de alguns bens de raiz¹⁴. Muito

¹⁰ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *Um instrumento português de solidariedade social no século XVI: o compromisso da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações s.d., p. 40. No texto de 1577, a abordagem a este tema é muito mais, fazendo-se apenas referência à forma como se havia de proceder na aceitação dos testamentos e execução dos legados pios. Cf. Fernando Calapêz Corrêa, *Elementos para a História da Misericórdia de Lagos*, Lagos, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998, p. 59.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 108.

¹² ADE, ASCME, Compromisso da Misericórdia de Évora: regulamento dos irmãos, nº 68, 1651, fl. 23v.

¹³ ADE, ASCME, *Lembranças*, Iº nº 23, fl. 9

¹⁴ O próprio alvará não indica que bens seriam esses, nem quais os testadores que os deixaram. Apenas Gabriel Pereira apresenta uma lista, muito duvidosa, aliás, dos bens incluídos nessa exceção. Cf. Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da cidade de Évora [edição fac-similada]*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, pp. 403-404. A crescer ao facto de não poderem possuir bens de raiz, os

provavelmente a Coroa foi tolerante neste aspeto. Tudo aponta para que a proibição de possuir bens se ter desvanecido na *praxis* quotidiana das Misericórdias, em geral, e na de Évora em particular¹⁵.

Certo mesmo foi o apelo de Roma à patrimonialização das Santas Casas, quer através das Bulas das Indulgências, quer pelo incentivo ao culto do Purgatório. Facto a que não terá sido alheia, já na segunda parte do século XVI, alguma articulação entre Coroa e Igreja, que beneficiou da posição ocupada pelo Cardeal D. Henrique em vários lugares das estruturas religiosas e políticas em Portugal¹⁶. O processo ter-se-á iniciado ainda na década de trinta do século XVI com um conjunto de indulgências dirigidas a todos os que se tornassem irmãos das Misericórdias, que se confessassem e comungassem nas suas igrejas, num movimento que é bem conhecido para Évora (1536); Lisboa (1546) e Porto (1551)¹⁷. Depois disso, já na década de quarenta do século XVI, uma bula dirigida ao Hospital Real de Todos-os-Santos¹⁸ permitia-lhe arrecadar para o tratamento dos doentes os legados pios instituídos em Lisboa não cumpridos dentro do prazo estipulado pelo testador. Outras Bulas de Indulgências se seguiram, apelando aos fiéis a privilegiar as Misericórdias quando das suas doações testamentárias, sendo o caso do Porto o mais conhecido. Um movimento praticamente coevo da difusão da ideia do Purgatório, responsável pela

confrades da Misericórdia de Évora tinham outro problema em relação aos bens em questão: eram jugadeiros. O que significou a autorização da regente, apesar das proibições constantes nos títulos VII e VIII do livro segundo das Ordenações. Cf. *Ordenações Manuelinas*, livro II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 24-33.

¹⁵ Laurinda Abreu, “As Misericórdias Portuguesas de Filipe I a D. João V”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, José Pedro Paiva (coord.), vol. 1, José Pedro Paiva, Laurinda Abreu (coord.), Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 47-77.

¹⁶ Para um maior desenvolvimento desta questão veja-se: Laurinda Abreu, “Misericórdias: patrimonialização e controle régio (séculos XVI e XVII)”, *Ler História*, 44, pp.10-11.

¹⁷ Para a reconstrução deste processo veja-se Idem, *ibidem*, p. 9.

¹⁸ Como refere Laurinda Abreu em “Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX), separata da Revista *Dynamis*, Granada, vol. 20, 2000, p. 397.

fundação de milhares de missas perpétuas que iriam beneficiar as Santas Casas, uma vez que se tornaram as recetoras privilegiadas dos legados pios. A entrega sistemática da administração dos hospitais às Misericórdias depois de 1564 não pode ser excluída deste processo, já que os hospitais transportavam consigo o seu património, o que dava uma outra dimensão à questão em análise.

No caso dos hospitais, a solução encontrada para facilitar o seu funcionamento sem colidir com as leis contra a amortização terá sido a decisão de manter a administração dos seus bens separada da do património das confrarias, conforme o documento de entrega do Hospital do Espírito Santo à Misericórdia de Évora, em 1567, seguindo, aliás, os procedimentos efetuados em Lisboa, em 1564, quando o Hospital de Todos os Santos foi transferido para a Misericórdia. Em Évora, os aditamentos ao compromisso da Misericórdia, efetuados em 1592, voltariam a reiterar “que nam possa o prouedor nem irmãos da mesa tomar algum dinheiro trigo ou ceuada nem outra cousa alguma dos bens e renda da casa do hospital do spirito sancto de que a misericordia tem administração para se gastar em outras obrigações da mesa”. Aqui, ao contrário do que aconteceu em outras localidades como Setúbal¹⁹, Vila Viçosa e Ponte de Lima²⁰, a divisão entre a administração do hospital e a da Misericórdia parece ter sido respeitada, pelo menos em termos contabilísticos, registando-se separadamente os bens, receitas e despesas das duas instituições.

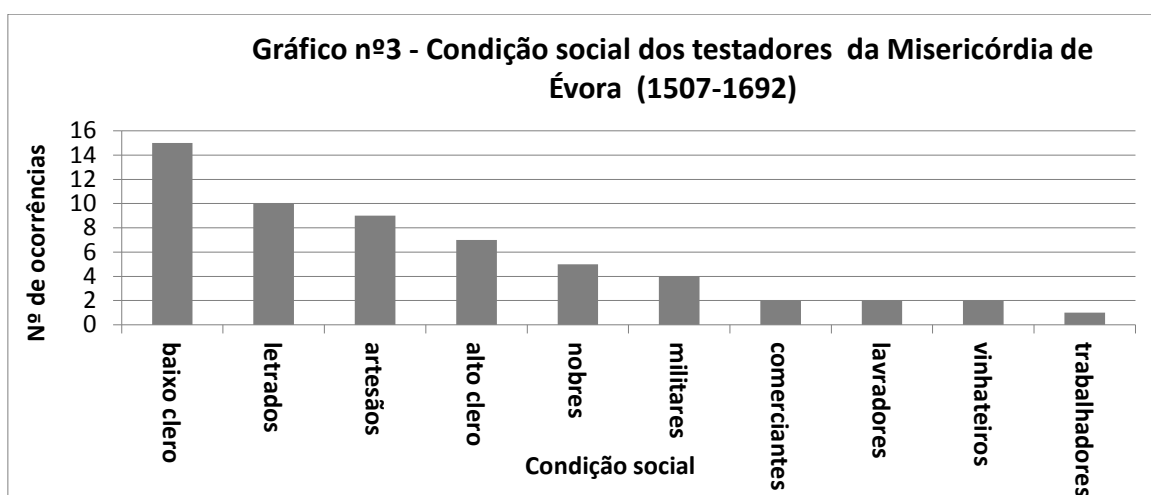
Certo mesmo, num momento que não conseguimos precisar, foi a proibição das Misericórdias possuírem bens de raiz deixar de ser um problema legal, muito embora se encontrem casos pontuais, ainda para o século XVIII, em que a Coroa as obriga a vender os seus bens

¹⁹ Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 70-71, 97.

²⁰ Para ambos os exemplos veja-se Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, pp. 152-159, 164, 510-516.

indevidamente possuídos. A legislação do início do século XIX mostra a complexidade da questão²¹. Como referimos, a Misericórdia de Évora não constituiu exceção neste processo. Mas quem foram os doadores da confraria e qual a sua condição social?

A ausência de tombos de propriedades e de legados para o século XVIII dificulta-nos o trabalho. No tomo de 1692, dos 174 doadores da Misericórdia de Évora identificados para o período entre 1530 e 1692, apenas 56 indicam informações de cariz socioeconómico, o que corresponde a 32% do total. Foi com elas que obtivemos o gráfico nº 3.



Como se pode verificar, e tal como ocorreu em outros lugares²², predomina o baixo clero²³, seguido, a alguma distância, dos letrados – constituído essencialmente por licenciados em cânones ou medicina.

²¹ Interpretações antagónicas em relação a esta legislação encontram-se referidas em Laurinda Abreu, “Misericórdias, Estado Moderno e Império”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. de José Pedro Paiva, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, vol. 10 (prelo).

²² Como em Setúbal, por exemplo. Se bem que aqui, o clero entra numa mesma categoria, não se fazendo a divisão entre alto e baixo clero. Nesta Misericórdia, os estratos sociais mais baixos continuaram a insistir na fundação de missas “até que o mundo durar”, mesmo depois de a confraria entrar em decadência. Ao invés, as elites foram as primeiras a abandonar o investimento no Purgatório, em alguns casos logo a partir de finais do século XVII. Cf. Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo... cit.*, pp.96-98.

²³ Correspondente à designação de “padre” nas fontes.

Seguem-se, por ordem decrescente, os artesãos, alto clero, nobres²⁴ e militares, tendo as restantes categorias um valor quase residual. A análise sociológica aos doadores da Misericórdia revela, também, a presença da elite local que, pela riqueza, mercê real, e serviço municipal, quase sempre em movimentos familiares, se foram nobilitando, em processos que recuam à Idade Média, afirmando a sua situação social através da fundação morgados. Foi o que aconteceu com as Casas de Diogo Pereira Cogominho, Lopo Rodrigues Lobo e Nuno Fernandes Lobo²⁵.

Aparentemente, e em termos gerais, está-se perante um universo que, apesar de elitista, era muito pouco aristocrático, ao contrário do que seria de esperar de uma cidade com as características sociais da de Évora. O mesmo é dizer que, à exceção da Condessa do Prado, terceira mulher do primeiro Conde do Prado, que doou a herdade das Pardielas²⁶, a nobreza titulada de Évora não legou bens à Misericórdia. Referimo-nos aos Condes do Vimioso, aos Condes de Basto, aos Condes de Tentúgal – que durante a segunda metade do século XVII se tornariam Marqueses de Ferreira e Duques de Cadaval²⁷ –, e ainda aos Condes de Vila Nova, de Soure e da Ponte, estes presença frequente na cidade durante século XVIII²⁸. As razões desta ausência talvez se encontrem na decadência que a Misericórdia vivia na segunda metade do século XVII, situação que partilhou com muitas

²⁴ Inserimos nesta categoria os fidalgos da casa real e a Condessa do Prado, a única representante da nobreza titulada.

²⁵ Para o aprofundamento do percurso nobilitante destas famílias veja-se Rute Pardal, *As elites ao tempo da dominação Filipina*, Lisboa, Colibri, 2007, pp. 91-92, 119-121.

²⁶ Apesar de não haver certezas quanto à data da instituição deste legado, ele parece ter sido feito na primeira metade do século XVI, coincidente com o período cronológico de vida da Condessa, que, segundo Anselmo Braancamp Freire teria morrido em Novembro de 1531. Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 217.

²⁷ Veja-se o percurso setecentista destas três famílias em Rute Pardal, *As elites de Évora... cit.*, pp. 100-105.

²⁸ Sobre estas casas nobres tituladas confira-se o trabalho de Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo em Évora: 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 92-98.

outras. Obviamente que as elites sociais, económicas e políticas de Évora, na maioria dos casos ligadas à administração da Misericórdia, conheceriam bem os *descaminhos* verificados na instituição. Por isso mesmo se afastaram enquanto dotadores, esquivando-se, sempre que o rei o permitia, a assumir a provedoria, um fenómeno que se começou a verificar logo no dealbar da segunda metade do século XVII. Em rigor, os problemas desencadearam-se quando, na altura da eleição da Mesa de 1651, D. Veríssimo de Lencastre recusou o cargo de Provedor, sem apresentar qualquer justificação para o facto, o que era um caso inédito na Misericórdia, que motivou uma consulta ao rei²⁹. A situação voltaria a repetir-se em 1672 com a eleição de D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Évora³⁰ e novamente, em 1681. Neste ano, a Mesa resolveu escrever ao conde da Ponte solicitando que cumprisse o seu mandato³¹. Perante a sua recusa, tentou convencer o Arcebispo Frei Domingos de Gusmão que, alegando “achques e afazeres”, não aceitou³².

²⁹ Desconhecendo a resposta do monarca, certo mesmo é que, na Mesa seguinte – de 5 de Julho de 1651 – os mesários decidiram manter a mesa recentemente eleita em segredo até se saber a decisão do rei. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 18, fl. 58. A decisão régia deve ter sido favorável à Misericórdia, uma vez que a 26 de Julho, na Mesa de repartição dos ofícios, esteve presente o Provedor D. Veríssimo de Lencastre. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 59v. (Lembrança datada de 26 de Julho de 1651).

³⁰ Por carta dirigida à Misericórdia, datada de 10 de Julho de 1672. Cf. Idem, *Lembranças*, 1º nº 20, fl. 218v. Neste caso, em resposta à carta escrita pela Mesa da Santa Casa, o rei mandou que se efetuasse nova eleição. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 220. (Carta datada de 6 de Agosto de 1672). Tendo saído como eleito Nuno de Mendonça Furtado, Cónego da Sé de Évora. Cf. Idem, *Livro das eleições dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia*, 1º nº 55, fl. 219.

³¹ Tinha sido eleito em 1680. Cf. Idem, *Lembranças*, 1º nº 21, fl. 220. (Registo datado de 30 de Novembro de 1681).

³² Carta da Mesa datada de 3 de Dezembro de 1681, resposta do Arcebispo datada do mesmo dia. Cf. Idem, *ibidem*, fls. 220-222. A situação foi desbloqueada a 12 de Dezembro desse mesmo ano, quando D. João de Sousa aceitou servir de Provedor o tempo que restava até à nova eleição em 1682, de onde haveria de sair eleito Provedor D. Miguel de Portugal, conde do Vimioso. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 203. Idem, *Livro das eleições dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia*, 1º nº 55, fl. 256.

A situação era complexa e se, por um lado, os problemas económicos levaram provavelmente às dificuldades pontuais no preenchimento do cargo de provedor, por outro, estas recusas só agravavam o desempenho económico e financeiro da instituição e, em consequência, na sua ação social. Disso se lamentava a Mesa em ata de 4 de Maio de 1732, que, num tom pouco cordato, decidiu enviar uma missiva ao Conde da Ponte, D. Pedro de Lencastre, Provedor em exercício, mas ausente da cidade, acusando-o de frequentemente insinuar “chegar a esta cidade, e nesta suspensão se tem deixado de fazer algumas cousas convenientes a esta santa caza”³³. Concomitante a este clima de instabilidade interna da confraria, aumentava o descrédito da instituição, com frequentes situações de desrespeito pelas orientações estatutárias, que acabavam no domínio público. Neste contexto, o que terá tido efeitos mais nocivos para a Misericórdia, em termos de potenciais doadores, talvez tenha sido o incumprimento dos legados testamentários³⁴. Os primeiros ecos dessas irregularidades surgiram ainda antes do final do século XVII.

Ao iniciar um processo de averiguações, algo demorado e nada pacífico, o rei reconhecia, em Novembro de 1692, “que nos bens e Rendas da caza da Misericordia dessa cidade auia alguns descaminhos e por que conuem que se auereguem”³⁵. Nesse seguimento ordenava ao Juiz do Fisco Real de Évora que verificasse as contas da Santa Casa e das instituições por ela administrada, o mesmo é dizer, os hospitais do Espírito Santo e de São Lázaro. Ao que tudo indica, o Juiz do Fisco teria encontrado dificuldades

³³ Idem, *Lembranças*, 1º nº 27, fls. 110-110v.

³⁴ Sem ser uma realidade exclusiva da Misericórdia nem sequer da de Évora, veja-se, sobre o assunto, Laurinda Abreu, *Memórias da Alma... cit.*, pp. 139-142. E, Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre... cit.*, p. 84.

³⁵ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 23, fl. 9

no exercício das diligências régias³⁶, uma vez que o monarca voltava a reiterar a mesma ordem em Dezembro desse mesmo ano. Apenas um ano e meio depois, em Agosto de 1694, o processo era dado por concluído, tendo a Misericórdia sido admoestada pelo Juiz do Fisco em vinte e nove provimentos e obrigada ao cumprimento integral das disposições testamentárias, sem comutação ou interpretação das mesmas, uma ação que era da responsabilidade dos sumos pontífices, esclarecia o ministro régio.

Para além das recomendações processuais no registo de receitas, despesas e cumprimento dos legados, o documento determinava que de futuro as Mesas convocassem a Junta para deliberação de questões como as do endividamento, transações de heranças e propriedades deixadas à Instituição. Quanto à exploração das propriedades, reafirmava-se a proibição de aforar as herdades, devendo os contratos de arrendamento, tanto de propriedades rústicas como urbanas, ser precedidos de vistorias e pregões públicos para arrematação pelo melhor preço. Em suma, está-se em presença de um ato de elevado controlo régio, verificado em muitos sectores, sendo importante saber se ocorreu em outras Misericórdias à luz do que se conhece sobre o exercício do poder por parte de D. Pedro II³⁷. Notícias de “perturbações e subornos” quando das eleições, como as que ocorreram na eleição da Mesa de 1733³⁸ – cujo desfecho se desconhece, mas que prolongou a vigência da Mesa em exercício para além do dia de Nossa Senhora da Visitação de 1733 “emquanto sua magestade não

³⁶ Os seus escrivães eram irmãos da Misericórdia, assim como os da provedoria e da corregedoria geral e dos órfãos havendo por isso impedimento em realizarem a referida tarefa. Idem, *ibidem*, fl. 10.

³⁷ A essa luz se justifica a transcrição deste documento na íntegra que fazemos no anexo I da alínea A dos anexos.

³⁸ Em 30 de Junho, reunida a Mesa registava-se que havia alguns irmãos que “[...] fazião parcialidades e sobornavão votos para elleitores em peçoas certas que hera publico e notório quais havião de ser como tão bem os irmãos da meza futura alguns irmãos da meza tercelhe fallado e pedido os seus votos para elleitores, comunicandolhe tão bem quem havia de ser o Provedor e Irmãos que se havião de eleger [...]”. Idem, *Lembranças*, 1º nº27, fl. 134.

rezolvia a conta que a meza lhe tinha dado”³⁹ –, acabariam por ter repercussões negativas no número das doações pias, como referimos.

Recuperando os dados do gráfico nº 1, verifica-se que a crise de legados testamentários se iniciou precisamente na década de 80 do século XVII. Relação de confiança que os hipotéticos testadores veriam ainda mais debilitada quando na centúria seguinte os Breves de Redução e Perdão⁴⁰ reduziram e perdoaram as missas determinadas pelos instituidores, diminuindo as garantias de realização dos sufrágio das almas⁴¹.

2 - Vicissitudes da gestão patrimonial

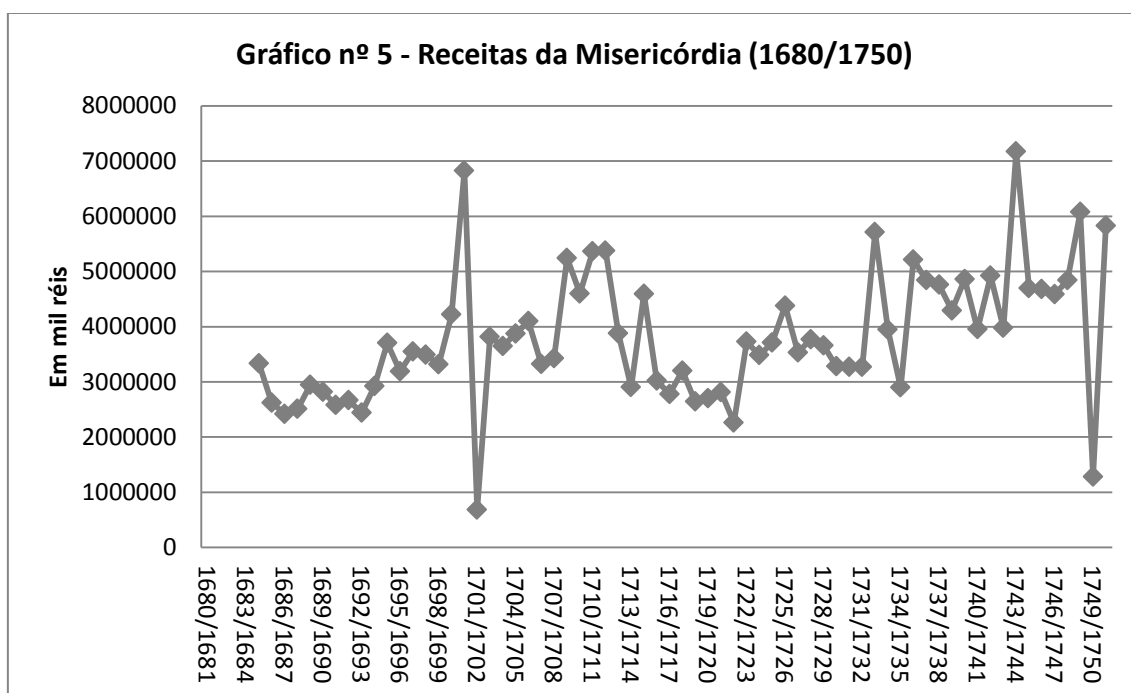
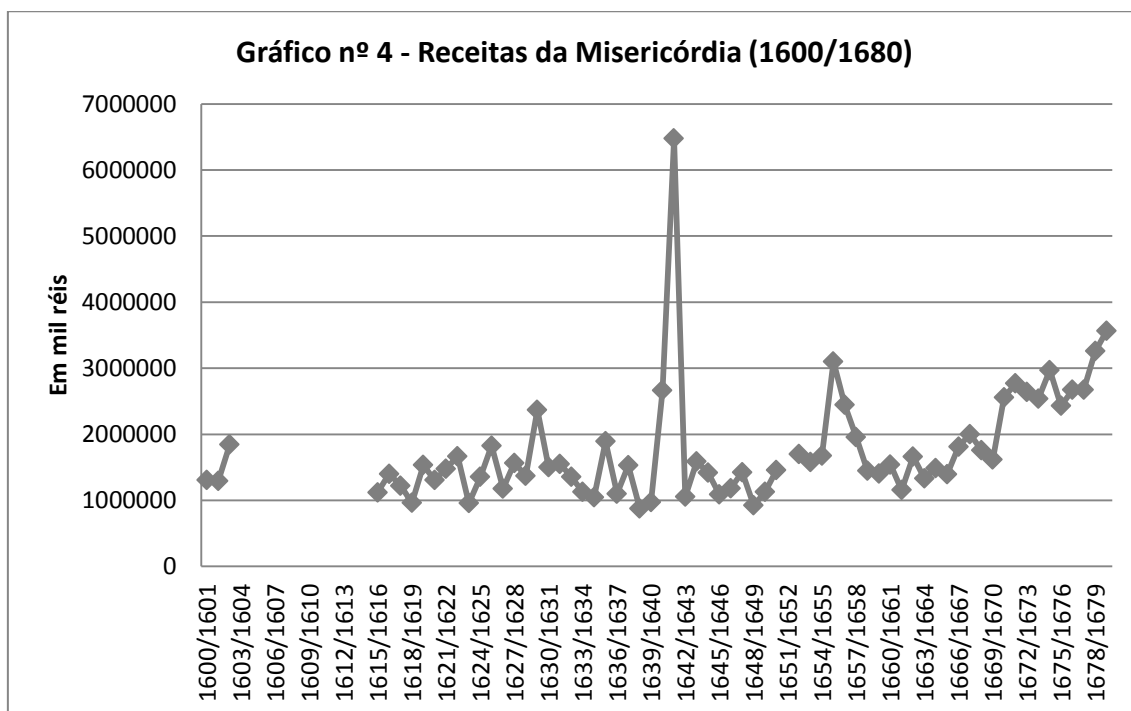
Depois do quadro traçado poderíamos simplesmente concluir que logo a partir da década de 30 do século XVII houve um decréscimo das doações à Misericórdia de Évora, o que conseqüentemente se refletiu nos seus rendimentos. Mas a realidade é mais complexa, pelo que optámos por uma contextualização económica mais profunda, que acompanhará, num primeiro momento, a evolução dos rendimentos da Casa, e, num segundo, a análise da sua composição, movimentos que recuperamos a partir dos livros de receitas e despesas. Estamos conscientes, contudo, que trabalhar com fontes deste tipo acarreta algum enviesamento da realidade, já que nos cingimos à *realidade* criada pela própria instituição, sem que tenhamos grandes hipóteses de a submeter à necessária crítica. Podemos, no entanto, afirmar com algum grau de certeza que, ao contrário do que seria de

³⁹ Idem, *ibidem*, fl. 134. (Lembrança datada de 12 de Julho de 1733).

⁴⁰ Laurinda Abreu, “Uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos Breves de perdão e redução”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1999, pp. 722-728. E, Idem, *Memórias do corpo e da Alma... cit.*, pp. 153-172.

⁴¹ Um assunto bem estudado por Laurinda Abreu para Setúbal. Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 47-68. Idem, *Memórias da alma e do corpo... cit.*, pp. 135-228.

esperar, o descrédito institucional e social não determinou a estagnação ou mesmo diminuição dos rendimentos da Misericórdia.



Como se constata nos gráficos nº 4 e nº 5, a situação financeira da confraria teve uma evolução positiva, apesar dos picos de crise. Numa perspetiva geral, verifica-se um movimento de receitas ascendente,

demonstrado pela linha de tendência. Nessa progressão encontram-se dois movimentos seculares, grosso modo balizados entre 1600-1670 e 1670/1750. O primeiro caracterizou-se por resultados modestos em termos de receitas, por comparação ao momento seguinte que, arrancando definitivamente na década de 1670, se pautou por um crescimento assinalável das receitas, quase sempre acima dos 2 500 000 réis, precisamente quando começaram as dificuldades da instituição na ocupação do cargo de Provedor, em médias que nunca tinham sido atingidas no período anterior, onde os valores raramente atingiram os 2 000 000 réis. O que explicará esta aparente contradição?

Em termos de evolução secular, a situação enquadra-se no comportamento macroeconómico que terá caracterizado Portugal Seiscentista e Setecentista. Depois do século XVII, que apesar de deficientemente conhecido, terá oscilado entre a depressão e a estagnação, acompanhando a conjuntura internacional difícil, Setecentos terá sido de franco crescimento económico. Quando saímos da Misericórdia e procuramos a economia alentejana como um todo, o quadro confirma-se. Os estudos de Albert Silbert, David Justino, Hélder Fonseca e Rui Santos⁴² concordam ao marcarem a década de setenta do século XVII como ponto de partida do processo de crescimento económico do Alentejo, acelerado de forma mais consistente após o pico de crise de 1710/1712. Tendência

⁴² Veja-se, entre outros Albert Silbert, *Le Portugal Méditerranée à la fin de l'Ancien Régime*, vol. 2, Lisboa, INIC, 1978, pp. 439-441. David Justino, “Crises e decadência da economia cerealífera alentejana no século XVIII: contribuição para o seu estudo a partir da análise das séries de preços regionais do trigo e da cevada (1682, 1820)”, *Revista de História Económica e Social*, nº 7, Janeiro-Junho de 1981, pp. 30-51. José Vicente Serrão, “O quadro económico”, *História de Portugal*, vol. IV. Ed. Estampa, 1998, pp. 67- 68. Idem, «A agricultura», *História económica de Portugal (1700-2000)*, vol. 1, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 158-161. Hélder Fonseca e Rui Santos, “Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX”, *Ler História*, 40 (2001), p. 63. Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo Moderno: Mercados, Crises e Mudança Social na Região de Évora, Séculos XVII a XIX*, Lisboa, Banco de Portugal, 2003, pp. 107-118.

seguida, no caso da agricultura, por uma crescente subordinação ao mercado, nomeadamente ao centro consumidor de Lisboa.

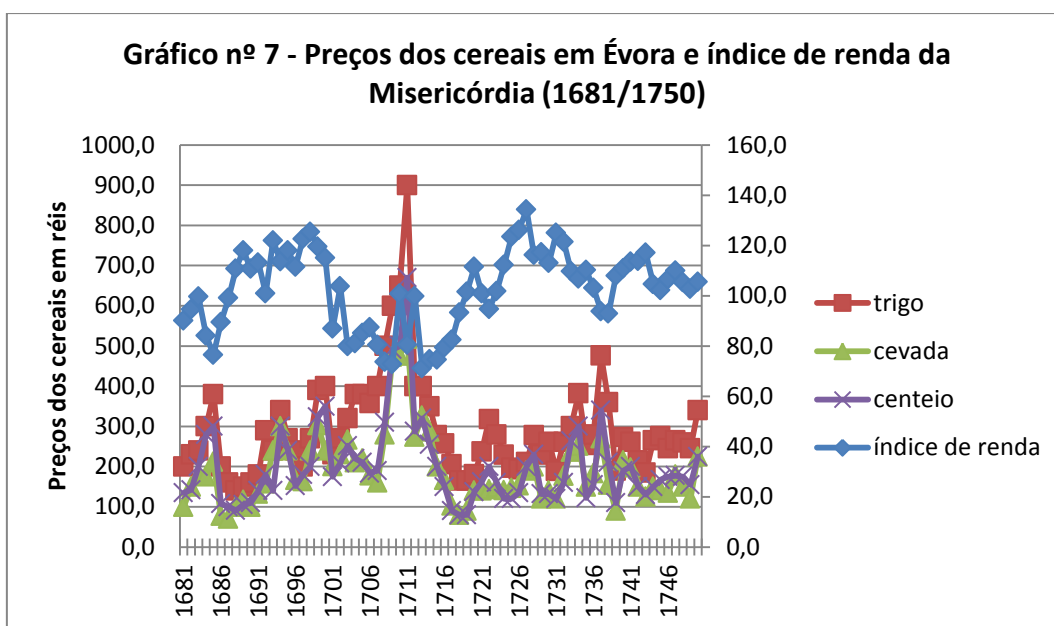
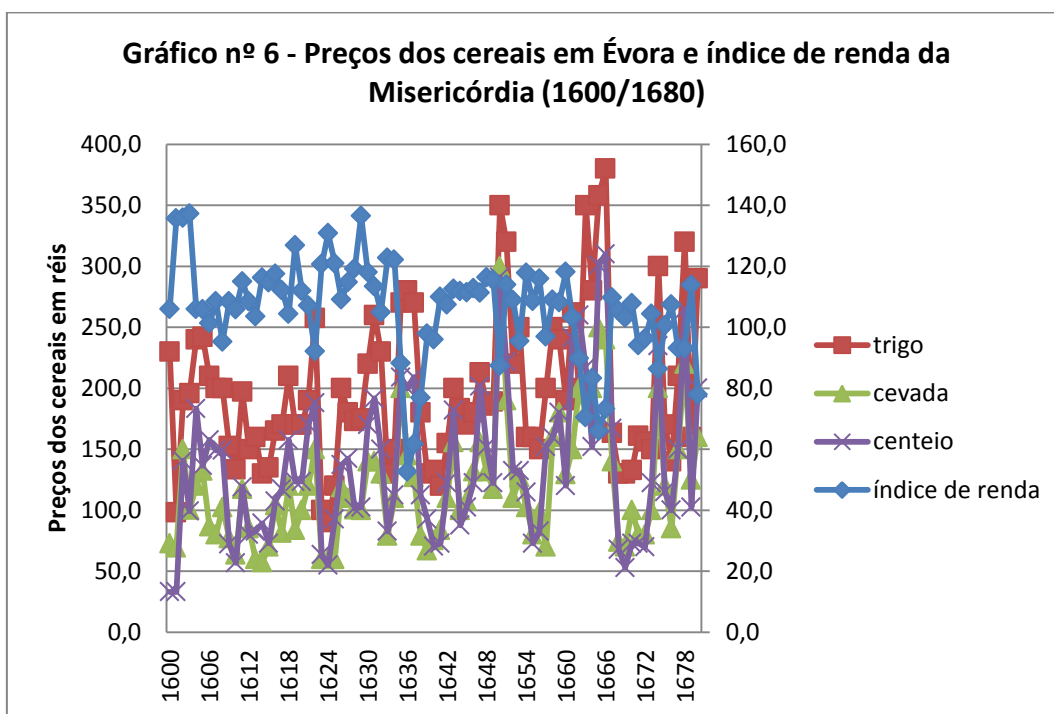
Uma análise mais minuciosa dos réditos da Santa Casa, para além de confirmar as tendências de longa duração, faz sobressair os movimentos conjunturais, tanto de crise como de crescimento. Apesar da variação inter-anual das receitas, por vezes muito pronunciada, os ciclos críticos estão perfeitamente identificados. Neste contexto destacam-se, para o século XVII, as décadas de 30 e 60.

Se bem que estas sejam crises enquadradas, sobretudo a de 30, num ambiente de desempenhos económicos baixos, a diferença anual de rendimentos é menos acentuada do que a verificada nos ciclos de crise do século XVIII. De facto, ultrapassado o limiar do século, e o atípico ano de 1701/1702⁴³, os rendimentos da Misericórdia subiram até 1709 para médias que rondam os cinco contos de réis anuais, descendo abruptamente a partir daí para praticamente metade, mantendo-se sensivelmente nesses valores entre 1710 e 1722. Nas mesmas circunstâncias se encontram os episódios de crise de 1734 e 1750. Pelo caminho, os anos de 1740/1741 e 1742/1743, cuja crise se apresentou algo diferente das anteriores, já que a queda de receitas não foi tão pronunciada como as crises anteriores.

Conhecida a dependência económica da Misericórdia dos produtos da terra e dos seus rendimentos, uma forma de entender os ciclos e picos de crise atrás referidos passa pelo acompanhamento da evolução dos preços, essencialmente dos cereais⁴⁴. Graficamente, os resultados são os seguintes:

⁴³ Ano em que se verificou uma quebra abrupta nos rendimentos, o que se pode justificar pelo não registo dos rendimentos.

⁴⁴ A elaboração dos gráficos nº 6 e nº 7 teve como base as séries de preços e índice de renda apresentados por Rui Santos. Sendo as séries finais constituídas por valores de séries primárias apresentadas por Vitorino Magalhães Godinho, do celeiro comum e do terreiro do pão de Évora e completadas pelos modelos de regressão utilizados pelo autor. Para o entendimento da construção das séries de preços veja-se Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo... cit.*, pp. 73-103. Decidimos incluir neste gráfico o índice



de renda das herdades da Misericórdia, apresentado pelo mesmo autor, para demonstrar precisamente a influência positiva e negativa que os preços tiveram sobre as rendas nominais. De referir ainda que o índice de renda nominal que utilizámos resultou do acompanhamento de 31 herdades da Misericórdia, ou de instituições por ela administradas, nomeadamente o Hospital do Espírito Santo. No entanto, como se verá adiante, apesar de decisivas para a constituição do *corpus* patrimonial da Casa, as rendas das herdades não representam a totalidade dos rendimentos da mesma.

Segundo Rui Santos, que analisou exaustivamente o mercado cerealífero eborense entre os finais do século XVI e 1850, o século XVII não pode ser considerado um século de preços profundamente deprimidos. A trajetória descendente que vinha da década de 90 do século XVI inverteu-se na década de 20, sendo a tendência moderadamente ascendente até 1660, estagnando depois até à viragem do mesmo século e à subida brusca do final da primeira década de setecentos⁴⁵. Importa também recuperar, nesta linha de pensamento, a instabilidade dos preços no século XVII, por oposição a uma maior estabilidade no século seguinte, sobretudo a partir de 1720, num movimento que se estendeu sensivelmente até 1750. Neste contexto, há que salientar o efeito económico negativo da instabilidade dos ciclos de preços agrícolas, em especial dos cereais, nas contas da Misericórdia. Se associarmos a evolução dos dados apresentados nos gráficos nº 6 e nº 7 com os dados do gráfico nº 5 verifica-se uma correlação quase perfeita entre os comportamentos dos preços e os rendimentos da Santa Casa. O mesmo é dizer que aos ciclos e picos de alta de preços corresponderam conjunturas de crise de rendas e de rendimentos da confraria. Em sinal contrário, sempre que os preços desceram, tanto as rendas como os réditos gerais da instituição subiram, o que se ajusta com as conclusões que Laurinda Abreu vem fazendo sobre os reflexos deste movimento nos hospitais⁴⁶.

Contudo, de entre todos os pares de relações, deve ressaltar-se uma correlação positiva, praticamente perfeita, entre as flutuações do preço do trigo e a evolução das rendas da Misericórdia de Évora. Neste sentido, não é descabido afirmar que estas se assumiram como a variável dependente na

⁴⁵ Cf. Idem, *ibidem*, p. 108.

⁴⁶ Cf. Laurinda Abreu, *A pobreza e as questões da assistência e da saúde em Portugal: dinâmicas políticas e sociais (séculos XVI-XVIII)*, Gradiva, 2013 (prelo).

relação e aqueles como a variável independente. Ou seja, se os preços do trigo subiram, os rendimentos da Misericórdia desceram e se, pelo contrário, desceram, as rendas da Santa Casa subiram. Em síntese, esta é uma conclusão que demonstra à exaustão a dependência da Misericórdia das suas rendas fundiárias.

Essa correlação entre flutuação de preços cerealíferos, rendas e rendimentos globais é tão mais visível quanto mais acentuadas foram as crises conjunturais, nomeadamente as das décadas de 30 e 60 do século seguinte, e primeira década do século XVIII. A esta última seguiram-se mais duas crises – 1734/1735 e 1737/1738 –, que, apesar de mais curtas e menos graves, se refletiram negativamente nos rendimentos globais da Misericórdia, que baixaram para os níveis médios verificados nos anos de 1710-1720. Por oposição, os preços dispararam, sobretudo os do trigo, sinónimo de escassez e, portanto, de crise frumentária. Tal como refere António de Oliveira, a década de 30 do século XVII assistiu à sobreposição de linhas depressionárias de rendimento, atividades, preços, e, muitas vezes de salários reais, devido ao aumento dos impostos mas, também, em resultado da desvalorização do real, cujos efeitos políticos e sociais tomaram forma nos chamados motins da fome⁴⁷.

Todavia, finda a dinastia Filipina, o alívio económico não foi nem tão grande nem tão duradouro como se poderia esperar. As guerras da Restauração haveriam de ter um efeito devastador no país em geral e na zona raiana de forma muito acentuada. Neste contexto, Évora e a sua zona de influência sofreram especialmente a pressão sobre os bens e alimentos. Às práticas militares de terra queimada e de saque seguiam-se crises de

⁴⁷ Cf. António de Oliveira, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras, 2002, p. 245. Esta tendência de crescimento dos preços também foi verificada em Coimbra e em Loulé. Veja-se a propósito da evolução dos preços neste período: Idem, “Coimbra de 1537 a 1640”, *Biblos*, vol. XLVIII, 1972, p. 181. Também Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve económico – 1600/1773*, Lisboa, Estampa, 1993, p. 180.

abastecimento dos mercados, aumento dos preços, diminuição das rendas e rendimentos. De tudo isto dão conta os livros de receitas e despesas da Misericórdia de Évora. De guerra também se fez o enquadramento da crise dos primeiros anos do século XVIII devido à da sucessão espanhola. Após um pequeno fôlego permitido pela paz de Utreque seguiram-se novos momentos críticos – 1734/1735 e 1737/1738 –, marcados, desta vez, pela estabilidade da moeda⁴⁸. Como referimos, tratou-se de crises curtas mas sob péssimas condições climáticas para o desenvolvimento da agricultura. Relatos coevos descreviam a inclemência da seca que, desde 1728, castigava a província do Alentejo “secando-se as plantas, murchandose as siaras, desuanecendose as aruores e enfraquecendose os gados”⁴⁹. Neste seguimento, os anos de 1734 e 1738 foram “anos agrícolas completamente perdidos”, nas palavras do sacristão do convento do Espinheiro. O calor e a seca já não atingiram só os meses de verão, mas também o inverno e a primavera, tempo das sementeiras e desenvolvimento da maior parte das espécies agrícolas, e, em especial, dos cereais⁵⁰.

Descritas as tendências de longa e curta duração da economia da Santa Casa da Misericórdia de Évora ao longo dos séculos XVII e XVIII, procuramos agora conhecer com mais detalhe as principais tipologias de rendimentos e a sua evolução. Por uma questão de maior correção de análise optámos por dividir a distribuição das receitas em dois períodos, uma vez que existiu alguma evolução entre ambos. A opção pelo início em 1650 deveu-se ao facto de só a partir desse ano a informação constante nos

⁴⁸ Cf. Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo... cit.*, p. 109. Vicente Serrão, “A Agricultura... cit”, p. 160.

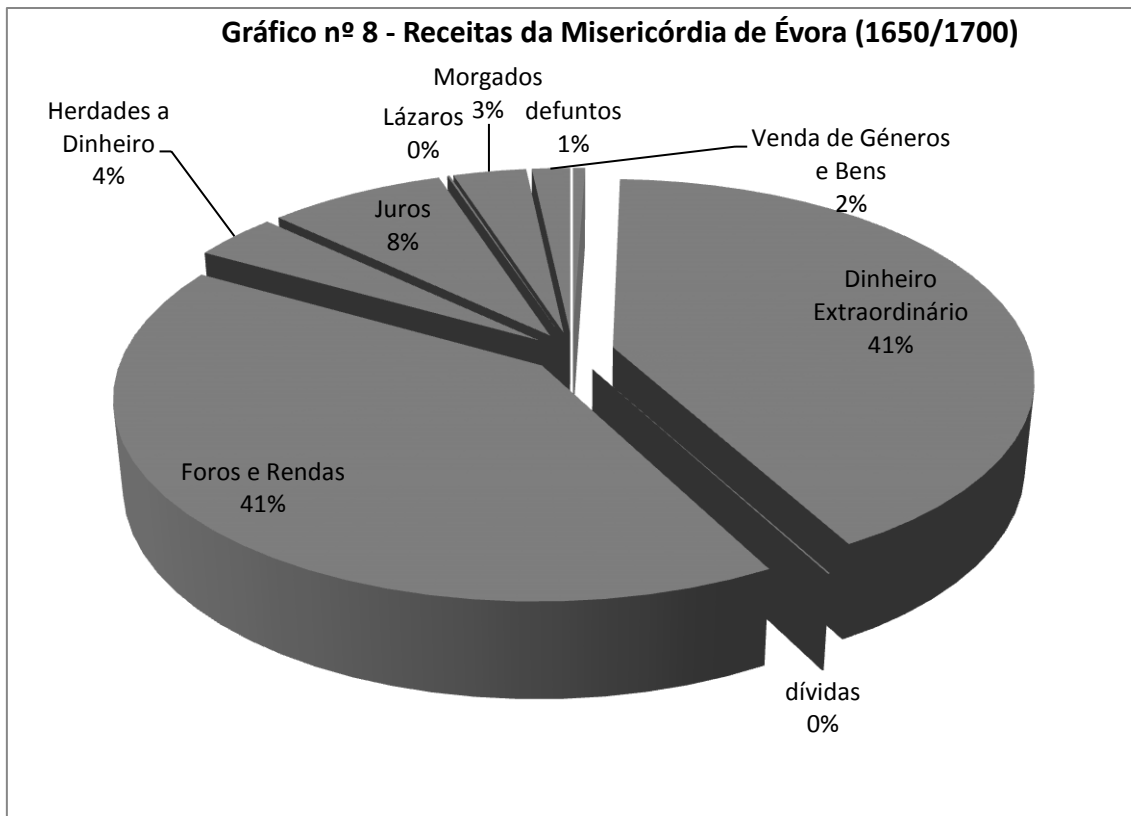
⁴⁹ BPE, *Livro das despesas da sacristia do Convento do Espinheiro*, cod. CV/1-9d, fl. 19.

⁵⁰ Apesar de utilizar uma relação de causa efeito demasiado linear e demasiado centrada em uma só variável – o clima, veja-se acerca da correlação entre as condições climáticas e os preços cerealíferos, Christian Pfister, “Fluctuations climatiques et prix céréalières en europe du XVIe au XXe siècle”, *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 43e année, n°1 (Janv-Fev, 1988), pp. 25-53.

livros de receitas e despesas gerais surgir de forma mais organizada e coerente quanto à sua composição. O que não significa ausência de problemas. Por exemplo, na rubrica que tem mais peso relativo nas receitas, “dinheiro extraordinário”, coube de tudo um pouco. Alguns apontamentos dispersos indicam que lá entraram verbas provenientes de dívidas dos foreiros e dos lavradores, da venda dos cereais do celeiro ou ainda rendas do Hospital de São Lázaro⁵¹, isto apesar de habitualmente estes dois últimos itens terem rubrica própria. Apesar destas limitações, os dados são perfeitamente elucidativos dos recursos económicos da Misericórdia. É na análise da representação gráfica das receitas (gráficos nº 8 e nº 9) que melhor se confirma o que afirmámos atrás sobre a dependência da Misericórdia da terra, em consonância com as características económicas do meio envolvente, ou seja, rendimentos essencialmente provenientes da produção agrícola⁵².

⁵¹ O hospital de São Lázaro foi inicialmente administrado pela Câmara. Foi anexado por iniciativa do Cardeal Infante D. Henrique à Santa Casa da Misericórdia em 1568 não sem os protestos do Reitor do Mosteiro de São João Evangelista, que seu Provedor por carta datada de 14 de Fevereiro de 1568, na qual D. Henrique ordenava ao Corregedor da Comarca que desse posse à irmandade da Misericórdia do Hospital de São Lázaro. Cf. Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora [edição facssimilada]*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, p. 468 E, Armando de Gusmão, *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, Évora, Santa Casa da Misericórdia, parte I (1499/1567), 1958, pp. 77. Também o Hospital do Espírito Santo tinha sido anexado à Misericórdia no ano anterior. No entanto, ao invés do de São Lázaro, as receitas e despesas deste nunca foram lançadas na contabilidade da instituição administradora. Atuações diferenciadas que parecem não ter explicação inteligível, até porque este último continuou a registar a sua contabilidade em livros próprios, pelo menos até 1759. Sobre este assunto veja-se: Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo...* cit., pp. 294-295.

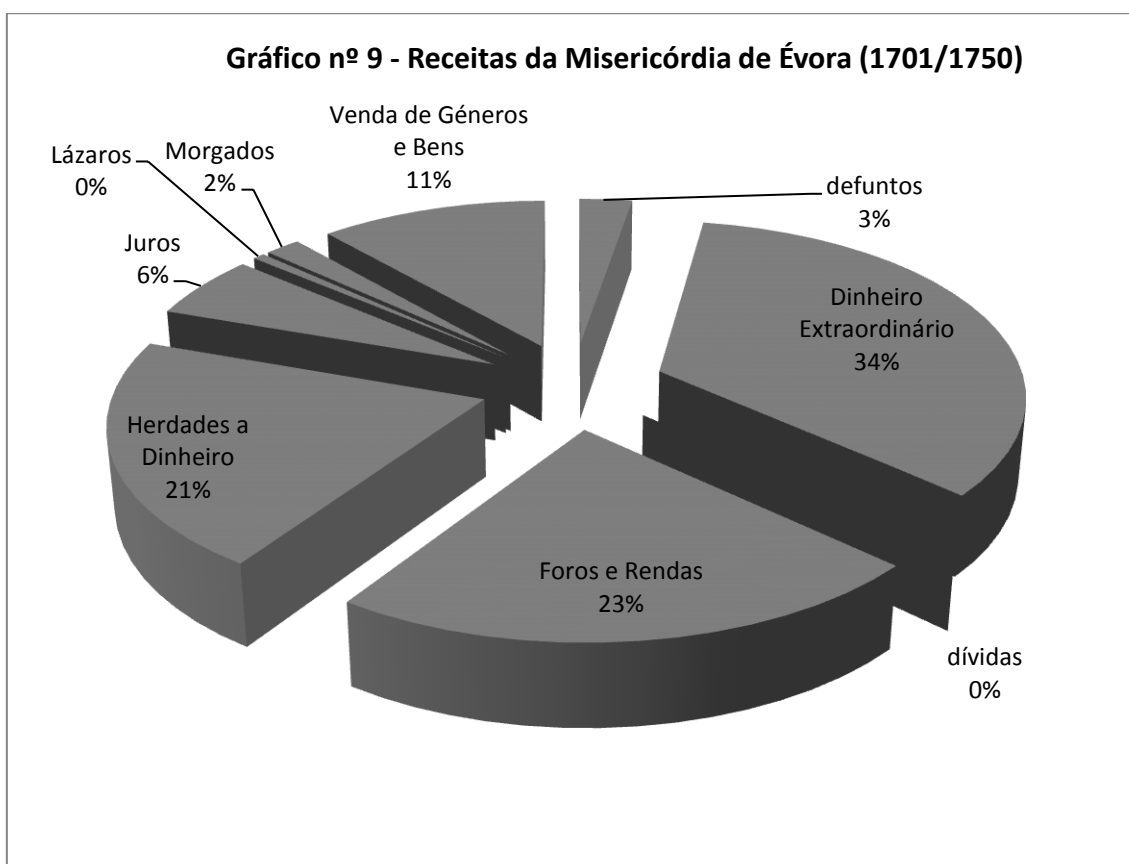
⁵² Veja-se de novo o gráfico nº 2.



“Dinheiro extraordinário” à parte, ainda inclua quase metade dos rendimentos, o que é realmente importante realçar são os foros e as rendas. Apesar destes livros de receitas não separarem os foros urbanos dos foros rurais sabemos, pela análise dos gráficos nº 8 e nº 9, que os foros e as rendas foram em maior número e tiveram maior peso nos rendimentos da Santa Casa⁵³ (41% entre 1650 e 1700 e 23% entre 1701 e 1750). E se, nesta rubrica, os valores no período de 1650/1700 tiveram algum significado, a quebra no período seguinte deveu-se mais à passagem dos foros e rendas rurais para a rubrica das herdades do que propriamente à diminuição dos seus rendimentos. Daí o aumento de mais de 16% das herdades de um período para outro, constituindo, por isso, o maior crescimento em termos

⁵³ Constatção que se pode encontrar novamente pela análise do gráfico nº 2.

de peso relativo nos rendimentos da Casa. Outro grande crescimento (9%) verificou-se na venda de géneros e bens, basicamente cereais do celeiro⁵⁴.



Numa proporção menor – de 1% para 2% – evoluíram as receitas dos enterros, designadas nas fontes como “defuntos”. Mas aqui há a referir as irregularidades, sobretudo na falta de registo, mais do que propriamente na receita, dado que o seu peso relativo seria maior^{55,56}. Ainda em aparente

⁵⁴ Os foros e as rendas pagos em cereais eram depositados no celeiro da Misericórdia. Após o pagamento dos salários dos servidores e das esmolas aos pobres, o restante era vendido, sendo o seu produto registado nos livros de receitas e despesas gerais. Cf. ADE, ASCME, *Celeiro: receita e despesa*, 1º nº 706 (1580-1581) a 1º nº 849 (1767-1768).

⁵⁵ É imprescindível referir que a Misericórdia de Évora tinha o privilégio dos enterros na cidade, dado por Filipe II em 1593, na sequência de idêntico privilégio concedido à Misericórdia de Lisboa. Cf. ADE, ASCME, *Privilégios da Santa Casa da Misericórdia*, 1º nº48, fls. 427-428.

⁵⁶ Por exemplo, para o período de 1650 a 1700 apenas se faz registo deste tipo de despesa em 1697/1698 e 1699/1700. Para o segundo período, que termina em 1750, o registo regular só começou a ser efetuado a partir de 1715.

crescimento estiveram as receitas provenientes do hospital de São Lázaro⁵⁷. Aparente porque, mais uma vez, a fonte enferma, quase de certeza, de sub-registo, sendo averbada como autónoma e anual somente a partir do ano económico de 1735/1736.

Em sentido decrescente, e durante todo o período analisado, estiveram as receitas provenientes dos empréstimos e dos padrões de juro, embora também aqui se verifiquem algumas falhas de registo. Neste caso concreto deve referir-se que, à semelhança de outras confrarias, também as Misericórdias se envolveram na compra de censos, o que não deixa de ser uma forma indireta de entrarem no mercado creditício⁵⁸. Na de Évora esse movimento nota-se mais a partir da década de cinquenta de 1600⁵⁹, recaindo tanto em casas na cidade como em propriedades rústicas do seu termo (neste último caso essencialmente em vinhas, quintas e ferragiais). O processo de compra esteve associado às determinações deixadas pelos doadores da Misericórdia, resultando a maior parte do capital da venda de alguns bens doados à Instituição que traziam instruções expressas nesse sentido. Razão pela qual os rendimentos dos censos comprados eram afetos às capelas dos instituidores⁶⁰.

Apesar de este movimento demonstrar que a Misericórdia de Évora também se dedicava a atividades financeiras quando o empréstimo a juros era ainda proibido, as fontes onde se registaram a compra de censos não fornecem informações tão organizadas e pormenorizadas como aquelas que encontramos nos livros de saída e entrada de dinheiro no cofre da

⁵⁷ Sem grande coerência do ponto de vista contabilístico, as receitas dos Lázaros eram inscritas alternadamente, ora como rubrica autónoma, ora como receitas extraordinárias.

⁵⁸ Como referido por Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 47-68.

⁵⁹ Tendo em conta a fonte onde este tipo de transações foi registado. Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: tombo IV de foros*, 1º nº 76, (1680/1681).

⁶⁰ Todavia, existiram outras formas de suportar as capelas, nomeadamente o distrate de censos, ou distrate de padrões de juro. Cf. Idem, *ibidem*.

Misericórdia⁶¹ relativo ao mercado creditício. Aliás, as primeiras referências a empréstimos a juros surgem não nos livros de receitas e despesas, como seria de esperar, mas num tomo de foros e apenas relativos ao período que medeia entre 1668 e 1670⁶²: 6 empréstimos no total, somando o capital emprestado 1 177 500 réis. Desde essa altura, e até 1705, não foi encontrado qualquer outro registo de dinheiro concedido a juros. Realidade diferente se verificaria em outros lugares, onde as práticas fiduciárias estavam mais arreigadas, como em Setúbal, onde 20% dos rendimentos provinham de empréstimos a juros⁶³. Também a Misericórdia de Aveiro, sobretudo no século XVIII, tinha nesta atividade financeira a maior porção das suas receitas (35%). Todavia, os casos onde esta situação teve mais visibilidade foram os das Misericórdias de Guimarães e Ponte da Barca, onde os juros representaram mais de 80%⁶⁴ da receita, no primeiro caso, e cerca de 60% das receitas globais, no segundo caso.

Em relação à rubrica dos morgados, a sua evolução entre os dois períodos analisados é descendente, ainda que ligeira. Quer isto dizer que as suas rendas representaram 3% dos rendimentos no período de 1650 a 1700, 2% no período de 1701 a 1750⁶⁵. De realçar que, apesar de ter algum peso nas contas da Santa Casa, este tipo de receita dizia respeito unicamente ao morgado de Ervedel, instituído por Francisco Mendes da Rocha que, no

⁶¹ Hospital que, como referimos, estava sob a administração da Misericórdia. Cf. ADE, ASCME, *Livro de receita: entrada de dinheiro no cofre do hospital dado a juros*, 1º nº 98, (1694-1793). Idem, *Livro de despesa: saída de dinheiro do cofre do hospital*, 1º nº 103 (1700-1816).

⁶² Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: tomo IV de foros*, 1º nº 76, (1680/1681).

⁶³ Se bem que praticamente metade das receitas da Misericórdia local fosse proveniente de propriedades imóveis. Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, p. 55.

⁶⁴ Cf. Américo Fernando da Silva Costa, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães... cit.*, p. 143. Maria das Dores Sousa Pereira, *Entre ricos e pobres... cit.*, pp. 153-158.

⁶⁵ Convém referir que o morgado em si não pode ser considerado como receita, mas sim os seus réditos.

testamento de 1655, escolheu a Misericórdia de Évora como sua administradora, com a imposição de duas capelas de missa quotidiana⁶⁶.

Deixámos propositadamente para o fim os rendimentos oriundos da cobrança dos legados pios não cumpridos. Esta foi uma fonte de receita que surgiu unicamente a partir de 1712, ou seja, dois anos após a Misericórdia de Évora ter obtido do Papa Clemente XI o Breve que a autorizava a arrecadar os referidos rendimentos⁶⁷. A área geográfica incidia, naturalmente, sobre o Arcebispado de Évora. De resto, tal como já tinha acontecido no Hospital de Todos os Santos em 1545 e na Misericórdia do Porto em 1693, ou na Misericórdia de Braga dois anos depois da de Évora⁶⁸. Como em todos estes casos, o destino destas verbas foram os hospitais. Em Évora foi o Hospital do Espírito Santo.

⁶⁶ Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: tomo IV de foros*, 1º nº 76, (1680/1681).

⁶⁷ Breve cuja implementação parece não ter sido fácil a nível local. Assim, em Dezembro de 1712, o rei ordenava ao Provedor da Comarca de Évora que aplicasse os legados não cumpridos para o Hospital do Espírito Santo. Cf. *Legados Pios/Santa Casa da Misericórdia d'Evora*, Évora, Typografia da Casa Pia, 1882. (Alvará datado de 1 de Dezembro de 1712). Sempre a pedido da Misericórdia, o monarca reiterava as mesmas ordens anos mais tarde, em 1715, estendendo-as aos Provedores das Comarcas de Beja, Campo de Ourique, Setúbal, Santarém e Elvas. Cf. Idem, *ibidem*. (Alvará datado de 7 de Setembro de 1715). Já as pastorais e cartas da hierarquia eclesiástica dirigidas aos párocos, capelães, sacristães, abades, priores e tesoureiros do Arcebispado de Évora, proibindo a *quitação* dos legados por meio de certidões pré datadas ou falsas demonstram toda uma rede de conivências entre os administradores dos bens do purgatório e os párocos para evitarem a entrega dos legados pios não cumpridos ao hospital. Cf. Idem, *ibidem*. (Pastoral de D. Simão da Gama datada de 1 de Março de 1714. Carta do Núncio, Legado de Latere Vicente Bichi datada de 3 de Setembro de 1715. (Pastoral do Deão e Cabido da Sé de Évora datada de 5 de Outubro de 1717). Apesar desta última Pastoral, o Cabido parece ter mudado de opinião ainda nesse mesmo ano, tentando impugnar junto da Cúria Romana o Breve de Clemente XI. Para fazer face às despesas inerentes à representação dos interesses do Hospital, a Misericórdia endividou-se junto de dois irmãos da casa – José da Cunha Estibeiro e Jacinto das Neves, tendo pago 2. 903. 580 réis pelo capital principal e juros entre 1717 e 1719. Quantia que, curiosamente foi paga com dinheiro proveniente da cobrança dos legados não cumpridos. Cf. ADE, ASCME, *Receita de todo o dinheiro que se mete no cofre da Misericórdia*, 1º 98, 1694/1793, e 1º nº 103, 1700-1816.

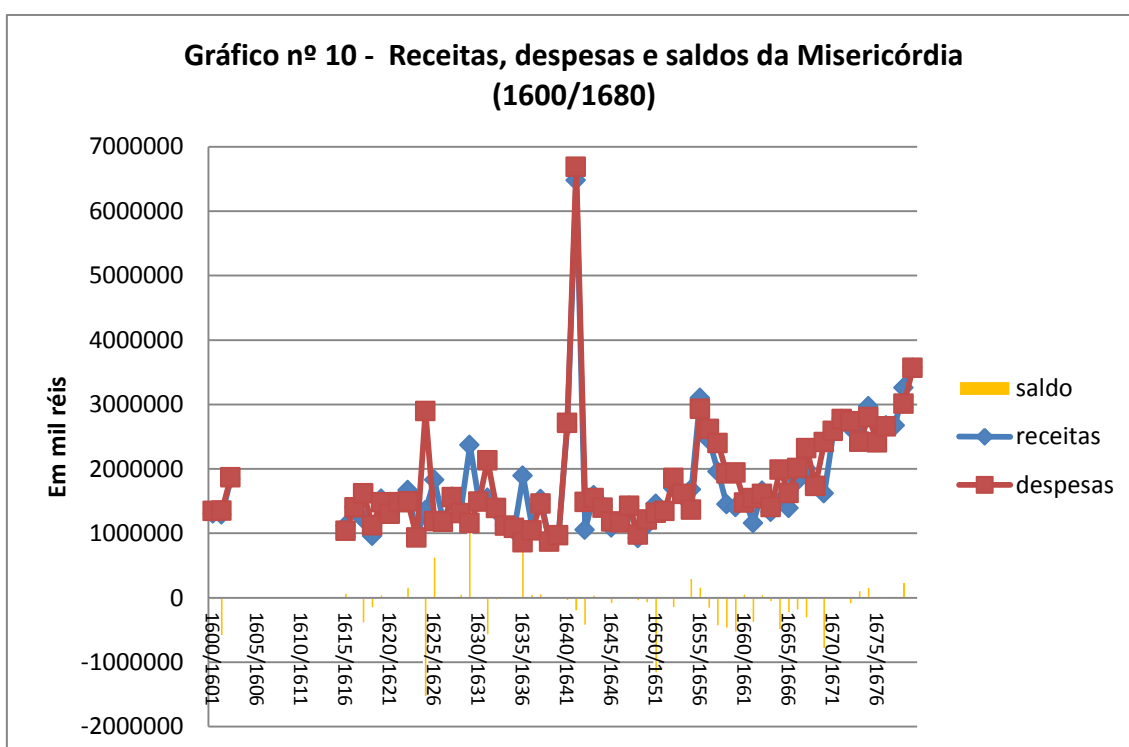
⁶⁸ Para a cronologia deste movimento vejam-se os exemplos apresentados em Laurinda Abreu, *Memórias da Alma.... cit.*, pp. 143-145; Idem, “Uma primeira abordagem aos breves de perdão e redução”, *Revista*

Em síntese, refira-se que os rendimentos da Misericórdia de Évora estiveram dependentes fundamentalmente das rendas e foros ligados à exploração agrícola. Por essa razão, e como referimos atrás, a evolução das receitas acompanhou as conjunturas de crise e estabilidade dos preços dos cereais. É sobre este cenário que trabalharemos a assistência praticada pela instituição. O que implica conhecer o modo como distribuía os seus recursos. A comparação com outras realidades nacionais torna-se, neste contexto, crucial e é isso que tentaremos de seguida.

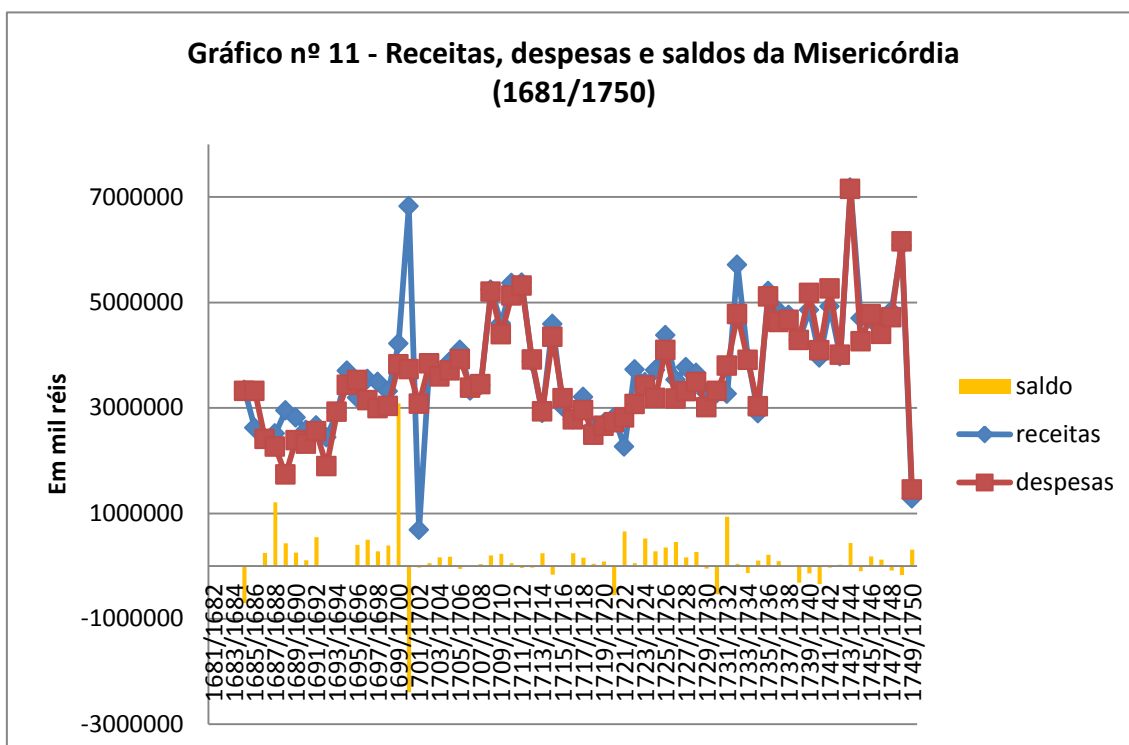
Portuguesa de História, t. XXXIII (1999), p. 718; Idem, “O Século das Misericórdias”, *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), Série História 3, 2003, p. 469.

Capítulo II – As despesas da Misericórdia no contexto local e nacional

O método seguido para analisar as despesas da Misericórdia de Évora foi o mesmo que utilizámos para as receitas: em primeiro lugar acompanhamos as tendências seculares, e em segundo lugar definimos a sua composição.

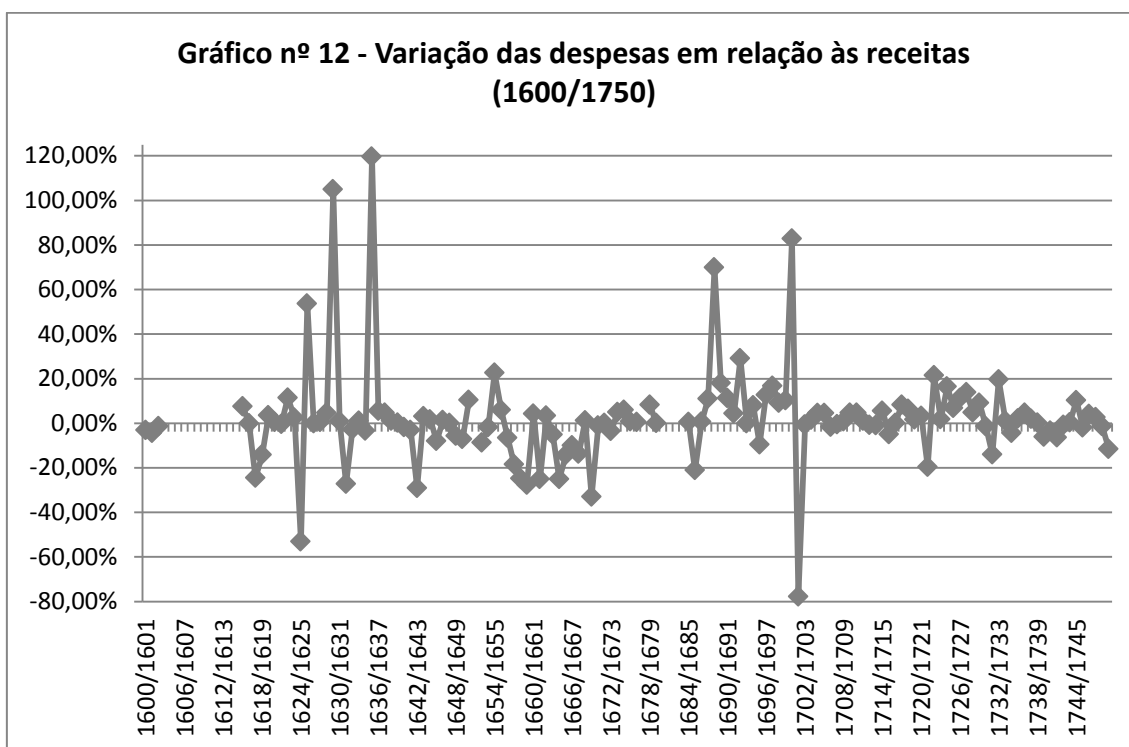


Sem surpresas, quando se sobrepõem os movimentos das receitas aos das despesas da Misericórdia de Évora (gráficos nº 10 e nº 11) verifica-se a existência de um paralelismo quase perfeito entre ativos e passivos. O dispêndio do dinheiro parece ter ocorrido ao sabor das flutuações das receitas, crescendo e diminuindo em consonância com a evolução das conjunturas económicas.



No entanto, numa análise de maior detalhe esta correspondência deixa de ser tão linear. No cenário que se capta no gráfico nº 10 destacam-se dois momentos distintos: o primeiro – balizado grosso modo entre 1600 e 1669 – foi notoriamente caracterizado pelo desequilíbrio orçamental, já que dos 57 anos para os quais dispomos de registos de receitas e despesas, 24 anos (42%) apresentaram um balanço negativo entre ambas. O segundo momento, representado no gráfico nº 11 – entre 1681 e 1750 –, foi mais equilibrado: nos 74 anos económicos para os quais existem registos, 17 anos (22%) foram negativos, o que pressupõe um decréscimo de 20% do desequilíbrio orçamental das contas da Misericórdia quando comparado com o período de 1600-1669. Em última análise, este foi um movimento que acompanhou a evolução macroeconómica da região alentejana, e portuguesa em geral, onde, como referimos, o século XVII se pautou por uma grande variação e instabilidade dos preços e o seguinte por uma maior estabilidade, com consequências óbvias para os rendimentos, arrancando a

economia para um crescimento mais vigoroso, precisamente, a partir de 1670. Esta divisão torna-se ainda mais notória quando analisamos gráfico nº 12, onde é representada a variação das despesas em relação às receitas⁶⁹. Com efeito, o período que termina em 1670 foi o que mais se distinguiu em termos de desequilíbrio orçamental de longa duração. E, neste particular, temos que realçar praticamente toda a década de 60 do século XVII, com anos sucessivos de deficits a rondarem os 20-30%.



Mais recuadas, as décadas de 20, 30 e 40, apesar de balanços negativos, não se caracterizaram por variações tão pronunciadas e conjunturalmente tão duradouras como as que se verificariam no contexto das guerras da Restauração⁷⁰. Por oposição, a primeira metade do século

⁶⁹ A percentagem de variação anual foi calculada utilizando a seguinte fórmula: $(\frac{\sum r}{\sum d} - 1)$, onde r é igual às receitas, e d é igual às despesas.

⁷⁰ À exceção de 1624/1625 (-53%); 1631/1632 (-27%) e 1642/1643 (-29%).

XVIII foi muito mais estável, isto apesar do maior desnível de todo o período analisado se encontrar em 1701/1702, quando as despesas ultrapassaram as receitas em praticamente 78%. Ou, ainda, dos anos económicos de 1721/1722 (-19,5%) e de 1731/1732 (-14%), com a maior parte das variações anuais negativas a não ultrapassar os 5%. Refira-se, contudo, que o desequilíbrio no ano de 1701/1702 nele verificado não se deveu ao aumento exponencial das despesas mas à ausência de registo da maior parte das rubricas que compunham as receitas. Para o ano em questão apenas foram registadas as receitas provenientes da arrecadação dos foros, rendas e laudémios. Ao contrário, todas as rubricas das despesas foram registadas⁷¹.

Em sentido contrário, do lado dos saldos positivos, foi também no século XVII que se verificaram os valores mais elevados. Neste caso, destacamos os anos de 1625/1626; 1629/1630 e 1635/1636, respetivamente com 54% 105% e 120% de variação das receitas em relação às despesas. Estes anos constituíram superávits que nunca até aí tinham sido alcançados, nem o seriam depois, envolvidos num contexto inflacionário, tanto de preços como de rendas, no período prévio ao auge da crise da década de trinta do século XVII⁷². Ainda no terreno positivo, mas já para os finais século XVII e segunda metade do século XVIII, destacaram-se os anos económicos de 1688/1689 (70% de variação) e 1700/1701 (83% de variação) que, como referimos anteriormente, se inseriram no processo de crescimento global da economia alentejana iniciado na década de setenta de Seiscentos.

⁷¹ Cf. adiante o gráfico nº 13. Apesar de tudo o que foi dito, as únicas receitas que foram registadas, recorde-se: foros rendas e laudémios –, sofreram uma diminuição drástica nesse ano de 1701/1702, por comparação com o ano anterior. Isto, num ambiente de preços cerealíferos relativamente baixos, acompanhados simetricamente pela diminuição das rendas efetivas das herdades da Misericórdia. Confira-se de novo os gráficos nº 6 e nº 7.

⁷² Cf. Idem, *ibidem*.

Em última análise, uma leitura mais detalhada da gestão das contas da Misericórdia de Évora demonstra uma situação menos equilibrada do que o gráfico nº 11 transmite. Na verdade, o património ia-se *descaminhando*, o que levou o rei a ordenar devassas e inquirições, como as já citadas de 1692, ao Juiz do Fisco do distrito da Inquisição de Évora, encarregado de tomar “logo as contas das rendas da dita casa de doze annos a esta parte”⁷³, o que na prática significava a revisão das contas do período de 1680 a 1692. Nas determinações resultantes desta ação, para além de todos os reparos que fazia ao (in) cumprimento das disposições testamentárias e demais legados da Misericórdia, o referido juiz determinava “Que nenhuma meza despenda dinheiro ou fazenda a conta do que ouver de cobrar [...] e muito menos fasa maior despeza do que sobre a renda anual da caza ainda que as necessidades e doenças dos pobres sejam tais que não bastem a remediallas a renda anual”⁷⁴.

Paradoxalmente, de entre anos económicos que suscitaram dúvidas à Coroa, apenas o de 1688/1689 representou um balanço negativo, de pouco mais de 20%. Apesar de não dispormos informação para os anos entre 1680 e 1684, não podendo por isso aferir acerca da sua oscilação, dos restantes anos positivos destaca-se o de 1688/1689, onde as receitas superaram as despesas em cerca de 70%. A avaliar pelos números apresentados, é de crer que a direção das recomendações do Juiz do Fisco em relação ao desequilíbrio orçamental fosse mais num sentido proactivo que reativo. Pelo menos, no que se refere aos anos que estava a auditar, uma vez que como já ficou demonstrado, a Misericórdia de Évora atravessou o século XVII em desequilíbrio financeiro. Certo mesmo, fruto da intervenção do Juiz do Fisco, ou em resultado da conjuntura económica, o facto de a confraria ter estabilizado as suas contas ao longo da primeira metade do

⁷³ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 23, fl. 8.

⁷⁴ *Idem*, *ibidem*, fl. 12v.

século XVIII. Nesta altura, as preocupações da Coroa parecem mais centradas na questão do cumprimento das disposições testamentárias, ou ainda, como aconteceria em 1720, nas dificuldades de arrecadação das rendas, o que era uma tónica dominante no país⁷⁵. Neste caso particular, o rei ordenava ao Juiz do Fisco do Distrito da Inquisição de Évora que “as diuidas que achares prosedereis na cobrança de deles via executiva dando as partes apelação e agravo pera a meza do desembargo do Paço”⁷⁶.

O quadro geral do comportamento económico da Misericórdia de Évora, por um lado, aparentando simetria na evolução das receitas e das despesas, por outro, frequentes desequilíbrios orçamentais, não era exclusivo desta instituição. Demonstram-no os estudos monográficos para outras Misericórdias, apesar de nem sempre nos permitirem estabelecer um padrão de comparação devido à disparidade de métodos utilizados na abordagem às fontes de cariz económico. Apesar destas limitações, podemos afirmar, ainda que para cronologias diversas e dependendo das especificidades económicas locais, que as administrações das Misericórdias tiveram ao longo da *modernidade* visíveis dificuldades em equilibrar as suas contas. Desses estudos salientamos os casos das Misericórdias de Setúbal, do Funchal e de Aveiro⁷⁷ onde o desnível foi mais frequente. Em quase todas os casos, contudo, as análises realizadas não valorizam o facto

⁷⁵ Sobre o assunto vide Laurinda Abreu, “As Misericórdias portuguesas de Filipe I a D. João V”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - União das Misericórdias Portuguesas, Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 47 – 77.

⁷⁶ Idem, *Lembranças*, 1º nº 26, fls. 12-12v. (Lembrança datada de 8 de Fevereiro de 1720).

⁷⁷ Se Laurinda Abreu refere que dos noventa e cinco anos estudados na Misericórdia de Setúbal raramente os saldos foram positivos, Maria Dina Jardim indica que o desequilíbrio das contas foi frequente e significativo. Em Aveiro os saldos negativos muito elevados eram “demasiado frequentes”. Nestes casos, como aliás em praticamente todas as Misericórdias, a situação mais crítica parece ter sido vivida durante o século XVIII. Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, p. 66. Maria Dina Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal... cit.*, pp. 98-99. Manuel de Oliveira Barreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro... cit.*, p. 118.

de as Mesas administrativas compensarem os saldos negativos com as esmolas que, de forma mais ou menos compulsiva, se viam obrigadas a fazer às instituições que geriam⁷⁸. Pese embora os avanços e recuos em relação à intervenção régia nas Misericórdias⁷⁹, quando denunciadas, foram alvo de atuação por parte da Coroa. Como vimos, na Misericórdia de Évora, mas também em Misericórdias tão diferentes como a de Setúbal⁸⁰, Ponte da Barca⁸¹ ou Funchal⁸².

Terminada a análise geral das despesas da Misericórdia de Évora importa agora conhecer um pouco melhor as suas opções financeiras em termos de distribuição de recursos. Tal como foi o caso das receitas, também nas despesas optámos por dividir o período em estudo em dois momentos: o primeiro, compreendido entre 1650 e 1700 e o segundo entre 1701 e 1750⁸³. Divisão que se justifica, tal como no caso das receitas, pela melhor observação da evolução dos movimentos financeiros, uma vez que existem diferenças entre os dois períodos.

⁷⁸ Como foi o caso das Misericórdias de Guimarães e de Montemor-o-Velho. Cf. Fernando da Silva Costa, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães... cit.*, p. 150-152. Mário José Costa da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho... cit.*, p. 75).

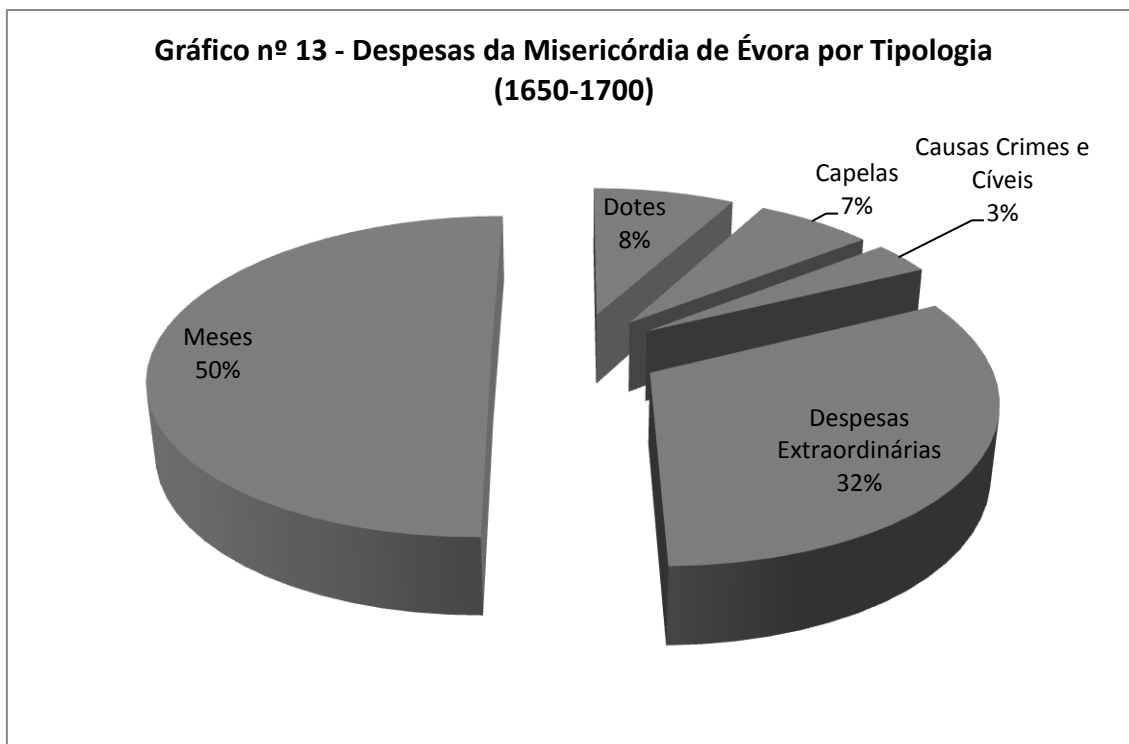
⁷⁹ Recorde-se o percurso filipino deste privilégio que estabelecemos em *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2007, pp. 66-67.

⁸⁰ Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 62-63

⁸¹ Cf. Maria das Dores Sousa Pereira, *Entre ricos e pobres... cit.*, p. 183

⁸² Cf. Maria Dina Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal... cit.*, pp. 102-103.

⁸³ Convém referir que, na estrutura original das fontes que serviram para a construção formal dos gráficos nº 13 e nº 14, constavam categorias que, pela sua pouca expressividade em relação às demais não foram representadas graficamente. Mais especificamente, no gráfico nº 13: ordenados, obras, administração da casa, hospital e dívidas, e no gráfico nº 14 doentes da cadeia, hospital, dívidas e morgados.

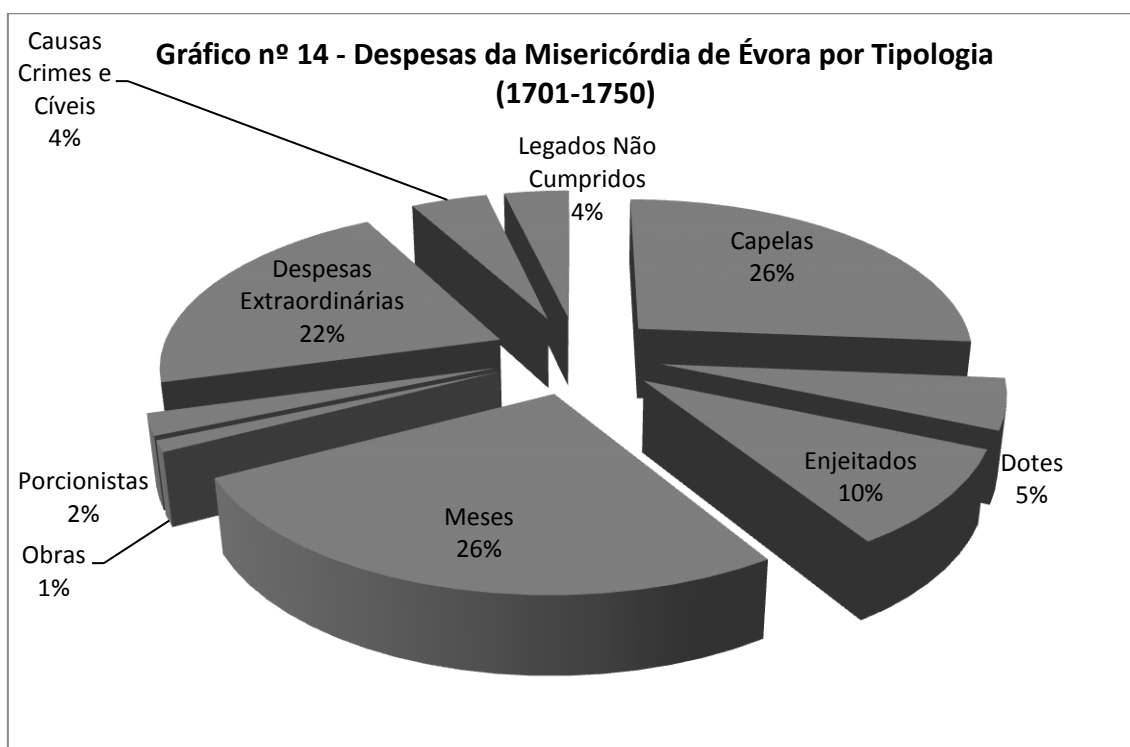


Tal como como verificado no caso das receitas, também aqui a inscrição dos gastos na rúbrica “despesas extraordinárias” tem um significado importante, constituindo a segunda maior “despesa” em ambos os períodos, embora não tão significativo quanto no caso das primeiras⁸⁴. Aparte este contratempo em termos de análise, uma primeira observação ao gráfico nº 13 revela, sem sombra de dúvidas, que a fatia reservada às despesas dos mordomos dos meses se sobrepõe a todas as demais, com metade das despesas registadas⁸⁵. Em segundo lugar, embora bem afastada das despesas extraordinárias, encontra-se a rúbrica dos dotes, seguida de muito perto pelos gastos com as capelas. Por último, estão as causas crimes

⁸⁴ A composição das despesas extraordinárias era, por norma, bastante vasta, incluía gastos que como ordenados, obras nas herdades e na Casa, dívidas aos boticários e, ainda que residualmente, ao suprimento de algumas carências do hospital. Veja-se, a título de exemplo, ADE, ASCME, *Receita e despesa*, 1703/1704, 1º nº 1340.

⁸⁵ Como desenvolveremos adiante, apesar da atividade dos mordomos dos meses englobarem muitas vezes pagamentos de ordenados em dinheiro aos servidores da Misericórdia, pequenas obras e serviços, assim como a alimentação dos presos, a maior parte das suas despesas estava relacionadas com a assistência domiciliária.

e cíveis e os doentes da cadeia, representando, respetivamente, 3% e 1% da despesa total.



Conforme se pode observar no gráfico nº 14, a distribuição dos gastos entre 1701 e 1750 altera-se substancialmente em relação ao período anterior. A proporção relativa das despesas dos mordomos iguala a das capelas com 26%. A despesa extraordinária situa-se logo a seguir, mas também com menos 9% que a de 1650/1700⁸⁶. Por seu lado, os enjeitados, que antes representavam um valor residual, passaram a deter 10% dos gastos da Misericórdia, ultrapassando os dotes, que desceram para 5% entre 1701/1750, portanto, um retrocesso de 3% relativamente a 1650/1700. Percurso inverso fariam os gastos com as causas crimes e cíveis⁸⁷, que

⁸⁶ Não obstante, esta alteração pode resultar de uma maior preocupação em registar todas as despesas fazendo, por isso baixar os valores das “despesas extraordinárias”.

⁸⁷ As causas cíveis relacionavam-se essencialmente com as demandas judiciais movidas pela, ou à Misericórdia ou a ela movidas na maior parte dos casos ligadas a questões de posse e administração dos legados testamentários. Já as causas crimes abrangiam o dispêndio de dinheiro com os processos judiciais

representaram um crescimento, ainda que ténue, de 3% para 4% do primeiro para o segundo momento analisado. Peso semelhante teriam as despesas efetuadas com os legados não cumpridos – 4% –, logo seguidas das porcionistas⁸⁸, que contribuía para 2% dos encargos da Misericórdia entre 1701 e 1750. Por fim, as rubricas das obras e dos ordenados dos servidores que, como se pode constatar pela análise dos gráficos nº 13 e nº 14, tiveram uma evolução positiva – de cerca de 1% – entre os dois momentos estudados.

Todavia, a distribuição relativa dos valores enferma da influência negativa de alguns fatores que temos vindo a assinalar, como a deficiente, ou total ausência de registo da informação nos livros gerais de receitas e despesas. Tal como em outros lugares⁸⁹, também na Misericórdia de Évora os mordomos dos meses, das capelas e das cadeias tinham livros próprios onde assentavam as suas despesas, devendo ser copiados esses registos para o livro das receitas e despesas no final do seu mandato. É provável que se verificassem falhas no processo de cópia. Foi certamente esse o caso de rubricas como as das obras, ordenados dos servidores, doentes da cadeia, capelas, enjeitados, porcionistas e os legados não cumpridos. Se as despesas referentes aos três primeiros ainda foram esparsamente registadas para o período de 1650 a 1700, a nossa opção em não os representar deveu-se ao facto de serem despesas residuais. Já os três últimos começaram a ser registados unicamente depois de 1700, o que explica a reconfiguração dos

dos presos, que englobavam, entre outros, a carceragem, a inquirição das testemunhas, o transporte para o degredo, ou os emolumentos dos oficiais da justiça.

⁸⁸ Correspondiam a duas porcionistas recolhidas no Colégio de São Manços ou das donzelas pobres nobres. No período em estudo a Misericórdia de Évora pagou sempre duas porções a duas donzelas deste colégio ou Recolhimento, com um valor de 25 000 réis anuais cada uma. Sobre este Recolhimento veja-se Marco Liberato, “Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços”, *Igreja Caridade e Assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Laurinda Abreu (ed.), Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2004, pp. 274-289.

⁸⁹ Maria Dina Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal... cit.*, p. 99.

valores de um período para o outro, que justifica o crescimento das despesas com as capelas, ordenados e obras, entre 1700 e 1750. De igual modo, o registo de novas despesas justifica a diminuição do peso relativo das despesas dos mordomos dos meses e dos gastos extraordinários neste último período.

Todo este movimento é explicitado de forma clara nos gráficos nº 15 e nº 16, permitindo o acompanhamento da evolução do movimento secular das despesas absolutas. E o resultado confirma os traços gerais das opções dos gastos da Misericórdia de Évora que tínhamos representados em termos proporcionais, isto apesar das ausências de registo atrás referidas e aqui notórias. Não obstante, quer em termos relativos, quer em absolutos, os valores das despesas extraordinárias dos mordomos dos meses sobressaem de todas as outras, pese embora a irregularidade na sua evolução. Comparativamente, quase todas as restantes categorias se pautaram por uma maior regularidade. Neste ponto destacamos as capelas, que depois da fixação do registo verificada a partir da década de noventa de 1600, assumiram um dos comportamentos mais estáveis até ao final do período analisado. Desta regularidade escapam, como podemos observar, as despesas com os enjeitados, que ficando definitivamente a cargo da Misericórdia de Évora em 1618, só lhes foi atribuída categoria independente nos livros de despesas a partir do ano económico de 1735/1736⁹⁰. Em situação semelhante se encontram as despesas com os legados não cumpridos, com variações inter-anuais muito pronunciadas⁹¹, deixando adivinhar atrasos e dificuldade em cobrá-los.

⁹⁰ Sobre os avanços e recuos da Misericórdia de Évora em relação à responsabilidade com a criação dos enjeitados veja-se Laurinda Abreu, “The Évora foundlings between the 16th and the 19th century: the portuguese public welfare system in analysis”, *European Association for the History of medicine and health – 5th Conference, Health and Child Care and Culture in History*, Geneva Medical School, September 13th – 16th, 2001, p. 50.

⁹¹ Desde que começaram a ser registados com mais regularidade, no ano económico de 1731/1732.

Gráfico nº 15 - Evolução das Despesas na Misericórdia de Évora (1650/1680)

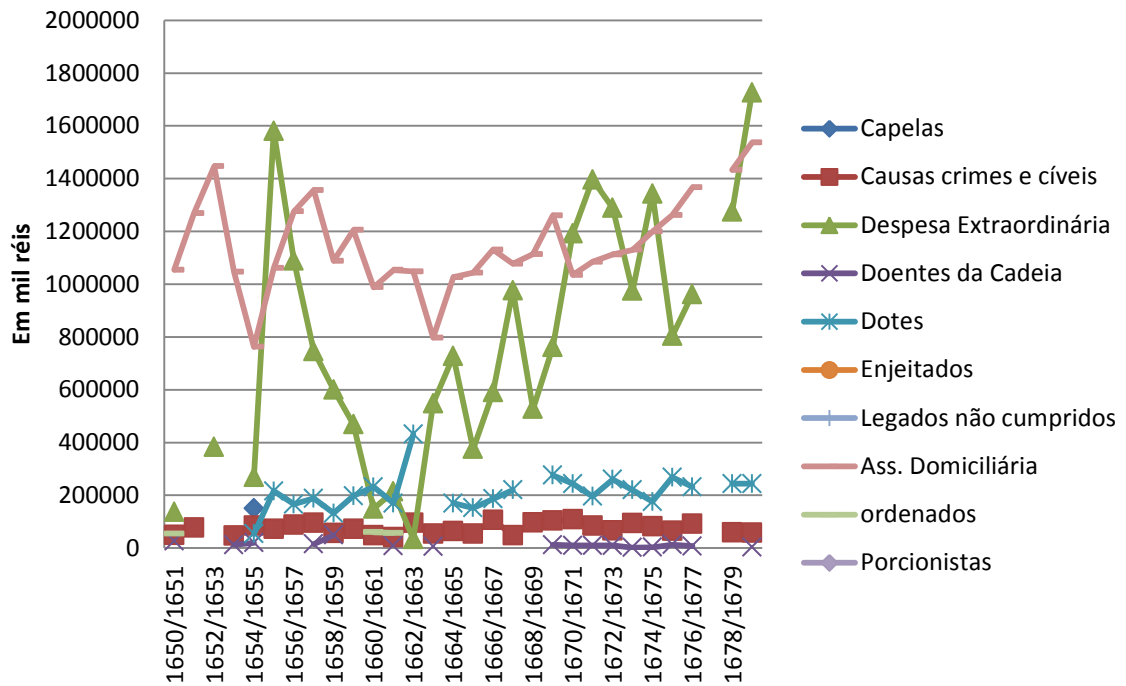
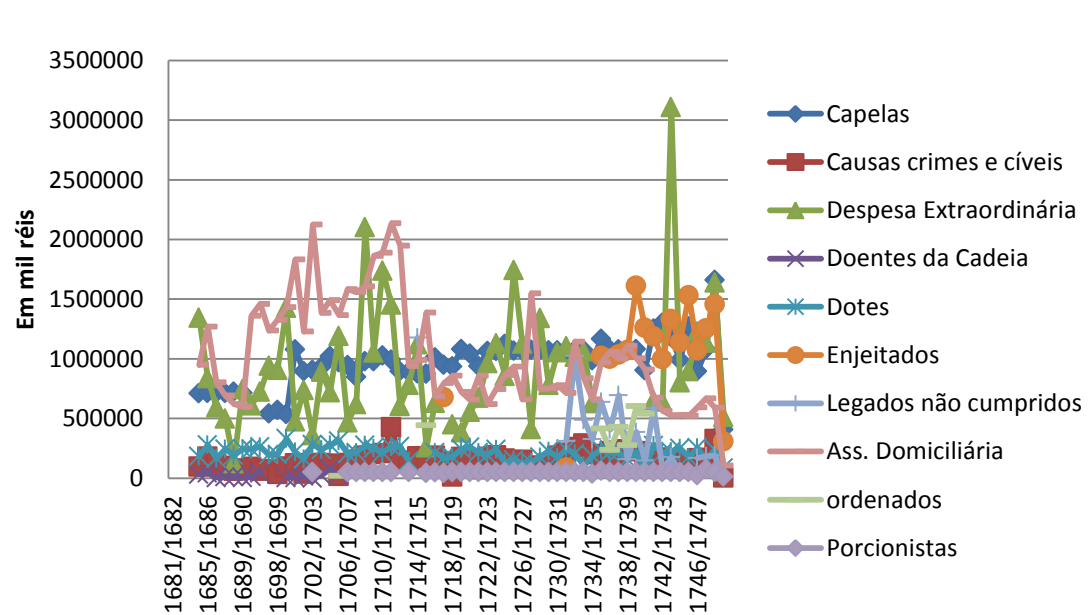


Gráfico nº 16 - Evolução das Despesas na Misericórdia de Évora (1681/1750)



Da análise dos dois gráficos anteriores torna-se evidente a diminuição dos gastos dos mordomos dos meses, que identificámos atrás, com a assistência domiciliária⁹², o que se verifica sobretudo passada a crise económica da primeira década do século XVIII. Decréscimo que não se poderá reportar à inflação de nenhuma outra categoria de despesa, uma vez que as fontes emudecem a esse respeito, não podendo, pois, ser estabelecida uma relação direta entre o aumento de umas e a retração de outras. Contudo, não deixa de ser sintomático o aumento do número de crianças abandonadas a partir da segunda década de 1700⁹³, fazendo disparar os gastos da Misericórdia com a sua criação, uma vez que as rendas do Hospital de São Lázaro que lhes estavam alocadas deixaram de ser suficientes. É provável, pois, que a Misericórdia tivesse desviado verbas de outras rubricas, nomeadamente da assistência domiciliária, por exemplo, para a criação dos expostos.

Como temos vindo a refletir, nem a realidade eborense nem as opções financeiras e assistenciais da sua Misericórdia estiveram isoladas do contexto regional e nacional. Contudo, quando se pretendem estabelecer comparações e avaliar padrões de atuação nas práticas assistenciais, as dificuldades avultam. Em primeiro lugar, porque estamos perante especificidades económicas, sociais e institucionais; em segundo lugar, porque os trabalhos sobre as Misericórdias e a sua atividade assistencial não têm seguido um modelo de análise uniforme, o que em parte decorre da documentação produzida por cada instituição.

O exemplo mais evidente desta dificuldade reside no termo de comparação entre categorias e subcategorias de despesas. A maioria dos estudos refere apenas, em abstrato, a categoria “assistência”, sem que se

⁹² Um assunto a que voltaremos adiante no capítulo III desta parte II para analisar a evolução e definição das opções assistenciais ao nível da assistência domiciliária.

⁹³ Cf. o trabalho de Laurinda Abreu, “The Évora Foundlings... cit.”, p. 51.

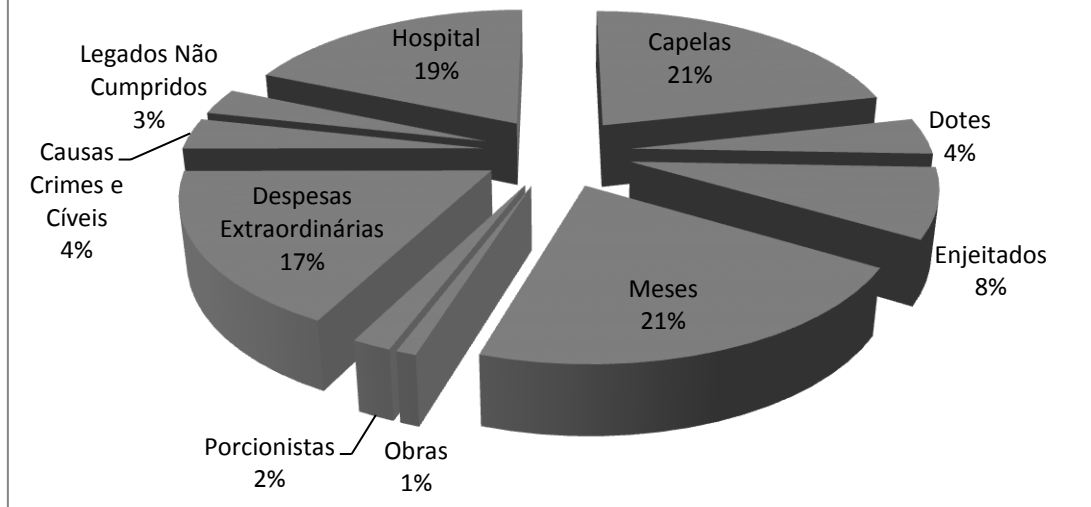
saiba a que áreas correspondem. Ainda assim, é possível desenhar, em traços gerais, as opções financeiras de várias Misericórdias. E neste caso podemos afirmar que o padrão assistencial que mais se assemelhou à realidade da Misericórdia de Évora foi o da de Montemor-o-Novo. Ali, para o período entre 1650 e 1700, tal como em Évora, as áreas que mais peso tiveram nas despesas da confraria foram o culto e a assistência domiciliária, cabendo-lhes, respetivamente, 29% e 26% da despesa total⁹⁴. Uma situação diferente seria a verificada em localidades próximas, como em Vila Viçosa, onde as despesas hospitalares consumiram a maior parte dos recursos disponíveis da Misericórdia entre os finais do século XVII e o início do XVIII. Em Misericórdias mais distantes verificar-se-ia este mesmo padrão de gastos. Assim aconteceu na Misericórdia de Setúbal, onde mais de 75% das despesas foram direcionadas para o hospital⁹⁵. Ou ainda no Funchal, cuja Misericórdia despendia 27% das suas receitas no Hospital de Santa Isabel⁹⁶. O facto de em Évora as despesas do hospital não terem entrado na contabilidade geral da Misericórdia, que mantinha a sua gestão separada, baralha os termos de comparação, como ficou patente nas representações gráficas nº 15 e nº 16. Por isso mesmo quisemos saber que lugar ocuparia o hospital nas despesas totais, pelo que procedemos a um exercício, teórico e artificial, de agregação das despesas. O resultado está expresso no gráfico seguinte.

⁹⁴ Para o aprofundamento das questões financeiras e opções assistenciais na Misericórdia de Montemor-o-Novo durante a primeira metade do século XVII, veja-se Rute Pardal, “A Assistência praticada pela Misericórdia de Montemor-o-Novo na segunda metade do século XVII através da análise dos seus movimentos económicos”, *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: História e Património*, Montemor-o-Novo, Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Tribuna, 2008, pp. 79-98.

⁹⁵ Se bem que neste caso os gastos com os doentes da vila, parte da assistência domiciliária portanto, fossem englobados nas despesas do hospital. Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal...cit.*, pp. 55, 69-71.

⁹⁶ Cf. Maria Dina Jardim, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal... cit.*, p. 94.

Gráfico nº 17 - Despesas da Misericórdia de Évora e do Hospital (1650-1750)



Apesar do reajuste dos diferentes itens de despesa em termos proporcionais, o resultado não é diametralmente oposto ao verificado sem os gastos do hospital. Ou seja, a assistência domiciliária (meses) e as capelas continuam a ocupar destaque nas despesas, representando ambas 21% das despesas totais. Agora com um dado novo, os gastos hospitalares, praticamente tiveram um peso equivalente (19%) ao verificado nestas duas últimas. Diferentes terão sido os padrões dos gastos em Ponte de Lima⁹⁷ e Ponte da Barca⁹⁸, onde as despesas com os salários se sobrepunham notoriamente a todas as outras. Ou ainda em Aveiro⁹⁹ e Montemor-o-Velho¹⁰⁰, onde os gastos com as capelas e culto secundarizaram os que se efetuavam com a assistência propriamente dita¹⁰¹. Outros modelos e opções

⁹⁷ Se bem que neste caso, as despesas com salários diminuíram em todo o século XVIII, enquanto simultaneamente, a assistência hospitalar cresceu exponencialmente. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, pp. 512-513.

⁹⁸ Cf. Maria das Dores de Sousa Pereira, *Entre ricos e pobres... cit.*, p. 169.

⁹⁹ Cf. Manuel de Oliveira Barreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro... cit.*, pp. 119-122.

¹⁰⁰ Cf. Mário José Costa da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho... cit.*, p. 189.

¹⁰¹ Não esquecendo o caso da Misericórdia de Guimarães, que alocava 40% das suas receitas à assistência aos doentes, pobres e presos. Uma vez que esta categoria agrega várias tipologias de despesas, não é

assistenciais existiriam, certamente moldados, reiteramos, pelas especificidades económicas sociais e até institucionais locais, mas para os analisarmos são necessários estudos que revelem os números e as pessoas.

Em suma, pese embora a existência de reajustes entre o século XVII e XVIII, ficou claro que em Évora os gastos efetuados pelos mordomos dos meses tiveram o peso mais elevado na contabilidade geral da Misericórdia. Sabemos também que entre as suas funções estava a distribuição da assistência domiciliária. É nela que entraremos de seguida. Para tornar o trabalho mais consistente do ponto de vista da análise dos resultados abordaremos igualmente a assistência institucionalizada, estabelecendo comparações entre ambas, procurando pontos de contacto e de afastamento.

possível individualizar o peso de cada uma nas contas finais. Cf. Américo da Silva da Costa, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães... cit.*, p. 149.

Capítulo III – Escalas diferenciadas ou diferentes grupos? Entre a assistência *institucionalizada* e a assistência domiciliária

1 – Assistência domiciliária e assistência *institucionalizada*: antagônicas ou complementares?

É relativamente comum atualmente rejeitarem-se as arrumações estáticas sobre a assistência institucionalizada e domiciliária características das correntes tradicionalistas. Sobretudo nos últimos vinte anos assistiu-se à queda de muitos mitos e generalizações abusivas que existiam neste campo. A desconstrução da ideia de que existia um fosso abissal entre os sistemas de caridade continentais – profundamente vocacionados para a assistência institucionalizada –, e o inglês, que privilegiava a assistência domiciliária, é um exemplo dos avanços da historiografia sobre estas questões. É compreensível, no entanto, a dimensão que a perspectiva tradicionalista adquiriu já que foi assistência institucionalizada que deixou mais testemunhos documentais. Porém, e apesar de muitas vezes relegada para segundo plano, a assistência domiciliária tem adquirido protagonismo na historiografia europeia, que vem revelando a sua coexistência com a institucionalizada, mesmo em sistemas onde esta tinha grande relevância, como eram o francês ou o italiano. Vários são os exemplos que demonstram, inclusive, que as próprias instituições hospitalares forneceram a assistência domiciliária¹⁰². Foi o caso de Nápoles, desde o século XVI, onde o Hospital da Anunciada tinha igualmente atividade caritativa

¹⁰² Tal como é referido por Stuart Woolf, *The Poor in Western Europe in the Eighteenth and Nineteenth Centuries*, London/New York, Methuen, 1986, p. 31.

domiciliária, sobretudo dirigida aos pobres envergonhados¹⁰³. Como demonstrou Sandra Cavallo, também o Hospital da Caridade em Turim, para além de acolher mendigos, crianças, pobres e incapacitados, organizava distribuições semanais de pão às famílias pobres da cidade¹⁰⁴. De igual forma, também Jean Pierre Gutton destacou para o caso francês, ao tempo do *renfermement*, a atividade da *Compagnie du Saint Sacrement*, a partir dos diversos *Hôtel-Dieu*, na organização de visitas domiciliárias, tanto ao nível espiritual, como de distribuição de esmolas¹⁰⁵,

Enfim, são alguns dos muitos exemplos que demonstram que a existência de instituições para a reclusão dos pobres não eliminou outras formas de assistência, nomeadamente a domiciliária. Ou, nas palavras de Sandra Cavallo, “such institutions did not eliminate, but became, in part, instruments of the system of outdoor relief that was to remain an important form of welfare provision throughout the period”¹⁰⁶. Do lado oposto, encontramos exemplos onde a assistência domiciliária foi parte integrante de um modelo especializado de assistência institucional, em diversas áreas e instituições, mas em tempos diferenciados. Se em cidades como Veneza,

¹⁰³ Cf. David Gentilcore, “Cradle of the Saints and Useful Institutions: Health Care and Poor Relief in the Kingdom of Naples”, *Health Care and Poor Relief in Counter Reformation Europe*, (Ole Peter Grell, Andrew Cunningham & Jon Arrizabalaga eds.), Routledge, London/New York, 1999, p. 136.

¹⁰⁴ Conforme o referido por Sandra Cavallo, *Charity and Power in Early Modern Italy: Benefactors and Their Motives in Turin (1541-1789)*, p. 189. Na sequência dos Éditos de Vittorio Amedeo de 1716 e 1717, que visavam a supressão da mendigagem, segundo os quais todos os mendigos deveriam dirigir-se ao hospital da Caridade para serem avaliados. Após isto, sendo considerados merecedores eram assistidos, caso contrário, ou sendo estrangeiros, eram expulsos da cidade. Cf. Idem, *ibidem*, p. 188.

¹⁰⁵ Cf. Jean Pierre Gutton, *La Société et Les Pauvres en Europe (XVI^e - XVIII^e siècles)*, Presses Universitaires de France, 1974, pp. 151-152.

¹⁰⁶ Cf. Sandra Cavallo, *Charity and Power in Early Modern Italy ... cit.*, p. 252. Numa tradução livre “Tais instituições [de reclusão] não eliminaram a assistência ao domicílio, tornaram-se instrumentos do sistema de assistência domiciliária que se revelou uma forma importante de distribuição de bem-estar”. De facto esta é uma ideia também partilhada por Stuart Woolf, ainda que aplicada geograficamente de uma forma demasiado generalista, quando refere que os hospitais continentais ofereciam as valências da assistência domiciliária. Cf. Stuart Woolf, *The Poor in Western Europe... cit.*, p. 32.

as confrarias de assistência domiciliária atuavam paralelamente à rede paroquial desde as leis de pobres de 1529, a sua ação viu-se reforçada com a criação da Companhia da Caridade, instituição que ganharia relevo após o Concílio de Trento¹⁰⁷. Já em Florença, por exemplo, as confrarias de assistência aos pobres envergonhados parecem ter sobrevivido também à criação do hospital dos mendigos¹⁰⁸. No entanto, os estudos efetuados no campo da assistência domiciliária parecem indicar que foi já durante o século XVIII que ela se tornou norma numa escala mais alargada e contínua na Europa continental¹⁰⁹. Em Inglaterra esse movimento detetou-se precocemente, em algumas regiões a partir das décadas de 1550 e 1560, e de uma forma mais incisiva desde os finais do século, tendo como ponto de viragem a legislação Isabelina de 1598, reiterada em 1601¹¹⁰.

Neste contexto, a questão que se coloca é a de saber se a realidade portuguesa do período moderno, e a eborense numa escala mais reduzida, se enquadraram neste “modelo” continental tradicional. Numa tentativa de síntese, e apesar de as monografias locais ainda não facilitarem uma visão de conjunto, tudo indica que em Portugal a assistência domiciliária era prática disseminada e continuada em quase todas as Misericórdias, de resto prevista logo no primeiro compromisso da Misericórdia de Lisboa. Encontramos evidências dessa realidade em locais como Aveiro¹¹¹, com registos pelo menos desde 1600; Ponte da Barca, desde 1632¹¹², mas com

¹⁰⁷ Companhia criada em 1537 segundo Richard Palmer, “Ad una Sancta Perfettione: Health Care and Poor relief in the Republic of Venice in the era of the Counter-Reformation”, *Health Care and Poor Relief in Counter Reformation Europe... cit.*, p. 95.

¹⁰⁸ Cf. John Henderson, “Charity and Welfare in Early Modern Tuscany”, *Health Care and Poor Relief in Counter Reformation Europe... cit.*, p. 60.

¹⁰⁹ Como afirma Stuart Woolf em *The Poor in Western Europe... cit.*, p. 32.

¹¹⁰ Cf. Steve Hindle, *On the parish? The Micro-Politics of Poor Relief in Rural England (1550-1750)*, Oxford, Oxford University Press, 2009, p. 171.

¹¹¹ Cf. Manuel de Oliveira Barreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro...cit.*

¹¹² Maria das Dores Sousa Pereira, *Entre ricos e pobres...cit.*

uma ação mais restrita a partir de 1650, e Coimbra, cujos róis de pobres visitados a domicílio mais antigos datam de 1629¹¹³. Para outros locais é possível recuar a 1533, como é o caso de Viana de Foz do Lima¹¹⁴; Vila Viçosa, desde 1600¹¹⁵, e Lisboa, com dados conhecidos desde 1610¹¹⁶. Diferente terá sido a realidade em Setúbal, onde a assistência domiciliária assumiu uma expressão limitada a um reduzido grupo de mulheres visitadas¹¹⁷.

A realidade de Évora não se afastou, na sua essência, do referido. No arquivo da Misericórdia existem provas da prática da assistência domiciliária desde os finais do século XVI, mais concretamente a partir de 1594¹¹⁸. O que, como nos casos antes referidos não significa que não tivesse existido antes, como recordou Laurinda Abreu, “a large variety of institutions, specialized in the different social necessities of the various groups of the poor (...) the Évora charitable system was, seemingly, highly

¹¹³ Cf. Maria Antónia Lopes, “Imagens de pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia”, Maria José Azevedo Santos (coord.), *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)*, Coimbra, Palimage/Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003.

¹¹⁴ Cf. António Magalhães Ribeiro, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana de Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, (tese de doutoramento policopiada), Braga, Universidade do Minho, 2009.

¹¹⁵ Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, p. 222.

¹¹⁶ Conscientes das falhas de documentação para esta Misericórdia, fazemos aqui eco das reservas da autora do estudo quanto à fonte utilizada – folhetos volantes impressos das receitas e despesas da Misericórdia de Lisboa, de difícil interpretação, e que, na sua opinião eram veículos de exortação à esmola. Isabel dos Guimarães Sá, “Estatuto Social e Discriminação: Formas de Selecção de Agentes e Receptores de Caridade nas Misericórdias Portuguesas ao Longo do Antigo Regime”, *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2002, p. 327

¹¹⁷ Cf. Laurinda Abreu, *A Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 69-71.

¹¹⁸ A avaliar pela documentação existente no Arquivo da Misericórdia de Évora, o que não significa que a assistência domiciliária não se praticasse antes. A título de exemplo, veja-se o primeiro livro da série da assistência domiciliária em ADE, ASCME, *Despesas: esmolas quadrelas, criação, presos, ordenados*, 1º nº 1083, 1594/1597.

inclusive at the end of the 16th century”¹¹⁹. São, pois, vários os exemplos que demonstram que em Portugal se terá verificado uma clara separação entre a assistência em contexto hospitalar e outras formas de assistência, o que terá correspondido a uma certa especialização de acordo com as necessidades dos diferentes grupos sociais.

Outra divisão acompanhou cronologicamente esta tendo a origem dos recetores como critério de elegibilidade, opondo naturais a forasteiros. Basicamente, o que encontramos em Évora foi a assistência providenciada no contexto de uma instituição mais dirigida para os não naturais da cidade, que dela usufruíam em situação de internamento, e outra vocacionada para os naturais de Évora, praticada ao domicílio.

Foi precisamente o carácter de recolhimento, ou clausura, que levou a que incluíssemos a assistência aos doentes, aos presos, às raparigas pobres e aos enjeitados na categoria da assistência institucionalizada. As razões desta opção fundam-se essencialmente no princípio do internamento dos seus utentes, como mencionado. Isto acontecia com os doentes do hospital e com os mendigos e as raparigas pobres que viviam no Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade¹²⁰, num regime muito semelhante ao conventual, com regras bem definidas. *Recolhidos* também

¹¹⁹ Laurinda Abreu, “Defining the Poor: Between Crown Policies and Local Actors (Évora, 16th-17th Centuries”, *Vulnerability, Social Inequality and Health*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2010, p. 83.

¹²⁰ De referir que o projeto inicial de D. Teotónio de Bragança contemplava apenas os mendigos de ambos os sexos como utentes do recolhimento. Todavia, muito provavelmente ao longo do século XVII – os novos estatutos datam de 1702 –, a instituição passou a acolher exclusivamente raparigas pobres. Sobre esta alteração confira-se Laurinda Abreu, “O Hospício e Irmandade de Nossa Senhora da Piedade de Évora - uma experiência de reclusão e controle de pobres em Portugal”, *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Departamento de História (org.), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 7-36. Marco Loja e Sílvia Mestre, o “Hospício de Nossa Senhora da Piedade de Évora: uma instituição assistencial pós-Tridentina”, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, CIDEHUS/Colibri, 2004, pp. 291-298.

estavam os presos na prisão pública da cidade¹²¹. Mais problemática poderá ser a decisão de considerar a criação dos enjeitados como valência institucionalizada uma vez que as crianças expostas não eram criadas em ambiente hospitalar, mas em casa das respetivas amas. No entanto, o processo de assistência a estas crianças esteve desde muito cedo ligado aos hospitais e obedecia a regras específicas com elevado nível de burocratização, daí a opção pela sua inclusão nesta vertente assistencial.

Foi nas *Ordenações Manuelinas* que pela primeira vez a Coroa legislou sobre as crianças abandonadas, chamando os concelhos foram a intervir¹²². Todavia, quase sempre associado ao movimento de anexação dos hospitais às Santas Casas da Misericórdia, em muitos locais a criação dos expostos acabou por ficar na alçada das Misericórdias, ainda que com a comparticipação financeira das Câmaras¹²³. Em Évora, por exemplo, o

¹²¹ Esta definição foi a que se ajustou melhor às características da assistência em Portugal e em Évora no período moderno. Com ela não pretendemos simplificar o debate em torno do conceito de institucionalização, mas escapar a conceptualizações demasiado rígidas que defendem que a criação e desenvolvimento de instituições que prestavam assistência requeria a punição dos seus utentes. Sobre este assunto veja-se Michel Foucault, *Vigiar e Punir: nascimento da Prisão*, (29ª edição), Petrópolis, Editora Vozes, 2004, pp. 63-86. Focando simultaneamente as atenções nas estratégias das instituições (onde o controlo social foi uma opção) e nos usos sociais (conscientes ou inconscientes) que os utentes fizeram delas. Em última análise, construindo o conceito bebendo tanto da corrente sociológica funcionalista (que tem visto as instituições como respostas às necessidades dos indivíduos ou das sociedades), quanto da corrente da fenomenologia (que salienta o modo como os indivíduos criam ou adaptam as instituições). Sobre o conceito de institucionalização veja-se, entre outros, John F. Myles, “Institutionalization and sick role identification among the elderly”, *American Sociological Review*, vol. 43, nº4 (Aug., 1978), pp. 508-509. Bill Luckin, “Towards a Social History of Institutionalization”, *Social History*, vol. 8, nº 1 (Jan., 1983), pp. 87-94.

¹²² Nestas *Ordenações* estabeleceu-se uma espécie de hierarquização de responsabilidades relativamente à criação dos enjeitados. Esta seria, em primeiro lugar, obrigação dos pais e, na sua ausência, seriam responsabilizados, por ordem de prioridade, os parentes, os hospitais ou albergarias, e os concelhos. Cf. *Ordenações Manuelinas*, Livro I, Título LXVII, § 10.

¹²³ Apesar da responsabilidade dos enjeitados ter passado para as Misericórdias, pouco depois da sua criação, alguns concelhos acordaram em comparticipar nas despesas com as crianças, o que incluía a assistência médica, que abrangia as respetivas amas. Todavia, nem sempre o dito acordo foi cumprido.

cuidado dos expostos foi entregue à Misericórdia em 1568, juntamente com a administração do Hospital de S. Lázaro¹²⁴ e aí ficaria até 1586, ano em que regressou novamente à Câmara¹²⁵. Em 1618 retornou à Santa Casa, que ficou com esse serviço assistencial até que a legislação liberal lho retirou¹²⁶.

Para melhor entender a dinâmica entre a assistência domiciliária e a assistência institucionalizada num contexto urbano como o de Évora, o melhor é analisar os dados disponíveis. Começamos pela segunda, não pelas instituições, mas pelos seus utentes, os doentes do Hospital do Espírito Santo e pelos documentos que os faziam sair, acreditamos, não só do hospital como da prisão: as cartas de guia.

Cf. Laurinda Abreu, “The Évora Foundlings Between the 16th and 19th centuries... cit.”. Idem, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, p. 77). E, ainda, Isabel Guimarães dos Sá, *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 55-66.

¹²⁴ Apesar das tentativas de embargo por parte do reitor do mosteiro de São João, antigo Provedor do dito Hospital. Cf. ADE, ASCME, *Livro dos Privilégios do Hospital*, nº 47, fls. 54-55.

¹²⁵ O rei respondeu, desta forma, à missiva da Misericórdia, que pedia «que lhe desse renda» para que pudesse criar os enjeitados comodamente, ou, em alternativa lhe retirasse o encargo da criação. Por outro lado, a Câmara também teria demonstrado anteriormente que estava interessada em assumir novamente a administração do Hospital de S. Lázaro e a criação dos enjeitados. Cf. ADE, ASCME, *Livro dos Privilégios do Hospital*, nº 47, fl. 679.

¹²⁶ Contudo o número de crianças criadas pela Misericórdia de Évora só iria sofrer um grande incremento a partir da segunda metade do século XVIII. Cf. Laurinda Abreu, “The Évora foundlings... cit.”.

2 - Assistência autocentrada? Doentes e viajantes

2.1 – Os pacientes do Hospital do Espírito Santo

A dualidade nas formas de assistência dos pobres em Évora é perfeitamente visível quando os dados são expostos cartograficamente¹²⁷. Ao observarmos o mapa nº 2 verificamos que a assistência domiciliária se concentrou nos habitantes de Évora, enquanto a maioria dos doentes tratados no Hospital do Espírito Santo era exterior à cidade. Concretamente, 52 746 (63,5%)¹²⁸ dos 83 058 pacientes registados no hospital entre 1554 e 1750 eram forasteiros. E aqui, mesmo não analisando os ritmos de entradas e saídas, nem sequer o quadro nosológico do Hospital do Espírito Santo, parece-nos importante referir a proveniência geográfica dos doentes. Em termos globais, a província¹²⁹ mais representada foi a Beira, com 24 820 ocorrências (29,8%), seguida, a grande distância pelo Minho, com 15 120 (18,2%), Alentejo, com 13 473 (16,2%)¹³⁰, e Estremadura, com 6 567 (7,9%). Com valores praticamente residuais no cômputo das entradas encontrámos as províncias de Trás-os-Montes e do Algarve, representando respetivamente 2,6% (2 208 registos) e 1,7% (1 474 registos). Partindo da hipótese de que a clientela do hospital seria

¹²⁷ De referir que devido à ausência de informação sobre proveniência geográfica dos utentes das diversas categorias de assistência institucionalizada só foi possível cartografar a naturalidade dos doentes do Hospital do Espírito Santo de Évora.

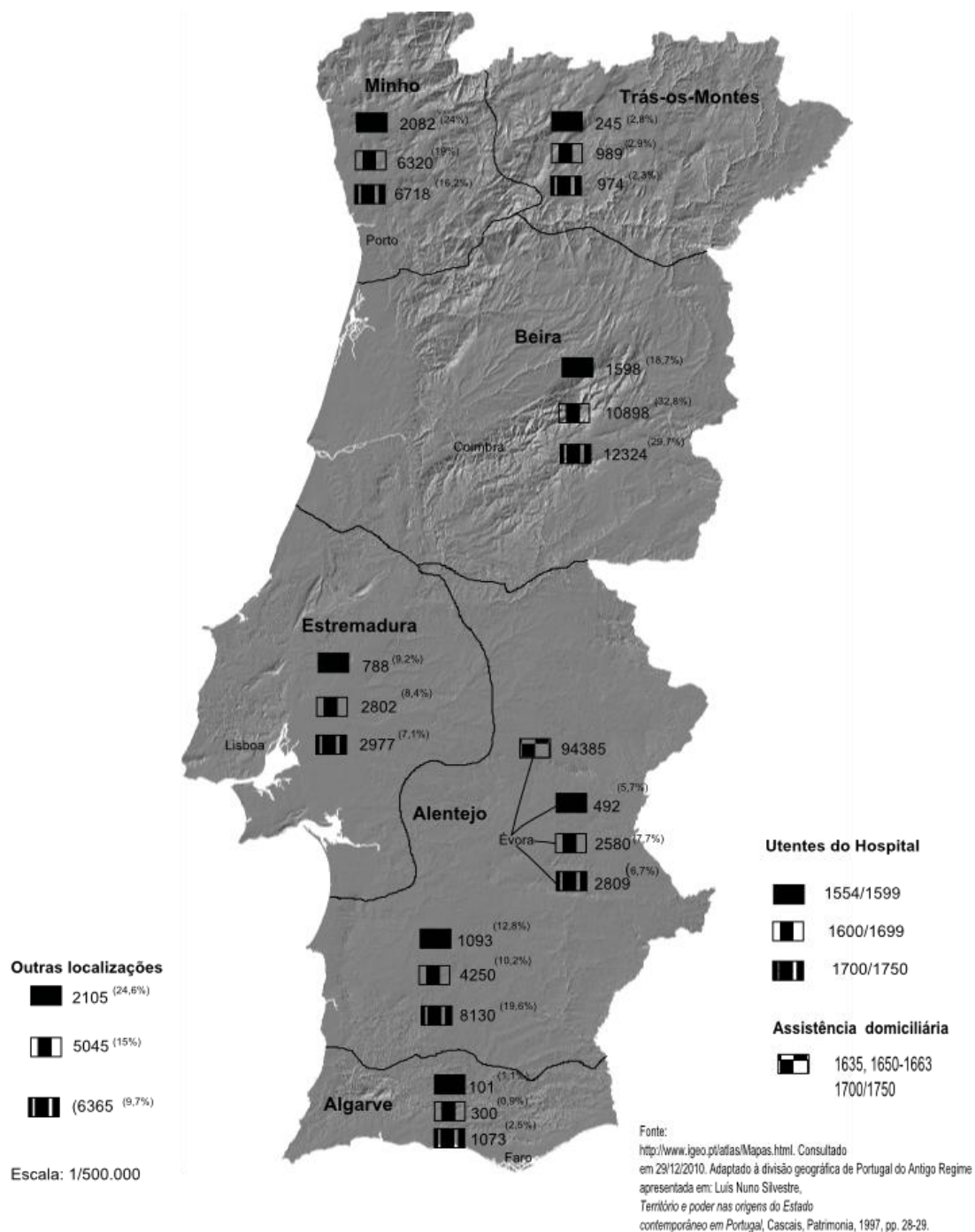
¹²⁸ Tendo em conta que não foi possível apurar a naturalidade de 10 958 doentes (13%) do total.

¹²⁹ Para uma melhor leitura do mapa e dos dados nele cartografados optámos pela divisão do espaço geográfico de Portugal continental em províncias apresentado em Luís Nuno Espinha da Silveira, *Território e Poder: nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia, 1997, pp. 28-29.

¹³⁰ Os valores apresentados para o Alentejo excluem os números da cidade de Évora, dado que os primeiros são considerados forasteiros e os segundos naturais. Ainda assim, quando à percentagem do Alentejo se somar a de Évora, no seu conjunto, a região representou 22,2% das entradas do Hospital do Espírito Santo.

maioritariamente constituída por trabalhadores que, sazonalmente, se deslocavam a Évora para as ceifas, os dados do hospital confirmam a predominância dos *ratinhos* nas searas do Alentejo. A divisão cronológica das entradas dos doentes no hospital dá-nos, contudo, uma visão mais precisa.

Mapa nº 2 Origem geográfica dos utentes da rede assistencial de Évora
Séculos XVI-XVIII



Separando cronologicamente as naturalidades dos doentes do Hospital do Espírito em três períodos, que correspondem aos dados existentes para os séculos XVI, XVII e XVIII, a imagem altera-se um pouco, embora não muito significativamente. Sem dúvida que o século XVI foi dominado por pacientes originários do Minho, que constituíram 24% das entradas nesse período, logo seguido da Beira (18,7%) e do Alentejo (12,8%). Entre as menos representadas encontravam-se aqui a Estremadura, Trás-os-Montes e o Algarve. Já no século XVII verifica-se a hegemonia dos doentes da Beira, com 32,8%, o que constitui um crescimento de praticamente 14% em relação ao século anterior. No século XVIII, apesar da ligeira diminuição da preponderância em termos percentuais face ao período anterior, os 29,8% de doentes da Beira configuram a maior parcela do universo dos doentes do hospital. Aliás, o crescimento ao longo dos séculos XVII e XVIII não foi exclusivo da Beira, tendo todas as regiões crescido nos números absolutos. Todavia, em termos relativos, esta última foi a que mais aumentou. Em sentido descendente, nos séculos XVII e XVIII foi a tendência da Estremadura e do Minho. Províncias como Trás-os-Montes, o Alentejo e o Algarve tiveram um comportamento oscilante, ou seja, diminuíram a sua representatividade no hospital do século XVI para o século XVII, voltando a crescer no século seguinte¹³¹. Os portugueses provenientes da Madeira e dos Açores não chegaram a 1% em termos do peso relativo em cada um dos séculos.

¹³¹ Abrimos aqui um pequeno parêntese para contextualizar a diferença entre os séculos XVI XVII e XVIII no que se refere aos totais de doentes assistidos no Hospital do Espírito Santo. O crescimento do número de assistidos nos séculos XVII e XVIII comparativamente ao século anterior pode ter ocorrido, todavia é impossível de demonstrar devido às lacunas documentais. Com efeito, desde o primeiro ano da série das entradas do Hospital (1554) ao termo da análise deste trabalho (1750) encontram-se livros de registo entre os anos 1554/1562; 1573/1577; 1588/1597; 1628/1632 e 1644/1750. O que supõe uma falha de 65 anos no total, correspondendo 25 anos ao século XVI e 40 ao século XVII. O século XVIII não apresenta falhas cronológicas até 1755, onde terminou a recolha dos dados do referido hospital no âmbito do projeto: *O papel das Misericórdias na sociedade portuguesa de Antigo Regime: o caso da*

No quadro da distribuição geográfica dos utentes do Hospital do Espírito Santo não pode ser esquecida a representação estrangeira¹³². Em crescendo nos três séculos em análise – 403 doentes no século XVI, 429 no XVII e 1442 na primeira metade Setecentos –, este contingente foi engrossado maioritariamente por castelhanos provenientes da Andaluzia, Estremadura espanhola, mas também da Galiza.

A assistência institucionalizada, no caso específico do hospital, aos migrantes, oriundos, como referimos, sobretudo do Minho, numa primeira fase, e da Beira nas seguintes, assume, pois, um papel central em termos de distribuição de recursos. Uma situação que, de resto, partilhava com outras localidades. Também ao hospital da Misericórdia de Setúbal chegavam doentes essencialmente do norte e centro do país¹³³; em Coimbra no século XVIII, apesar da maior parte dos pacientes ser proveniente do seu bispado, os demais provinham sobretudo da diocese de Braga¹³⁴. Ao contrário, no hospital da Misericórdia de Vila Viçosa assistiam-se essencialmente pacientes do *Estado de Bragança*, o que na prática significou a ocupação do mesmo por pessoas exteriores à vila¹³⁵.

A indicação de que os pacientes do hospital de Évora eram sobretudo trabalhadores que sazonalmente se deslocavam à região foi colhida

Misericórdia de Évora. POCTI/HAR/33560/2000, coordenado por Laurinda Abreu. Cf. ADE, ASCME, *Registo de entradas no Hospital e falecimentos*, 1554/1562, 1º nº 276, 1573/1577, 1º nº 277, 1588/1597, 1º nº 278 e 279, 1628/1632, 1º nº 281, 1644/1750, 1º nº 282 a 1º nº 325.

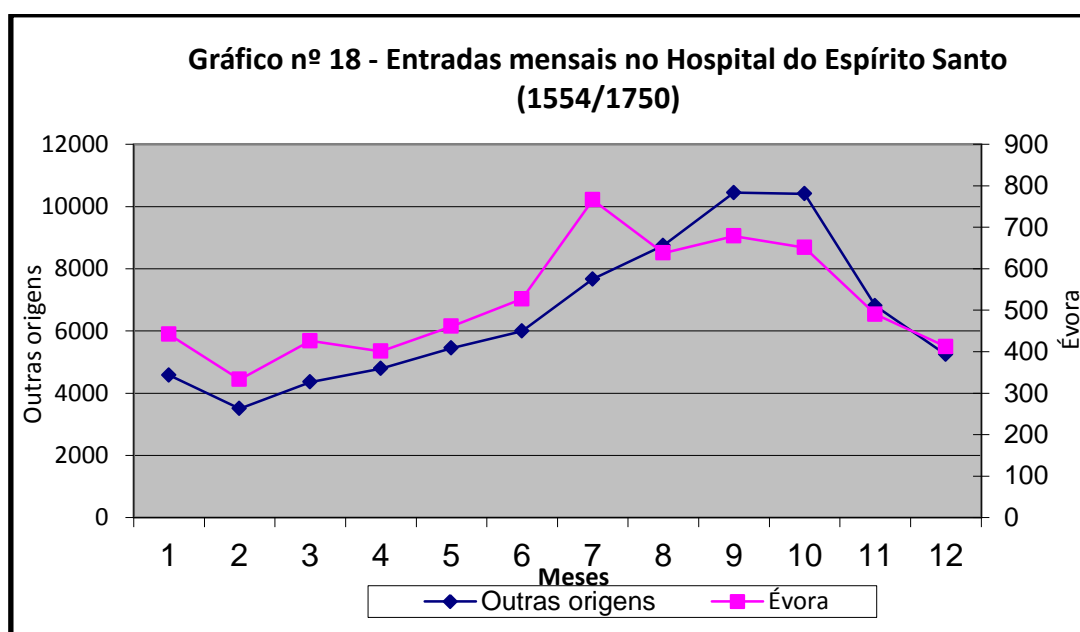
¹³² Os doentes estrangeiros, os naturais da ilha da Madeira e dos Açores, bem assim como os que não conseguimos localizar e aqueles cuja naturalidade não foi assinalada nas fontes foram integrados na rubrica “outros” e correspondem aos valores seguintes: 1554/1599 – Ilhas 43 (0,5%); estrangeiros 403 (4,7%); não localizados 959 (11,2%); sem naturalidade assinalada 700 (8,2%). 1600/1699 – ilhas 118 (0,3%); estrangeiros 429 (1,2%); não localizados 2335 (7%); sem naturalidade assinalada 2163 (6,5%); 1700/1750 – ilhas 122 (0,2%); estrangeiros 1442 (3,4%); não localizados 2259 (5,4%); sem naturalidade assinalada 2542 (6,1%).

¹³³ Cf. Laurinda Abreu, *Memórias da Alma e do Corpo... cit.*, p. 406

¹³⁴ Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. I, 2000, p. 733.

¹³⁵ Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, pp. 207-208, 219.

indiretamente, uma vez que nos livros de registo do hospital a informação quanto à situação socioprofissional dos doentes é pouco representativa (apenas 2 840 com profissão assinalada em 83 1054 registos). Mas o ritmo sazonal encontra-se perfeitamente delineado nos fluxos mensais das entradas, mais acentuadas quando comparadas com as dos doentes naturais de Évora e, sobretudo, no facto empiricamente provado, de que os mesmos homens entravam no hospital ao longo de vários anos, nos mesmos meses ligados ao calendário agrícola, desaparecendo no resto do ano.



Tal como em Coimbra e Setúbal¹³⁶, os ritmos de entradas no hospital de Évora foram mais fracos durante o inverno, começando a subir na primavera e atingindo o pico no verão. É nesta estação que, na nossa perspetiva, se encontra a diferença no uso dos recursos hospitalares entre os naturais e os não naturais de Évora. Se não vejamos: o pico de entradas dos eborenses verificou-se em Julho (o auge das ceifas dos cereais); enquanto o máximo de afluência dos não naturais, em crescendo a partir de Julho,

¹³⁶ Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. I, p. 708. Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo... cit.*, pp. 400-407.

ocorreu em Setembro, quando aqueles estavam colhidos e se aproximava a época das vindimas e recolha da azeitona. Assim, para os não nascidos em Évora, sem raízes familiares na cidade, o hospital parece ter funcionado como mais uma estratégia de sobrevivência face à doença, que podia ser, como Colin Jones¹³⁷ tem demonstrado, “apenas subnutrição” e exaustão física.

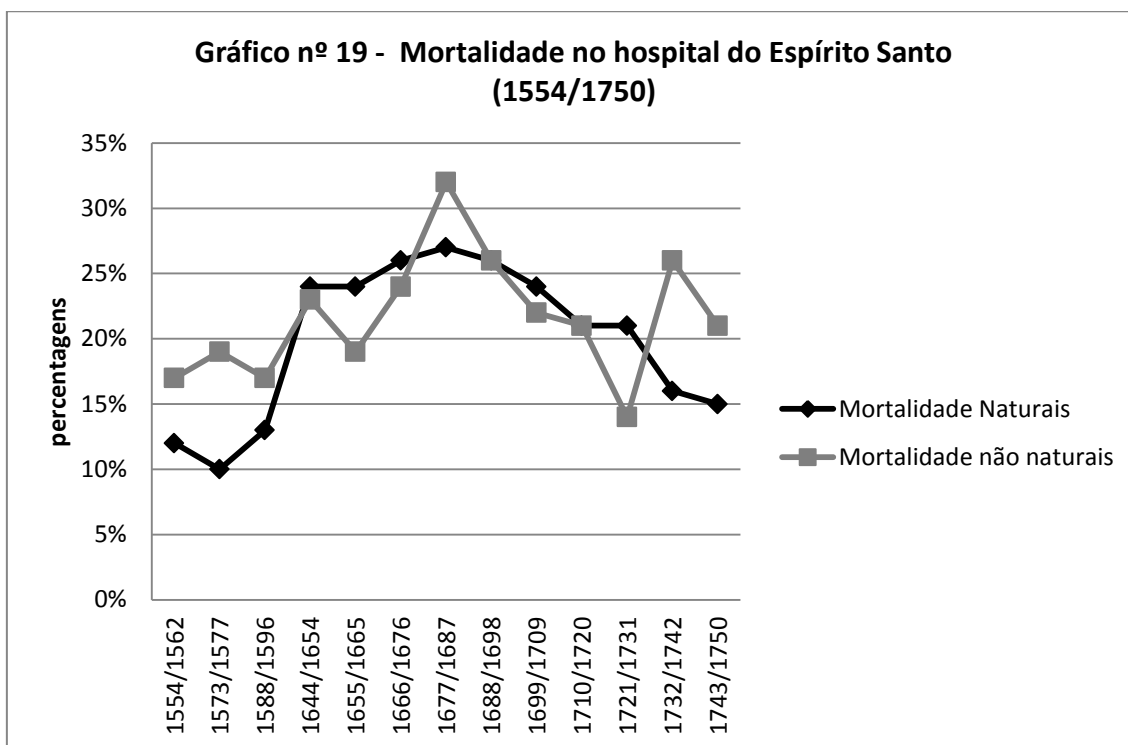
Não nos esqueçamos que eram as pessoas pobres que recorriam aos hospitais. Aqueles que dispunham de recursos e de apoio social e familiar eram assistidos pelos médicos e outros profissionais de saúde no seu domicílio, podendo, em caso de necessidade, tal serviço ser pago pela família ou pela Misericórdia, precisamente sob a forma de assistência domiciliária.

Por esta ordem de ideias, se a Misericórdia de Évora tinha a valência de assistência domiciliária direcionada para a comunidade, por que razão os naturais de Évora recorriam ao hospital? A resposta pode residir na efetiva doença, ou por serem velhos ou já não disporem de outros recursos. Em qualquer dos casos, numa situação de maior fragilidade, o que explicará maiores taxas de mortalidade (1554/1750) em relação aos não naturais. Apesar da variação não ser excessivamente elevada, como se pode ler no gráfico nº 19¹³⁸, chegando mesmo a igualar-se em períodos como 1688/1698 e 1710/1720, em todo o período de 1644 a 1731 verifica-se uma maior mortalidade para os doentes eborenses. Isto, com exceção da década de 1677/1687, quando a taxa de mortalidade dos não naturais foi significativamente superior. A tendência foi inversa, antes e depois do

¹³⁷ Colin Jones, “The Construction of the Hospital Patient in Early Modern France”, *Institutions of confinement: hospitals, asylums, and prisons in Western Europe and North America, 1500-1950*, Norbert Finzsch, Robert Jütte, New York, Cambridge University Press, 1996, pp. 55-74.

¹³⁸ A periodização apresentada neste gráfico resultou de falhas na documentação.

período de 1644/1731, com a mortalidade dos residentes a revelar-se menor que a dos forasteiros.



Mas, independentemente dessas diferenças, mais relevantes são as taxas de mortalidade muito altas quando comparadas com as já identificadas para Coimbra, Setúbal, Funchal e Bahia que refutam, como a maioria dos estudos sobre a mortalidade hospitalar, a ideia dos hospitais como antecâmara da morte¹³⁹. Todavia, importa referir que os estudos em causa são cronologicamente centrados, a maioria, ou nos finais do século XVIII, ou no século XIX, o que também parece ter acontecido em Évora, onde se registou uma diminuição, sobretudo a partir da década de 40 do século XVIII.

¹³⁹ Sobre esta temática, veja-se, entre outros, Katharine Park, “Healing the Poor: Hospitals and Medical Assistance in Renaissance Florence”, *Medicine and Charity Before the Welfare State*, Jonathan Barry & Colin Jones (eds.), London, Routledge, 2003, pp. 26-45.

2.2 – Os viajantes

Na relação entre a assistência domiciliária e a institucionalizada, as cartas de guia tiveram um lugar muito importante. Como é do conhecimento geral, as cartas de guia funcionavam como uma esmola ou um salvo-conduto para ajudar os pobres, doentes ou não, nas suas deslocações, num sistema em rede que integrava as Misericórdias das localidades por onde passavam, e que, em presença dos referidos documentos, os deviam receber¹⁴⁰.

A funcionalidade das cartas de guia está, pois, relacionada com a mobilidade de pessoas em diversos contextos. A questão que se coloca neste momento é a de perceber porque é que as inserimos na assistência *institucionalizada*, não sendo este um tipo de assistência prestado em regime de internamento. A razão encontra-se nos critérios de elegibilidade que identificámos atrás para os não naturais de Évora: as cartas de guia foram esmagadoramente atribuídas a não residentes, muitos deles *internados* na prisão ou no hospital. Como os documentos não dão informações sobre a proveniência geográfica deste segmento dos assistidos, tentámos ultrapassar esta dificuldade com o recurso ao cruzamento, ainda que exploratório, dos dados constantes nos registos de batismos, partindo de um pressuposto, ainda que arriscado e passível de crítica, de que o batismo de um filho poderia significar fixação geográfica em Évora. Estamos conscientes de todas as fragilidades das fontes, tanto mais que não é possível fazer uma identificação segura das pessoas devido à existência

¹⁴⁰ Não é nosso propósito descrever pormenorizadamente o conceito de carta de guia, que aliás já está objetivamente definido. Para um maior aprofundamento nesta questão, veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, Alexandra Esteves “Pasaportes de Caridad: las carta de guia de las Misericórdias Portuguesas (siglos XVII-XIX)”, *Estudios Humanisticos. História*, nº 6, 2007, pp. 207-225. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. II, pp. 82-92.

de homónimos¹⁴¹, mas, usando este método, a maioria das cartas de guia teria sido concedida a não naturais da cidade de Évora. Verificámos também que este foi um universo esmagadoramente masculino, tendo 89% das 25 879 cartas de guia¹⁴² sido passadas a homens. As informações relativas ao estado civil, apesar de escassas – apenas referido em 3 271 (12,6%) dos casos –, também demonstram que eram predominantemente de homens casados. Apenas para 289 (8,8%) das ocorrências relativas a mulheres conhecemos o seu estado civil e dessas 276 (8,4%) surgem como casadas, 2 (0,06%) como solteiras e 11 (0,3%) como viúvas.

Do nosso ponto de vista, os usos que os pobres em viagem deram às cartas de guia têm que ser equacionados de múltiplas formas. É natural que a Misericórdia de Évora, tal como em todas as suas congéneres, apoiasse os peregrinos, afinal esta era uma das 14 obras de misericórdia, e esse uso está referido nos documentos. Mas, as cartas de guia foram também usadas para deslocções em direção aos hospitais, assim como, muito provavelmente, em viagens para procura de melhores condições de vida.

Agrupámos os destinos das 10 758 (41,5%) cartas de guia que o tinham referenciado e encontrámos quatro localidades dominantes: Lisboa (20%); Santiago de Compostela (12,2%), Elvas (10,3%) e Caldas da Rainha (5,1%)¹⁴³. Claramente, a viagem em direção às Caldas da Rainha

¹⁴¹ Os dados referentes a este tipo de assistência foram recolhidos nos livros de despesas dos mordomos dos meses, juntamente com todas as despesas da assistência domiciliária. De facto, não encontrámos o corpo de nenhuma carta de guia que possibilitasse a identificação completa do peticionário. A informação fornecida nos referidos livros dos mordomos restringe-se ao nome da pessoa, ao destino e os custos com a carta de guia. Acessoriamente, ainda que de forma esporádica e lacónica, foi sublinhado o facto de o utente ter saído do hospital.

¹⁴² De acordo com o período cronológico deste trabalho, ou seja, 1635, 1650-1663 e 1700-1750.

¹⁴³ Olivença (2,8%); Vila Viçosa (2,7%); Algarve (2,6%); Beja e Montemor-o-Novo (2,5%); Viana do Alentejo (2,4%); Coimbra (1,3%) e Porto (1%). Estas localidades e as referidas acima perfazem 62,9%. Os restantes 37,1% são repartidos por uma variedade de localizações que, quando consideradas isoladamente, não são significativas, por representarem menos de 1%.

tinha uma função medicinal já que lá se situava o hospital termal fundado pela Rainha D. Leonor¹⁴⁴. É provável que o Hospital de Todos os Santos fosse também o destino de muitos dos que iam para Lisboa¹⁴⁵, mas as informações são demasiado lacunares para que o possamos afirmar com muita segurança. Em direção ao Hospital Real de Todos os Santos, mais concretamente para a “casa dos orates”, também se encaminhavam com carta de guia os loucos que não eram tratados em Évora. Apesar de pouco expressivos em termos numéricos (apenas 14 doentes entre 1653 e 1723), não deixa de ser significativo que, à exceção de um preso na cadeia¹⁴⁶, cuja origem desconhecemos, os restantes loucos integrassem o pequeno grupo de utentes que conseguimos identificar como sendo natural da cidade.

Desconhecemos se para outras patologias, nomeadamente as contagiosas, cujo tratamento era interdito no Hospital do Espírito Santo, o procedimento seria semelhante. Tudo indica que sim, mas não é seguro que os doentes seguissem para Lisboa¹⁴⁷. É mais provável que o pobre e doente/convalescente fosse reencaminhado para a sua terra de origem “por

¹⁴⁴ Uma prática que se estendia a todo o país. Veja-se o exemplo, para alguns anos, apresentado para Coimbra por Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. II, pp. 88-89.

¹⁴⁵ Como acontecia, entre outros lugares, com muitos dos doentes curados no hospital da Misericórdia de Setúbal. Cf. Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo... cit.*, p. 404. Apesar de tudo, em Évora, das 718 cartas de guia que expressamente indicaram que os seus utentes saíram do hospital entre 1651/1663 e 1700/1750, apenas 126 se dirigiam para Lisboa.

¹⁴⁶ Trata-se de João Vieira, preso assistido “de piedade” pela Misericórdia de Évora, pelo menos em 1700, ano precisamente que foi enviado para a casa dos loucos, em Lisboa. Cf. ADE, ASCME, *Livramento de Presos*, 1º nº 1647 (1700), Idem, *Lembranças*, 1º nº 23, fl. 256. O facto de se encontrar neste grupo dos “loucos” um preso não deve ser entendido, pela sua não representatividade, que a loucura seria alvo de enclausuramento. Sobre este assunto veja-se Laurinda Abreu, “A Misericórdia de Lisboa, o Hospital Real e os insanos: notas para uma introdução”, *Museu São João de Deus – Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 114.

¹⁴⁷ Até por uma questão de distância e dos custos que envolviam o transporte dos doentes de Évora para a capital. Por exemplo, o transporte dos loucos até Lisboa envolvia sempre cavalgadura e acompanhamento (almocreve ou *levador* dos pobres, conforme a terminologia). Pressupunha para uma distância tão grande, uma média de 1 200 a 2 000 réis por cada carta de guia.

não ter cura neste hospital”. Assim aconteceu, por exemplo, a Bento Rodrigues, que em Maio de 1653 levou carta de guia para “Paião, Montemor-o-Velho de onde disse que era natural”¹⁴⁸. Ou a Pedro, moço pobre, natural de Viana de Caminha, que em Outubro de 1652 recebeu carta de guia para regressar a casa sem chegar a ser admitido no hospital¹⁴⁹.

Aparte estas deslocações, motivadas pela peregrinação ou pela doença, as populações migrantes podem ter encontrado nas cartas de guia um mecanismo facilitador de mobilidade. É certo que a origem geográfica dos fluxos migratórios conhecidos para esta altura não coincide com os destinos finais das cartas de guia, mas os dados que temos são tão pouco representativos que não podemos excluir a hipótese de as cartas de guia terem sido utilizadas pelos trabalhadores. Recorde-se que nos séculos XVII e XVIII a clientela do Hospital do Espírito Santo era maioritariamente composta por migrantes, essencialmente originários das Beiras¹⁵⁰. Ora, 20% das cartas de guias cujo destino ficou registado tinham como destino Lisboa¹⁵¹, o que pode ter significado que estes homens partiam de Évora depois do trabalho concluído. Neste sentido, Évora, até pela sua localização geográfica estratégica, pode ter servido como placa giratória de pessoas, tanto de migrantes, como de passantes, não só nacionais como estrangeiros, em direção à fronteira¹⁵². O que as cartas de guia também confirmam, é o

¹⁴⁸ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 18, fl. 146.

¹⁴⁹ Idem, *ibidem*, fl. 112v.

¹⁵⁰ Cf. Mapa nº 2.

¹⁵¹ Não é caso único, também em Coimbra para alguns dos anos estudados era esse o destino preferencial dos pobres com cartas de guia. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. II, p. 88-89.

¹⁵² Daí a representatividade percentual de localidades como Elvas e Olivença como destino das cartas de guia, para onde se dirigiam essencialmente “estrangeiros” ou “castelhanos”, como eram designados nas fontes. Não se confundam porém estes fluxos com os migratórios que se verificavam de este para oeste e de norte para sul. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 272-273.

aceleramento da mobilidade dentro das fronteiras na primeira metade do século XVIII¹⁵³.



Pela análise do gráfico anterior é perfeitamente visível a enorme diferença de quantitativos alocados no século XVII e no século XVIII. Excetuando o fosso formado pelo decénio 1704/1714, onde o número de pessoas em movimento com a ajuda da Misericórdia de Évora desceu para os níveis de meados do século anterior, o sentido do movimento deste tipo de assistência é sempre crescente, apesar das flutuações anuais. Há,

¹⁵³ Mobilidade que por certo criava desconfianças junto do poder central. Várias foram as tentativas de controlá-la, das quais as mais conhecidas, são sem dúvida o monopólio da impressão das cartas de guia dado pelo rei à Misericórdia de Lisboa em 1690. Cf. IAN/TT – *Chancelaria de D. Pedro II, Doações*, liv. 49, fl. 164v. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VI, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/União das Misericórdias Portuguesas, 2007, pp. 160-161. Ou a obrigatoriedade das cartas de guia serem acompanhadas por um passaporte exarado pela Intendência Geral da Polícia, a partir de 1760. Tentativas inglórias, mais uma vez, de diferenciar os pobres merecedores dos não merecedores, cortando com os abusos “[...] dos perniciosos abusos que de muitos tempos a esta parte fizeram os vadios e os facinorosos das virtudes da caridade e devoção muito louváveis nos meus fieis vassallos, para nutrirem os vícios mais prejudiciaes ao socego público e ao bem commum [...]”. António Delgado da Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maignrense, 1830, p. 736. In *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VII, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/União das Misericórdias Portuguesas, 2008, p. 73.

todavia, a destacar o período compreendido entre as décadas de 20 e de 40 do século XVIII, com uma média de 592 pessoas assistidas – com máximos em 1727 (783) –, valor que desceu de forma abrupta na última década em estudo, para uma média de 442 pessoas. O efeito do fim da guerra da Sucessão Espanhola foi neste caso notório, como também o foi o das já referidas secas prolongadas verificadas neste nesse corte cronológico, que muito provavelmente incentivavam a mobilidade das populações em busca de espaços menos agrestes, que propiciassem melhores oportunidades de trabalho.

Gráfico nº 21 – cartas de guia – (1635, 1663/1650)

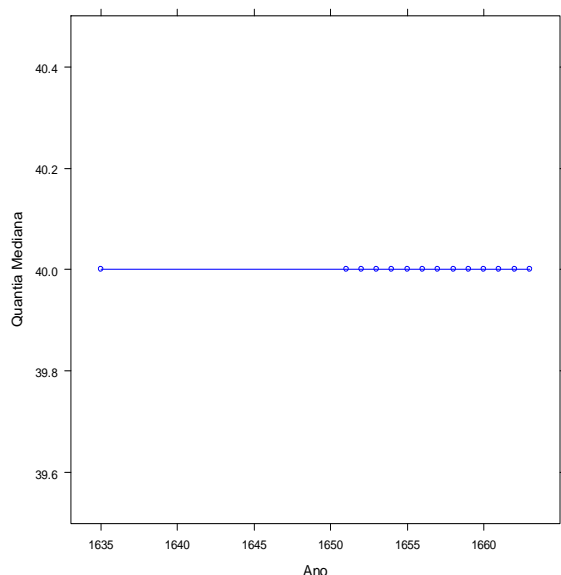
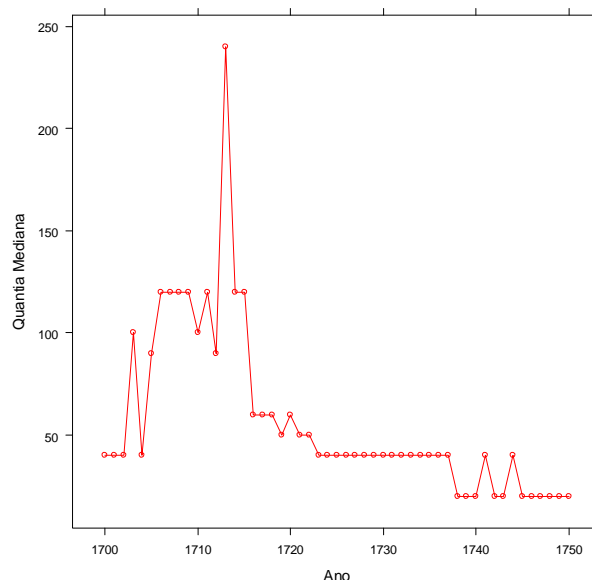


Gráfico nº 22 – cartas de guia (1700/1750)



Em 1657 o escrivão da Mesa registava que a cada pessoa provida com carta de guia se dessem 40 réis e que aquelas que partissem com cavalgadura “se dara escrito para o prioste”¹⁵⁴. Já entre 1748 e 1753 referia-

¹⁵⁴ ADE, ASCME, *Livro de despesa: esmola da porta aos Domingos*, 1º nº 87. Em Janeiro de 1613, o Presidente e irmãos da Hospital, ou Recolhimento da Piedade apresentaram uma petição à Misericórdia de Évora referindo que dispunham de “bestas e aparelho pera poderem ser melhor seruidos os pobres que com carta de gia e caualgaduras erão prouidos das misericordias” solicitando à mesma proceder à satisfação do serviço em troca da esmola que se costumava dar ao prioste. Aceitando a proposta, a

se que “as cartas de guia que vão do hospital se pagão a quarenta reis e as que levão cavalgada se lhe passa escrito para o levador as levar [...] e as mais cartas de guia se pagão a vinte reis por cada pessoa”¹⁵⁵. O que, na prática, significa que não é possível conhecer o valor individual das cartas de guia com cavalgada uma vez que quer a Piedade, quer o prioste da Misericórdia recebiam as somas totais, nunca se especificando o valor de cada uma.

Se, como se vê no gráfico nº 21, no período entre 1635 a 1663 o valor das cartas de guia seguiu, em termos medianos, as orientações da Mesa – verificável pela inexistência de flutuações na mediana que se manteve sempre nos 40 réis –, aqui, mais que o aumento do número das cartas de guia com cavalgada, cresceu o número de providos acompanhados, o mesmo é dizer de homens acompanhados pela mulher e, às vezes, pelos filhos¹⁵⁶. Por isso se verificam oscilações inter-anuais tão

Misericórdia impôs que o azemel da Piedade fosse casado e de bons costumes, para que pudesse levar os pobres doentes com caridade, recomendando-se especial cuidado no transporte “honrado” das mulheres. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 10, fl. 11v. (Lembrança datada de 9 de Janeiro de 1613). Os pobres doentes voltaram a ser transportados pelo prioste da Misericórdia a partir de Julho de 1656, visto que “como do hospital da Piedade se mandarão despedir de leuarem os pobres que hião com cartas de guias se buscou meo pera não auer falta nesta tão boa obra de caridade, e por nestes dias se experimentar a falta que isto fazia assim aos que sahião do hospital como aos que vinhão de outras Mizericordias se consertou a meza com Mathias Moreira Prioste da caza”. Idem, *ibidem*, 1º nº 19, fls. 28-28v. (Lembrança datada de 30 de Julho de 1656). O prioste obrigou-se a dispor de duas cavalgadas, recebendo um vintém por cada légua percorrida.

¹⁵⁵ Idem, *Livro das esmolas do pão da porta aos Domingos*, 1º nº 388, fl. 6v.

¹⁵⁶ Como por exemplo José Rodrigues, que, se em Abril de 1710 viajava com a sua mulher – Mariana Martins e mais três filhos –, recebendo 240 réis, dois anos mais tarde, declarando mais dois filhos receberia 360 réis. Cf. Idem, *Guias, quadrelas, criações, esmolas*, 1º nº1133. Em outras ocasiões tratava-se também de grupos de homens que viajavam acompanhados e que recebiam a carta de guia em conjunto. Uma situação que encontramos, por exemplo, com Manuel Baptista que, em Junho de 1745, recebeu 80 réis por uma carta de guia para si e para seus três companheiros. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 1139. O mesmo número de pessoas que em Abril de 1700 tinha merecido maior quantia de carta de guia – 160 réis a Diogo Martins. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº1130. O que leva indubitavelmente a concluir que as petições e a decisão da esmola eram avaliadas e decididas casuisticamente.

significativas, sobretudo até à década de 20, altura em, que como dissemos o número de pessoas assistidas sofreu um incremento assinalável, o que se refletiu na repartição dos mesmos recursos por mais indivíduos. A isso se deveu, muito provavelmente, a estabilização dos valores medianos entre os 20 e os 40 réis sensivelmente a partir de 1723 até 1750. Atípico, por fugir completamente a estas quantias, foi o ano de 1713, com os valores centrais situados nos 240 réis, justificados não pelo crescimento do número de pessoas assistidas mas pelo aumento das verbas em cada episódio, fenómeno a que não terá sido alheia a situação económica alentejana da primeira década de Setecentos, recorde-se, com os preços a atingir o seu máximo, precisamente, um ano antes, em 1712.

Neste contexto, apresentadas as especificidades das cartas de guia e avaliado o seu efeito enquanto valência assistencial aos não naturais de Évora, faz sentido recuperar a questão enunciada atrás. Isto é: a assistência provida pela Misericórdia de Évora ter-se-á centrado exclusivamente na comunidade? Ainda que a resposta negativa pareça óbvia, há que ter em conta uma série de circunstâncias que podem perturbar conclusões tão simplistas. Se atrás enumerávamos os diferentes *usos* que os utentes fizeram das cartas de guia, também temos que relembrar as utilizações que os pacientes fizeram do Hospital do Espírito Santo – afinal as duas vertentes assistenciais que mais contribuíram para os valores da assistência *institucionalizada* –, para introduzir a questão dos interesses coletivos que a Misericórdia de Évora defendeu ao apoiar os segmentos populacionais em causa. Ou seja, apoiando os doentes no Hospital do Espírito Santo, muitos deles trabalhadores sazonais, as elites da Misericórdia, sendo simultaneamente elites económicas, sociais e políticas, poderão ter acionado, conforme a terminologia de Marco Van Leeuwen, a lógica do mercado de trabalho, garantindo e controlando uma reserva de trabalho. Uma razão que justificará o aumento dos internamentos no hospital no

período entre diferentes colheitas¹⁵⁷. Por outro lado, através das cartas de guia, os administradores da Misericórdia de Évora, tal como os de todas as outras, afastavam das suas comunidades potenciais focos de agitação social, que a condição laboral sazonal desocupada poderia supor, ajudando-os a partir o mais rapidamente possível para as suas terras ou, pelo menos, a abandonar a cidade¹⁵⁸.

Uma linha de atuação mais penalizadora destes trabalhadores sazonais foi a seguida pela Câmara Municipal de Évora quando, em Maio de 1677, ordenava a separação em espaços específicos da cidade dos homens naturais e dos ratinhos que buscavam trabalho nas ceifas¹⁵⁹. Neste quadro também tem que ser lida a determinação da vereação anos mais tarde, em Julho de 1702, quando, em plena campanha da ceifa dos cereais, o procurador da Câmara se queixava que “na mesma (cidade) andava muita gente uadia homens mosos que podiam trabalhar e o não faziam e não tinham caza” e que se colocassem editais avisando “que todo o moso vadio que se achase na praça desta cidade ou qualquer lugar della depois das seis oras da manhã fosse prezo da cadea pagace sinco tostões”¹⁶⁰. A mesma interpretação proporciona diversas intervenções do senado da câmara nos anos seguintes, pelo menos até 1724, proibindo expressamente a permanência dos homens de trabalho nas ruas de Évora após o alvorecer.

¹⁵⁷ Veja-se de novo o gráfico nº 18 – entradas por meses dos doentes no Hospital do Espírito santo. Sobre este assunto, veja-se Marco Van Leeuwen, “Logic of Charity: Poor relief in Preindustrial Europe”, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 24, nº 4 (Spring, 1994), p. 592.

¹⁵⁸ Também no sentido de manutenção da ordem pública atribuído por Van Leeuwen. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 592-593.

¹⁵⁹ Referia a ata da vereação, que “conuinha pera ouuiar os danos que auia em se juntarem os homens da seifa naturaes e moradores da cidade com os ratinhos a tomar preso na porta de noua que comuinha se diuidisem os da cidade na porta de moura e os ratinhos na porta noua sob pena de pagar da cadea o que o contradiser pagar dois mil reis [...]”. ADE, ACME, *Actas*, 1º nº24 – 1672/1676, fl. 55v-56. (Ata datada de 29 de Maio de 1677).

¹⁶⁰ ADE, ACME, *Actas*, 1º nº 27b) – 1700/1703, fl. 180v. (Ata datada de 5 de Julho de 1702).

As justificações seguiam sempre no mesmo sentido, invocando a defesa dos interesses do povo¹⁶¹.

No seu conjunto, são reações que acabam por se enquadrar no conceito da síndrome *not in my back yard*¹⁶². Em última instância,

¹⁶¹ Em Junho de 1717 requeria o procurador do concelho que, por haver muitas queixas dos homens de trabalho por não saírem a trabalhar “ se paçase edital que todas a vezes que se achar homem de trabalho na praça ou cidade e aredores della fose condenado e prezo e logo mandarão se puzese edital na forma do requerimento com pena de dous mil reis pagos da cadea e sendo achado alguém nas praças ou cidade ou redor della e isto ao principio das matinas”. Cf. ADE, CME, *Actas*, 1º n° 34, fl. 24-24v. (Ata datada de 16 de Junho de 1717). Sazonalmente emergiam estes problemas, uma vez que no ano seguinte, o procurador voltava a requerer “[...] se mandace apregoar que os homens do trabalho e segadores que todo o que for achado ao sol posto fose preso condenado não sahindo ao trabalho e os que vem tomar preso a praça sahirão athe as quatro horas da menham com pena de prisão e condenação”. Desta vez com efeitos práticos, já que alguns dias mais tarde se dava notícia que tinham sido presos os “aseifõins” António da Costa, António Gomes, António João, Domingos Azevedo, João da Mota e Pedro de Sousa, sendo condenados a em 2 000 réis. Condenação que acabaria por ser revogada pouco depois, alegando-se constar a sua pobreza, ordenando-se a sua libertação, para além do perdão da coima. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 98-100. (Atas datadas de 4 de Junho de 1718, de 8 de Junho de 1718 e de 11 de Junho de 1718). Não seria a última vez que os procuradores se preocupariam com os jornaleiros. Em Março de 1724 o procurador reiterava a necessidade de se fazer cumprir o edital proibindo os trabalhadores de permanecer na cidade depois das 5 da manhã. Cf. Idem, *ibidem*, 1º n° 34, fl. 135. (Ata datada de 29 de Março de 1724).

¹⁶² Conceito que, sendo mais utilizado nas ciências do meio ambiente, reflete a propensão dos cidadãos em reagirem contra a possibilidade da instalação na sua comunidade de estruturas potencialmente prejudiciais ao ambiente. No campo da assistência e do bem-estar, e no nosso caso em especial, ele pode ser utilizado enquanto atitude reativa ao surgimento de potenciais focos de instabilidade social que poderia supor a existência de bolsas de desempregados, pobres e muitas vezes doentes. Sobre este assunto, veja-se, entre outros, Caron Chess, "Evaluating Environmental Public Participation: Methodological Questions", *Journal of Environmental Planning and Management* 43(6):769–784. E, Thomas H. Rasmussen, "Not in My Backyard: The Politics of Siting Prisons, Landfills, and Incinerators", *State & Local Government Review*, Vol. 24, No. 3 (Autumn, 1992), pp. 128-134. Aplicado à história da pobreza, K. Snell propõe um conceito mais forte para descrever esta reação dos paroquianos face aos “estrangeiros” em Inglaterra e Gales do século XVIII: a xenofobia local, que se compreende pela contextualização historiográfica em que o autor se encontra. Recordem-se a este propósito as *settlement laws* em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII. Cf. Keith Snell, *Parish and belonging, community, identity, and welfare in England and Wales (1700-1950)*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 28-80.

empurrando os forasteiros para longe, as elites gestoras da caridade protegiam, a *sua* comunidade.

Em suma, se para Évora, ao longo do período estudado, não foram encontradas orientações claras por parte das instituições de caridade no sentido de privilegiar um ou outro tipo de assistência, a expressão numérica das cartas de guia mostra o interesse de a cidade se libertar dos estranhos. Todavia, quando o termo de análise são os valores alocados, os pobres locais sobrepõem-se aos exteriores, como acontece em outros lugares. Referimo-nos, concretamente, ao caso de Vila Viçosa, onde Marta Araújo convoca as diretivas do Duque D. João II, de 1635, no sentido de expulsarem do hospital os pacientes não naturais da vila, assumindo o princípio que cada comunidade deveria cuidar dos seus pacientes e pobres¹⁶³. Apesar de, teoricamente, a Misericórdia ter mudado de política em 1749, passando a autorizar o curativo de forasteiros, na prática os pacientes do hospital foram maioritariamente homens solteiros não naturais da vila e migrantes sazonais¹⁶⁴.

3 - Assistência *institucionalizada*

Como referido acima, foram incluídos na assistência *institucionalizada* os dados referentes ao Hospital do Espírito Santo, aos presos, aos enjeitados e às donzelas pobres do Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade. O objetivo é o de compreender as opções das instituições tutelares no balanço entre os recursos disponíveis, o ambiente económico envolvente e a procura da assistência.

¹⁶³ Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos Pobres e emprestar a Deus... cit.*, p. 180.

¹⁶⁴ Cf. Idem, *ibidem*, p. 185.

Metodologicamente optámos pela conjugação do tratamento estatístico e apresentação dos dados absolutos. Se, por um lado, a estatística nos devolve uma imagem extremamente útil do conjunto e das tendências centrais, assim como das ocorrências atípicas livres dos ruídos das flutuações inter-anuais, os números absolutos facilitam a leitura dessas mesmas oscilações e, por isso, uma mais clara localização no tempo dos picos de crise e de estabilidade.

Para a representação gráfica dos dados tratados estatisticamente foram utilizados os diagramas de caixa e bigodes ou *box plot and whiskers*. Este tipo de grafismo apresenta os dados centrais do universo e informação a respeito da sua amplitude¹⁶⁵. Por um lado, foram utilizadas escalas tipificadas e *Zscores*¹⁶⁶ que nos permitiram estandardizar os dados, uma vez que os valores absolutos de cada uma das variáveis em observação se encontravam em grandezas desproporcionais entre si, não permitindo a análise comparativa das mesmas. Por outro lado, na observação da

¹⁶⁵ O diagrama de caixa ou *box plot* é desenhado a partir da determinação do primeiro quartil, Q1, que contém até 25% dos dados, o segundo quartil, Q2, contendo 50% dos dados e que coincide com a mediana e o terceiro quartil, Q3, que contém até 75% dos dados. A caixa central é desenhada com início na posição do primeiro quartil até ao terceiro quartil. Dividida pela linha da mediana, a caixa central representa assim os 50% dos dados centrais, definindo a amplitude inter-quartilica, IQ. Por outro lado, um segmento de reta é desenhado desde o ponto do primeiro quartil até ao primeiro valor da amostra acima da barreira interna inferior ($Q1-1.5*IQ$). Do lado superior é marcado também um segmento de recta desde o terceiro quartil até ao último valor da amostra antes da barreira interna superior ($Q3+1.5*IQ$). Ficam, dessa maneira, definidos os bigodes ou *whiskers*. Os valores que ficam entre a barreira externa inferior ($Q1-3*IQ$) e a barreira interna inferior ou entre a barreira interna superior e a barreira externa superior ($Q3+3*IQ$) são designados por outliers moderados. Os valores fora das barreiras externas são designados por outliers severos. Cf. Fernanda Figueiredo *et. al.*, *Estatística descritiva e probabilidade*, Lisboa, Escolar Editora, 2007, p. 32. António Luís Silvestre, *Análise de dados: estatística descritiva*, Lisboa, Vulgata, 2000, pp. 577-578.

¹⁶⁶ A fórmula utilizada para a normalização dos dados das diferentes variáveis (*Zscore*) foi a seguinte: $Z = \frac{X - \mu}{\sigma}$. Onde Z= *Zscore*, X= valor a ser normalizado, μ = média da população em análise, σ = desvio padrão dessa mesma população. Cf. Bento Murteira, George Black, *Estatística Descritiva...* cit.. Bento Murteira, *Análise exploratória...* cit..

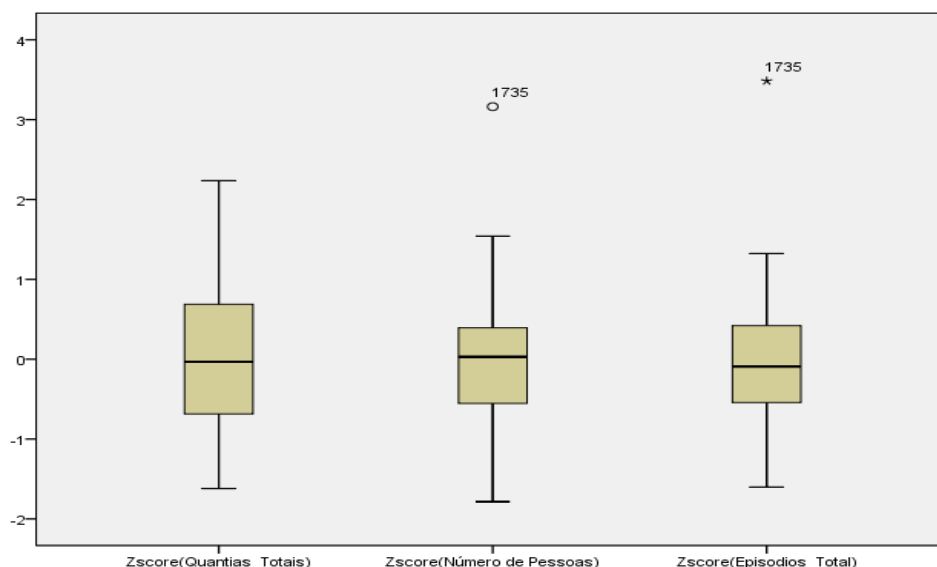
assistência *institucionalizada*, assim como na domiciliária, analisadas de seguida, foram estabelecidas três variáveis de observação: *quantias totais*, *número de pessoas* e *episódios*. Como o próprio nome indica, a primeira corresponde às quantias totais despendidas em cada uma das vertentes de assistência, enquanto a segunda se refere à quantidade de pessoas assistidas. A terceira, os “episódios”, reporta-se ao número de ocorrências, ou provimentos dos diferentes tipos de assistência.

Centrando-nos agora na assistência *institucionalizada* importa referir alguns problemas que enfrentámos. Por exemplo, o da compatibilidade colocou-se no momento de agrupar os dados individuais de cada tipo de assistência para comparação. As limitações situam-se essencialmente ao nível da descontinuidade das diferentes séries. Ainda que, quando consideradas isoladamente, se apresentem muito ricas, ao nível da consistência dos dados e da continuidade no tempo, as falhas de uma categoria, ou de várias, podem comprometer a análise estatística quando tomadas no seu conjunto. Isto é, apesar de dispormos de dados consistentes desde 1667, a segurança da continuidade só pode ser assegurada já para o século XVIII, nomeadamente a partir de 1714. A maior dificuldade revelou-se na comparação dos gastos do hospital com os do Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade. A título de exemplo, se em relação ao primeiro, na variável *quantias gastas* dispomos de dados desde 1667 até 1691, já para o segundo as falhas prolongam-se até 1678, seguindo-se depois três anos com registos, e nova interrupção entre 1686 e 1689. Seguem-se dois anos com dados e um período de interregno até ao ano de 1714. Quanto ao hospital, apesar da série das despesas, ou *quantias gastas*, estar mais completa que a do Recolhimento da Piedade, também apresenta uma falha cronológica importante de 1692 a 1701. Existindo dados para 1702, voltam as lacunas entre 1702 e 1704, seguindo as séries praticamente completas a partir daí, se excetuarmos o ano de 1715, para o qual não

dispomos de informações em ambas as categorias. Apesar desta última interrupção, e da verificada nos anos compreendidos entre 1720 e 1723, as melhores séries são as iniciadas em 1714, que se prolongam até 1750¹⁶⁷.

Vejamos então o que diz o tratamento estatístico. Em primeiro lugar a distribuição estatística dos seus dados revela, em termos globais, a simetria dos mesmos, ou seja, em todas as variáveis 50% das observações estão acima da mediana, estando os outros 50% abaixo dela. No entanto, quando analisada em pormenor, destacam-se algumas especificidades na distribuição dos valores.

Gráfico nº 23 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas
– assistência institucionalizada (1714/1750)



¹⁶⁷ Neste contexto, antes de ser introduzido o tratamento da assistência institucionalizada, importa também notar a contribuição diferenciada que cada uma das séries teve no total de episódios, pessoas e quantias gastas. A série do Hospital do Espírito Santo foi a que contribuiu com maior número de pessoas e de episódios (respetivamente, 82% e 89% do total), seguida a grande distância dos enjeitados (com 10% e 16%), presos (2% e 1%) e da Piedade (0,3% e 0,8%). Em relação às quantias gastas em cada uma das categorias, o quadro altera-se significativamente, predominando um certo equilíbrio entre as mesmas. Neste caso, cerca de três terços das quantias gastas foram divididos entre enjeitados (representando a maior contribuição com 33%), o hospital (31%) e o Recolhimento da Piedade (30%). Constituindo um terço das despesas, os presos supuseram 6% das mesmas.

Como se pode concluir pela leitura do gráfico nº 23, a maior diferença é visível na variável do número de pessoas, que apresenta uma assimetria negativa. Ou seja, em mais de 50% dos anos observados não houve mais de 611 pessoas assistidas (a mediana).

Diferente é a situação da variável das quantias despendidas: apesar de ser simétrica, o bigode superior tem um ligeiro alongamento, o que denota alguma dispersão nos valores superiores. Na mesma situação se encontra a variável dos episódios, também ela simétrica – 50% das ocorrências situam-se acima de 911 (o valor da mediana), tal como se pode conferir no quadro nº 1. No entanto, a pequena extensão do bigode inferior indica uma ligeira dispersão nos valores mais baixos.

Quadro nº 1 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência institucionalizada (1714/1750)

		Quantias	Pessoas	Episódios
N	Válidos	32	32	32
	Perdidos	0	0	0
Média		3115734	606,8125	981,8125
Mediana		3093803	611,0000	954,0000
Moda		2021139,00 ^a	527,00 ^a	494,00 ^a
Desvio Padrão		675762	146,78939	304,57770
Coeficiente de Variação		21,6%	24,1%	31%
Assimetria		,185	,685	1,133
Desvio Padrão da Assimetria		,414	,414	,414
Curtose		-,609	2,207	3,656
Desvio Padrão da Curtose		,809	,809	,809
Mínimo		2021139,00	345,00	494,00
Máximo		4626380,00	1071,00	2043,00
Percentis	10	2207572	382,4000	538,7000
	25	2646007	524,7500	799,7500
	50	3093803	611,0000	954,0000
	75	3616163	664,7500	1111,2500
	90	3,95816	770,2000	1331,0000

a. Existem várias Modas. É mostrado o valor mais pequeno.

De um modo global, comparando as três variáveis pode dizer-se que as quantias totais apresentam uma maior variabilidade, pelo tamanho da caixa central e dos bigodes, enquanto o número de episódios e de pessoas assistidas têm menor variabilidade. No entanto, esta não é uma constatação que retire força à ideia de alguma concentração em torno dos valores centrais, aliás, como se pode verificar na representação gráfica de todas as variáveis. Também por isso os valores não se encontram dispersos por todo o domínio da distribuição. Com efeito, este só tem uma escala mais alargada devido à existência de dois valores dispersos nas categorias pessoas assistidas e episódios de assistência, ambos correspondentes ao ano de 1735. O que é significativo em termos de assistência, significando, por outras palavras, que as quantias despendidas nesse ano não se destacaram dos restantes, enquanto o número de pessoas e de episódios (as ocorrências) foram considerados *anormais*. E isto pode indicar a redistribuição dos recursos habituais por mais pessoas e mais episódios.

Em suma, a evolução anual absoluta das três variáveis confirma no detalhe as conclusões da análise estatística que se podem observar nos gráficos nº 24 e nº 25: apesar da presença das flutuações anuais, nota-se, de modo geral, uma evolução em crescimento dos valores das três variáveis, ao longo do período analisado. Foi, apesar de tudo um crescimento equilibrado, ainda que pautado por anos atípicos de quantias gastas, pessoas assistidas e episódios de assistência. Desde logo, se atendermos ao coeficiente de variação de cada uma das variáveis¹⁶⁸, constatamos que a que tem maior variação em relação à média é a dos episódios, ainda assim os 31% são considerados moderados em termos de análise estatística. Moderada também, se bem que com valores menores, considera-se a variação das pessoas (24,1%) e das quantias gastas (21%). No fundo, este é um movimento que, em grande medida, explica, o facto de o ano de 1735

¹⁶⁸ Ver quadro nº 1.

ser considerado como atípico nas categorias número de pessoas e número de episódios, uma vez que foi nesse ano que, num contexto de simetria e homogeneidade da distribuição, se produziu maior variação nas referidas categorias. O que não é sinónimo da inexistência de outros anos de crescimento, mais suaves. Como se pode observar no gráfico nº 24, do ponto de partida de 1714/1719 – que constituiu os mínimos de todo este corte cronológico –, os valores cresceram para mais do dobro em 1724, descendo depois suavemente até 1730, de onde se arrancou para o período de maior instabilidade que teve a sua maior expressão na referida alta de 1735. Decrescendo daí para os níveis anteriores a esse pico, mantendo-se grosso modo estável até 1750, verificando-se, no entanto, dois períodos de crescimento e um de queda, apesar de tudo sem flutuações muito drásticas. Os primeiros, com os máximos em 1741 e 1748, e o segundo, com mínimos em 1744. Quanto às quantias gastas, como referimos, foi a variável com o menor coeficiente de variação, o que de facto é constatável também pela linha de evolução patente no gráfico nº 25, ainda que pontuada pelos valores de 1735 e 1744 que sobressaíram ligeiramente no crescimento estável das despesas.

A conclusão que se retira da conjugação dos valores estatísticos e absolutos da assistência institucionalizada é a do maior crescimento do número de pessoas assistidas e das ocasiões em que recorreram à assistência por comparação às quantias despendidas. Por outras palavras, em termos médios e medianos, significa a distribuição das mesmas quantias por mais pessoas e em mais provimentos de assistência.

Gráfico nº 24 - Episódios e pessoas na assistência institucionalizada (1714/1750)

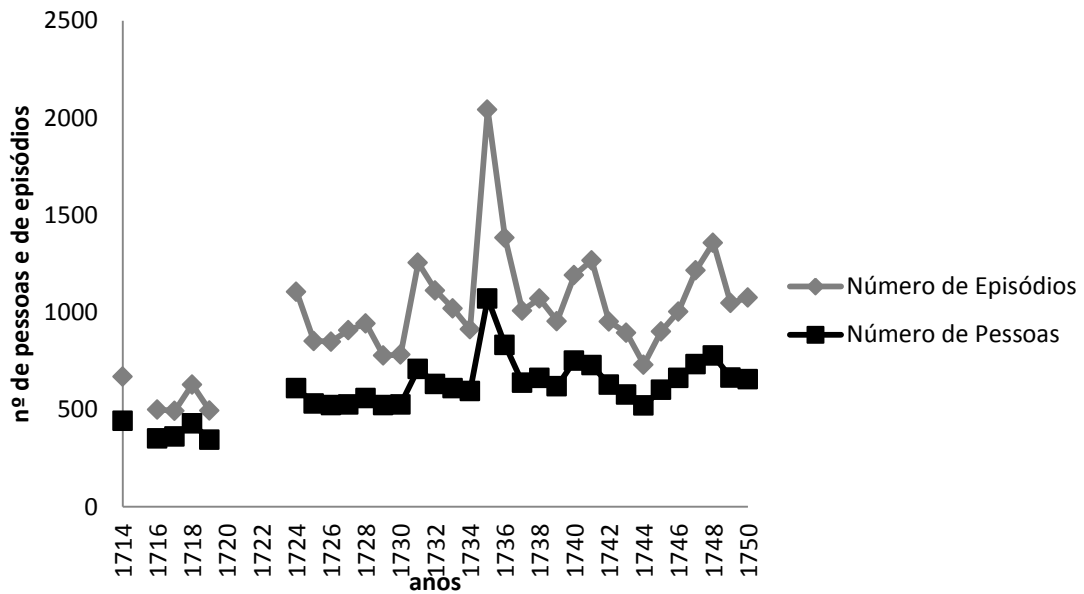
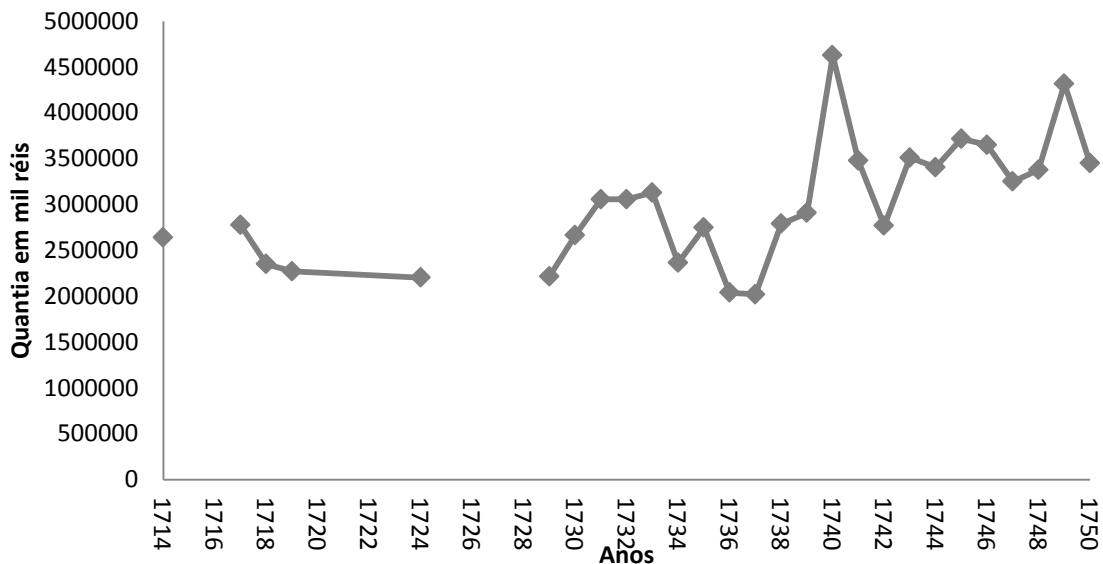


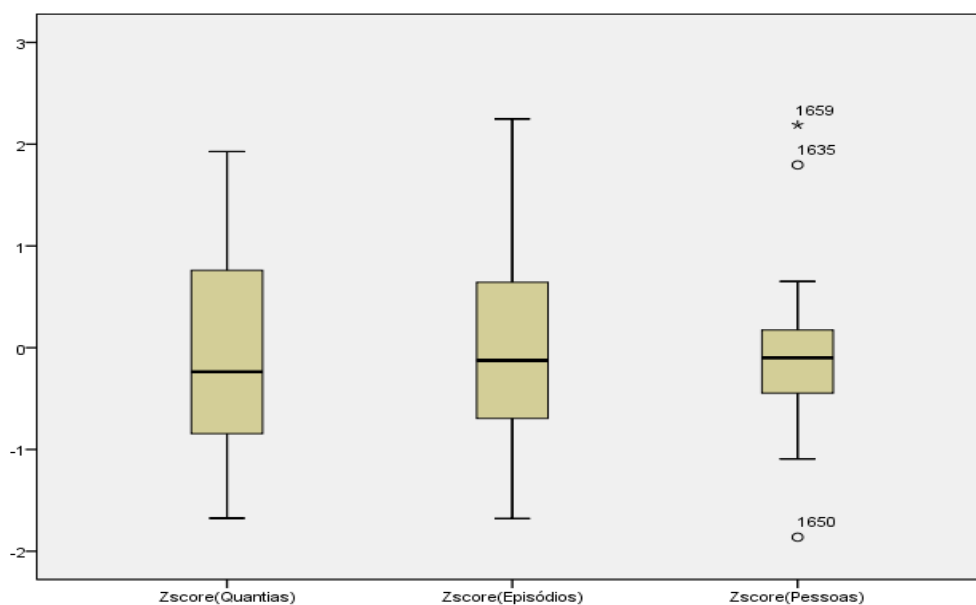
Gráfico nº 25 - Quantias absolutas gastas na assistência institucionalizada (1714/1750)



4 - Assistência domiciliária

Vejam agora o que se passou na assistência domiciliária nas três variáveis tomadas para comparação com a assistência *institucionalizada* (*quantias totais, número de episódios e número de pessoas*). Uma primeira leitura do gráfico nº 26 dá-nos uma imagem muito simétrica da distribuição dos valores das mesmas para o período de 1635, 1650/1663¹⁶⁹. À semelhança do que aconteceu na assistência *institucionalizada*, também na assistência domiciliária os valores de cada uma das variáveis se concentraram em torno da mediana. Ou seja, 228 785 réis nas quantias, nos 1 212 nos episódios, e 253 no número de pessoas assistidas. Concentração desde logo constatável, apesar das especificidades que desenvolveremos adiante, pela ténue diferença que separa os valores médios e medianos de cada variável, como se pode ver no quadro nº 2.

Gráfico nº 26 – Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária (1635, 1650/1663)



¹⁶⁹ A recolha dos dados referentes ao ano de 1635 teve essencialmente como funcionalidade a contraposição com os dados tanto do século XVII, quanto do século XVIII.

Quadro nº 2 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária (1635, 1650/1663)

		Quantias	Episódios	Pessoas
N	Válidos	15	15	15
	Perdidos	0	0	0
Média		252490,60	1212,53	258,27
Mediana		228785,00	1158,00	253,00
Moda		84480 ^a	478 ^a	244
Desvio Padrão		100260,877	437,642	53,312
Assimetria		,313	,549	,700
Devio Padrão da Assimetria		,580	,580	,580
Curtose		-,579	,506	1,414
Desvio Padrão da Curtose		1,121	1,121	1,121
Coeficiente de Variação		39,7%	36,0%	20,5%
Mínimo		84480	478	159
Máximo		445710	2196	375
Percentis	10	126252,00	661,00	183,60
	25	163169,00	799,00	233,00
	50	228785,00	1158,00	253,00
	75	356297,00	1573,00	275,00
	90	401574,00	1912,80	362,40

a. Existem várias modas. É apresentado o valor mais pequeno.

Neste quadro tão simétrico, e focando a análise em cada uma das variáveis, podemos referir que o número de pessoas é a variável que apresenta maior simetria, significando a concentração das observações junto da mediana (253 pessoas assistidas), sendo que em cerca de 50% dos anos assistiram-se mais pessoas que o valor mediano. Concentrando-se mais em redor da mediana, os valores também apresentam um grau menor de variabilidade, por comparação com as restantes variáveis¹⁷⁰. Simultaneamente, é a variável que comporta os valores mais baixos e a

¹⁷⁰ Vejam-se também os valores dos respetivos coeficientes de variação no quadro nº 2.

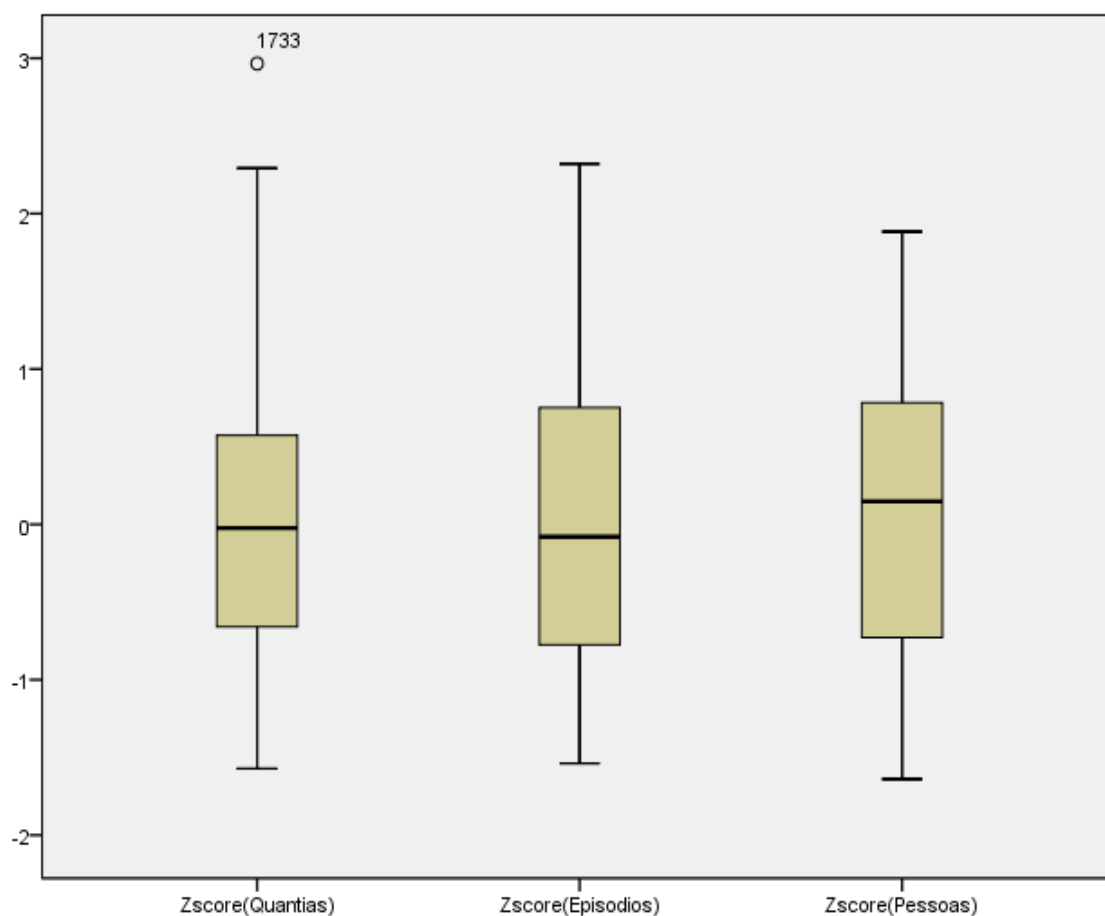
única que contém três valores dispersos – os anos de 1635, 1650 e 1659. Se 1650 se destaca por fugir, para valores inferiores ao padrão dos dados, já 1635 e 1659 se afastam para valores superiores¹⁷¹.

A distribuição do número de episódios é ligeiramente diferente, notando-se uma muito ligeira assimetria positiva. O mesmo é dizer, que um pouco mais de 50% dos casos observados se situa abaixo da mediana (1212 episódios), verificando-se ainda uma maior dispersão dos dados pelo universo da distribuição, e um maior alongamento dos bigodes. Apesar dos bigodes da variável *quantias totais* gastas na assistência domiciliária serem mais curtos que na anterior, a caixa dos 50% valores centrais é maior, sendo nesta variável onde se verifica uma maior dispersão dos dados¹⁷². Verifica-se ainda que a distribuição é aproximadamente simétrica, sendo que em metade dos casos se registou quantias que não excederam 228 785 réis. Em termos práticos isto significou, e de forma muito simplista, que neste período o número de pessoas assistidas foi mais estável, apesar dos valores altos de 1635 e 1659 e da queda de 1650, que o dinheiro despendido e o provimento de assistência. O que poderá igualmente sugerir que os recursos financeiros foram mais direcionados para prover mais vezes as mesmas pessoas. No período de 1700/1750 as três variáveis em análise apresentam também uma distribuição aproximadamente simétrica. No entanto, existe uma ligeira assimetria positiva no caso das quantias totais. Os valores em questão são mais elevados em termos de localização que os obtidos no período de 1635, 1650/1663 e a dispersão é também superior, principalmente nos valores das *quantias totais*, onde o coeficiente de variação é de 46% em 1700/1750 e de 37,5% em 1635, 1650/1663.

¹⁷¹ Apesar de se constituírem como dispersos ou *outliers*, não são preocupantes, uma vez que se encontram dentro das barreiras internas, sendo por isso considerados moderados. Para a determinação dos outliers utilizámos as fórmulas $(Q_1 - 1.5(Q_3 - Q_1))$, marcado a partir do valor mínimo. Onde Q_1 = primeiro quartil, Q_3 = terceiro quartil. Cf. António Luís Silvestre, *Análise de dados... cit.*, p. 58.

¹⁷² Vejam-se os valores dos coeficientes de variação no quadro nº 1.

Gráfico nº 27 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária (1700/1750)



Neste último corte temporal há ainda a destacar um *outlier* na categoria das quantias totais. Na verdade, apesar das quantias gastas em 1733 fugirem ao padrão da distribuição das restantes, também não podem ser consideradas aberrantes extremas dado que se encontram dentro das barreiras internas. Isto é, não se afastam excessivamente dos valores centrais (a moda e a mediana).

Mas, o que nos fica da leitura de ambas as representações gráficas (gráficos nº 26 e nº 27) é uma imagem de simetria na distribuição dos dados, sobretudo pela grande proximidade entre os valores centrais – média e mediana. Se atrás confirmámos essa realidade para o primeiro período,

ela não é muito diferente para 1700/1750¹⁷³, como se pode observar no quadro nº 3.

Quadro nº 3 - Comparação entre quantias, episódios e pessoas – assistência domiciliária
(1700/1750)

		Quantias	Episódios	Pessoas
N	Válidos	51	51	51
	Perdidos	0	0	0
Média		392232,75	1475,22	698,59
Mediana		387800,00	1414,00	749,00
Moda		94380 ^a	291 ^a	143 ^a
Desvio Padrão		189458,164	769,663	338,952
Assimetria		,466	,260	-,212
Desvio Padrão da Assimetria		,333	,333	,333
Curtose		,476	-,642	-1,023
Desvio Padrão da Curtose		,656	,656	,656
Coeficiente de Variação		48,3%	52,1%	48,4%
Mínimo		94380	291	143
Máximo		954104	3261	1337
Percentis	10	127984,00	429,20	164,60
	25	243940,00	860,00	435,00
	50	387800,00	1414,00	749,00
	75	503874,00	2057,00	967,00
	90	624068,00	2441,00	1115,40

a. Existem várias modas. É apresentado o valor mais pequeno.

É também através do acompanhamento destes valores centrais que se pode verificar as diferenças entre o primeiro e o segundo período. Neste contexto, é perfeitamente visível que o primeiro caso envolveu valores mais baixos que o segundo. As diferenças agudizam-se mais no dinheiro despendido e no número de pessoas assistidas que propriamente no número de episódios. O mesmo é dizer que, se naquelas duas primeiras categorias

¹⁷³ De facto, os valores das médias e das medianas em todas as categorias diferem entre si de forma muito pouco significativa. Comparem-se os mesmos nos quadros estatísticos nº 2 e nº 3.

os valores médios e medianos praticamente duplicaram de 1635, 1650/1663 para 1700/1750, na última a diferença não é tão notória. A explicação para tal aumento das quantias despendidas pode significar, em primeiro lugar, a influência natural da inflação dos preços que obrigou necessariamente a despendar mais dinheiro¹⁷⁴. Em segundo lugar, infere-se também que esse aumento das quantias foi mais direcionado para o crescimento do número pessoas assistidas que para o número de episódios que, como referimos, teve uma evolução mais moderada. Constata-se perfeitamente que as assimetrias se acentuam por comparação às representações gráficas isoladas. Em particular, a distribuição das quantias totais é neste caso assimétrica positiva (o coeficiente de assimetria dividido pelo seu desvio padrão é superior a 2). Neste contexto, podemos referir que os valores do período de 1635, 1650-1663 foram mais baixos no que se refere ao número de pessoas assistidas, número de provimentos e quantias despendidas por comparação com o período de 1700/1750.

Com a representação destas variáveis em termos absolutos perde-se, como referimos, as tendências centrais dos dados. Como se pode ver nos gráficos nº 28 e 29, a primeira imagem que se recolhe é a de uma variabilidade muito grande, sedimentada nos ruídos das variações inter- anuais. Esta variabilidade acaba por não ser real em termos estatísticos, como ficou demonstrado atrás, quando verificámos a concentração das ocorrências em torno dos valores médios e medianos.

¹⁷⁴ A distribuição dos recursos assistenciais por episódio e por pessoa será analisada em profundidade neste capítulo, mais adiante.

Gráfico nº 28 - Episódios e Pessoas na assistência domiciliária (1650-1750)

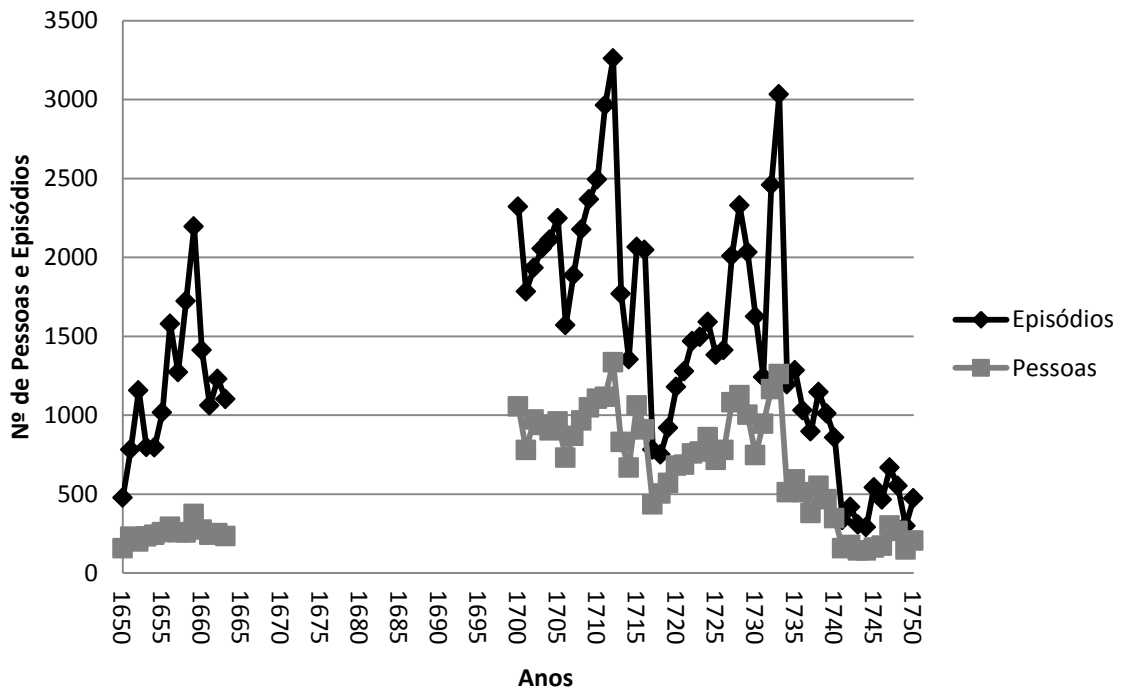
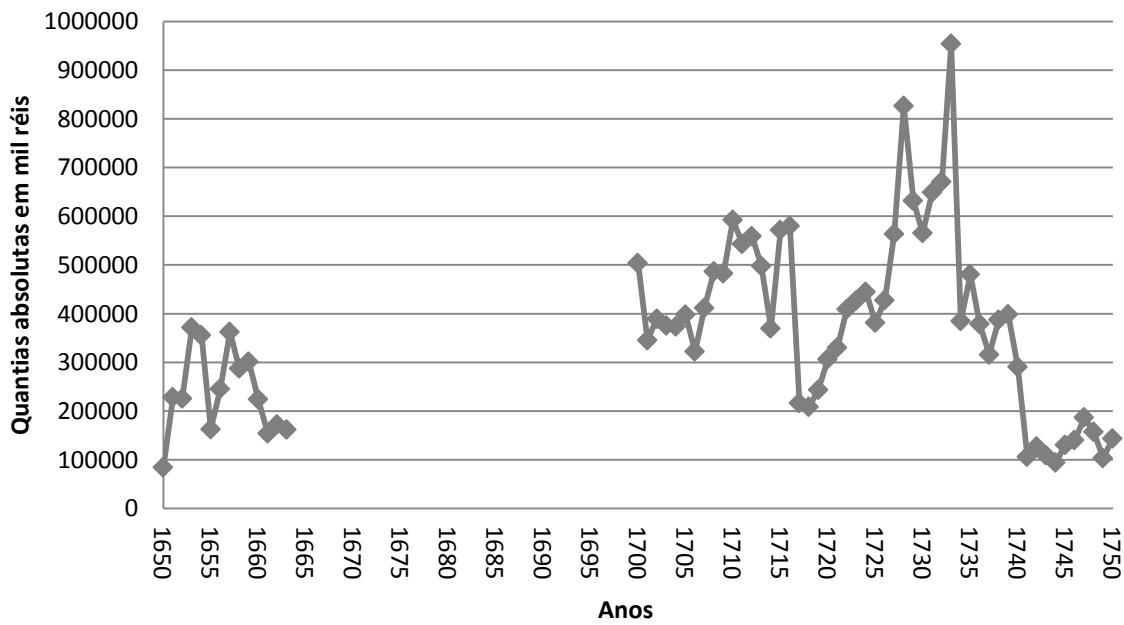


Gráfico nº 29 - Quantias absolutas gastas na assistência domiciliária (1650/1750)



A variação anual absoluta tem, no entanto, a vantagem de permitir uma análise mais situada do comportamento das variáveis, possibilitando a contextualização deste último no ambiente económico, social e político envolvente. Pese embora as observações anteriores, importa referir que a representação absoluta dos anos confirma completamente a caracterização estatística das variáveis. Em primeiro lugar, se observarmos os gráficos nº23 e nº 24, confirmamos o crescimento nos quantitativos das três variáveis do período de 1650/1663 para o de 1700/1750, ainda que cortado pelo ciclo de queda iniciado em 1734 e agudizada a partir de 1739. Assim, sem surpresas, também fica claro que esse crescimento não foi nem contínuo nem moderado, antes pautado pela existência de vários pontos que evoluem em sentido contrário. Na verdade, o número de pessoas assistidas e de provimentos foi bem mais flutuante que o tratamento estatístico pode demonstrar.

Acompanhando-se a sua evolução de forma simétrica ao longo de todo o período analisado, as observações das três variáveis tiveram como ponto de partida um nível baixo em 1650, mas em subida até 1659, onde atingem o valor mais alto do primeiro período. Já o corte cronológico iniciado em 1700 começa em alta, recuando logo no seguinte. A subida para 1702 mantém-se estável em 1703, quando se abre um ciclo descendente até 1706, arrancando para outro de sinal contrário, que encontrará maior expressão no pico de 1712 (mais marcado ao nível dos episódios e das pessoas assistidas que propriamente em quantias despendidas). Sucede-se nova queda, até 1716, quando se verifica novo fosso. Se a fase seguinte, até 1718, foi novamente descendente, a que se inicia em 1719 afirma-se de crescimento até ao referido ano de 1733 (considerado estatisticamente aberrante ao nível das quantias gastas). Se bem que não fugindo ao padrão dos valores das pessoas assistidas e episódios de assistência, constituiu nestas duas últimas categorias o valor

mais elevado de todo o corte cronológico, que marca a viragem de ciclo em todas as três variáveis na assistência domiciliária. Esta foi uma viragem em sentido descendente, acentuada ainda mais no dobrar para a década de quarenta, onde se verificam valores inferiores a um terço dos verificados nos princípios da década de trinta. Foram sobretudo resultados muito semelhantes ao nível do número de pessoas assistidas, verificado para os anos recolhidos na segunda metade do século XVII.

Em síntese, parece ter ficado explícito o aumento significativo de número de pessoas assistidas na assistência domiciliária, sendo essa a maior diferença entre os anos observados no século XVII e no século XVIII. Todavia, o balanço entre assistência domiciliária e a *institucionalizada* não ficaria completo sem a introdução dos valores das cartas de guia, que assumimos terem sido maioritariamente concedidas a pessoas exteriores a Évora. Vejamos agora como se comportaram os valores das pessoas assistidas, das ocorrências e das quantias despendidas, introduzidas na curva da assistência *institucionalizada*.

Apesar de no gráfico nº 30 a evolução das duas curvas não sofrer alterações em relação à verificada sem as cartas de guia, o fosso alarga-se entre a assistência domiciliária e a assistência *institucionalizada*, com vantagem para esta última, como se pode comprovar nos 3 gráficos seguintes. O que se compreende se se tiver em conta que foram tidas em consideração, em média, para o todo o período de comparação, mais 442 pessoas por ano.

Gráfico nº 30 - Número de pessoas - assistência domiciliária e institucionalizada (com cartas de guia - (1714/1750))

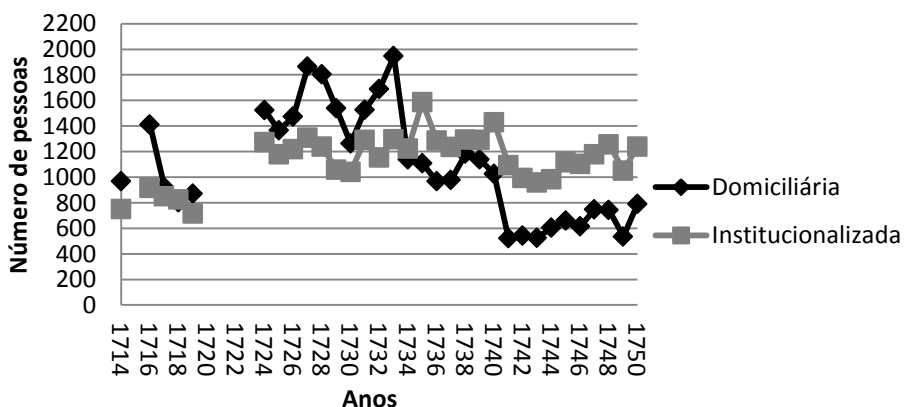
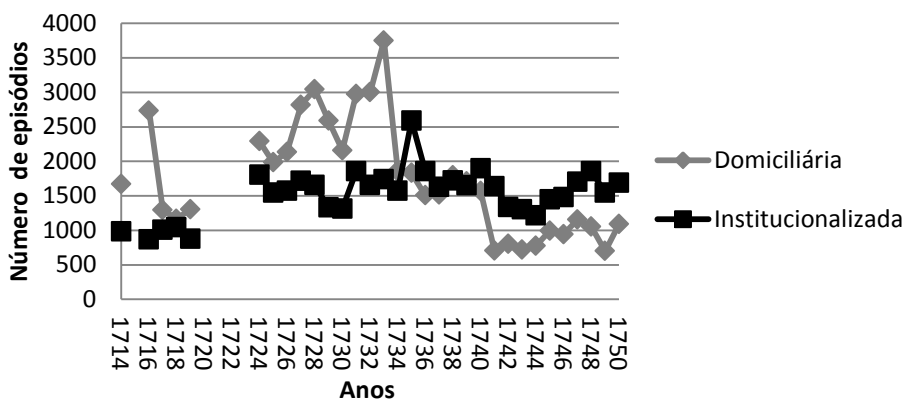
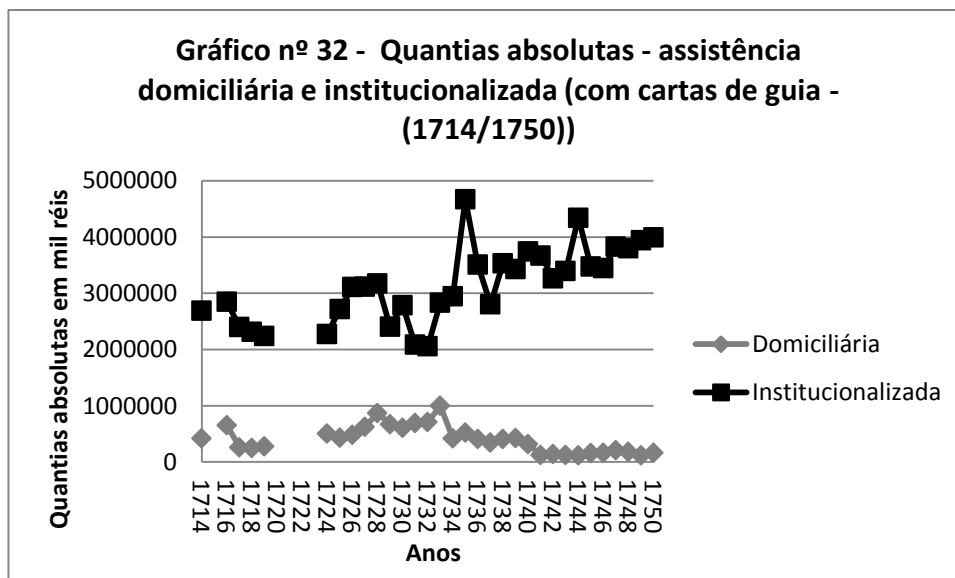


Gráfico nº 31 - Número de episódios - assistência domiciliária e institucionalizada (com cartas de guia - (1714/1750))





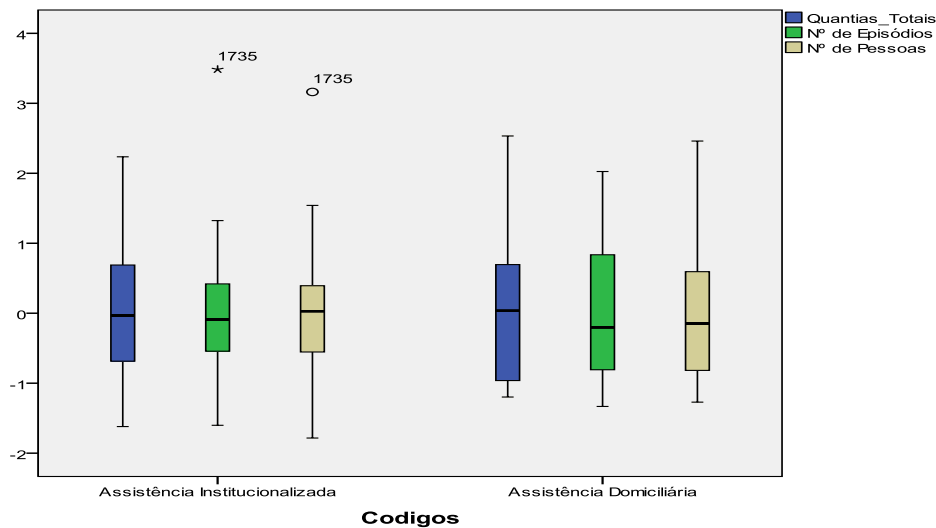
Menos impacto parece ter tido a introdução nos dados das cartas de guia foi nas quantias despendidas, implicando um valor médio anual de 31 453 réis. Analisando o gráfico nº 32, onde estão representadas as quantias medianas gastas por cada provimento de carta de guia, infere-se de imediato que estas envolveram valores reduzidos.

5 – Assistência *institucionalizada* e domiciliária: comportamentos em perspectiva

Tendo presente as limitações que referimos atrás, provocadas pelas lacunas na documentação, o passo seguinte é o de colocar lado a lado a assistência domiciliária e a *institucionalizada* de forma a desenhar o comportamento das três variáveis. Para isso recorreremos ao diagrama de caixa múltiplo (gráfico nº 28) cuja elaboração obedeceu às mesmas regras de cálculo para a standardização das escalas que foram usadas na construção dos anteriores. Isto é, foram utilizadas escalas tipificadas e

$Zscores^{175}$, que standardizaram os dados, já que os valores absolutos de cada uma das variáveis se encontravam em grandezas não comparáveis entre si.

Gráfico nº 33 – Assistência institucionalizada vs Assistência domiciliária (1714/1750)



Sem dúvida nenhuma, o que há a destacar na análise comparada dos dois tipos de assistência é a maior variabilidade e dispersão dos valores da assistência domiciliária em todas as variáveis analisadas. Quer as caixas centrais, quer os bigodes, distribuem-se de uma forma mais prolongada que os seus correspondentes na assistência *institucionalizada*. Quer isto dizer, o número de assistidos, as ocorrências de assistência, e as quantias com eles despendidas tiveram um comportamento mais flutuante na assistência domiciliária, por comparação com a *institucionalizada*.

Ainda que pouco significativas, também se detetam algumas alterações de distribuição dos valores no domínio da assistência domiciliária quando analisada conjuntamente com a *institucionalizada*. A

¹⁷⁵ A fórmula utilizada para a normalização dos dados das diferentes variáveis (Zscore) foi a seguinte: $Z = \frac{X - \mu}{\sigma}$. Onde Z= Zscore, X= valor a ser normalizado, μ = média da população em análise, σ = desvio padrão dessa mesma população. Cf. Bento Murteira, George Black, *Estatística Descritiva...* cit.. Também, Bento Murteira, *Análise exploratória...* cit..

mais evidente encontra-se nos valores dispersos. Nesta representação, o ano de 1733 deixou de ser um valor atípico em relação aos restantes. Esta modificação deve-se essencialmente à constituição desse mesmo universo. Com efeito, como referimos anteriormente, para a comparação dos dois tipos de assistência só foi possível utilizar 32 anos do século XVIII, até 1750, cujos dados nas três variáveis se apresentavam mais completos. Isto significou que na assistência domiciliária não foi considerado, para estes efeitos, o período do século XVII que, como referimos anteriormente, representou valores menos elevados. Retirando da análise esses valores, o ano de 1733 deixou de ser considerado aberrante na variável quantias totais face ao conjunto dos dados do século XVIII. Isto, apesar dos seus valores continuarem a configurar o máximo de todo o universo observado. Em última análise, os resultados deste ano foram absorvidos e integrados na dispersão dos casos mais elevados. Se, por um lado, a extensão do bigode superior desta variável confirma este facto, também justifica a dispersão dos valores superiores no seu todo. Aliás, esta é uma conclusão válida também para as restantes categorias da assistência domiciliária, por comparação com a *institucionalizada* que, como referimos, se desenha com menor dispersão e, ainda assim, com maior equilíbrio dispersivo entre os valores superiores e inferiores. Todavia, para que se perceba a razão destas flutuações, é necessário que se introduzam (no ponto seguinte) algumas variáveis explicativas, nomeadamente as conjunturas económicas, a evolução demográfica e as decisões tomadas pelos administradores da assistência.

5.1 – As variáveis das oscilações

Pelos dados atrás apresentados fica a certeza de que houve um aumento do número de pobres assistidos tanto na assistência domiciliária como na *institucionalizada*. O que, num primeiro momento, leva a equacionar a hipótese de ter havido um crescimento do fenómeno da pobreza, isto apesar de termos verificado a concentração das observações em torno dos valores centrais. É inegável, reiterando o que já referimos atrás, que o maior aumento do número de pessoas assistidas revele um tipo de atuação junto da pobreza mais em extensão do que em profundidade. A questão que se coloca neste contexto é a das razões deste aumento. Para entender esta realidade têm que ser inseridas três variáveis explicativas: o ambiente macro e microeconómico que circundava Évora – onde os preços dos cereais, os índices de renda e de receitas se constituirão como indicadores privilegiados –; a evolução da população; e as opções administrativas do *mando*. Hierarquizar a ponderação de cada uma delas no crescimento do número de pobres assistidos seria um erro metodológico dada a íntima correlação entre si. Por outras palavras, nunca se esperaria perspetivar as opções das elites administradoras da assistência de forma isolada, ignorando a situação económica ou a procura de assistência.

5.1.1 - O ambiente macro e micro económico

Como já deixámos evidenciado, se em termos assistenciais existiu em Évora um contraste óbvio entre o século XVII e o XVIII, quando a análise passa para o campo macroeconómico a diferença verifica-se entre os dois séculos. Com efeito, recorde-se que é comumente aceite estabelecer-se o arranque da expansão da economia portuguesa, em geral, e da alentejana em particular, após 1670, e com mais vigor ainda depois de

1720, com a estabilização dos índices de preços. No entanto, seria enganador esperar a redução do número de pessoas assistidas e dos gastos com a assistência resultante do clima macroeconómico favorável. A verdade é que não se pode confundir estabilização com regressão e, nesta linha, esquecer a contribuição dos preços altos, ainda que estabilizados, para a *construção* do fenómeno da pobreza¹⁷⁶.

Estabelecendo as correlações entre as três variáveis em análise nos dois tipos de assistência e os preços dos principais cereais cultivados nas terras de Évora, facilmente se detetam correlações lineares e positivas, variando, por isso, no mesmo sentido. Esta tarefa de correlação foi à partida simplificada pelas características dos dados. Com efeito, estamos perante variáveis quantitativas que nos permitem o estabelecimento de relações estatísticas. Assim, o objetivo não foi o de estabelecer relações matemáticas entre categorias, mas o de comparar o comportamento de uma variável face a outra. Ou seja, partimos do pressuposto de que é um erro inferir uma relação de causa/efeito quando se deteta uma associação significativa entre duas variáveis, não implicando necessariamente uma relação de causa efeito¹⁷⁷. Quer isto dizer, mesmo que se verifiquem

¹⁷⁶ Também no sentido defendido por Paul Slack, que assenta o indicador da densidade da pobreza na correlação entre o preço da comida e a mortalidade. Mas mais importante, refere este autor “The universal consequence of high food prices [...] was not starvation but general impoverishment. The number of vagrants and beggars on the roads increased, so did the number of people claiming poor relief”. Paul Slack, *Poverty and policy... cit.*, pp. 45-50. Numa tradução livre: “A consequência universal dos preços altos dos alimentos [...] não foi a fome mas o empobrecimento geral. Aumentou o número de vagabundos e pedintes nas ruas, assim como o número de pessoas pedindo por assistência”. Ou seja, o que Slack preconiza é que o número de pobres que caem abaixo da linha de pobreza aumenta exponencialmente em épocas de crise económica, agrícola, comercial e económica. Realçamos aqui a questão do empobrecimento geral nestas crises, difícil de recuperar mesmo com a estabilização dos preços. Como foi a década de vinte do século XVIII em Évora, e que este mesmo autor reportou para Inglaterra para essa década. Onde, apesar da estabilização dos preços, os custos e o número de pobres não desceram. Cf. Paul Slack, *English poor laws...cit.*, p. 24.

¹⁷⁷ Cf. António Luís Silvestre, *Análise de dados... cit.*, pp. 134-137.

correlações positivas entre as variáveis de assistência, a correlação não se explica por si só, podendo intervir elementos externos à relação. Por exemplo, à partida não se pode afirmar que a causa do aumento do número de pessoas assistidas ou de ocorrências decorresse unicamente do aumento do preço dos cereais.

Mas existem comportamentos diferenciados nas correlações detetadas entre assistência domiciliária e *institucionalizada*, nomeadamente no que se refere à intensidade das mesmas. Como se pode observar nos quadros nº 4 e nº 5, na assistência domiciliária são positivas todas as correlações entre as variáveis e os preços do trigo, cevada, centeio e os valores das receitas da Misericórdia. No entanto, podemos caracterizar a correlação como sendo de intensidade moderada, uma vez que nenhum par de relações atinge os 0,70. O que não deixa de ser significativo, uma vez que o nível de significância é considerado a partir de 0,01¹⁷⁸. Assim sendo, onde se verifica maior força nas correlações é nos pares de relações onde está presente a variável *episódios*, sobretudo no que se refere à sua relação com os cereais. O mesmo é dizer que, quando o preço destes cresceu, o número de vezes que cada pobre foi provido com assistência também aumentou.

Neste meio de relações moderadas há que realçar a correlação entre a variável *pessoas* e as receitas da Misericórdia, que se destaca um pouco dos restantes cruzamentos, utilizando a primeira como variável dependente. Pelo exposto, como mencionado atrás, podendo identificar a variável *pessoas* com a escala da pobreza e os *episódios* com a densidade da mesma, é plausível concluir que os episódios de assistência foram mais vulneráveis às flutuações dos preços cerealíferos que o número de pessoas assistidas, este mais influenciável pelos recursos disponíveis.

¹⁷⁸ Cf. Idem, *ibidem*, pp. 150-155.

Quadro nº 4 – Correlações na assistência domiciliária

	Trigo	Cevada	Centeio	Receitas
Episódios	0,349	0,402	0,365	0,187
Pessoas	0,187	0,253	0,193	0,359
Quantias	0,239	0,277	0,240	0,177
Totais				

Quadro nº 5 - Correlações na assistência institucionalizada

	Trigo	Cevada	Centeio
Episódios	0,171	0,166	0,131
Pessoas	0,218	0,167	0,163
Quantias	0,197	0,122	0,156
Totais			

É na intensidade das correlações que as diferenças entre assistência domiciliária e *institucionalizada*¹⁷⁹ se agudizam. Se, no primeiro caso, ainda podemos destacar significativamente as correlações onde está inserida a variável das *pessoas*, no segundo, as oscilações entre os pares de relações não permitem demarcar nenhuma correlação. Esta é, em suma,

¹⁷⁹ No caso deste tipo de assistência restringimos as variáveis independentes aos preços dos cereais, ficando excluída a hipótese de se encontrar o somatório das receitas. Com efeito, se conseguimos apurar as receitas para o Hospital do Espírito Santo e para o Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade, o mesmo não aconteceu para os presos e enjeitados. Considerar apenas as receitas disponíveis seria tomar uma parte pelo todo, criando artificialmente uma variável explicativa, pelo que optámos pela sua exclusão.

uma conclusão consentânea com a simetria da distribuição dos valores verificada acima, no gráfico nº 25. Por outro lado, os índices apurados para a assistência *institucionalizada*, apesar de positivos, são praticamente todos inferiores aos verificados na assistência domiciliária¹⁸⁰, o que sem dúvida denota uma menor influência dos preços no número de *episódios, pessoas assistidas e quantias despendidas*. Ainda que as correlações já demonstradas configurem um coeficiente de produto/momento, há que fazer uma leitura de médio prazo das consequências dos preços no crescimento da pobreza. Sem sombra de dúvida, o efeito dos primeiros sobre a segunda, mais que imediato, foi cumulativo. Ou seja, a sucessão de vários anos de alta de preços nos cereais foi fragilizando as economias familiares e tornando-as vulneráveis à pobreza, sem permitir melhorar as condições nos períodos de estabilidade de preços.

Nesta ordem de ideias, testemunhos recolhidos nos arquivos locais levam-nos a contextualizar melhor o clima de crise económica conjuntural no Alentejo, sobretudo o período que mediou entre a década de 20 e 40 do século XVIII¹⁸¹. Relatos coevos descreviam a inclemência da seca que, desde 1728, castigava a província do Alentejo, ou nas palavras do abade do Convento do Espinheiro de Évora, “secando-se as plantas, murchandose as siaras, desuanecendose as aruores e enfraquecendose os gados”¹⁸².

¹⁸⁰ Apenas na correlação das variáveis pessoas/preço do trigo é que a assistência institucionalizada ultrapassou a assistência domiciliária, obtendo 0,218 contra 0,187.

¹⁸¹ Recorde-se, apesar de tudo, inserida numa estrutura macroeconómica de recuperação.

¹⁸² Este é um relato de vários anos, de onde colhemos uma descrição de seca prolongada entre 1728 e 1738 para a cidade de Évora e campos envolventes. Apesar de fazer referência à inclemência do tempo desde 1728, a primeira indicação remete para o apelo à população do Cabido em 1734 para que fizesse penitência. Cf. BPE, *Livro das despesas da Sacristia do Convento do Espinheiro: Preces que os Eborenses Fizeram pela Falta de Agua em 1734*. Cod. CV/1-9, fl. 18. A mesma situação climatológica é descrita em 1737 quando a Misericórdia saiu em procissão, juntamente com a universidade e todas as suas escolas em direção ao convento do Espinheiro, rezando pelo termo do tempo extremamente seco. Cf. Idem, *Procissão das águas que em 1737 fez a Irmandade da Misericórdia ao Mosteiro do Espinheiro*. Cod. CV/1-9, fls. 87-88.

Recorde-se que os valores atípicos verificados na assistência domiciliária e *institucionalizada* aconteceram precisamente nesse período, respetivamente, 1733 e 1735. Falta de produtividade dos campos devido às secas sistemáticas foi também o argumento que os lavradores da comenda da ordem de São Bento de Avis, em Juromenha, usaram quando, em 1739¹⁸³, pediram ao rei que lhes “quitasse” metade da renda que pagavam. Esterilidade que, de resto, seria confirmada e estendida, pelo Prior da Igreja Matriz de Vila Viçosa, a toda a província do Alentejo, quando inquirido nesse mesmo processo¹⁸⁴. À sucessão de maus anos agrícolas terá que se juntar, em outras ocasiões, a conjuntura de guerra, fator potenciador de empobrecimento, e o aumento da mobilidade e da morbilidade, todos conducentes ao crescimento da procura das instituições de assistência. No contexto que estamos a estudar, não podemos esquecer o efeito devastador que as guerras da Restauração tiveram no Alentejo e em Évora, na década de 60 do século XVII¹⁸⁵, bem como a Guerra da Sucessão espanhola, nos princípios do século XVIII, e o que ambas significaram ao nível da pressão dos exércitos sobre os alimentos, destruição dos meios de produção, retirada de gente dos campos e interrupção dos circuitos comerciais. Concordante com esse clima de instabilidade, o aumento do número de

¹⁸³ Cf. IAN/TT, *Mesa da Consciência e Ordens*, l.º n.º 61, 1735-1771, fls. 22-22v.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁵ A 8 de Junho de 1663 a praça de Évora tinha capitulado perante forças espanholas de D. João de Áustria que a tinham sitiado em Maio de 1663, provocando pesada destruição na cidade. Entretanto, o Conde de Vila-Flor organizou um exército que atacou as forças castelhanas em Santa Vitória do Ameixial infligindo-lhe a derrota a 8 de Junho de 1663. Após Ameixial, o exército português preparou-se para reconquistar Évora, com a chegada de um reforço constituído por forças organizadas em Aldeia Galega pelo Marquês de Marialva, cercando durante uma semana a cidade. Após este período, o Conde de Sertirona, governador da praça, capitulou, ficando a guarnição prisioneira até Outubro do mesmo ano. Cf. Pedro Cardim, “O processo Político (1621 – 1807)”, *História de Portugal* (José Mattoso dir.), vol. IV, Lisboa, Estampa, 1997, pp. 404-408. Lorraine White, *Guerra y revolución militar en la Ibéria del Siglo XVII*, Manuscrits 21, 2003, pp. 63-93.

peçoas assistidas e dos episódios na assistência domiciliária, em crescimento tanto no caso do conflito do século XVII, quanto no do século XVIII, atingiram máximos em 1659 e 1712.

5.1.2 - Pressão demográfica?

Procurando compreender as razões que terão provocado o aumento do número de pobres assistidos colocámos como uma das variáveis explicativas a hipótese do crescimento populacional e possível pressão sobre os recursos disponíveis. Refira-se, em abono da verdade, que este é um dos elementos mais difíceis de introduzir devido às lacunas das fontes documentais.

O primeiro ponto de referência verdadeiramente importante ao nível das contagens demográficas no Portugal Moderno foi, como bem se sabe, o *Numeramento de 1527-1532*. A heterogeneidade do país que por ele perpassa é atestada, desde logo, pela distribuição das unidades administrativas – compreendidas entre cidades, vilas, concelhos, coutos, honras, terras, julgados, comendas e lugares¹⁸⁶ –, que revelou um mundo de assimetrias a vários níveis. Comparando com a Beira e Estremadura, a província de Entre Tejo e Odiana apresentava-se parcamente povoada, já que com uma área substancialmente superior não atingia metade das divisões administrativas da Beira, por exemplo. Fraca densidade populacional da província transtagana, situação que, segundo Júlia Galego e Suzanne Daveau, está historicamente associada a uma longa tradição urbana existindo “grandes cidades, vilas e aldeias rodeadas por extensas

¹⁸⁶ O maior número encontrava-se na Beira (260) e na Estremadura (126), seguidas de Entre Tejo e Odiana e Entre Douro e Minho (59). Cf. Júlia Galego, Suzanne Daveau, *O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, pp. 15-17.

áreas completamente ermas”¹⁸⁷. Manter-se-ia em cerca de 48 800 moradores, menos, pois, que a Estremadura¹⁸⁸. Naquele espaço, e enquanto centro urbano, Évora teria, tal como o Porto, cerca de 12 000, sobrepondo-se a cidades como Santarém ou Coimbra¹⁸⁹, e ainda mais em relação às restantes cidades de Entre o Tejo e Odiana. Elvas, por exemplo, teria cerca de 7 600 habitantes e Beja e Portalegre cerca de 4 800 cada¹⁹⁰.

Para a centúria seguinte, a de Seiscentos, a fiabilidade dos números da população é ainda menor, havendo necessidade de recorrer a fontes indiretas. Os estudos demográficos efetuados para o século XVII constituem abordagens, quase sempre estimativas, que, apesar do seu valor, têm que ser encaradas com as reservas necessárias. No que a Évora diz respeito, alguns autores rejeitam a ideia de que o século XVII foi um tempo de crise demográfica¹⁹¹, apresentando mesmo alguns indicadores que

¹⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 20.

¹⁸⁸ Por outro lado, entre Douro e Minho e a Beira lideravam os índices de densidade populacional com vinte e quatro por cento do total da população – cerca de cinquenta e cinco mil moradores. Cf. Idem, *ibidem*, p. 22.

¹⁸⁹ Adotámos aqui o índice quatro como multiplicador para obter o número de habitantes – como vem referido no *Numeramento de 1527-1532*. Cf. Suzanne Daveau, Júlia Galego, *O Numeramento de 1527-1532 ... cit.*, p. 22). É de resto o índice seguido por outros autores Cf. Virgínia Rau, “Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI: resultados e problemas de métodos”, *Do tempo e da História*, Lisboa, Tomo I, 1965, pp. 7-46), ainda que outros autores tenham adotado índices superiores, nomeadamente 4,5 e 5. Cf. Orlando Ribeiro, “Portugal”, *Geografia de España y Portugal*, vol. V, Barcelona, 1954, p. 98, *cit. in* Virgínia Rau, “Para a História da população portuguesa ... cit.”, p. 15.

¹⁹⁰ Não enveredámos aqui pela polémica sobre a definição de vila ou cidade. Contudo, João José Dias indica que Estremoz e Beja foram elevadas a cidade por D. Manuel, enquanto Elvas e Portalegre só o teriam sido depois do numeramento joanino. Cf. João José Dias, *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 186-193.

¹⁹¹ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, “Uma estimativa da população de Portugal em 1640”, *Memórias da Academia de ciências de Lisboa – classe de letras*, Lisboa, t. XVI, 1975, p. 236. Esta estimativa da população portuguesa em 1640 mereceu alguns reparos, por parte de António de Oliveira, nomeadamente no que se refere à crítica das fontes. Sobretudo se se der como adquirido, tal como fez Veríssimo Serrão, que a “Población General de España” teve como base os recrutamentos militares mandados fazer pela

apontam para um certo crescimento populacional. Teresa Ferreira Rodrigues e Teresa Fonseca indicam que a capital alentejana teria, por volta de 1620, cerca de 14 000 habitantes¹⁹². Diferente é a opinião de Rui Santos que, ainda sem avançar com quantitativos totais da população da região de Évora, traça uma imagem demográfica depressiva para o século XVII, agravada pelas Guerras da Restauração. Para este autor, a crise só foi ultrapassada nas primeiras duas décadas do século seguinte¹⁹³.

Apesar da diversidade de opiniões, à exceção de Rui Santos, podemos aceitar que, pese embora as fomes, pestes e epidemias que assolaram Portugal, sobretudo nos finais do século XVI e princípios do XVII, e dos picos de mortalidade do século XVII – 1622, 1631-1632, 1632-1634¹⁹⁴ –, pelo menos os efetivos populacionais eborenses terão conseguido manter-se mais ou menos equilibrados devido, naturalmente, às altas taxas de natalidade. Dos 12 000 habitantes em 1527-1532, Évora poderá ter passado para os 16 000 habitantes em 1637/1640¹⁹⁵.

duquesa de Mântua entre 1636 e 1639. Sendo estes arrolamentos de índole secreta, António de Oliveira questiona se o autor da «Población» teria tido acesso a eles. Cf. António de Oliveira, «Joaquim Veríssimo Serrão. Uma estimativa da população portuguesa em 1640», *Revista Portuguesa de História*, 1975, pp. 494-505).

¹⁹² Cf. Teresa Ferreira Rodrigues, “As estruturas populacionais”, *História de Portugal* (José Mattoso dir.), Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 213; Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo: Évora... cit.*, p. 56.

¹⁹³ Cf. Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo... cit.*, p. 276.

¹⁹⁴ Cf. António de Oliveira, *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580 – 1640)*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 53 -55.

¹⁹⁵ Esta é também a opinião de António de Oliveira quando refere que em 1640 os efetivos populacionais teriam voltado aos cálculos do início do século. Cf. António de Oliveira, “Joaquim Veríssimo Serrão. Uma estimativa da população portuguesa... cit.”, p. 496). Todavia, segundo alguns escritos de finais do século XVII, Évora ressentia-se muito da ausência da mais nobre estirpe fidalga de Portugal. A maior parte tinha partido com a Corte, segundo o padre Manuel Fialho, “Na falta de gente corre Évora parrelhas com o mais Alentejo: supostas as causas, que teve e tem, tem mais gente do que se podia cuidar ao menos da gente menor, miuda e do povo [...] a grande e de maior polpa lhe fogio para a corte, porém queiram ou não ca tem o seo solar sem dele se gozarem”. Cf. Manuel Fialho, *Évora Ilustrada*, tomo 1º, cap. 8, BPE, cod. CXXX/1-8, fls. 27-27v.

Provavelmente datada dos princípios do século XVIII, a Corografia Portuguesa de Carvalho Costa¹⁹⁶ confirma a evolução positiva de finais do século anterior. Os 4 200 fogos que atribui à cidade de Évora significariam um acréscimo de 800 habitantes relativamente aos últimos números, que apesar de não ser excessivo também não configura um cenário recessivo. Volvidos vinte anos, a contagem feita na *Lista das Cidades Villas, Vigayrarias e Freguesias* do Arcebispado de Évora indica um ligeiro decréscimo, para os 3 184 fogos, a que corresponderiam 12 736 habitantes¹⁹⁷. Um pendor que aliás se manteve nos dados apresentados por Caetano de Lima em 1732¹⁹⁸, que refere 3 162 fogos, que significariam 12 684 pessoas, utilizando o índice 4 como multiplicador. A tendência populacional decrescente é, no entanto, interrompida nos meados do século, quando nas Memórias Paroquiais de 1758¹⁹⁹ os párocos eborenses identificam 3 500 fogos na malha urbana – 14 000 pessoas –, um acréscimo de praticamente 400 fogos.

A melhor forma de contornar as dúvidas metodológicas suscitadas por este tipo de fontes é recorrer às séries paroquiais de batismos e óbitos. Em termos teóricos é um exercício exequível, uma vez que dispomos do levantamento das séries existentes no Arquivo Distrital para a cidade de

¹⁹⁶ Cf. António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712, cit.in Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo... cit.*, pp. 188-189.

¹⁹⁷ A acreditar nos números presentes em BPE, *Lista das Cidades Villas, Vigayrarias e Freguesias que ha neste Arcebispado de Evora como também dos Fogos, e Pessoas que nelle ha no anno de 1720*, cod. CIX/2-12, nº 14, fls. 29-38.

¹⁹⁸ Luiz Caetano de Lima, “Lista de Fogos e Almas que há na Terra de Portugal”, *Geografia Histórica de Todos os Estados da Europa [...]*, Lisboa, Officina de José António da Silva, Tomo 2, 1936, pp. 475-710.

¹⁹⁹ Sobre as Memórias Paroquiais de Évora, e os números relativos à população da cidade de Évora, veja-se o quadro síntese apresentado por Rui Santos em *Sociogénese do Latifundismo... cit.*, p. 188.

Évora desde 1535 até 1800²⁰⁰. Há que advertir, no entanto, sobre as falhas cronológicas nas séries, que afetam essencialmente os óbitos, cuja utilização de forma acrítica poderia gerar equívocos e conclusões que não corresponderiam à realidade: para a maior das paróquias – a da Sé – só se encontram livros de registo de óbitos a partir de 1737²⁰¹. Já no caso dos batismos as quebras cronológicas na documentação não colocam em questão a homogeneidade da série²⁰². O problema levantado pela ausência dos livros de óbitos foi contornado pelo recurso aos livros de enterros da Misericórdia de Évora²⁰³. Mas o uso desta documentação também não é pacífico. O facto de ser detentora do privilégio do monopólio dos enterros na cidade, como era apanágio das Misericórdias desde que em 1593 a Misericórdia de Lisboa obteve semelhante prerrogativa, não invalida a existência de sub-registo de óbitos, sobretudo dos menores de 7 anos. O que, desde logo, impede o cálculo rigoroso de indicadores demográficos como o saldo fisiológico, importante na aproximação aos quantitativos populacionais.

Salvaguardando todas estas condicionantes, os dados disponíveis permitem-nos acompanhar os ritmos da mortalidade e da natalidade, sendo

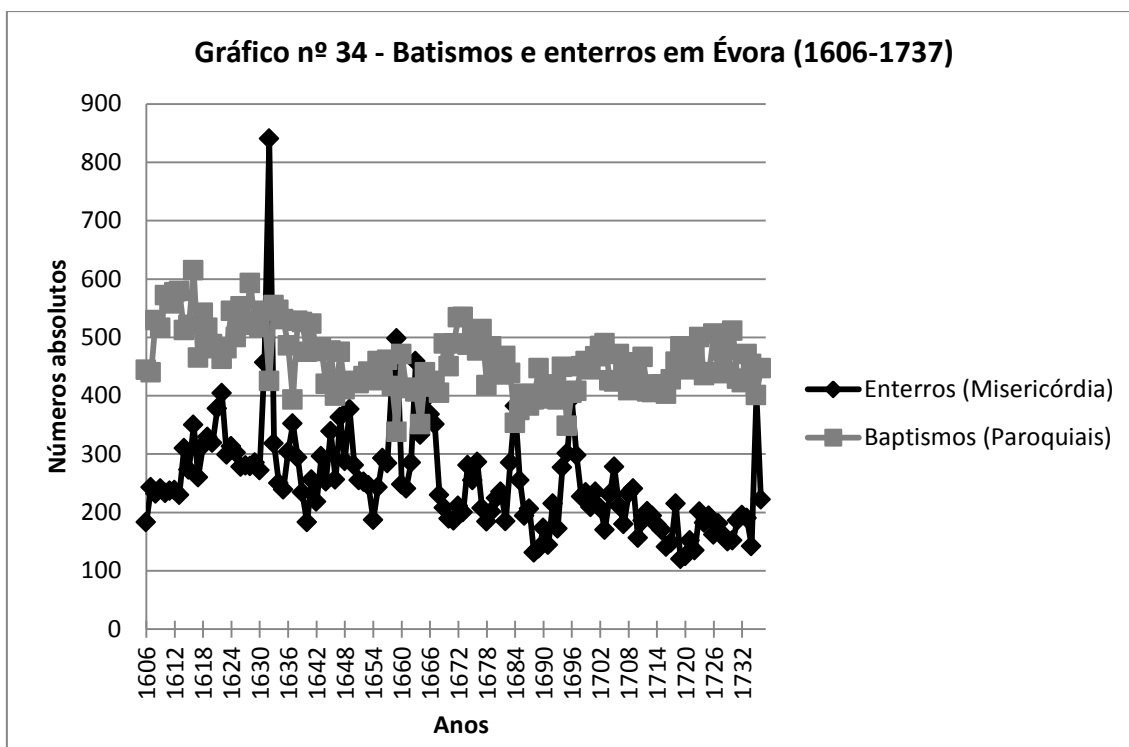
²⁰⁰ Recolhidos no âmbito do projeto financiado pela FCT: *Os utentes do sistema de assistência entre a população de Évora: a importância das bases de dados demográficas (1535-1800)*: PTDC/HAH/68482/2006. Coordenado pela Professora Doutora Laurinda Abreu.

²⁰¹ Ainda que as outras paróquias tenham também lacunas temporais, a falta dos dados da Sé é muito superior. Senão, vejam-se as falhas por paróquia (Santo Antão – 1640-1693 (primeiro registo de 1590). São Mamede – 1576-1595; 1603-1620; 1632-1706 (primeiro registo de 1566); São Pedro – 1566-1569 (primeiro registo de 1547; 1618-1694)

²⁰² As falhas cronológicas na série dos batismos são as seguintes por paróquia: Santo Antão – primeiro registo de 1535, falhas cronológicas: 1542-1544; 1561-1562. São Mamede – primeiro registo de 1537, falhas cronológicas: 1558-1563; 1586-1596. São Pedro – primeiro registo – 1546, falhas cronológicas: 1566-1569. São Tiago – primeiro registo de 1619, falhas cronológicas de 1655 a 1688. Sé – primeiro registo de 1535, falhas cronológicas: 1546-1550; 1568-1569.

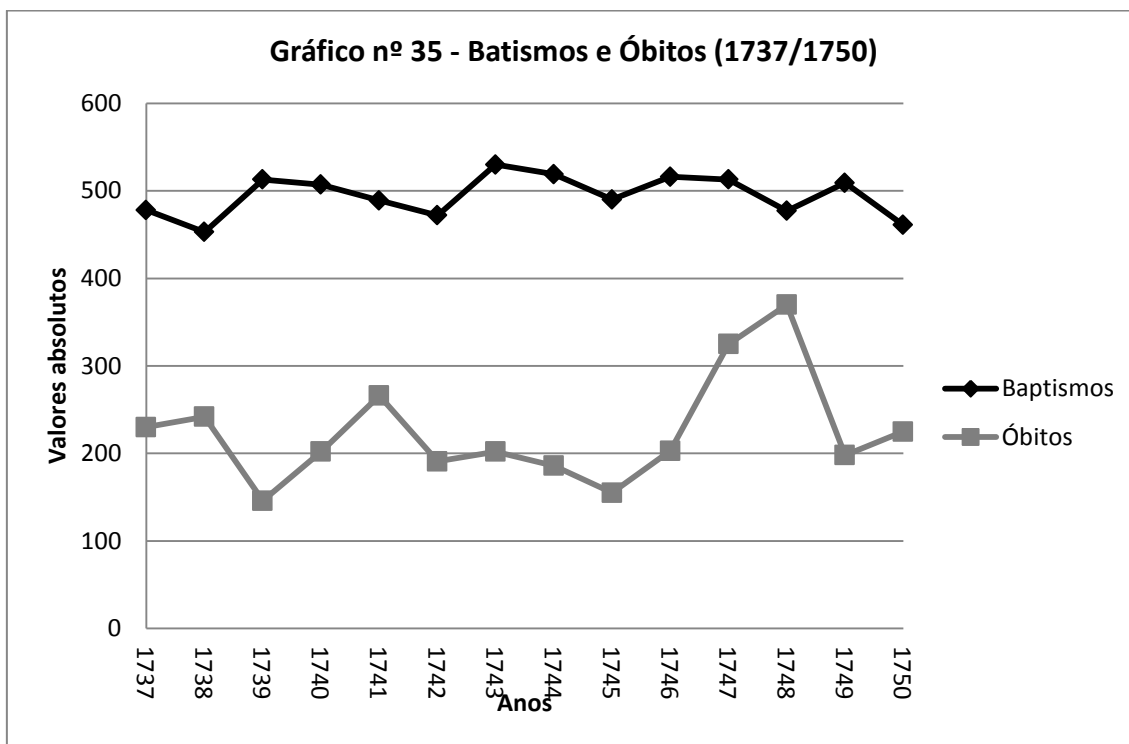
²⁰³ Que dispõe de séries completas desde 1572. Cf. ADE, ASCME, *Receita e Despesa: defuntos*, 1º nº 1162 (1572-1582).

que de 1737 a 1750 ambas as séries paroquiais estão completas. E, logo num primeiro olhar, o exercício de sobreposição dos números absolutos dos batismos sobre os dos defuntos enterrados pela Misericórdia revela os sintomas das crises.



Nas linhas da morte e da vida lêem-se as conjunturas de fomes, pestes e tumultos sociais da década de trinta do século XVII. O período de 1632 a 1640 é, a esse nível, absolutamente revelador, respetivamente com máximos de mortalidade e mínimos de natalidade. Ali também se observam as Guerras da Restauração, com os valores da natalidade a tocarem o fundo em 1659, e a mortalidade a seguir o caminho oposto. Nota-se também a estabilização vivida no pós-guerra, brevemente sincopada apenas em 1684 e 1696, que não inviabilizou a tendência estável tanto de batismos, como de enterros. Comportamento que se manteve, pelo menos até 1735, quando, tudo leva a crer, os óbitos dispararam e os nascimentos mantiveram o ritmo

anterior. Esta estabilidade conservou-se quando substituímos os enterros realizados pela Misericórdia pelos óbitos registados nos paroquiais no período de 1737 a 1750. A única alteração verificou-se, nestes últimos, no triénio de 1746/1748, quando o número de óbitos teve a maior subida desde 1737, atingindo os 370 em 1748.



Aparte todos os cuidados que devem inspirar a utilização das fontes mencionadas, este traço geral da evolução demográfica teve paralelo nas paróquias rurais de Évora, estudadas na longa duração por Rui Santos. Ou seja, com algumas quebras pelo meio, como 1711-1712, ou a segunda metade da década de trinta, este autor caracteriza a primeira metade do século XVIII nos campos de Évora como de recuperação e estabilidade²⁰⁴.

²⁰⁴ De facto, como demonstrou Rui Santos, a curva demográfica das zonas rurais à volta de Évora entrou em recessão a partir da segunda metade do século XVIII, já fora do âmbito cronológico deste trabalho. Cf. Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo... cit.*, pp 228-23.

Em suma, é provável que, a população eborense, pelo menos até à primeira metade do século XVIII, tenha estabilizado entre os 12 000 e os 14 000 habitantes. Este será o universo populacional do nosso trabalho. Um universo talvez em retração quando comparado com a centúria de XVI. Dito isto, na nossa perspetiva, no século XVIII a população não terá sido um fator de pressão sobre os bens em geral, e particularmente, sobre os alimentos. Não, pelo menos, nos moldes que tiveram as consequências do crescimento disfuncional das cidades europeias dos séculos XV e XVI²⁰⁵. Aliás, no caso de Évora, demonstrou-o a estabilização dos preços dos cereais, passada a crise da primeira década do século XVIII, que tem sido considerada sinal de uma capacidade mínima de resposta dos bens face às flutuações populacionais²⁰⁶.

5.1.3 - As opções do *mando*

De seguida procuraremos compreender como é que as variáveis *quantias totais*, *pessoas assistidas* e *episódios de assistência* se relacionaram no seio da assistência domiciliária e *institucionalizada*. Depois disso faremos um exercício de cruzamento de correlação das

²⁰⁵ Como aconteceu por toda a Europa quando do crescimento populacional dos séculos XV e XVI. A título de exemplo, o extraordinário crescimento económico e comercial de Antuérpia entre 1495 e 1565 fez com que milhares de homens de negócios e artesãos qualificados acorressem à cidade. Assim, a população intramuros passou dos 40 000 de habitantes na primeira data, para os 104 000 na segunda. Cf. Hugo Soly, “Continuity and change: attitudes towards poor relief and health care in early modern Antwerp”, Ole Peter Grell, Andrew Cunningham (eds.), *Health Care and Poor Relief in Protestant Europe 1500-1700*, London and New York, Routledge, SD. p. 84.

²⁰⁶ Cf. Rui Santos, *Sociogénese do Latifundismo... cit.*, p. 276. Não sendo este um estudo demográfico, escusamo-nos a entrar no detalhe da discussão do equilíbrio entre recursos económicos e população. Para um maior aprofundamento do assunto veja-se, entre outros, Wrigley, E. A., R. S. Schofield, *The population history of England 1541-1871: a reconstruction*, Cambridge University Press (2ª ed.), 1989, pp. 450-483. Vicente Pérez de Moreda, *Las Crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1980, p. 57.

variáveis entre os dois tipos de assistência para depois tentarmos aferir quais as consequências das opções administrativas tomadas por quem governava as instituições na dimensão da escala e densidade da assistência prestada.

A representação dos dados observados em vários gráficos de dispersão permite-nos considerar a existência de correlação entre as diversas categorias de dados. As relações que aí detetamos são do tipo linear e positivo, uma vez que os pares de variáveis se dispõem de uma forma linear. Quer isto dizer, que quando uma variável sobe ou desce, a outra acompanha esse movimento. No entanto, subsistem algumas diferenças quanto à intensidade das relações entre as variáveis. Assim, pela observação dos gráficos nº 36, nº 37 e nº 38, podemos concluir que na assistência domiciliária as associações são muito mais fortes que na assistência *institucionalizada*. Aqui as representações gráficas (gráficos nº 39, nº 40 e nº 41) demonstram maior afastamento dos dados à linearidade. Referimo-nos em especial às correlações $\text{quantia_total_inst}/\text{pessoas_total_inst}$ e $\text{quantia_total_inst}/\text{episódios_total_inst}$. Sendo que a correlação entre episódios e número de pessoas assistidas é, sem surpresas, muito mais forte e linear.

Gráfico nº 36 – Correlação quantias/pessoas (assistência institucionalizada (1714/1750))

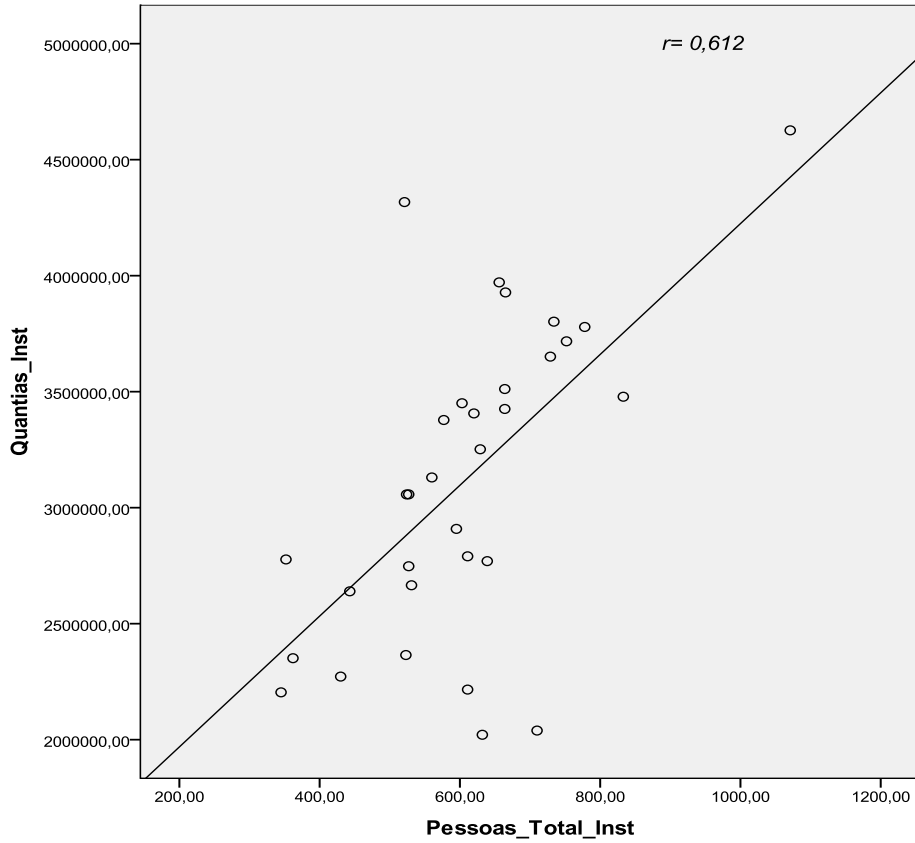


Gráfico nº 37 – Correlação quantias/episódios (assistência institucionalizada (1714/1750))

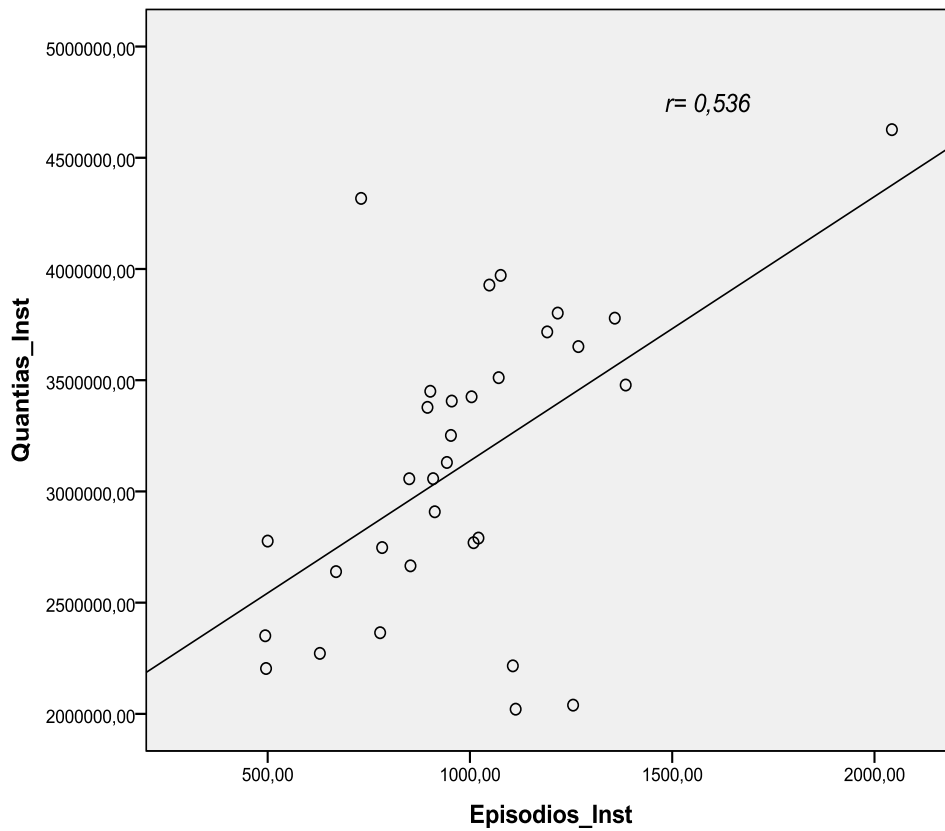


Gráfico nº 38 – Correlação episódios/pessoas (assistência institucionalizada (1714/1750))

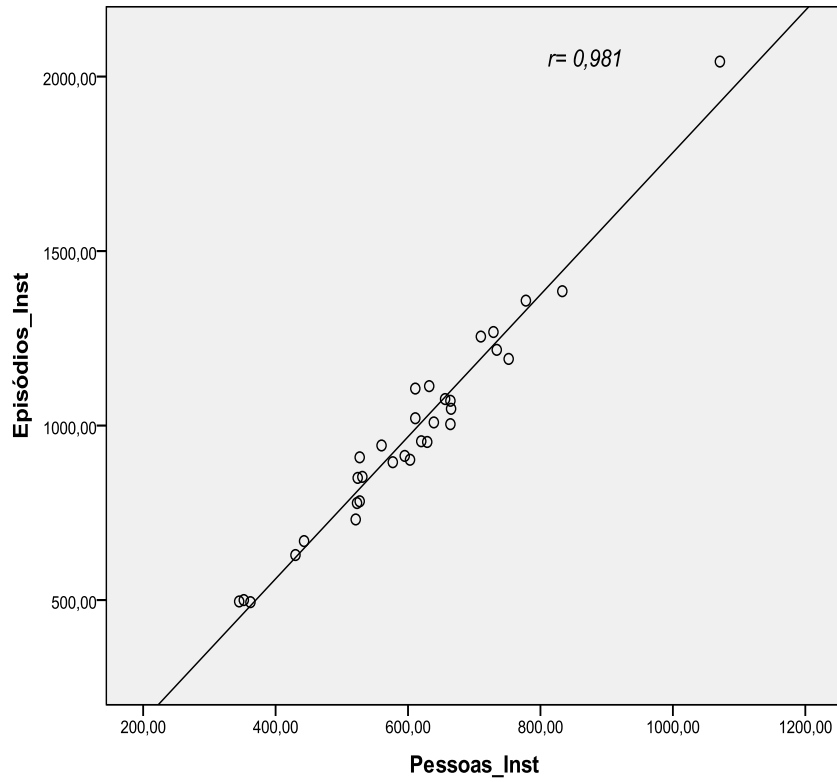


Gráfico nº 39 – Correlação quantias/pessoas (assistência domiciliar (1714/1750))

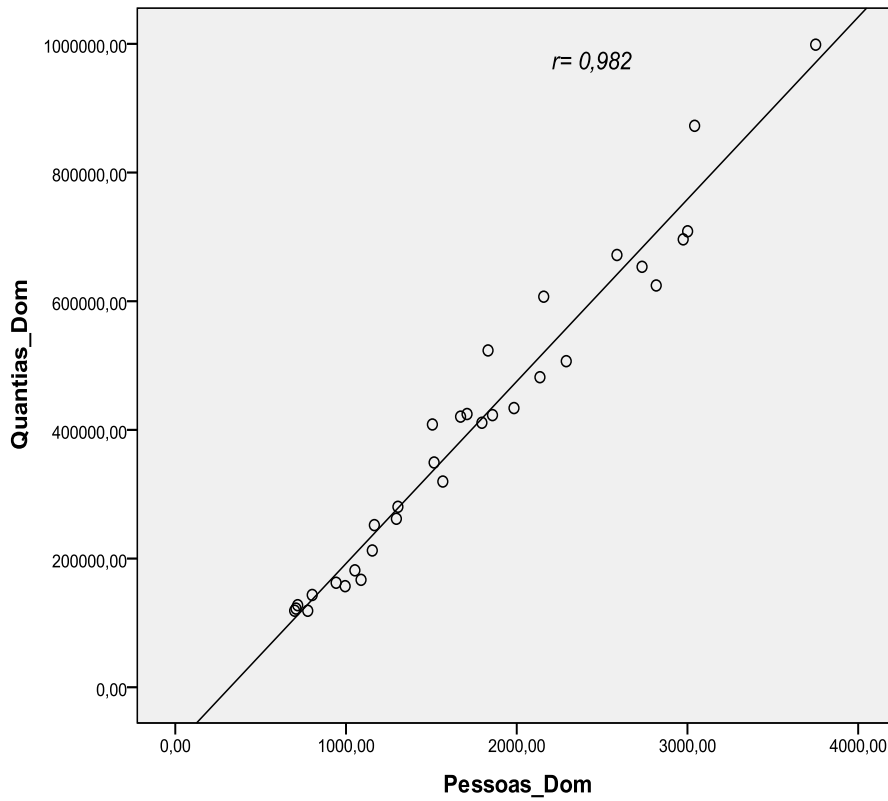


Gráfico nº 40 – Correlação quantias/episódios (assistência domiciliária (1714/1750))

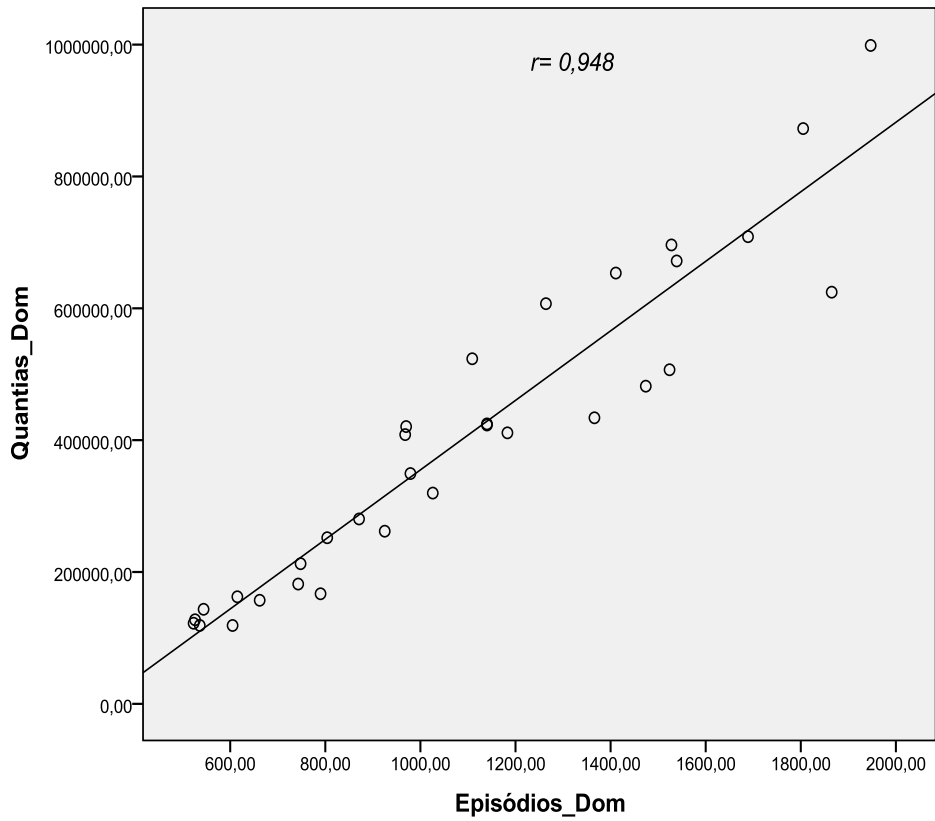
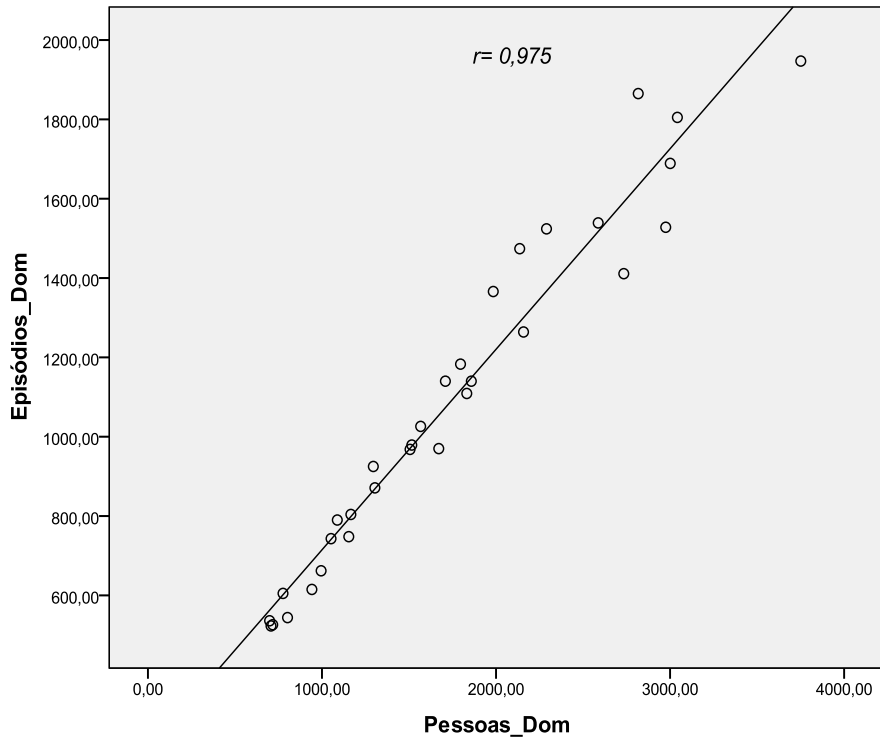


Gráfico nº 41 – Correlação episódios/pessoas (assistência domiciliária)



Quadro nº 6 - Correlações entre a Assistência Domiciliária e a Institucionalizada - 1714/1750

		Quantias_Inst	Pessoas_Inst	Episódios_Inst	Quantias_Dom	Pessoas_Dom	Episódios_Dom
Quantias_Inst	Pearson Correlation	1	,612**	,536**	-,464**	-,511**	-,496**
	Sig. (1-tailed)		,000	,001	,004	,001	,002
	N	32	32	32	32	32	32
Pessoas_Inst	Pearson Correlation	,612**	1	,981**	-,081	-,122	-,141
	Sig. (1-tailed)	,000		,000	,330	,254	,221
	N	32	32	32	32	32	32
Episódios_Inst	Pearson Correlation	,536**	,981**	1	,020	-,014	-,028
	Sig. (1-tailed)	,001	,000		,456	,469	,441
	N	32	32	32	32	32	32
Quantias_Dom	Pearson Correlation	-,464**	-,081	,020	1	,982**	,948**
	Sig. (1-tailed)	,004	,330	,456		,000	,000
	N	32	32	32	32	32	32
Pessoas_Dom	Pearson Correlation	-,511**	-,122	-,014	,982**	1	,975**
	Sig. (1-tailed)	,001	,254	,469	,000		,000
	N	32	32	32	32	32	32
Episódios_Dom	Pearson Correlation	-,496**	-,141	-,028	,948**	,975**	1
	Sig. (1-tailed)	,002	,221	,441	,000	,000	
	N	32	32	32	32	32	32

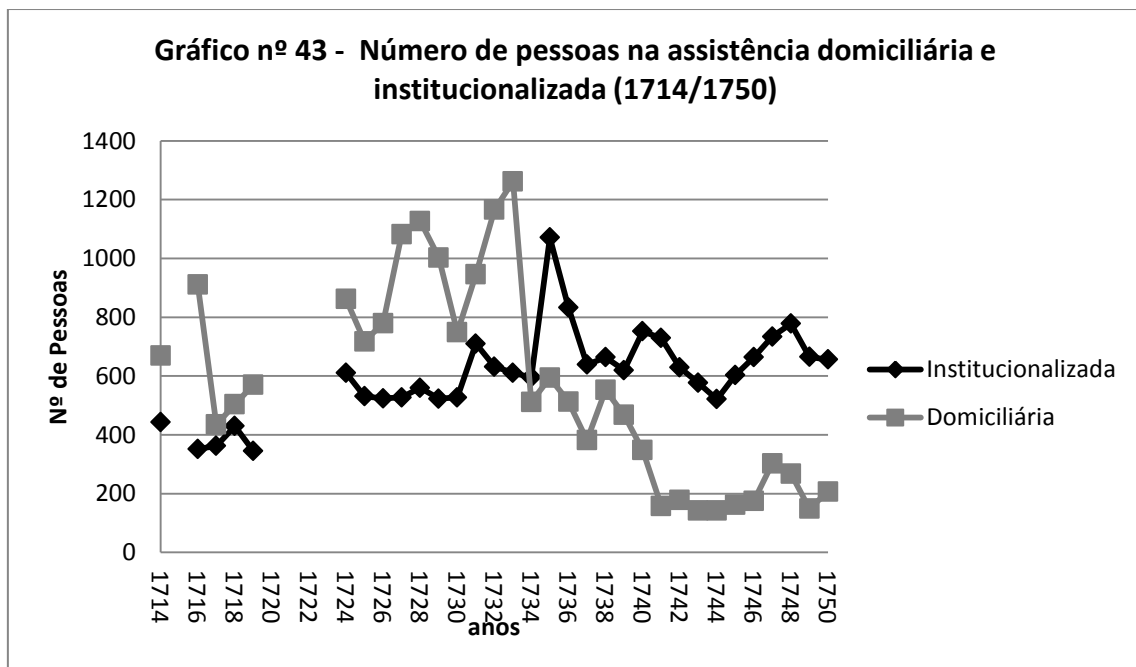
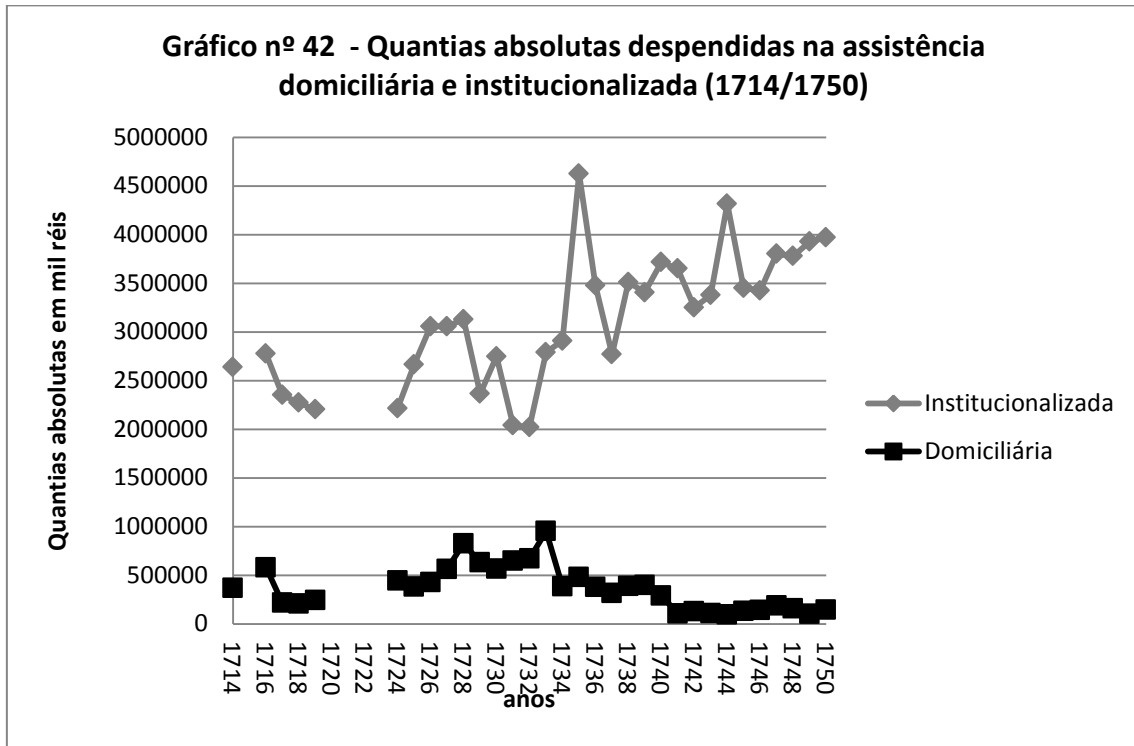
** . A correlação é significativa no nível (1-tailed).

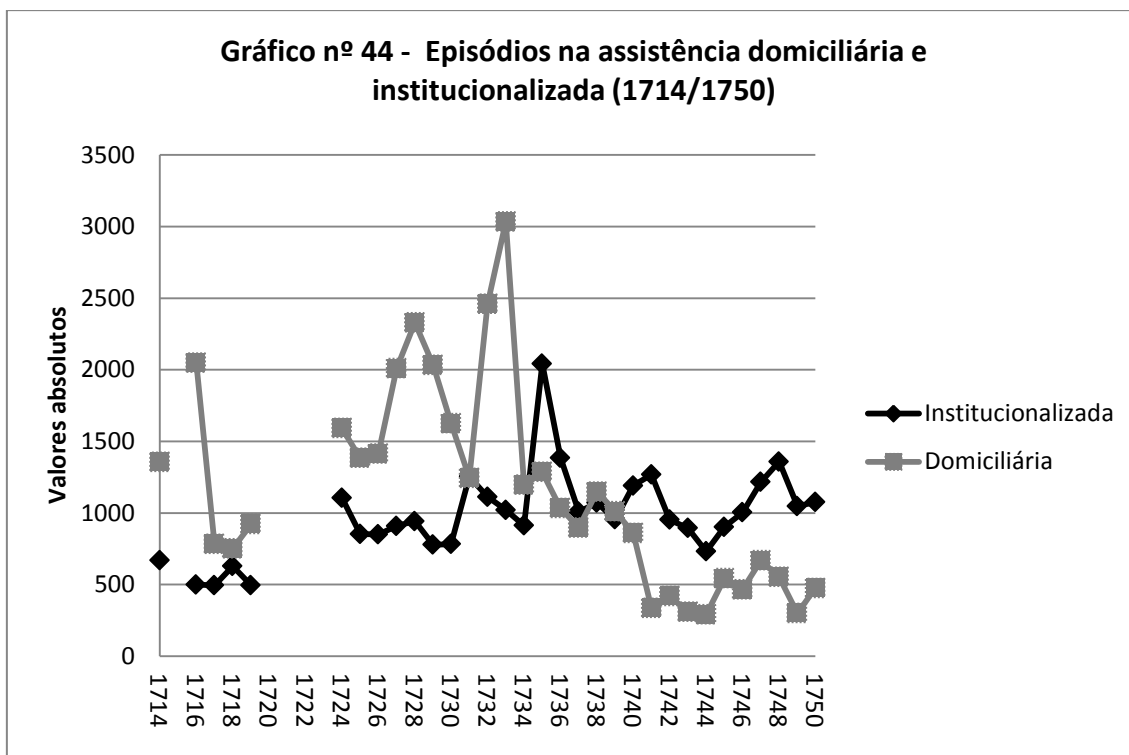
Em suma, pode constatar-se que a correlação positiva é extremamente significativa e forte entre todas as variáveis, ainda mais vincada, por um lado, no caso das relações entre quantias despendidas e pessoas assistidas, e por outro, na correlação dos episódios e pessoas. No entanto, mais que analisar as correlações entre variáveis, quer na assistência domiciliária, quer na *institucionalizada*, é importante cruzar as variáveis de uma e outra, para definir comportamentos.

E o que nos demonstra o quadro nº 6 é que quando cruzamos as variáveis da assistência domiciliária com as da assistência *institucionalizada*, o resultado é uma correlação negativa bem vincada em praticamente todas as associações²⁰⁷. O mesmo é dizer que, em média, as variáveis evoluem em sentidos contrários, ou seja, quando a tendência de uma é o crescimento, a da outra é a da descida. Na realidade, esta é uma constatação que podemos captar claramente na evolução anual das variáveis de um e outro tipo de assistência em números absolutos, presentes nos gráficos nº 42, nº 43 e nº 44. Aquele que representa as quantias gastas é o que demonstra maior nitidez nesta oposição das curvas variáveis, mais que não seja pelo afastamento dos valores. Todavia, esta tendência não é uniforme ao longo do período para o qual foi possível estabelecer comparações. O ponto de viragem ocorreu definitivamente do lado da assistência domiciliária e na alta de 1733, nas três variáveis em análise. A queda foi, com efeito, drástica, significando, no espaço de um ano, menos cerca de metade das quantias gastas e dos episódios de assistência. Ou seja, em 1733 gastaram-se 954 104 réis e assistiram-se 1 262 pessoas em 3 034 provimentos. Já em 1734 foram despendidos 384 840 réis em 1 196 provimentos a 512 pessoas. Ainda que a quebra do número das pessoas

²⁰⁷ Como se pode ver no quadro nº 7, apenas a relação dos episódios na assistência institucional/quantias totais na assistência domiciliária apresenta uma correlação positiva.

assistidas fosse menos acentuada que as anteriores, não deixou de ser significativa.





Mas se a tendência de flutuações contrárias entre as duas valências assistenciais começou após 1733, o ano de 1739 demarcou-se por iniciar um comportamento nos episódios e nas pessoas assistidas que até aí não se tinha observado: a simetria dos valores, quando não a inferioridade, do lado da assistência domiciliária²⁰⁸. Simetria mais marcada a partir deste segundo ano na variável dos episódios, notória a partir de 1733 na variável das pessoas. Estes números levantam uma questão importante relacionada com a própria natureza da correlação. Terá existido uma relação de causa/efeito? Ou seja, teria o investimento na assistência domiciliária sido canalizado para a *institucionalizada*? As evidências apontam para que tenha sido essa

²⁰⁸ Como foram todos os anos a partir de 1741. Por isso, a evolução anual dos valores absolutos da assistência domiciliária permite também compartimentar temporalmente o crescimento referido atrás do número de pessoas assistidas, quantias gastas e episódios. O mesmo é dizer, que se em termos estatísticos a evolução dos números nos sugere uma duplicação dos gastos, pessoas e episódios do período de 1635, 1650/1663 para o de 1700/1750, demonstra-se agora que esse crescimento se viu influenciado pelos valores das primeiras três décadas do século XVIII, e, simultaneamente, pelos anos atípicos, como, recorde-se, foi o ano de 1733.

a opção da Misericórdia de Évora em determinadas conjunturas. Exemplos dessas decisões encontram-se de forma fragmentada na documentação da confraria. Por exemplo, em Outubro de 1646 a Mesa em funções decidiu suspender as esmolas das quadrelas distribuídas às quartas-feiras para aplicar as respetivas verbas na cura dos doentes do Hospital do Espírito Santo²⁰⁹, alegando que “nam auia dinheiro pera se curarem os doentes por serem muitos e majores que nunca os gastos e acabadas as rendas cahidas do dito hospital ” [e se] acodisse aos pobres delle primeiro que tudo por ser pera doentes pobres nesesidades mais urgentes”²¹⁰. Uma escolha que repetiu em Fevereiro de 1659, precisamente nas mesmas condições que anteriormente²¹¹, reduzindo as mesadas, ainda quer não indicando em quanto. Nesse ano determinou-se também que as esmolas concedidas às quartas-feiras não ultrapassassem o máximo de um vintém por cada pessoa provida²¹². A mesma situação verificar-se-ia ainda em Outubro de 1681, quando a Misericórdia mandou suspender as esmolas semanais e as mesadas, justificando a decisão com os mais de 110 doentes *hospitalizados*, e falta de enxergões e camas para os deitar.

Quando passamos para a correlação entre as entradas do Hospital do Espírito Santo e o número de pessoas assistidas pela Misericórdia de Évora na sua residência, os índices confirmam este movimento de desaceleração da assistência domiciliária a partir dos anos quarenta do século XVIII,

²⁰⁹ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 17, fl. 60. (Lembrança datada de 3 de Outubro de 1646)

²¹⁰ Idem, *ibidem*.

²¹¹ Referia-se em Mesa “por com este dinheiro se acudir ao Hospital e pela grande necessidade que tem por auer grande numero de doentes nele e estarem suas rendas acabadas e estar esta santa casa empenhada em os assistir”. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 19, fl. 119v. (Lembrança datada de Domingo, 2 de Fevereiro de 1659).

²¹² O que na prática resultava na redução apenas das esmolas de 40 réis semanais, mantendo-se as esmolas de 20 e de 10 réis. Porém, não fica claro a quantidade de trigo que costumava acompanhar este tipo de assistência a ser retirada a cada pessoa. Não aprofundaremos aqui mais a tipologia das esmolas, dado que esta será objeto de tratamento adiante, na parte III deste trabalho.

enquanto aumentava o investimento na assistência hospitalar. Se para os anos observados no século XVII o índice apurado foi de 0,43, para os anos analisados no século XVIII o índice foi de -0,27. O primeiro revela, pois, uma relação positiva, o que significa que ambas as variáveis evoluíram em média no mesmo sentido, quer de forma ascendente, quer descendente. Quanto ao segundo valor, ele indica uma relação negativa, o que, por outras palavras, quer dizer que, em termos médios, as variáveis evoluíram em direções opostas: quando uma cresceu a outra desceu. Provou-se assim, que nesta relação o crescimento esteve do lado das entradas do hospital e a queda nos valores destinados à assistência domiciliária²¹³.

Em síntese, preterindo um tipo de assistência pelo outro, desviando para o hospital as quantias que supostamente deveriam ser gastas na assistência domiciliária, com conseqüências no número de pessoas assistidas e ocorrências de assistência, a gestão da assistência por parte da Misericórdia enquadra-se, de certo modo, no conceito de *tragic choice* analisado por Didier Fassin²¹⁴. O que, de uma maneira muito simplista, significa escolher de entre pobres os mais necessitados. No fundo, esta “escolha trágica”, chamemos-lhe assim, tinha também fundamentação

²¹³ Na perspectiva do pobre, poder-se-ia concluir que à falta de assistência domiciliária, e sobretudo de galinhas”, os pobres residentes teriam procurado o hospital. Reconhecemos que em muitos casos terá sido essa a direção. No entanto tem que se ter em linha de conta as diferenças de grandeza entre um e outro tipo de assistência. O mesmo é dizer que o hospital nunca assistiu o mesmo número de pessoas residentes (na ordem das dezenas de pessoas) que a assistência domiciliária (na ordem das centenas).

²¹⁴ Com efeito, oriundo do campo da medicina, e, por isso, tendo essencialmente a conotação trágica da decisão da distribuição de bem-estar que prolongue a vida – como é o caso da escolha dos pacientes compatíveis num processo de transplantação de órgãos, por exemplo – o conceito de *tragic choice* é aplicado pelo autor no campo da assistência social, no enquadramento da elegibilidade dos proponentes ao Fundo Social de Emergência, criado em França em 1998 para distribuir um bilião de francos pelos pobres. Portanto, como o mesmo refere, trata-se da distribuição de recursos financeiros, e, por isso com uma carga menos dramática que no campo da medicina. Cf. Didier Fassin, “Justice Principles and Judgment Practices in Allotting Emergency State Financial Aid in France”, *Revue Française de Sociologie* 2003/5, vol. 44, pp. 109-114.

numa lógica da defesa da vida. Para os *decisores* da Misericórdia, em tempos de recursos escassos, pareceria natural preterir os *apenas* pobres aos pobres e simultaneamente doentes, ou nas suas palavras “parecia de rezão se deuia por acudir aos enfermos, que aos sãos, pois estes ainda que pasassem necessidades, não pereciam e morrião como aqueles”²¹⁵.

No que respeita ao período para o qual foi possível estabelecer comparações entre os dois tipos de assistência em análise – recorde-se, de 1714 a 1750 –, as fontes são menos informativas quanto ao favorecimento do hospital em detrimento da assistência nas quadrelas. Mais seguro será afirmar que a Misericórdia se viu confrontada com a necessidade de, em primeiro lugar, honrar os compromissos inscritos nos testamentos dos seus doadores, e, em segundo lugar, com os seus credores. Com efeito, ainda em Julho de 1701 o Provedor e Mesários da Misericórdia mandavam suspender o provimento das esmolas e galinhas aos doentes das quadrelas porque necessitavam de proceder ao pagamento das missas das capelas que tinham em atraso²¹⁶. Idêntica justificação foi apresentada dois anos depois, aduzindo que somente tinham suspenso e reduzido algumas esmolas das quadrelas, mas sem referir quem tinham sido os visados nem o valor em causa. Cremos que as razões não seriam muito diferentes das verificadas nos casos anteriores²¹⁷.

²¹⁵ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 17, fl. 203-203v. (Lembrança datada de Domingo, 17 de Setembro de 1662).

²¹⁶ Idem, *Lembranças*, 1º nº 24, fl. 2. (Lembrança datada de 10 de Julho de 1701).

²¹⁷ Cf. Idem, *ibidem*, fl. 83v. (Lembrança datada de 17 de Julho de 1703). Esta tendência de redução nas despesas com os pobres foi na prática pontual. Em 1740 tornou-se efetiva, pelo mesmo ao nível do provimento de galinhas aos pobres das quadrelas, cujo peso nas despesas da assistência domiciliária, nos episódios e nas pessoas assistidas era esmagador, como veremos adiante na parte IV. Neste ano, invocando os empenhos da Instituição, a Mesa da Misericórdia suspendeu definitivamente o provimento de galinhas e que “[...] aos doentes das quadrelas se assistisse somente com medico, boticário e sangrador”. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 28, fl. 18v. (Lembrança datada de 17 de Julho de 1740).

De resto, a partir da década de vinte do século XVIII as dívidas parecem ter-se constituído como o fator que mais influenciou as escolhas da Misericórdia. Entre elas, as contraídas ao boticário do Colégio do Espírito Santo da Companhia de Jesus. A avaliar pelas queixas do boticário em Março de 1723, o problema já se arrastava pelo menos desde 1716 e a dívida ascendia a 1 075 255 réis²¹⁸. Acordado o pagamento mediante escritura de consignação realizada em 15 de Março de 1723, ao que tudo indica o valor referido não seria o correto, uma vez que a 26 de Junho as duas partes voltaram ao tabelião para lavrar nova escritura de consignação, com um valor ligeiramente inferior de 1 054 762 réis²¹⁹.

A conta dos remédios avolumava-se a cada ano que passava, de tal modo que em Agosto de 1731 a Mesa decidiu-se pela construção da sua própria botica no pátio da Instituição. Projeto grande, nas intenções dos seus administradores, que referiam, “que tudo o que fosse nesessario se comprase a custa desta santa Caza para que fosse a melhor e mais bem

²¹⁸ Das dívidas até 1716 e do ano económico de 1721/1722. Dessa quantia confessou ter recebido 312 582 réis, ficando em dívida 762 665 réis. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 26, fl. 121. (Lembrança datada de 10 de Março de 1723).

²¹⁹ Englobando desta vez as dívidas contraídas entretanto até Maio de 1723. As duas escrituras referidas supuseram simultaneamente a confissão de devedores e a consignação de dívidas que terceiros tinham para com a Misericórdia relacionadas com os legados não cumpridos, tendo a mesma obtido sentenças contra os faltosos. E foram dos direitos de cobrança dos legados devidos pelo Morgado da Oliveira, António Correia da Fonseca, Luís Manuel de Sousa da Cunha, Marcos José de Sousa de Figueiredo, D. Brites Maria Palha de Almeida e Lopo Soares de Albergaria, que a Misericórdia abdicou em favor da botica e boticário da Companhia de Jesus. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 1252. (Escritura datada de 15 de Março de 1723). Idem, 1º nº 1253. (Escritura datada de 25 de Junho de 1723). No ano económico de 1743/1744, onde se situou o maior pico de despesas extraordinárias, a Misericórdia pagou as propinas atrasadas de queijos e porcos do juiz de fora, os ordenados atrasados dos procuradores das causas cíveis e crimes, e sobretudo, 1 400 000 de dívida ao Colégio do Espírito Santo, à sua botica, pelos medicamentos que tinha dado aos doentes do hospital, mais 600 000 reis ao boticário António Rodrigues de Valadares pelos remédios que tinha dado para os doentes das quadrelas. Cf. ADE, ASCME, *Receita e Despesa*, 1º nº 1426.

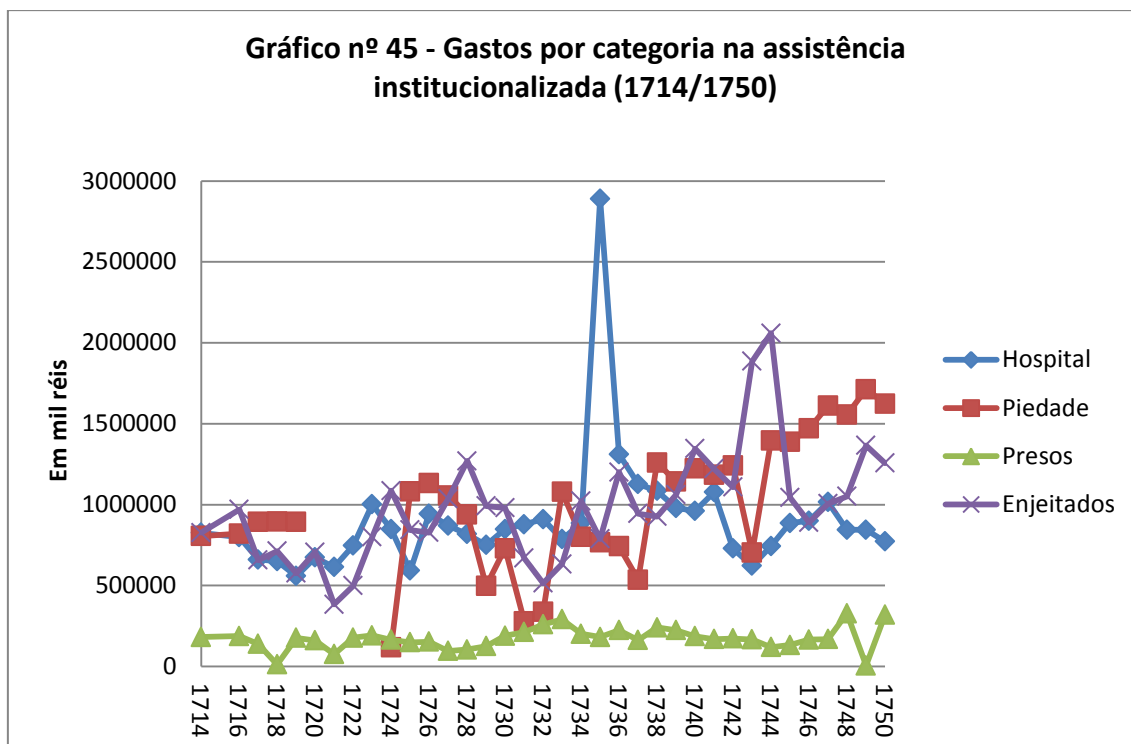
provida que tivesse esta cidade”²²⁰. Todavia, o silêncio das fontes leva a crer que o projeto não passou do papel já que em 1734 a Misericórdia viu-se na contingência de efetuar duas novas escrituras de consignação entregando ao boticário da Companhia “algumas adiçoins pertencentes as rendas e cobranças deste presente anno, que ia se achão em apelaçoins”²²¹.

São vários os indicadores que apontam para o crescimento das dívidas ao longo das décadas de 20 e 30 do século XVIII, problema ainda agravado pelo facto de, em simultâneo, aumentarem também os custos de algumas áreas da assistência *institucionalizada*. De entre as quatro categorias analisadas neste tipo de assistência (doentes, recolhidas, enjeitados e presos), o maior crescimento verificou-se em relação aos enjeitados entre os anos de 1714 e 1750²²². O movimento ascendente nota-se sobretudo a partir de 1738/1739, precisamente quando os gastos da assistência domiciliária começaram a descer, quando as despesas com os enjeitados iniciaram uma fase ascendente, com valores acima do conto de réis. Em 1744, as despesas com crianças expostas superaram os dois contos de réis.

²²⁰ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 27, fls. 90v-91. (Lembrança datada de 24 de Agosto de 1731).

²²¹ Idem, *ibidem*, fl. 145. (Lembrança datada de 25 de Julho de 1734). Na verdade, este registo no *Livro das Lembranças* constituiu um mero procedimento administrativo, uma vez que a Mesa da Misericórdia já tinha oficializado o acordo com os padres da Companhia de Jesus em duas escrituras públicas. Na primeira, datada de 22 de Julho desse ano de 1734, a Misericórdia outorgava o poder e autoridade à Companhia de Jesus para arrecadar vários foros e rendas atrasados, que, perfazendo 653 676 réis ficariam consignados às dívidas que a Misericórdia tinha para com o boticário da referida Companhia. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 1265, fls. 59-60. Na segunda, datada de 23 do mesmo mês, as condições foram semelhantes, mudando a quantia devida e consignada, neste caso 300 980 réis. Cf. Idem, *ibidem*, fls. 61-62. Certo mesmo foi o facto de nas contas dos mordomos dos meses a contabilidade da botica ter desaparecido.

²²² Não considerámos aqui a evolução do Recolhimento da Piedade, já que estava fora da alçada administrativa da Misericórdia, portanto não incluído nas suas opções assistenciais.



A responsabilidade deste movimento foi partilhada entre a inflação dos ordenados das amas que e o crescimento do número de crianças assistidas. Em Junho de 1695, quando a Mesa da Misericórdia decidiu subir a mensalidade das amas para 600 réis por cada criança, punha fim a um período de 127 anos²²³ durante o qual os ordenados se tinham mantido nos 400 réis mensais²²⁴. Segundo as listas de pagamentos às amas, em Abril de 1706²²⁵ teria havido um novo aumento, passando para 750 réis, e aí se manteve até 1750. Já em relação ao número de crianças assistidas, assiste-

²²³ Ou seja, desde que existem registos de criação de enjeitados pela Misericórdia de Évora. Recorde-se que o Hospital de São Lázaro, a que parte das suas rendas estavam adscritas à criação dos enjeitados, tinha sido anexado à Santa Casa em 8 de Outubro de 1567. Cf. Gabriel Pereira, *Documentos Históricos da Cidade de Évora.... cit.*, p. 466.

²²⁴ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 23, fl. 61. Lembrança datada de 19 de Junho de 1695. O pagamento com a nova mensalidade começou a fazer-se a partir de 20 de Julho de 1695. Cf. ADE, ASCME, *Enjeitados: ordenados às amas*, 1º nº 1021.

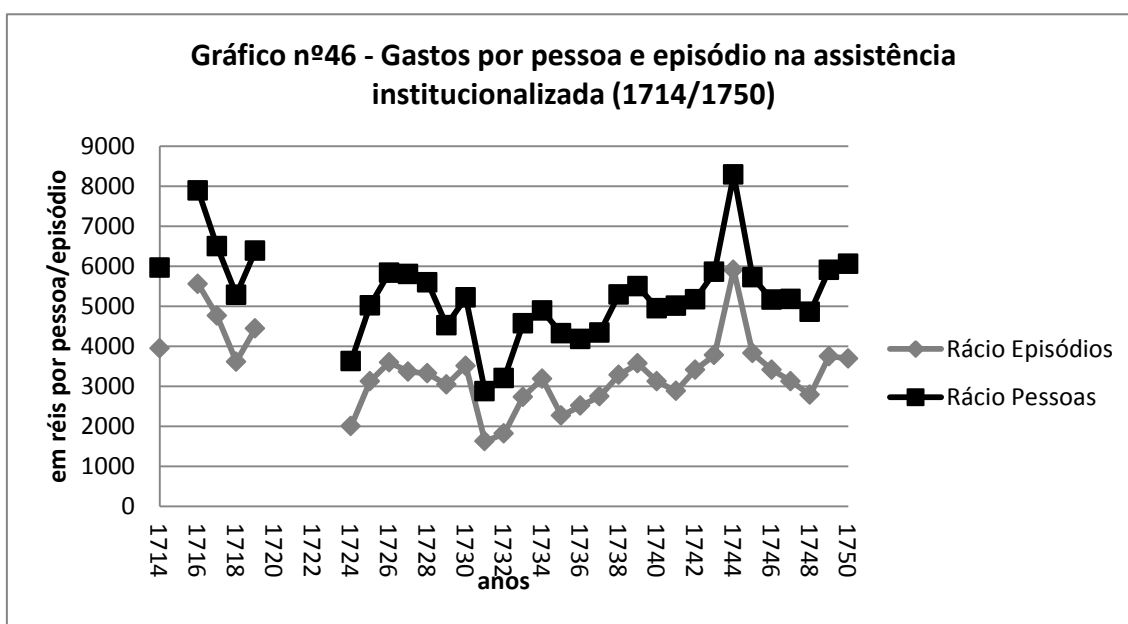
²²⁵ Idem, *ibidem*, 1º nº 1031, 1705/1706.

se a um incremento da média anual, que até 1727 se manteve em 83 crianças para, a partir de 1728, e até 1750 subir para os 103²²⁶.

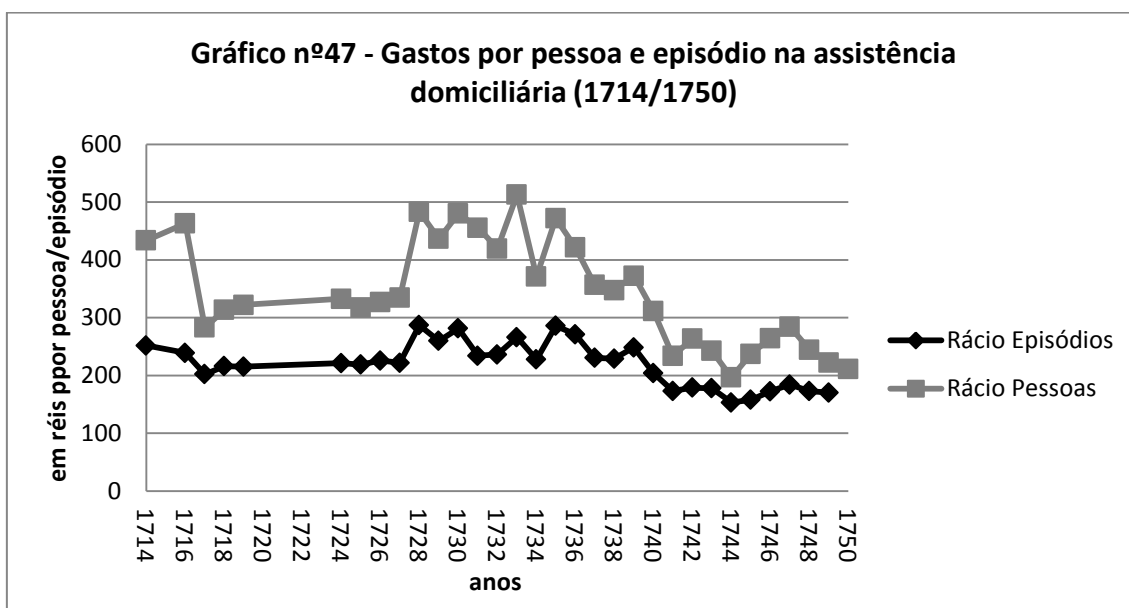
Assim, pelo exposto atrás, verifica-se que a assistência *institucionalizada* envolveu, em primeiro lugar, quantias significativamente mais elevadas, e, em segundo lugar, menos pessoas que a assistência domiciliária. O que se manteve até 1734, e de forma muito mais marcada entre 1739 e 1750, quando o número de pessoas assistidas pela assistência domiciliária e os episódios verificados nela caíram a pique, desequilibrando-se a relação em favor da assistência *institucionalizada*.

6 - Assistência e custos diferenciados

Assente a ideia de que a pobreza assistida pela assistência *institucionalizada* foi mais dispendiosa do que a auxiliada pela assistência domiciliária, há que avaliar a distribuição dos recursos disponíveis por cada indivíduo para que assim se possa ter uma ideia clara do que efetivamente aconteceu.



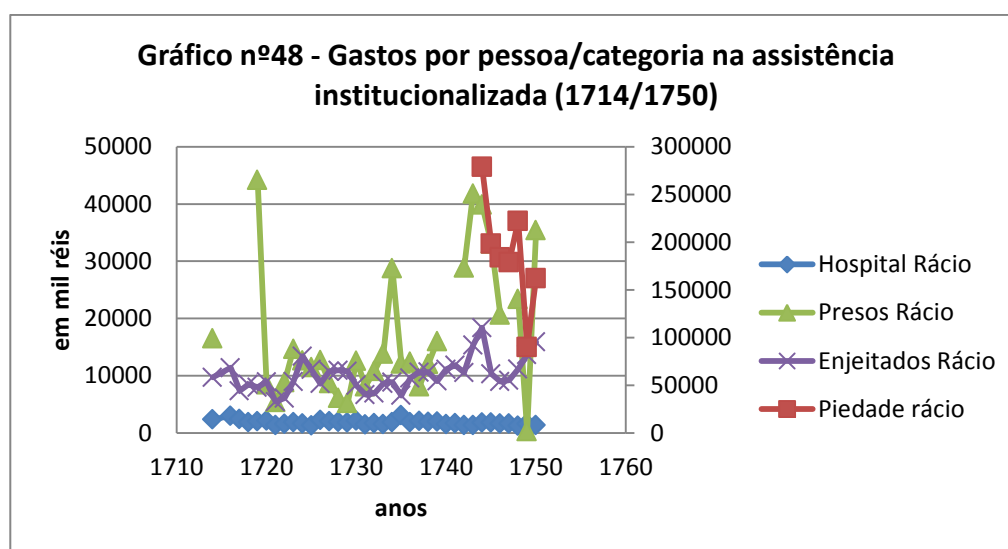
²²⁶ Cf. Idem, *ibidem*, lº nº 971 a lº nº1071.



O acompanhamento da distribuição de verbas nos dois tipos de assistência, ao longo do período de tempo que foi possível estabelecer comparações, confirma o que afirmámos atrás. Atestam-no, desde logo, os valores médios e medianos: em termos globais, na assistência *institucionalizada* verificou-se um gasto médio de 5 278 réis por pessoa e 3 364 réis por episódio, e um custo mediano de 5 196 réis por pessoa e 3 341 réis por episódio. Enquanto isso, na assistência domiciliária os valores envolvidos foram significativamente mais baixos, ou seja, 342 réis em termos médios e 326 réis medianos por pessoa, 217 réis em média e medianamente 221 réis por cada episódio. Todavia, à imagem imóvel que a estatística proporciona opõe-se uma outra mais flutuante, recolhida nos gráficos nº 46 e nº 47. Aí se vê claramente que a oscilação dos gastos por unidade evoluiu conforme as conjunturas e as opções dos decisores e teve sentidos diferentes nos dois tipos de assistência.

Por outras palavras, analisados os dados dos dois gráficos anteriores em conjunto, pode afirmar-se que, como seria de esperar, os rácios dos gastos por pessoa e por episódios evoluíram de uma forma simétrica,

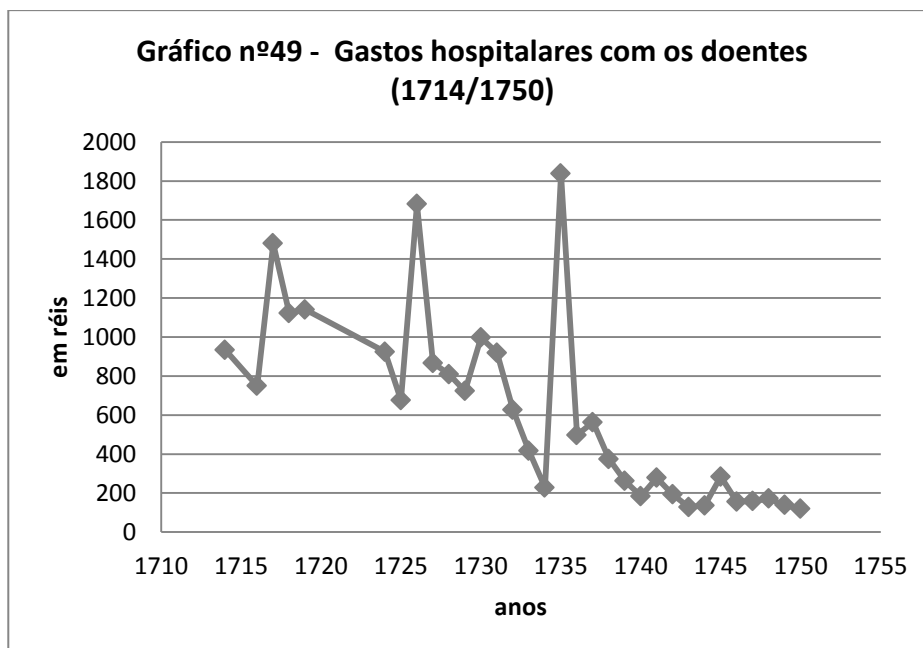
presenciando-se uma correlação profundamente positiva. As tendências é que foram notoriamente diferentes. Isto é, se na assistência domiciliária a mesma foi de matriz descendente, mais marcada entre 1739 e 1750 – atingindo os rácios neste último ano os mínimos de toda a série, ou seja, menos de metade do verificado, por exemplo, 17 anos antes –, na assistência *institucionalizada* o sentido foi de crescimento. Apesar de tudo, mais suave que a queda dos rácios da assistência domiciliária, apenas perturbado pelo pico de 1744, regredindo daí para os valores estáveis na curva de crescimento.



A explicação para este ano atípico de 1744 parece encontrar-se no detalhe das categorias inseridas na assistência *institucionalizada*. Ou seja, a introdução dos dados relativos ao Recolhimento da Piedade, que ocorreu nesse mesmo ano, reflete-se na despesa por cada pessoa, inflacionando-o, gastando-se, em média, no período de 1744 a 1750, 187 851 réis por recolhida. Não foi caso isolado, sendo ainda de notar a trajetória da assistência aos presos e enjeitados, sobretudo a dos primeiros, que envolveu quase sempre rácios muito elevados – se excetuarmos o ano de 1749, cujos valores baixos resultam da ausência de informação.

Muito distantes destes rácios elevados estiveram os gastos do Hospital do Espírito Santo, onde se verificou um custo médio por pessoa de 1 860 réis. Na verdade, no seio da assistência *institucionalizada*, esta foi a valência menos dispendiosa e, simultaneamente, a mais estável em termos de flutuação de rácios, embora tivesse envolvido um maior número de pessoas. Como se pode ver no gráfico anterior, as variações inter-anuais são, na maioria dos casos, mínimas, se excetuarmos o ano de 1735, alimentado pelo aumento abrupto de pessoas a recorrerem ao hospital e pelo número de vezes que o fizeram.

No caso da categoria do hospital é possível fazer um outro exercício de distribuição dos recursos pelos pacientes que não se consegue fazer para as tipologias dos presos, enjeitados e recolhidas da Piedade. Quer isto dizer que é possível separar as despesas exclusivamente atribuídas aos doentes – como seja a compra de medicamentos e mezinhas e a alimentação –, das administrativas –, como o pagamento de salários, obras no hospital e nas suas propriedades, por exemplo. Se considerarmos as primeiras, os gastos por doente alteram-se significativamente, como se pode extrair do gráfico seguinte. Neste caso, o custo por doente baixa para menos de metade em ao nível da média geral (618 réis), muito influenciado pela curva descendente iniciada em 1730, apenas perturbada pela subida súbita de 1735 e também aproximando-se muito dos valores médios verificados na assistência domiciliária. Em última análise, estes dados são a prova de que os custos aumentaram por causa dos serviços administrativos e profissionais de saúde, uma vez que, como demonstrado, a curva dos custos gerais por doente é caracterizada pela evolução regular.



Os números valem o que valem e refletem alguma artificialidade já que as instituições de assistência não indicavam a distribuição *per capita* dos recursos financeiros disponíveis. Não obstante, são exercícios que nos ajudam a descobrir as opções dos administradores da assistência sobre a distribuição dos recursos. Trabalhar dados seriais facilita uma abordagem global das diferentes valências assistenciais e dos critérios de elegibilidade estabelecidos para os recetores da assistência domiciliária e *institucionalizada*²²⁷. E neste último caso, é possível estabelecer uma certa hierarquização em termos de despesas. Como ficou bem patente pela leitura dos gráficos anteriores, o serviço assistencial *institucionalizado* mais dispendioso foi o prestado no Recolhimento da Piedade, seguido do realizado nas prisões, amas dos enjeitados e cuidados médicos providos pelo hospital. Na cauda dos custos estiveram os pobres assistidos a domicílio e, no fim da linha, o provimento de cartas de guia aos pobres exteriores à cidade.

²²⁷ Trataremos aqui mais detalhadamente a vertente institucionalizada. A domiciliária será analisada na parte III deste trabalho.

No entanto, deste alinhamento aparentemente tão perfeito uma outra questão emerge. Espelhou esta hierarquização uma outra de cariz social? Isto é, foram os pobres assistidos na proporção direta do seu estatuto social? Comummente dá-se como adquirida esta associação²²⁸, embora nem sempre de forma explícita. Cremos, todavia, que é necessário complexificar a análise, começando por distinguir os gastos entre assistência *institucionalizada* e domiciliária. Neste contexto, a par do estatuto social, há que ponderar igualmente as características internas da valência em causa, assim como o seu objetivo. A assistência *institucionalizada*, enquanto sinónimo de *internamento* ou de provimento integral das necessidades do pobre, é, naturalmente, mais dispendiosa que a assistência domiciliária que, não tendo esse objetivo, serviria, como veremos adiante, mais como um complemento de recursos que assegurassem a sobrevivência. Neste contexto, é natural que os custos *per capita* do Recolhimento da Piedade, por exemplo, fossem muito elevados. Para além do provimento das necessidades quotidianas das recolhidas, um dos objetivos da instituição era a sua colocação no *mercado* do casamento, dotando-as de meios que lhes permitissem o início da vida de casadas²²⁹.

²²⁸ Sobre este assunto veja-se, Isabel dos Guimarães Sá, “Estatuto Social e discriminação: formas de seleção de agentes e recetores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime”, Actas do colóquio internacional *Saúde e discriminação social*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2002, p. 328.

²²⁹ Dotes generosos, no valor de 100 000 réis por rapariga. Quantia possível graças aos bens deixados pelo Doutor António Vaz Machoca ao Recolhimento. Médico da Misericórdia desde 1668, à data da sua morte, que se verificou em 23 de Março de 1703, deixou um enorme espólio patrimonial ao Recolhimento, constituído por 92 quinhões de renda e foros em herdades, tanto na região de Évora quanto no resto do Alentejo. Cf. ADE, Fundo da Casa Pia, *Livro da Fazenda, que o Doutor António Vaz Machoca deixou ao Recolhimento da Piedade desta Cidade de Évora*, 1º nº 189. Todavia, no acervo documental da Casa Pia de Évora, onde se encontra a documentação relativa ao referido Recolhimento, não se encontra o testamento do doutor Machoca, pelo que não foi possível cotejar a lista de propriedades presentes no testamento e no livro da fazenda, nem sequer confirmar a existência de outros legados pios. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 20. Idem, *Paroquiais de Évora: óbitos de Santo Antão*, 1º nº 53.

Isto é, formação como boas esposas e o que isso significava em termos de aplicação de recursos. Nesta lógica, também se compreende que os rácios apresentados pelos enjeitados fossem igualmente elevados já que consideraram os gastos da manutenção integral do utente, ou melhor das amas. De resto, uma situação algo semelhante se verifica na assistência aos presos e aos doentes, ainda que os termos de análise sejam diferentes.

Pese embora estas circunstâncias, não deixa de ser válida a assunção que o estatuto social e o número dos assistidos pesaram na hora de distribuir os recursos. Não seria a mesma coisa prover as necessidades dos doentes, ainda que integralmente, conhecido o seu lugar na hierarquia social, que proteger a honra de donzelas pobres. As exigências seriam outras, até porque se está em presença de tempos de *institucionalização* diferentes e, como constatado, as pessoas assistidas também. Logo, quanto maior era o número dos assistidos, maior era pressão sobre os recursos disponíveis

Perante o binómio assistência diferente/custos diferenciados, entre assistência domiciliária e *institucionalizada*, e face ao aumento dos custos por parte desta última, não parece fazer sentido aplicar a Portugal, neste caso a Évora, as preocupações que tiveram as autoridades inglesas com os elevados custos da assistência domiciliária, propondo em determinada altura (nos finais do século XIX), a sua substituição pelo sistema de *workhouses*²³⁰. A consciência do crescimento do número de pobres domiciliados e dos seus custos justificara a criação do *Knatchbull workhouse Act* (1722-1723) que dera poderes aos oficiais que tinham a seu cargo assistência a nível local – os *overseers* –, para estabelecerem casas de

Idem, *Fundo da Casa Pia de Évora, Livro da Fazenda, que o Doutor António Vaz Machoca deixou ao Recolhimento da Piedade desta Cidade de Évora*, 1º n° 189.

²³⁰ Se bem que, na prática, a assistência institucionalizada se revelava mais dispendiosa que a domiciliária. Cf. Mary Mackinnon, “Poor Law Policy and the Crusade against Outrelief”, *The Journal of Economic History*, vol. 47, n° 3 (Sep. 1987), pp. 603-625.

trabalho *workhouses*²³¹, otimizando, acreditava-se, os recursos. Uma medida que teve como efeito a integração compulsiva de muitos dos que eram assistidos domiciliarmente, os mais dispendiosos no sistema institucionalizado, retirando a assistência domiciliária aos que se recusassem²³². Obviamente esta possibilidade era viável em sistemas assistenciais como o inglês ou francês, nas palavras de Stuart Woolf “[...] outdoor relief was complementary and not in opposition to institutionalized charity[...]”²³³.

Neste contexto, discutir a assistência domiciliária e institucionalizada como se não fossem comunicantes não nos parece uma boa opção metodológica, uma vez, que como referíamos no ponto 1 deste capítulo, muitos dos hospitais do continente europeu prestavam assistência domiciliária, enquanto as paróquias inglesas pagavam pela *institucionalização* dos seus pobres. Recordando o que temos vindo a afirmar, na realidade portuguesa, e particularmente na de Évora, a comunicação entre as duas esferas de intervenção assistencial fez-se mais pela especialização das áreas de intervenção e de elegibilidade geográfica dos utentes, completando-se, tanto na parte *institucionalizada*, quanto na domiciliária. Assim se compreende, por exemplo, que nos dois tipos de assistência fossem prestados cuidados médicos, apesar dos objetivos e das populações-alvo serem diferentes. São estas populações que estarão em análise nas próximas páginas, com o objetivo, utópico, sabemo-lo bem, de

²³¹ Cf. Steven King, *Poverty and Welfare in England (1700-1850): a Regional Perspective*, Manchester, Manchester University Press, 2000, p. 23

²³² De facto esta é também a opinião de Paul Slack que perspetiva esta medida na longa duração dos séculos XVII e XIX, como método de barragem do incremento dos pedidos de pensões na assistência domiciliária. Cf. Paul Slack, *The English Poor Law... cit.*, p. 32.

²³³ Stuart Woolf, *The Poor in Western Europe... cit.*, p. 32. Numa tradução livre: “[...] a assistência domiciliária era complementar, não oposta à assistência institucionalizada [...]”.

identificar e quantificar as situações de pobreza que em Évora beneficiaram da assistência domiciliária no período em estudo.

Parte III

O universo dos assistidos: uma definição possível

Capítulo I – Definindo o universo da pobreza

1 - Uma perspectiva geral da assistência domiciliária prestada pela Misericórdia de Évora

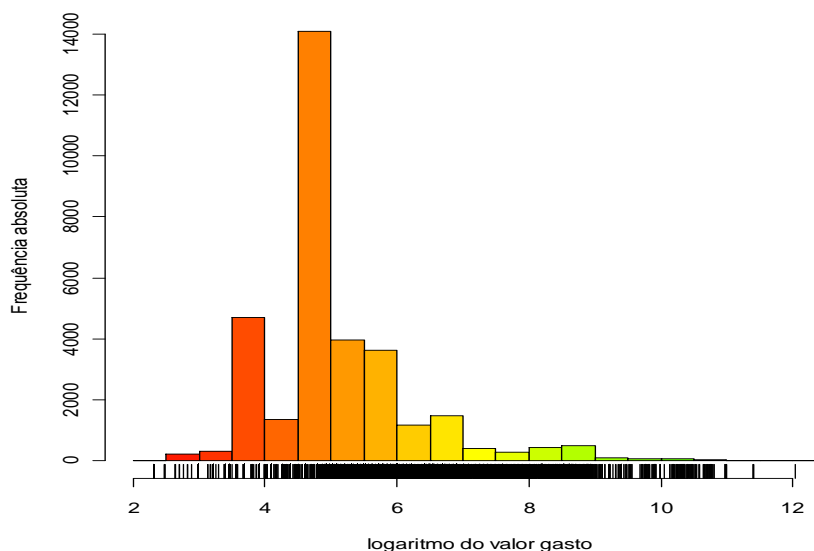
Depois da incursão pela estrutura patrimonial da Misericórdia de Évora, pelas suas opções em termos de aplicação de recursos na assistência domiciliária e pela dimensão das sinergias criadas entre esta e a assistência *institucionalizada*, torna-se necessário focar a atenção nas situações de pobreza. O objetivo será o de identificar as opções assistenciais nas áreas de assistência que a Misericórdia mais privilegiou e quantificar o número de pobres assistidos tendo em conta a perceção que os seus administradores tiveram do fenómeno da pobreza ao longo do período em estudo. Num primeiro momento tratar-se-ão as despesas totais efetuadas pelos mordomos dos meses e, numa segunda fase, a análise centrar-se-á exclusivamente nas áreas de assistência e nos pobres assistidos. Para uma melhor exequibilidade do tratamento dos dados, estes foram ordenados em classes com uma amplitude de 50 réis cada uma, para, a partir daí, considerar as distribuições das frequências – em primeiro lugar, as absolutas (n_i) e, em segundo, as relativas (p_i e q_i) representadas percentualmente¹.

O gráfico nº 1, que apresenta as quantias totais despendidas para o período de 1635, 1650-1663, revela de imediato uma forte concentração das frequências absolutas nos valores mais baixos, constatável pela densidade da linha da abcissa que representa o logaritmo do valor gasto².

¹ Onde p_i é igual ao valor acumulado das frequências relativas até ao limite superior da classe e q_i é igual ao valor acumulado como proporção total até à classe em apreço. Cf. Fernanda Figueiredo et. al., *Estatística Descritiva... cit.*, p. 70. António Luís Silvestre, *Análise de dados... cit.*, pp. 113-114.

² Seria impossível representar ao nível absoluto os valores gastos, por isso optou-se por uma escala de representação logarítmica, para uma melhor visualização da informação sintetizada.

**Gráfico Nº 1- Quantias totais
despendidas pelos mordomos dos
meses (1635, 1650/1663)**



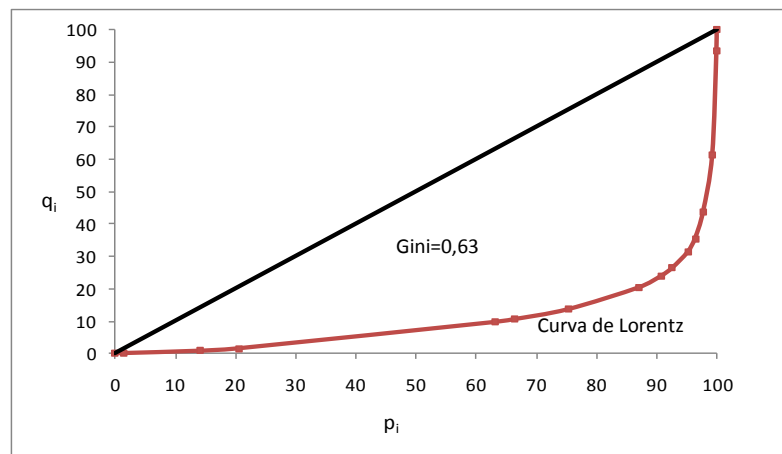
Esta desigualdade, ou concentração, é representada em termos gráficos pela curva de *Lorentz*³. Como podemos constatar no gráfico nº 2, para o período de 1635, 1650-1663, é notório o afastamento da curva de *Lorentz* relativamente à reta de igual distribuição, confirmado pelo valor elevado do índice de *Gini*⁴. Este, estando muito próximo da unidade,

³ A curva de *Lorentz*, ou curva de concentração de *Lorentz*, consiste numa representação gráfica que ilustra a desigualdade existente na distribuição de um determinado universo ou atributo. É utilizada essencialmente por economistas para visualizar a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre as famílias numa determinada economia ou sociedade. A curva é traçada considerando a percentagem acumulada de casos no eixo das abcissas (π_i) e a percentagem acumulada como proporção do total (q_i), traçando-se depois a reta de igual distribuição, onde $\pi_i = q_i$. A área compreendida entre a recta de igual distribuição e a curva de *Lorentz* define a concentração da distribuição. Isto é, quanto maior for a área, maior será a concentração. No nosso caso, o objetivo é o de verificar a desigualdade, ou concentração, das quantias pelas classes pré-estabelecidas.

⁴ O índice de *gini* mede a intensidade da desigualdade ou concentração de uma distribuição. Representando-se entre 0 e 1 interpreta-se da maneira seguinte: se $G=0$ – Igual repartição do atributo ($\pi_i = q_i$); se $G=1$ – Concentração é máxima; $0 \leq G \leq 1$ – G é tanto maior quanto maior for a concentração. Cf. Anabela Afonso e Carla Nunes, *Estatística e Probabilidades. Aplicações e Soluções em SPSS*, Escolar Editora, 2010.

permite-nos confirmar a forte concentração dos gastos nas quantias mais pequenas.

Gráfico nº 2 – Curva de *Lorentz* e índice de *Gini* para as quantias totais despendidas pelos mordomos dos meses (1635, 1650/1663)



Se nos fixarmos no quadro nº 1 podemos constatar que 63% das quantias gastas foram até 150 réis, o que correspondeu a apenas 9,7% do total. Ou que 75,2% das ocorrências se verificaram até 250 réis, representando somente 13,6% da quantia em análise. Dito de outro modo, neste primeiro período ocorreram 90,8% dos casos até à classe 500-750 réis, significando 23,8% do total. Em termos práticos, as quantias superiores a 750 réis constituíram 9,4% dos casos, contribuindo com 76,2% do total gasto.

Quadro nº 1- Frequências absolutas e relativas das quantias despendidas pelos mordomos dos meses (1635, 1650-1663, 1700/1750)

Valores	n_i	p_i (%)	q_i (%)
[0-25)	248	0,8	0,0
[25-50)	4192	13,6	0,7
[50-100)	1947	19,6	1,4
[100-150)	14178	63,0	9,7
[150-200)	1013	66,1	10,5
[200-250)	2945	75,2	13,6
[250-500)	3853	87,0	20,4
[500-750)	1193	90,6	23,8
[750-1000)	637	92,6	26,4
[1000-1500)	832	95,1	31,3
[1500-3000)	408	96,4	35,6
[3000-5000)	432	97,7	43,6
[5000-10000)	505	99,3	61,3
[10000-50000)	229	100,0	93,3
[50000, +]	13	100,0	100,0

Quando passamos para a interpretação do período de 1700/1750, a imagem que os gráficos devolvem não é muito diferente da obtida no anterior. Nota-se, contudo, um ligeiro aumento da variabilidade da distribuição, não querendo isto dizer que a mesma se apresente dispersa. Bem pelo contrário, como se pode constatar pelo gráfico nº 4, apesar do menor afastamento da curva de Lorentz em relação à linha de igual repartição, o índice de gini (0,57) atesta uma forte concentração da distribuição.

Gráfico nº 3 - Quantias totais despendidas pelos mordomos dos meses (1700/1750)

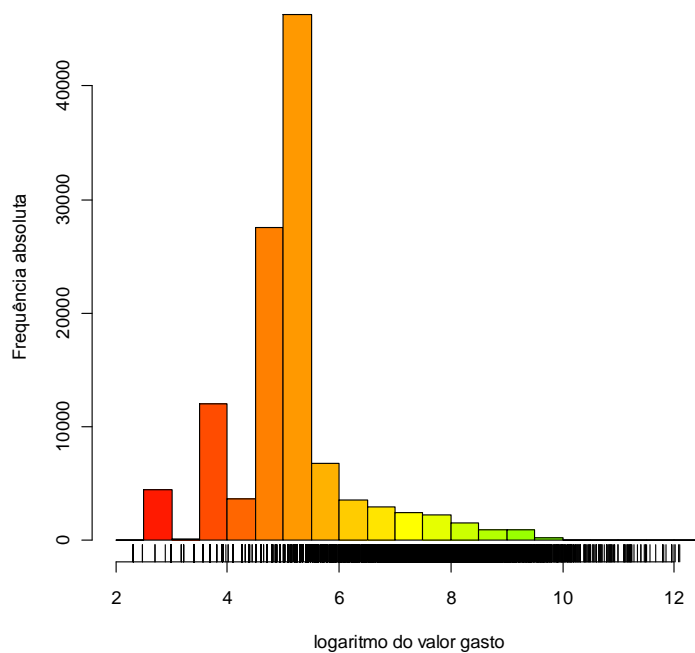
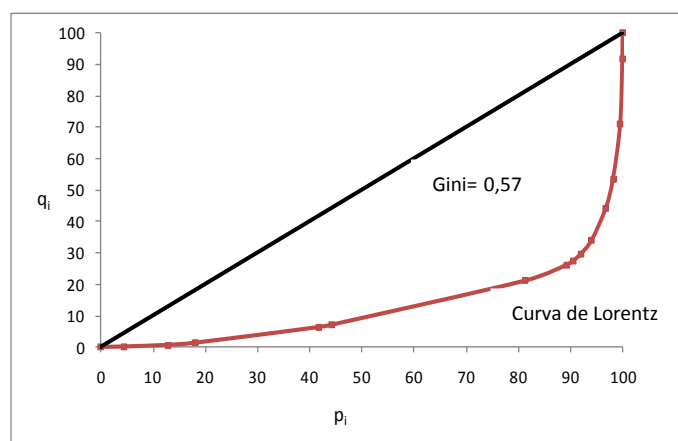


Gráfico nº 4 - Curva de *Lorentz* e Índice de *Gini* para as Quantias totais despendidas pelos mordomos dos meses (1700/1750)



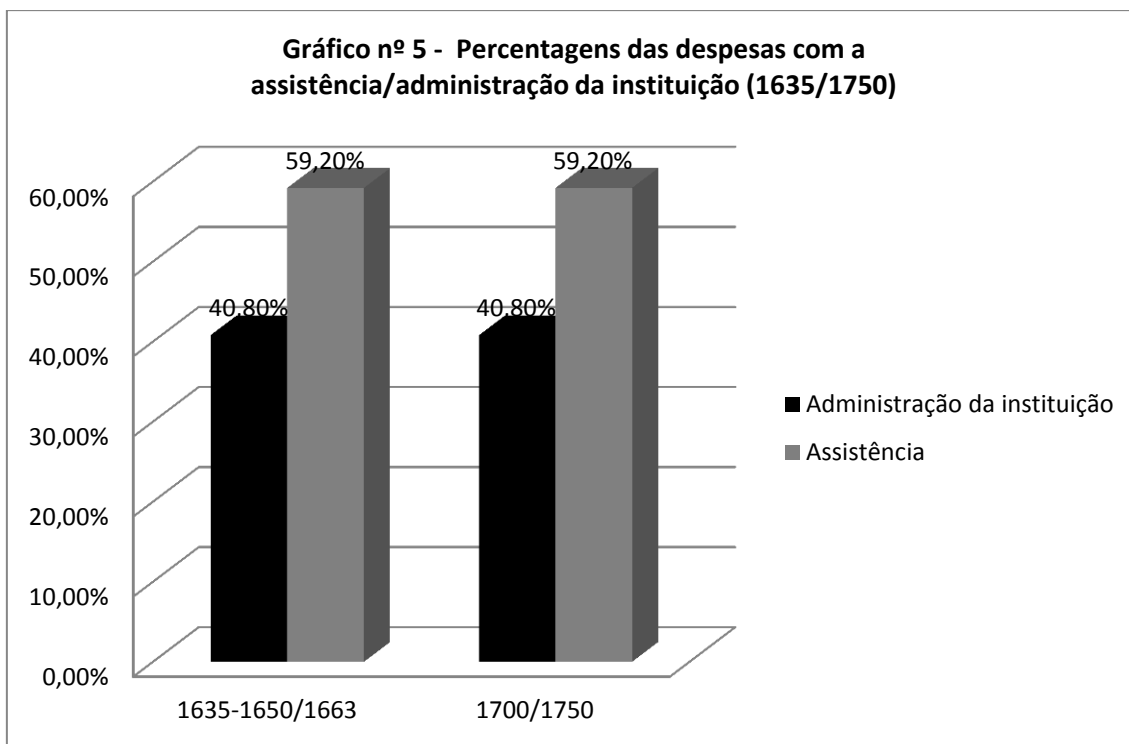
Ainda assim, a concentração neste período reconfigura-se um pouco, como se pode ver no quadro nº 2. Aqui, em termos de alterações, tomam relevo essencialmente os intervalos que contêm as quantias entre 200 e 250 réis. Ou seja, 81,2% dos gastos ocorreram até 250 réis, constituindo-se como 21,1% do total. Um incremento, sobretudo na proporção da classe em relação ao total, na comparação com a mesma classe do período anterior. Por outro lado, constata-se também uma diferença maior da classe anterior (150-200 réis) para a de 200-250 réis. Isto é, se em 1635, 1650-1663, a diferença entre estas duas classes se situava em cerca de 3%, já em 1700-1750 o diferencial aumentou para cerca de 13%.

Quadro nº 2 - Frequências absolutas e relativas das quantias despendidas pelos mordomos dos meses (1635, 1650-1663, 1700/1750)

Valores	n_i	p_i (%)	q_i (%)
[0-25)	4447	3,8	0,1
[25-50)	9878	12,4	0,6
[50-100)	6040	17,6	1,3
[100-150)	27527	41,3	6,2
[150-200)	3143	44,0	7,0
[200-250)	43189	81,2	21,1
[250-500)	9283	89,3	26,1
[500-750)	1404	90,5	27,4
[750-1000)	1693	91,9	29,5
[1000-1500)	2491	94,1	34,0
[1500-3000)	3147	96,8	44,3
[3000-5000)	1594	98,2	53,5
[5000-10000)	1602	99,5	70,8
[10000-50000)	478	100,0	91,6
[50000, +]	53	100,0	100,0

Em síntese, pelos números apresentados podemos circunscrever para o primeiro período a classe que conteve as quantias entre 100 e 150 réis como fundamental para definir a assistência, enquanto para 1700/1750 a classe mais destacada foi aquela onde se inseriram as quantias entre 200 e 250 réis. No fundo, é uma representação que encontra justificação nas medidas centrais, sobretudo na mediana e na moda de cada um dos tempos em estudo: 100 réis para o primeiro caso, 240 réis para o segundo.

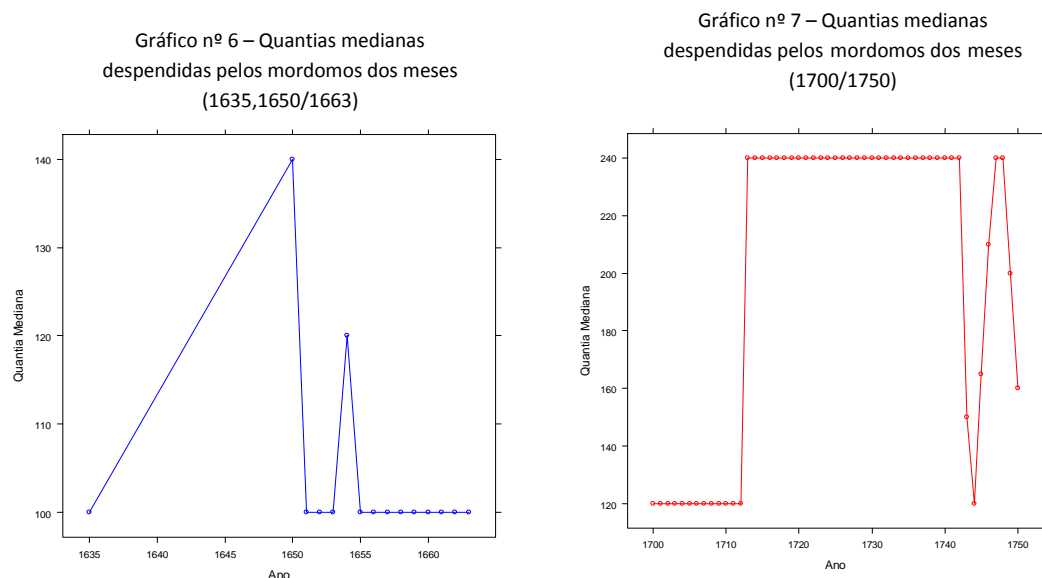
Antes de avançarmos é necessário, no entanto, ter em conta que o tratamento estatístico dos dados, presente nos gráficos e tabelas anteriores, teve como base os gastos totais dos oficiais da Misericórdia que quotidianamente lidavam com a gestão da assistência (os mordomos dos meses). Mas também uma série de despesas que não estavam diretamente relacionadas com esta última a que convencionámos denominar de “Administração da Instituição”. Como o próprio nome indica, este tipo de despesas inscreveu-se na esfera do funcionamento da confraria, abarcando uma infindável lista de *consumos* que o mordomo de cada mês ia fazendo. Entre eles, a compra ou o conserto de pequenas peças de mobiliário, o carroto das mesmas, o transporte dos cereais e o pagamento dos ordenados dos moços da sacristia. Poderia também supor gastos com pequenas obras, paramentos e utensílios litúrgicos, vinho e hóstias para as missas, papel, penas, tinta e até areia. Enfim, aquilo que os escrivães definiram como *miudezas*. Pequenas “coisas” que, apesar do seu significado residual quando consideradas isoladamente, constituíram cerca de 41% das despesas totais em ambos os períodos de análise. Ainda assim, a maior fatia (59,2%) cabia às despesas diretamente realizadas com a assistência.



A imagem que resulta desta separação dos gastos em duas áreas, artificial a todos os níveis porque criada por nós, é a de uma perfeita simetria na distribuição relativa. Com efeito, da passagem de um período para outro não houve lugar à recolocação das percentagens das duas áreas. O valor usado na assistência em ambos os períodos foi exatamente o mesmo. É uma simetria que, de resto, neste ponto da nossa análise não aporta novidade. Pelo contrário, como verificámos atrás (no ponto 4 do capítulo III da parte II), espelha-se na simetria da distribuição de episódios, pessoas e quantias.

Direcionando agora a atenção exclusivamente para a assistência, ou melhor, para a assistência domiciliária, é necessário descer ao detalhe das especificidades para que se quebre a monotonia anunciada na análise de escala alargada. E o pormenor suscita várias questões sem lhes conseguir dar resposta: que tipo de pobreza era assistida? Que densidade teve a pobreza? Quem recorria à assistência institucional? Que parte da população eborense nos séculos XVII e XVIII era considerada pobre? Os valores

apresentados pelos gráficos nº 1 a nº 4 revelaram que a maioria dos atos assistenciais praticados pela Misericórdia de Évora envolvia quantias pequenas. No entanto, os gráficos nº 6 e nº 7 dão-nos as pistas para o tipo de pobreza assistida.

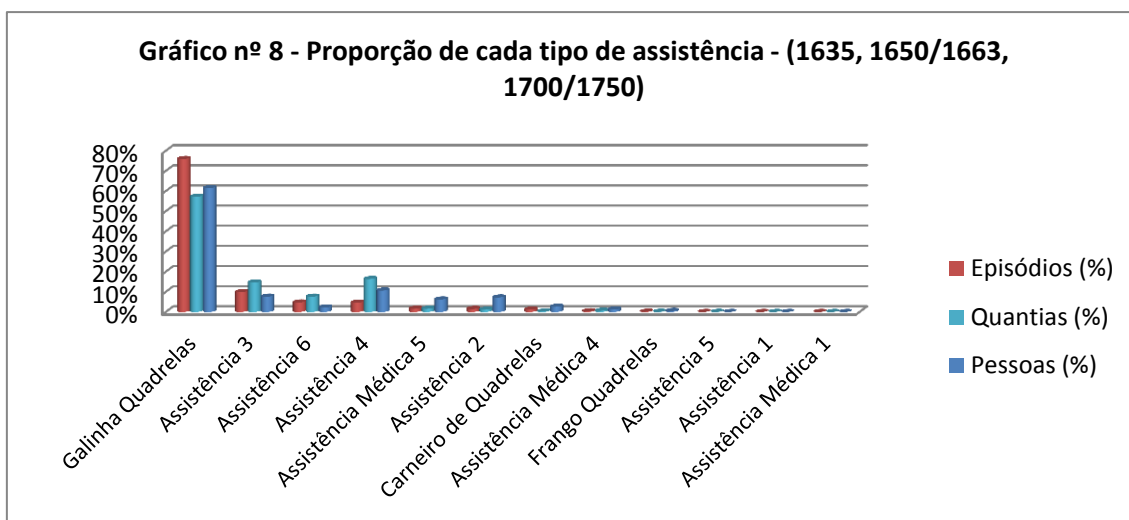


Constata-se que, de um modo geral, as quantias medianas se situaram nos 100 réis para o período 1635, 1650/1663 e nos 240 réis para o período de 1700/1750⁵. No entanto, o que é importante é o valor das duas verbas indicadas já que ilustram o núcleo da assistência provida pela Misericórdia de Évora no tempo considerado. O que nestes gráficos está representado são os milhares de galinhas que os pobres de Évora receberam ao longo dos 64 anos em que recolhemos informação sobre a assistência domiciliária. As raras oscilações abruptas nos valores medianos anuais justificam-se pela diminuição do peso dos episódios deste tipo de assistência, com resultado prático na flutuação da curva de mediana. Do primeiro caso, encontramos

⁵ Para este efeito decidimos utilizar a evolução da mediana nas representações gráficas. De entre as medidas centrais, a mediana é a medida mais robusta às flutuações bruscas, quer ascendentes, quer descendentes. O mesmo tipo de grafismo será apresentado quando entrarmos no detalhe das categorias de assistência.

exemplo nos anos de 1650 e 1654, quando outras categorias mais dispendiosas ao nível das quantias se sobrepuseram às “galinhas”.

O gráfico nº 8, mostrando a representatividade global de cada categoria em termos percentuais, ao nível dos episódios, quantias gastas e pessoas assistidas, revela claramente este desenho de assistência que privilegiou o provimento de galinhas aos pobres residentes de Évora.



Mas antes de desenvolvermos as especificidades de cada uma das categorias apresentadas é necessário explicá-las. É preciso que se diga, por exemplo, que nos 120 258 registos nominais que dispomos para o tratamento da assistência domiciliária estandardizámos as entradas e agrupámo-las em categorias com afinidade entre si, outorgando-lhe um nome de código para que o tratamento da base de dados fosse mais manejável. Desta tarefa de agregação resultaram 14 categorias. Para a constituição das categorias foram dimensionados dois aspetos fundamentais: num primeiro momento agrupámos as tipologias tendo em conta a função e o destino do tipo de assistência. Criámos assim a *assistência1*, *assistência2*, a *assistência3*, *assistência4*, *assistência5*,

*assistência*⁶, *assistência médica*¹, *assistência médica*², *assistência médica*³, *assistência médica*⁴ e *assistência médica*⁵. Paralelamente, decidimos manter uma nomenclatura muito parecida à que foi registada nas fontes no caso do provimento de galinhas, *galinha de quadrelas*, dos frangos, *frango de quadrelas*, e do carneiro, *carneiro de quadrelas*. Uma segunda fase foi moldada pela periodicidade com que era praticada a assistência em cada uma das categorias, dando origem a duas grandes divisões: os pagamentos com carácter regular e os pagamentos sem frequência definida⁶. Importa ainda afirmar que a grande questão que se colocou ao organizar os diferentes registos em categorias uniformes foi a separação entre a assistência à pobreza e a assistência à doença. Sendo fácil de distinguir em categorias como as “curas de alporcas” ou de “tinha”, no provimento de “sanguessugas”, ou de “mezinhas da botica”, já no fornecimento de “galinhas”, “frangos” e porções de “carneiro”, a fonte não indica se o mesmo era feito por razões médicas – o alimento como medicamento –, ou como ajuda à subsistência, questão a que voltaremos adiante. Por essa razão, mantivemos a nomenclatura original destes três tipos de assistência. Uma decisão que também se justifica pela importância e representatividade destas categorias no conjunto da assistência praticada pela Misericórdia de Évora, em particular no caso do provimento de galinhas, como já verificámos quando da análise do gráfico nº 8.

Passemos à identificação do tipo de registo que cada código de “assistência” compreendeu. A *assistência*¹ englobou todos os dados relativos às esmolas com penitentes. Na *assistência*² foram inseridas todas

⁶ Tomámos como modelo de observação o proposto, entre outros por Steve Hindle, que faz a separação entre a assistência regular e a irregular. Não obstante, deve referir-se que o contexto inglês foi um pouco diferente do português. Ali, a discussão coeva foi muito mais acesa em redor da proficiência ou perniciosidade das esmolas avulsas que, como é sabido, se revestiam de um carácter mais discricionário em termos de elegibilidade, por comparação com a assistência regular, como o eram as esmolas semanais ou mensais. Cf. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, pp. 273-274.

as despesas mais direcionadas para a assistência à morte, como mortalhas, enterros e sufrágios por alma dos pobres. Na *assistência4* juntámos as esmolas avulsas, genericamente identificadas na fonte como “esmolas”. Por outro lado, a *assistência médica1* reúne todas as despesas relativas ao hospital. Na *assistência médica4* foram agregadas as despesas com as “curas”, mais especificamente com as curas dos tinosos e doentes de alporcas, enquanto na *assistência médica5* entraram os gastos com as sanguessugas.

Apesar de poder parecer um pouco peculiar a organização sequencial das categorias, ela obedece a um denominador comum: a irregularidade no modo de pagamento, que não obedeceu a qualquer padrão, semanal ou mensal, de distribuição de ajuda. Isto, pese embora haver uma mistura entre funcionalidade nas categorias, ou seja entre apoio à pobreza e à doença⁷. Do outro lado encontram-se as categorias cujo apoio foi provido com regularidade. Agrupámos as “criações dos filhos dos pobres” na *assistência3*; as “esmolas das quadrelas”, distribuídas todas as quartas-feiras, e as esmolas da porta, distribuídas aos domingos na *assistência5*, as “mesadas” e “porcionistas”⁸ na *assistência6*, as despesas com a botica na *assistência médica2*, e os convalescentes na *assistência médica3*⁹. Não esquecendo as galinhas, o carneiro e o frango.

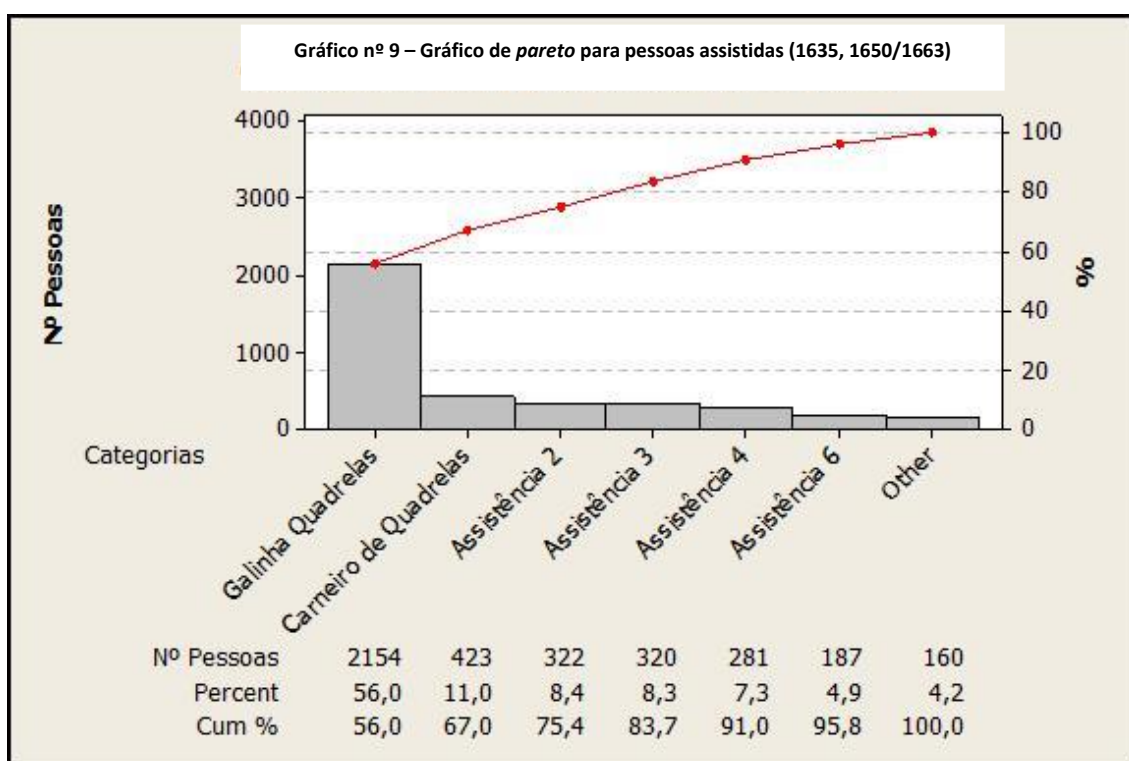
Como já confirmámos no gráfico nº 8, a importância destas categorias não esteve distribuída de forma equitativa, bem pelo contrário.

⁷ Nem mesmo no caso das curas aos tinosos e curas de alporcas, como teremos oportunidade de desenvolver adiante, quando se definirem as características de cada uma destas categorias.

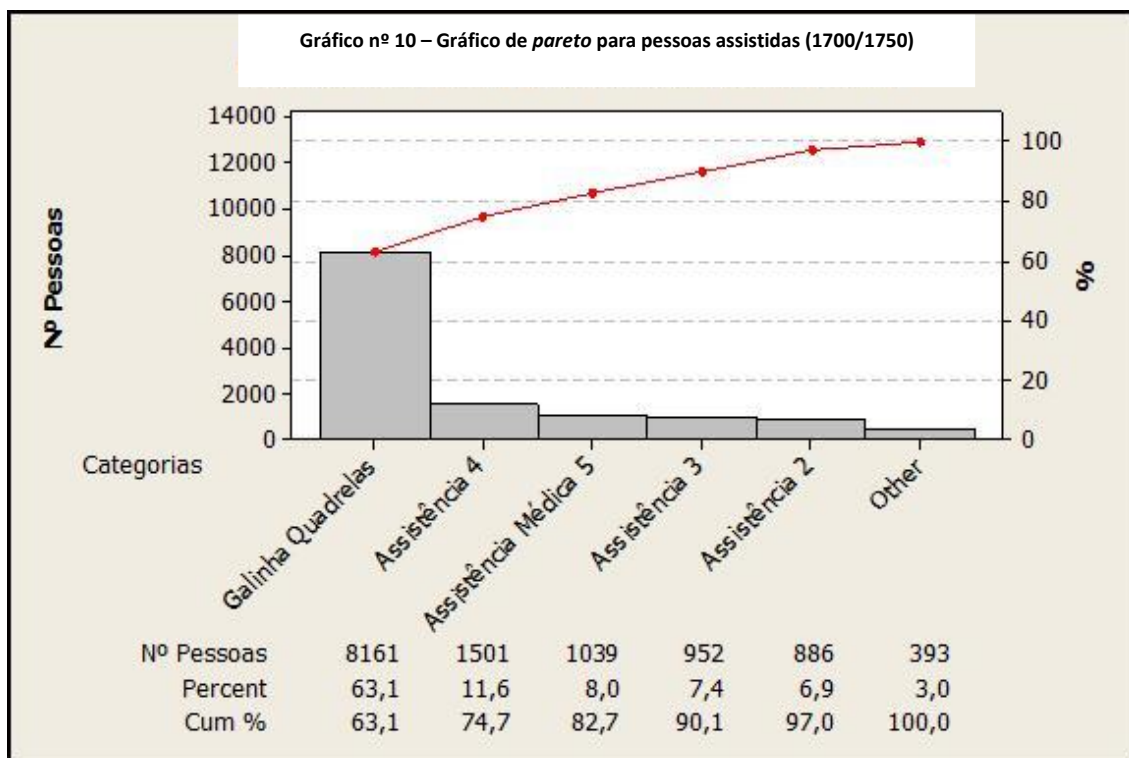
⁸ Apesar de esta rubrica dizer respeito apenas ao pagamento a duas porcionistas recolhidas no Recolhimento das Donzelas nobres, ou de São Manços, e, apenas nos anos de 1714 e 1715. Facto pelo qual a despesa, o número de pessoas e o de episódios deve ser considerado marginal. Cf. ADE, ASCME, *Despesas: quadrelas, criações... cit.*, 1º nº 1134.

⁹ Pelo seu valor residual, a *assistência médica2* e a *assistência médica3* não surgem em nenhum dos gráficos, porque não foram significativas nas contas dos mordomos dos meses em termos de quantias, de episódios e de pessoas.

Por isso, e porque se adivinhavam reconfigurações de representatividade das categorias entre o século XVII e o século XVIII, optámos pela representação das mesmas através do gráfico de *pareto*, opção que se deve ao facto de ser muito mais eficiente que a utilização do índice de *gini*, uma vez que exige a comparação da contribuição de cada categoria, possibilitando distinguir o essencial do acessório¹⁰.



¹⁰ Através desta representação percebe-se facilmente a ordem de importância e como os itens analisados de forma individual geram o efeito final, podendo separar facilmente o trivial do realmente importante. O gráfico é feito no modelo “histograma de frequência”, que é um gráfico de colunas que mostra a forma de dispersão da distribuição de frequência de uma série de dados. Normalmente as colunas são organizadas em ordem decrescente, de acordo com os critérios requeridos pelo estudo. Isso facilita a avaliação e a decisão sobre a sequência e a escala de prioridades dos problemas identificados, no nosso caso das categorias em causa.



O que as figuras dos gráficos nº 9 e nº 10 demonstram é a importância de determinadas categorias em detrimento de outras ao nível das pessoas assistidas. O mesmo é dizer, das doze categorias inicialmente codificadas¹¹, um número reduzido concentrou a maioria das pessoas assistidas. No período de 1635,1650/1663 seis categorias concentraram 96% do total e no período seguinte o afinamento foi ainda maior, com apenas cinco categorias a agrupar 97% dos que receberam apoio. O que, neste caso, se deve à perda de significância do *carneiro de quadrelas*, facto pelo qual foi recolocado automaticamente categoria “outros”, que, gerada automaticamente pela curva de *pareto*, engloba todas as observações que são consideradas residuais. No caso em apreço, não significou mais que 3% em 1700/1750 e 4.2% em 1635,1650/1663 das pessoas assistidas.

Ainda em termos gerais, verifica-se que o tipo de assistência que congregou mais pessoas foi o provimento de galinhas. A sua importância

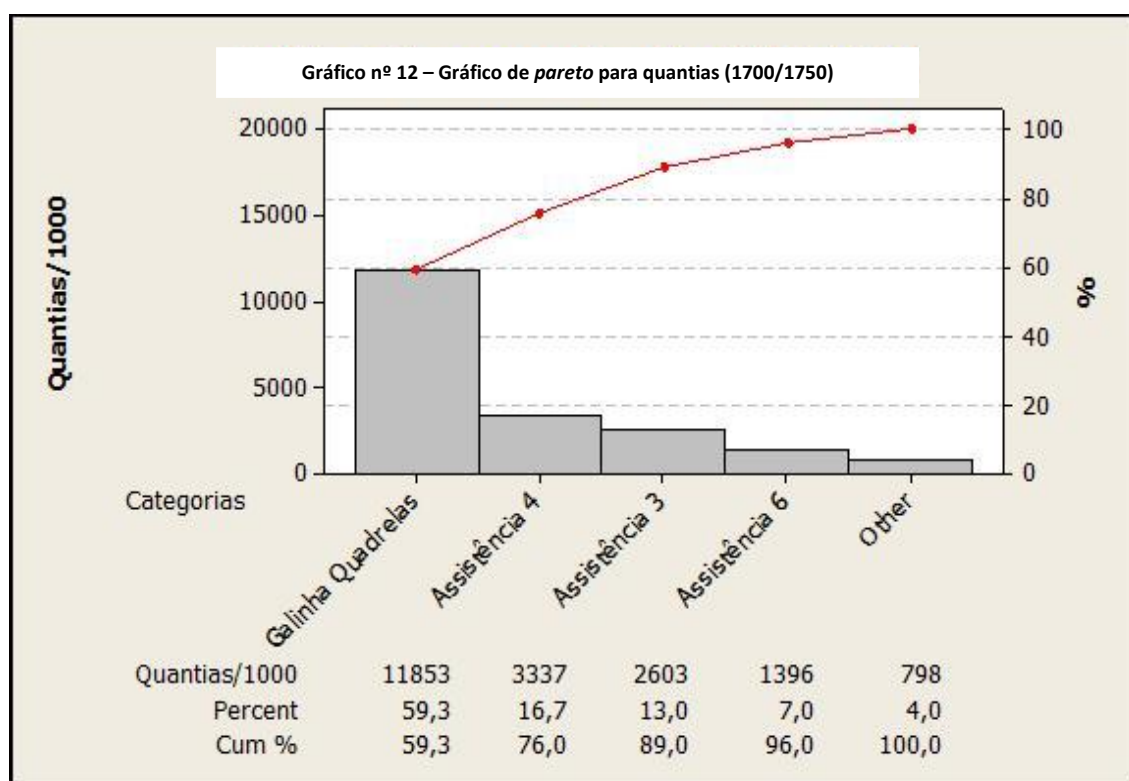
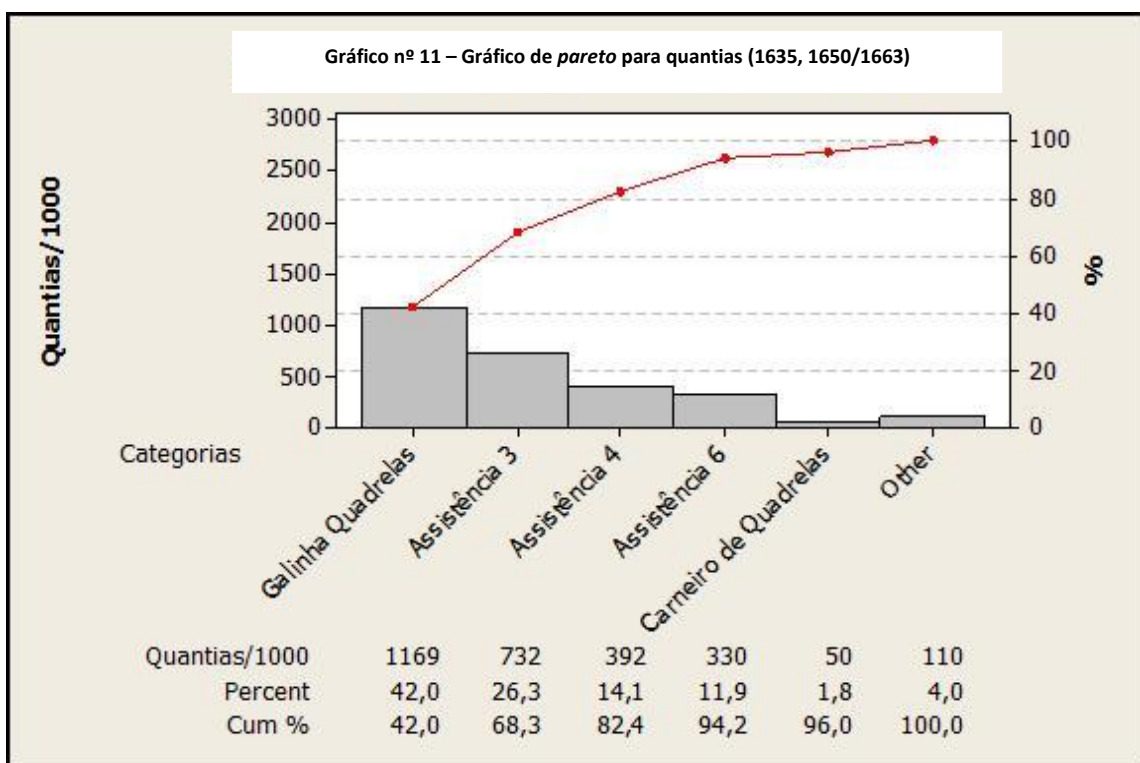
¹¹ Confira-se novamente o gráfico nº 8 apresentado atrás.

no cômputo global da assistência domiciliária aumentou de 56% nos anos observados no século XVII para 63,1% nos anos trabalhados do século XVIII. Mas na passagem das observações de um para outro século existem outras reconfigurações ao nível das pessoas assistidas. O provimento de carneiro e de mesadas (*assistência6*) perdeu relevância no século XVIII, ao ponto de ser considerado residuais¹². A *assistência2* (enterros, missas por almas, mortalhas) e a *assistência3* (criações) também perderam importância, com descidas de 1,5% e 0,9% respetivamente. O número de pessoas assistidas com esmolas avulsas *assistência4* teve um crescimento acentuado, de 4,3% na primeira metade do século XVIII – 11,6% do total das pessoas no século XVIII –, contra 7,3% nos anos estudados do século XVII. É também de notar como relevante o aparecimento do número de pessoas assistidas com sanguessugas *assistência médica5*, representando 8%.

Quando se muda de perspectiva, ou seja, das pessoas para as quantias gastas por cada categoria de assistência, há necessariamente que fazer reajustes na relevância atribuída a cada uma pela curva de *pareto*. Isso deve-se essencialmente aos custos por episódio de cada categoria e à sua relação com as pessoas assistidas. O mesmo é dizer, que o que foi significativo em relação ao número de pessoas, não teve a mesma importância ao nível das quantias gastas no seu conjunto, já que a quantia de cada episódio não foi elevada. Nessas circunstâncias encontramos a *assistência2* e *assistência médica5*¹³.

¹² Não representando mais do que 0,10% e 1,44% das pessoas assistidas.

¹³ Representando das quantias totais gastas no seio da assistência domiciliária, respetivamente 1,78% e 0,09% no século XVII; 1,82% e 1,07% no século XVIII, e por isso consideradas marginais.



Só por si, a perda de significado desses dois tipos de assistência é indicativa da redução das quantias despendidas num grupo restrito de categorias. Tal como se verificou no caso da variável das pessoas assistidas, também as quantias, tanto no século XVII como no século XVIII, seriam condensadas em cinco e quatro categorias, respetivamente 96% do dinheiro alocado na assistência domiciliária. Mercê de um aumento do número de pessoas assistidas de um século para outro, o provimento de galinhas foi, novamente, a categoria que mais cresceu (17,3%), sofrendo também, como se verá adiante, o efeito da inflação do preço desse tipo de carne. Para além das galinhas, como se pode verificar, comparando a evolução dos gráficos nº 11 e nº 12, o outro tipo de assistência que cresceu foi a *assistência*⁴, ou seja: as esmolas pontuais. Todas as restantes sofreram uma quebra de 4,7% no caso da *assistência*⁶ (as mesadas) e de 13,3% a *assistência*³ (as criações dos filhos dos pobres). De facto, uma tendência que acompanhou também o decréscimo do número de pessoas assistidas nessas categorias.

2 – Assistência com carácter regular

Se os exemplos anteriores mostraram quais terão sido as prioridades da Misericórdia nas áreas de assistência, entremos agora no detalhe de cada uma delas, divididas pelo carácter da periodicidade em que foram prestadas aos utentes: regular ou irregular.

2.1 – Provimto de galinhas e carneiro aos *doentes das quadrelas*¹⁴

Como mencionado atrás, o isolamento do provimento de galinhas aos pobres da cidade numa categoria autónoma não é pacífico. Trabalhar esta tipologia, a mais representativa em termos quantitativos na assistência domiciliária, como referido, obriga a ter presente a ténue linha que separava o tratamento médico e a esmola. Tal como Robert Jutte documentou para Hamburgo, Bremen e Lubeck, entre outros autores e outros espaços, também em Évora é difícil distinguir, neste tipo de assistência, o que era assistência à pobreza, no sentido de reforço nutricional no contexto de uma dieta pobre, da estrita utilização dos alimentos em resultado da prescrição médica dirigida à doença¹⁵. Num

¹⁴ Tudo indica que as quadrelas correspondiam à divisão da cidade de Évora em parcelas geográficas realizada pela Misericórdia de Évora. Organização espacial que era utilizada também pelo Cabido da Sé de Évora. Sobre as quadrelas veja-se Laurinda Abreu, “O século das Misericórdias”, *Cadernos do Noroeste, série História 3*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2003, pp. 467-484.

¹⁵ Não obstante, a fundamentação de Robert Jutte é por ventura mais profunda, argumentando que a maior parte dos pobres daquelas três cidades hanseáticas recebiam simultaneamente uma combinação de comida, combustível, iluminação e cuidados médicos. Cf. Robert Jutte, *Health Care provision and poor relief in early modern hanseatic towns: Hamburg, Bremen and Lubeck...* p. 115. Apesar das evidências, esta é uma posição discutível, dado que inspirada na tradição hipocrática/galénica. A medicina durante o período moderno preconizava o uso da galinha e do carneiro como elementos fundamentais no processo de tratamento de toda e qualquer patologia. De resto era este o procedimento nos cuidados hospitalares. Cf. Mary Lindemann, *Medicina y Sociedad en la Europa Moderna (1500-1800)*, Madrid, Siglo Veintiuno

tempo em que a doença e a pobreza frequentemente eram sinónimos, os efeitos sociais e económicos de uma doença prolongada podiam ser desastrosos. Em alguns casos podia significar a passagem do limiar da sobrevivência para a miséria e mendicidade. De forma consciente ou não, quer da parte dos administradores da Misericórdia, quer da parte dos pobres, ela pode ter funcionado como mecanismo de prevenção¹⁶.

Talvez mais elucidativo que o exemplo de Évora seja o de Montemor-o-Novo, quase perfeito para avaliar a importância da ajuda da Misericórdia quando era tão ténue a linha de separação entre a pobreza e a doença. Como escrevemos noutra parte¹⁷, na segunda metade do século XVII, 27% das despesas dos mordomos da Misericórdia desta vila eram alocadas aos doentes locais, que recebiam rações de pão e galinha ou pão e carneiro. Curiosamente, a mesma associação que se fazia na assistência aos pobres do rol da porta na Misericórdia de Vila Viçosa entre os séculos XVII e XVIII¹⁸, mas não na de Ponte de Lima, onde se optava, tal como em Évora, pela distribuição de galinhas¹⁹.

Apesar de não estar explicitamente mencionado na documentação da Misericórdia de Évora, tudo indica que a prescrição de galinhas obedecia a um processo semelhante ao que se praticava na Misericórdia

de España Editores, 2001, pp. 2-3. E, Isabel M.R. Mendes Drumond Braga, *Saúde pública e prática médica em Portugal (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, s.n., 2001, pp. 27-28.

¹⁶ Para Robert Jutte, a assistência médica em termos abstratos, durante muito tempo não ultrapassou mais do que o pagamento, extra, mas regular para necessidades especiais durante a doença. Cf. Robert Jutte, *Health care provision... cit*, p. 114.

¹⁷ Cf. Rute Pardal, “A assistência praticada pela Misericórdia de Montemor-o-Novo na segunda metade do século XVII através da análise dos seus movimentos económicos”, *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: História e património*, Montemor-o-Novo, Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo/Tribuna, 2008, p. 91.

¹⁸ Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos Pobres e emprestar a Deus...cit.*, p.231

¹⁹ Note-se bem que, segundo Maria Marta Lobo de Araújo, a assistência domiciliária em Ponte de Lima teve uma expressão reduzida, quando comparada com o número de doentes internados. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 650-661.

montemorense, ou seja, estava sujeita a receita do cirurgião ou do médico da instituição, o que poderia reforçar a ideia de que era distribuída por razões médicas. A realidade foi, contudo, um pouco mais complexa. A periodicidade deste tipo de assistência, assim como o provimento de frangos e porções de carneiro, efetuava-se semanalmente, como referia o escrivão em 1657 “cada huma das receitas será para quatro dias”²⁰, indicando ainda que cada receita de galinha “seria” de 100 réis, embora entregasse o animal, não o dinheiro. Foi este apontamento que nos permitiu trabalhar com preços, ainda que o valor das galinhas não se mantivesse estático ao longo do tempo estudado, como demonstra a evolução das quantias medianas por ocorrência²¹.

Gráfico nº 13 – Galinhas (quantia mediana 1635,1650/1663)

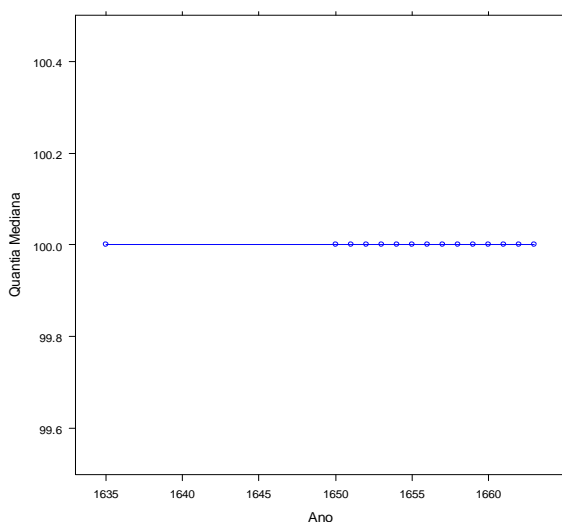
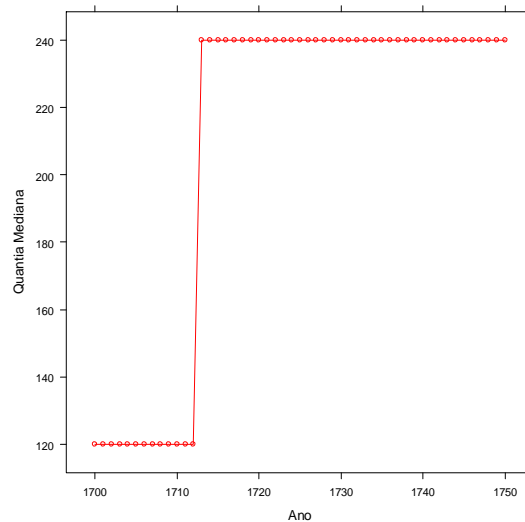


Gráfico nº 14 – Galinhas (quantia mediana 1700/1750)

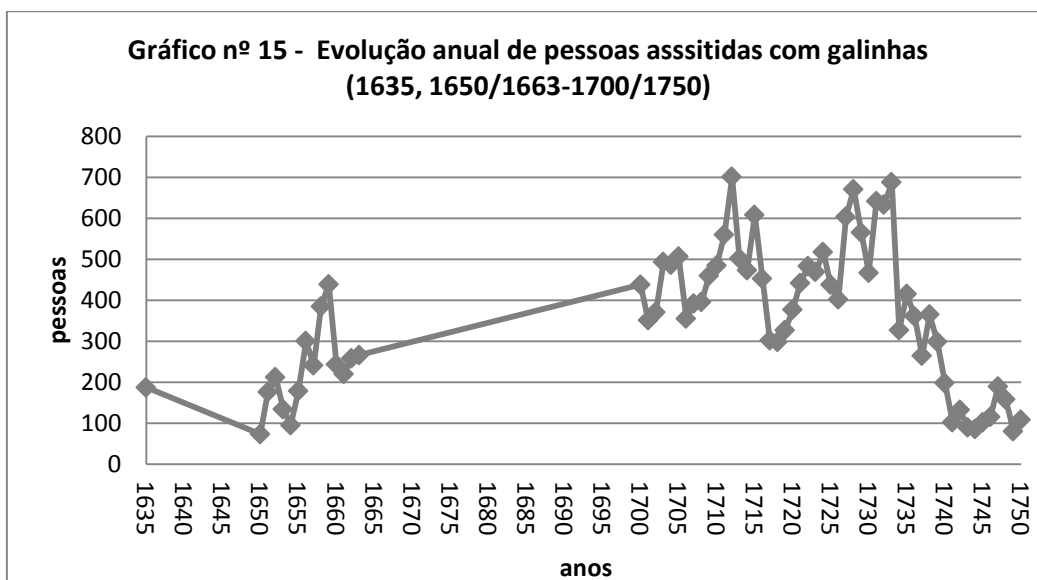


Como se pode ver nos gráficos nº 13 e nº 14 se o preço que a Misericórdia pagou por cada galinha se manteve nos 100 réis entre 1635 e 1663, nos primeiros doze anos analisados no século XVIII ele foi de 120

²⁰ Cf. ADE, ASCME, *Livro do pão da porta aos domingos*, nº 87.

²¹ Mais uma vez, a opção por apresentar as expressões gráficas das medianas tornou-se mais recompensadora e será utilizada na análise sistemática de todas as categorias de assistência, pelos motivos já apontados. O mesmo é dizer, que a mediana é uma medida mais robusta aos valores extremos do topo ou da base.

réis, valor que duplicou a partir daí até 1750. Uma evolução que acompanhou o preço da carne, sobretudo de suíno e carneiro, com tendências inflacionárias, especialmente desde a segunda metade do século XVII, em resultado das guerras²².



Pese embora a utilidade dos valores medianos na definição deste tipo de assistência eles não informam sobre quem foram os seus beneficiários. Mais importante ainda, podem dar uma imagem de linearidade no comportamento da série que não correspondeu à realidade, como comprovámos no momento em que se observaram os valores das pessoas assistidas. Situação que é possível acompanhar através da leitura do gráfico nº 15. Para dimensionar a importância do provimento de galinhas aos pobres de Évora, neste contexto da assistência domiciliária, bastaria talvez referir que esta representação gráfica tem um comportamento clone naquela outra de conjunto, apresentada atrás. O mesmo é dizer que, mimetizando o comportamento geral, também neste caso encontramos uma tendência de crescimento na longa duração, entrecortada naturalmente por picos de

²² Sobre a evolução dos preços da carne de porco e de carneiro veja-se o estudo de Rui Santos, *Sociogênese do latifundismo... cit., maxime*, pp. 145-151.

sentido ascendente e descendente. Neste âmbito destacam-se novamente os anos de 1659, 1712 e 1733 como máximos dos respetivos cortes temporais. Todavia, o que é mais evidente, não obstante o enquadramento de crescimento de longa duração, é a queda abrupta do número de assistidos desde esse pico até 1750, sendo mais notório desde 1739/1740²³.

A questão que se coloca a partir desta sequência cronológica é a de saber se os pobres, os doentes, ou ambos, realmente diminuíram neste pequeno entremeio. Constatámos atrás a centralidade e os efeitos das decisões administrativas na assistência domiciliária. No provimento de galinhas elas foram determinantes para definir o número de pessoas assistidas e, conseqüentemente, a frequência da assistência e as verbas a gastar. Em Julho de 1740, o escrivão da Misericórdia explicava em ata a razão desta queda acentuada de assistidos “porque a casa estava com muitos empenhos [e por isso] que se não dessem galinhas e aos doentes das quadrelas se assistisse somente com medico, botica e sangrador”²⁴. Decisão lapidar, que ajuda a compreender não só o comportamento desta categoria, mas também a sua essência, confirmando a sua dupla natureza de assistência *médica* e de assistência à pobreza. Apesar da decisão da Mesa não ter sido seguida, e se continuar a prover os pobres das quadrelas com galinhas, o ênfase dado à continuação do provimento de médicos, boticários e mezinhas faz-nos equacionar a hipótese de que a assistência dos pobres doentes com galinhas poderia servir o propósito de combate ou prevenção da pobreza, mesmo se prescritas pelos médicos.

A assistência através de porções de carneiro seguiu basicamente as mesmas regras e características que o provimento de galinhas. O mesmo é

²³ Notório se se levar em conta os valores das médias gerais das pessoas assistidas: 1635, 1650/1663 – 227 pessoas por ano; 1700/1750 – 387 pessoas por ano; 1740/1750 – 123 pessoas por ano. Ou seja, verifica-se nos últimos dez anos analisados uma diminuição para cerca de um terço das pessoas assistidas, por comparação aos restantes anos do século XVIII.

²⁴ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 28, fl. 18. (Lembrança datada de 17 de Julho de 1740).

dizer, periodicidade de distribuição semanal e prescrição médica. Segundo as indicações do escrivão, por cada receita de carneiro, em 1657 pagavam-se dois vinténs, o que, tendo em conta os preços praticados no mercado de Évora por cada arrátel (cerca de 20 réis o arrátel)²⁵, significava um quilo de carne por semana. Valores válidos essencialmente até esse ano já que a partir daí se verificou uma maior oscilação nas quantias despendidas por cada receita, com tendência para o crescimento, que resultou na conjugação dos fatores preço e peso da carne. O valor elevado das carnes em 1658 deveu-se, mais que ao preço, ao aumento do peso de determinadas porções que, ultrapassando os 40 réis habituais²⁶, elevou os valores medianos. Não obstante, as causas do aumento das porções não expressam a consciência da situação crítica dos pobres, antes o facto de serem destinadas a mais que uma pessoa, em alguns casos, a todo o agregado familiar. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Francisco Pinheiro, mulher e dois filhos, assistidos nesta categoria em Setembro de 1658, recebendo uma média de 100 réis de cada vez que foram assistidos²⁷.

Excetuando este tipo de casos, ou os pagamentos conjuntos de duas semanas, as medianas voltaram a refletir apenas o preço do arrátel de carneiro – cerca de 25 réis por cada um –, nos restantes anos observados no século XVII.

²⁵ Veja-se o preço do arrátel em Rui Santos, *Sociogénese do latifundismo... cit.*, p. 145-154.

²⁶ Tratou-se apenas de quatro porções de carneiro pagas a 100 réis cada, o que equivaleu a cerca de 5 arráteis de carne.

²⁷ Cf. ADE, ASCME, *Despesa: quadrelas, criações... cit.*, l.º n.º1126.

Gráfico nº 16 – Carneiro (quantia mediana 1635, 1650/1663)

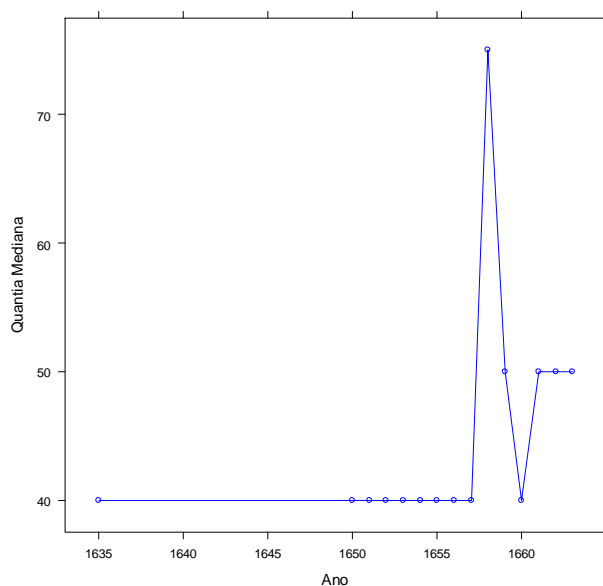
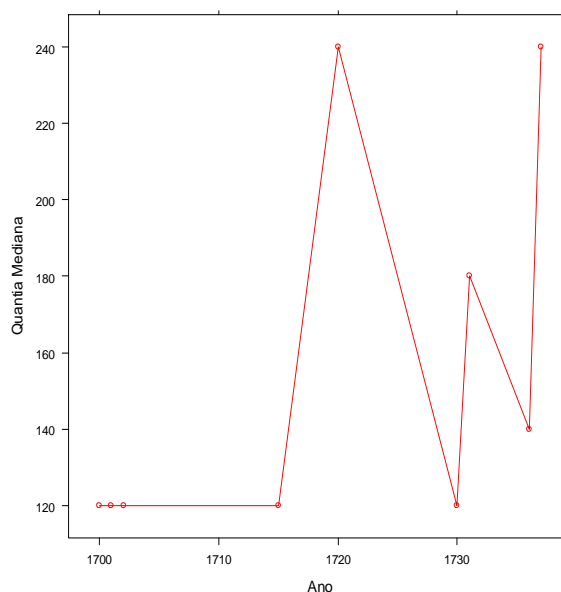


Gráfico nº 17 – Carneiro (quantia mediana 1700/1750)

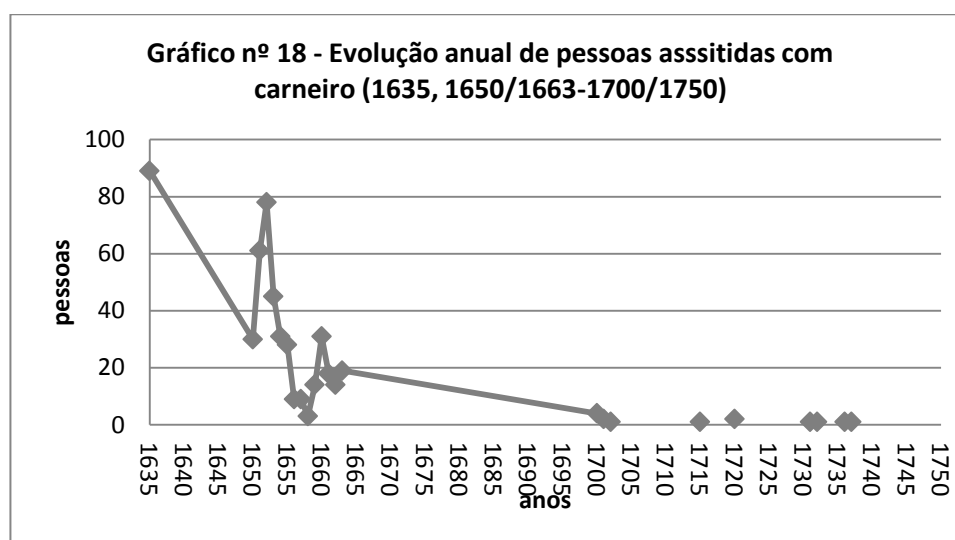


Por outro lado, o século XVIII representou um aumento significativo das medianas por episódio. Mantendo-se estável nos 120 réis até 1715, desestabiliza-se a partir daí até 1736, variando entre essa quantia e os 140 réis. Uma situação que não esteve relacionada com a subida anormal do preço do carneiro mas antes, de novo, com o aumento do peso de cada porção. Segundo a evolução dos preços apresentada por Rui Santos²⁸, o século XVIII abriu com o preço do arrátel a rondar os 20/25 réis, passando para o dobro em 1715, descendo ligeiramente na década de trinta. Ora, mesmo que o preço se mantivesse nos 40 réis o arrátel, as medianas indicaram 80 réis por episódio, correspondentes aos dois arrátéis dados no século XVII. Tal não aconteceu, como podemos verificar no gráfico nº 17, já que aumentou assim para cerca de 6 arrátéis de carne por cada ocorrência.

O facto de, na maior parte das vezes, a análise estatística proporcionar uma visão abstrata dos dados, permite inferir situações que não corresponderam à realidade. Onde, apesar de as evidências demonstrarem o aumento do provimento de carne de carneiro na

²⁸ Cf. Rui Santos, *Sociogênese do latifundismo... cit.*, pp. 145-154.

comparação dos séculos XVII e XVIII, o que na verdade aconteceu foi um enorme desinvestimento neste tipo de assistência por parte da Misericórdia de Évora. Se através das curvas de *pareto*, analisadas anteriormente, ele foi visível, é ainda mais evidente mediante o seguimento dos valores absolutos do número de pessoas assistidas. Ou seja, das 436 pessoas assistidas com carneiro nos anos estudados, 423 viveram no século XVII e apenas 13 no século XVIII. O que equivale a dizer que se a Misericórdia de Évora assistiu, em média, 32 pessoas no primeiro período – com picos verificados em 1635 e 1652 –, nos cinquenta anos do segundo período esse valor não ultrapassou as 1,5 pessoas. O que indica, como se pode verificar no gráfico nº 18, que este tipo de assistência se tornou esporádica, uma vez que não se encontram registos para todos os anos. Pelo menos, ao nível da assistência domiciliária, já que no Hospital do Espírito Santo continuou-se a utilizar o carneiro na alimentação dos doentes²⁹. Ao contrário, não existe na documentação da Misericórdia explicação para a referida redução, sendo contudo provável que a assistência através de carneiro tenha caído em desuso.



²⁹ Veja-se a título de exemplo a lista dietética que a mesa recomendava aos oficiais do hospital em 1715 em ADE, ASCME, *Livro dos Acórdãos da Misericórdia, letra C*, nº 3 – 1664/1738. (Acórdão datado de 13 de Janeiro de 1715, fls. 219v-221).

2.2 – A criação dos filhos dos pobres

Pelo seu número e visibilidade social da sua condição de abandonados, os enjeitados, ou expostos, conforme a terminologia do tempo, têm sido um dos alvos privilegiados dos estudos dedicados à assistência³⁰. Já antes mencionámos alguns dados sobre a assistência institucional a estas crianças. Importa agora referir que não foram as únicas crianças assistidas com regularidade pelas Santas Casas. A Misericórdia de Évora, como tantas outras, num quadro de desamparo, cuidava e acolhia os filhos dos pobres, muitas vezes órfãos, de pai, de mãe, ou de ambos. Aqui, o número de crianças desamparadas assistidas pela Misericórdia foi muito menor que o dos expostos, ainda assim com alguma relevância, contabilizando 1 272 crianças nos 64 anos estudados. Em igual período, a Misericórdia terá recebido e mandado criar cerca de 5 297 expostos³¹.

Mas, mais importante que os números deve destacar-se o facto de estarmos perante realidades diferentes e, portanto, não comparáveis: enquanto os expostos se enquadram num contexto de abandono, provavelmente de pobreza, e, muitas vezes, de ilegitimidade, as crianças

³⁰ Da vasta bibliografia já produzida sobre este assunto, destacamos os seguintes trabalhos: Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, JNICT, 1995; Maria de Fátima Reis, *As crianças expostas em Santarém em Meados do Antigo regime (1691-1701). Elementos sociais e demográficos*, Lisboa, Cosmos, 2001; Maria Antónia Lopes, “Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1869)”. *Revista Portuguesa de História*, 1984, pp. 119-176; Maria da Graça Morais, “Dos expostos da Roda do hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830)”, *Almansor*, 1987, nº5, pp. 45-88. Laurinda Abreu, “The Évora Foundlings between the 16th century and the 19th century: the Portuguese public welfare system under analysis”, *Dynamis. Acta Hispânica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam*, Granada, 2003, vol. 23, pp. 37-60. Teodoro Afonso da Fonte, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1996.

³¹ Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa, ordenados das amas*, livro nº 972 (1638/1639) a 1º nº 1071 (1713/1714).

desamparadas provinham de famílias perfeitamente identificadas, pobres, mas também com vontade de conservarem os seus filhos. Raras foram as rejeitadas pelos progenitores³². E foi no contexto familiar que a maioria destas crianças foi assistida, por um dos progenitores – normalmente a mãe – ou, por vezes, os avós. No caso de total ausência ou disponibilidade por parte dos parentes, a Misericórdia procurava-lhes uma ama³³.

A avaliação, necessariamente subjetiva, que as Mesas da Misericórdia faziam das situações de desamparo ditou as flutuações na ajuda financeira que prestava mensalmente aos respetivos agregados familiares. Contabilizados todos os anos estudados, o valor mediano pago foi de 400 réis mensais por cada criança. No entanto, como se pode ler nos gráficos nº 19 e nº 20, a realidade foi, uma vez mais, um pouco mais complexa.

³² Das 1272 crianças assistidas, apenas 18 foram enjeitadas. Apesar da sua pequena expressão, estes números definem ainda duas situações: a da doença e sobretudo o fraco desenvolvimento físico, que impedia estas crianças de serem postas a servir como criados. Tal como acontecera, por exemplo com Luís, cuja mãe, Joana Luís, moradora no caminho do convento de São Bento de Cástris, fora ajudada mensalmente com 200 réis para a sua criação em Fevereiro de 1658. Não obstante a criança ultrapassar os 7 anos de idade, justificava-se o apoio pela doença da mesma. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças* nº 19, fl. 94. (Lembrança datada de 24 de Fevereiro de 1658).

³³ Uma realidade que não foi de modo nenhum exclusiva da cidade de Évora, estando estudada para Coimbra, por exemplo em Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, p. 404. Idem, “O Socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais do Antigo Regime”, *A Infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI/XIX)* (Maria Marta Lobo de Araújo/Fátima Moura Ferreira orgs.), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 110. António Magalhães, “Crianças pobres e doentes”, *A infância no universo assistencial... cit.*, pp. 111-133.

Gráfico nº 19 – Criações (quantia mediana 1635.1650/1663)

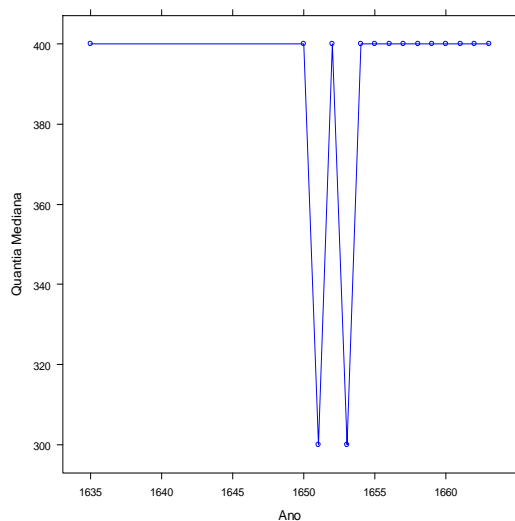
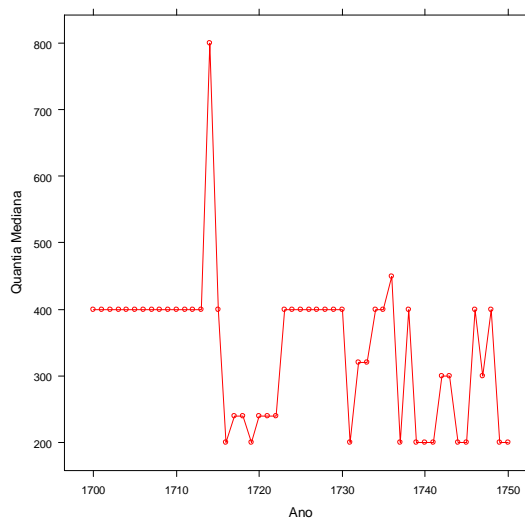


Gráfico nº 20 – Criações (quantia mediana 1700/1750)

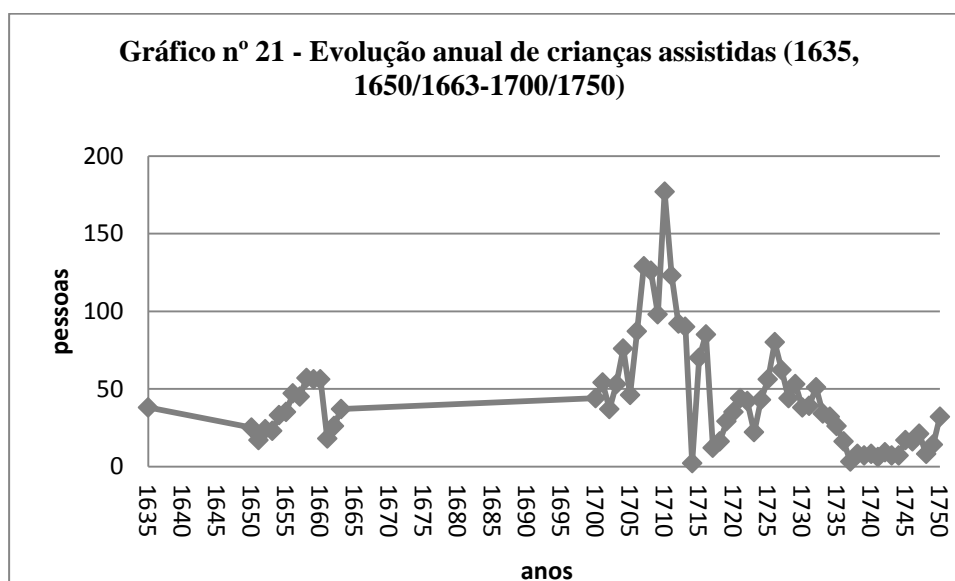


Com efeito, se a quantia mais comum foi 400 réis, quer no século XVII quer no XVIII, correspondendo ao que a Misericórdia designava por “criação inteira”, a confraria apoiava parcialmente outras crianças através das denominadas “meias criações” que, como o próprio nome sugere, supunham o pagamento de metade do dinheiro estipulado para um mês, cerca de 200 réis, portanto.

Ainda assim, e como já referido, a distribuição dos valores nos gráficos em análise revela uma maior diversidade de situações, assente na oscilação dos valores medianos. A verdade é que nos anos observados no século XVII apenas 1651 e 1653 fugiram ao quadro já traçado. Verificando-se uma mediana mais baixa, 300 réis, tal não significou que o tipo de criação privilegiado fosse a meia criação, antes que as Mesas da Misericórdia decidiram nessa direção.

Já o caso do século XVIII é ainda mais complicado. Mesmo utilizando a mediana, medida mais resistente, as flutuações são desconcertantes, sobretudo entre 1715 e 1750, apesar da estabilização entre 1723 e 1730. Na realidade, as informações recolhidas nas atas da Misericórdia indicam que a totalidade dos provimentos de “criação” para a

primeira metade do século XVIII foi de 400 ou de 200 réis, sendo que os picos que se verificam nos anos de 1715 e 1736 significaram pagamentos de dois meses em conjunto, saldo de dívidas anteriores ou o fim da assistência contabilizado ao dia, amiúde coincidente com a morte da criança, ou o término das condições pelas quais tinha sido provida. Prova evidente de que as resoluções nem sempre se cumpriram com o rigor determinado foi a decisão da Mesa da Misericórdia, em Setembro de 1715, de reduzir este tipo de assistência passando a pagar apenas 200 réis mensais. A exceção ficou reservada a crianças desamparadas que eram filhas de irmãos, que continuaram a receber os 400 réis³⁴. Pelo gráfico n.º 20, a medida parece ter surtido efeito nos anos imediatos – essencialmente até 1723 –, voltando depois aos valores medianos anteriores, ou seja, os 400 réis. Aliás, quando consultados os provimentos registados nos livros de atas, é essa conclusão a que se chega, uma vez que são em menor número as criações atribuídas a filhos de irmãos. No entanto, tal como para as categorias até agora analisadas, também os dados estatísticos dizem pouco sobre as crianças assistidas.



³⁴ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1.º n.º 25, fl. 122. (Lembrança datada de 11 de Setembro de 1715).

A leitura do gráfico nº 21 permite entrar um pouco mais nesta realidade informando-nos sobre o seu número, demonstrando que o século XVII foi muito mais estável que o século XVIII. Com uma média global do período de cerca de 36 crianças assistidas por ano, notou-se, entre 1635 e 1650, uma ligeira queda, seguida de uma tendência conjuntural de crescimento até 1660, verificando-se uma ligeira redução no ano seguinte, para logo retomar os valores da década anterior. Já o século XVIII se apresentou muito mais irregular, como mencionado. Com uma média de 46 crianças assistidas – o que em termos abstratos supôs um crescimento face aos valores do período anterior –, Setecentos caracterizou-se por uma evolução muito mais instável na variação anual, pelo menos até meados da segunda década. Atingindo-se máximos em 1710, as flutuações dos sete anos seguintes não permitem estabelecer um padrão, que só se vislumbra de crescimento entre 1717 e 1726, isto apesar da quebra de 1723. E, de facto, a tendência mais visível é a da descida no número de criações a partir da segunda metade da década de vinte do século XVIII, e de forma acentuada desde 1729, quando volta aos valores de meados do século anterior, esboçando uma pequena recuperação nos dois últimos anos da série. Como consequência, a média anual de crianças assistidas desceu neste curto segmento temporal para as 13 crianças.

2.3 – As mesadas

Como já referimos, juntámos o pagamento das mesadas com o das porcionistas do Recolhimento das donzelas nobres de São Manços³⁵. No cômputo geral, as quantias e a frequência da sua atribuição tiveram uma expressão diminuta nas contas da Misericórdia. Em causa estão apenas oito pagamentos, realizados entre Agosto de 1714 e Outubro de 1715, com valores entre os 3 000 e os 6 250 réis. Isto parece indicar que não fazia parte das competências habituais dos “mordomos dos meses” lidar com este tipo de despesa, que estaria a cargo dos tesoureiros da confraria. Por esse motivo as mesadas constituíram a quase totalidade da tipologia *assistência*⁶. Vejamos agora como foram mensalmente distribuídas.

Em termos globais, o que em primeiro lugar se extrai da análise dos gráficos nº 22 e nº 23 é o sentido de crescimento do valor de cada mesada entre o século XVII e XVIII. Mais uma vez, tal como aconteceu para os tipos de assistência atrás analisados, verificou-se um comportamento mais linear no século XVIII, não se registando alterações substantivas nos valores medianos. O que não significa que não tivesse havido alguns picos

³⁵ Diziam respeito ao legado deixado pelo padre Manuel Guterres em testamento datado de 18 de Setembro de 1648. Segundo o qual o referido clérigo deixava estipulado que a Misericórdia ficaria obrigada a prover duas porcionistas no Recolhimento das donzelas nobres de São Manços, cada uma com 25 000 réis. A essa obrigação vinculava quatro foros em três casas e uma adega localizadas em Évora no valor de 30 000 réis; três foros em vinhas nos arredores da mesma cidade, no sítio da Lagardona, que valiam 37 000 réis e 200 000 réis em dinheiro. Para o cumprimento da missa quotidiana por sua alma deixava ainda um quinhão de 84 alqueires de trigo num quinhão de uma herdade em Água de Peixes. Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: tombo IV... cit.*. Veja-se ainda as determinações testamentárias em: Idem, *Testamentos e Doações*, 1º nº 1772, fls. 126v-127. Em relação ao estatuto das donzelas no recolhimento, de acordo os estatutos existiam dois tipos de moças aí recolhidas, as colegiais e as porcionistas. Enquanto as primeiras eram sustentadas a expensas do Recolhimento, as porcionistas deveriam prover o seu sustento. Cf. Marco Liberato, “Trento, a Mulher e Contrato Social: o Colégio de São Manços”, *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Laurinda Abreu (ed.), Lisboa, CIDEHUS/Colibri, 2004, pp. 281-282.

importantes, como o que se verificou da passagem de 1658 para 1659, quando as quantias medianas de cada mesada desceram exatamente para metade. No contexto das Guerras da Restauração, e do aumento da pobreza a elas associado, seria expectável que as mesadas subissem mas as Mesas da Misericórdia, pressionadas pelas suas próprias dificuldades económicas, determinaram precisamente o contrário. A este propósito se referia a administração da Misericórdia em 1659, quando cortava metade das esmolas das quadrelas, determinando que “se pagasse somente hum vintem a cada huma pessoa das prouidas [...], e que na mesma forma nas mesadas excepto aos religiosos de santo antonio e freiras do caluario”³⁶. Não era a primeira vez que tal acontecia. Já em 1645³⁷ se tinham reduzido as esmolas semanais e mensais, o que se repetiria em 1681 e 1687³⁸.

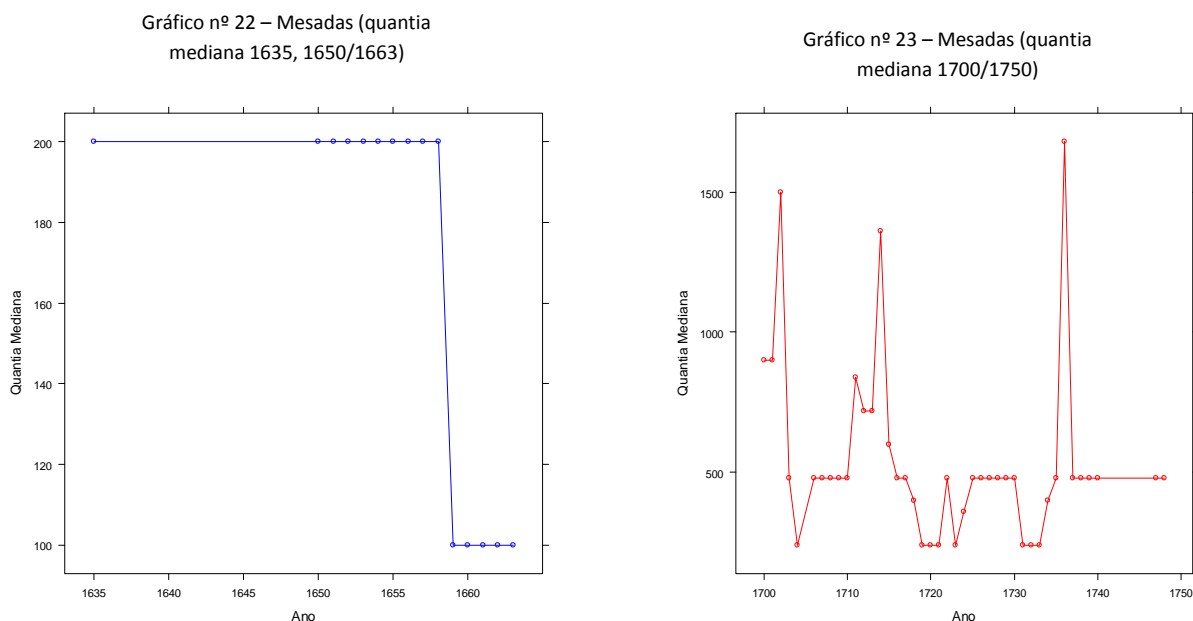
A decisão de 1659 explica a descida abrupta dos valores medianos pagos por cada mesada logo nesse ano, de 200 réis para 100 réis. Contudo, é necessário referir que se trata de valores centrais obtidos do tratamento da série e que entre 1635 e 1663 foram atribuídas mesadas com valores superiores aos representados pelos valores médios. Apesar de tudo, foram pouco representativas em termos do número pessoas beneficiadas, de

³⁶ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n.º 19, fl. 119v. (Lembrança datada de 2 de Fevereiro de 1659). Apesar de não haver registo do provimento de mesadas aos conventos de Santo António da Piedade e do Calvário – de frades capuchos e clarissas respetivamente –, na realidade ambos receberam mensalmente uma esmola em todo o corte cronológico analisado. Se até 1663 os frades de Santo António receberam entre 800 e 1000 réis mensais, esse valor manteve-se até 1722, altura em começaram a receber 1 200 réis. Já as freiras do Calvário recebiam 200 réis por mês entre 1635 e 1663, passando a receber 1 000 réis entre 1700 e 1750. Cf. ADE, ASCME, *Despesas: guias, criação, esmolas, quadrelas*, 1º n.º 1130 a 1º n.º 1139.

³⁷ A decisão de diminuir em metade as esmolas regulares aos pobres, semanais ou mensais era prática recorrente na Misericórdia de Évora, quando as dificuldades financeiras avultavam. Em Julho de 1645 tinha-se determinado fazer cortes nesse sentido. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n.º 17, fl. 9. (Lembrança datada de 30 de Julho de 1645).

³⁸ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n.º 21, fl. 193 v. (Lembrança datada de 1 de Outubro de 1681. E, *idem*, *ibidem*, 1º n.º 22, fl. 89. (Lembrança datada de 14 de Dezembro de 1687).

frequência com que foram concedidas e das quantias alocadas, nunca ultrapassando os 300/400 réis³⁹.



Por seu lado, graficamente os cinquenta anos estudados do século XVIII registaram, como mencionámos, um crescimento dos valores das mesadas, como de resto está bem patente no gráfico nº 23. O mesmo é dizer que, do século XVII para o XVIII, as mesadas passaram dos 100 réis, em meados do século XVII, para os 960 réis nos dois primeiros anos do século XVIII, atingindo picos verdadeiramente assinaláveis em 1703 (1 500 réis), 1714 (1 440 réis) e em 1736 (1 920 réis). Pese embora estes anos atípicos, a mediana e a moda geral deste período localizou-se nos 480 réis. Diga-se, contudo, que estas vertiginosas oscilações inter-anuais das medianas apenas ocorreram porque a Misericórdia decidiu pagar de uma só vez as mesadas em dívida, como ordenava a Mesa em Outubro de 1730⁴⁰. Decisão que só foi cumprida a partir de 1734, o que se refletiu no pico de 1736, como se pode ver na distribuição do gráfico nº 23.

³⁹ A título de exemplo refira-se que as mesadas de 300 réis supuseram 95 episódios e as de 400 réis 70 episódios num universo de 1863.

⁴⁰ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, l.º nº 27, fl. 76v. (Lembrança datada de 22 de Outubro de 1730).

Se nos abstrairmos desses picos verificamos que, para além dos 480 réis, a segunda mensalidade mais frequente foi a de 240 réis, registada sobretudo na década de 1720 e de 1730, não significando com isso que não tivessem sido providas mesadas com valores superiores e inferiores, recorde-se que estamos a lidar com medidas centrais⁴¹. Se para os primeiros anos da década de vinte do século XVIII não foram encontradas referências que permitam perceber a persistência das mesadas de 240 réis, já para os anos da década de trinta – em que foram dominantes –, a explicação encontra-se na decisão da Misericórdia em as *abater*, conforme o termo usado⁴². O que ocorreria durante 3 anos, uma vez que a partir de 1737 voltaram a estabilizar nos 480 réis⁴³. Subitamente, em 1740, alegando os “empenhos da casa”, a Misericórdia decidiu acabar com as mesadas. Ao contrário do que aconteceu com a distribuição das galinhas, esta resolução foi efetivamente cumprida até 1747. Nesse ano, e no seguinte, voltaram a encontrar-se registos de mesadas, novamente de 480 réis. O que terá provocado a mudança de atitude por parte da Misericórdia?

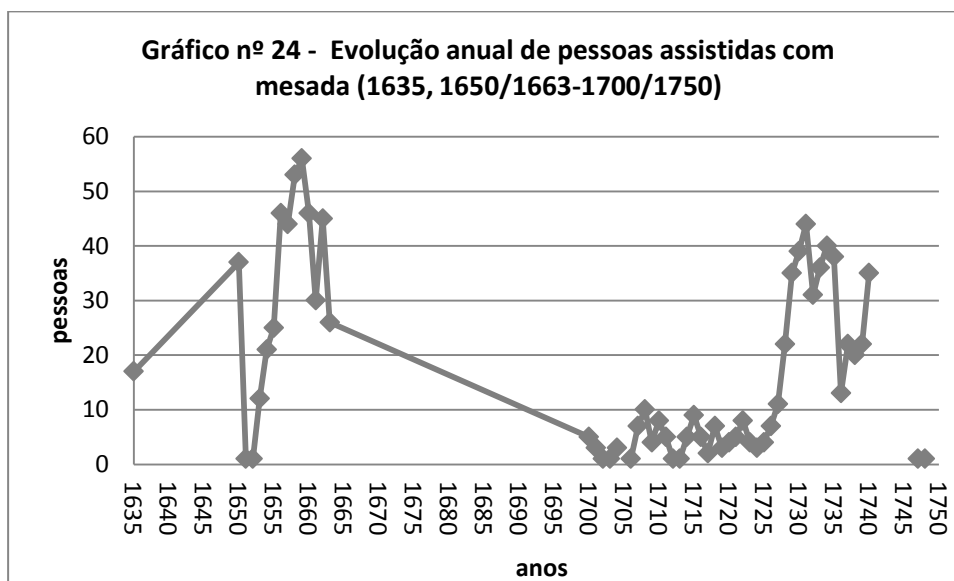
O acompanhamento das medianas das mensalidades por si só não é suficiente para aferir da representatividade das mesmas. É preciso ler os valores absolutos das pessoas assistidas para que se consiga entender um pouco melhor o que se terá passado. É esta análise que revela, por exemplo, que os 480 réis medianos mensais em 1747 e 1748 foram pagos a uma

⁴¹ Dos 2587 episódios verificados entre 1700 e 1750, 962 foram de 480 réis; 856 de 240 réis; 236 de 960 réis, 103 de 400; 96 de 800; 93 de 360; 82 de 720, e 27 de 120. Os restantes episódios correspondem a pagamentos por junto de meses atrasados.

⁴² Decisão tomada no mesmo dia em que se determinou continuar com as mesadas já atribuídas. Cf. ADE, ASCME, Lembranças, 1º nº 27, fl. 76v. (Lembrança datada de 22 de Outubro de 1730).

⁴³ Uma quantia semelhante receberiam os pobres de Coimbra assistidos mensalmente pela Misericórdia em finais do século XVIII. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, Pobreza, Assistência e controlo social... cit.*, vol. II, p. 55.

única pessoa, em ambos os anos: João Martins, serviçal aposentado da Misericórdia⁴⁴.



A análise dos valores absolutos desta categoria também permite delimitar um comportamento inter-secular a três ritmos. O primeiro, no século XVII, caracterizou-se, apesar dos anos atípicos de 1651 e 1652, por um elevado número de pessoas assistidas, tendo atingido os máximos de toda a série (56 pessoas) em 1659, regrediu um pouco após esse ano, mantendo-se sempre acima das vinte pessoas assistidas⁴⁵. Com alguma surpresa, tendo em conta a conjuntura de crise económica e a tendência inflacionária dos preços, o século XVIII abriu em quebra no número de pessoas assistidas⁴⁶, uma tendência que se manteve sensivelmente até

⁴⁴ E por isso mesmo a mesada parece ter servido como aposentadoria do referido servidor.

⁴⁵ Apesar de, em média, terem sido assistidas 31 pessoas nos anos estudados no século XVII.

⁴⁶ A mesma quebra se verificou na Misericórdia de Vila Viçosa nesse mesmo período. Isto apesar de os números de assistidos terem sido sempre inferiores (com máximos de pouco mais de 25 pessoas por ano entre 1660 e 1670. Cf. *Maria Marta Lobo de Araújo, Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, p. 232. Já a Misericórdia de Coimbra chegou a assistir cerca de 200 pessoas mensalmente, ainda que nos princípios do século XIX. Em meados do século XVIII esse número seria metade, reduzido a praticamente nada em

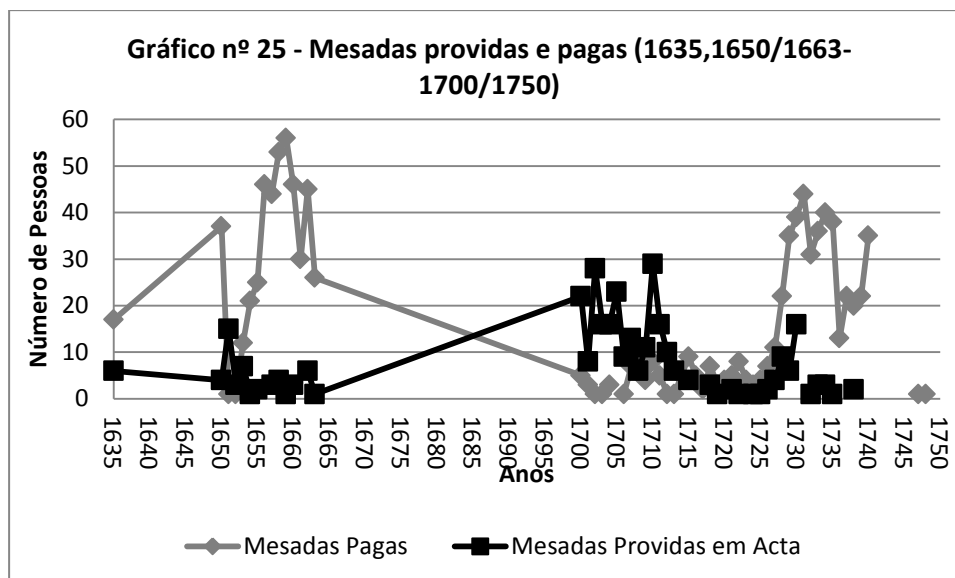
meados da década de vinte. A partir de 1726, de forma algo repentina, quadruplicou o número de pessoas assistidas em relação aos anos imediatamente anteriores, com um pico verificado em 1731 (44 pessoas). Apesar de tudo, foi consideravelmente inferior aos picos da centúria de Seiscentos⁴⁷ e, como referimos, interrompido em 1740, não voltando a ser retomado⁴⁸.

Todavia, a interpretação do universo da assistência financeira mensal só fica completa quando comparadas as mesadas atribuídas e realmente pagas pela Misericórdia de Évora no período em análise. Numa primeira leitura da evolução de umas e de outras – presente no gráfico nº 24 –, observa-se a existência de um intervalo, por vezes muito significativo, entre o número de pessoas providas pela Misericórdia e o das que efetivamente receberam as mesadas.

alguns anos da década de 60. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. II, p. 102.

⁴⁷ Não obstante estes dados, convém referir que a média geral de pessoas assistidas entre 1700 e 1740 – data em que, recorde-se, a Misericórdia determinou acabar com as mesadas –, foi de 13,1. Certamente influenciada pelos números verificados entre 1700 e 1726 – 4,4 pessoas –, já nos últimos anos – 1727/1740, a média foi de 29 pessoas.

⁴⁸ Como verificámos pela análise exploratória dos livros dos pagamentos dos mordomos até finais do século XVIII. Cf. ADE, ASCME, *Despesas: criação, ordenados, despesas diárias*, Iº nº 1140 (1751-1770) e Iº nº 1141 (1770-1800).



Numa análise mais refinada aos dados disponíveis percebem-se duas situações não cronologicamente coincidentes. Num primeiro momento, verificado essencialmente nos anos do século XVII, as mesadas realmente pagas superaram largamente o número das que foram decididas no mesmo período. Numa segunda fase, centrada em 1700 e 1712, a situação foi precisamente oposta⁴⁹. A partir daí e até 1730, o equilíbrio foi dominante, ganhando de novo expressividade as mesadas que foram pagas. Os constrangimentos financeiros da Misericórdia justificaram tamanha irregularidade. Como vimos, desde a década de oitenta do século anterior que eram convocadas razões económicas para restringir quer a assistência providenciada em dinheiro nas quadrelas, quer as esmolas mensais, num processo que continuaria nos princípios do século, mais precisamente em 1701 e 1703. Naquele tempo a confraria preferia satisfazer os encargos com as missas atrasadas⁵⁰, talvez porque já estava em curso o processo que lhe daria acesso aos legados pios não cumpridos do Arcebispado, o que

⁴⁹ Não obstante, destacamos os anos de 1700, 1702, 1705 e 1710, onde o hiato entre as duas situações foi ainda mais visível.

⁵⁰ Cf. ADE, ASCME, *lembranças*, lº nº 24, fl. 2. (Lembrança datada de 10 de Julho de 1701). *Idem*, *ibidem*, fl. 83v. (Lembrança datada de 17 de Julho de 1703).

veio a ocorrer em 1712, como referido. Explicações que só estudos mais aprofundados poderão dar.

O que convém sublinhar é o sentido da pobreza assumido por parte das elites administradoras da assistência, reagindo, por certo, ao aumento do número das petições dos pobres para esmolas mensais. Face às dificuldades financeiras da Misericórdia, em Junho de 1728, a Mesa, devido às “muitas petições dos pobres e se lhe não poder deferir a todos”, decidiu que cada um dos irmãos mesários deveria dar uma moeda de ouro de 4 800 réis⁵¹, de forma a poderem acudir a situações mais prementes. Neste contexto seria um equívoco considerar a evolução do número das pessoas assistidas com mesadas em contraciclo com outras realidades europeias, onde se terá verificado, a partir de 1650, a explosão da assistência regular, tanto semanal como mensal⁵². Ora, como se pode observar no gráfico nº 25, o número de pessoas assistidas em Évora com mesadas, com um tipo de assistência similar às pensões inglesas, praticamente triplicou entre os anos trinta e os anos sessenta do século XVII, retrocedendo nas primeiras décadas. A não existência de uma linha de progressão ascendente deve-se, como demonstrado, a diferentes opções administrativas por outro tipo de assistência.

⁵¹ Uma decisão meramente paliativa, uma vez que, como já foi dito anteriormente, em Outubro de 1730, a Misericórdia ordenava que se pagassem as mesadas atrasadas.

⁵² Referimo-nos muito concretamente à realidade inglesa, cujo investimento no estudo da assistência domiciliária, nunca é demais referir, tem dado exemplos seguros que nos permitem análises comparativas. Naturalmente a usar com alguma parcimónia, dado que, pese embora a elegibilidade dos grupos estivesse na prática muito próxima da realidade portuguesa em geral, e da eborense em particular, o controlo exercido sobre os assistidos e sobre os atos de assistência parece ter sido muito maior. Em grande medida condicionados pela própria estrutura de financiamento do sistema assistencial, fundada, como é do conhecimento geral, no pagamento de impostos diretos. Sobre este assunto veja-se, entre outros, Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, p. 234. E, Tim Wales, “Poverty, poor relief and the life-cycle... cit.”, p. 354.

É igualmente um risco a comparação microscópica dos números dos assistidos. Mesmo na Grã-Bretanha, as diferenças, na oposição campo/cidade, na escala da população e comportamento das elites gestoras da assistência, ditaram resultados variados quanto ao número dos chamados *pensionistas*. Steven King⁵³, por exemplo, afirma que em muitas localidades do sul de Inglaterra em meados do século XVIII, as pensões não contemplaram mais que 8/12 pessoas em média por ano, enquanto Steve Hindle refere 54 pessoas assistidas em Odiham, condado de Hampshire, nos finais do século XVII⁵⁴. Com as devidas reservas se deve, pois, encarar este tipo de comparações, até porque as pensões inglesas, ao que tudo indica, constituíam pagamentos semanais⁵⁵, embora a designação fizesse supor outra periodicidade⁵⁶.

⁵³ Cf. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, p. 274.

⁵⁴ Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, p. 152.

⁵⁵ Cremos que a designação de “mesadas” deriva do facto de serem entregues pelos mordomos que serviam mensalmente.

⁵⁶ Como ficou claro este foi um tipo de assistência que não se circunscreveu apenas à Misericórdia e à cidade de Évora, antes, era uma prática comum nas Misericórdias portuguesas, à escala da dimensão e especificidades de cada uma e do núcleo populacional das diferentes comunidades.

3– Assistência sem frequência definida

3.1 – Esmolas avulsas

Gráfico nº 26 – Esmola avulsas [assistência4]
(quantia mediana 1635, 1650/1663)

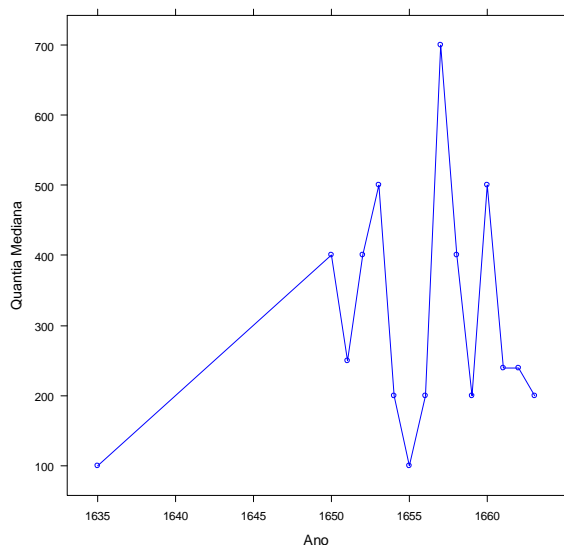
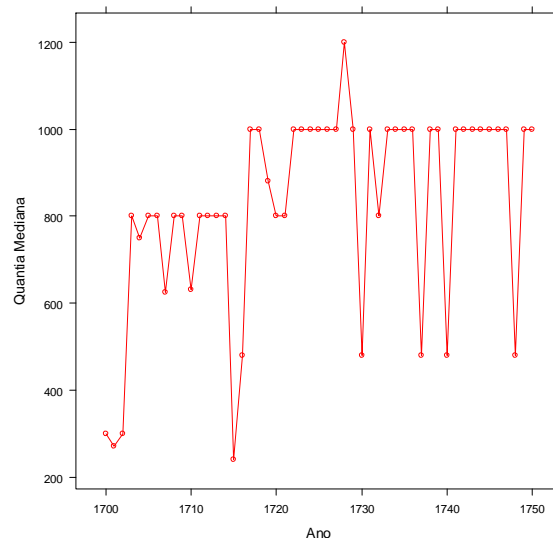


Gráfico nº 27 – Esmola avulsas [assistência4]
(quantia mediana 1700/1750)



Apesar de muito longe das polémicas vividas em Inglaterra em Setecentos, desencadeadas pela determinação das autoridades em combater a assistência casual, a realidade assistencial eborense apresentou, nos séculos XVII e XVIII, muitas similitudes com a realidade inglesa. A principal foi, como se extrai da análise conjunta dos gráficos nº 26 e nº 27, o crescimento dos gastos medianos com as esmolas pontuais⁵⁷. Mesmo utilizando a mediana nas representações gráficas é notória a instabilidade da evolução, o que revela uma grande diversidade nas quantias das esmolas atribuídas. Analisando apenas os valores mínimos e máximos anuais das medianas de ambos os períodos consegue-se perceber que a maior parte dos

⁵⁷ Recorde-se que as esmolas avulsas corresponderam à *assistência4* na tipificação que realizámos das despesas dos mordomos dos meses da Misericórdia. Também a Inglaterra do século XVIII veria aumentar as despesas com as esmolas casuais, em muitos casos com um crescimento de 26 a 55%. Cf. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, p. 262.

mínimos do século XVIII constituiu praticamente os valores máximos dos anos do século XVII⁵⁸.

Tendo presente estes valores, e ainda numa perspetiva geral, também se pode concluir que o comportamento das esmolas pontuais foi muito mais variável no século XVII que o no século XVIII, não permitindo o estabelecimento de uma tendência. Grosso modo, podemos admitir que neste último corte temporal se verificaram dois patamares nas quantias medianas, com algumas oscilações de sentido descendente. O primeiro, fixado nos 800 réis, foi mais comum entre 1704 e 1714, enquanto o segundo, caracterizado por valores medianos de 1 000 réis, se verificou na maioria dos anos entre 1716 e 1750. Todavia, é necessário, mais uma vez, ter em conta que estamos perante medidas centrais havendo por isso que registar valores superiores e inferiores. Se para o período de 1635,1650-1663, a Misericórdia concedeu esmolas que se situaram entre os 20 e os 600 réis, para o período de 1700/1750 o patamar superior ascendeu aos 1400 réis, a quantia que foi dada às freiras doentes do Convento do Calvário de Évora em 1728⁵⁹, ano a que corresponderam os valores máximos em termos medianos.

A questão fundamental suscitada por estas quantias é a da sua distribuição nos momentos de crise económica. Atendendo aos estudos realizados para outras localidades, seria de esperar que, face à degradação conjuntural do ambiente económico, se verificasse o aumento dos quantitativos de cada episódio de esmola⁶⁰.

⁵⁸ A título de exemplo, vejam-se os valores de 1650, 1653, 1657 e 1660, com valores entre os 400 e os 700 réis. Por comparação com alguns anos com valores mínimos no século seguinte: 1730, 1730, 1740 e 1748 onde a mediana verificada se situou nos 500 réis por episódio.

⁵⁹ Cf. ADE, ASCME, *Despesa: quadrelas, criações... cit.*, l.º n.º 1136.

⁶⁰ Não fossem as já referidas dificuldades financeiras da Misericórdia.

Gráfico nº 28 – Esmola avulsas [assistência4]
(quantia média 1635, 1650/1663)

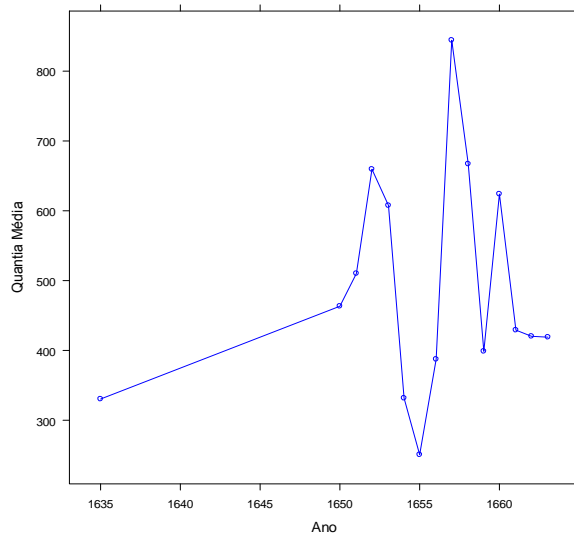
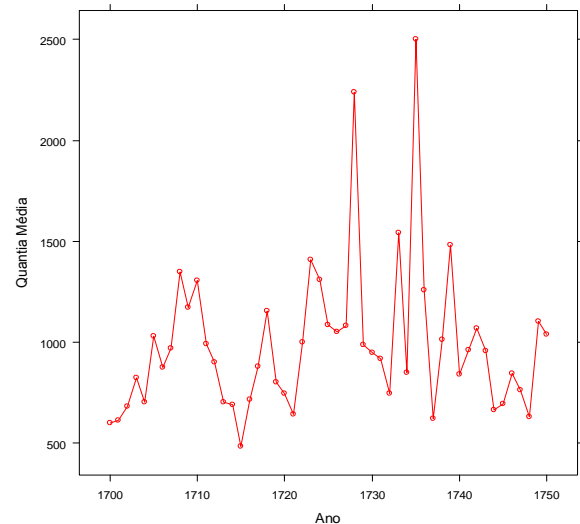


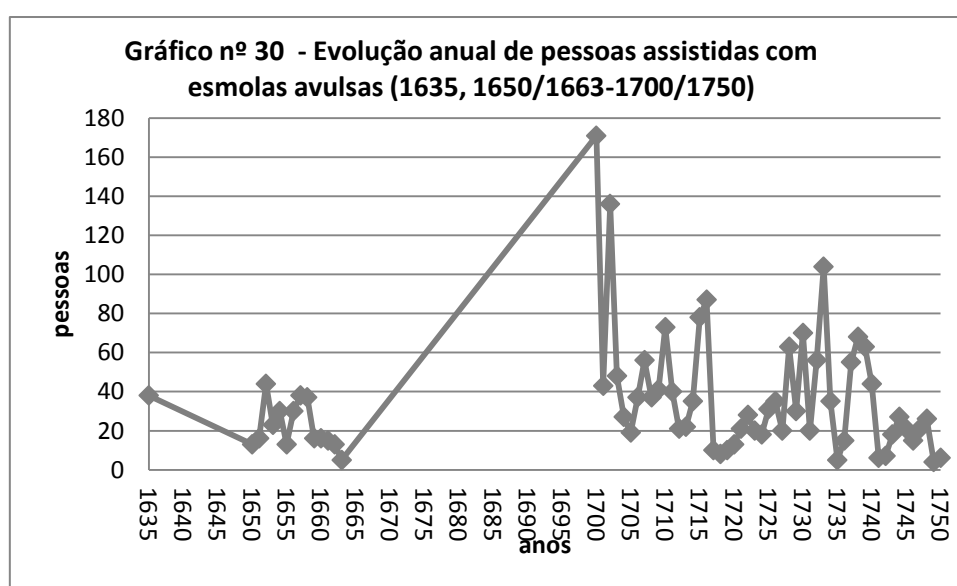
Gráfico nº 29 – Esmola avulsas [assistência4]
(quantia média 1700/1750)



Como a utilização da progressão das quantias medianas no tempo não nos permite perceber as hipotéticas oscilações dessas conjunturas, o recurso à evolução das quantias médias, pela sensibilidade aos valores extremos, possibilita-nos analisá-las com mais clareza. Também porque, ao contrário de outros tipos de assistência, como as mesadas, ou as criações, os custos por episódio com as esmolas avulsas não estavam tabelados.

De facto, utilizando as médias, a imagem altera-se um pouco, nomeadamente porque os valores sobem ligeiramente, como seria de esperar. Se no caso do primeiro período a curva das médias é praticamente igual à das medianas, não possibilitando, pela oscilação, o estabelecimento de um padrão, para os cinquenta anos estudados no século XVIII (gráfico nº 29), verifica-se que as curvas das médias por cada esmola acompanharam, de maneira global, o movimento dos preços cerealíferos e das crises económicas conjunturais. Ou seja, o preço médio de cada esmola foi aumentando gradualmente até atingir o pico por volta de 1710/1712. Estabilizando um pouco os preços nos anos seguintes, recrudesceram na década de vinte e trinta, onde encontramos também máximos médios nas esmolas.

Pese embora as coincidências entre a evolução dos preços, a situação económica e o aumento médio das esmolas, este último elemento também tem que ser lido em conjunto com o número de pessoas assistidas. No caso das esmolas pontuais, em termos globais, a Misericórdia de Évora parece ter valorizado mais a possibilidade de chegar a um maior número de pobres do que aumentar o valor da esmola reduzindo o número dos beneficiários. Daí que ao aumento do número de pessoas assistidas tenha correspondido, quase sempre, uma diminuição da média da esmola. Pelo contrário, quando diminuía o número de pessoas assistidas com esmolas, aumentava o seu valor nominativo, de resto, uma situação particularmente evidente nos primeiros anos do século XVII. Mas note-se também a exceção do ano de 1735, onde a média nas quantias atingiu o máximo de toda a série, tendo sido distribuída apenas por cinco pessoas.



Serve isto para reiterar que os valores centrais de uma qualquer distribuição devem ser devidamente contextualizados nos valores absolutos. E também para constatar, através da análise mais detalhada do gráfico anterior, que se as médias gerais de pessoas assistidas com esmolas pontuais nos sugerem um crescimento de 23 para 39 pessoas do século

XVII para o XVIII, esse aumento foi bem oscilante, sem definir uma tendência clara. Isto excetuando, contudo, a queda sentida após 1739, em consonância, aliás, com o padrão geral da assistência domiciliária, como até aí verificado.

3.2– Assistência na morte

Todos os compromissos das Misericórdias demonstram a centralidade da morte no quotidiano destas confrarias. No da Misericórdia de Évora, de 1561⁶¹, “o modo como se hão de fazer os enterramentos e acompanhar os irmãos que morrerem”⁶² era regulamentado no capítulo 30, que se iniciava com a indicação que de que “o enterramento dos mortos he huma das principaes obras de misericordia que pertencem a esta caza”⁶³. Mas a assistência na morte que captámos nos livros dos mordomos da Misericórdia estendia-se muito para além da definição dos enterros dos irmãos⁶⁴. O que nos interessa convocar para esta análise é o grupo dos

⁶¹ Utilizado aqui por ser o mais próximo ao nosso tempo.

⁶² ADE, ASCME, *Compromisso da Misericórdia de Évora... cit.*, fl. 31.

⁶³ Idem, *ibidem*, fl. 31.

⁶⁴ Não sendo nosso objetivo definir os rituais fúnebres na Misericórdia de Évora, que, aliás se processavam de maneira muito idêntica em todas as Misericórdias, é importante realçar alguns aspetos. Em Évora, como no resto do reino, um dos grandes problemas que se punha às administrações relacionavam-se com os enterros, que, sendo públicos, faziam transparecer as relações na confraria. Na verdade, os enterros não foram uma fonte de atrito exclusiva da Misericórdia de Évora, tornando-se uma situação crónica na maioria das Misericórdias do país. A título de exemplo veja-se o caso de Setúbal em Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ... cit.*, pp. 151-157; o de Montemor-o-Velho em Mário José da Costa Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho... cit.*, pp. 134-136; o de Vila Viçosa e Ponte de Lima em Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, 310-312 e 551-553. A falta de irmãos no acompanhamento dos enterros era de tal modo notória que, em Março de 1599, a Mesa decidiu-se pela eleição de seis confrades que acompanhassem os cortejos fúnebres pagando-lhes 1.000 réis por mês. Ou seja, remunerando um ato que deveria ser a expressão da caridade dos confrades. Ao que tudo indica, esta não foi uma medida que tivesse resultado numa maior assiduidade por parte dos irmãos. O mais interessante, porém, é que recorrentemente ao longo dos séculos

pobres que recebeu ajuda da Misericórdia para as cerimónias fúnebres e celebrações religiosas associadas. Recordemos que na tipificação das diferentes vertentes assistenciais da Misericórdia de Évora tínhamos considerado na *assistência*² este tipo de apoios, nomeadamente as despesas com mortalhas, enterros e sufrágios por alma. Não sendo regra absoluta, a norma dos procedimentos da Misericórdia quanto à *assistência*² incluía o provimento conjunto de mortalha e missa por alma do pobre defunto. A maioria das esmolas reporta-se a missas e mortalhas, com 701 e 658 episódios, para 44 enterros, dos 1 403 episódios que constituíram esta categoria.

XVII e XVIII, para além de continuarem a faltar aos enterros da Misericórdia, alguns dos seus membros participavam nos serviços fúnebres organizados por outras confrarias. Na verdade, foi esta atuação que levou a Mesa e definidores, em Março de 1599, a decidirem-se pelo pagamento aos irmãos que acompanhassem os enterros. Uma situação que se voltaria a repetir nos mesmos moldes, pelo menos, em Julho de 1616. Neste caso, determinados irmãos – não são referidos os nomes – foram admoestados por acompanharem os enterros organizados pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 10 – 1612/1617, fl. 75v. Prova evidente que este problema persistia, em Setembro de 1632, a Misericórdia definiu que se registassem as faltas dos irmãos aos enterros, para que fossem repreendidos. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 15 – 1630/1635, fls. 36-36v). Não se resolvendo, o problema só se adensaria, a julgar pelas medidas adotadas no compromisso de 1651. Neste documento, a Misericórdia de Évora, remetendo para as boas práticas observadas na de Coimbra, previa a admissão de noviços para poderem substituir os irmãos de pleno direito nos enterros ordinários, que, podendo ser da primeira e da segunda condição, teriam precedência sobre todos os que pedissem entrada na Instituição. Cf. ADE, ASCME, *Compromisso da Misericórdia de Évora... cit.*, fl. 31v-32.

Gráfico nº 31 – Missas, mortalhas e enterros
[assistência2] (quantias medianas 1635,
1650/1663)

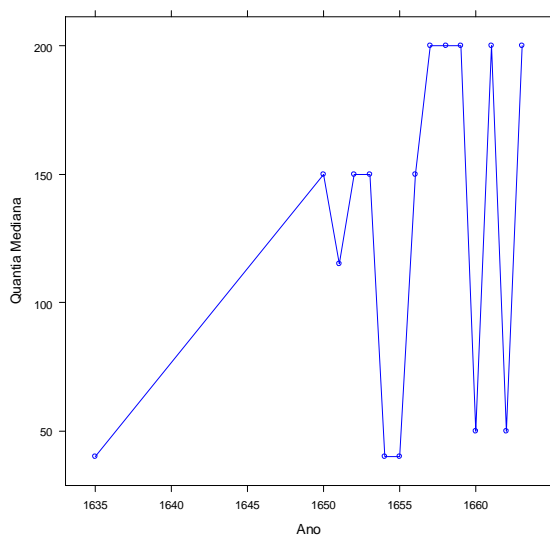
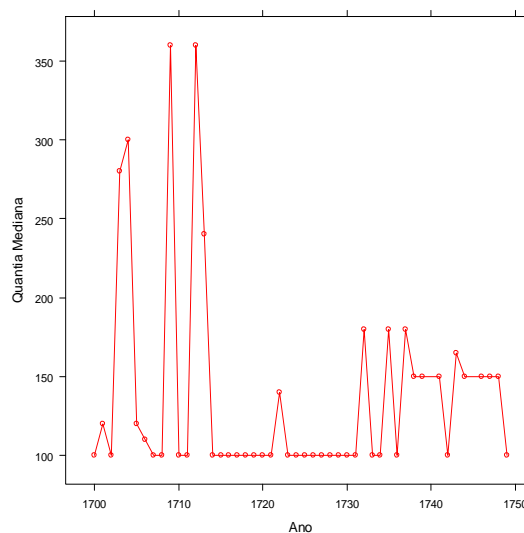
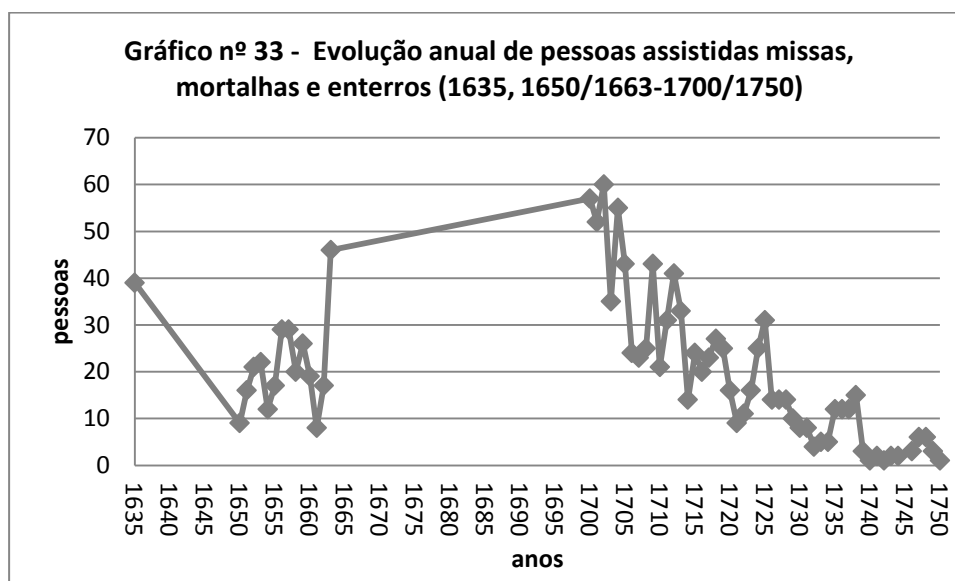


Gráfico nº 32 – Missas, mortalhas e enterros
[assistência2] (quantias medianas 1700/1750)



O custo de cada uma destas vertentes foi variável mas parece ter sido tabelado, sofrendo as alterações naturais decorrentes da inflação dos preços. Entre 1635 e 1657 a Misericórdia de Évora pagou 40 réis, valor que aumentou em mais 10 réis entre 1658 e 1663, e que duplicou entre 1700 e 1750. Nos registos do século XVIII e até 1728 aparece a distinção entre defuntos maiores e menores de idade, custando a mortalha dos adultos 360 réis e a das crianças 180 réis.

Por isso, a leitura dos gráficos nº 31 e nº 32 deve ser feita à luz do peso desigual destes dois valores, uma vez que, apesar de variarem entre os 300 e os 4 680 réis, a importância dos enterros, por serem mais raros, diluiu-se nas tendências centrais (média e mediana). Assim sendo, pode verificar-se que as missas tiveram uma influência importante na determinação das medidas centrais, essencialmente devido à quantidade de episódios que envolveram. Independentemente destas oscilações dos valores medianos, por corresponderem a valores tabelados, estiveram as flutuações do número de pessoas assistidas.



O aumento do número dos mortos enterrados pela Misericórdia que se nota no século XVIII por comparação com o século anterior foi efémero e circunscrito aos primeiros cinco anos do século: para o período de 1635, 1650/1663 foram assistidas 22 pessoas em média, quantitativo que baixou para 18 no período de 1700/1750. Com crescimento assinalado em 1709, 1712 e 1725, depois deste ano a tendência foi de diminuição das pessoas assistidas com mortalhas, missas e enterros. A média encontrada para os últimos dez anos não superou as três pessoas. Podendo este declínio resultar do sub-registo, ele acompanha, contudo, idêntico movimento ocorrido em outras Misericórdias, como a de Coimbra e a da Bahia, ainda que para a segunda metade do século XVIII⁶⁵. Já em Vila Viçosa e Montemor-o-Velho o declínio do número de defuntos pobres enterrados

⁶⁵ A registar ainda que, nestas Misericórdias, a tendência de queda neste tipo de assistência foi notada nos funerais dos pobres, ignorando nós se o mesmo se verificou para as missas por alma e mortalhas. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo Social...*, cit., vol. II p. 125. Mário José Costa da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho...* cit., pp. 96-104. Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre...* cit., p. 247.

pelas Misericórdias também se verificou logo na viragem do século XVII para o XVIII⁶⁶.

3.3 – Curas de “tinha” e de “alporcas”

Na *assistência médica*⁴ foram inseridas em conjunto as curas de alporcas e de tinha por se tratar de doenças semelhantes e mereceram o mesmo procedimento por parte da Misericórdia. Em ambos os casos os doentes eram crianças e jovens⁶⁷. Das duas, a “tinha” teve maior representatividade em termos do número das pessoas curadas, ocorrências e quantias envolvidas. Numa relação de 356 episódios apurados neste tipo de assistência, apenas 56 foram relativos a “cura de alporcas”, correspondendo a 22 pessoas, de um total de 272.

Não dispomos de muitas informações nem em relação aos tinhosos, nem aos doentes de alporcas. A sua “cura”, como é referida nas fontes, correspondia ao período em que uma ama contratada pela Misericórdia – as amas dos tinhosos, como eram conhecidas –, tratava os doentes, sem que se saiba que aptidões profissionais possuía, tanto mais que cuidava

⁶⁶ Por exemplo, de 1650 a 1699 a Misericórdia tinha enterrado 726 pobres, sendo que entre 1700 e 1749 esse número baixou para 534, e na segunda metade ainda desceria para 402. Um movimento que, por certo, não seria alheio à diminuição dos enterros em geral realizados pela referida instituição. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, p. 301. A mesma situação parece ter ocorrido na Misericórdia de Montemor-o-Velho, onde os funerais decresceram logo na passagem do século XVII para o XVIII. Cf. Mário José Costa da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho... cit.*, pp. 96-104.

⁶⁷ Francisco da Fonseca Henriques, médico de D. João V, dava as seguintes definições de tinha e alporcas na sua *Medicina Lusitana*: “É a tinha huma sarna da cabeça, com chagas escamosas quasi secas, das quais emana pouca umidade, humas vezes verde, outras amarella, outras cineriscia, sempre fétida e corrosiva; I porque corroe a pelle da cabeça, assim como a traça corta os vestidos [...]. São as alporcas huns tuores cirrosos das glândulas jugulares e salivays que estão no pescosso, abayxo dos queyxos, vizinhas da aspera arteria. Chamam-se alporcas por ser achaque que os porcos muytas vezes padecem [...]”. Francisco da Fonseca Henriquez, *Medicina Lusitana e Socorro Delphico a os clamores da Natureza humana para total profligação de seus males*, Amsterdam, em casa de Miguel Diaz, 1710, p. 171, 403.

indiferenciadamente de doentes com “tinha” ou alporcas⁶⁸. O tratamento durava, em média, um mês, dois, no máximo. Ao contrário do que aconteceu em Coimbra⁶⁹, por exemplo, o pagamento era repartido por duas vezes, no início do tratamento e quando o cirurgião atestasse o restabelecimento do tinoso. No caso das alporcas, o pagamento era feito semanalmente, necessitando também da certificação do cirurgião ditando o fim do processo de cura.

⁶⁸ Note-se bem que, relativamente às informações sobre as mulheres que tratavam estas patologias, apenas temos dados seguros para os anos recolhidos no século XVII, porque são referidos os seus nomes, o que não acontece para ao caso do século XVIII. Sendo assim, entre 1635 e 1663 pudemos conhecer como amas dos tinosos Isabel da Rocha, Maria Cordeira, Constança Lopes e Brites Xara, como foram denominadas nas fontes. Curando esta última simultaneamente os doentes de tinha e de alporcas, que, aliás eram também curados por Manuel Ramalho. Parece ficar claro, pois, que a cura dos tinosos e dos doentes de alporcas não passava nem pelos hospitais nem por profissionais da saúde, leia-se médicos e cirurgiões, apesar do seu papel na certificação da cura, como se verifica ter sido prática na Misericórdia de Évora, ao requisitarem-se os serviços de um cirurgião da Casa no fim do processo de cura. Cf. ADE, ASCME, *Creações dos filhos dos pobres*, 1^os n^os 911 a 914. Não obstante a intervenção de um profissional, a qualificação das mulheres que curaram de tinha e alporcas não parece ter ido mais além que o costume, aliás como se depreende da leitura dos escritos de Francisco da Fonseca Henriques “A gente do vulgo cura ordinariamente este achaque pondo na cabeça do tinoso hums emprastos, que pegão com pèz, e puxando por elles com violência, arrancão o cabelo, e extrahem todo o fermento ulceroso que há naquellas pustulas; mas porque esta cura hé muyto violenta, não aconselhamos que se faça nestes meninos [...]”. Francisco da Fonseca Henriquez, *Medicina Lusitana... cit.*, p. 172. A Misericórdia de Ponte de Lima pagava a um casal que curava os doentes de tinha. Já em Coimbra a mesma tarefa era adscrita a um denominado “mestre da tinha”. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, p. 650. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social...cit.*, vol. II, p. 50.

⁶⁹ Onde, em média, se pagava 11 meses de cura. Cf. Maria Antónia Lopes, *Idem, ibidem*, p. 50.

Gráfico nº 34 Cura de tinha e alporcas
[assistência médica4] (quantia mediana 1635,
1650/1663)

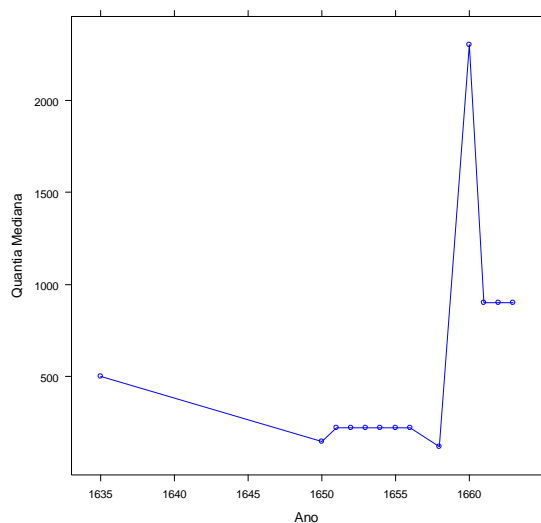
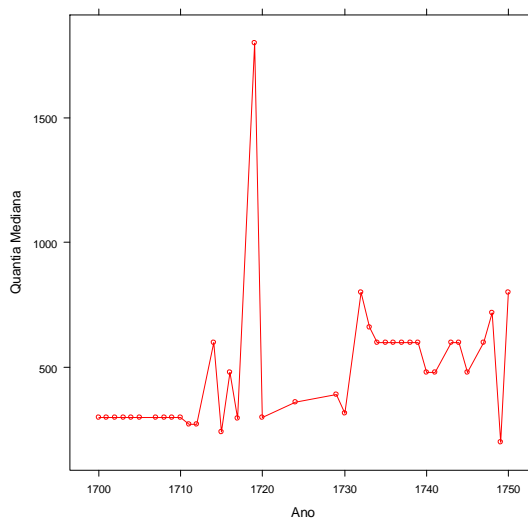


Gráfico nº 35 Cura de tinha e alporcas
[assistência médica4] (quantia mediana
1700/1750)



Como nos casos anteriormente analisados, também este tipo de assistência refletiu, em termos financeiros, o peso da inflação, tal como se pode constatar nos gráficos nº 34 e nº 35. Se uma “cura de tinha” custava 500 réis no século XVII e a de “alporcas” 900 réis, no século XVIII a primeira subiu para os 600 réis e a segunda para 1 200 réis. Porém, a leitura dos valores medianos dos custos com este tipo de assistência tem que ser feita sob o prisma da periodicidade dos pagamentos, da acumulação dos mesmos e da predominância da ocorrência dos episódios. Assim se explica a oscilação dos valores medianos nos dois gráficos anteriores. O valor mediano dos custos no século XVII reflete, quase sempre, o fracionamento dos pagamentos das “curas de tinha” (225 réis). A incerteza com que referimos a periodicidade decorre, por exemplo, dos episódios de 1635 terem sido pagos em conjunto, contrariando o que era comum.

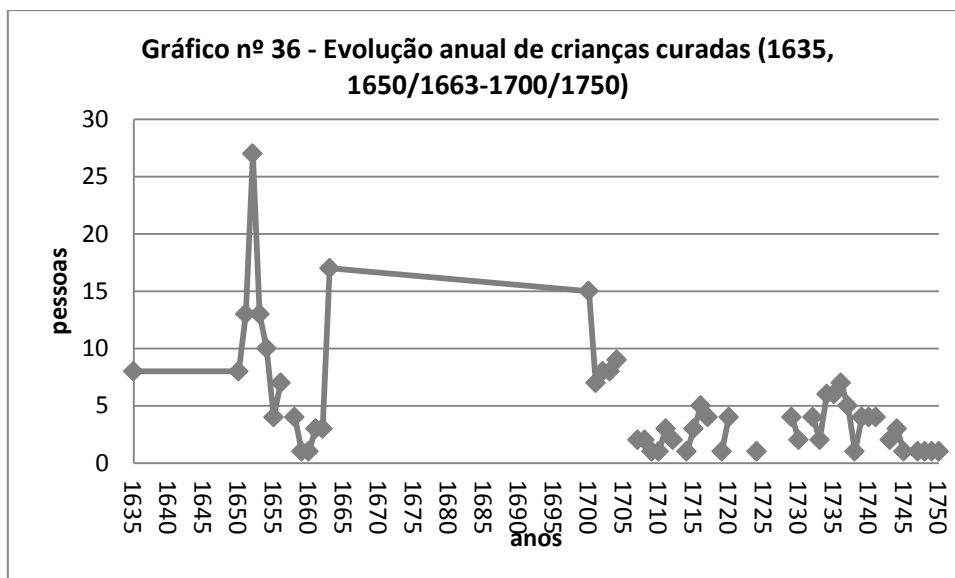
Por seu lado, os números dos últimos três anos analisados neste corte temporal foram dominados pelos valores das “alporcas”, verificando-se que os de 1660 constituíram o pagamento simultâneo a Brites Xara da cura de três rapazes e os de 1661 a 1663 representavam a totalidade dos curativos⁷⁰. Por seu lado, os dados dos anos do século XVIII realçam ainda mais a

⁷⁰ Cf. ADE. ASCME, *Despesa: quadrelas, criações... cit.*, 1º n.º 258, e 1º n.º 259.

dominação das curas dos tinosos, cujos valores medianos (300 réis) sofrem oscilações em sentido ascendente devido exclusivamente aos pagamentos dos curativos. Tome-se o exemplo de 1719, cujo desvio se explica pelo pagamento total da cura dos três filhos de Domingos Nunes e Josefa Maria⁷¹.

As oscilações das medianas estão obrigatoriamente relacionadas com o número de pessoas assistidas. Com efeito, se reparamos nos quantitativos absolutos assistidos, por exemplo nesse ano de 1719, verificamos que os 1800 réis corresponderam a apenas um episódio, o que fez disparar os valores centrais, mesmo os mais robustos. Por outro lado, o crescimento dos custos por episódio e pessoas no século XVIII não teve paralelo no número de pessoas assistidas, como se pode ver no gráfico nº 36. Em média foram assistidas 9 pessoas por ano no período de 1635, 1650-1663, baixando para 4 entre 1700 e 1750. Como é natural, verificam-se oscilações, como a de 1652, ano em que se curaram 27 pessoas. Mas daí em diante a tendência seria sempre de queda, apesar da recuperação de 1663. O século XVIII abriria sensivelmente nesse mesmo patamar, alternando depois entre os anos sem nenhuma representação e os anos com máximos de 4-5 pessoas (1716-1720) e 6-7 pessoas (1734-1736), por exemplo.

⁷¹ Cf. Idem, *ibidem*, lº nº 1135.



Os números apresentados são de facto muito pouco expressivos e as informações disponíveis nas fontes não permitem adiantar qualquer explicação fundamentada na regressão deste tipo de doenças. Aliás, as médias de doentes assistidos que se verificaram em locais como Coimbra em 1756 (28 tinosos) correspondem a uma situação contrária⁷². Sem mais dados que nos permitam comparações regionais, não é, contudo, de excluir a hipótese de maior prevalência destas patologias na região de Évora.

3.4 – Provimento de sanguessugas

Pelas razões já apontadas, convencionámos codificar como *assistência médica* o provimento de sanguessugas aos doentes pobres de Évora. A sua aplicação, como era comumente denominada, estava dependente da avaliação dos médicos e sangradores da Misericórdia que assistiam os doentes pobres das quadrelas da cidade⁷³.

⁷² Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, pp. 50.

⁷³ Como referimos, a Misericórdia tinha a cidade dividida em cinco circunscrições espaciais para a administração da caridade. Em termos da assistência médica, a Santa Casa disponibilizava vários profissionais para “curar os doentes das quadrelas”. Apesar de os livros de atas e de acórdãos da Mesa por

Numa primeira análise à distribuição gráfica deste tipo de assistência, que se pode acompanhar nos gráficos nº 37 e nº 38, poderia haver a tentação de concluir que nos anos estudados no século XVII a aplicação de sanguessugas teve muito pouca expressão, por oposição ao século XVIII quando dispara o seu pagamento na *medicina ao domicílio*. No entanto, o uso de sanguessugas era tão frequente⁷⁴ que cremos que terá havido sub-registo da sua aplicação no século XVII, encontrando-se mencionada nos livros de mordomos do século XVII apenas para os anos de 1657 e 1663.

vezes não serem muito claros quanto ao número de profissionais de saúde envolvidos nestas tarefas, tudo leva a crer que este esquema de assistência médica na cidade se tenha mantido praticamente inalterado entre o século XVII e o XVIII. O mesmo assentava num corpo de profissionais que incluiria dois médicos – um exclusivamente dedicado à cura dos doentes em metade da cidade –, e outro, que para além de assistir aos doentes do hospital teria que assegurar a segunda parte da cidade – um cirurgião e dois sangradores. Enquanto o cirurgião teria por sua conta os casos de pobres que surgissem em toda a cidade, os últimos dividiram-na em duas partes também. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 8 a 1º nº 28. Idem, *Acórdãos*, 1º nº 2 a 1º nº 4. Para além destes, em 1691, a Misericórdia decidiu contratar duas mulheres para auxiliar os médicos e o sangrador dos doentes pobres da cidade. Denominadas de cristaleiras, uma teria que prestar esses cuidados nas quadrelas de São Francisco, e a outra nas quadrelas da cerca velha, São Mamede e Farrobo. Para além destas atribuições, as duas mulheres poderiam ainda “lançar sanguessugas”. Cf. Idem, *Lembranças*, 1º nº 22, fl. 159v. (Lembrança datada de 24 de Janeiro de 1691).

⁷⁴ Com variadas patologias, que iam das dores de dentes, pústulas na boca, até à genérica definição de “febres”, como bem assinalava ainda no século XVIII Francisco da Fonseca Henriques na *Medicina Lusitana ... cit.*, p. 893.

Gráfico nº 37 [assistência médica5-
Sanguessugas] (quantia mediana1635,
1650/1663)

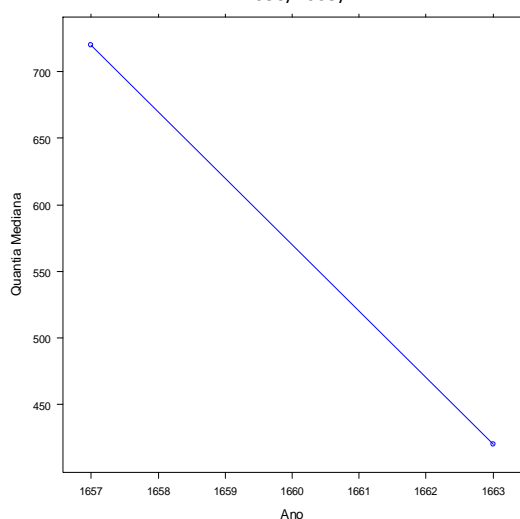
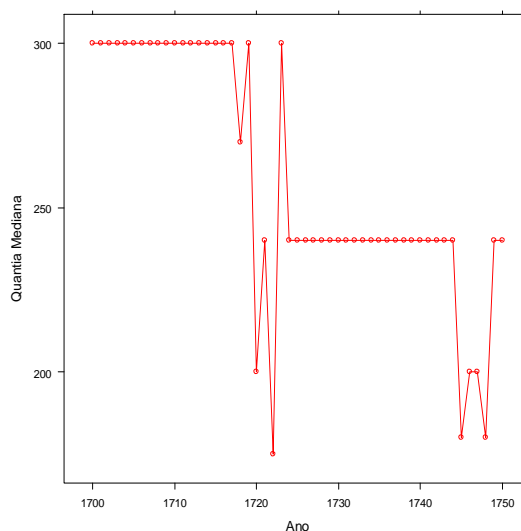


Gráfico nº 38 [assistência médica5-
Sanguessugas] (quantia mediana 1700/1750)

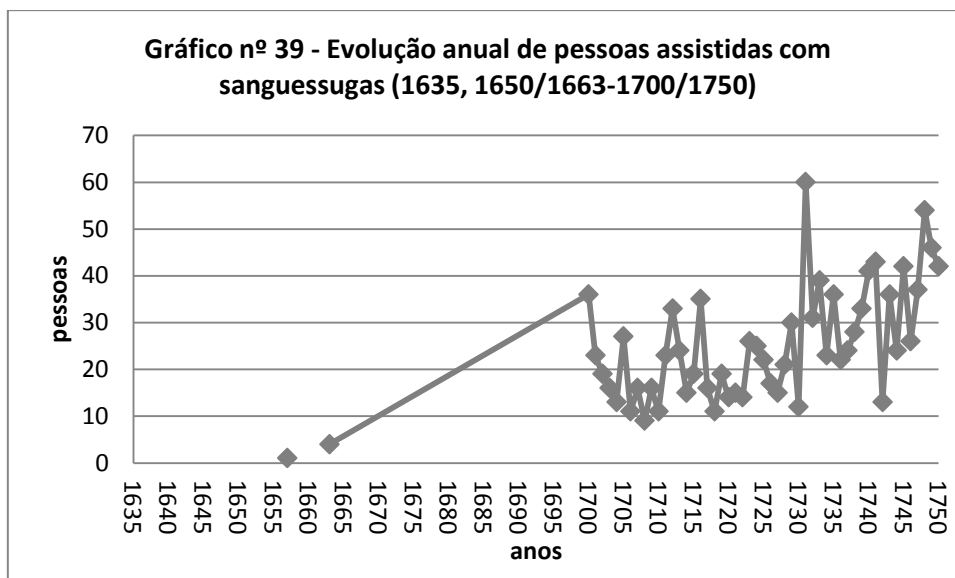


Ainda assim, os registos traçam uma imagem interessante quando comparada com a do século seguinte. Tendo em conta que os gastos da assistência médica através da aplicação de sanguessugas estavam, por assim dizer, indexados ao seu preço de *mercado*, eles representaram a única quebra dos custos *per capita* em todas as categorias analisadas até agora. Ou seja, se 12 sanguessugas custavam 720 réis (a um preço médio de 60 réis cada uma) em 1657, entre 1700 e 1723 o mesmo número custava 300 réis e, a partir daí até 1750, 240 réis (com um custo médio unitário de 25 e 20 réis respetivamente). Assim, fora destes patamares, as oscilações nas quantias medianas são simplesmente explicadas pela predominância de determinado número de sanguessugas providas. O que significa, por exemplo, que na queda de 1663 a maior parte dos episódios verificados implicou 4 sanguessugas (240 réis).

Já na acentuada descida de 1720 e 1722 não é de estranhar as medianas de 200 e 160 réis, respetivamente, pois, se no primeiro caso prevaleceu a aplicação de 8 sanguessugas, no segundo desceu para 6. O mesmo se verifica nas flutuações descendentes de 1745 a 1748. Mas já desde 1724, como verificámos, o preço base da unidade tinha baixado para 20 réis. Logo, a aplicação maioritária de apenas 8 sanguessugas (1745 e

1748) fez descer os valores medianos por episódio para os 160 réis, ou de 10 sanguessugas para os 200 réis.

Pelas razões acima apontadas, relativas ao provável sub-registo dos dados, esperar-se-ia que o número de pessoas assistidas no século XVII também fosse muito baixo, até porque a média geral do período não excedeu as três pessoas assistidas. Pelo contrário, no período de 1700 a 1750, a média subiu para 26 pessoas por ano e se detivermos a análise na última década do corte temporal, ascendeu a 37 pessoas. Resulta daqui que houve um aumento do número de pessoas assistidas no século XVII, mas não foi um crescimento uniforme e contínuo, como se pode observar no gráfico nº 39, uma vez que se registam picos de sinal extremamente positivo – como os de 1731 e 1748, que se constituem como os máximos de toda a série – e quedas abruptas, como as de 1731 e de 1742. No entanto, mesmo sujeito a flutuações anuais violentas, a evolução positiva do número de pessoas assistidas com sanguessugas na primeira metade do século XVIII configura uma situação inédita por comparação com as categorias até aqui analisadas. Mas que teve toda a lógica se se recuperar a informação atrás apresentada que indicava que, quando tinha de escolher entre pobres e pobres doentes, a Misericórdia preferia os últimos.



4 – Categorias invisíveis: as lacunas da informação nominal da assistência

Depois de analisadas as especificidades dos diferentes tipos de assistência prestada pela Misericórdia de Évora importa salientar o seu reduzido número. Isto é: apenas 12 categorias, como estão representadas no gráfico nº 8, um número que deve ser tomado criticamente. Recorde-se que da base de dados inicial tivemos que filtrar os dados ficando apenas com os registos nominativos para dessa forma tentar conhecer o número de pessoas assistidas, o tipo e a quantidade de assistência recebida. Ora neste processo, por não ser registada de forma nominal, a *assistência médica*³ (despesas com os convalescentes) e a *assistência médica*² (gastos com botica e boticários fornecedores das mezinhas dos doentes da cidade) foram excluídas de uma primeira análise. Importa agora recuperar as suas características.

Se as despesas com convalescentes foram marginais, registando-se apenas o pagamento mensal de 80 réis em 1700 e 1701 – num total de 17 meses e 16 600 réis –, as da botica tiveram outra expressão. Apesar do seu

registo terminar em 1716, até lá os mordomos dos meses fizeram pagamentos mensais aos boticários de forma contínua. O problema é que nunca indicavam o nome dos pobres providos com remédios e mezinhas receitados pelos médicos das quadrelas. Por outro lado, supõe-se que o desaparecimento do registo desta vertente assistencial se tenha ficado a dever às dificuldades financeiras por causa das dívidas aos boticários, como antes referido, que levaram a Misericórdia a consignar receitas à Companhia de Jesus. Estarão aqui as razões que explicam o fim do registo deste apoio em 1716? A ausência de informações na documentação não permite responder à questão. Certo mesmo, foi o crescimento das despesas com este tipo de assistência quando comparados o século XVII e os primeiros 16 anos de Setecentos, tendo-se passado de 4 000 réis mensais, para um valor médio superior a 13 000 réis. Por outro lado, não conseguimos apurar se estas duas circunstâncias – dívidas e crescimento das despesas com a botica – tiveram alguma influência na decisão da Misericórdia em adquirir a sua própria botica. Refira-se, ainda, que apesar de estar presente no gráfico nº 8, a *assistência*⁵ não foi considerada como significativa quando testada pela curva de *pareto*. Tendo em conta os cinco episódios nominativos verificados entre 1700 e 1750 – no século XVII não se registou nenhum deste tipo –, eles representaram apenas (0.04%) do total pessoas, episódios e quantias.

Fora do tratamento estatístico, a realidade revelar-se-ia diferente, uma vez que a mesma faz parte do conjunto das despesas realizadas pelos mordomos dos meses sem discriminar os nomes dos indivíduos providos e sem individualizar os episódios. Também algumas esmolas estão nesta circunstância. Identificámos três tipos distintos: as “esmolas da porta aos domingos”; as “esmolas das quadrelas às quartas-feiras” e as “esmolas das bacias da mesa”. Estas, as mais efémeras das três e apenas referenciadas para o século XVII, não permitiram estimar o número de

peças que delas beneficiou nem as quantias distribuídas a cada uma delas. Na prática, tratava-se de distribuir indiscriminadamente pelos pobres as esmolas que os irmãos deixavam na bacia da Mesa após os consistórios. De acordo com a documentação encontrada terão sido substituídas por uma prática mais seletiva dos alvos a atingir, conforme indica a decisão da Misericórdia, de 1676, em integrar as pessoas assistidas nesta rubrica nas esmolas das quadrelas⁷⁵. Já as “esmolas das quadrelas”, e as “esmolas da porta aos domingos” foram muito mais circunscritas, sendo que os seus beneficiários foram sempre registados nominalmente, bem assim como a quantia concedida. Isto, não obstante a denominação deste tipo de assistência – esmolas da porta – sugerir a repartição de dinheiro, ou géneros, de forma indiscriminada, à porta da Misericórdia, portanto. Prova cabal de que assim não era foi a elaboração de róis de pobres, que apesar de pouco informativos e mesmo confusos quanto à duração da esmola, forneceram elementos preciosos quanto à elegibilidade dos assistidos e das quantias médias por eles recebidas⁷⁶. Uma situação que não era exclusiva de Évora, como outros estudos têm demonstrado⁷⁷. Com características de distribuição muito semelhantes, tanto as esmolas de quartas-feiras, quanto

⁷⁵ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 21, fl. 54. (Lembrança datada de 26 de Julho de 1676). Na verdade esta foi uma decisão ditada pela mudança na elegibilidade dos destinatários. Um assunto a desenvolver adiante.

⁷⁶ O número reduzido de róis de pobres que se encontram no arquivo da Misericórdia de Évora para o período Moderno parece indicar a pouca frequência com que estas listagens eram “reformadas”, segundo a terminologia coeva. De 1596 – data inferior do primeiro livro – a 1753 – data extrema do último – contam-se oito livros, que apesar de o seu título referir apenas as esmolas da porta aos domingos, contém também, ainda que de forma episódica, listagens de pessoas assistidas com esmolas das quadrelas às quartas-feiras. Cf. ADE, ASCME, *Livro de despesas: esmolas da porta aos domingos*, 1º nº 85 – 1601/1604; 1º nº 86 – 1621/1622; 1º nº 87 – 1657. *Livro de esmolas e pão da porta aos domingos*, 1º nº 384 – 1596-1597; 1º nº 385 – 1662/1666; 1º nº 386 – 1669/1670; 1º nº 387 – 1688/1689; 1º nº 388 – 1748/1753.

⁷⁷ O mesmo tipo esquemático de repartição de esmolas se pôde encontrar, por exemplo, na Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, onde se distribuíam esmolas semanalmente aos domingos e quartas-feiras. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, p. 231.

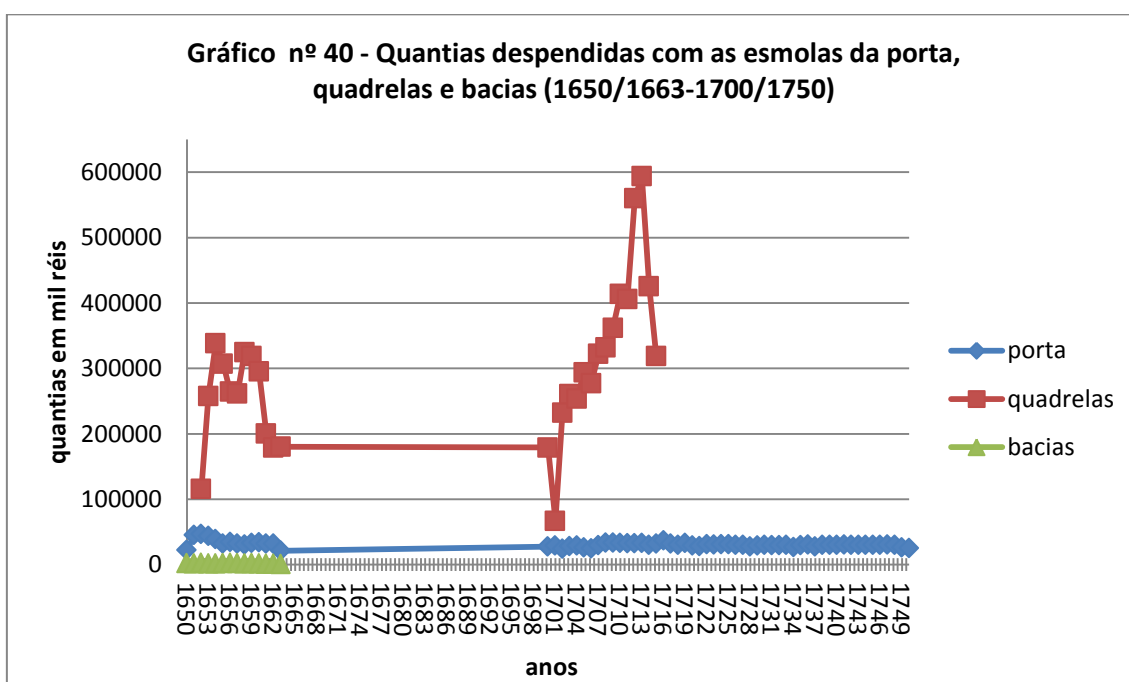
as de domingos, tinham uma periodicidade semanal, como o próprio nome indica. Divergiam, no essencial, nos critérios de elegibilidade, no tipo de ajuda e nas quantias. As distribuídas aos domingos associavam pão e dinheiro, enquanto as esmolas das quadrelas, ou de quarta-feira, apenas implicavam o provimento de dinheiro.

Analisando agora o comportamento estatístico das quantias gastas com os diferentes tipos de esmolas – as da porta, as das quadrelas e as das bacias –, torna-se evidente a diferença de quantitativos alocados a cada uma delas. As médias gerais confirmam-no claramente: a média anual situou-se em 1 889 réis e 14 495 réis, respetivamente. No caso das esmolas das quadrelas a média situou-se substancialmente acima, nos 27 222 réis. Mas mais ainda, esta última foi a única cuja flutuação verificou maior instabilidade, comparando-as com as esmolas, conforme se vê no gráfico nº40. Pelo contrário, as esmolas das quadrelas às quartas-feiras pautaram-se por oscilações anuais por vezes violentas – como, por exemplo as verificadas em sentido descendente entre 1660/1662 e 1700/1701, e as de sentido contrário entre 1702/1713, descendo depois até 1715⁷⁸. Pese embora estas flutuações, o que se deve sublinhar é a tendência de crescimento das despesas com as esmolas das quadrelas. Uma realidade de que os administradores da Misericórdia estavam conscientes, apesar de suprimirem as esmolas em 1715 sem deixarem registadas as razões de tal atitude. Na verdade, a decisão já se vinha adivinhando havia algum tempo. Se em Fevereiro de 1659 se determinou que “nas quadrelas de dinheiro se pagasse somente hum vintem a cada huma pessoa das prouidas [ameaçando retirar a esmola] se parecese que estauão algumas dadas a pessoas que adansem pelas portas pedindo”⁷⁹, em 1662 a Mesa ordenava a sua

⁷⁸ Uma realidade muito próxima à inglesa dos séculos XVII e XVIII, onde os pagamentos semanais aumentavam em tempos de crise económica. Cf. Paul Slack, *Poverty and policy...cit.*, p. 179.

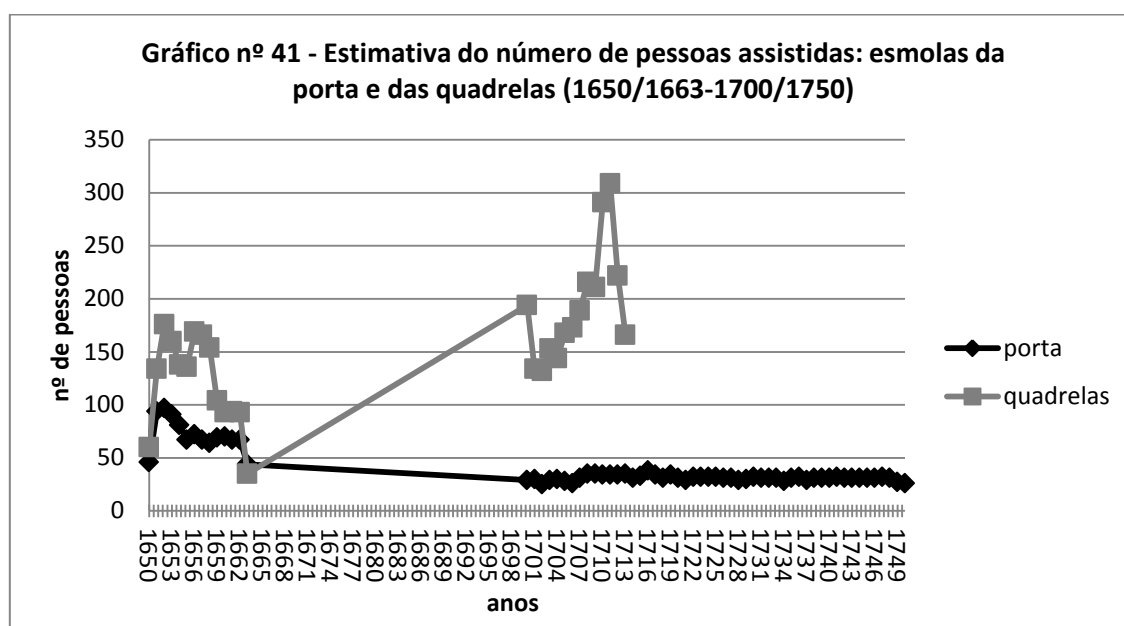
⁷⁹ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 19, fl. 119v.

suspensão temporária, procedimento repetido em Maio de 1670, em Julho de 1699 e, passado um ano, em Julho de 1701. Pelo meio uma decisão um tanto enigmática, mas que, à distância, pode ajudar a perceber as razões do desaparecimento das esmolas das quadrelas: ou seja, por decisão da administração da Misericórdia, de Julho de 1687, as esmolas que se davam nas quadrelas à quarta-feira passaram a ser consideradas como mesadas e pagas no final de cada mês. Apesar de não ter aplicação imediata, as esmolas continuaram a ser pagas, embora suspensas temporariamente em 1701 e 1703, até desaparecerem em 1715, como se referiu.



Apesar da informação registada nos livros dos mordomos não ser nominal, pudemos chegar aos valores médios de cada episódio através das informações recolhidas nos róis de pobres e nas atas das Mesas. Assim, para os anos estudados, 1635, 1650-1663, a esmola da porta supunha em média o provimento de dois pães e de 10 réis. Entre 1700 e 1750 a esmola subiu para 20 réis, mantendo-se os dois pães, um aumento que não se verificou nas esmolas das quadrelas. Deste modo, se no século XVII o

provido nas quadrelas recebia semanalmente, em média, 40 réis, no século seguinte esse valor passaria para metade⁸⁰. Reiteramos, porém, que a utilização das medidas centrais não anula a existência de quantias superiores, apesar de pouco significativas em dinheiro e número. No caso das esmolas dos domingos, a variação não subiu além dos 20 réis, enquanto as das quartas-feiras foram ligeiramente mais variáveis, ficando em 50 réis a quantia mais comum acima da média. Para além disso existiram mais algumas esmolas deste tipo pagas entre os 100 e os 200 réis⁸¹.



⁸⁰ Média relacionada com a decisão da Mesa tomada em Fevereiro de 1659 em reduzir para metade a esmola que se dava semanalmente, indo afetar essencialmente as médias calculadas para o século XVIII. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 19, fl. 119v. (Lembrança datada de 2 de Fevereiro de 1659).

⁸¹ Dados que foram possíveis de recolher pela leitura dos livros de atas da Misericórdia. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 18, a 1º nº 28.

5 – O perfil do pobre assistido pela assistência domiciliária da Misericórdia: breve apontamento

A análise da assistência domiciliária providenciada pela Misericórdia de Évora não ficaria completa sem uma incursão pela tipologia socioeconómica dos providos e identificação do género. Convém referir, no entanto, que devido às fragilidades da fonte, esta foi uma tarefa complexa, apresentando-se as conclusões sob muitas reservas. Do ponto de vista da lógica da produção documental da Misericórdia é compreensível a ausência de informações nos livros dos mordomos quanto ao estatuto social e ao estado matrimonial dos assistidos. A perspetiva destes oficiais era apenas a do registo dos gastos quotidianos, não a da identificação dos utentes, que caberia em arrolamentos específicos⁸².

As conclusões mais seguras reportam-se ao género dos assistidos: 61,5% dos provimentos realizados no âmbito da assistência domiciliária foram feitos a mulheres e, portanto, 38,4% a homens. Percentagens um pouco aquém das verificadas em outros espaços, como em Coimbra, por exemplo, onde a taxa de *feminidade*, como é designada por Maria Antónia Lopes, foi de 86%⁸³.

⁸² Que acabaram por também não ser muito loquazes na definição social e marital dos pobres. Serve de exemplo o caso acima descrito dos róis das esmoladas da porta, e das quartas-feiras, tendo por vezes arroladas as mesadas também.

⁸³ Note-se que o estudo em causa tem um período cronológico posterior ao nosso. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. II p. 182.

Quadro nº 3 - Sexos e estado civil por tipologia de assistência

	Casado (m)	Casado (f)	Solteiro (m)	Solteiro (f)	Viúvo (m)	Viúvo (f)	N (m)	N (f)
Galinhas	1568	2365	5	3	—	54	26352	45059
Quadrelas	5,9%	5,2%	0%	0%		0,1%	36,8%	62,9%
Assistência2	15	253	1	3	2	37	775	628
	1,9%	40%	0%	0,4%	0,2%	5,8%	55,2%	44,7%
Assistência3		4	—	—	—	3	4391	3875
		0,1%				0,07%	47,2%	1,7%
Assistência4	37	76		9		203	2203	2083
	1,6%	3,6%		0,4%		9,7%	50,6%	49,4%
Assistência6		83		4		674	888	3553
		2,3%		0,1%		18,9%	9,9%	9,8%
Assistência Médica4	—	—	—	—	—	—	178	173
							50%	50%
Assistência Médica5	32	50	—	—	—	—	505	1018
	6,3%	0,4%					33,1%	66,7%
Carneiro	32	1	—	—	—	—	406	726
Quadrelas	7,8%	0,1%					35,8%	64,1%

Em Évora foi possível identificar o género dominante em todas as tipologias de assistência. Nesse exercício sobressaem alguns equilíbrios e outros tantos desníveis entre homens e mulheres. Assim, deve assinalar-se a grande vantagem do sexo feminino em categorias como as galinhas e o carneiro das quadrelas, a *assistência 6* (mesadas) e a *assistência médica5* (sanguessugas), com percentagens que superam, em alguns casos, os 50% de diferença. Por outro lado, valores mais equilibrados – ainda que com alguma supremacia do sexo masculino –, foram os que se verificaram na *assistência2* (mortalhas, missas por alma), na *assistência3* (criação dos filhos dos pobres), *assistência4* (esmolas avulsas) e na *assistência médica4* (curas de tinha e de alporcas). A este nível de detalhe são difíceis as comparações com outras realidades, apesar de, no que diz respeito às mesadas, a realidade inglesa continuar a ser um bom referencial. Também ali as mulheres foram o universo dominante no conjunto dos *pensionistas*, constituindo cerca de 51% nas paróquias de Warwickshire⁸⁴ e mais de 50%

⁸⁴ Cf. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, p. 273.

em Norfolk⁸⁵. Embora não disponhamos de números seriais para categorias como as esmolas das quadrelas às quartas-feiras, o rol de assistidos, quando foi feito, indicou que o universo elegível e provido era constituído maioritariamente por mulheres, viúvas, e/ou que fossem aleijadas⁸⁶.

Aliada às questões de género está o estado civil dos assistidos. Mais uma vez, a análise está condicionada pela escassez de informações como se verifica no quadro anterior: o registo do estado civil pouco ultrapassou os 10% dos episódios⁸⁷. Situação análoga, afinal, à verificada em relação à definição socioprofissional destes pobres: dos 120 258 registos nominais recolhidos para 1635, 1650/1663 e 1700/1750, apenas em 2 276 episódios foi referida a profissão ou condição social do provido. Um quantitativo que representa 1,8% do universo dos assistidos, que não é, portanto, minimamente representativo. Menos ainda se se tiver em conta que deles, 991 eram padres e 127 frades, ou seja, quase 50% do total dos identificados.

Todavia, ainda que de forma indireta, é possível desenhar o padrão social pelo menos de uma das categorias. Foi o caso da criação dos filhos dos pobres (*assistência3*), uma vez que a Misericórdia fez registos paralelos desta forma de assistência⁸⁸. Pela sua análise foi possível perceber que era direccionada para a franja social mais baixa do 3º estado, predominando profissões como a de “trabalhador”, oleiro, celeiro, picheleiro, entre outras, profissões, portanto, relacionadas com a estrutura

⁸⁵ Cf. Tim Wales, “Poverty, poor relief... cit.”, p. 366.

⁸⁶ Esquematização que se deduz pelos apontamentos do escrivão num desses róis. Na teoria estendia-se a possibilidade da assistência ao universo masculino. No entanto o que a prática demonstrou foi a assistência de mulheres viúvas. Cf. ADE, ASCME, *Despesas: esmolas de pão*, 1º nº 386, fl. 8.

⁸⁷ Por exemplo na categoria do provimento de galinhas nas quadrelas, o total de assistidos cujo estado civil foi assinalado não superou os 11,3%, sendo a categoria onde as informações foram, ainda assim, mais completas.

⁸⁸ Pelo menos entre 1635 e 1712. Cf. ADE, ASCME, *Creações... cit.*, 1º nº 908 a 1º nº 914.

económica da cidade⁸⁹. É provável que as pessoas assistidas com as denominadas “esmolas da porta aos domingos” proviessem do mesmo estrato social uma vez que tinham o mesmo público-alvo: os filhos dos pobres⁹⁰. Desloquemos agora o olhar para uma outra fonte de recursos assistenciais e entremos no universo das esmolas concedidas pelo Cabido da Sé de Évora.

⁸⁹ Cf. Idem, *ibidem*.

⁹⁰ Cf. ADE, ASCME, *Despesas: esmolas de pão*, 1º n° 386, fl. 8.

Capítulo II - Os outros ritmos de assistência aos residentes

1 - As esmolas do Cabido da Sé de Évora

Em meados de Julho de 1717 Luís Manuel de Sousa, morador junto à muralha da cidade de Évora, apresentava uma petição ao Cabido da Sé solicitando duas moedas de ouro. Alegava ser homem fidalgo, que “lhe estão comendo toda a sua fazenda sem ele poder ser senhor de hum Real nem na poder Restaurar”⁹¹. No ano seguinte, em Outubro, voltava a reiterar os mesmos constrangimentos acrescidos pelas “opressões” de umas “febres constantes”⁹². Estas petições, de um conjunto de cerca de três dezenas que encontramos completas no Arquivo do Cabido da Sé de Évora⁹³, levantam, entre outras possíveis, duas questões importantes.

Sem pretender estabelecer qualquer ordem de grandeza, a primeira, talvez mais estrutural, prende-se com o papel desempenhado pela Igreja no panorama assistencial de Portugal no período moderno. É relativamente recente o interesse historiográfico pelas atividades assistenciais desenvolvidas pela Igreja, focados que têm estado os historiadores portugueses nas Santas Casas das Misericórdias. A quantidade e a qualidade dos arquivos destas confrarias, os estudos comemorativos realizados no contexto das celebrações dos 500 anos da sua criação e a investigação realizada no âmbito dos cursos de mestrado e teses de doutoramento, justificam, em parte, semelhante protagonismo.

⁹¹ ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido (séculos XVII e XIX)*, pasta nº 48, maço II não numerado. (Petição datada de 22 de Julho de 1717). Confira-se a transcrição completa desta petição no anexo IX da alínea B dos anexos.

⁹² *Idem, ibidem.*

⁹³ Veja-se a transcrição destas petições nos anexos I a XXXIII da alínea B dos anexos. Para além das cerca de oito centenas cuja existência se verifica pelos róis de esmolas, mas que se perderam.

Progressivamente, no entanto, ainda que de forma lenta, vai-se alargando o campo de análise a outras instituições, tempos e ritmos de assistência, provavelmente mais dispersos e descentralizados que os das Misericórdias⁹⁴. Nomeadamente, a atividade assistencial dos Bispos e dos Cabidos⁹⁵, que não foi ofuscada pelas Santas Casas, antes, se desenvolveu em práticas similares e, muitas vezes, complementares.

A segunda questão que nos surge reporta-se à necessidade de alargamento dos horizontes conceptuais da caridade⁹⁶. É certo que neste domínio têm sido lançados outros conceitos que albergam um maior

⁹⁴ Cf. José Pedro Paiva, “O episcopado e a assistência em Portugal na época moderna (séculos XVI-XVII)”, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, Laurinda Abreu (ed.), CIDEHUS/Colibri, Lisboa, 2004, p. 169.

⁹⁵ Não esquecendo que existem outras instâncias assistenciais no seio da “Igreja”, tais como os conventos e mosteiros. Apesar de tudo, a necessidade do seu estudo tem vindo a ser colocada, nomeadamente no seminário *Bispos, Cabidos e Assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)* realizado na Universidade de Évora em Junho de 2003, cujo conjunto de comunicações aí apresentadas podemos ler em *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, Laurinda Abreu (ed.), CIDEHUS/Colibri, Lisboa, 2004. Para além da Igreja, e da assistência por si praticada, existia todo um universo confraternal que, apesar da centralidade que as Misericórdias assumiram, não perdeu o seu pendor caritativo, mais que não fosse, dirigido para os seus confrades. Neste domínio, a situação de Évora acaba por não se poder esclarecer pela ausência de documentação. Sobre a assistência das confrarias modernas em Portugal, veja-se, entre outros, Maria Marta Lobo de Araújo “A ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII a XIX)”, Sep. da revista cultural *Bracara Augusta*, Braga, 2002, vol. 50 p. 441-468. Idem, “As traves mestras da Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o compromisso de 1612”, *Sep. dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41, n.º 3-4, 2001, pp. 137-150.

⁹⁶ Também é natural que os mendigos, vagos e marginalizados mereçam especial atenção dos investigadores, afinal, foram a face mais visível nas fontes documentais, para além de terem sido eles o objecto do medo das populações e controlo por parte dos grupos dominantes e da legislação de eles emanada. Sobre a legislação portuguesa em redor da repressão à mendicidade veja-se Laurinda Abreu, “Beggars, vagrants and Roma: repression and persecution in the Portuguese society (14th – 18th centuries)”, *Monitoring health status and vulnerable groups in Europe: past and present*, (Laurinda Abreu/Janos Sandor eds.), Pecs, 2006, pp. 15-38.

espectro social e económico, como os de desvalidos ou destituídos⁹⁷, mas há que ir ainda mais longe. Um contributo importante foi dado por Pedro Carasa Soto ao estabelecer diversas tipologias de pobreza e de pobres⁹⁸. Este autor não valoriza de igual modo as necessidades dos indigentes e marginalizados. Uma orientação que aqui seguiremos.

Vejamos então a atividade esmolar do Cabido de Évora no século XVIII. Em primeiro lugar importa referir que estamos limitados às séries de documentos para 10 anos contínuos – entre 1716 e 1724 –, e um ano isolado, o de 1631. A questão que esta baliza cronológica coloca é a de saber porque é que o Cabido estava a distribuir esmolas quando tais funções eram habitualmente realizadas pelos Bispos. Responsáveis maiores pelas dioceses, os Bispos neste caso, os Arcebispos, tinham entre as suas funções a de esmoleres e de “pais dos pobres”, imagem tantas vezes plasmada nas suas biografias⁹⁹. Mas a questão é que a arquidiocese de Évora se encontrava em Sede vacante desde a morte de D. Simão da Cruz, em 1715, tendo permanecido sem titular até 1740, quando foi indigitado D. Frei Miguel de Távora¹⁰⁰.

⁹⁷ Cf. Martin Dinges, “A History of poverty and poor relief: contributions from research on Early Modern period and the late Middle Ages and examples from more recent History”, *European Health and social welfare policies*, (Laurinda Abreu ed.), s.l., Compostela Group of Universities/Phoenix TN, 2004, p. 24.

⁹⁸ Cf. Pedro Carasa Soto, *Pauperismo y revolución burguesa: (Burgos, 1750-1900)*, Valladolid, Biblioteca de Castilla y Leon, 1987, pp. 23-73, e sobretudo p. 72.

⁹⁹ Como por exemplo, a biografia de D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora entre 1578 e 1602, escrita pelo Padre Nicolau Agostinho, *Rellaçam sumaria da vida do Illustrissimo senhor Dom Theotónio de Bragança*, Évora, Francisco Simões, 1614, sobretudo fls. 47v-48v. Sobre a actividade caritativa e esmolar de alguns bispos portugueses vejam-se, entre outros, José Pedro Paiva, “O episcopado e a assistência em Portugal... cit”, pp. 167-196. E, Amélia Polónia, “A actuação assistencial do Cardeal Infante D. Henrique. Linhas de um modelo de intervenção pastoral”, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica... cit.*, pp. 135-154.

¹⁰⁰ Esta situação de Sede vacante tão prolongada apenas teve paralelo na conjuntura pós-Restauroação, aquando da morte de D. João Coutinho em 1643. Como consequência da negativa da Santa Sé em reconhecer a soberania dos Bragança em Portugal muitas dioceses ficaram vagas, uma delas foi a de Évora. No caso da Sede vacante entre 1715 e 1741, poderíamos alegar o corte de relações diplomáticas

Deste modo, e como lhe competia, o Cabido substituiu o prelado na gestão da Igreja e das suas ovelhas, distribuindo-lhes esmolas, quase sempre de trigo, mas também em dinheiro, e como demonstraremos, em quantias muito significativas. Em Évora, o ato obedecia a procedimentos específicos que se iniciavam com as petições escritas dos suplicantes. Ao que tudo indica, o Cabido teria a cidade dividida em quadrelas¹⁰¹, cada uma adscrita a um cônego, responsável pelas referidas petições. A ele cabia recolher e prestar informações sobre a situação e idoneidade da pessoa em questão¹⁰².

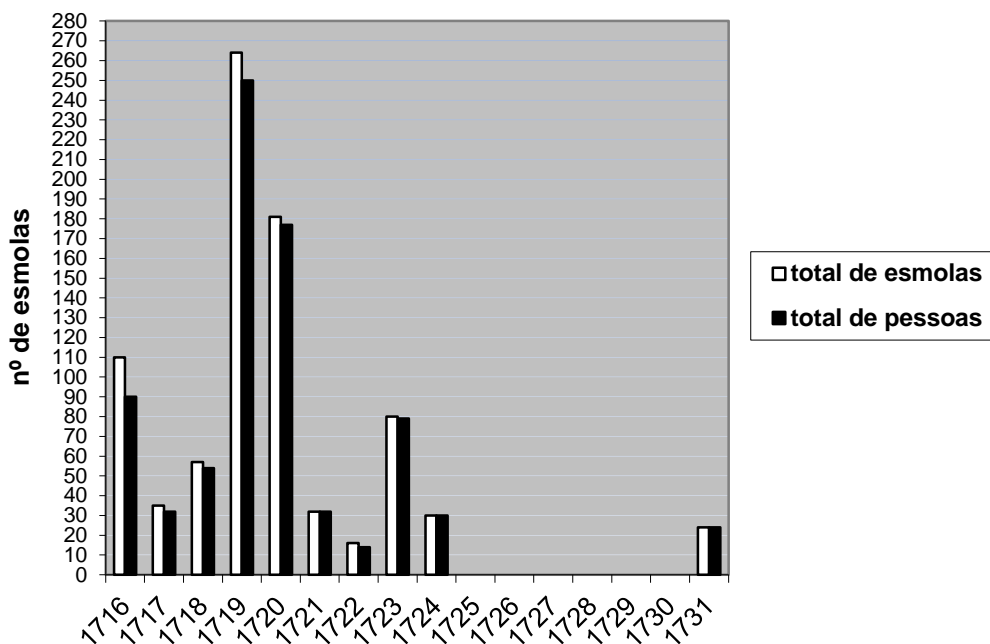
Quantas pessoas foram assistidas pelo Cabido de Évora nos anos referidos? Quanto trigo e quanto dinheiro foi despendido com esta atividade esmolar? Os dados são significativos: em apenas 10 anos, o Cabido de Évora distribuiu 829 esmolas por 782 pessoas.

entre Portugal e o Vaticano, todavia este só aconteceu em 1728 e a Sé de Évora não tinha titular havia treze anos. Cf. *História Religiosa de Portugal* (Carlos Moreira Azevedo dir.), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, *maxime* pp. 163-169. E, Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Civilização, 1968, pp. 622-623. Todavia, esta questão da sede vacante, parece não se ter restringido apenas a Évora. Tudo indica estar relacionada com a problemática da forma de nomeação dos bispos, apenas solucionada em 1740.

¹⁰¹ De resto, uma divisão espacial da cidade que encontrava espelho naquela outra efetuada pela Misericórdia de Évora. Sobre o assunto consulte-se o que referimos acima, no ponto 1 do capítulo I desta parte.

¹⁰² Como no caso de Marta de Oliveira, viúva, moradora em Vila Viçosa, a quem o Cabido atribuiu a esmola de 4 800rs em 1722 depois de tomar informações – sobretudo acerca da sua honradez, junto do pároco da Igreja de São Bartolomeu da dita Vila. Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido*, pasta nº 48, maço II, esmolas do século XVIII e XIX. Sem numeração. A análise da configuração das petições será realizada adiante. No entanto importa deixar claro que este era uma prática comum não só na Igreja, mas por exemplo, nas Misericórdias ou em outras confrarias de leigos. Cf. Maria Marta Lobo de Araújo, “A ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII a XIX),” *Bracara Augusta*, vol. L, Braga, 2001/2002, pp. 441-468.

**Gráfico nº 42 - Total de esmolos e total de pessoas
(1716/1731)**



Como se pode verificar pela análise do gráfico nº 42, a liberalidade do Cabido foi muito inconstante. Desde logo, destacam-se os anos de 1719 e 1720 como os de maior generosidade, seguidos, a alguma distância, pelos de 1716 e 1723, o que, de algum modo, também poderá refletir o aumento do número de pedidos. Que interpretação dar a esta flutuação? As crises de subsistência são tradicionalmente tidas como fatores conjunturais propiciadores de situações de pobreza e conseqüente recurso à caridade¹⁰³. Se estivéssemos a trabalhar os primeiros anos do século XVIII, onde crise da sucessão espanhola provocou uma subida vertiginosa dos preços¹⁰⁴, essa explicação seria plausível. Todavia, a aceleração galopante dos preços em geral, e dos cereais em especial, inverteu-se a partir de 1711, tocando o

¹⁰³ Cf. Pedro Carasa Soto, *Pauperismo y revolución burguesa (Burgos, 1750-1900)*, Valladolid, Universidade de Valladolid/Junta de Castilla y León, 1987, p. 37. E, Bronislaw Geremek, *A piedade e a força... cit.*, pp.121-125.

¹⁰⁴ Cf. Rui Santos, *Sociogénese do latifundismo... cit.*, pp. 107-115.

fundo entre 1718-1719, estabilizando depois¹⁰⁵. Ora, os registos de esmolas que possuímos são posteriores a 1716 e a maior parte dos anos analisados enquadra-se numa conjuntura de estabilização de preços. Deixaremos, pois, a questão em aberto até definirmos a tipologia social do esmolado. Adiante-se, no entanto, que a resposta poderá estar no percurso daqueles que solicitaram esmolas. São vários os indicadores nesse sentido: se compararmos o número de atos de esmola por ano com o número de pessoas assistidas verificamos que são equivalentes, o que significa um nível muito baixo de concentração de esmolas num indivíduo, ou num grupo de indivíduos, à semelhança do que se verificava no universo assistido pela Misericórdia. Por outro lado, se atendermos ao quadro nº 4, representativo das pessoas que receberam esmolas mais do que uma vez, constatamos que o recurso às esmolas do Cabido parece ter sido muito circunstancial. Não se registam pedidos em anos sucessivos e a média de ato esmolar ronda as 3 vezes. Isto, apesar de termos algumas referências a mesadas – mais precisamente 4 –, que na prática não se revelaram com essa periodicidade. Foi o caso, por exemplo, de D. Branca Maria de Almeida que tendo indicação que receberia mesada, só tem referência a 4 recebimentos, 15 tostões em Janeiro e Dezembro de 1722, e 3 alqueires de trigo em Janeiro e Abril de 1723, respetivamente¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Idem, *ibidem*, pp. 113-114.

¹⁰⁶ As outras três pessoas referenciadas como recetoras de mesadas foram: D. Maria Maldonado com 5 alqueires de trigo em Maio de 1717 e 3.000 réis em Junho de 1717; Sebastiana Francisca com 6 alqueires de trigo em Agosto de 1631. D. Isabel Antónia da Silva com 5 alqueires de trigo em Julho de 1717. Em mais 4 casos cujos peticionários clamavam pela mesada, o Cabido deixou claro que “seria por uma so uez”. Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido (séculos XVII e XIX)*, Pasta nº 48 Maço I. Idem, *ibidem*, Maço II.

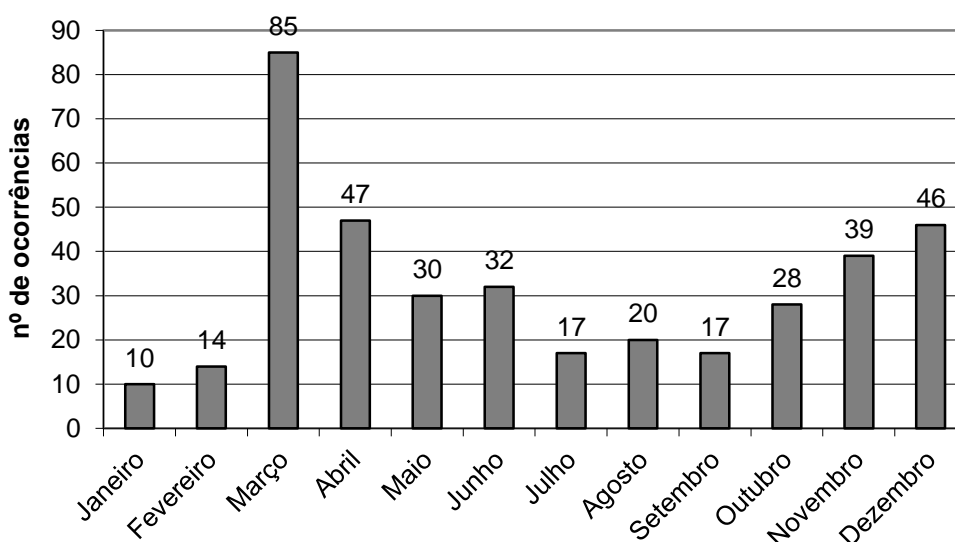
Quadro nº 4 – Indivíduos que receberam esmola do Cabido repetidamente

Nomes	Anos/Esmolas							
	1766	1767	1768	1769	1770	1771	1772	1773
	1	1	1	1	1	1	1	1
	7	7	7	7	7	7	7	7
	1	1	1	1	2	2	2	2
	6	7	8	9	0	1	2	3
Antonia de Oliveira Limpa	3							
Antonia Maria					2			
Antonio das Neves				1	1			
Antonio Madeira de Sousa	1			1				
Antonio Pereira da Gama				2				
Antonio Vidigal Salgado	3							
Barbara de São Miguel	1		1					
Bernarda Galvoa Salema	1		1	1				
Cecília Maria de Macedo	2							
Clara Varela de Jesus	1			1				
D. Ana de Vilalobos de Almeida	1		1	1				
D. Branca Maria de Almeida							2	2
D. Helena Francisca Vidigal					1		1	
D. Helena Pereira da Silva			1	1	1			
D. Inês Maria de Matos	1					1		
D. Inês Teresa Vidigal	2		1					
D. Isabel Antónia da Silva		1	1	1				
D. Maria de Moncada	1			1				1
D. Maria Maldonado		4						

Domingas do Lado				1				1
Domingas Vidigal Salgada	2							
Domingos Luis					1	1		
Dr. Manuel Estevens Lobo	2							
Francisca Pereira					2			
Francisco de Brito Mousinho	4		2	5	1		2	
Francisco Nunes Carapeto		1	1					
Francisco Velho Gião	2							
Francisco Xavier Custodio				2				
Helena Maria				1	1			
D. Inácia Juliana Pimentel	1			1	1			
Inácia Rebelo da Guerra	2							
Inácio Murteira de Fontes	1		1					
Incensa Vinagre				1	2			
D. Inês Maria de Matos	1			1	1	1		
Inês Nogueira				1	2			
Isabel Pessoa de Lemos			1	1	1			1
Jeronima da Cunha Lobata	2							
Joana Baptista	2		1					
Joana da Costa			1	1		1		
Joana da Rocha			1			1		
Joana de São Bento				1		1		1

Aliás, esta irregularidade pode ser verificada na distribuição mensal das esmolas. Como podemos ver no gráfico nº 43, o ato de dar estava notoriamente marcado pelo calendário litúrgico, nomeadamente pela Quaresma/Advento e pelo Natal, o que explica os picos nas atribuições. Os fiéis eram conhecedores desta sensibilidade do Cabido, alterando a invocação religiosa nas petições conforme a época do ano: em Março/Abril, em louvor das chagas de Cristo, em Novembro/Dezembro, em honra do nascimento de Jesus¹⁰⁷.

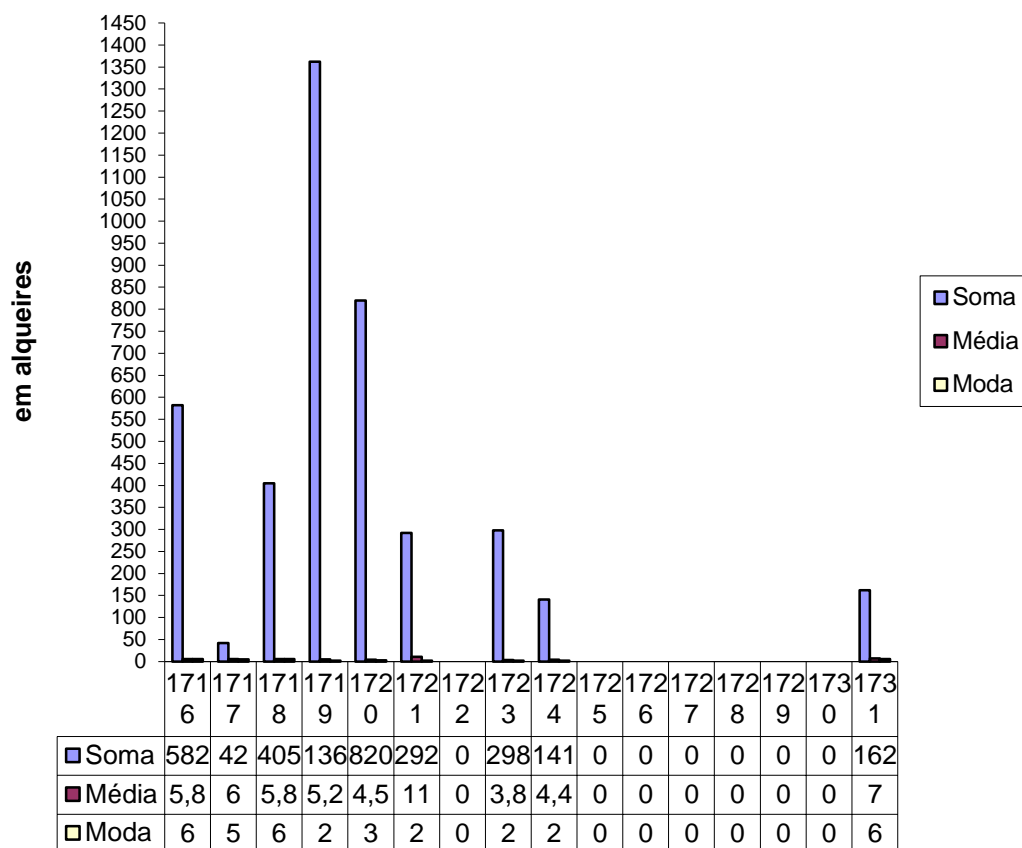
Gráfico nº 43 - Distribuição das esmolas do Cabido pelos meses (1716-1731)



Talvez por terem sido pouco regulares, as esmolas em trigo eram generosas. Como podemos deduzir pelo gráfico nº 43, a evolução da sua distribuição, tal como a do número de pessoas que as recebiam, é muito inconstante, destacando-se, sobretudo o biénio 1719/1720.

¹⁰⁷ Cf. Idem, *ibidem*. Sobre este assunto veja-se José Pedro Paiva, “O episcopado e a assistência em Portugal na época moderna... cit.”.

**Gráfico nº 44 - Totais de esmolas do Cabido em cereais
(1716/1731)**



Mas mais importante que o quantitativo de trigo repartido anualmente foi a média que cada indivíduo recebeu. Apesar de 1721 apresentar uma variação muito grande – com uma média de 10,8 alqueires/pessoa¹⁰⁸ –, os restantes anos, com ligeiras flutuações, mantiveram-se entre os 3,8 e os 6 alqueires/indivíduo. Quantidade que já era significativa, se considerarmos que cada alqueire representava cerca de

¹⁰⁸ Influenciada pelos valores extremos das esmolas concedidas a Manuel Pereira Ribeiro, meirinho da cidade – com 30 alqueires de trigo –, e André Vidigal da Silva – 15 alqueires de trigo. Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo cabido*, Pasta nº 48, maço II. De facto se atendermos aos valores mais repetidos – as modas –, verifica-se que o valor baixa significativamente. Em relação aos restantes anos, pode constatar-se que a variação entre a moda e a média é muito menor, o que corresponde à menor disparidade entre os valores mínimos e máximos.

20 litros, 3,8 alqueires contabilizariam 76 litros, e 6 alqueires corresponderiam a 120 litros de trigo.

Para além do trigo, o Cabido também esmolava em dinheiro, como referido. Se regressarmos ao gráfico nº 44, verificamos a pouca representatividade dos cereais em 1717 e a total ausência em 1722, precisamente os anos privilegiados com esmolas monetárias. Atente-se, pois, ao quadro nº 5, onde está representado este tipo de esmolas:

Quadro nº 5 – Esmolas do cabido em dinheiro

Anos	Esmolas em dinheiro/réis	Esmolas em moedas
1716	11.400rs	3,5
1717	42.000rs	11
1718	21.100rs	2
1719	10.960rs	2,5
1720	4.800rs	-
1721	-	1
1722	3.800rs	8
1723	-	1
Total	94060rs	29

Como se pode ver, a quantia de dinheiro dada foi variável, mas alta, o que poderá confirmar o que atrás indicámos sobre a preferência do Cabido pelas esmolas com carácter pontual a periódicas, ainda que pudessem ser repetidas no mesmo ano, ou em diferentes anos ¹⁰⁹.

Identifiquemos agora os destinatários das esmolas do Cabido. Começemos pelo género: das 782 pessoas que recorreram a estas esmolas entre 1716 e 1724 e 1731, 71% eram mulheres (num total absoluto de 558), e 29% homens (num total absoluto de 234). Estes são números que apontam para o carácter de vulnerabilidade da condição feminina ¹¹⁰, potenciada ainda por específicas circunstâncias ligadas ao percurso de vida. A desagregação da economia familiar pela morte do conjugue foi uma delas ¹¹¹. A leitura do gráfico nº 45 mostra-o claramente: em primeiro lugar as viúvas, seguidas, quase em igualdade numérica, pelas solteiras e casadas. Verdadeiramente pertinente é o facto de a maioria das viúvas ter preferido realçar nas suas petições situações tão vagas como “está passando grandes necessidades”, “está padecendo grande pobreza”, ou, ainda, as duas conjugadas, como aliás podemos constatar no gráfico nº 46, e não o seu estado civil.

¹⁰⁹ Por isso não poderemos comparar os valores das esmolas do Cabido da Sé de Évora com os quantitativos dados em outras Dioceses ou Arquidioceses. Para o Arcebispado de Braga vejam-se os valores apresentados em Maria Marta Lobo de Araújo, “Aos pés de Vossa Alteza Sereníssima: as pobres do Arcebispo bracarense D. José de Bragança”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), 2002, pp. 115-120. Para a diocese de Coimbra, veja-se José Pedro Paiva José Pedro Paiva, “O episcopado e a assistência em Portugal na época moderna... cit.”, p. 183. Por outro lado, tão pouco poderemos estabelecer a percentagem destinada pelo Cabido à assistência por não dispormos de dados completos sobre as atividades assistenciais da Igreja eborense.

¹¹⁰ Acerca da condição da mulher na idade Moderna em Portugal veja-se Isabel dos Guimarães Sá, “Pobreza”, *Dicionário de História religiosa de Portugal* (Carlos Moreira de Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de leitores, 2001, p. 460. E, ainda Maria José Moutinho, “Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII”, *Revista de História*, Porto, nº 5, pp. 35-47.

¹¹¹ Sobre a importância da desagregação do sistema económico familiar como promotor de vulnerabilidade face à pobreza, veja-se Tim wales, “Poverty, poor relief ... cit.”, p. 353.

Gráfico nº 45 - Estado civil dos esmolados (1716/1731)

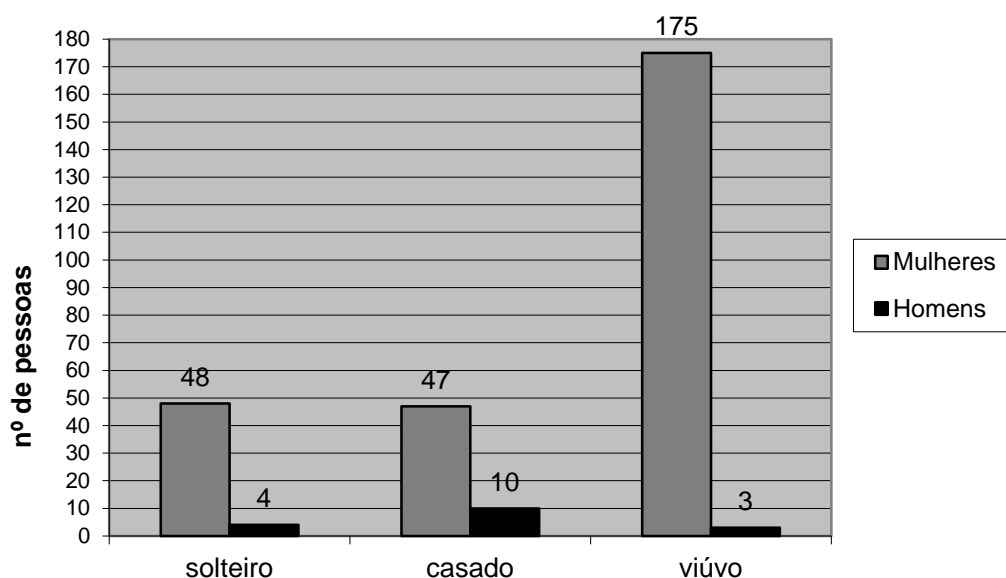
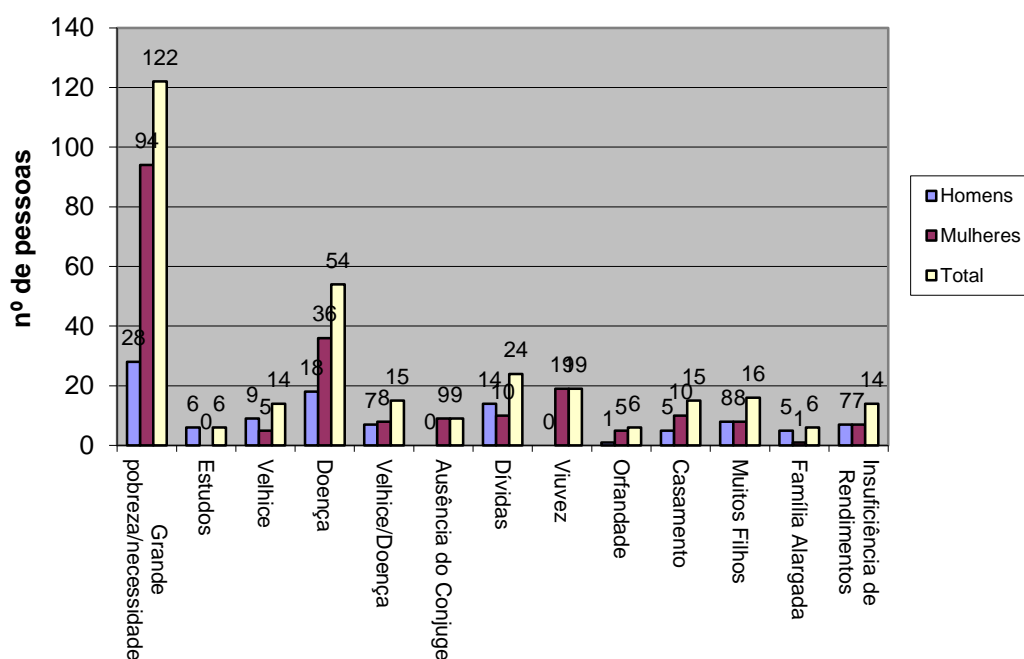


Gráfico nº 46 - Justificações do pedido de esmolos (1716-1731)



Aduziam, no entanto, e com alguma frequência, a necessidade de salvaguardar a honra, em especial das filhas donzelas, em perigo devido à situação de pobreza. A atenção dada à mulher e ao seu comportamento

sexual neste último século da modernidade não se alterara em relação aos séculos precedentes. As mulheres continuavam a gerar sentimentos de desconfiança por parte dos homens, que as consideravam moral e intelectualmente inferiores, por isso, facilmente corruptíveis¹¹². Obviamente, estas características hiperbolizavam-se em caso de ausência de uma figura masculina que lhes garantisse a subsistência e proteção. Era o que ocorria com as viúvas, mas também em caso de emigração ou abandono, situações que às vezes eram equivalentes, deixando as mulheres com o fardo dos filhos e, não raramente, de dívidas. Talvez por estas razões, sempre que uma mulher, especialmente viúva e com filhas donzelas, solicitava esmolas ao Cabido fazia questão de invocar a sua honradez e recolhimento em casa¹¹³, atributos que sabia serem necessários para ter sucesso.

Quanto aos homens, apesar de termos muito menos informações sobre o seu estado civil, como podemos verificar no gráfico nº 45, foram essencialmente casados os que solicitaram ajuda do Cabido. Como ficou bem patente no gráfico nº 46, à semelhança das mulheres, também a maior parte das justificações dos pedidos masculinos acabaram por se cingir a argumentos imprecisos de “grande pobreza” e “necessidade”. Mas como podemos constatar tinham outras apelações exclusivas, como o do

¹¹² Cf. Maria Antónia Lopes, *Espaços e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 19. E ainda, Ana Maria dos Santos N. de Oliveira Braga, “Notas para o estudo da mulher viúva em Portugal nos finais do Antigo Regime”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. VIII, pp. 120-124.

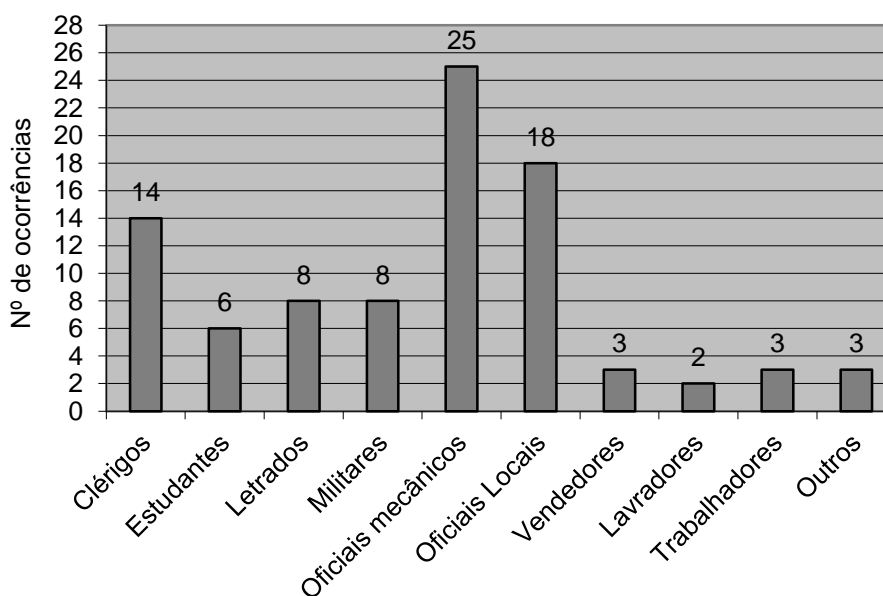
¹¹³ Por isso talvez seja necessário rever as interpretações que têm sido feitas em torno da pobreza envergonhada. O facto de viver das portas para dentro poderia não significar apenas vergonha de demonstrar a pobreza, mas a certificação de uma conduta moral adequada. Muitos destes pobres alegavam que viviam recolhidos e em grande pobreza, como era notório na sua vizinhança, tal como por exemplo Margarida da Costa, viúva, moradora na Rua de Alconchel. Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido*, pasta nº 48, maços I e II não numerados.

pagamento dos estudos ou o peso inerente ao governo de uma família alargada.

Lançando um olhar global sobre os dados representados neste último gráfico, encontramos ainda outras causas de empobrecimento. A doença e as dívidas estão entre as mais representativas, para além do número de filhos a cargo, ou a família, a velhice, isolada ou associada à doença, enfim, a insuficiência de rendimentos.

Em última análise, a doença, a viuvez, o casamento, próprio ou de filhos, a velhice, as dívidas, entre outros, podem significar exposição à pobreza e não eram socialmente seletivos. Momentânea ou permanente, a pobreza era um fenómeno transversal na sociedade, no caso em apreço, na de Évora. Para validarmos esta afirmação torna-se necessário reconstituir o universo social daqueles que pediram esmolas ao Cabido durante os anos em estudo. Atente-se, pois, no gráfico nº 47, representando as suas profissões:

Gráfico nº 47 - Profissões (1716/1731)



Rapidamente se conclui que o grupo mais representado foi o dos oficiais mecânicos, logo seguido pelos oficiais locais – como meirinhos,

porteiros, agentes de causas etc. –, e pelos clérigos, essencialmente seculares. Também com alguma expressão, os letrados, normalmente denominados por doutores, e os militares, essencialmente capitães. Das restantes categorias, em menor número, destacamos os estudantes que, cursando na Universidade de Évora ou na de Coimbra, pediam patrocínio para prosseguirem os seus estudos.

Poder-se-ia estranhar a ausência, ou a pouca representatividade, dos grupos que tradicionalmente se apontavam como estando na rota do pauperismo¹¹⁴, como era o caso dos trabalhadores, crê-se, não especializados, ao contrário dos sapateiros e pedreiros. No entanto, das 782 pessoas esmoladas pelo Cabido, apenas dispomos de informações profissionais para 90 – 87 homens e 3 mulheres, representando apenas 11,5% do total.

Apesar disso, alguns elementos apresentados pelo rol de esmolas e pelas petições por escrito deram-nos pistas no sentido da elitização das esmolas do Cabido. No caso das mulheres, constatamo-lo pela identificação da situação de “Dona”, que não estava reservado às camadas ditas desfavorecidas. Em segundo lugar, quando indicado, o nome do conjugue sugeriu-nos a existência de muitas mulheres da pequena nobreza local. A título de exemplo, D. Isabel Pereira do Rego, viúva do capitão Manuel Nunes Furtado, D. Inácia Rebelo da Guerra, viúva do capitão João de Almeida de Aragão, D. Inês Maria de Matos, viúva do capitão Nicolau Ribeiro da Costa, D. Isabel Maria de Lima, viúva do doutor Manuel Estevens Lobo, entre muitas outras¹¹⁵. O mesmo acontece com os apelidos familiares, como Brito Mousinho, Vidigal Salgado, Vilalobos, Botelho de Vilhena, Pimentel, Homem¹¹⁶: muitos deles pertencentes a homens que

¹¹⁴ Cf. Bronislaw Geremek, *A piedade e a força... cit.*.

¹¹⁵ Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido (séculos XVII e XIX)*, pasta nº 48, maço II não numerado.

¹¹⁶ *Ibidem.*

encontrámos nas pautas de vereação e no desempenho de outras funções camarárias ao longo do século XVIII¹¹⁷. Alguns alegavam, na hora de pedirem esmolas ao Cabido, a sua condição de pessoas nobres, muitos de fidalgos. Foi o caso de Manuel de Sousa da Cunha, que referia que não sentiria tanto as dificuldades se não conhecesse “o que fora toda sua fazenda com que seos pais e auos viuerão a lei de fidalgos tão ilustres”¹¹⁸. Ou então, o doutor António Vidigal Salgado, cavaleiro do hábito de Cristo, cidadão de Évora, mencionava sempre ter vivido conforme a “qualidade de sua pesoa”, mas que estava reduzido a uns míseros 40 000rs de tença do seu hábito. Nobreza, que era também invocada por D. Isabel Pessoa de Lemos, viúva do doutor Luís de Miranda, que “em rezão de ter duas filhas donzelas e padecer os infortunios do tempo se ue em em extrema nesisidade sem ter com que se sustentar e por serem pesoas de conhesida nobreza e de bom persidimento”¹¹⁹.

Não poderíamos finalizar esta breve incursão pelos meandros sociais das esmolas do Cabido da Sé de Évora sem abordarmos a sua distribuição no espaço físico da cidade. E a primeira constatação é a de que o Cabido privilegiou os naturais de Évora, sendo pouquíssimos os exteriores à cidade. Em segundo lugar, como se pode observar no mapa nº 3, habitaram em zonas “nobres” como por exemplo, e por ordem decrescente, na Rua 5 de Outubro (antiga rua da Selaria); Rua de Machede; Rua dos Mercadores;

¹¹⁷ Cf. Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo: Évora (1750-1820)*, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 167, 185-186, 197-198.

¹¹⁸ ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido (séculos XVII e XIX)*, pasta nº 48, maço II não numerado. (Petição dirigida ao Cabido, datada de 1 de Outubro de 1718). Confira-se esta petição no anexo XVI da alínea B dos anexos.

¹¹⁹ *Ibidem*. (Petição dirigida ao Cabido, datada de 19 de Novembro de 1718). Aliás, este tipo de actuação no Arcebispado de Évora não é novo. Já o Cardeal D. Henrique parece ter tido atitude semelhante. Cf. Amélia Polónia, “A actuação assistencial do Cardeal Infante D. Henrique... cit.,” p. 138. Eventualmente, esta conclusão poderá ser extensível a mais Dioceses em Portugal, se as fontes forem abordadas nesta perspectiva.

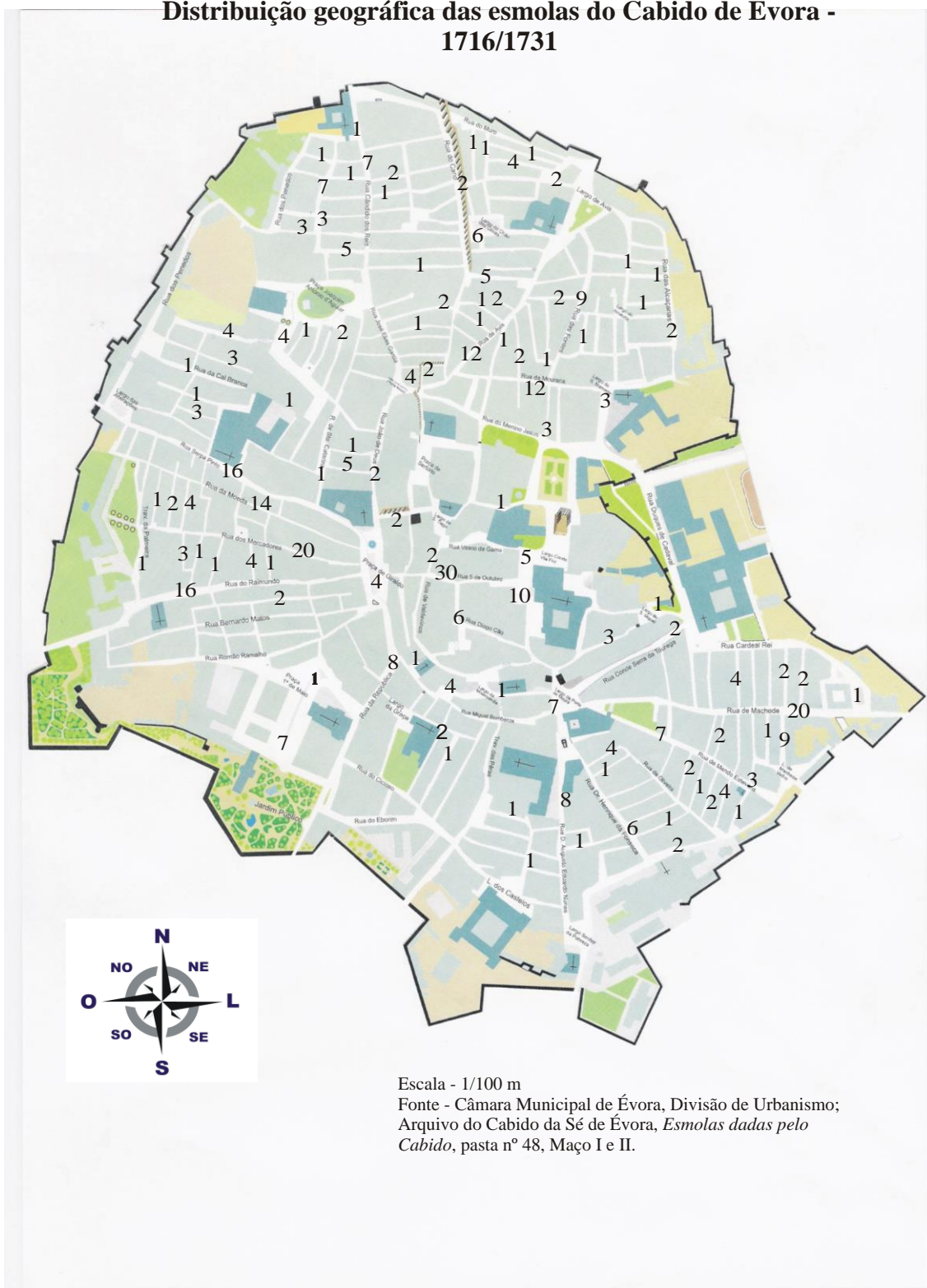
Rua do Raimundo e Rua Serpa Pinto (antiga Rua de Alconchel) e Rua de Avis. Como é sabido, artérias principais da cidade, onde muitos nobres tinham residência desde o século XIV¹²⁰. Eram, portanto, ruas com prestígio social, perto do centro religioso, a Sé, facto que pode ter tido alguma influência na altura da distribuição da esmola, até porque quem lá morava seria bem conhecido do Cabido, e não apenas por pertencer às famílias de elite.

De alguma forma também relacionado com este grupo está o universo dos contemplados com o legado do cónego Diogo Vieira Velho, administrado pela Misericórdia, que analisaremos de seguida.

¹²⁰ Cf. Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995, p. 564.

Mapa nº 3

Distribuição geográfica das esmolas do Cabido de Évora - 1716/1731



2 – O legado do Cónego Diogo Vieira Velho (administrado pela Misericórdia)

É no contexto do alargamento conceptual dos significados de pobre, pobreza, caridade e assistência que, na nossa opinião, se inscreve o conjunto de esmolas pertencentes ao legado testamentário de Diogo Vieira Velho. Cónego prebendado da Sé de Évora, Diogo Vieira Velho mandou lavrar o seu testamento em 1675, falecendo em Junho do ano seguinte¹²¹. Deixou a Misericórdia de Évora por herdeira universal dos seus bens, com condição de a instituição mandar rezar 4 missas quotidianas *ad eternum*, 3 pela sua alma e 1 pelas almas dos seus pais, a celebrar por 4 capelães. Depois de pagos os ordenados dos padres, e outros encargos testamentários, ordenava o cónego que no “primeiro dia de todos os santos de cada hum anno emquanto o mundo durar, se repartirá [o que sobrasse dos rendimentos das suas propriedades] pellas molheres pobres nobres e pellos clerigos e freyras todos desta cidade de Euora, que tambem são nobres”. Especificava ainda que “e não darão a pessoa de segunda condição nada, nem a frades; e não se escandalizem de mim, porque quem trabalha não tem fome”¹²². Numa primeira leitura deste excerto, e sem querer retirar conclusões precipitadas, não parece que nem o legatário, nem os beneficiários destas esmolas se enquadrassem no tipo social e económico que tradicionalmente caracteriza a relação vertical de dar e receber. Todavia, a mensagem passada por este cónego da Sé não diferia muito da imagem do pobre recolhido, merecedor da assistência: aquele que, mesmo empobrecido, estava impedido de trabalhar devido à sua condição social. Mas para que se confirme perentoriamente esta ideia é necessário que se

¹²¹ Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou aos nobres pobres*, 1º nº 1753, fls. 2-9). Veja-se a transcrição do testamento no anexo II da alínea A dos anexos.

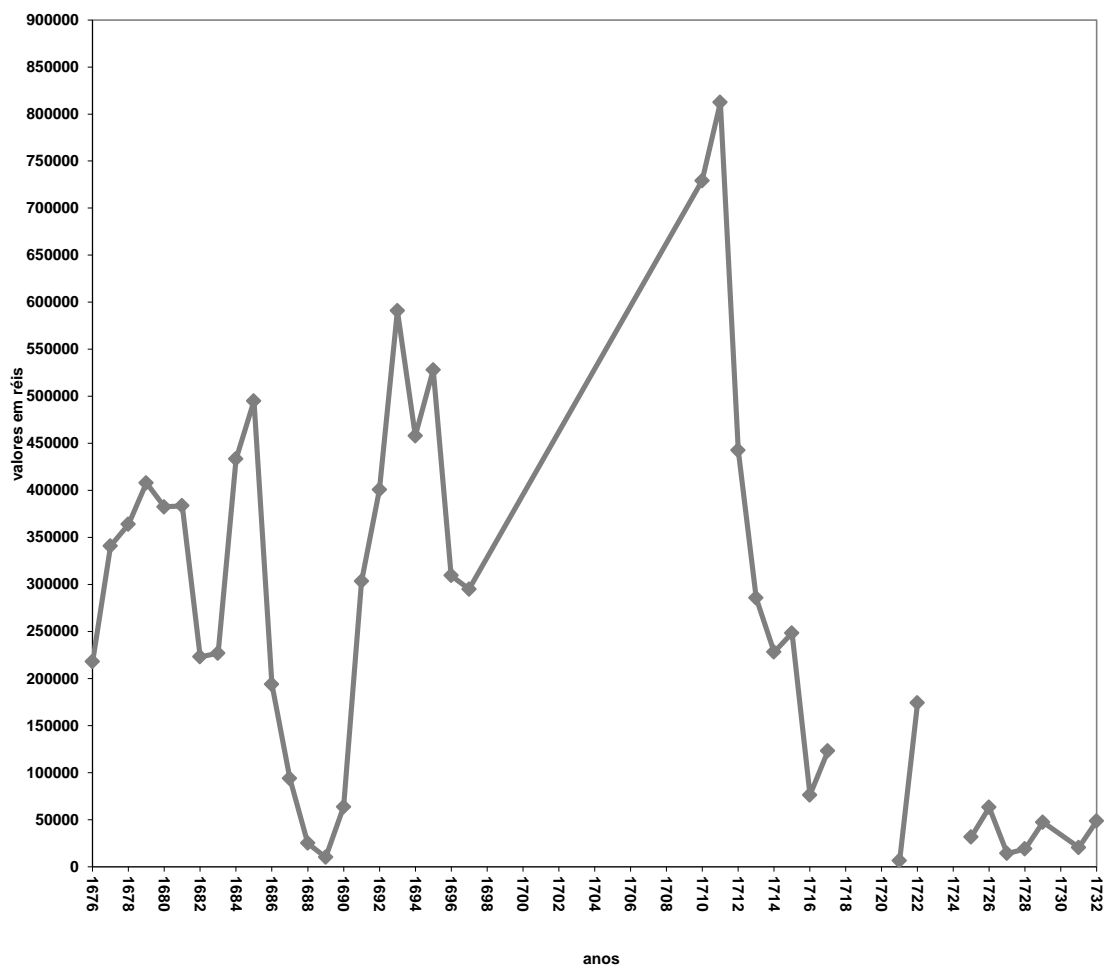
¹²² *Idem, ibidem.*

quantifiquem as esmolas e identifiquem as pessoas que as receberam. Portanto, que se estabeleçam perfis sociais e se reconstituam as estratégias sociais que os moveram. Entremos então no universo das esmolas do cónego Vieira Velho.

Como referimos atrás, o instituidor deste legado era um homem riquíssimo, senhor de um vasto património, constituído por quinhões de herdades, ferragiais, vinhas, quintas, hortas, courelas, foros e rendas, rurais e urbanas, para além de capital investido no mercado creditício¹²³.

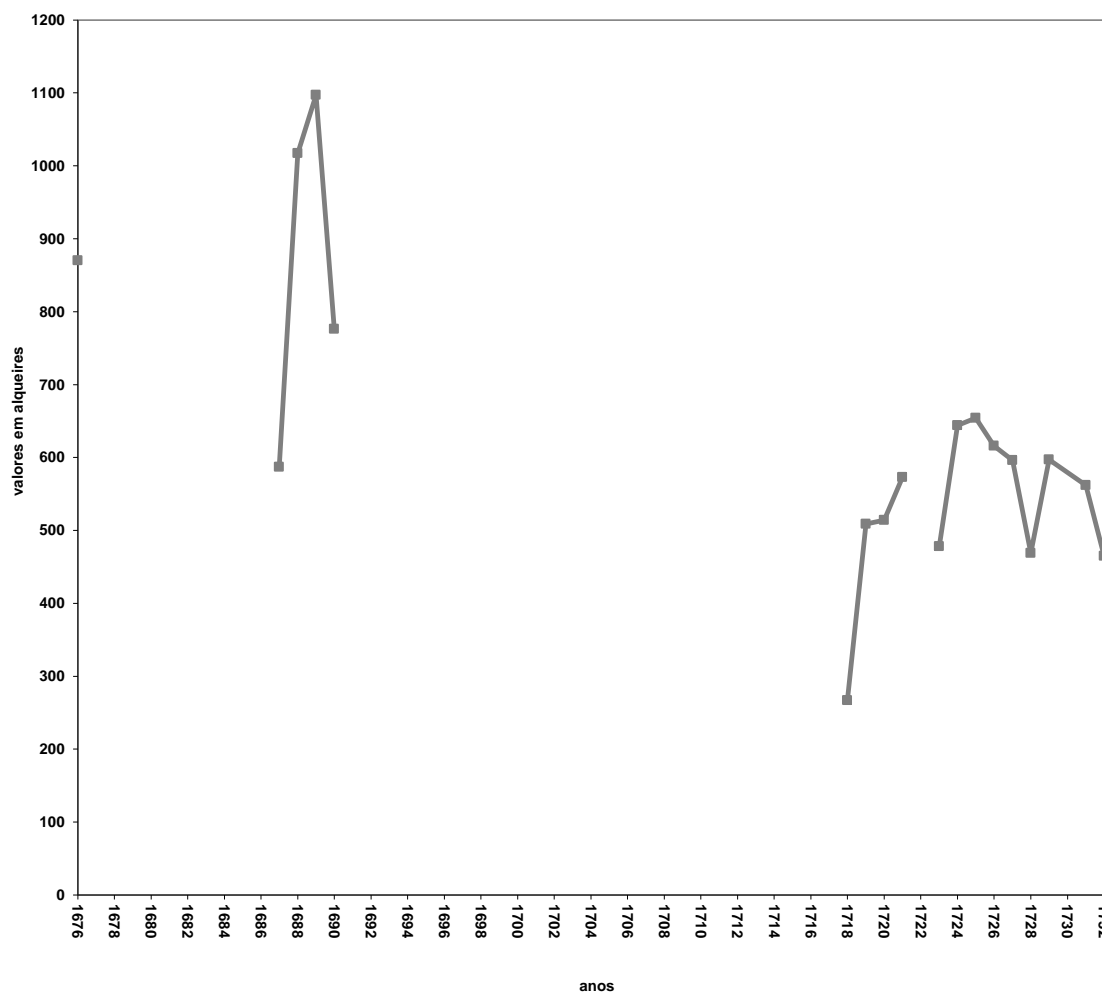
¹²³ Após a sua morte, em 1676, a Misericórdia de Évora, como sua universal herdeira, elaborou um tomo onde elencou todos os seus bens. A saber: quintas: uma quinta ao enxarrama e outra em peramanca (termo de Évora). Ferragiais: um no Rego da Vargem, 7 em Alpedriche, dois no caminho de Estremoz, outro na Quinta do Moniz, mais um em São Bartolomeu, um na Torregela, dois no poço entre as vinhas, um na Porta da Mesquita e um no Moinho dos Álamos – todos nos arredores de Évora –. Herdades de maior senhorio: herdades da Pouca Farinha e Aranha (ambas localizadas no termo de Montemor-o-Novo). Quinhões de herdades: Herdade da Parreira (freguesia de São Brás do Regedouro), Herdade do Poço do Zagalo (freguesia da Sé), Herdade do Monte das Pedras (freguesia de Santa Sofia) Herdade da Venda do Albardão (freguesia de São Manços), Herdade da Abadia (termo de Evoramonte), Herdade do Monte Santo (termo de Evoramonte), Herdade da Marmeleira (termo de Evoramonte), Herdade da Anoadinha (termo de Arraiolos), Herdade da Parrachinha (termo de Évora). Foros em herdades: Herdade da Reimonda (termo de Evoramonte). Courelas: duas em vale de Safaria (termo de Evoramonte), mais dois foros em duas courelas também no termo de Evoramonte. Azenhas: propriedade de uma azenha na freguesia de Bencatel (termo de Vila Viçosa). Casas: cinco casas na Rua da Celaria, em Évora. Foros de casas: quatro foros em quatro casas respetivamente na Rua da Celaria, Rua dos Infantes, Praça Grande e Beco do Espírito Santo. Para além das referidas propriedades, o cónego Diogo Vieira Velho tinha emprestados à data da sua morte 2 650 000 réis com juros de 5%, repartidos pelas freiras de Santa Clara (4 000 réis), pelos padres da companhia de Jesus (500 000), pelo Cabido da Sé de Évora (1 600 000 réis) e por Domingos Lopes (150 000 réis). Cf. ADE, ASCME, *Fazendas e foros do cónego Vieira Velho: tomo*, 1º nº 78.

Gráfico nº 48 - Somatório das esmolas em dinheiro - (1676/1732)



Como podemos verificar no gráfico acima, uma vez que a periodicidade de distribuição deste legado era anual, apesar de muito variáveis, as esmolas chegaram a atingir os 800 000 réis, mais do que as rendas de muitas Misericórdias à época. O mesmo acontecia com o trigo, esmola menos frequente, mas também muito avultada, atingindo o pico nas últimas décadas do século XVII, quando começaram a ser distribuídos 100 alqueires de trigo (correspondentes a 22 000 litros de trigo).

Gráfico nº 49 - Somatório das esmolos em trigo - (1676/1732)



Todavia, em ambas as situações podemos constatar um decréscimo significativo a partir de 1718, o que pode ser indicador das dificuldades que a Misericórdia sentia em cobrar quer as rendas, quer as dívidas dos rendeiros e foreiros das propriedades que administrava, uma situação mais ou menos generalizada neste tipo de instituições a partir de finais do século XVII¹²⁴. Não obstante, estes números traduzem-se num elevado rácio

¹²⁴ A continuação do provimento dos pobres em géneros no século XVIII, verificado nestas esmolos do cónego, nas da Misericórdia e nas do cabido, é por si só indicativo de que este tipo de assistência sobreviveu, contrariando a historiografia tradicional que referia que as transferências em dinheiro tinham tornado a assistência em géneros supérflua. Sobre este assunto veja-se Steve Hindle, *On the Parish?...* cit., p. 149.

esmola/pessoa, como podemos verificar pelas esmolas médias recebidas por cada pessoa por ano.

Gráfico nº 50 - Esmola média de dinheiro por pessoa - (1676/1732)

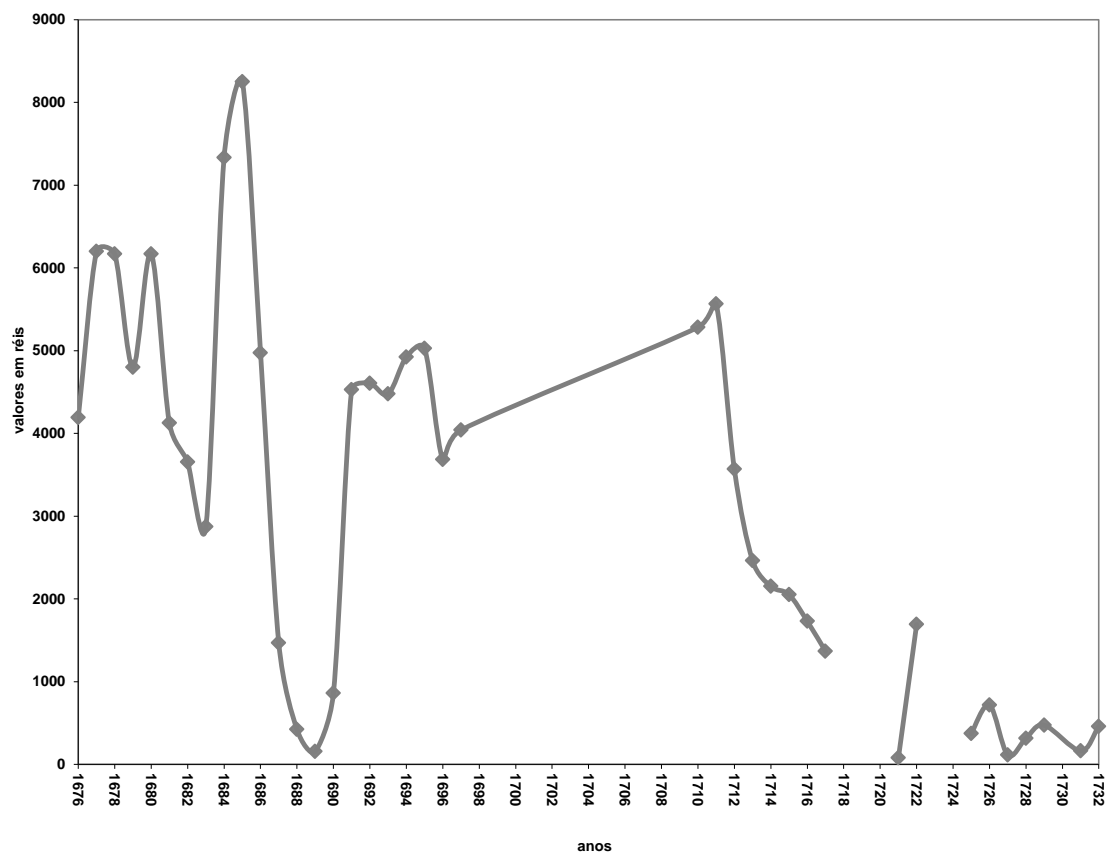
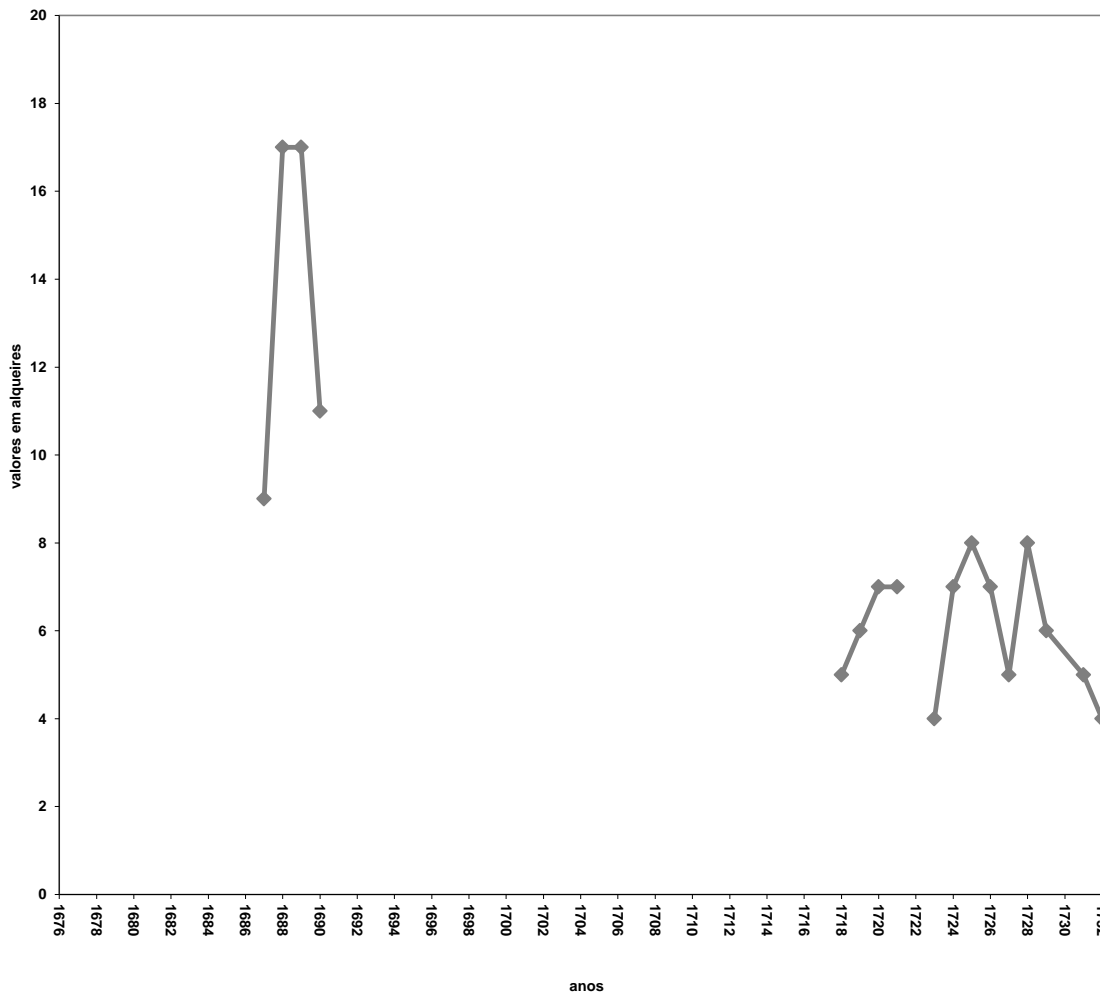


Gráfico nº 51 - Esmola média de trigo por pessoa (1676-1732)

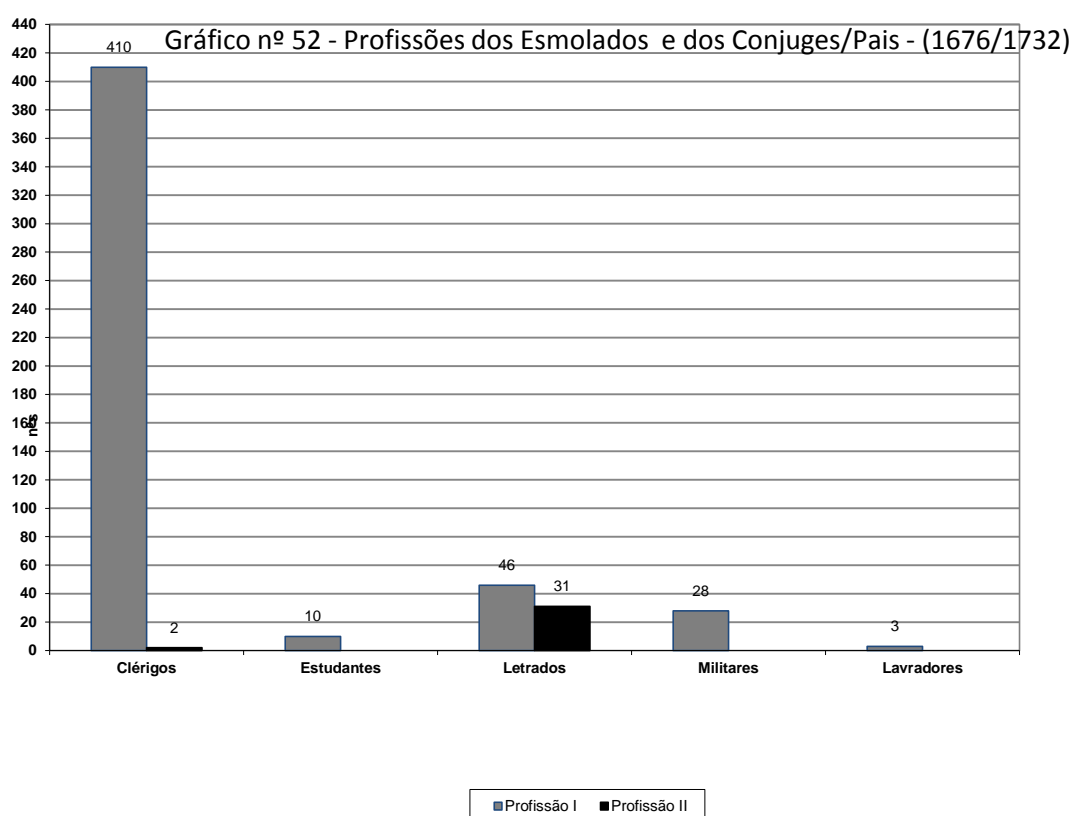


Para termos uma ideia dos valores com que estamos a lidar basta referir que os 17 alqueires de trigo de esmola média distribuída em 1689 correspondentes a 340 litros de trigo, equivalia a metade da renda de muitas herdades alentejanas à altura. Ou que os 8 500 réis de esmola em dinheiro se aproximavam dos 10 000 réis que a Misericórdia de Évora dava cada ano para as donzelas órfãs iniciarem a sua vida de casadas.

Por um lado, se compararmos esta realidade com as esmolas concedidas pelo Cabido, analisadas no ponto anterior, por serem análogas em termos do período que cobrem, periodicidade e estatuto social dos

esmolados, verificamos que, em média, as diferenças se situam no dobro, com desvantagem para o Cabido¹²⁵.

Apresentados os números é necessário conhecer os indivíduos, a sua condição social e inferir possíveis situações de pauperismo e estratégias de manutenção social. Não é difícil identificar a categoria do grupo recetor das esmolas do cónego Vieira Velho. Recuperando o seu testamento, deveriam ser padres, clérigos seculares, freiras, e nobres empobrecidos. Registos que foram cumpridos, tal como se pode verificar no gráfico seguinte.



Comparando com outras realidades socialmente mais heterogéneas, como a das esmolas do Cabido da Sé e a da assistência domiciliária da Misericórdia, o grupo das esmolas do cónego parece situar-se no universo das elites locais, onde predominam, para além dos clérigos, os indivíduos

¹²⁵ Veja-se de novo o gráfico nº 44.

ligados à justiça, à saúde, ou detentores de cargos militares. Muitos deles seriam, como teremos oportunidade de demonstrar, membros do restrito grupo dos homens nobres da governança.

Mas como explicar a esmagadora presença de freiras se os conventos se autofinanciavam? E como explicar a distribuição anual de esmolas aos 14 capelães da Misericórdia, se eles auferiam um salário, que normalmente era acumulado com outras funções? Para além de não estarem contemplados no testamento do cónego, 25% do subgrupo dos homens pertencentes às elites locais era irmão da Misericórdia, e participava ativamente nas suas Mesas administrativas e na Câmara Municipal¹²⁶. Muito provavelmente terão sido estes desrespeitos às determinações do cónego Diogo Vieira Velho que ditariam a perda da administração do legado para o Mosteiro da Cartuxa, pelo menos entre 1697 e 1707¹²⁷, como determinado pelo testador “o senhor provedor que no tal tempo não cumpra este meu testamento na forma que nelle ordeno, dexo tudo aos religiosos da cartuxa desta cidade de Euora”¹²⁸.

As razões desta transferência de administração parecem fundadas na interpretação sobre a qualidade da nobreza dos esmolados, uma infração que teria sido denunciada pelos padres da Cartuxa. Essa qualidade de nobreza elegível para receber esmola deste legado era, na leitura do poder

¹²⁶ Consulte-se o quadro nº 1 e o que acerca dele se escreve no capítulo I da parte V, onde se desenvolvem os percursos de vida destes homens.

¹²⁷ Daí a ausência de dados para este período na contabilidade da Misericórdia enquanto administradora do legado. A inexistência dos mesmos a partir de 1732 não se consegue explicar por não haver documentação.

¹²⁸ ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou ... cit.*, fl. 4. Esta era uma prática, ao que tudo indica comum, já D. Teotónio de Bragança, na tentativa de proteger o património e a memória, deixara expressas ordens que o património que doava à Cartuxa de Évora reverteria em favor do Recolhimento de São Manços, que tinha em projeto. Cf. Laurinda Abreu, Rute Pardal, *A memória histórica do convento da cartuxa de Santa Maria Scala Coeli através da sua documentação*, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2010, p. 2.

central, “da hereditária e não da adquirida ou por privilegio alcançada”¹²⁹. Tendo ganho o processo na Relação, os monges da Cartuxa tentaram desobrigar-se da distribuição de esmolas, mas como tal não lhe foi autorizado, acabaram por renunciar à administração do referido legado em Agosto de 1707¹³⁰, regressando o mesmo à Misericórdia.

Em suma, este documento abre novas perspectivas de análise do ato de esmolar. A expansão das redes de sociabilidade ao campo da caridade como estratégia de distribuição de recursos é uma delas, tendo por base uma relação social horizontal. Elementos de extrema importância, que são outros tantos pontos de partida para a definição e estudo dos percursos de vida destes pobres¹³¹. O que este legado igualmente evidencia é que, apesar da institucionalização das práticas assistenciais, a caridade privada manteve-se ativa, fosse ela dirigida aos “nobres pobres”, aos presos, aos convalescentes ou aos órfãos. Ainda que, no caso em apreço, estivesse institucionalmente enquadrada. Como em muitas outras situações em Portugal, e no resto da Europa, o espírito seria sempre o da seletividade, privilegiando, sem surpresa, os pobres locais¹³².

¹²⁹ De facto, esta foi uma das recomendações feitas pelo rei em 1698, dando a entender que os cartuxos já se tinham movimentado judicialmente para ganhar a administração do legado. Certo mesmo, é que a partir de 1697 até 1710, deixou de haver registos das esmolas do cónego Diogo Vieira Velho no espólio da Misericórdia.

¹³⁰ Cf. ADE, *Notariais de Évora*, nº 1005, fls. 103-104. (Escritura datada de 5 de Agosto de 1707).

¹³¹ Desenvolvidos essencialmente na parte V deste trabalho.

¹³² A título de exemplo refira-se o caso de Coimbra, estudado por Maria Antónia Lopes: A autora apresenta o legado de Manuel Soares de Oliveira, que deixando a Misericórdia como administradora de boa parte da sua fortuna, lhe atribuiu também a obrigação de instituir um Recolhimento de órfãos, do provimento dos presos da cadeia e dos pobres da vila de Pereira. Cf. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, pp. 485-523. Em Inglaterra, a partir de finais do século XVI e princípios do século XVII, as atitudes mudaram por parte dos doadores no que se refere à discriminação dos pobres a assistir. Uma caridade que poderia ou não estar inserida nas estruturas paroquiais de assistência, mas que começou a estipular quantos, e sobretudo, quais os pobres que deveriam ser assistidos. Para o desenvolvimento deste assunto veja-se, entre outros Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, pp. 120-134.

Capítulo III - Densidade e extensão da pobreza

1 – Os ritmos e a expressão da assistência domiciliária

No sentido de dar resposta às questões inicialmente formuladas acerca da densidade e da extensão da pobreza tentou-se, ao longo das últimas páginas, a quantificação possível e, em simultâneo, revelou-se o tipo de assistência praticada em Évora no período em estudo. É preciso, agora, refinar a análise, e aproximar-nos dos homens e das mulheres que usufruíram dos recursos assistenciais. Por outras palavras, importa conhecer os ritmos individuais com que os pobres foram assistidos e o tipo de auxílio que receberam.

É necessário, no entanto, ter presente que a nossa base de trabalho é exclusivamente constituída por dados de natureza institucional, o que implica uma série de condicionantes, não apenas as relacionadas com os recursos de cada instituição, mas, sobretudo, as decorrentes das escolhas que as elites fizeram na altura de os distribuir. Quantificar os que ficaram de fora é, pelo menos para já, uma tarefa impossível, embora vários autores defendam que no período moderno cerca de 50% da população da Europa viveria na miséria. No exercício de identificação dos pobres que aqui propomos usámos como indicadores as esmolas da Misericórdia de Évora, a assistência domiciliária, os melhores que temos disponíveis para o efeito¹³³.

¹³³ Ficou já provada a maior regularidade da assistência praticada pela Misericórdia, por se constituir como um acompanhamento semanal e mensal denso – na maior parte dos casos –, por comparação com outras com as esmolas do Cabido da Sé de Évora e as provenientes do cónego Diogo Vieira Velho. Estas últimas eram anuais, como veremos, e as da Sé distribuídas de forma aleatória.

Quadro nº 6

Número de ocorrências na assistência domiciliária por cada utente									
Ocorrências	[1-4]	[5-10]	[11-20]	[21-30]	[31-40]	[41-50]	[51-100]	+100	Total
Períodos									
1635, 1650/1663	3914 (78,6%)	626 (12,5%)	274 (5,5%)	76 (1,5%)	38 (0,7%)	17 (0,3%)	25 (0,5%)	5 (0,1%)	4975 (100%)
1700/1750	27.645 (86,7%)	2230 (6,9%)	1.190 (3,7%)	411 (1,2%)	184 (0,5%)	88 (0,2%)	89 (0,2%)	22 (0,02%)	31.858 (100%)

Para saber quantas vezes cada utente usufruiu da assistência domiciliária dividimos o universo das ocorrências em classes de intensidade dos episódios que, como se pode ver no quadro acima, foram estabelecidas entre 1 e mais de 100 episódios¹³⁴. A imagem devolvida por esta contagem é esclarecedora em ambos os períodos para os quais foi recolhida informação: quer em termos absolutos, quer em termos relativos, o peso da primeira classe é esmagador. O que significa que, no primeiro período, 78,6% dos indivíduos que fizeram parte deste universo foram beneficiados entre 1 e 4 vezes, conforme se pode ver nos quadros nº 7 e nº 8. No segundo período estes valores aumentaram em mais de 8%, num total de 86,7%. Em todos os restantes conjuntos, apesar da subida dos números

¹³⁴ Um exercício semelhante ao efetuado por Steven King em *Poverty and welfare in England... cit.*, pp. 131-132. Nessa obra, o autor operacionaliza uma metodologia onde estabelece quatro categorias: os nunca pobres (nunca surgiram nas fontes assistenciais); os por vezes pobres (que surgiram 3 vezes nas fontes mas que passaram menos de 5 anos na assistência); os frequentemente pobres (cujos nomes foram referidos até 6 vezes nas fontes, mas que passaram menos de 10 anos na assistência); e os sempre pobres (aqueles que recorreram mais de 6 vezes e foram assistidos mais de 10 anos). Um método ambíguo, nas palavras do próprio autor, que o impede de propor generalizações sobre a intensidade da pobreza, pese embora não terem em conta que, ao utilizar-se fontes assistenciais, se trata sempre da perspetiva institucional da pobreza.

absolutos de pessoas, até porque o âmbito cronológico foi mais alargado, todas as outras percentagens desceram nos anos estudados do século XVIII, quando comparados com os do século XVII. Tendo em conta o que atrás se disse, justifica-se verificar a intensidade com que as diferentes categorias assistenciais foram “usadas” por parte de cada um dos utentes.

Quadro nº 7

Número de ocorrências na assistência domiciliária por cada utente 1635, 1650/1663									
Tipo de Assistência	[1-4]	[5-10]	[11-20]	[21-30]	[31-40]	41-50	51-100	+100	Total
Galinhas quadrelas	1353 (63%)	520 (24%)	198 (9%)	60 (3%)	13 (0,6%)	7 (0,3%)	3 (0,1%)	—	2154 (100%)
Assistência2	322 (100%)								322 (100%)
Assistência3	232 (72,5%)	40 (12,5%)	24 (7,5%)	4 (1,2%)	9 (2,8%)	4 (1,2%)	7 (2,1%)		320 (100%)
Assistência4	260 (92,5%)	13 (4,6%)	2 (0,7%)	2 (0,7%)		1 (0,3%)	1 (0,3%)	2 (0,7%)	281 (100%)
Assistência6	126 (67,3%)	25 (13,3%)	11 (5,8%)	6 (3,2%)	5 (2,6%)	4 (2,1%)	9 (4,8%)	1 (0,5%)	187 (100%)
Assistência Médica4	79 (95,1%)	2 (2,4%)	2 (2,4%)						83 (100%)
Assistência Médica5	5 (100%)								5 (100%)
Carneiro	326 (77%)	40 (9,4%)	6 (1,4%)	5 (1,1%)	1 (0,2%)				423 (100%)

A análise conjunta dos dois quadros demonstra que o grupo de pessoas que beneficiou de ajuda mais que 4 vezes se situou sempre muito acima dos 50%. Neste âmbito, a *assistência2* (missas por alma, enterros, mortalhas) foi utilizada apenas uma vez, por razões óbvias, duas vezes dependendo se se tratou do provimento de mortalha, enterro ou missa à

mesma pessoa. A mesma explicação já não se aplica aos restantes tipos de assistência providos pela Misericórdia de Évora.

Quadro nº 8

Número de ocorrências na assistência domiciliária por cada utente (1700-1750)									
Tipo de Assistência	[1-4]	[5-10]	[11-20]	[21-30]	[31-40]	[41-50]	[51-100]	+100	Total
Galinhas quadrelas	4700 (57,5%)	1831 (22,4%)	1012 (12,4%)	340 (4,1%)	158 (1,9%)	61 (0,7%)	47 (0,5%)	12 (0,1%)	8161 (100%)
Assistência2	925 (100%)								925 (100%)
Assistência3	536 (56,3%)	220 (23,1%)	125 (13,1%)	42 (4,4%)	14 (1,4%)	9 (0,9%)	5 (0,5%)	1 (0,1%)	952 (100%)
Assistência4	1470 (97,9%)	20 (1,3%)	6 (0,3%)	1 (0,06%)		1 (0,06)	1 (0,06%)	2 (0,1%)	1501 (100%)
Assistência6	149 (69,6%)	18 (8,4%)	19 (8,8%)	4 (1,8%)	2 (0,9%)	3 (1,4%)	15 (7%)	4 (1,8%)	214 (100%)
Assistência Médica4	129 (99,2%)	1 (0,8%)							130 (100%)
Assistência Médica5	1034 (98,3%)	12 (1,1%)	4 (0,3%)	10 (0,9%)					1051 (100%)
Carneiro	13 (100%)								13 (100%)

Mais importante do que individualizar os valores de cada categoria assistencial, quando os quadros já são suficientemente elucidativos, é assinalar a evolução do século XVIII relativamente ao século XVII no que respeita à intensidade atribuída a cada tipologia. Nessa comparação seria expectável que, quer as frequências absolutas, quer as frequências relativas mais expressivas, se verificassem na classe que contém entre 1 e 4 episódios, até porque aumentaram os anos observados entre o século XVII e o XVIII. No entanto, como já mencionado, deve realçar-se o crescimento do número de pessoas, em termos absolutos e relativos, que contataram mais de 10 vezes com a assistência nas categorias *galinha de quadrelas* e

*assistência*³ (criação dos filhos dos pobres). Uma constatação que, todavia, não permite defender que a Misericórdia investiu mais nestes tipos de assistência. Estas percentagens não revelam, contudo, o tempo de permanência de cada indivíduo em cada uma das categorias com que foi assistido. Encontrar este valor revelou-se de uma grande complexidade, tendo em conta a dimensão da base de dados da assistência domiciliária com que trabalhamos, constituída por 120 258 registos nominativos. Para a conseguirmos trabalhar estabelecemos médias de permanência de cada indivíduo em cada categoria de assistência, somando, em meses, o espaço de tempo decorrido entre o primeiro e o último episódio. Os resultados obtidos encaixam-se nos valores apresentados acima (quadros nº 8 e nº 9), confirmando uma utilização pontual da assistência por parte da maioria dos indivíduos que a ela recorreu. Ao individualizar estatisticamente cada área da assistência domiciliária nos dois períodos analisados fica ainda claro que a esmagadora maioria fê-lo no mesmo mês¹³⁵ (sempre acima dos 50%, frequentemente perto dos 100%¹³⁶), o que, de resto, não apresenta quaisquer surpresas tendo em conta que englobou as missas por alma, mortaldas e enterros – *assistência*². Comportamento que praticamente não sofreu alteração nos dois períodos tratados, à exceção das galinhas providas nas quadrelas, onde se verifica uma redução de 35,3 % na quantidade de pessoas que usufruíram deste tipo de assistência num único mês. O que só por si sugere, em termos gerais, o prolongamento da permanência de cada pessoa nesta categoria, confirmado pelas médias calculadas pela diferença entre o último e o primeiro episódio de cada um dos utentes de galinhas nos anos observados: em termos práticos, 17,5 meses no período analisado no

¹³⁵ Cf. Vejam-se os anexos I a XIII da alínea C dos anexos. Na essência, acaba por ser uma tendência contrária à encontrada por Steven King, quando refere que em cinco comunidades inglesas entre 1699 e 1799 aumentou significativamente a frequência com que os pobres foram assistidos. Cf. Steven King, *Poverty and Welfare in England... cit.*, p. 132.

¹³⁶ Cf. os anexos I a XIII da alínea C dos anexos.

século XVII e 57,8 meses nos anos do século XVIII. Números muito expressivos, que não encontraram paralelo nas outras categorias estabelecidas, onde as médias se situam entre os 0,6 meses e os 26,1¹³⁷, acompanhando a dinâmica do século XVIII que ditou um certo crescimento do número de episódios por pessoa no que se refere à distribuição de galinhas, como referido.

Esta expressividade dos valores centrais não deve toldar a visão de conjunto: se atendermos quer às representações gráficas¹³⁸, quer aos respetivos quadros estatísticos, destaca-se uma enorme variabilidade nos tempos decorridos entre o primeiro episódio e o último, com coeficientes de variação quase sempre superiores a 200%. Tão pouco se deve dar como adquirido que aquelas médias corresponderam a um tempo sequencial. Sendo impossível individualizar, a este nível, cada um dos percursos, é admissível que dentro das médias apresentadas tenha havido casos de pobres cuja permanência foi consecutiva.

Em suma, não obstante tal diversidade apresentada, o que há a reter, também em termos gerais, é uma assistência tendencialmente restrita em termos de tempo e alargada no número de pessoas abrangidas. No entanto, estamos a lidar, refira-se uma vez mais, com o exclusivo universo dos assistidos pela Misericórdia e Cabido da Sé de Évora.

¹³⁷ Para o período de 1635, 1650/1663, as médias em meses verificadas por categoria foram as seguintes: Galinhas de quadrelas – 17,5; *Assistência*³ (criação dos filhos dos pobres) – 14,6; *Assistência*⁴ (esmolas avulsas) – 6,9; *Assistência*⁶ (mesadas) – 17,6; *Assistência médica*⁴ (cura de tinha e alporcas) – 9,4; Carneiro de quadrelas – 3,8. Para o período de 1700/1750 as médias foram, respetivamente, 57,8; 26,1; 14; 22; 14,5; 16,2 e 0,6. Cf. os anexos I a XIII da alínea C dos anexos.

¹³⁸ Que se podem acompanhar nos anexos I a XIII da alínea C dos anexos.

2 – É possível quantificar a pobreza?

Em relação à segunda questão inicialmente colocada, a da extensão da pobreza, procuraremos de seguida uma aproximação ao número de pobres que teriam existido em Évora no período moderno. É relativamente consensual entre os historiadores da pobreza a sua elevada extensão no espaço europeu, medieval e moderno. Quantificá-la não tem sido pacífico, em grande medida pela ambiguidade do conceito de “pobre”. Fará sentido questionar, como o fez Stuart Woolf, “pobre em relação a quê ou a quem?”¹³⁹ Apesar de este autor defender uma definição de pobreza em termos relativos, outros têm destacado a possibilidade de a medir em termos absolutos, estabelecendo uma linha de pobreza que pode ser aplicada a diferentes populações, bem como o cálculo da percentagem de população incapaz de satisfazer as suas necessidades básicas, como a alimentação. Uma outra definição inclina-se mais para o campo cultural, ou seja, a partir da perceção que os pobres têm da sua condição e da que lhes é atribuída. Para John Anderson e Richard Wall todas as três opções, se consideradas isoladamente, são insatisfatórias, sobretudo porque se pode cair na tentação de utilizar padrões de medida demasiado estáticos, sejam eles o estabelecimento da linha de pobreza ou conceitos culturais¹⁴⁰. Todavia, outras opiniões, que subscrevemos, situam o limiar da condição

¹³⁹ Cf. Stuart Woolf, “Charité, pauvreté et structure des ménages a Florence au début du XIX^e siècle” *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n° 2 (Mar.-Avr., 1984), p. 355.

¹⁴⁰ Efetivamente, as necessidades calóricas de cada indivíduo vão-se alterando ao longo do seu percurso de vida individual e familiar. Serão certamente maiores numa fase mais activa da vida do que no final da vida. Há que realçar todavia, que a maior parte dos investigadores não levam em linha de conta a separação socioeconómica dos pobres. Como demonstraremos na última parte deste trabalho, as necessidades de um pobre das categorias sociais inferiores seriam obrigatoriamente diferentes que as dos considerados pobres inseridos em categorias sociais mais elevadas. Sobre este assunto, veja-se John Henderson & Richard Wall (Eds), “Introduction”, *Poor Women and Children in the European Past*, Routledge, London and New York, 1994, pp. 1-8.

de pobreza acima daqueles que pediam esmolas e que eram colocados nas listas de assistência, nem que fosse por um curto período da sua vida. Significaria que não estavam a morrer à fome, mas também não tinham dinheiro para comprar comida, roupa, pagar curativos ou manter o estatuto social. Advogamos, por isso, que cada investigador deve estabelecer a sua própria definição pobreza, em função da especificidade da realidade socioeconómica que trabalha¹⁴¹.

O exercício que foi possível realizar para Évora assenta na comparação entre o número de assistidos pela Misericórdia – incluindo o legado do cónego Diogo Vieira Velho – e o Cabido da Sé, com as quantificações coevas da população da cidade¹⁴². Os resultados estão

¹⁴¹ Uma ideia já defendida por Wim Blocmans nos inícios da década de 1980. Cf. Wim Blocmans, “Circumscribing the concept of poverty”, *Aspects of poverty in early modern Europe*, Europaisches Hochschulinstitut, 1982, p. 40.

¹⁴² De referir que a escolha dos anos observados resultou de uma difícil solução de compromisso entre os dados assistenciais e as estimativas populacionais. A opção foi de comparar os anos do século XVIII, quando as informações eram mais completas. No que se refere à população utilizámos as contagens populacionais sintetizadas em Rui Santos, *Sociogénese...cit.*, p. 188-189. Para 1700: António Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, Vol. 2, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1707. Para 1720: *Lista das cidades villas, vigayrarias e freguesias que ha neste arcebispado de Evora como tambem dos fogos, e pessoas que nelle ha no anno de 1720*. BPE Cod CIX/2-12, nº 14, fls. 29-38. Para 1732, usámos: Luiz Caetano de Lima, “*Lista de fogos, e almas, que há na terra de Portugal, comunicada ao Author, para se incorporar nesta Geografia, no anno de 1732*, pello Marquez de Abrantes, Censor e Director da Academia Real, e julgada por elle a mais exacta”, *Geografia Historica de de Todos os Estados Soberanos da Europa*, Lisboa, Officina de José António da Silva, vol. II, pp. 418-430. Para 1742-1750: *Eborensis Diocesis Metropolitana descriptio a Fratре Michaele de Tavora undecimi Archiepiscopi ejusdem Diocesis pro prima visitatione ad Limina Apostolarum*, 1750. BPE, Cod. CIX 2/10, nº 9. De referir que optámos por comparar dois anos de “assistidos” com o mesmo número de habitantes devido às incertezas que ainda persistem na datação desse documento, não ficando claro se se trata de 1742, ou de 1750. Como já referimos no ponto 5.1.2 do capítulo III da parte II, o fator multiplicador utilizado para converter o número de fogos em número de habitantes foi o 4. Sobre as

sintetizados no quadro seguinte e devem ser analisados à luz das limitações que antes apresentamos, nomeadamente, o facto de alguns destes episódios de assistência só terem ocorrido uma única vez, às vezes apenas na morte do pobre.

Quadro nº 9

Percentagem de pessoas assistidas em relação ao número de habitantes				
Anos	Fogos	Habitantes*	Assistidos	% de assistidos
1700	4 200	16 800	1531	9,1%
1720	3 184	12 736	1111	8,7%
1732	3 162	12 648	1689	13,3%
1742	3738	14 952	544	3,6%
1750	3738	14 952	790	5,2%

*Número de fogos x 4

De forma inequívoca, os cálculos confirmam a ideia de que apenas uma pequena parte da população pobre foi assistida pela assistência domiciliária. Em Évora, nos anos acima observados, variou entre os 5,2% e os 13,3%. Valores que ainda baixam a 3,6%, e 5,2%, respetivamente, em 1742 e 1750. As *nuances* verificadas nestas percentagens resultaram das circunstâncias referidas no ponto 5 da parte II. O mesmo é dizer, valores muito similares em 1700 e 1720, no contexto económico depressivo das primeiras décadas do século XVIII; um aumento exponencial logo a seguir, concretamente, em 1732; seguido de uma década de crise económica que, relembre-se, teve o pico em 1735. E depois uma quebra abrupta em 1742, com crescimento no ponto de observação de 1750, aqui essencialmente

dificuldades em datar com certezas a descrição do Arcebispado de Évora ao tempo de Frei Miguel de Távora, veja-se Rui Santos, *Sociogénesis do latifundismo... cit.*, p. 177.

motivado pela decisão da Misericórdia em cortar no provimento das galinhas, que constituíam a maior fatia da assistência domiciliária¹⁴³.

Estes números são de extrema importância se tivermos em linha de conta as características que atrás identificámos: a maior parte dos pobres assistidos apenas usufruiu da assistência domiciliária entre uma e quatro vezes, no mesmo mês, com médias de permanência nas diversas categorias relativamente pequenas. Em conclusão, estamos em presença de valores muito baixos que, em termos reais, atiram o número dos assistidos para percentagens ínfimas da população¹⁴⁴. Provavelmente por isso, a percentagem baixaria para cerca de 1,5%, como teria acontecido em Lisboa, pelo menos no ano económico de 1715/1716¹⁴⁵. Obviamente que não temos aqui em consideração a assistência providenciada no hospital e na prisão, que faria subir este valor para cerca de 7 a 8% da população.

¹⁴³ Refira-se novamente que a assistência domiciliária praticada pela Misericórdia foi a mais significativa em termos de pessoas assistidas por comparação, por exemplo, à praticada pelo Cabido da Sé de Évora.

¹⁴⁴ Uma conclusão proposta no ponto 1.1 desta parte. De resto, esta será uma realidade certamente extensível a outros lugares quando se estudar especificamente a assistência domiciliária. É também à luz das percepções da pobreza dos administradores da assistência, com toda a carga subjetiva que carregavam, que se devem ler as diferenças na ajuda aos pobres: desnivelada, segundo as necessidades argumentadas ou percebidas. Ainda que para outro tempo, é essa realidade que parece transparecer nas palavras dos mesários da Misericórdia de Coimbra em 1790 quando referem “devendo reconhecer-se duas ordens de pobres, huma delles miseraveis sem couza alguma de seu, outra daquelles que tendo alguma couza, esta ou lhe não pode valer para o dito fim ou a valerem-se della lhes não chegaria para conceguirem sua saude sem que ficasem miseraveis como os outros. A huns e outros queremos se acuda porposionalmente e com a mesma distinção”. Cf. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 7, p. 449. (Documento datado de 9 de Dezembro de 1790). Sobre uma certa racionalização da assistência médica praticada na Misericórdia de Coimbra em finais do século XVII confira-se o referido em Maria Antónia Lopes e José Pedro Paiva, “Introdução”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 7, pp. 30-31.

¹⁴⁵ Cálculos efetuados por Laurinda Abreu, *A pobreza e as questões da assistência e da saúde em Portugal: dinâmicas políticas e sociais (séculos XVI-XVIII)*, Gradiva, 2013 (prelo). Tendo como base as contas da Misericórdia de Lisboa no ano económico de 1715/1716. Agradecemos à autora o acesso à informação antes da sua publicação. Confira-se o documento da Misericórdia de Lisboa em *Portugaliae Monumenta Misericordiarum... cit.*, vol. 6, p. 559. (Documento datado de 4 de Julho de 1716).

Ao nível da assistência domiciliária, Évora ficaria assim distante de outras realidades europeias, como a de Salisbury, estudada por Paul Slack, que contabilizou menos de 5% da população assistida nos anos trinta do século XVII¹⁴⁶. Precisamente, a mesma percentagem encontrada por Martin Dinges para Toulouse em 1535¹⁴⁷; um pouco superior (6%) para Antuérpia em 1560, nos estudos de Hugo Soly¹⁴⁸, e de 10% (como máximo) nas doze paróquias de Warwickshire em finais do século XVIII, analisadas por Tom Arkel¹⁴⁹. Sensivelmente o mesmo valor encontrado para Toledo em 1573 (10,8%)¹⁵⁰, inferior, contudo aos 15 a 20% referidos por Steven King para em algumas cidades Inglesas do século XVIII¹⁵¹, ou aos 16 a 36% assinalados por Newman Brown em Aldenham no ano de 1688¹⁵², uma percentagem verdadeiramente extraordinária.

Em todos estes autores colhe-se a noção da extrema fragilidade das populações, sendo comumente aceite que em períodos de crise económica, de pestes e de guerras, o número de assistidos tendeu a crescer¹⁵³. O que por vezes não fica muito claro nestes estudos é se os seus

¹⁴⁶ Cf. Paul Slack, *Early Stuart Salisbury*, London, Devizes, 1975, p. 6.

¹⁴⁷ Cf. Martin Dinges, “Health care and poor relief in regional southern France in the counter reformation”, *Health Care and poor relief in Counter Reformation Europe... cit.*, p. 259.

¹⁴⁸ Cf. Hugo Soly, “Continuity and change: attitudes towards poor relief... cit.”, p. 98.

¹⁴⁹ Cf. Tom Arkel, “The incidence of poverty in England in the later seventeenth century”, *Social History*, vol. 12, nº 1, (Jan. 1987), p. 40.

¹⁵⁰ Cf. Linda Martz, *Poverty and Welfare in Habsburg Spain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, p. 203.

¹⁵¹ Cf. Steven King, *Poverty and Welfare in England... cit.*, p. 116.

¹⁵² Cf. W. Newman Brown, “The receipt of poor relief and family situation: Aldenham, Hertfordshire (1630-90)”, *Land, Kinship and life-cycle* (Richard Smith ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 1984, pp. 408-410.

¹⁵³ Uma ideia que ganha sentido na forma efémera como a maior parte da assistência era prestada, noção que encontra um eco perfeito nas palavras de Lynn Hollen Lees quando refere “Of course many of the dependent poor got help only temporarily, so that the size of the dependent population in any given year would have been significantly larger”. Numa tradução livre “Muitos dos pobres dependentes conseguiam ajuda temporária, assim o tamanho da população dependente num determinado ano seria

autores tiveram em conta a separação entre o “ser pobre” e o ser assistido. O recurso às fontes de natureza fiscal, tomando a isenção de impostos como indicador de pobreza, levou a que alguns autores identificassem metade da população como sendo pobre, o que, apesar de ser pertinente, deve ter em linha de conta a divisão acima referida¹⁵⁴. Por outro lado, é igualmente necessário distinguir entre densidade e extensão da pobreza. Como procurámos demonstrar atrás, uma coisa foi a quantidade de pobres assistidos e outra a intensidade da assistência recebida por cada um deles¹⁵⁵.

Em suma, as diversidades locais e as respostas institucionais dadas à pobreza poderão ter justificado a diferença entre os números apresentados pelos autores arrolados. Divergências que também se explicam pelos diversos métodos de contagem das populações pobres assistidas no âmbito das comunidades em causa. Isto, para além dos usos acríticos das fontes fiscais, por exemplo, não ponderando a importância de fatores como a continuidade das séries, omissões de registo, voluntárias ou não, entre outros¹⁵⁶.

significativamente maior”. Lynn Hollen Lees, *The solidarities of strangers: the English poor laws and the people: (1700-1948)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998, p. 45.

¹⁵⁴ Essa é a opinião de Steven King em *Poverty and welfare in England... cit.*, p. 116. Já Tom Arkell contabiliza 40% de população pobre em Warwickshire nos finais do século XVIII, se se tiver em conta as fontes fiscais. Cf. Tom Arkell, “The incidence... cit.” p. 45. Paul Slack estima 1/3 da população pobre para Salisbury nas décadas de 90 do século XVII, e nas décadas de 20 e 40 do século seguinte. Cf. Paul Slack, *Early Stuart Salisbury... cit.*, p. 6. Para um tempo mais recuado Michel Mollat aponta entre os 10 e os 80% de população pobre, onde inclui aqueles a que denomina pobres fiscais. Cf. Michel Mollat, *Les Pauvres au moyen âge*, Paris, 1978, pp. 282-286.

¹⁵⁵ É a leitura que fazemos do texto de Stuart Woolf, quando refere, por exemplo, a percentagem da pobreza em cidades como Salisbury, estudada como referimos por Paul Slack, tomando como estruturais todos os pobres ali assistidos. Cf. Stuart Woolf, *The poor in Western Europe... cit.*, p. 6.

¹⁵⁶ Para um maior aprofundamento desta problemática veja-se Wim Blockmans, “Circumscribing the concept of poverty... cit.”, p. 40. Para além dos problemas apontados, a utilização das fontes fiscais implicam a exclusão dos cálculos de todos aqueles sem um local fixo de residência, como eram os

O caso de Évora nos séculos XVII e XVIII é paradigmático de algumas destas situações. Por exemplo, a tentativa de estudar a extensão da pobreza através da isenção do pagamento de impostos esbarrou no espírito do próprio “sistema”¹⁵⁷. Na abertura do livro das décimas de 1698, na carta régia enviada ao Corregedor da Comarca de Évora, Francisco Monteiro de Miranda, pode ler-se que a aplicação da cobrança dos 600 000 cruzados que a cidade devia pagar devia sair “de juros, tenças comendas, ordenados, e mais bens sem exceisam alguma delles, ou de pessoas que pertendam ter qualquer priuillegio sendo sóo exceptuadas as Mizeraueis de qualquer sexo, que nam tendo bens alguns viuerem de seu jornal, e trabalho”. Todavia, esclarecia o rei, não deveriam pagar “as pessoas mizeraueis de qualquer sexo que nam tendo bens alguns viuem de seu jornal ou trabalho, ficando por este modo a obrigação deste trebuto em quem tem possibilidades pera o pagar sem vexassam dos pobres, por nam ser rezam que paguem os que nam podem”¹⁵⁸. Uma determinação que, à partida, poderia funcionar como um excelente instrumento de categorização, para efeitos deste estudo não fossem os problemas que encontrámos na fonte. Isto é, nos livros consultados não encontrámos registada qualquer isenção devida a pobreza. Poder-se-ia daqui concluir que os pobres não estavam lá arrolados, mas tal não corresponde à verdade. O cruzamento das informações destes livros com as listas da assistência domiciliária demonstrou a divergência de critérios na classificação das pessoas, conforme o objetivo fosse a tributação ou a distribuição dos recursos assistenciais. Isto, sobretudo para

mendigos e os imigrantes. Sobre este assunto consulte-se John Henderson & Richard Wall (Eds.), “Introduction”, *Poor Women and the children in the European past*, London & New York, 1994, p. 3.

¹⁵⁷ Como é sabido o imposto da décima remonta ao reinado de D. João IV, quando a necessidades financeiras das guerras da Restauração ditaram o lançamento de um imposto de 10% sobre a propriedade, fosse ela rural, urbana, de ofícios ou tenças. Cf. “Décima”, *Dicionário de História de Portugal* (Joel Serrão dir.), pp. 274-275.

¹⁵⁸ ADE, Arquivo da Câmara Municipal de Évora, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º nº 481, fls. 1-4v. (Carta datada de 28 de Maio de 1698).

grupos muito específicos, como eram os oficiais régios, tradicionalmente identificados como pertencentes às elites locais¹⁵⁹. Em muitos casos haveríamos de os ver simultaneamente arrolados para o pagamento das décimas e nas listas de assistidos pela Misericórdia de Évora e do Cabido da Sé¹⁶⁰. De entre os exemplos possíveis, que adiante trataremos, está o de D. Maria de Moncada que, em 1710, pagava 900 réis de décima pela propriedade de umas casas na Rua da Celaria, 400 réis por outras na Travessa de São Pedro e 1800 réis por um ferragial¹⁶¹, ao mesmo tempo que recebia uma esmola de 4 800 réis proveniente do legado do cónego Diogo Vieira Velho, uma esmola que, como bem se vê, lhe pagava boa parte dos impostos. Em 1733 recebia da Misericórdia algumas galinhas¹⁶² e pagava 400 réis pelas referidas casas na Travessa de São Pedro¹⁶³. O exemplo do advogado José Pereira da Cunha, irmão da Misericórdia, é igualmente ilustrativo. Em 1717 pagava 400 réis por duas moradas de casas no terreiro de São Mamede, mais 112 réis pelo empréstimo que tinha concedido a Manuel Vaz, pintor de Serpa¹⁶⁴ e recebia 3 000 réis do legado do Cónego Diogo Vieira Velho¹⁶⁵. Já Gregório Pestana de Pina, meirinho dos Estudantes da Universidade de Évora, também irmão da Misericórdia, pagava, em 1710, 500 réis pelo meneio do ofício, 300 réis pela propriedade das casas onde morava e 100 réis por duas casas situadas na Rua de Mendo Estevens e na Travessa da Pomba¹⁶⁶. Nesse mesmo ano a Misericórdia

¹⁵⁹ Cujos percursos de vida analisaremos na parte V deste trabalho.

¹⁶⁰ Refira-se que a análise das coincidências nas listas de pagamento das décimas e da assistência acaba por ficar limitada pelo carácter exploratório imprimido na recolha de informação do lançamento das décimas.

¹⁶¹ ADE, ACME, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º n.º 503.

¹⁶² ADE, ASCME, *Despesa: criações, despesas diárias*, 1º n.º 1138.

¹⁶³ ADE, ACME, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º n.º 516.

¹⁶⁴ Cf. Idem, *ibidem*, 1º n.º 508.

¹⁶⁵ ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o cónego Diogo Vieira Velho deixou... cit.*, 1º n.º 1753.

¹⁶⁶ ADE, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º n.º 503.

concedia-lhe uma esmola de 3 000 réis¹⁶⁷. Encontrá-lo-íamos a pagar as mesmas décimas em 1717 e 1726 e em ambos os anos a receber apoio da assistência, agora do legado do cónego Diogo Vieira Velho, no valor, respetivamente, de 1 200 réis e 15 alqueires de trigo¹⁶⁸.

Estes exemplos servem não só para demonstrar a extrema fragilidade das fontes fiscais como instrumento de análise dos níveis de pobreza de uma dada sociedade, mas igualmente a enorme complexidade deste terreno. Pobreza é, também, um conceito cultural, socialmente construído, como Steven King, entre muitos outros historiadores, têm alertado¹⁶⁹. É este universo, complexo e compósito, que tantas vezes funcionou segundo lógicas que não conseguimos captar, que tentaremos abordar de seguida.

¹⁶⁷ ADE, ASCME, *Despesa: criações, despesas diárias*, 1º n.º 1133.

¹⁶⁸ Cf. ADE, ACME, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º n.º 508.

¹⁶⁹ Cf. Steven King, *Poverty and welfare... cit.*, p. 78.

**Parte IV – Diferentes usos sociais do *sistema*
assistencial**

Capítulo I – Distribuição dos recursos assistenciais: estratégias institucionais e de grupo

1 – Fundamentações metodológicas

No percurso até agora realizado, sobretudo quando abordámos a questão da densidade e a extensão da pobreza em Évora, fomos encontrando alguns pobres e pedaços das suas vidas. Pretendemos agora ir um pouco mais além e entrar nas suas histórias individuais, recuperar os seus nomes, reconstruir-lhes a fisionomia. Tentá-lo-emos focando a análise a partir da perspetiva dos pobres e da sua relação com as instituições que os assistiram.

Os últimos vinte e cinco anos têm testemunhado uma progressiva alteração do paradigma historiográfico sobre a temática da assistência e do bem-estar, demonstrando os investigadores um interesse crescente mais pelas experiências do que pelos processos legislativos que as enquadravam ou pela estrutura administrativa que organizava a distribuição dos recursos assistenciais. Diga-se, no entanto, que a anterior abordagem da pobreza, mais de tipo institucional, foi facilitada pela abundância documental que se oferecia aos historiadores. Foi ela que permitiu, sobretudo à historiografia inglesa e francesa, estudos focados no fenómeno da pobreza enquanto processo, onde os pobres emergiam mais como exemplos práticos, muitas vezes estáticos, produtos do sistema, sem nele participarem ativamente. Raramente os pobres existiam fora da assistência institucional¹. Uma

¹ Uma ideia partilhada por todos os investigadores partidários de uma história da pobreza focada na experiência dos pobres. Sobre esta perspetiva confirmam-se, de entre a extensa bibliografia que tem sido produzida neste contexto, Alannah Tomkins & Steven King (eds.), *The poor in England... cit.*; Paul Slack, *Poverty and policy... cit.*; Keith Snell, *Annals of the Labouring poor: Social change and agrarian*

abordagem deste tipo enferma, obviamente, de várias limitações. A maior foi identificada em meados da década de 1980 por, entre outros, Stuart Woolf², que já então advertia para os problemas decorrentes da perda da perspectiva dos pobres e excessiva concentração da investigação nos processos de empobrecimento.

Foi na linha das novas problematizações que surgiram outros conceitos operacionais para a análise dos mecanismos de auxílio dos pobres. Autores como Tim Wales³, Paul Slack⁴, Steven King⁵, Steve Hindle⁶, Alannah Tomkins⁷, só para mencionar alguns, deixaram a sua marca na historiografia europeia sobre estas questões. De entre todos convocamos os estudos de Tim Wales⁸ porque pioneiros na formalização do conceito de ciclos de vida de pobreza, sobre o qual estruturaremos esta parte do trabalho. Utilizamo-lo por o considerarmos um marco fundamental, porquanto veio demonstrar a variação da intensidade e

England, (1660/1900), Cambridge, Cambridge University Press, 1985. Marjorie MacIntosh, "Networks of care in Elizabethan English towns: the example of Hadleigh, Suffolk", *The locus of care: Families, communities, institutions and the provision of welfare since antiquity*, (Peregrine Horden & Richard Smith (eds.)), London, Routledge, 1998; Susan Ottaway & Samantha Williams, "Reconstructing the life-cycle experience of poverty in the time of the old poor law", *Archives*, 23, 1998, pp. 19-29; Samantha Williams, "Earnings, Poor Relief and the Economy of Makeshifts: Bedfordshire in the early years of the New Poor Law", *Rural History*, 16: 1, 2005, pp. 21-52; Catharina Lis, *Social Change and the laboring poor (Antwerp 1770/1860)*, New Haven, Yale University Press, 1986; Catharina Lis & Hugo Soly, "Neighborhood social Change in west European cities (sixteenth to nineteenth centuries)", *International Review of Social History*, 38, 1993, pp. 1-30.

² Cf. Stuart Woolf, "Charité, pauvreté et structure des ménages a Florence au début du XIXe siècle", *Annales. Histoire, Sciences sociales*, 39^e année, n° 2 (Mar.-Avr., 1984), p. 355.

³ Tim Wales, "Poverty, poor relief and the life cycle... cit.."

⁴ Paul Slack, *Poverty and policy... cit..*

⁵ Steven King, *Poverty and welfare in England... cit..*

⁶ Steve Hindle, *On the parish?... cit..*

⁷ Alannah Tomkins & Steven King (eds.), *The poor in England... cit..*

⁸ Tim Wales, "Poverty, poor relief and the life cycle... cit.."

extensão do auxílio que foi dado aos pobres. O trabalho que uma análise deste tipo implica a reconstrução de trajetórias individuais e familiares, terá levado a que as propostas de Tim Wales não tivessem repercussões imediatas na historiografia da assistência⁹. Desaproveitando, desta forma, os resultados entretanto obtidos pela renovada demografia histórica, que, desde a década de 80 do século passado, procurou ir mais além da reconstituição de famílias centrada nos registos de batismo, casamento e morte¹⁰. Foram marco do dinamismo dos estudos demográficos as escolas desenvolvidas por Henry Fleury, na década de 1950, e a de Peter Laslett e do *Cambridge Group for the History of population and Social Structure*, nas décadas de 1970 e 1980¹¹. Independentemente das diferenças que as caracterizou, nomeadamente ao nível das fontes – Laslett inclui já listas de habitantes –, o que nos interessa sublinhar, repetimos, foi a pouca utilização que os historiadores da assistência deram ao trabalho desenvolvido e às enormes potencialidades que abriam para o estudo dos comportamentos das populações. Ainda que a uma escala minimalista, usaremos alguns dos seus ensinamentos para relacionar os dados

⁹ Uma ideia defendida por Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, pp. 127-128.

¹⁰ Essa é a opinião de Steven King, para quem as reconstruções familiares têm servido mais o campo demográfico do que o do estudo da assistência aos pobres. Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, p. 127.

¹¹ No contexto destas construções teóricas há que lembrar o específico contributo de Norberta Amorim para o estudo das estruturas familiares, nomeadamente no norte de Portugal. Esta autora, a partir do extinto NEPS, encetou o processo de reconstituição de famílias em 1970, evoluindo depois para a criação de uma metodologia autónoma denominada a reconstrução de paróquias. Apesar de morosa e, na nossa opinião, pouco exequível em locais de maior dimensão e mobilidade, esta metodologia permite, pelo menos teoricamente, o cruzamento de outras fontes com as bases de dados demográficas. Cf. Norberta Amorim, Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central, Congresso da Associação de demografia Histórica (ADEH), Castelo Branco, VI, 2001 - "Congresso da Associação Portuguesa de Demografia Histórica: actas". Lisboa: ADEH, 2001. Idem, "Abordagem demográfica em história da família. Alguns dados sobre Guimarães de Antigo Regime", *Boletim de trabalhos históricos*, 2003, pp. 63-81.

demográficos de Évora com as estruturas formais de assistência. O objectivo é o de definir percursos de pobreza. Para tal convocámos um elenco alargado de fontes: os núcleos documentais da Misericórdia e do Cabido relativos à assistência domiciliária, as fontes fiscais – as décimas –, os registos notariais e os testamentos. O seu tratamento dependeu, obviamente, das suas próprias características e foi assente no cruzamento de toda a informação disponível. Só ele nos permite aproximar um pouco mais do que terá sido a realidade vivida pelos pobres¹².

À medida que o trabalho ia evoluindo foi aumentando a sua complexidade e surgindo novas questões. E o que começou por ser um estudo centrado em indivíduos, acabou a reconstituir grupos familiares e a organizá-los, conforme a sua pertença social, em dois grupos sociais diferentes. Refira-se, no entanto, que apesar de dispormos de séries de dados muito completas, quer em termos quantitativos, quer qualitativos, que nos permitiram identificar muitos percursos, fomos forçados a seleccionar os casos a estudar em pormenor, sob pena de não darmos o trabalho por concluído. A seleção obedeceu a parâmetros pré-definidos. O primeiro foi o da identificação dos indivíduos que mais vezes tinham recorrido à assistência domiciliária prestada pela Misericórdia de Évora. Ora, como antes referido, mais de 90% das pessoas apenas beneficiaram deste auxílio entre 1 e 10 vezes ao longo da sua vida¹³, o que nos levou a considerar exclusivamente os que estavam acima desse patamar. Daqui

¹² Como é consensual, pelas suas características, e pela forma sistemática como foi recolhida, a série da assistência domiciliária prestada pela Misericórdia de Évora presta-se mais ao tratamento quantitativo. O tratamento estatístico de maior envergadura foi feito exatamente sobre esses dados. Já fontes como o lançamento das décimas, os contratos notariais e os testamentos tiveram uma função essencialmente de complementaridade dos dados de cada família e indivíduo, possibilitando percursos muito completos, que emergiram do cruzamento entre as informações quantitativas e qualitativas.

¹³ Consulte-se de novo os quadros nº 6, nº 7 e nº 8 no ponto 1 do capítulo III, da parte III.

resultou uma redução do universo a analisar para cerca de 4 418 indivíduos de um total de 16 779 que se encontravam neste grupo¹⁴.

A fase seguinte foi a de procurar estas pessoas nas bases de dados paroquiais, constituídas pelos batismos, casamentos e enterros¹⁵. Estávamos cientes das limitações desta fonte, nomeadamente em relação aos homens e mulheres celibatários, de resto, como Steven King já advertira, mas era demasiado importante no contexto do nosso trabalho para que a pudéssemos ignorar¹⁶. Tentámos colmatar as lacunas existentes nas séries dos óbitos da Sé de Évora com os registos dos defuntos enterrados pela Misericórdia. Mesmo assim não foi possível ultrapassar os constrangimentos decorrentes das características de uma comunidade assente na forte mobilidade e não apenas a dos fluxos migratórios

¹⁴ Não estreitámos tanto os critérios como o fez, por exemplo, Van Leeuwen, num dos seus trabalhos sobre os pobres católicos assistidos em Amsterdão, onde categoricamente assume que as famílias selecionadas foram aquelas cuja cabeça era um membro ativo, colocando no grupo os que foram assistidos menos de oito anos. Ou seja, dando a entender que a análise recairia sobre o grupo dos trabalhadores pobres, uma vez que exclui os doentes, os velhos e as viúvas sobrecarregadas com filhos, ainda que fossem cabeça de casal. Cf. Marco Van Leeuwen, J.A. Faber, “Les assistés catholiques d'Amsterdam, 1750-1850: un exemple d'application particulière de la méthode de reconstitution des familles”. *Annales de Démographie Historique*, 1991, p. 241. A nossa análise segue mais a proposta por Steven King, que assenta no número de contactos com a assistência conjugados com os anos de permanência na mesma como padrão de observação dos indivíduos pobres. Uma metodologia que já descrevemos na nota nº 139 da parte III deste trabalho. Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, pp. 131-132.

¹⁵ Para além da base de dados dos doentes do Hospital do Espírito Santo que também está disponível no mesmo interface. Para isso contámos com o acesso às bases de dados demográficas preenchidas no âmbito do projecto: *Os utentes do sistema de assistência entre a população de Évora: a importância das bases de dados demográficas (1535-1800)* - PTDC/HAH/68482/2006, coordenado pela Professora Laurinda Abreu.

¹⁶ Uma limitação já identificada por Steven King, quando refere “A complete life cycle might comprise a birth, then a marriage, then the births and deaths of several children and eventually the death of the person concerned” (“Um ciclo de vida completo pode compreender o nascimento, o casamento, o nascimento e a morte de vários filhos, e, eventualmente a morte da pessoa em questão”). Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, p. 128.

tradicionais. Quer isto dizer que, em muitas ocasiões, apesar de dispormos de praticamente todas as informações demográficas sobre uma família, o facto de a mesma ter sido constituída em outra localidade não permitiu o acesso à data do nascimento dos nubentes e do seu casamento ou mesmo do nascimento de um ou de vários filhos. Perdemos assim a hipótese de calcular a idade dos pais ao tempo do casamento ou do nascimento do primeiro filho, dados importantes para o nosso trabalho. Por outro lado, ser natural de Évora, ou considerado como tal, não implicava necessariamente que um indivíduo ali vivesse em permanência. Sobretudo no caso das elites que, em algumas situações, estanciavam em Évora por períodos circunscritos, muitas vezes por exigência do ofício exercido¹⁷.

Identificados todos estes condicionalismos, e reafirmada a nossa consciência dos mesmos, o passo seguinte foi o de sistematizar a informação em fichas individuais, de família e de grupo. Fizemo-lo de forma gradual, isto é, partindo do indivíduo assistido, alargando progressivamente a sua rede de ligações familiares, económicas e sociais e, finalmente, inserindo-o numa das duas categorias de análise que estabelecemos: na categoria A incluímos a elite local e na categoria B os pobres dos estratos sociais inferiores. Em termos práticos, esta última é a

¹⁷ Como, por exemplo, o capitão João de Almeida de Aragão, casado em Évora com Inácia Rebelo da Guerra, também natural da cidade, identificado nos registos assistenciais como sendo natural de Tavira, o que não nos permitiu conhecer a sua data de nascimento. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou aos nobres pobres*, 1º nº 1753. Na linha deste exemplo, o de D. Maria de Moncada, natural de Lisboa (cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos da Sé*, 1º nº 74), ou o de Isabel Pessoa de Lemos, com origens familiares na Vila do Alandroal, casada em Évora, havendo provas factuais que residiu em Olivença e Viana do Alentejo, mas que *assistia* em Évora, junto ao Colégio do Espírito Santo. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 908, fls. 54v-56v.

que mais se aproxima da *labouring poor*, profusamente estudada pela recente historiografia inglesa¹⁸.

Relativamente à categoria A foi possível recolher informações praticamente completas sobre 32 famílias e 65 dos seus membros que, em algum momento da sua vida, receberam assistência. Menos documentada, e enfermando do tradicional problema dos homónimos, a categoria B colocou-nos dificuldades acrescidas. No momento de destrinçar, na variedade de fontes utilizadas, se se tratava do mesmo pobre assistido cujo percurso estávamos a definir¹⁹, nem sempre tivemos sucesso. A opção foi,

¹⁸ Entendida por nós aqui como o estrato social de origem, uma vez que não existem certezas absolutas sobre a ocupação profissional dos pobres desta categoria B. Sabemos sim, que muitos foram irmãos da segunda categoria da Misericórdia, que não ocuparam cargos na Câmara Municipal de Évora e que nada tinham que os fizesse pagar impostos. Para o caso inglês, os *labouring poor* são tratados praticamente como uma terceira categoria de pobres, à parte dos vagabundos e mendigos (os não merecedores) e os doentes e incapacitados para trabalhar (os merecedores). Sobre os pobres trabalhadores, e a “descoberta” desta categoria pelas autoridades assistenciais inglesas no século XVII, e a utilização alargada do termo no século XVIII, veja-se, entre outros, Paul Slack, *Poverty and policy... cit.*, p. 27. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, p. 193. A. Shepard, “Poverty, labour and the language of social description in early modern England”, *Past and Present*, 201 (1), 2008, pp. 51-95. Jeremy Boulton, “‘It is extreme necessity that makes me do this’: some survival strategies of pauper households in London West End during the early eighteenth century”, *International review of social history*, 45, 2000, pp. 47-69. Para o caso alemão: Dennis Frey, “Industrious households: survival strategies of artisans in a southwest German town during the eighteenth and early nineteenth centuries”, *International review of social history*, 45, 2000, pp. 137-157.

¹⁹ Não é um problema exclusivo das fontes portuguesas já que idênticas dificuldades no reconhecimento dos pobres através das fontes utilizadas têm sido identificadas um pouco por toda a Europa, sobretudo quando se trata do período moderno. Veja-se, a título de exemplo, Steven King, *Poverty and Welfare in England... cit.*, pp. 128-129. No caso das fontes seriais que estamos a tratar para Évora encontramos inúmeros casos nessas circunstâncias. Foi o caso de Manuel Luís, assistido pela Misericórdia com mesadas durante vinte anos (entre 1715 e 1735). Sem outra indicação para além do nome e a referência ao motivo da mesada – ser aleijado –, não foi possível identificá-lo nas fontes demográficas, nem nas listas de assistidos do Arcebispado de Évora, o que impediu a reconstrução dos seus percursos assistencial e familiar de forma segura. Também significativa, do ponto de vista do número de vezes que recorreu à assistência domiciliária da Misericórdia, foi a situação de Isabel Morena que, entre 1713 e 1731, recebeu

pois, a de abandonar os indivíduos cujas informações não nos permitiam uma identificação absolutamente segura. Assim, a análise na categoria B recaiu sobre 51 pessoas e 24 famílias. Refira-se, ainda, que a questão da representatividade dos indivíduos e famílias selecionados em relação ao universo das pessoas assistidas domiciliarmente foi assegurada para cada um dos grupos através de um exercício de equilíbrio entre significância em termos de recurso à assistência, reconstrução dos agregados familiares e circulação entre instituições assistenciais. Esta última vertente foi mais direcionada, como se verá, para a categoria A (as elites locais).

2 – Os recursos da assistência sob a perspetiva dos administradores e dos beneficiários

A ideia nuclear deste ponto 2, já antes identificada, assenta no princípio básico da pró-atividade de todos os agentes envolvidos no processo de assistência. Ao longo das páginas seguintes pretendemos demonstrar que o conceito de *actores com interesses*, introduzido por Marco Van Leeuwen²⁰, quando analisadas as práticas assistenciais, pode ser efetivamente observado no *terreno*. Como protagonistas, os administradores da caridade, cuja atuação é já conhecida pelos muitos

203 vezes variados tipos de assistência por parte da confraria. Os únicos elementos identificadores encontrados apresentam-na como cega e com uma filha aleijada. As incertezas na sua identificação adensaram-se ao procurá-la nas séries paroquiais e nas actas da Misericórdia. Seria esta Isabel Morena a que recebeu assistência entre 1713 e 1731 a mesma que casou com Miguel Dias, em 1678, após ter sido dotada pela Misericórdia? Ou aquela outra casada com João Cordeiro em 1697? Ou seria a viúva de Manuel de Mira, com quem casara em 1671 e provida desde 1691 com mesadas de 200 réis? Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos da Sé*, 1º nº 74, e 1º nº 76. Idem, ASCME, *Despesas: guias, criação, ordenados*, 1º nº 1134-1136 (1712/1729). Idem, *Lembranças*, 1º nº 20, fl. 62v, 97v, 172. Em síntese, pelas dificuldades enumeradas atrás, estes casos, e todos os outros que se apresentaram nas mesmas circunstâncias, não puderam ser utilizados na reconstrução de percursos individuais e familiares, essencialmente, como ficou provado, por uma questão de rigor na identificação.

²⁰ Cf. Marco Van Leeuwen, “Logic of charity... cit.,” pp. 589-613.

estudos que sobre eles têm sido feitos, e os beneficiários da assistência, cuja atuação, como se verá, extravasou em muito a mera passividade que tantas vezes lhe foi atribuída.

Tendo em conta o perfil social da categoria A, enquadrado, grosso modo, numa elite local de segunda linha, assim como a apresentação do tratamento estatístico dos dados, que tínhamos inicialmente, esperávamos grandes variações na quantia dos recursos distribuídos. Tomados de forma isolada, os dados provenientes da série da assistência domiciliária prestada pela Misericórdia demonstram que quem mais beneficiou, em termos médios e medianos, foi a categoria social de mais baixa condição (categoria B)²¹. Concretamente, se a média do dinheiro recebido por cada indivíduo da categoria A se situou nos 9 287 réis, no caso da categoria B foi de 13 735 réis. No entanto, ao introduzirmos outros indicadores, como as medidas de dispersão e a forma das duas distribuições, os resultados foram outros, interessando neste momento essencialmente o coeficiente de variação – enquanto medida de dispersão –, a assimetria e a curtose – enquanto medidas da forma das distribuições nas duas categorias. Quanto à assimetria, pode concluir-se que os dados de ambas as categorias apresentam uma distribuição do tipo assimétrica positiva, uma vez que os valores são superiores a 0. Na categoria B, mais ligeiramente, quase simétrica com um valor de 0,9, que na categoria A, acentuadamente positiva com um valor de 13,7. Por outro lado, considerando os valores dos coeficientes de variação nas duas categorias, verifica-se que ambas são caracterizadas por um elevado grau de dispersão relativamente à média,

²¹ Todo o tratamento estatístico relativo às quantias recebidas teve por base a contabilidade anual. Onde, as medidas centrais apresentadas nos quadros nº 1 e nº 2, assim como nos gráficos nº 1 e nº 2, tiveram como base o somatório anual do quantitativo auferido em sede de assistência por cada um dos indivíduos em análise.

dado que, quer uma, quer outra, apresentam percentagens superiores a 50%. No entanto, a categoria A destaca-se notoriamente da B: enquanto esta apresenta um coeficiente de variação de 83%, a mesma medida atinge praticamente os 200% na primeira.

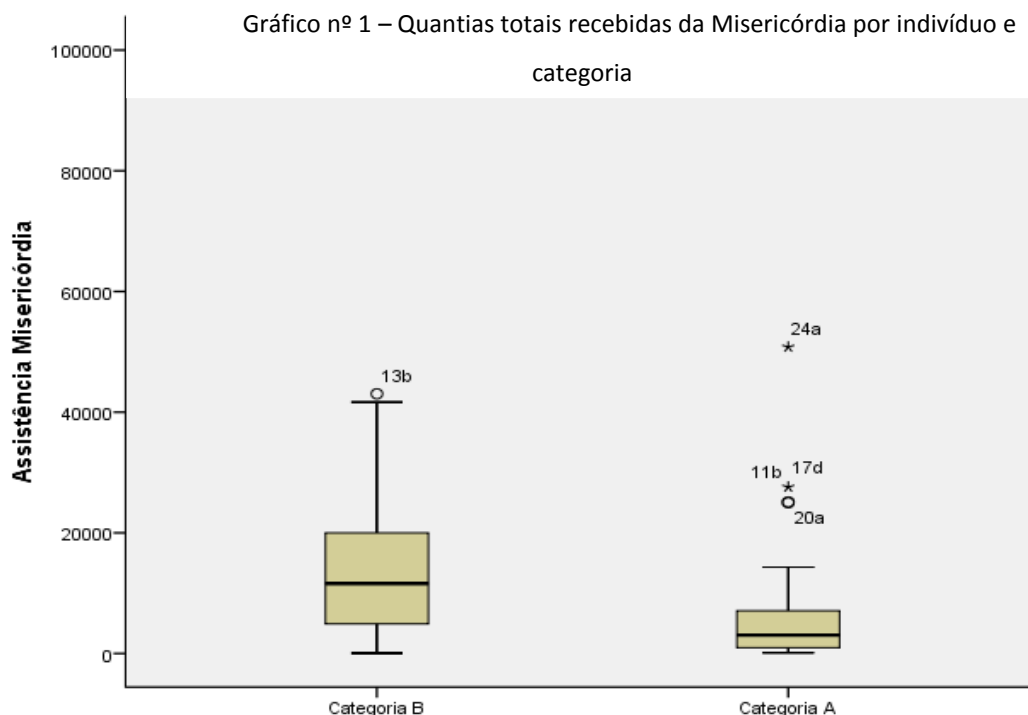
O facto dos valores da curtose serem elevados significa que a curva das distribuições tende a ser afunilada com uma elevada proporção de dados aglomerados junto do centro. Repare-se que para a categoria A, a mediana (o centro da distribuição), está muito afastada da média, enquanto na categoria B está muito próxima (pois nesta a distribuição é praticamente simétrica). Na categoria A, apesar de a distribuição ser afunilada, regista-se um grande desvio padrão.

Quadro nº 1- Quantias recebidas por categoria

	Categoria B	Categoria A
n	51	65
Média	13735.7	9287.8
Mediana	11610	3040
Q1	4965	960
Q3	20000	7100
Desvio Padrão	11430.1	18429.6
Coeficiente Variação	83%	199%
Máximo	43040	100000
Mínimo	40	100
Assimetria	0.9	3.5
Achatamento	-0.2	13.7

A existência de valores extremos com algum peso, como se pode verificar no gráfico nº 1, repercute-se no valor do coeficiente de variação, pois o desvio padrão dispara. Assim, pode haver uma distribuição afunilada, mas se existem uns quantos valores extremos (veja-se o máximo na categoria A e o mínimo na categoria B), a variabilidade torna-se muito

grande relativamente à média²². Com efeito, a representação gráfica destes valores esclarece de melhor forma a apresentação dos dados estatísticos por si só. O que se extrai da análise do gráfico nº 1 é uma maior variabilidade dos valores recebidos por cada indivíduo na categoria B e uma assimetria ligeiramente positiva, verificável pelo tamanho da caixa central e pelo alongamento do bigode superior. Já na categoria A também se nota uma ligeira assimetria positiva, pelas mesmas características apontadas à categoria B. Contudo, a maioria das quantias situa-se em redor da mediana, o que é visível pelo menor alongamento da caixa central. No entanto, como já se sublinhou, uma das grandes características que separam uma categoria da outra é o coeficiente de variação, mais baixo na categoria B que na A, o que, sem mais explicações, poderia ser interpretado como preocupante. Todavia, como se pode ver no mesmo gráfico, a existência de alguns valores dispersos, ou *outliers*, explicam, como se viu atrás, tal coeficiente.



²² Refira-se que o coeficiente de variação é o quociente do desvio padrão sobre a média.

Saindo da aridez do discurso estatístico, na categoria A (as elites locais), todos aqueles que, ao longo do período em estudo, se mantiveram na assistência, receberam uma quantia superior a 25 000 réis, sobressaindo do restante grupo, sendo por isso considerados casos dispersos ou atípicos. Veja-se o caso de Matias Monteiro da Silveira (20a)²³ que recebeu 25 120 réis. Mas os exemplos multiplicam-se: para além dele, D. Cecília Maria de Lacerda (17d) recebeu 25 200 réis; D. Cecília Maria de Macedo (11b) 27 600 réis; Nicolau Barreto de Andrade (24a) 50 800 réis e, por último – o valor mais disperso em relação à mediana –, Arcângela, porcionista do Recolhimento das donzelas, filha de Nuno de Faria Picanço, recebeu 100 000 réis. Pelo contrário, na categoria B verifica-se apenas um valor considerado disperso, ainda que moderado, já que o seu afastamento em relação ao limite do bigode superior não é significativo. Trata-se de Maria Josefa do Carmo, viúva de Alexandre da Costa, que recebeu logo após a morte do marido, entre 1733 e 1738, mesadas no valor de 43 040 réis²⁴.

As evidências demonstradas pelos dados estatísticos atrás apresentados desconstruíram, à partida, a ideia que as instituições formais de assistência poderiam ter beneficiado mais os grupos de elite que caíram em pobreza. Na verdade, se o âmbito da assistência se alargar da Misericórdia de Évora, ao Cabido, ou mesmo a legados privados administrados pela Misericórdia –, como foi o caso dos bens do cônego Diogo Vieira Velho –, constata-se que aquela primeira premissa tem alguma razão de ser. Não obstante, devemos tomar estes resultados com

²³ Recorde-se que todas as famílias foram codificadas com um número. Aos elementos de cada família foi-lhes atribuído o mesmo número da família a que se juntou uma letra, de forma a identificar cada pessoa.

²⁴ Provida com mesada de 800 réis pela Misericórdia em 15 de Novembro de 1733, praticamente duas semanas depois da morte do marido, que ocorreu em 29 de Outubro de 1733. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 27, fl. 136. Idem, *Livro de defuntos*, nº 1408.

algumas reservas do ponto de vista estatístico, uma vez que o facto de os dois grupos não recorrerem a todos os recursos assistenciais criou alguns valores perdidos, o que poderia colocar em causa a representatividade estatística dos dados. Contudo, o objectivo era esse mesmo, ou seja, mostrar a desigualdade no acesso às diferentes valências de assistência por parte dos dois grupos em estudo.

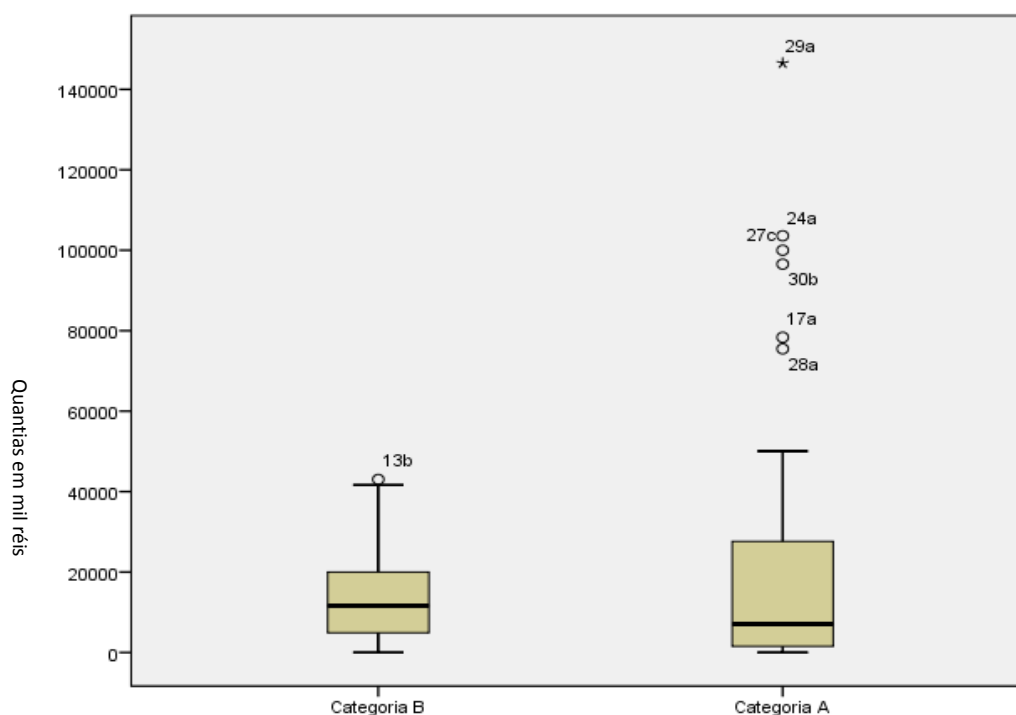
Quadro nº 2 – Quantias totais de assistência domiciliária recebidas por categoria

	Categoria B	Categoria A
n	51	65
Média	13735.7	20011.4
Mediana	11610	7100.5
Q1	4965	1572.8
Q3	20000	27600
Desvio Padrão	11430.1	29695.6
Coefficiente Variação	83%	148%
Máximo	43040	146520
Mínimo	40	6
Assimetria	0.9	2.3
Achatamento	-0.2	5.2

O quadro nº 2 esclarece essa imagem de desnível na utilização dos recursos por parte dos grupos sociais em apreço, com tendência positiva para a categoria A. Tomando em consideração a assistência provida pela Misericórdia, legado do padre Diogo Vieira Velho incluído, e pelo Cabido da Sé de Évora, verifica-se que, por comparação ao gráfico anterior, a categoria B não sofreu alterações nos valores recebidos, o que significa que os seus elementos só receberam assistência da Misericórdia. Não se pode

dizer o mesmo em relação à categoria A, cujos valores médios e medianos mais que duplicaram de uma situação para a outra²⁵.

Gráfico nº 2 - Quantias totais de assistência domiciliária recebidas por categoria



Mas o que há a realçar neste último exercício de soma de todos os tipos de assistência formal disponíveis é a vincada assimetria positiva da distribuição dos dados no caso da categoria A. O mesmo é dizer, que mais de 50% dos casos verificados nesta categoria se situaram acima do valor mediano que foi de 7 100 réis. Estes resultados suscitam-nos várias considerações. A primeira, é que os indivíduos que tiveram maior capacidade de circular, chamemos-lhe assim, entre instituições formais pertenciam à categoria A. Na realidade, foram os únicos onde tal se

²⁵ Vejam-se os valores médios e medianos no quadro nº 1. Se, na primeira, a média do dinheiro recebido por cada pessoa era de mais de 9 287 réis, na segunda ultrapassou os 20 011 réis. Tendo a mediana sentido evolução semelhante, passando de 3 040 réis para 7 100 réis.

verificou, num total de 26 indivíduos, que configuraram outros tantos percursos assistenciais entre as esmolas do Cabido, do cônego Diogo Vieira Velho e da Misericórdia de Évora. Sintomaticamente, o mesmo número que recebeu apenas esmolas do cônego e da Sé. Já o percurso Cabido/Misericórdia foi socialmente mais heterogéneo uma vez que as 210 pessoas que o fizeram pertenceram a ambas as categorias em estudo²⁶.

Sintetizando, a visão gráfica que o tratamento estatístico possibilita leva-nos a afirmar com segurança que a maior fatia do dinheiro recebido pelos constituintes da categoria A não proveio da assistência domiciliária da Misericórdia mas sim, na maior parte (72,4%), das esmolas do legado por ela administrado, enquanto os restantes 26,6% eram efectivamente receita da Misericórdia e 1% do Cabido da Sé. O que nos coloca uma questão pertinente: teria a Misericórdia de Évora apoiado este grupo social se não dispusesse deste fundo? Essa realidade é visível através da apreciação dos valores atípicos da distribuição da categoria A e das pessoas a eles associadas presentes no gráfico nº 2. Comparando este último com o diagrama onde estão contempladas apenas as esmolas recebidas da assistência domiciliária da Misericórdia (gráfico nº 1) verifica-se que, com excepção de Arcângela Maria (27c) e de Nicolau Barreto de Andrade (24a),

²⁶ Não obstante haver representantes da categoria B nas esmolas do cabido da Sé de Évora, mais elitista como já referimos no ponto 1 do capítulo II da parte III, a escassez de elementos demográficos, ou mesmo as dificuldades de natureza metodológica que enumeramos atrás, impediram que os seus percursos de vida fossem reconstruídos, e por isso aqui considerados. Não é, todavia, uma situação preocupante, dado que as limitações cronológicas da série do Cabido da Sé de Évora relativizaram o seu peso na contabilidade das esmolas, nomeadamente tendo em atenção às esmolas dadas pela Misericórdia, do se próprio orçamento e enquanto administradora do legado do cônego Diogo Vieira Velho. Por outro lado, o número de pessoas assistidas pelo Cabido, e que foram inseridas na categoria A, não ultrapassou as 17, num universo de 65. De referir ainda que, devido a dificuldades de harmonização das respetivas bases de dados, pelas características das fontes e dos registos nelas contidos, o cruzamento nominal das três séries foi realizado manualmente. De resto, um procedimento análogo ao que utilizámos para reconstituir os elementos demográficos de cada indivíduo e família.

os valores dispersos ou atípicos são diferentes. O que demonstra, de forma inequívoca, o maior peso da assistência do cónego Diogo Vieira Velho no cômputo geral das esmolas recebidas por esta categoria A.

Uma constatação que é ainda mais firme se se atender aos quantitativos que essas pessoas receberam da Misericórdia e do legado do cónego, cujos valores foram considerados fora do normal. Tome-se o caso de Gregório Pestana de Pina (29a), a quem a Misericórdia concedeu 6 alqueires de trigo 1698, acrescidos de 3 000 réis em Junho de 1700 “por estar doente em cama”²⁷. Maior generosidade obteria do legado do cónego Diogo Vieira Velho, recebendo 143 520 réis entre 1676 e 1694, com um interregno de 1683 a 1691. Situação similar verificou-se com Ana de Vilalobos de Almeida (30b) que recebeu 3 500 réis da Misericórdia de 1699 a 1703, 1 500 réis destinados ao sustento de um filho preso na cadeia em 1700²⁸, e entre 1685 e 1722, 92 760 réis provenientes das esmolas do cónego.

Naturalmente que houve exceções. Por exemplo, Nicolau Barreto de Andrade recebeu praticamente a mesma quantia das duas proveniências – 50 800 réis da Misericórdia e 50 280 réis do cónego. Pelo contrário, os 78 360 réis que fizeram a análise estatística assinalar José Pereira da Cunha como caso disperso na distribuição da sua categoria saíram exclusivamente no legado do referido cónego.

É claro que o desnível do quantitativo auferido por ambas as categorias (A e B), nas duas instâncias de assistência (Misericórdia e legado do cónego), esteve relacionado com a intensidade com que os “pobres” recorreram a uma ou a outra. Mais à Misericórdia, por parte da

²⁷ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n.º 23, fl. 243. (Lembrança datada de 6 de Junho de 1700)

²⁸ Idem, *Lembranças*, 1º n.º 23, fl. 254v. (Lembrança datada de 30 de Julho de 1700).

categoria B, mais ao legado do cónego Vieira Velho, a categoria A. Como vimos anteriormente, os requisitos de elegibilidade impostos pelo cónego Diogo Vieira Velho, restringindo as suas esmolas ao grupo “nobre pobre”, ditou a configuração social destas distribuições. E, pese embora os elementos da categoria B poderem usufruir das esmolas do Cabido da Sé de Évora, tal não aconteceu, não sendo sinónimo, no entanto, de que outros indivíduos em situação social análoga não o tivessem feito.

Apesar da maioria das tipologias assistenciais ter valores tabelados²⁹, a Misericórdia foi selectiva nos alvos da sua generosidade, sobretudo em relação às esmolas pontuais e muito especialmente quando se tratava de as atribuir às elites³⁰. A amplitude dos exemplos que dão corpo a esta conclusão não nos permite destacar todos eles. Apesar de tudo, é assinalável a diferença do valor das esmolas recebidas, por exemplo, por Francisco de Sousa Rebelo e pelos capitães de ordenanças Nicolau Barreto de Andrade e José Monteiro de Matos, na comparação com as concedidas ao carvoeiro Manuel Rodrigues ou ao sapateiro António Rodrigues. Nos primeiros dois casos, cada vez que receberam esmola pontual ou, como a terminologia coeva referia, “por uma só vez”, as quantias situaram-se na casa dos milhares de réis, enquanto nos dois últimos casos não superaram as centenas de réis³¹.

²⁹ Veja-se o referido na parte III, capítulo I, ponto 2 e ponto 3, onde foram mencionados os preços tabelados e médio por episódio de assistência em todas as categorias de assistência.

³⁰ Tipificadas como *assistência*. A este propósito, veja-se o que foi dito atrás, na parte III, capítulo I, ponto 3.1.

³¹ Especificando um pouco mais as quantias recebidas por cada um dos exemplos referidos: Nicolau Barreto de Andrade, a pretexto de estar no “seu terço”, muito provavelmente junto à fronteira espanhola, já que o contexto era o da guerra da sucessão de Espanha, recebeu 4 000 réis em Junho de 1704, para além dos 2 alqueires de trigo mensais enquanto estivesse ausente – o que, a preços de 1704, significariam mais 760 réis por mês. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, lº nº 24, fl. 36v e 109. (Lembrança datada de 6 de

Porém, como se afirmou, apesar de terem um valor fixo, a Misericórdia de Évora também foi seletiva na atribuição das esmolas mensais, as chamadas mesadas. Se no ponto 2.3 do ponto 2 da parte III referíamos que o século XVIII tinha sido testemunha do crescimento dos quantitativos pagos por episódio neste tipo de assistência, verificamos agora que os beneficiários das mesadas mais elevadas – correspondentes a 960 réis cada uma, concedidas a 16 pessoas entre 1710 e 1730 – se localizavam na categoria social privilegiada. De entre eles destacamos, a título de exemplo, o mesmo Nicolau Barreto de Andrade³², mas também Isabel Pessoa de Lemos³³, viúva do médico Luís de Miranda Henriques,

Junho de 1704). E, (lembrança datada de 27 de Agosto de 1704). Em 1707 receberia novamente, por duas vezes, uma em Abril – 3 000 réis, e outra em Dezembro – 6 000 réis. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 166 e 178v. (Lembrança datada de 3 de Abril de 1707. E, lembrança datada de 25 de Dezembro de 1707). Não se volta a ter notícias dele nas esmolas da Misericórdia senão em Junho de 1729 a receber 9 alqueires de trigo – pouco mais de 2 000 réis se se tiver em consideração os preços do trigo na praça de Évora nesse ano. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 27, fl. 43. (Lembrança datada de 16 de Junho de 1729). Pouco depois, em Setembro, receberia mais 2 400 réis em dinheiro. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 54v. (Lembrança datada de 14 de Setembro de 1729). Dois anos depois surgiu o último registo de esmola recebida – 4 800 réis em Setembro de 1731 (cf. Idem, *ibidem*, fl. 93. (Lembrança datada de 16 de Setembro de 1731)), já depois de ter sido contemplado, desde o ano anterior com esmola mensal de 960 réis. Quantias semelhantes receberia também o capitão de ordenanças José Monteiro de Matos em 1712 e 1739 – 4 800 e 3 500 réis respectivamente. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 25, e 1º nº 28. (Lembrança datada de 1 de Setembro de 1712). E, (lembrança datada de 15 de Novembro de 1739). Assim como Francisco de Sousa Rebelo, que em Março de 1692 recebera 6 000 réis para ir a Setúbal “tratar de uma causa de uma herança de um parente”. Em Junho “a pobreza e necessidades” justificavam a esmola de 4 000 réis. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 22, fl. 220 e fl. 224v. (Lembrança datada de 19 de Março de 1692 e lembrança datada de 1 de Junho de 1692). Notoriamente diferente das descritas atrás, seria a situação do carvoeiro Manuel Rodrigues que, em Agosto de 1699, recebera 120 réis “por esta vez somente” (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 23, fl. 213v. (Lembrança datada de 30 de Agosto de 1699)), ou a do sapateiro António Rodrigues, que, não obstante a existência de 5 filhos pequenos, em Abril de 1700 recebia 750 réis de esmola e, em Outubro desse mesmo ano, mais 960 réis. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 235 e fl. 267. (Lembrança datada de 7 de Abril de 1700. E, lembrança datada de 24 de Outubro de 1700).

³² Mesada concedida em 3 de Maio de 1730. Cf. ADE, ASCME, *ibidem*, 1º nº 27, fl. 69v.

³³ Mesada concedida em 27 de Março de 1722. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 26, fl. 72v.

Manuel Mendes³⁴ – estudante em Coimbra –, D. Ângela Maria Botelha³⁵, viúva do capitão Manuel Botelho de Matos, recolhida no Recolhimento de São Manços, e ainda D. Inês da Madalena³⁶, madre do convento de Santa Mónica.

Fica claro, pelo exposto, que a ajuda prestada pela assistência domiciliária da Misericórdia de Évora aos elementos *empobrecidos* da elite local pretendeu contribuir para a manutenção do seu estatuto, evitando a mobilidade social descendente. Em suma, ambos, quem solicitava as esmolas e quem as concedia, atuavam movidos pelas mesmas lógicas sociais. A questão que se coloca é a de saber como é que a atuação da Misericórdia se articulava com os seus princípios fundadores, assentes numa outra visão da pobreza e dos pobres. Mas essa é uma outra linha de investigação, onde ainda não há nada feito. Os compromissos, como o da Misericórdia de Évora de 1651, definiam os parâmetros de elegibilidade das pessoas visitadas mas nada referem sobre a impossibilidade do auxílio ser dirigido para os irmãos e sua família (mulheres e filhos). Ora, como demonstrámos, esta categoria A de utentes da assistência domiciliária era quase exclusivamente constituída por irmãos da Misericórdia, sendo mesmo provável que o mesmo tenha acontecido³⁷ em outros locais, havendo registos sobre a assistência providenciada aos irmãos. Uma situação que escapa aos livros de atas, e que só conseguimos detetar cruzando as listas de assistidos com as listas de irmãos.

³⁴ Mesada concedida em 19 de Fevereiro de 1727. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 221v.

³⁵ Mesada concedida em 16 de Maio de 1728. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 27, fl. 4v.

³⁶ Mesada concedida em 30 de Maio de 1730. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 69v.

³⁷ Sobre o assunto veja-se, entre outros, Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 21-26.

Um exemplo raro da referência a esta caridade virada para a própria confraria colheu-se no ano de 1645, data em que as dificuldades económicas ditaram a redução para metade as esmolas dadas a “pessoas pobres desta casa assim de trigo como as das vezitas das quadrellas que se dauam as pessoas enuergonhadas pobres segas he entreuadas he as molheres he filhos he filhas dos irmaons he os próprios irmaons que caíram em pobresa assim nobres como da segunda condisam”³⁸.

³⁸ ADE, ASCME, *Lembranças*, n.º 17, fl. 9. (Lembrança datada de 30 de Julho de 1745).

Capítulo II – A centralidade da assistência formal na economia do pobre: uma visão otimista?

Independentemente da categoria social em causa, o montante das verbas distribuídas pelas diversas formas de assistência formal coloca-nos uma nova questão: seria esta ajuda suficiente para a sobrevivência daqueles que dela beneficiavam? Que peso teria no orçamento dos respetivos agregados familiares? As respostas a este tipo de interrogações encontradas em outros quadrantes geográficos não têm sido unânimes, sobretudo as que se encontram na historiografia inglesa. A uma corrente pessimista, desenvolvida nos anos de 1920, que perspetivou a assistência formal como manifestamente insuficiente e inadequada, presente nos estudos de Simon e Beatrice Webb e de Dorothy Marshall³⁹, têm-se oposto nos últimos trinta anos duas linhas de pensamento mais cordatas quanto à possível adequação das *poor laws*, inglesas portanto, às necessidades dos pobres. A uma *escola otimista* que, como o próprio nome indica, entendeu e demonstrou empiricamente a assistência como central na economia do pobre, que encontrou defensores, entre outros, em Paul Slack, Peter Solar e Lynn Hollen Lees⁴⁰, contrapôs-se uma outra, mais cautelosa, nas palavras de Steven King e Alanah Tomkins⁴¹, que tem insistido nos limites da assistência e, sobretudo, na variedade de tipos de assistência disponíveis provenientes de fontes diversas, bem como na absoluta necessidade de as

³⁹ Cf. Simon and Beatrice Webb, “The old poor law”, *English poor law history*, part 1, London, Green, 1927. Dorothy Marshall, *The English poor law in the eighteen century*, London, Methuen, 1927.

⁴⁰ Cf. Paul Slack, *Poverty and Policy in Tudor and Stuart England ... cit.*. Peter Solar, “Poor relief and English economic development before the Industrial Revolution”, *Economic History Review*, nº 48, 1995, pp. 1-22. Lynn Hollen-Lees, *The solidarities of strangers: the English poor laws and the people: 1700-1948*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

⁴¹ Cf. Steven King and Alanah Tomkins (eds.), *The poor in England (1700-1850) ... cit.*, p. 1-19.

ter em conta⁴². Não sendo completamente antagônicas, no essencial, o que separa estas duas correntes interpretativas é a divergência quanto ao verdadeiro papel da assistência formal e o lugar dos múltiplos esforços e estratégias de sobrevivência desenvolvidos pelos pobres. Os autores que defendem estas posições trabalham a partir de um ponto de referência externo às lógicas financeiras das estruturas assistenciais: as séries de salários de trabalhadores não especializados. A vantagem deste instrumento de análise é que pode ser utilizado em qualquer espaço, dependendo a sua fiabilidade da qualidade da fonte. Foi a partir das séries de salários que foram desenvolvidas comparações entre salários e os valores recebidos pela caridade, estabelecendo as respetivas proporções com o objetivo de chegar a uma aproximação ao grau de importância destes últimos na economia dos agregados das famílias pobres.

A aplicação desse exercício aos grupos que estamos a estudar tem que ser efetuada de uma forma diferenciada. Tratando-se de escalas, referências e representações sociais diferentes, descarta-se, por isso, o parâmetro do salário de um trabalhador manual (não especializado), cujos réditos do seu trabalho seriam, obviamente, mais baixos, para comparação com os rendimentos assistenciais da categoria A. A principal dificuldade não se coloca tanto ao nível da desadequação da comparação de realidades sociais não comparáveis, mas sim na inexistência de trabalhos que forneçam um conhecimento mais profundo e generalizado dos salários de Évora, e da sua área geográfica de influência, para o período que nos ocupa. Para ultrapassar esta condicionante utilizámos a média dos salários

⁴² Uma escola que encontrou em Joanna Innes e em Steven King os seus maiores defensores. Cf. Joanna Innes, The "Mixed Economy of Welfare" in Early Modern England: Assessments of the Options from Hale to Malthus (c.1683-1803)", *Charity, Self-interest and Welfare in the English Past*, (Martin J. Daunton (ed.)), London, Routledge, 1996, pp. 139-180. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit..*

dos serventes de pedreiros que trabalharam nas obras de conservação do aqueduto da Água da Prata de Évora. Aqui a condicionante residiu na fonte: apenas sobreviveram no nosso corte cronológico dois exemplares dos livros que continham essa informação: um relativo a 1670-1673 e outro a 1739-1742⁴³. Perante as evidentes lacunas temporais, optámos por utilizar a média dos salários apurada através da análise do primeiro códice para o nosso corte cronológico do século XVII e a média alcançada através do segundo para o corte cronológico do século XVIII. Concluímos que, entre 1670 e 1673, o salário de um servente de pedreiro rondava os 600 réis semanais, enquanto no período entre 1739 e 1742 seria já de 1 080 réis. Assumindo que o referido servente trabalhava seis dias por semana⁴⁴, o seu rendimento mensal seria aproximadamente de 2 400 réis no século XVII e de 4 230 réis no século XVIII⁴⁵.

⁴³ Cf. ADE, ACME, *Tombos do aqueduto da água da prata: livros de obras de conservação, férias, rendas e condenações*, Iº nº 371 e Iº nº 372.

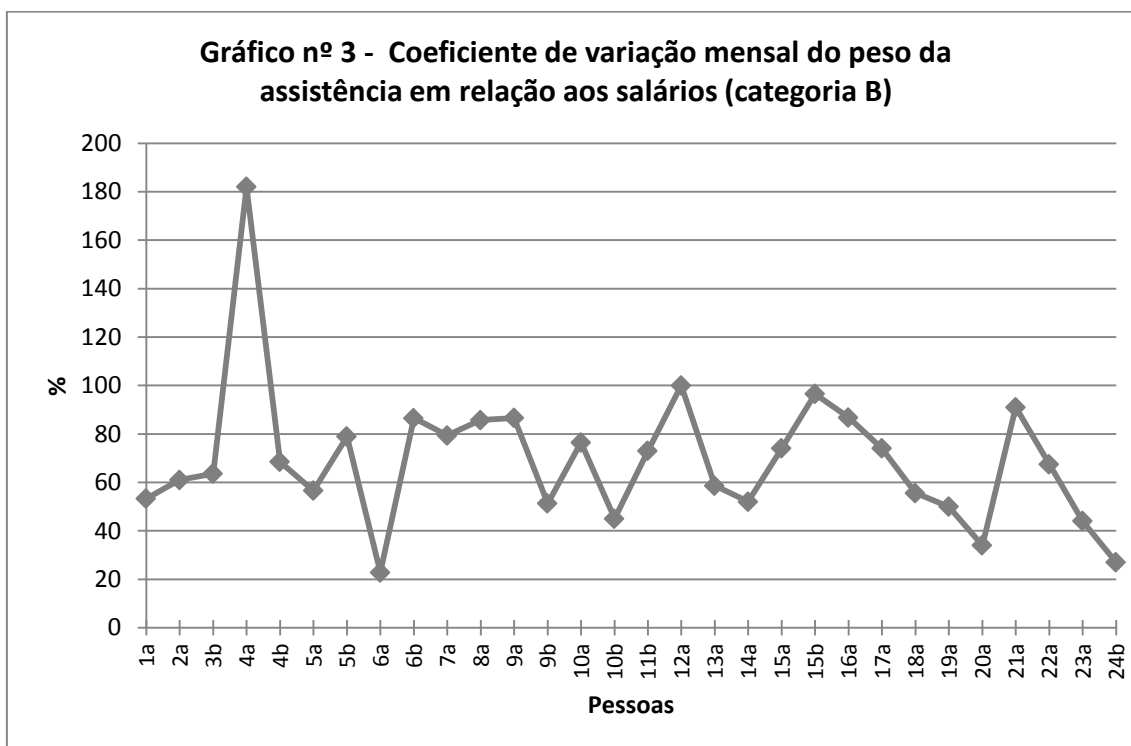
⁴⁴ Ainda que se deva ter presente a noção da flutuação do trabalho e, por isso, o conceito de subemprego. Não apenas neste segmento laboral, mas ainda, talvez mais acentuado, em outros sectores como o agrícola, mais sensível às flutuações sazonais da necessidade de mão-de-obra, já que não nos podemos esquecer que Évora, apesar de centro urbano de considerável dimensão no contexto da modernidade portuguesa, assentar economicamente nas atividades agrícolas e agropecuárias.

⁴⁵ Optámos pela utilização do mês ao invés do ano como unidade de observação por proporcionar uma análise mais circunstanciada dos rendimentos disponíveis em termos de assistência recebida. Na maior parte dos estudos em que esta abordagem é feita a fundamentação metodológica quanto a este procedimento não é esclarecedora. Marco Van Leeuwen refere a utilização do ano, considerando que nesse tempo um trabalhador não qualificado trabalharia 275 dias. Jaime Reis considera o ano de trabalho com 250 dias de trabalho como adequável à realidade portuguesa. Cf. Marco Van Leeuwen, “Surviving with a Little Help: the importance of charity to the poor of Amsterdam 1800-1850 in a comparative perspective”. *Social History* 18, 1993, pp. 327-328. Jaime Reis, “New estimates of of Portugal’s GDP per capita: (1580-1850)”, oral presentation in Portuguese economic history workshop, ICS, University of Lisbon, 2011, p. 21. Disponível em: http://www.peh-workshop.ics.ul.pt/papers/papers_2011_07.pdf). Van Leeuwen é, de resto, um dos raros autores que discrimina com algum detalhe o procedimento seguido, utilizando neste caso o ano como unidade de análise para os salários, sem especificar, contudo se

Seguimos idêntica metodologia para os dados assistenciais. Em primeiro lugar foram calculados os rendimentos anuais que os pobres recebiam através da assistência para depois se encontrar os valores mensais disponíveis. Assim, embora o tipo e a frequência da assistência recebida variasse consideravelmente ao longo do ano – tanto poderia ser uma série de galinhas durante dois meses, como uma esmola avulsa semanas depois ou, por exemplo, uma série completa de pagamentos de mesadas –, o objetivo foi o de encontrar um valor aproximado do rendimento que as instituições de assistência tinham disponível para os pobres. Como resultado, se em termos médios cada indivíduo inserido na categoria B recebeu 2 251 réis anuais, o rateio mensal desta quantia ficou, em média, nos 183 réis. Muito longe, por isso dos mais de 2 000 réis que um trabalhador não especializado poderia auferir do seu trabalho. Consideradas as quantias assistenciais no seu conjunto, estas não significaram, em média, mais que 7,8% do salário mensal de um servente de pedreiro entre os séculos XVII e XVIII. É necessária, todavia, alguma contemporização devida à debilidade da média relativamente à existência de valores extremos. De facto, o intervalo de valores mensais obtidos através deste cálculo, e que é indicativo do papel da assistência na economia do pobre, é muito maior que aquele demonstrado por esta medida central, situando-se entre 1% e 104,2% do salário mensal de um servente de pedreiro. Apesar disso, as percentagens mais elevadas também têm de ser inseridas no contexto de todos os valores, sob pena de parecerem inflacionadas no quadro do universo em estudo. Na verdade, entre 41,7% e 104,2% apenas se encontram 11 pobres, num universo de 293 anos que serviram de base ao

seguiu o mesmo critério para os valores assistenciais. Cf. Marco Van Leeuwen, “Surviving with a Little Help... cit.”, pp. 327-328.

cálculo mensal⁴⁶. Ou seja, na maior parte do tempo analisado os beneficiários da assistência da categoria B não receberam mais do que 5,7% do rendimento mensal de um servente de pedreiro em Évora. Considerando a variabilidade dos valores detetados, é de todo o interesse procurar a sua base. Ou, por outras palavras, calcular o coeficiente de variação mensal do peso da assistência em relação aos salários para cada um dos indivíduos.



O gráfico nº 3 é bastante elucidativo quanto à variação da centralidade da assistência na economia mensal deste grupo. Demonstra que, em termos médios, o desvio padrão do peso dos valores recebidos por cada pessoa deste grupo em relação à média correspondeu a cerca de 90%. No entanto, a amplitude dos desvios foi maior que esse valor. Por exemplo, o coeficiente de variação das esmolas recebidas por Manuel Cordeiro Frade

⁴⁶ Tendo em conta o somatório dos anos em que no total os indivíduos em estudo foram assistidos.

(4a) teve uma variação de 182% em relação à média. No extremo oposto, as esmolas concedidas a André Viegas (6a), tiveram um coeficiente de variação de pouco mais de 20%.

Sem adicionar descrições desnecessárias, uma vez que os dados são elucidativos quanto à variabilidade do peso da assistência, importa tirar algumas ilações que serão importantes para o desenvolvimento deste trabalho. A mais importante é, sem dúvida, aquela que nos leva a concluir pelo elevado valor dos coeficientes de variação calculados, demonstrando claramente um recurso diferenciado à assistência por parte dos pobres. Acresce, ainda, que o recurso à assistência foi usado com uma intensidade desigual dependendo do momento do percurso de vida em que mais foi solicitado, um facto a que o rateio anual e mensal dos valores recebidos compreensivelmente não é sensível. Em última análise, esta é uma conclusão que vem confirmar o que antes se defendeu sobre o modo como as instituições de assistência lidaram com a pobreza: de uma forma muito localizada, especializada em casos de necessidades muito específicas, e de duração muito limitada no tempo⁴⁷.

Os indicadores da representatividade da assistência formal em Évora, por comparação com salários, não são surpreendentes quando colocados em contexto europeu, obviamente onde a análise segue estes mesmos parâmetros. Alguns trabalhos nesta área vêm demonstrando que o peso dos recursos assistenciais na economia dos pobres deve obrigatoriamente ser equacionado no quadro das diversidades regionais e das respetivas especificidades institucionais/políticas económicas e sociais. São essas diferenças que justificam as disparidades nos valores

⁴⁷ Recorde-se o que se referiu a propósito deste assunto no ponto 1 do capítulo III da parte III deste trabalho.

encontrados. A título de exemplo, e reportando-se ao território britânico, Martin Daunton refere que a assistência provida pelas *poor laws* até princípios do século XIX rondaria, em média, entre 70% e 90% do rendimento de um trabalhador manual⁴⁸. Mais próximos dos nossos valores foram os estabelecidos por Hans Christian Johansen, a propósito da Dinamarca de finais do século XVIII, que os estima com um peso entre os 6% e os 26% em relação aos rendimentos dos trabalhadores não qualificados⁴⁹. Valores em linha com os apontados por Steven King de 25 a 30% dos rendimentos dos trabalhadores manuais, por exemplo⁵⁰. A quase convergência com a situação de Évora encontramos-la no estudo realizado por Van Leeuwen para Amsterdão, onde se deteta uma variação entre 9% e 11%⁵¹. Este é um dado relevante porquanto demonstra que as diferenças religiosas não condicionaram as práticas assistenciais e, neste caso, os valores que envolveram.

Em Évora, os valores atribuídos à categoria B não chegavam para assegurar a sobrevivência de uma pessoa, quanto mais a de um agregado familiar de maior dimensão⁵². Importa dizer, no entanto, que estamos a

⁴⁸ Referindo que sob a vigência das *new poor laws* a percentagem teria descido para valores muito mais baixos, entre os 25% e os 38%. Não entramos aqui na discussão sobre o grau de generosidade das *old and new poor laws*, dado que não faz sentido no contexto da realidade portuguesa. Todavia, na nossa opinião, o quadro de valores avançado por Daunton carece, de alguma maneira, de demonstração empírica. Não significa isto que o autor não a tenha utilizado apenas que não a apresentou. Cf. Martin J. Daunton, *Progress and poverty: an economic and social history of Britain (1700-1850)*, Oxford, Oxford University Press, 1995, pp. 447-473 (*maxime* p. 449-450)).

⁴⁹ Cf. Hans Christian Johansen, “Never married women in town and country in eighteenth century Denmark”, *Poor women and children in the European past (John Henderson & Richard Wall Eds.)... cit.*, pp. 199-200.

⁵⁰ Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, p. 153.

⁵¹ Cf. Marco Van Leeuwen, “Surviving With a Little Help... cit.”, pp. 328-329.

⁵² É certo que as necessidades calóricas variavam consoante a actividade física, a idade e o sexo do indivíduo. Cf. Gordon Shepherd, “Income, domestic economy and the distribution of poverty amongst

lidar com valores centrais, neste caso essencialmente a média, e com um tipo de ajuda que poderia ser também assistência médica. Em relação às mesadas, a questão que se coloca é a de saber o que poderiam os pobres adquirir com as verbas que recebiam. A título de exemplo, e recordando o que se disse no ponto 2.3 do ponto 2 da parte III, o valor destas esmolas não superou, em termos médios, mais do que 100 réis no século XVII. O que, a preços correntes, apenas daria para comprar uma galinha ou uma porção de carneiro. Mais generosas, as mesadas do século XVIII, situadas entre os 240 réis e os 480 réis, permitiriam adquirir duas galinhas, embora o preço da espécie tivesse evoluído de 120 réis para 240 réis a partir de 1713.

Para uma mulher viúva e sozinha, uma esmola mensal de 240 réis, ou mesmo de 480 réis, poderia evitar um estado de quase total desnutrição. Mas nesta análise há que fazer entrar outros indicadores, para além da dimensão do agregado familiar. Por exemplo, seria manifestamente insuficiente a esmola mensal de 240 réis a Catarina de Bastos, viúva de Manuel Cordeiro, com cinco filhos a seu cargo – três rapazes de 9, 11 e 13 anos e duas raparigas de 19 e 20⁵³ –, concedida a partir de Agosto de 1701 como o escrivão da Misericórdia fazia questão de registar (“para o sustento de cinco filhos”)⁵⁴. Maiores dificuldades teria Maria Josefa do Carmo,

labouring families in the parish of Cardington, Bedfordshire, in the 1780s and 1850s”, *Family & community*, vol. 13/2, November, 2010, p. 137. Thomas Riis, “Poverty and urban development in early modern Europe (15th-18th/19th centuries): a general view”, *Aspects of poverty in early modern Europe* (Thomas Riis (ed.), s.l., Europaiches Hochschulinstitut, 1981, p. 2).

⁵³ Manuel, batizado em 11 de Setembro de 1692, Domingos em 28 de Março de 1690, José, batizado em 17 de Março de 1688, Maria, batizada em 28 de Abril de 1686 e Mariana, batizada em 11 de Outubro de 1682. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, Baptismos de Santo Antão*, f’s nº 18 e nº 19, *baptismos da Sé*, fº nº 25.

⁵⁴ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, nº 24. (Esmola deliberada em mesa de 21 de Agosto de 1701).

também viúva, provida 800 réis por mês para alimentar sete filhos, duas raparigas, de 11 e 2 anos, e cinco rapazes, de 5, 7, 9, 14 e 15 anos⁵⁵.

O que estes dois casos demonstram é que a dimensão da família nem sempre foi o fator determinante para os responsáveis da Misericórdia de Évora. Isso mesmo é visível no caso de Leonor de Oliveira das Chagas, viúva de Estêvão Martins Cansado em Dezembro de 1682⁵⁶, e provida com uma esmola mensal de 480 réis em 1728, quando as suas três filhas já tinham a situação garantida: Maria da Conceição tinha casado em 1687 com Rodrigo Lopes⁵⁷, Vicência e Catarina de Sena estavam recolhidas na Piedade e tinham sido dotadas pela Misericórdia, respetivamente, em 1693 e 1703⁵⁸.

Como antes foi referido, a aproximação à centralidade da assistência institucional nos grupos sociais mais baixos é relativamente fácil de executar, sobretudo quando pretendemos executar o mesmo exercício para os grupos privilegiados. O que significaria para eles as esmolas recebidas?

⁵⁵ Confirmam-se os registos de batismos dos filhos: Alexandre, batizado em 3 de Agosto de 1718 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora: batismos de Santo Antão*, 1º nº 23); Vicente, batizado em 4 de Novembro de 1719 (cf. Idem, *Ibidem*); Bernardino, batizado em 27 de Maio de 1726 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 24); João, batizado em 4 de Julho de 1726 (cf. Idem, *ibidem*); José, batizado em 18 de Fevereiro de 1728 (cf. Idem, *ibidem*). E das filhas: Luísa, batizada em 26 de Agosto de 1722 (cf. Idem, *ibidem*); Teresa, batizada em 28 de Maio de 1731 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 25).

⁵⁶ Estêvão Martins Cansado foi enterrado pela Misericórdia em 3 de Dezembro de 1682. Cf. ADE, ASCME, *Receita: defuntos, esmolos*, 1º nº 1574.

⁵⁷ Veja-se o registo de casamento em ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos de Santo Antão*, 1º nº 41. (Casamento realizado em 9 de Julho de 1687).

⁵⁸ Em 1693 Vicência Maria foi dotada em duas ocasiões, a primeira em Abril, com um dote de 20 000 réis, e a segunda em Dezembro, com 12 000 réis. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 22, fls. 256v e 279. Já a sua irmã, Catarina de Sena, igualmente recolhida na Piedade, seria dotada a primeira vez em Abril de 1700 com 12 000 réis e a segunda em Janeiro de 1703. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 23, fl. 239, 1º nº 24, fl. 62. Porém, não ficou registado nas respetivas atas das Mesas onde deliberaram os referidos dotes se efetivamente se casaram. Também nos registos de casamentos de Évora não se encontraram referências aos seus casamentos.

Atentemos, para já, nos casos de dois homens e uma mulher pertencentes a este grupo: Matias Monteiro da Silveira, Nicolau Barreto de Andrade e Isabel Pessoa de Lemos. O primeiro, cidadão de Évora, apesar de, desde 1718 receber esmolas frequentes do Cabido da Sé de Évora e do legado do Cónego Diogo Vieira Velho, “por ser muito pobre”⁵⁹, só em 1730 foi provido com uma esmola mensal por parte da Misericórdia⁶⁰ de 480 réis. Entre este ano e 1738 não recebeu qualquer outro tipo de assistência embora tivesse a seu cargo a mulher e sete filhos – cinco rapazes de 8, 13, 16, 18, 20 anos e duas raparigas, de 6 e 10 anos⁶¹. Já Nicolau Barreto de Andrade, capitão dos auxiliares, escrivão da almotaçaria e dos órfãos, partidador e seu avaliador, estando presente na assistência, de forma mais ou menos regular desde 1704, quando tinha 22 anos, foi provido com 960 réis mensais em 1730. Pese embora tratar-se da mesada mais elevada em termos nominais, Nicolau de Andrade e a sua mulher tinham oito filhos, três rapazes de 8, 11 e 15 anos, e cinco raparigas de 5, 18, 20 22 e 29 anos, todas donzelas⁶². Aparentemente, com muito menos encargos, Isabel

⁵⁹ Era assim que a Misericórdia de Évora, enquanto administradora do legado do Cónego Diogo Vieira Velho, adjetivava Nicolau Barreto de Andrade. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou.. cit..*

⁶⁰ Idem, *Lembranças*, 1º nº 27.

⁶¹ Matias Monteiro e Josefa Teresa da Silveira batizaram, por ordem cronológica, José em 19 de Janeiro de 1715 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora: baptismos de Santo Antão*, 1º nº 23); Lourenço em 25 de Novembro de 1717 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 23); Jerónimo em 28 de Novembro de 1719 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 23); Vicente em 24 de Abril de 1722 (cf. Idem, *ibidem*, livro nº 24); Luísa em 11 de Abril de 1725 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 24); Joaquim em 28 de Maio de 1727 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 25); e Catarina em 27 de Novembro de 1729 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 25).

⁶² Ele e a sua mulher D. Josefa Maria de Almeida batizaram, por ordem cronológica, Clara Antónia em 12 de Agosto de 1699 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora: baptismos da Sé*, livro nº28); Maria em 5 de Abril de 1702 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº29); Inês em 23 de Novembro de 1704 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº29); Isabel em 30 de Maio de 1708 (cf. Idem, *ibidem*, livro nº30); Antónia em 26 de Outubro de 1710 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº30); Teresa em 15 de Outubro de 1712 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº31); Sebastião em 22 de Maio de 1715

Pessoa de Lemos, viúva do Dr. Luís de Miranda Cabral, que tinha sido médico em Olivença, foi provida em Março de 1722 com uma mesada de 960 réis⁶³. Se é verdade que acabou por receber apenas 240 réis mensais⁶⁴, também não é menos certo que apenas cuidava de uma filha, Francisca Pessoa⁶⁵, que casaria poucos meses depois. O filho, Sebastião Barbosa Pita, tinha casado em Outubro de 1718⁶⁶.

Todavia, aparte a dimensão do agregado familiar, a que voltaremos adiante, a realidade de ambos os grupos era bem mais complexa do que o breve retrato traçado atrás, sobretudo no caso do grupo da elite local. Quanto mais não fosse porque tinha despesas inerentes ao grupo a que pertenciam, não havendo, pois, lugar à comparação com a situação dos trabalhadores. Mesmo que fossem integrados no *estado do meyo*, nos termos em que Raphael Bluteau o identificou no princípio do século XVIII⁶⁷, havia toda uma série de atributos e exigências que andavam associados a tal estamento, como a posse de criados e cavalos. Eram elementos que simultaneamente os distinguiam e os afastavam do universo dos plebeus, e que os aproximavam, ou assim o pensavam, dos escalões

(cf. Idem, *ibidem*, livro nº31); Tomás em 1 de Outubro de 1719 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº32); Pedro em 8 de Março de 1722 (cf. Idem, *ibidem*, livro nº33) e Joana em 3 de Junho de 1725 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº33).

⁶³ Provida em Mesa de 27 de Março de 1722. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 26, fl. 72v.

⁶⁴ Na verdade, nem a quantia foi a estabelecida em Mesa, nem o recebimento da esmola foi imediato. A crer nos registos dos mordomos, só em Julho de 1722 Isabel Pessoa começou a receber os referidos 240 réis. Cf. ADE, ASCME, *Guias, quadrelas, criação, esmolos*, 1º nº 1135.

⁶⁵ Referida como natural do Alandroal casou com Francisco Manuel Ramalho, natural de Beringel em 10 de Julho de 1722. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora: casamentos de Santo Antão*, 1º nº 43.

⁶⁶ Sebastião Barbosa Pita casara-se em 30 de Outubro de 1718 com Antónia Eusebia Espada. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora: casamentos de Santo Antão*, 1º nº 43.

⁶⁷ Cf. Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez, & Latino*, t. III, Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, p. 302.

mais altos da nobreza política e de sangue, o seu modelo de referência⁶⁸. Os custos económicos que tal implicava eram bastante elevados, como Nuno Gonçalo Monteiro bem explica para o Portugal de Setecentos: a lógica do consumo de prestígio aristocrático, definidor do *ethos* do grupo, levá-los-ia à ruína, num movimento que se precipitou na década de 30 do século XVIII⁶⁹.

Apesar de o tema suscitar múltiplas hipóteses de trabalho, aquela que nos interessa, no quadro da imitação de padrões comportamentais aristocratas por parte dos membros da nossa categoria A, é o discurso da “decente sustentação”. Trata-se de um vocabulário social tipificado, que tanto pôde ser apreendido nas instituições políticas, económicas, jurídicas como assistenciais, e ainda na auto-representação dos elementos do nosso grupo de elite no momento de solicitarem apoio às instituições assistenciais. Fragmentos deste discurso encontram-se, por exemplo, em alguns pedidos de esmola dirigidos ao Cabido da Sé de Évora. Num deles, de Outubro de 1718, Manuel de Sousa da Cunha referia que “quando ele

⁶⁸ Aspectos de extrema importância e determinantes, por exemplo, para acesso à maioria dos ofícios e mercês das ordens militares. Sobre as condições sociais de habilitação para as ordens militares em Portugal, veja-se Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001, pp. 370-374.

⁶⁹ Que segundo o autor, despesas com a *Família e Casa*, e não necessariamente sumptuários, teriam conduzido ao endividamento crónico da alta aristocracia portuguesa, com maiores evidências na segunda metade do século XVIII, mas já detetável desde a primeira metade do século, pela multiplicação de pedidos de moratórias e de suspensão executórias movidas pelos credores. Endividamento ainda agravado pelos efeitos do terramoto de 1755 e surgimento de novas formas de sociabilidade nos círculos curiais de Lisboa, como foram os saraus ou, mais tarde, o Teatro de São Carlos, ambos emergindo com as novas categorias sociais com grande poder de investimento, como eram os negociantes de *grosso trato*. Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes: A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, pp. 367-370, 419-425. Do mesmo autor, “Notas sobre a nobreza, fidalguia e titulares nos finais do antigo Regime”, *Ler História*, nº 10, 1986, pp. 15-51. “Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime”, *Análise social*, vol. XXXII, 1997, pp. 335-368.

fora algum homem somenos o simtiria menos mas conhesemdo que fora toda a sua fazemda com que seos pais e avós viuerão a lei de fidalgos tão ilustres como erão temdo o estado que lhe era necessario não tenha ele coiza alguma da tal fazemda”⁷⁰: um lamento pela perda de estatuto social que a sua pobreza significava, que também se encontra, ainda que mais contido, na narrativa do doutor António Vidigal Salgado ao mesmo Cabido. Identificando-se como cavaleiro do hábito de Cristo, cidadão de Évora e morador na rua de Alconchel, António Vidigal Salgado explicava “que elle he homem que sempre viveo conforme a qualidade de sua pessoa, e de prezente se acha tão pobre”⁷¹ que não conseguia manter o nível de vida que a sua condição obrigava. Na mesma linha, lamentando-se dos infortúnios que a assolavam, Isabel Pessoa de Lemos destacava, em 1718, a sua pertença social, indicando que, conjuntamente com as suas filhas, eram “pessoas de conhecida nobreza”⁷².

Já fora da incidência geográfica deste trabalho encontrámos os pedidos de esmola de D. Felícia Maria Carneira da Veiga e de D. Jerónima da Cunha, que ilustram na perfeição a importância da identificação social de pertença a uma certa elite no momento de solicitação de esmolas. A primeira, viúva do capitão Manuel Nogueira Santiago, cavaleiro da ordem de Cristo, moradora, com a sua filha também viúva, na vila de Estremoz, escrevia que ambas eram “duas molheres nobres [...] e todas se acham faltas de uestidos para poderem hir á missa conforme a qualidade de suas

⁷⁰ ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido... cit..* (Petição datada de 1 de Outubro de 1718).

⁷¹ Idem, *ibidem*. (Petição de esmola de António Vidigal Salgado, datada de 27 de Dezembro de 1716). Confira-se a transcrição completa no anexo V da alínea B dos anexos.

⁷² Idem, *ibidem*, (Petição de esmola de Isabel Pessoa de Lemos, datada de 19 de Dezembro de 1718). Veja-se a transcrição deste pedido no anexo XIX da alínea B dos anexos.

peessoas”⁷³. A segunda, D. Felícia Maria Carneira da Veiga, igualmente viúva, moradora na vila de Arraiolos, referia que “sendo ella suplicante das principais familias da dita villa tem chegado a tanta pobreza hauendo tido tantos bens da fortuna que se acha em mizerauel estado que passa com demasiada pobreza”. Rematava a petição com uma alegação, porventura ainda de maior peso, afirmando que “como por mulher branca lhe não seia dado o seruir [...] como Vossa Illustrissima custuma favorecer as pessoas de sua calidade”⁷⁴.

As elites que administravam as instituições assistenciais parecem ter acompanhado, repita-se, no discurso e na prática, os sentimentos dos grandes do reino quanto à necessidade de proteção do seu estatuto social. Ao contrário destes, cuja situação é conhecida, sobretudo graças aos estudos de Nuno Gonçalo Monteiro⁷⁵ e Mafalda Soares da Cunha⁷⁶, o comportamento dos primeiros aguardam uma análise profunda que permita averiguar da validade do que afirmámos sobre as razões que os levaram a distribuir recursos assistenciais pelos grupos mais abastados da sociedade. Recorde-se que, ao contrário da aristocracia, aqueles não tinham acesso directo ao rei ou aos órgãos do poder central, junto dos quais, eventualmente, poderiam fazer pressão para salvaguardar o seu estatuto. Necessidade que poderia surgir, por exemplo, quando o seu património era administrado judicialmente, momento em que, por intervenção dos tribunais o seu modo de vida poderia ser salvaguardado através da garantia

⁷³ Idem, *ibidem*. (Petição de esmola de Jerónima da Cunha, datada de 3 de Julho de 1717). Veja-se a transcrição integral no anexo VIII da alínea B dos anexos.

⁷⁴ Idem, *ibidem*. (Petição de esmola de D. Felícia Maria Carneira, datada de 18 de Março de 1719). Leia-se a transcrição completa no anexo XXIII da alínea B dos anexos.

⁷⁵ Sobretudo em *O crepúsculo dos grandes... cit.*

⁷⁶ Cf. Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança – 1560/1640: práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.

de pensões de alimentos sobre os seus rendimentos⁷⁷. De entre as limitações desta elite local estava, ainda que pouco documentada, a sua incapacidade financeira para se moverem nestes meios, fosse para proteger os bens, fosse para reclamarem contrapartidas pelos serviços prestados à Coroa, nomeadamente por familiares diretos, quase sempre, pelo marido.

Indícios dessas situações puderam colher-se na petição apresentada ao Cabido por D. Teresa Ferreira da Câmara, viúva de Luís Leal, cidadão de Évora, quando, em 1719, indicava que as suas rendas se encontravam muito limitadas “alem de empenhos; e muitas cauzas que lhe fazem empedimdolhe cobrar o que he seu”⁷⁸. Também “empenhado”, António Correia da Fonseca, alegadamente por a Coroa ter ordenado a venda dos seus bens livres em hasta pública, pedia esmola ao Cabido, em Outubro de 1720, acrescentando ainda que o rei “lhe tem socrestado os rendimentos de huma cappela para pagamento de huma grande importância, de que lhe he devedor”⁷⁹. Ou ainda, D. Isabel Pereira do Rego que, alguns anos antes, em Novembro de 1716, lembrava ao Cabido que o marido, o capitão Manuel Nunes Furtado “seruio a sua Real magestade por mais de vinte e dois annos como consta da sua patemte e carta de privilegios celada com o celo Rial que foi seruido darlhe”, mas que ela, já viúva, não tinha como requerer os

⁷⁷ Naturalmente que era um conceito que entroncava, mais uma vez, na noção de decente sustentação mínima considerada para a alta nobreza. Como refere Nuno Gonçalo Monteiro, a regra aplicada às Casas nobres intervencionadas judicialmente supôs a consignação de 1/3 dos rendimentos das mesmas às dívidas acumuladas, enquanto, na maioria dos casos, o restante era alocado ao sustento da *Casa e família*, afinal, dois dos elementos mais distintivos do *ethos* e do modo de viver aristocrático. Sobre as mesadas atribuídas judicialmente às Casas nobres no contexto do seu endividamento e o seu rendimento disponível, veja-se Nuno Gonçalo Monteiro, *O crepúsculo dos grandes... cit.*, pp. 370-171, 406-407, 441-449.

⁷⁸ Arquivo do Cabido, *Esmolas dadas pelo Cabido... cit.*. (Petição de esmola de Teresa Ferreira da Câmara datada de 1 de Abril de 1719). Transcrição da petição no anexo XXIV da alínea B dos anexos.

⁷⁹ Idem, *ibidem*. (Petição de esmola de António Correia da Fonseca, datada de 7 de Fevereiro de 1720). Transcrição da petição da esmola no anexo XXVI da alínea B dos anexos.

serviços por ele prestados⁸⁰. Por seu lado, Jerónima da Cunha Lobata, viúva de Diogo Alvares Banha, revelava nesse mesmo ano que estava “padesendo muitas necisidades com a sua familia por ter as suas fazendas empenhadas e estar pagando muitos juros das dividas que ficarão do dito seu marido”⁸¹.

Estes exemplos, entre outros possíveis, permitem-nos questionar as visões monolíticas da pobreza e das práticas assistenciais, conforme tem defendido Tim Wales⁸², que tem alertado para a necessidade de enquadrar a assistência aos pobres num contexto mais alargado que inclua a diversidade de formas de subsistência que procuravam. Uma posição que subscrevemos inteiramente, e que é tão válida para as elites como para os trabalhadores, muito embora fossem diferentes as estratégias desenvolvidas por ambos os grupos bem como os resultados obtidos, como demonstraremos.

Por ter deixado múltiplas evidências nas fontes sobre a sua situação económica, o grupo de elite é mais fácil de acompanhar que o grupo social menos privilegiado. Com uma base minimamente fidedigna, recorrendo tanto a fontes quantitativas, como qualitativas, foi-nos possível reconstruir a estrutura dos rendimentos da categoria A. Para o efeito, o processo de cruzamento de informações e de fontes foi crucial. Sem privilegiar uma em detrimento de outra, importa dizer que tivemos uma ajuda preciosa na série do lançamento das décimas. Foi nela que encontrámos a maior parte dos membros da categoria A como contribuintes por serem proprietários de

⁸⁰ Idem, *ibidem*. (Petição de esmola de Isabel Pereira do Rego, datada de 10 de Novembro de 1716). Consulte-se a petição no anexo III da alínea B dos anexos.

⁸¹ Idem, *ibidem*. (Petição de esmola de Jerónima da Cunha Lobata, datada de 31 de Março de 1716). Veja-se a transcrição da petição no anexo I da alínea B dos anexos.

⁸² Nomeadamente quando refere, “It is perhaps an obvious point that poor relief needs to be seen in the wider context of the economy of the poor [...]”. Numa tradução livre “É talvez óbvio que a assistência aos pobres precisa de ser perspectivada no contexto mais vasto da economia dos pobres”. Tim Wales, “Poverty, poor relief and the life-cycle... cit”, p. 352.

casas, de pequenas propriedades rurais à volta da cidade e ainda de ofícios. Ofícios que identificámos nas escrituras notariais, assim como outras propriedades que, pela distância geográfica, estavam excluídas das décimas de Évora. A metodologia de recolha dos dados variou de acordo com as fontes. No que se refere aos livros das décimas⁸³, optámos por uma abordagem sistemática com um intervalo de, aproximadamente, 5 anos, iniciados com o primeiro exemplar existente, de 1698, e terminando em 1733⁸⁴.

Pelas razões antes apontadas, apesar de fundamentais, estes livros, não foram suficientes uma vez que só indirectamente, e nem sempre de

⁸³ Recorde-se o que escrevemos sobre este imposto na nota nº 162 da parte III deste trabalho. Veja-se ainda sobre o assunto, Jorge Fonseca, “Uma Vila Alentejana no «Antigo Regime» – Aspectos Socioeconómicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, *Almansor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119-207. Sobre a aplicação da décima eclesiástica a um caso específico de Évora – convento de São Bento de Cástris, confira-se: Antónia Conde, “O mosteiro de São Bento de Cástris e a décima eclesiástica”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVI, vol. I, Coimbra, 2002-2003, pp. 161-172.

⁸⁴ Isto, sempre que a existência e a qualidade de conservação das fontes o permitiram. A série dos livros de décimas de Évora que se encontra no Arquivo Distrital de Évora tem um âmbito cronológico de 1698 a 1834. No entanto, a listagem de livros encontrada no inventário da Câmara Municipal, fundo no qual estão incluídos, pode dar uma imagem de continuidade temporal distante da realidade. Não obstante, o que aqui nos interessa referir é o facto de só depois de iniciada a análise dos livros é que se podem verificar as falhas que existem ao nível da imposição do imposto, dos anos, e dos próprios arruamentos. O mesmo é dizer que a pesquisa dos nomes dos pobres que tínhamos selecionado ficou condicionada a uma solução de compromisso entre o intervalo cronológico dos 5 anos que tínhamos estabelecido, a existência em simultâneo para o mesmo ano de livros com assentos do imposto rural e urbano e os arruamentos completos. Devido a esses condicionalismos foram consultados os seguintes livros: ADE, ACME, *Livros do lançamento das décimas do concelho*, Iº nº 481 – (1698); Iº nº 497 e Iº nº 498 – (1705); Iº nº 503 – (1710); Iº nº 508 (1717); Iº nº 511 – (1722); Iº nº 515 – (1726) e Iº nº 516 – (1733). Desde esta última data até 1750, o final do nosso período em estudo, os exemplares disponíveis encontram-se muito arruinados ou notoriamente incompletos. Por outro lado, suspender em 1733 a procura dos pobres dos grupos em análise também não se revelou um problema maior uma vez que verificámos que o período de *vida ativa* da maioria dos casos em estudo – significando atividade ao nível profissional e de presença nos meandros da assistência –, está compreendida até esse ano.

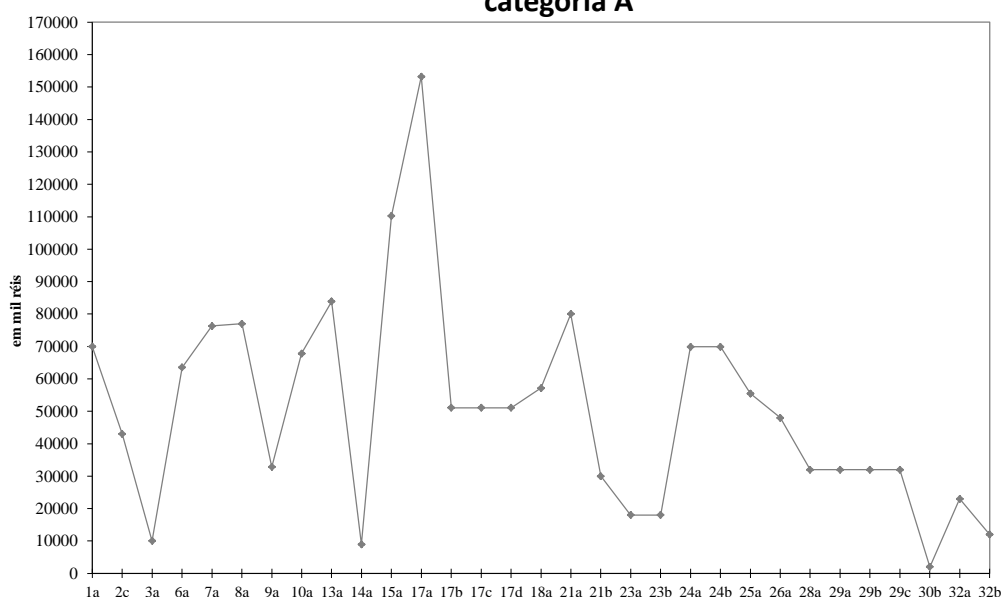
uma forma muito clara, nos deram os montantes totais dos rendimentos dos titulares, nomeadamente em relação à propriedade de ofícios, uma vez que, por norma, só foi registado o imposto pago sobre o mesmo. Já as propriedades, tanto as rurais, como as urbanas, para além do imposto, registavam quase sempre o rendimento global, ainda que estimado.

Dito isto, no caso das propriedades urbanas e rústicas, os rendimentos dos elementos da categoria A, representados no gráfico seguinte, foram estimados através da declaração do rendimento total declarado nas décimas. No que diz respeito aos rendimentos provenientes da propriedade de ofícios utilizámos nos nossos cálculos os valores apresentados por Antónimo Manuel Hespanha para cada um dos tipos de oficialato que identificáramos⁸⁵. Nunca é demais referir, no entanto, que são valores aproximados, essencialmente por serem estimados a partir do *Livro das avaliações de todos os officios do Reyno de Portugal*⁸⁶. Reportando-se a 1640, é provável que os valores auferidos no século XVIII fossem mais elevados, razão pela qual apenas os tomámos como ponto de referência. O nosso objectivo não é, repita-se, desenvolver um estudo económico deste grupo, mas apenas tentar uma aproximação à sua realidade patrimonial, o que nos servirá para enquadrar o contexto em que foram assistidos pelas estruturas formais de assistência.

⁸⁵ Vejam-se os valores que nos serviram de base aos cálculos em António Manuel Hespanha, *As vésperas do LEVIATHAN: instituições e poder político em Portugal (século XVII)*, Lisboa, Almedina, 1994, pp. 165; 169-170; 175-176; 181 e 183.

⁸⁶ Biblioteca da Ajuda, 49-12-11/12, 2 tomos. *Cit. in* António Manuel Hespanha, *As vésperas do LEVIATHAN: instituições e poder político, Portugal – século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 47.

Gráfico nº 4 - Estimativa dos rendimentos dos elementos da categoria A



Analisado o perfil económico dos 31 indivíduos para os quais foi possível encontrar informações credíveis, não detetámos qualquer tipo de padrão de estabilidade. Pelo contrário, se, em termos globais, os valores obtidos apontavam para um rendimento superior a 49 500 réis anuais, o gráfico nº 4 revela uma amplitude e uma variabilidade muito maior, verificável, desde logo, pela diferença entre o valor mais elevado – superior a 150 000 réis anuais, auferido pelo Dr. José Pereira da Cunha (17a) – e o mais baixo, inferior a 10 000 réis anuais, respeitante aos rendimentos de D. Ana de Vilalobos de Almeida (30b).

Por outro lado, não excluimos a hipótese de, sobretudo no caso dos rendimentos mais baixos aí representados, os valores se encontrarem deflacionados pela ausência de informação. De facto, à exceção de alguns poucos casos, o âmbito geográfico da pesquisa económica não extravasou os limites da região de Évora quando, como é do conhecimento geral, a

área de influência e de localização do património destas elites poderia ser bem mais extensa⁸⁷.

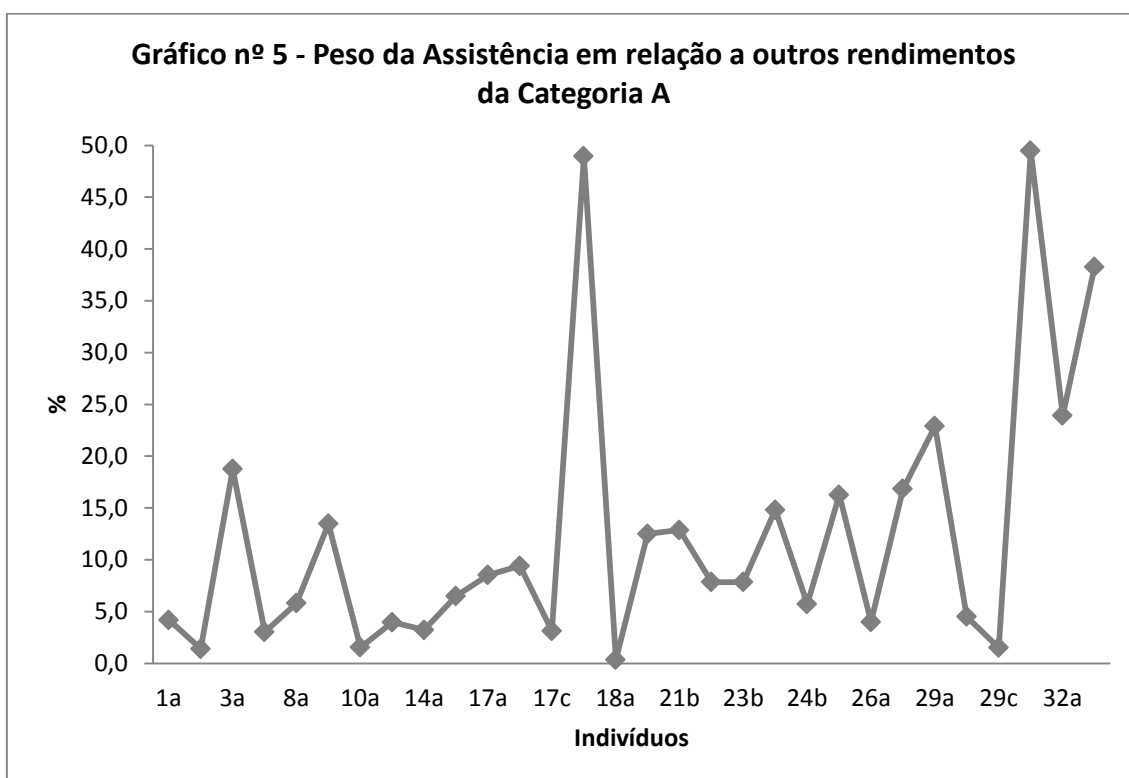
Pese embora os condicionalismos apontados, e a consciência que temos da possível deflação dos rendimentos, é importante realçar na análise do gráfico nº 4 que são poucos os casos de rendimentos apurados inferiores a 20 000 réis anuais. Foi precisamente a esses que pudemos associar propriedades, urbanas ou rurais, e respetivos rendimentos⁸⁸. Para os

⁸⁷ Um exemplo da possibilidade da dispersão dos rendimentos para além dos limites do termo de Évora encontramos-lo com Diogo de Gongora Tovar. Avaliando as suas rendas nos livros notariais seria tentador relacioná-lo exclusivamente com a propriedade do ofício de escrivão dos órfãos de Évora, o que lhe renderia anualmente cerca de 53 889 réis. Todavia, sabemos, através da leitura do seu testamento, que para além disso, possuía 3 olivais no termo de Elvas que lhe renderiam 30 000 réis em cada ano. Ao que juntou o valor médio anual da renda do ofício de escrivão dos órfãos acima referido. Veja-se o testamento de Diogo de Gongora no anexo IV da alínea A dos anexos. Mais difíceis de contabilizar foram os indícios sobre João Caeiro Palha de Almeida por possuir várias propriedades vinculadas a capelas, localizadas nos termos de Campo Maior e de Evoramonte. No primeiro caso tratava-se de uma capela, cujos bens não foram enumerados, que pertencera a Joana Mendes e cuja posse ganha em tribunal contra D. João de Aguiar Mexia e sua mulher. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 1009, fls. 153-153v. (Carta de procuração datada de 3 de Janeiro de 1711). Os bens localizados em Evoramonte reportavam-se a uma capela instituída pelo padre João Rodrigues Azinheiro, cuja renda era imposta toda na herdade da Regueira, na freguesia do Freixo, termo da referida vila. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 1015. (Documento datado de 11 de Novembro de 1696).

⁸⁸ Sendo os indivíduos em questão: 3a – Domingas Vidigal Salgada, com 10 000 réis de rendimento de umas casas no terreiro de São Mamede (cf. ADE, ACME, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º nº 497); 14a – D. Inês Teresa Vidigal Ramalho, viúva do advogado João Gomes de Gois, cujo rendimento apurado foi de 9 000 réis anuais proveniente de duas moradas de casas localizadas na travessa do trombeiro em Évora (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 511); 23a – o capitão de ordenanças Jacinto Nunes Ribeiro e sua mulher, Domingas de Mira Nobre, com um rendimento de 18 000 réis anuais pela posse de uma morada de casas na rua das fontes, em Évora e um ferragial no caminho de Évora para Estremoz (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 482, 1º nº 503, 1º nº 511 e 1º nº 515); 30b – D. Ana de Vilalobos de Almeida, viúva de Jacinto Botelho de Vilhena, com um rendimento estimado de 10 000 réis anuais de duas moradas de casas, uma na rua de cogulos e outra na rua da mostardeira em Évora (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 483, 1º nº 497, 1º nº 503, 1º nº 508 e 1º nº 511); 32b – Antónia de Oliveira Limpa, viúva do capitão Manuel Lopes Bácoro, com um rendimento anual aproximado de 12 000 réis, provenientes de uma morada de casas sitas na rua de Mendo Estevens em Évora. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 511.

restantes indivíduos, os rendimentos da administração pública, central ou local, foi o elemento determinante no valor das rendas auferidas, a que juntavam, com frequência, a posse de propriedades rurais com rendimentos consideráveis. Foi o caso de famílias como os Estrada e os Pereira da Cunha, respetivamente 6a, 7a, 8a, e, 17a, 17b, 17c e 17d.

A estimativa dos rendimentos de alguns membros da elite local permite-nos, à semelhança do que efetuámos para a categoria B, avaliar o peso relativo da assistência na sua economia. Neste caso foi estabelecido como ponto de comparação o rendimento médio anual de cada indivíduo e os valores médios que receberam.



Uma vez mais, e como seria de esperar, os valores obtidos não são uniformes. Se a média geral aponta para 12,4%, como se pode ver no gráfico nº 5, o peso anual da assistência nos rendimentos de cada um dos indivíduos foi bastante variável. O mesmo é dizer, que houve beneficiários

cujos rendimentos provenientes da assistência formal constituíram praticamente 50% do seu orçamento, enquanto para outros não significou mais do que 0,3%. São os valores extremos, é verdade, mas demonstram a variabilidade dos resultados obtidos. Obviamente, que estes últimos têm que ser lidos numa dupla perspectiva que desequilibra a relação. Ou seja, se os rendimentos estimados na parte das propriedades e ofícios forem baixos, a assistência formal pode ter adquirido um peso relativo maior. Pelo contrário, se os números da assistência forem significativamente mais altos, os rendimentos provenientes das propriedades perdem importância nos orçamentos em causa.

Ao invés do que aconteceu com os exemplos da categoria B, para estes da categoria A não dispomos de estudos que nos forneçam valores que permitam estabelecer comparações com os resultados obtidos em Évora. Na verdade, este tipo de abordagem tem-se dedicado essencialmente aos segmentos sociais mais baixos⁸⁹. No nosso caso, o que é de realçar, é a inconstância do peso da assistência em relação aos rendimentos: se para alguns membros deste grupo a assistência institucional foi importante, para outros parece ter tido pouca relevância. Steven King⁹⁰ afirmou-o antes de nós. Segundo este autor, para o núcleo de 10% de pessoas que recebiam a maior parte da assistência comunitária em Inglaterra, a ajuda institucional foi central. Os restantes desenvolveram outras estratégias de sobrevivência

⁸⁹ De facto, essa tem sido a pedra de toque na historiografia europeia que, como já referimos atrás, no ponto 2 do capítulo I desta parte, tem apostado de forma mais incisiva nos grupos de pobres *tradicionais*. Quando referidos, os grupos de elite *empobrecidos*, são-no para fazer realçar as disparidades dos valores recebidos. Sobre a maneira como esta questão tem sido tratada metodologicamente veja-se, entre outros, Marco Van Leeuwen, “Logic of Charity: Poor relief in Preindustrial Europe”, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 24, nº 4 (Spring, 1994), p. 593. Jean Pierre Gutton, *La société des pauvres... cit.*, pp. 135, 156. Catharina Lis, *Social Change and the labouring poor : Antwerp (1770-1860)*, New Haven, Yale University Press, 1986, p. 133. Stuart Woolf, *The poor in western Europe... cit.*, pp. 20-40.

⁹⁰ Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, pp. 54-55.

para complementar o seu orçamento. Fica por saber se o fizeram por opção própria ou porque as instituições lhes concediam menos recursos, preterindo-os em relação a outros a outros pobres. E, afinal, quais eram as estratégias implementadas?

Capítulo III – Estratégias alternativas de sobrevivência?

Na linha do que se discutiu antes, fazem sentido as palavras de Tim Wales, quando refere que “one does not find parish paupers on one side, and the rest of the poor on the other. Many paupers were clearly partial wage earners. All the poor depended, in degree varying according to the nature of the local economy and society, on a whole series of sources of income to support themselves – day labour, by-employments and casual jobs, common rights, charitable doles, neighborly and/or kin support, loans and begging”⁹¹, um discurso não muito diferente do de Steve Hindle ao afirmar que “this interweaving of national and parochial, and of formal and informal, networks of care created a complex pattern of resources upon which the indigent might draw in different combinations at different stages of life cycle”⁹².

Sem claramente o identificarem, Wales e Hindle entram no terreno daquilo que a historiografia inglesa designa por *makeshift*, um conceito vital no nosso trabalho. Em termos gerais, tomamos *makeshift* como o conjunto das estratégias de recurso e emergência, quase sempre

⁹¹ Numa citação livre “Acima de tudo, a assistência paroquial não pode ser vista isoladamente da variedade de meios pelos quais os pobres subsistiam. Não se deve colocar os pobres da paróquia de um lado e os restantes do outro lado. Muitos pobres tinham rendimentos parciais. Todos os pobres dependiam, variando de acordo com a natureza local da economia e da sociedade, de uma série de fontes de rendimento para se sustentar – trabalho diário, caridade, apoio familiar ou da vizinhança, empréstimos e mendigagem”. Tim Wales, “Poverty, poor relief and the life-cycle... cit.”, p. 352.

⁹² Numa tradução livre “(...) esta combinação de redes de assistência nacional, paroquial, formal e informal criaram um complexo padrão de recursos que os *pobres* poderiam combinar de diferentes formas ao longo do percurso de vida”. O itálico é nosso. Steve Hindle, “Not by bread only? Common right, parish relief and endowed charity in a forest economy (c. 1600-1800)”, *The poor in England (1700-1850)... cit.*, p. 41.

expedientes temporários, utilizados pelos pobres tendo em vista a sua sobrevivência. Usado pela primeira vez em 1974 por Olwen Hufton ao estudar a pobreza em França no século XVIII, esta autora identificou, em dois capítulos da sua obra *The poor in eighteenth-century France*⁹³, duas vertentes deste tipo de economia desenvolvidas pelos pobres fisicamente capazes de trabalhar e pelas crianças, doentes e velhos, portanto, gente não apta para o trabalho. Segundo a mesma, para enfrentar as precárias fontes de rendimento⁹⁴, os primeiros recorreriam essencialmente à migração, quase sempre sazonal⁹⁵, de cariz regional ou nacional. Já os restantes socorrer-se-iam sobretudo dos peditórios, geograficamente localizados⁹⁶. Nesta conceptualização, não era só o trabalho que era considerado como fonte de rendimento, mas era igualmente assumido como uma estratégia de sobrevivência legal, conceito onde também cabiam a assistência formal, a ajuda da família e comunidade, que se opunha à utilização de estratégias ilegais, como o crime de subsistência ou a prostituição.

⁹³ Olwen Hufton, *The poor of eighteenth France (1750-1789)*, Oxford, Oxford University Press, 1974.

⁹⁴ Um tema desenvolvido no capítulo III da referida obra. Nele a autora conclui que, apesar de não ser um fenómeno novo em França, o século XVIII potenciou-o. Por outro lado, o grande aporte desta abordagem foi olhar para os movimentos migratórios como resultado do constrangimento das populações pobres e capazes de trabalhar, mas incapazes de ganhar o suficiente para a sobrevivência individual e familiar. Apesar desta constatação, Hufton refere que a mais-valia das migrações temporárias, assumindo que foram maioritariamente adultas e masculinas, foi a retirada do homem como elemento consumidor do agregado familiar, que desta forma conseguia aceder à assistência formal. O que, na nossa opinião, demonstra que, pese embora deixar de fora a assistência institucional da sua *economy of makeshifts*, a autora acaba por a inserir nas estratégias dos pobres. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 71-79.

⁹⁵ Embora a autora reconheça a possibilidade de três formas de migração: a sazonal, em que o migrante deixa o seu local de origem por alguns meses durante o ano mas regressando ao seu local de origem; a migração temporária, quando se deixa o local de naturalidade por alguns anos; e por fim, a deslocação permanente. Cf. Olwen Hufton, *The poor of eighteenth France (1750-1789)... cit.*, p. 70.

⁹⁶ No capítulo IV da mesma obra, Olwen Hufton desenvolve a segunda linha de estratégias implementadas pelos pobres merecedores – crianças, mães solitárias, velhos, doentes, ou velhos e doentes, que pediam esmolas, numa geografia circunscrita. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 107-127.

O conceito de *economy of makeshifts* sofreu uma enorme expansão depois desta obra e enriqueceu a análise da pobreza sobretudo porque, nos últimos anos, passou a ter em conta as especificidades políticas, económicas e sociais de cada região a que tem sido aplicado. Em Inglaterra, por exemplo, tem sido utilizado para indicar como representante de todos os meios que os pobres locais, não migrantes portanto⁹⁷, usaram para responder a situações económicas difíceis. Também Martin Dinges, ainda que não utilize a mesma terminologia, e embora muito focado no conceito de *self-help*, admite a coordenação dos recursos institucionais e informais por parte dos pobres como forma de sobrevivência⁹⁸. Em termos gerais, têm-se vindo a refinar o vocabulário relacionado com a *economy of makeshifts*. Neste processo, o contributo mais decisivo foi, sem dúvida, o de Johanna Innes ao sugerir a clarificação da terminologia de *makeshifts* através da introdução de uma outra, na nossa opinião mais inclusiva, de *mixed economy of welfare*. cremos que o elemento mais importante desta definição de *economy of welfare* é o ter em linha de conta não apenas as estratégias alternativas à assistência formal desenvolvidas pelos pobres

⁹⁷ Compreensível se se tiver em conta as restrições à mobilidade espacial introduzidas pelas leis de fixação (*settlement*) dos pobres às paróquias de origem. Sobre este assunto, veja-se o que referem Steven King e Alannah Tomkins em *The poor in England... cit.*, p. 13.

⁹⁸ Como referimos, Dinges não formaliza os conceitos de *makeshifts* e de economia do pobre que vimos aplicados à realidade inglesa e francesa. Prefere, de uma forma mais simples, a utilização de estratégias formais e informais de sobrevivência mas, se na sua essência, não se afasta muito da formulação anterior, na prática fica-se pela enunciação da possibilidade de os pobres poderem utilizar de uma forma conjugada as mencionadas estratégias. Cf. Martin Dinges, “A history of poverty and poor relief: contributions from research on the early modern period and the late middle ages and examples from more recent history”, *European health and social welfare policies* (Laurinda Abreu ed.), Compostela, Compostela group of universities/PhoenixTN, 2004, pp. 23-50. Uma linha de interpretação que o autor tinha iniciado alguns anos antes desta publicação, como se pode observar em “Self help and reciprocity in parish assistance: Bordeaux in the sixteenth and seventeenth centuries”, *The locus of care: families, communities and the provision of welfare since antiquity* (Peregrine Horden & Richard Smith (eds.)), London, 1998, pp. 111-125.

mas, colocando-se na sua perspectiva, olhar de uma maneira global para a combinação de recursos institucionais e informais por eles usados. O problema que se coloca ao considerarem-se as estratégias informais de sobrevivência reside na sua quantificação já que, na esmagadora maioria dos casos, não há como medir a intensidade de uma esmola dada à porta de um nobre ou de um convento. Ou mesmo, não é possível calcular a importância e o peso da ajuda familiar, ou mesmo de estratégias de coabitação fora da estrutura familiar. Sem dúvida que a melhor opção em termos de análise histórica é a da sua articulação, conjugação ou justaposição, com outros recursos assistenciais auferidos ao longo de cada ciclo de vida.

Nesta óptica propomo-nos identificar, nos três pontos seguintes, as diferentes estratégias de sobrevivência encontradas em Évora nos séculos XVII e XVIII. Advirta-se, desde já, que lidámos com dados fragmentados, que não estão distribuídos forma equitativa pelos dois grupos estudados. Como seria de esperar, são os elementos da elite local que mais e melhores informações deixaram. Por exemplo, em relação às práticas de endividamento.

1 – Endividamento

Antes de avançar importa referir que o endividamento em causa poderia resultar de gastos de mercearia, peixaria, talho, alfaiate, entre muitos outros⁹⁹. Nas fontes coligidas, o caso de D. Ana de Vilalobos de Almeida, viúva de Jacinto Botelho de Vilhena, é paradigmático desta situação. À data da realização do seu testamento, em 1733, declarava que devia a Manuel das Neves 24 000 réis do azeite “e mais cousas” adquiridas na sua loja e 480 réis a Manuel Gomes D’Orey, mercador na praça de Évora. A sua criada, Simoa Rodrigues, que à data do seu testamento a servia há 19 anos, parece nunca ter recebido salário, razão pela qual lhe mandava pagar as “soldadas” à razão de 4 000 réis anuais, sem que saibamos porque apenas contabilizou 12 anos de serviço, o que perfazia a quantia de 48 000 réis¹⁰⁰. Na mesma linha da anterior, também Domingas Vidigal Salgada, viúva de Feliciano Franco Monteiro, teria contraído dívidas de subsistência. Pelo menos foi esse o motivo alegado, em 1716, quando recebeu uma esmola de 6 alqueires de trigo do Cabido da Sé de

⁹⁹ De referir que retirámos as informações relativas ao endividamento dos testamentos e documentos afins, pertencentes ao fundo da Coleção de Testamentos do Arquivo Distrital de Évora. Quase todos, autos de aprovação ou de abertura de testamentos cerrados, redigidos por tabeliães de notas da cidade de Évora e de Vila Viçosa, ou pelos próprios testadores. A aprovação e abertura dos testamentos eram efetuadas perante o representante judicial vigente na época (Juiz de Fora do Geral, Juiz Ordinário ou Juiz dos Resíduos e dos Órfãos), perante o tabelião de notas e de testemunhas. Cf. ADE, *Colecção de testamentos*, (1554/1835).

¹⁰⁰ Confira-se a quantia no testamento de D. Ana de Vilalobos de Almeida em ADE, *Colecção de testamentos*, Caixa nº24, nº 134. Veja-se a transcrição do referido testamento no anexo V da alínea A dos anexos.

Évora¹⁰¹. Estes casos foram certamente uma pequena amostra do que poderia ser uma prática transversal a toda a sociedade moderna, sendo conhecidas situações bem mais gravosas na alta nobreza¹⁰². Por outro lado, o endividamento poderia igualmente decorrer do não pagamento de obrigações testamentárias ou de legados pios. Neste particular, D. Ana de Vilalobos continua a ser o melhor exemplo deste tipo de estratégias, ao passar à sua filha e herdeira – D. Brites de Almeida de Vilalobos – o ónus do pagamento de dois anos de missas em dívida aos padres da Trindade de Lisboa, num total de 10 600 réis. Do rol das dívidas ligadas à igreja e religião destacam-se ainda as 60 missas em falta ao padre Domingos da Conceição, vigário do convento do Calvário, num total de 6 000 réis¹⁰³. Esta era uma prática corrente no Portugal Moderno, e não apenas individual. Desde os finais do século XVII, numa escala incomparavelmente maior, as Misericórdias acumularam este tipo de dívidas, que culminaram, maioritariamente já no século XVIII¹⁰⁴, na

¹⁰¹ Cf. Arquivo do Cabido da Sé de Évora, *Esmolas dadas pelo Cabido... cit.* (Esmola datada de 1 de Abril de 1716).

¹⁰² Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *O crepúsculo dos grandes... cit.*, p. 384. Numa escala menos elitista, Maria Manuela Rocha constatou a disseminação desta prática em toda a sociedade lisboeta para finais do século XVII e princípios do XIX. Isto com base nos inventários *post-mortem*. Cf. Maria Manuela Rocha, “Actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)”, *Análise Social*, vol. XXXI, 1996 (2º-3º), pp. 582, 591.

¹⁰³ Isto significa que, só em obrigações e pensões testamentárias, D. Ana de Vilalobos tinha *adiado* o pagamento de 16 600 réis Cf. ADE, *Colecção de testamentos*, caixa nº24, nº 134. Veja-se o testamento no anexo V da alínea A dos anexos.

¹⁰⁴ Importa dizer que no caso da Misericórdia de Évora não é conhecido nenhum breve de perdão ou redução neste contexto. A situação que mais se lhe aproximou ocorreu em 1712 quando o Papa deu à Misericórdia a possibilidade, enquanto administradora do Hospital do Espírito Santo, de poder arrecadar os legados não cumpridos no prazo pelos instituidores de capelas no Arcebispado de Évora. A este propósito recorde-se o que foi dito no ponto 1 capítulo I da parte II deste estudo. Para o aprofundamento das questões relativas aos breves de perdão e de redução, veja-se Laurinda Abreu, *Memórias da alma e do corpo... cit.*, pp. 135-164. Idem, “Uma outra visão do purgatório... cit.”, pp. 7-52, Idem “Purgatório, Misericórdias e Caridade... cit.”, pp. 395-415.

redução e perdão de milhares de sufrágios por alma. Mas o endividamento podia chegar muitas vezes na forma de “mútuo oneroso”. Os testemunhos deste tipo de transação económica encontraram-se nos registos notariais de Évora, onde consta a identificação dos intervenientes. Diga-se, desde já, que foram os indivíduos pertencentes à categoria A, a elite local. As quantias indicam-no claramente, como prova o quadro nº 3, ainda que em causa estejam valores incomparavelmente mais baixos do que os verificados em Lisboa, por exemplo¹⁰⁵. Apesar de tudo, justificaram a realização de um contrato em notário, quase sempre com penhor de propriedades. Contabilizados os empréstimos contraídos por este pequeno grupo – sete homens e uma mulher – encontramos uma variação entre os 50 000 réis e os 600 000 réis de *principal*, conforme a terminologia coeva. O prazo do empréstimo, quando referido, foi quase sempre de um ano, a juro que se situou entre os 5% e os 6,25%¹⁰⁶.

O que o quadro nº 3 igualmente informa é que o mercado creditício era dominado pelos conventos, de Évora e não só, para além, obviamente, de alguns particulares¹⁰⁷, como o médico António Vaz Machoca, ou o

¹⁰⁵ Veja-se o caso de Lisboa, onde a média dos empréstimos foi sempre superior a um conto de réis. Cf. Maria Manuela Rocha, “Actividade creditícia em Lisboa ... cit., p. 590. Muito maiores seriam os empréstimos contraídos pela mais alta nobreza de Portugal a partir de meados do século XVIII. Para uma análise mais profunda deste caso particular confira-se Nuno Gonçalo Monteiro, *O crepúsculo dos grandes... cit.*, pp. 382-394.

¹⁰⁶ O alvará filipino de 1614 proibiu os juros superiores a 5%. Todavia, tal como ficou demonstrado para Coimbra, este alvará parece que apenas foi cumprido na venda de juros da fazenda real, praticando-se valores mais elevados. Cf. António de Oliveira, “Coimbra de 1537 a 1640”, *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XLVIII, 1972, p. 102”, p. 114. Também o dinheiro que a Misericórdia de Évora emprestou antes de 1705 foi à razão de 6,25%, reduzido maioritariamente a 5% após esse tempo. O mesmo é dizer que, antes de entrar em vigor o alvará de 1756, que fixava definitivamente a taxa de juro nos 5%, a Misericórdia de Évora já a praticava. Cf. Rute Pardal, “O sistema creditício na Misericórdia de Évora em Finais do Antigo Regime”, *Callipole*, nº 18, 2010, pp. 27-36.

¹⁰⁷ Não traçámos o perfil social dos credores, nem esse é o objectivo deste trabalho.

homem de negócio, João da Costa Jacques¹⁰⁸. Ao contrário do que acontecia em outros espaços, a Misericórdia não assumiu relevância como fonte de crédito para este segmento da sociedade¹⁰⁹. Um facto tão mais importante quando sabemos que as Misericórdias investiam parte do seu dinheiro no crédito aos irmãos e, precisamente, todos os devedores acima estarem relacionados com a Misericórdia de Évora: os 7 homens eram seus irmãos e D. Ana de Vilalobos de Almeida era viúva do irmão Jacinto Botelho de Vilhena. Porque não recorreram à confraria? A explicação pode residir no facto desta só ter investido de forma significativa no mercado de capitais no final do século XVIII. Nessa altura, lá encontramos os seus irmãos entre os devedores¹¹⁰.

¹⁰⁸ Assim referido nos contratos de empréstimo a juro. Veja-se, a título de exemplo, o contrato de empréstimo de 600 000 réis à razão de 5% que João da Costa Jacques (enquanto credor) assinou com o Dr. José Pereira da Cunha e D. Margarida Josefa de Lacerda sua mulher (devedores) em ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 1128, fls. 187v-188. (Escritura datada de 3 de Julho de 1714).

¹⁰⁹ E que se verificou ser uma estratégia de realização de dinheiro rápido e fácil na perspetiva das diferentes Mesas, mas que acabou por se revelar desastrosa devido às dificuldades de cobrança quer dos juros, quer do capital. Uma realidade que não foi exclusiva da Misericórdia de Évora, pelo contrário, bem comum em praticamente todas as Misericórdias portuguesas. A título de exemplo confira-se a situação da Misericórdia de Setúbal em Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 57-64; a de Ponte de Lima em Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus... cit.*, pp. 480, 494; a da Baía em Isabel dos Guimarães Sá, “As Misericórdias”, Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.), *História da expansão portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 1, p. 360-368.

¹¹⁰ Como demonstra o cotejamento dos nomes dos devedores da Santa Casa nessa cronologia. Cf. Rute Pardal, “O sistema creditício na Misericórdia de Évora... cit.”. Ainda que não se consiga saber concretamente quando é que o empréstimo de dinheiro à razão de juros garantido por penhor se teria tornado legal, na Misericórdia de Évora esse movimento só está identificado, como referimos noutro lugar, para a segunda metade do século XVII. No entanto, o facto de só existirem livros de registos de entradas e saídas de dinheiro a partir da última década de Seiscentos poderá indicar que essas atividades eram esporádicas. Recorde-se que as primeiras referências a empréstimos a juros não surgem nos livros de receitas e despesas, mas num tomo de foros e apenas relativos ao período que medeia entre 1668 e 1670: no total trata-se de 6 empréstimos, somando o capital emprestado pouco mais de um conto de réis. Desde essa altura, e até 1705, não foi encontrado qualquer outro registo de dinheiro concedido a juros. No

Fora desta análise ficaram os empréstimos realizados a título de amizade, ou sem lugar à cobrança de juros, assentes em contatos de natureza que não deixaram rastros nas fontes. Muitas vezes resumiam-se a acordos tácitos, baseados simplesmente na palavra dos contraentes¹¹¹. Não cremos, todavia, que tivessem sido em grande número, ou que tivessem envolvido verbas substantivas.

entanto, desse ano até 1814, a Misericórdia realizou mais de 100 operações de empréstimo, que envolveram 91 devedores. Se daqui se pode concluir que nem todos os anos saiu dinheiro do cofre, também é importante referir que o leque dos devedores é muito alargado. Quanto ao volume de dinheiro emprestado, numa análise mais geral, pode verificar-se que a saída de capital começou a ganhar regularidade a partir da década de sessenta do século XVIII, sem que se consiga perceber a razão já que não há indicadores que demonstrem que a confraria detinha mais capital nesse período. Pelo contrário, a avaliar pela situação de outras Misericórdias, as principais fontes de rendimentos (os legados pios) ter-se-iam reduzido significativamente a partir de finais do século XVII e em todo o século XVIII.

¹¹¹ Sobre os empréstimos de capital por amizade, veja-se António de Oliveira, “Coimbra... cit.”, p. 115. Maria Manuela Rocha, “A actividade... cit.”, pp. 592-593.

Quadro nº 3 – Contratos de empréstimo

Indivíduo	Data do empréstimo	Capital	Capital + Juros (em réis)	Duração do contrato	% dos juros	Credor	Fonte
Francisco Madeira de Sousa	06/11/1694	-100 000	106 205	1 ano	6,25%	Convento de Santa Clara de Évora	ADE, Notariais de Évora, lº nº 896, fls. 144-145v.
Francisco Madeira de Sousa	03/03/1721	480 000	504 000	4 anos	5%	Manuel Luís de Brito (lavrador)	Idem, lº nº 1065, fls.66-69.
	24/03/1721	200 000	210 000	Indefinido	5%	Convento de Santa Catarina de Évora	Idem, lº nº 1065, fls.35v-37v
Álvaro da Fonseca Coutinho	16/02/1697	100 000	106 205	Não referido	6,25%	Freira do convento das servas de Borba	Idem, lº nº 1016, fls.??
José Monteiro de Matos	17/11/1698	100 000	105 000	1 ano	5%	Convento do Paraíso de Évora	Idem, lº nº 902, fls. 79v-81
José Pereira da Cunha	03/07/1714	600 000	630 000	1 ano	5%	João da Costa Jacques	Idem, lº nº 1128, fls. 187v-188
Manuel Lopes Bácoro	03/11/1691	50 000	53 125	1 ano	6,25%	Álvaro Ferreira da Câmara	Idem, lº nº 958, fls. 17v-22 Idem, lº

Indivíduo	Data do empréstimo	Capital	Capital + Juros (em réis)	Duração do contrato	% dos juros	Credor	Fonte
Nicolau Barreto de Andrade	01/02/1713	200 000	210 000	1 ano	5%	Convento de Nossa Senhora da Orada (Reguengos de Monsaraz)	Idem, l ^o n ^o 1051, fls. 101v-103v
Inácio Palha de Almeida	29/12/1713	100 000	112 500	2 anos	6,25%	Pedro Ferreira (cidadão de Évora)	Idem, l ^o n ^o 1012, fls. 125v-129
Inácio Palha de Almeida	?*	150 000	?*	?*	?*	Pedro Ferreira (cidadão de Évora)	Idem, l ^o n ^o 1012, fls. 125v-129
D. Ana de Vilalobos de Almeida	17/09/1725	105 600	110 880	1 ano	5%	Teresa Maria de Jesus (Solteira, maior)	Idem, l ^o n ^o 1073, fls. 97-98v
*Junto ao documento anterior encontra-se a confissão desta dívida a Pedro Ferreira, por parte de Inácio Palha de Almeida							

2 – Solidariedade familiar e vicinal

Em Évora, como em qualquer outro local, os pobres utilizavam igualmente os recursos familiares e vicinais como estratégias de sobrevivência. O sentido que aqui se pretende destacar é o que decorre da existência de grupos domésticos co-residenciais, assentes em laços de parentesco ou de afinidade de vizinhança.

Como comumente tem sido referido, o primeiro apoio a ser procurado numa situação de pobreza era o da família. No entanto, a análise deste recurso só pode ser feita a partir da avaliação da estrutura e dimensão padrão da família, no caso em apreço, da sociedade eborense. Partimos, pois, do princípio de que o tipo de estrutura familiar condicionou o modo como o pobre se relacionou com o sistema assistencial. No caso inglês, e de acordo com vários autores adeptos da *nuclear family hardship*¹¹², os casamentos tardios, os níveis de celibato muito elevados e uma estrutura familiar nuclear deixariam os pobres “à mercê” da caridade coletiva, isto é, dependentes da assistência formal e burocratizada. Porém, autores como Steve Hindle relativizam o peso da estrutura familiar para a análise, defendendo que, mesmo numa configuração familiar nuclear, os indivíduos podiam recorrer ao apoio familiar e de vizinhança, existindo abundantes provas dessa atuação na Inglaterra dos séculos XVI a XVIII¹¹³. Tanto a

¹¹² Um conceito desenvolvido por Peter Laslett, ao qual regressaremos no ponto 2 do capítulo II da parte V. Cf. Peter Laslett, *Family, kinship and collectivity as systems of support in pre-industrial Europe: a consideration of the ‘nuclear-hardship’ hypothesis*, *Continuity and Change*, nº3, 1988, pp. 153-175.

¹¹³ Assim se deve ler, quando indica que “the relief system created by Elizabethan poor laws was by no means structured exclusively on the principle of public provision”. Numa tradução livre (“O sistema assistencial criado pelas leis de pobres isabelinas não era de maneira nenhuma estruturado exclusivamente no princípio de assistência pública”). Steve Hindle, *On the Parish?... cit.*, p. 49.

comunidade como a família foram centrais nas *poor laws* isabelinas, sobretudo no caso da família, que ali se constitui quase como um imperativo moral para aqueles que a tinham.

No caso dos pobres de Évora dos séculos XVII e XVIII, os vestígios da ajuda informal, quer de raiz familiar, quer vicinal, encontram-se registados nas fontes das instituições que prestaram assistência formal, nomeadamente nas atas dos consistórios da Misericórdia. Dos 326 casos de indivíduos indicados naquele núcleo documental, para os anos de 1604 a 1710¹¹⁴, apenas nos focaremos em 88 uma vez que os restantes se reportam a pedidos de dotes para casamento, portanto, suscetíveis de estarem envolvidos em esquemas que tentassem ultrapassar os apertados parâmetros geográficos de elegibilidade requeridos para prestação desse tipo de assistência¹¹⁵. Nos 88 casos em análise encontramos 31 situações do tipo familiar e 57 de cariz não familiar. A validade destes números deve ser relativizada porque se reportavam essencialmente a informações secundárias registadas por decisão dos escrivães da Misericórdia. Quer isto dizer, que o grupo doméstico constituído por relações familiares pode ter sido muito maior que o apresentado. Tome-se o exemplo de Gregório Pestana do Carvalhal e Pina, membro da elite local eborense. Ao que tudo

¹¹⁴ Não existem livros de lembranças para anos anteriores e nos livros posteriores a 1710 não foi feita mais qualquer referência a esquemas de co-residência.

¹¹⁵ Em relação à dotação das órfãs, o compromisso remete para as disposições testamentárias de D. Maria de Vilhena, Francisco Jorge e D. Álvaro da Costa, que deixaram a Misericórdia encarregue de dotar respectivamente todos os anos, 4 órfãs com 10 000 réis, 3 com 20 000 réis e 5 órfãs com 12 000 réis. Em todos os casos, as proponentes teriam que ser naturais de Évora. No entanto parece-nos que as mesmas usariam do mesmo expediente de que os irmãos da Misericórdia deixaram conta no compromisso de 1651, quando se refere “(...) se arma loguo contra eles (irmãos visitantes) de valias ou enganos para seu intento, e muitas vezes se vem de fora viver na cidade e se mudão de hum bairro para outro, so para esse efeito”. ADE, ASCME, *Compromisso... cit.*, capítulo. 12 (dos visitantes), fl. 15. Confira-se ainda as referências aos dotes no capítulo. 23 (do modo como se hão de dotar as órfãs), fls. 26v-27.

indica a sua mãe, Inês Camacha de Oliva, e a sua filha, Catarina de Oliva do Carvalhal, conviveriam com ele no mesmo espaço doméstico, conforme os registos das esmolas do cónego Diogo Vieira Velho¹¹⁶, mas essa informação nunca foi referida na documentação dos mordomos da Misericórdia. Em suma, a argumentação anterior deve servir para afirmar a ideia que só o cruzamento de variadas fontes permite uma reconstituição mais fidedigna dos núcleos familiares. Estas situações que, cremos, eram relativamente banais, levantam-nos três questões que consideramos pertinentes: qual terá sido o tipo de parentesco mais comum na coabitação? Existiram diferenças no tipo de co-residência entre grupos sociais? Em que circunstâncias os pobres recorriam a esta estratégia de sobrevivência?

Só de forma indirecta se podem encontrar algumas respostas que, pela escassez de informação, não permitem grandes conclusões, muito menos definitivas. Certezas mesmo só existem sobre o sexo dos pobres que residiam com familiares. Sem surpresas, as mulheres estavam em maioria: 76 mulheres nos 88 registos nos livros de atas da Misericórdia. Em relação aos laços de parentesco predominantes, apesar de diversificados, ocorriam dentro do parentesco direto, isto é, mães a residirem com filhas ou filhos, presumivelmente casados¹¹⁷, em casa de tios ou de irmãos casados. Uma variedade de situações de convivência que, naturalmente, decorria das próprias circunstâncias da vida. O que fica claro, por exemplo, no caso de Francisca, órfã, provavelmente já sem avós, solteira e epiléptica, que foi

¹¹⁶ Para os dois exemplos, veja-se a informação contida em Idem, *Ibidem*, *Livro das Esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho... cit.*

¹¹⁷ Em Inglaterra, sendo este um padrão verificado tanto em espaço rural quanto no mundo urbano, ao que tudo indica a co-residência entre filhos casados e as suas mães foi menos vulgar que a verificada com as filhas casadas. Cf. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, p. 50.

acolhida pelo tio, Brás Silveiro¹¹⁸. Uma situação diferente foi a de Helena Pinheira, cega e coxa, que coabitava com a mãe¹¹⁹.

Transversal, tanto a espaços urbanos como rurais, a coabitação podia ser utilizada como estratégia de assistência na velhice, na doença e em caso de deficiência física, nas situações acima apresentadas, sendo que, às vezes eram cumulativas. Aí, os filhos seriam a primeira opção, quando tinham possibilidade de ajudar os pais, caso não estivessem ocupados com a criação dos seus descendentes ou envolvidos nas teias da migração, ou mesmo emigração, procurando garantir a sua própria sobrevivência. A este respeito cite-se o exemplo da viúva Maria Fernandes, “entrevada e muito velha”, que a partir de 1677 receberia semanalmente 50 réis, apesar de residir com o genro, João Rodrigues, sapateiro de profissão¹²⁰. O mesmo tipo de situação se infere de um pedido de esmola que Nuno de Faria Picanço fez ao cabido da Sé de Évora na Páscoa de 1719, referindo que estava “sustentando dez pessoas e seu pai estava gravemente enfermo”. Tendo em conta que à data teria três filhos vivos¹²¹, estamos a falar de um núcleo familiar que integrava seis pessoas, isto é, para além do próprio e dos três filhos, a mulher e o pai: quem seriam os quatro elementos restantes? A mãe e outros familiares colaterais? Criados? Vizinhos? As

¹¹⁸ Dotada em 14 de Julho de 1688, com uma esmola mensal de 200 réis, estando em casa de seu tio Brás Silveiro, morador na quinta da Almoinha. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n° 22, fl. 100v.

¹¹⁹ Provida pela primeira vez pela Misericórdia de Évora em 18 de Agosto de 1675, com 200 réis mensais. Cf. Idem, *lembranças*, 1º n° 21., fl. 28. Tendo a Mesa deliberado um aumento de 200 réis em 19 de Junho de 1695. Cf. Idem, *lembranças*, 1º n° 23, fl. 38.

¹²⁰ Provida em Mesa de 20 de Janeiro de 1677. Cf. Idem, *ibidem*, *lembranças*, n° 21., fl. 69.

¹²¹ Tendo em atenção que não se conseguiu apurar a data de nascimento de António de Faria Picanço e de Ana Catarina de Melo, e que Francisco nasceria após 1719, mais especificamente seria batizada na Sé de Évora em 27 de Março de 1722. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos da Sé*, 1º 33. Os que estariam vivos à data do pedido de esmola do pai ao Cabido eram Arcângela, batizada na Sé em 14 de Julho de 1709; Jerónima, batizada também na Sé em 20 de Julho de 1711 e Isabel, igualmente batizada na Sé em 24 de Abril de 1713. Cf. Idem, *ibidem*, 1º n° 30 e 1º n° 31, respetivamente.

fontes são completamente omissas em relação a estas questões. Independentemente da categoria social em análise¹²², abundam os exemplos deste tipo de situação e não os podemos estudar todos. Importa, sim, salientar que se enquadram numa mesma matriz, onde a coabitação decorre de laços familiares e foi justificada pelas explicações tradicionais do desamparo, doença, deficiência física, como referido. A velhice é dominante, e, em muitos casos, acumula com uma ou várias das características referidas.

A coabitação poderia ainda ser estruturada em laços de pura solidariedade vicinal¹²³, em Évora, como em qualquer outro espaço europeu, cuja estrutura familiar tem sido tradicionalmente considerada como nuclear e simples¹²⁴. Sendo habitualmente estimada em relação à totalidade da população, e não apenas às camadas pobres, a proporção destes tipos de grupos domésticos chegou a superar os 7%. Para o nosso caso não foi possível estabelecer qualquer ordem de proporcionalidade, em parte devido à dificuldade de estabelecer comparações com unidades co-residenciais para além das fronteiras da pobreza¹²⁵. Aparte essa

¹²² Fossem eles pertencentes ao grupo social de elite local ou ao estrato mais baixo do terceiro estado.

¹²³ Veja-se o caso inglês nas palavras de Steve Hindle “it seems that elderly persons who were either single or widowed were as likely to be living with others as lodgers as with their kin”. (“tudo indica que provavelmente as pessoas idosas, solteiras ou viúvas, poderiam viver com outros, enquanto inquilinos, assim como com os seus familiares”). Steve Hindle, *On the Parish?... cit.*, p. 50. Em Évora, o que as fontes nos revelaram foi que a coabitação entre indivíduos sem laços de parentesco entre si extravasou os limites da velhice.

¹²⁴ Por exemplo Thomas Sokoll no estudo realizado sobre uma comunidade do condado de Essex refere que metade das mulheres pobres com 50 ou mais anos vivia em agregados familiares mais alargados com filhas casadas. Cf. Thomas Sokoll, “The household position of elderly widows in poverty: evidence from the English communities in the late eighteenth and early nineteenth centuries”, *Poor women and children in the European past.... cit.*, pp. 207-224, *maxime* pp. 213-218.

¹²⁵ Comparação que possível de efetuar a partir do momento em que as bases de dados demográfica e assistencial, preenchidas no âmbito dos projectos interajam com fiabilidade, permitindo o estabelecimento

condicionante, é sob o prisma da solidariedade entre “estranhos”, leia-se, sem, ligações de parentesco entre si¹²⁶, que se podem incluir os 57 casos de indivíduos que foram detetados nas atas da Misericórdia de Évora. Como aconteceu com a viúva Maria Marques, que a partir de Agosto de 1675 passou a receber 40 réis semanais, indicando os documentos que residia em casa de Francisco Rodrigues, guarda da Universidade¹²⁷. Ou de Catarina de Figueiredo, “muito velha, entreuada, a quem lhe deu o ar”, que, em Maio do ano seguinte, foi agraciada com 50 réis semanais¹²⁸. Ou ainda de Luís, homem velho que morava em casa de Luís Pires Vidigal, que a partir de Novembro de 1689 passou a receber uma mesada de 400 réis¹²⁹. O importante da questão é que podemos comprovar que enquanto acolheram pobres, “os anfitriões”, também eles alvo da assistência formal, não foram assistidos pela Misericórdia de Évora. Um facto igualmente revelador da multidimensionalidade destas estratégias de sobrevivência foi a coabitação de *estranhos* assistidos pela assistência formal, pertencentes ou não ao mesmo estrato social. Por exemplo, a viúva Francisca Velosa foi provida com 50 réis semanais em 1672, morando na altura em casa da viúva de António Correia. Nada indica que esta última estivesse a ser assistida em

de padrões de coabitação tanto para grupos domésticos pobres, quanto para as não pobres. Cf. *O Papel das Misericórdias na Sociedade Portuguesa do Antigo Regime: o caso de Évora*. POCTI/33560/HR/2000. *Os utentes do sistema de assistência entre a população de Évora: a importância das bases de dados demográficas (1535-1800)*. Coordenação da Professora Doutora Laurinda Abreu. PTDC/HAH/68482/2006.

¹²⁶ Um pouco diferente seria a situação inglesa descrita por Ilana Ben-Amos. Para a autora, testemunhou-se, a partir de finais do século XVI, o incremento da coabitação entre pessoas não relacionadas familiarmente com uma relação de inquilino/senhório. Cf. Ilana Krausman Ben-Amos, “Gifts and favors: informal support in early modern England”, *The Journal of modern History*, 72, June, 2000, p. 310).

¹²⁷ ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n.º 21., fl. 28.

¹²⁸ Idem, *ibidem*, fl. 46v.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, fl. 122v.

termos institucional mas foi-o 12 anos mais tarde com 2 alqueires de trigo mensais. Nesta altura, em 1684, portanto, Francisca Velosa já tinha desaparecido das nossas fontes. Teria morrido?¹³⁰.

A volatilidade destes esquemas residenciais colhe-se ainda no testamento de D. Maria de Moncada, viúva do escrivão da Provedoria de Évora, Diogo Lobato Leitão, que à data da realização do referido documento estava a ser assistida pela Misericórdia de Évora com mesadas. Na distribuição dos seus bens deixou alguns utensílios de casa, roupa e imagens sacras a Maria da Cruz e a Mariana Antónia, que indicava residentes na sua casa, de resto a escolhida como universal herdeira da sua terça, depois de satisfeitos os seus legados. Para além destas duas mulheres, cujo estado civil e idade ignoramos, D. Maria de Moncada mencionava ainda Maria das Candeias com quem teria partilhado a habitação e a quem legou 2 alqueires de trigo¹³¹.

¹³⁰ Num patamar social mais elevado, o capitão de ordenanças José Monteiro de Matos também acolhia em sua casa, pelo menos em 1703, a *velha* Catarina Henriques, viúva de Sebastião da Cunha, que recebia frequentemente esmolas em dinheiro e trigo da Misericórdia desde Novembro de 1699.

¹³¹ Excluimos liminarmente a hipótese de todas estas mulheres terem servido em casa de D. Maria de Moncada como criadas. Se assim tivesse sido elas seriam referidas como tal, como acontecia em situações similares. Veja-se a este propósito o testamento de D. Ana de Vilalobos de Almeida, quando se refere à sua criada que também estava em sua casa, no anexo V da alínea A dos anexos.

3 – Trabalho de mulheres e crianças

Numa sociedade estamental com as características da do Antigo Regime, o trabalho manual estava interdito aos grupos superiores. Quando pretendemos abordar o mundo do trabalho feminino e infantil referimo-nos, pois, aos indivíduos da categoria B, ou seja, elementos do estrato mais baixo do terceiro estado. Apesar de conhecermos minimamente a estrutura socioeconómica da cidade de Évora, a falta de informações sobre os mecanismos de produção e de funcionamento do mercado de trabalho, pelo menos no perímetro urbano, não facilita a análise sobre o universo da população trabalhadora. A imagem do mundo do trabalho em Évora no século XVIII, oferecida por Teresa Fonseca, a partir dos livros de lançamento das décimas e maneios, é a de uma cidade com uma estrutura económica eminentemente artesanal mas onde os serviços e o comércio tinham lugar de destaque¹³², continuando, por certo, a estrutura dos tempos anteriores. Em Évora, como em qualquer centro urbano onde ainda não tinha chegado a industrialização¹³³, às mulheres caberiam as profissões de criadas de servir, lavadeiras, padeiras, regateiras, pescadeiras, parteiras,

¹³² Cf. Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo... cit.*, pp. 63-77.

¹³³ Ao contrário de outros espaços urbanos europeus, onde a primeira industrialização permitia que muitas mulheres conjugassem as suas tarefas domésticas com a participação no processo de produção industrial, nomeadamente nos têxteis ingleses. Cf. Sobre esta conjugação, veja-se, entre outros, Gordon Shepherd, *Income, domestic economy and the distribution of poverty amongst laboring families... cit.*?, *maxime* pp. 131-137. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, pp. 23-27. Se bem que, em alguns nichos industriais portugueses como as fiações de Manteigas e Portalegre, se tenha identificado o trabalho feminino, realizado em contexto doméstico, como complementar ao processo de fabrico dos tecidos, a realidade alentejana era diferente, assim como o tempo a que se referem estes exemplos. Sobre o trabalho desenvolvido por estas mulheres nos sectores industriais dos têxteis, veja-se o referido em Isabel dos Guimarães Sá, “O trabalho”, *História económica de Portugal... cit.*, pp. 108-110. E, ainda Jorge Pedreira, *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780/1830)*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 71-72.

enfermeiras, amas dos expostos, entre outras, tradicionalmente associadas ao género. De entre todas, foram as amas que conseguimos identificar entre as utentes da assistência domiciliária provida pela Misericórdia. O cruzamento das bases de dados da assistência domiciliária prestada pela confraria com as listas das amas que criaram enjeitados nos períodos para os quais foram recolhidos dados nos livros dos mordomos (1635, 1650/1663 e 1700/1750) sugere que estas mulheres utilizavam a função que exerciam como forma de facilitar o acesso às esmolas, numa estratégia de uso simultâneo ou alternado. Das 580 amas que estiveram ao serviço da Misericórdia naqueles cortes cronológicos, 229 (39,4%) foram assistidas pela confraria durante, antes ou depois, do período em que trabalharam como amas. Mas se se tiver em conta que não foi possível identificar com segurança a correspondência em 185 casos (31%), a percentagem das amas assistidas pode ter sido superior a 71% dos casos.

Para além da conjugação, alternada ou simultânea, da assistência formal e dos rendimentos provenientes do mundo do trabalho, prova de que o salário como ama não seria suficiente, até porque frequentemente em dívida, esta informação suscitou a hipótese de estas mulheres terem utilizado os recursos institucionais alocados ao sustento das crianças abandonadas que tinham a seu cargo, não só como recurso de que podiam beneficiar os seus próprios filhos, mas também como elemento potenciador do acesso à assistência formal. A possibilidade de as elites administradoras do sistema assistencial puderem ter, desta forma, contribuído para reduzir a exposição dos filhos dos agregados familiares das amas, muitos deles com tradição geracional no recurso à assistência¹³⁴, ganha maior credibilidade

¹³⁴ Não temos dúvidas que quando analisados nesta perspectiva, e fazendo uso deste cruzamento, os dados respeitantes a outras localidades portuguesas darão as mesmas conclusões, como já ocorreu em outros espaços europeus. É neste sentido que Susan Broomhall afirma que ser ama era um recurso para as

neste contexto. Pode ter sido o caso de Bernardina da Assunção¹³⁵, que foi provida, já viúva, para ajudar a criar dois filhos¹³⁶, que julgamos serem os mais novos dos três nascidos em 21 de Novembro de 1717 e 15 de Março de 1722¹³⁷. Três anos depois de pedir assistência à Misericórdia, Bernardina casar-se-ia novamente, agora com Manuel Fernandes, natural de Marmeleira, termo de Mortágua¹³⁸. Só voltamos a ter notícias de novas maternidades em 1734¹³⁹, e com elas novas estratégias de angariação de recursos. Com dois filhos pequenos – concretamente com 1 e 3 anos –, em vez de solicitar ajuda para a sua criação, Bernardina conseguiu ser admitida como ama-de-leite da Misericórdia, com um salário mensal de 750 réis¹⁴⁰. Bernardina, a exposta que lhe foi entregue, foi um autêntico caso de sucesso, já que sobreviveu pelo menos até à idade de 7 anos, quando a taxa de mortalidade entre estas crianças era avassaladora. Por exemplo, no ano em que foi abandonada, em 1737, das mais de 100 crianças expostas e

mulheres pobres e um meio de resolver dois problemas para as autoridades assistenciais. Cf. Susan Broomhall, “Understanding household limitation strategies among the sixteenth-century urban poor in France” *French History*, vol. 20, nº 2, June 2006, p. 126.

¹³⁵ Viúva de Paulo Rodrigues, natural de Silves, do qual desconhecemos a profissão, com quem se tinha casado em 15 de Outubro de 1716. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos da Sé*, 1º nº 77.

¹³⁶ Provida em 9 de Setembro de 1723 com 400 réis mensais para as duas crianças. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 26, fl. 143.

¹³⁷ Cf. Idem, 1ºs nº 23 e 33. Ainda que provida com criação inteira de 400 réis para cada um destes dois filhos em 9 de Setembro de 1723 (cf. ASCME, *Lembranças* nº, fl. 43), o pagamento acabou por se efectuar apenas para um, provavelmente o mais novo, Manuel, com pouco mais de um ano.

¹³⁸ Casamento realizado em 4 de Abril de 1726, na Sé. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos da Sé*, 1º nº 78.

¹³⁹ Nasceu Clara em 13 de Dezembro de 1734, e depois, com um intervalo inter-genésico de dois a três anos nasceram António, Leocádia, Mariana e Maria, até 1744. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos da Sé*, 1º nº 35, 1º nº 36 e 1º nº 37, respectivamente.

¹⁴⁰ Enjeitada no berço em 21 de Janeiro de 1737. Apesar da ligeira coincidência nos nomes, não se pode inferir a relação filial de Bernardina a Ana Bernardina. Cf. ADE, ASCME, *Ordenados às amas*, 1º nº 1063 a 1069.

acolhidas pela Misericórdia, cerca 70% morreram no mesmo mês do abandono ou nos subsequentes¹⁴¹.

Nos antípodas desta alternância na utilização de estratégias assistenciais e de trabalho está o caso de Margarida Menaxa, de quem apenas encontramos informações a partir do seu casamento com Manuel Barbosa, em Setembro de 1697¹⁴². Em 1706 ambos entraram na assistência provida pela Misericórdia, quando tinham já quatro filhos – um recém-nascido e três entre os 2 e os 8 anos¹⁴³ – passando a receber algumas galinhas de forma regular. Ao mesmo tempo, Margarida começou a servir como ama dos enjeitados em 1716, função que ocupou até 1722, data do último registo. Durante esse período teve a seu cargo dezasseis expostos, dos quais apenas Maria sobreviveria aos primeiros meses de vida¹⁴⁴. Por aquilo que pudemos avaliar, assim que morria uma criança, a ama substituí-a por outra, de forma a manter a fonte de rendimento¹⁴⁵.

¹⁴¹ Sobre os movimentos de entrada e de morte dos enjeitados em Évora no período moderno até 1837 veja-se Laurinda Abreu, “The Évora foundlings... cit.”, p. 57.

¹⁴² ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos de Santo Antão*, 1º 42. (Casamento realizado em 29 de Setembro de 1697).

¹⁴³ Por ordem cronológica: José, batizado em 2 de Agosto de 1698 (cf. Idem, *baptismos de Santo Antão*, 1º nº 44); Catarina, batizada em 10 de Novembro de 1699 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 20); João, batizado em 11 de Fevereiro de 1703 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 20); Eufémia, batizada em 6 de Outubro de 1704 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 21) e Teresa, batizada em 28 de Setembro de 1706 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 30).

¹⁴⁴ A média de sobrevivência destas crianças foi de nove meses, inflacionados pelos 73 meses de criação de Maria. O valor mediano aproximou-se mais à realidade, sendo de quatro meses.

¹⁴⁵ O que equivalia a uma quantia disponível de 1 500 réis mensais. A criação simultânea de várias crianças não configurava uma realidade exclusiva de Évora, e devia-se, em parte, à dificuldade em encontrar amas, devido aos baixos salários. Em Setúbal e Coimbra, por exemplo, a acumulação e substituição sucessiva de crianças nas mesmas amas era uma prática comum. Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, p. 90. Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social... cit.*, vol. I, pp. 256-260). Para a reconstrução do percurso de ama de Margarida Menaxa veja-se ADE, ASCME, *Ordenados às amas... cit.*, 1º nº 1042 a 1º nº 1048.

O que importa sublinhar nestes dois exemplos é a articulação do uso dos recursos assistenciais com os proventos do trabalho, em simultâneo, ou de forma alternada. Feitas as contas, nos seis anos que serviu como ama, Margarida Menaxa auferiu 105 175 réis, à média de 17 529 réis anuais e de 1 460 réis por mês, correspondendo a cerca de metade do rendimento recebido por um trabalhador não especializado. Um quantitativo que teria certamente um peso significativo no cômputo da economia familiar. Rendimentos aumentados se lhes juntarmos os 3 840 réis provenientes da assistência formal que a família recebeu ao longo dos seis anos em que a mãe trabalhou como ama. Ainda assim, muito pouco para uma família que no período considerado sustentava oito filhos, além do casal e dois enjeitados. Já Bernardina da Assunção recebeu 54 760 réis pelos 73 meses de criação de Bernarda. Não temos notícia de que tivesse recebido ajuda por parte da Misericórdia de Évora durante esse período e só voltaria a ser apoiada em 1749 com 200 réis para sanguessugas¹⁴⁶.

Estamos conscientes que nestes agregados familiares faltam os rendimentos dos chefes de família que, à partida, teriam maiores salários¹⁴⁷, e também o hipotético contributo dos filhos, um elemento fundamental para a compreensão dos assuntos que temos vindo a tratar. No seu estudo sobre York de finais do século XIX, Rowntree chamou a atenção para a vulnerabilidade do indivíduo durante a primeira infância, sobretudo nos estratos sociais mais baixos, em parte decorrente do rácio desfavorável entre produtores e consumidores no seio do agregado familiar. Fragilidade que se prolongaria até que o filho mais velho da família completasse os 14

¹⁴⁶ Cf. ADE, ASCME, *Criação, ordenados, despesas diárias*, l.º n.º 1139.

¹⁴⁷ Para Cardington no século XIX Gordon Shepherd estimou a contribuição do trabalho das mulheres em cerca de ¼ do total da economia familiar, tendo em consideração as tarefas domésticas e a criação dos filhos. Cf. Gordon Shepherd, “Income, domestic economy and the distribution of poverty... cit.”, pp. 143-135.

ou 15 anos de idade e começasse a contribuir para o orçamento familiar¹⁴⁸. No caso português, e em especial no de Évora, só de forma indirecta é que se consegue desenvolver a questão do trabalho das crianças. À semelhança do trabalho feminino, a escassez documental inviabiliza uma análise mais profunda. O tipo do trabalho destas crianças provenientes de agregados pobres não deveria ser substancialmente diferente do realizado em algumas instituições responsáveis por crianças¹⁴⁹. Como se sabe, os 7 anos marcavam a idade “oficial” em que se considerava uma criança apta para o trabalho. Dos 242 enjeitados sob a responsabilidade da Misericórdia entre 1568 e 1836, com destino conhecido depois dessa idade, a maior parte entrou no mercado de trabalho entre os 8 e os 10 anos como aprendizes de um ofício¹⁵⁰, em oficinas de cordoeiros, pedreiros, seleiros, cingeleiros, sapateiros, entre outros, enquanto as raparigas eram encaminhadas para o trabalho doméstico. Conforme estava estatuído na lei, a Misericórdia celebrava um contrato com os mestres, ou tutores, como foram designados nessa documentação, salvaguardando dessa maneira os direitos das crianças e as condições de aprendizagem e de trabalho.¹⁵¹ De duração variável, entre os 8 e os 10 anos, os termos contratuais previam que no final do tempo estipulado o tutor pagasse ao então jovem uma determinada quantia, normalmente à razão de 1 tostão por ano. No caso das raparigas, em

¹⁴⁸ Cf. Benjamin Rowntree, *Poverty: a study of town life*, London, Longmans, Green and Co, 1902, pp. 136-137.

¹⁴⁹ Significando institucionalização o enquadramento em colégios, ou criação pela Misericórdia de Évora na sua *rede de amas*. Recorde-se o que foi referido sobre o conceito de institucionalização no ponto 1 do capítulo III da parte II.

¹⁵⁰ Cf. Laurinda Abreu, “Un destin exceptionnel: les enfants abandonnés au travail (Évora, 1650-1837), *Annales de Démographie Historique*, Paris, 2005 (2), p. 172.

¹⁵¹ O que não parece ter sido uma prática exclusiva da Misericórdia de Évora. Apesar de corresponder a um tempo já oitocentista, a referência a contratos deste tipo, com valores maiores pela inflação natural dos preços, pela Misericórdia de Tomar é exemplo de que era uma prática anterior e enraizada. Cf. *Portugaliae Monumenta Misericordiarum... cit.*, vol. 7, doc. 214, p. 472.

alternativa à renumeração anual, poderiam receber um enxoval, habitualmente constituído pela cama e a respectiva roupa¹⁵².

Num contexto diferente, com pais conhecidos, também em Évora, as crianças à guarda do colégio dos meninos órfãos, todas do sexo masculino, tiveram um destino semelhante, também ligado à aprendizagem de um ofício mecânico. Aqui, o contrato entre as partes - com uma vigência entre 4 a 6 anos -, podendo ter a intervenção dos progenitores, não supunha qualquer estipêndio a realizar pelo mestre, podendo o pai ou a mãe partilhar algumas obrigações em relação à criança, nomeadamente a primeira refeição do dia e o vestuário. É provável que os filhos dos pobres que temos vindo a estudar se aproximassem destes últimos no que se refere à colocação no mercado de trabalho¹⁵³, como referimos, ainda que não se descarte a introdução dos adolescentes dos agregados familiares pobres nas actividades artesanais e agro-pecuárias da cidade e da sua zona envolvente, sazonais ou não¹⁵⁴. Admitimos também que a natureza do relacionamento entre mestres, aprendizes e progenitores fosse diversificada. A criança/adolescente poderia permanecer em casa do mestre ou em casa dos pais, deslocando-se ao seu local de aprendizagem. Por pouco que um filho

¹⁵² Se bem que a contagem do prazo para pagamento do salário só começaria quando a criança completasse os 12 anos. Também a partir dessa idade, a especificidade do controlo da moral sexual sobre as raparigas determinava a obrigatoriedade por parte dos tutores de as manterem “de portas adentro”. Cf. Idem, *ibidem*, p. 175.

¹⁵³ Para o desenvolvimento deste tipo de contrato veja-se Ana Isabel Marques Guedes, *Les enfants orphelins – éducation et assistance : les collèges des meninos órfãos: Évora, Porto et Braga (XVII-XIXe siècles)*, (dissertação de Doutoramento policopiada), Florence, Institut Universitaire Européen, 2000, p. 438.

¹⁵⁴ Refiram-se alguns testemunhos que apontam para a participação de moços e moças na recolha da azeitona e nas ceifas dos cereais. Por outro lado, a variedade de ferragiais, vinhas e quintas que pontuavam a paisagem em redor de Évora teriam necessidade permanente de ajudantes de porqueros, ovelheiros, vaqueiros, ou de guardadores de perus, entre outros. Cf. Isabel dos Guimarães Sá, “O trabalho... cit.”, pp. 110-112.

contribuísse para a economia familiar durante os primeiros anos de aprendizagem¹⁵⁵, esse valor teria algum relevo. Já para não mencionar o facto de a saída de um elemento do agregado familiar o libertar das respetivas despesas.

4 – Que outras estratégias?

Prostituição, mendicidade e crimes de subsistência, são, para muitos autores, consideradas actividades às quais os pobres poderiam recorrer em tempos de crise ou simplesmente como forma de complemento dos poucos rendimentos. Advirta-se, no entanto, que o assunto não é pacífico, sobretudo no que toca à prostituição como parte integrante da economia de *makeshifts*. Aliás, recorde-se que Olwen Hufton as integra no grupo das actividades ilegais¹⁵⁶. Em Portugal a questão nem sequer se tem colocado, ainda que alguns autores reconheçam o domínio dos roubos de produtos ligados à sobrevivência entre os crimes cometidos pelos pobres encarcerados¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Cf. Steve Hindle, *On the Parish?... cit.*, p. 81.

¹⁵⁷ Citamos aqui alguns exemplos de trabalhos nesse campo: José Manuel Louzada Lopes Subtil, *O Vintismo e a Criminalidade (1820/1823)*, (dissertação de mestrado policopiada) Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986. Maria João Vaz, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Celta, 1998. Maria José Moutinho Santos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Lisboa, Afrontamento, 1999. Maria Teresa Ferreira Costa Cardoso, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, (dissertação de mestrado policopiada), Braga, 2005. Mais recentemente: Alexandra Esteves, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no alto Minho (1732-1870)*, (dissertação de doutoramento policopiada), Braga, 2010.

Mas a questão fundamental que se deve colocar em relação a estas diferentes formas de sobrevivência¹⁵⁸ é a de saber se quem a elas recorria o fazia motivado pela necessidade de sobrevivência. E, a esse propósito, importa recordar que os rígidos parâmetros de elegibilidade que, em Portugal, como no resto da Europa¹⁵⁹, condicionavam o acesso à assistência, deixavam poucas alternativas àqueles para quem a sobrevivência quotidiana estava permanentemente em risco. Discricionária, discriminatória e condicional, nas palavras de Keith Wrightson¹⁶⁰, a decisão sobre a seleção dos pobres com acesso aos recursos formais de assistência eliminava as prostitutas, os mendigos e os criminosos¹⁶¹. Seguindo o texto matricial, o compromisso da Misericórdia de Évora de 1651 esclarecia que

¹⁵⁸ Steve Hindle designa-as por *avenidas de bem-estar* em *On de Parish?... cit.*, p. 4.

¹⁵⁹ Traduzindo, “O sistema identificava e isolava os pobres como um grupo: sublinhando a sua diferença, reforçando a diferenciação moral entre os merecedores e os não merecedores; definindo as fronteiras da comunidade pelo reconhecimento do settlement e do direito. Todo o sistema de assistência assentava no reconhecimento da elegibilidade que era discricionária, discriminatória e condicional. Poderia ser marcadamente generosa, poderia excluir duramente, poderia ser utilizada para disciplinar”). Keith Wrightson, “The politics of the parish in early modern England”, *The experience of authority in early modern England*, P. Griffiths, A. Fox, S. Hindle (eds.), London, Macmillan, 1996, pp. 21-22.

¹⁶⁰ “The system identified and isolated the poor as a group: stressing their otherness; markedly reinforcing the moral differentiation of the deserving and the undeserving; defining the boundaries of the community by the recognition of settlement and entitlement. The whole relief system was predicated on recognition of eligibility which was discretionary, discriminatory and conditional. It could be remarkably generous, it could harshly exclude, it could be employed to discipline (...)”. (“O sistema identificava e isolava os pobres como um grupo: sublinhando a sua diferença, reforçando a diferenciação moral entre os merecedores e os não merecedores; definindo as fronteiras da comunidade pelo reconhecimento do settlement e do direito. Todo o sistema de assistência assentava no reconhecimento da elegibilidade que era discricionária, discriminatória e condicional. Poderia ser marcadamente generosa, poderia excluir duramente, poderia ser utilizada para disciplinar”) Keith Wrightson, “The politics of the parish in early modern England”, *The experience of authority in early modern England*, P. Griffiths, A. Fox, S. Hindle (eds.), London, Macmillan, 1996, pp. 21-22.

¹⁶¹ Sobre esta separação confira-se Heather Shore, “Crime, criminal networks and the survival strategies of the poor in early eighteenth-century London”, *The poor in England... cit.*, Steven King, Alannah Tomkins (eds.), p. 109.

os alvos da assistência da confraria deviam “serem pessoas de recolhimento virtude e boa fama. A 2ª serem pessoas pobres e necessitadas de tal qualidade que não andem pedindo pella cidade, ou por cazas particulares »¹⁶².

O que se pode inferir do cruzamento dos testemunhos quantitativos e qualitativos que temos em análise para Évora é que, em princípio, não era aceite que pobres com comportamentos moralmente reprováveis integrassem o sistema formal de assistência. Exceto num contexto de arrependimento, emenda, penitência, que despertassem piedade face à pobreza por parte de quem administrava a caridade e assistência. O auxílio aos presos, por exemplo, enquadra-se neste contexto, assim como os recolhimentos para “mulheres de má vida”. E, neste enquadramento, destacam-se realidades como a de Sevilha, não muito comum, diga-se, onde, no período moderno, a prostituição foi encarada como um modo de vida complementar às poucas ou inexistentes fontes de rendimento, regulada pelas autoridades municipais¹⁶³. Em Évora, como no resto do país, há muito que se deixara para trás a prostituição *organizada*, de raízes medievais¹⁶⁴. Os tempos eram outros, destacando-se a este propósito D.

¹⁶² ADE, ASCME, *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Évora... cit.*, capítulo 24, fl. 27.

¹⁶³ Cf. Mary Elizabeth Perry, “Lost women”, *Crime and society in early modern Seville*, capt. 10. <http://libro.uca.edu/perry/seville.htm>. Consultado em 16 de Junho de 2012.

¹⁶⁴ Com efeito, a última referência à mancebia de Évora, ou melhor, à sua construção, data de 1470, quando Soeiro Mendes, Cavaleiro da Casa Real, se comprometeu “avendo aquele proveito e interesse que he costume de se dar” se comprometia em fazer as novas casas da mancebia, no outeiro dos oleiros, à porta nova, uma vez que a anterior estaria junto ao mosteiro de São Francisco e não convinha. Para isso o rei mandava dar ao referido Soeiro Mendes 10 000 réis “dos dinheiros das obras da cidade”. Cf. Gabriel Pereira, *Documentos históricos da cidade de Évora*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998, pp. 319-320. (Cartas datadas de 11 de Abril e 11 de Maio de 1470). De facto, dessa data até 1586 não se encontram referências na documentação sobre as prostitutas. Em Setembro desse ano, numa carta enviada ao senado da Câmara Municipal, o rei referia o funcionamento de uma casa de “mulheres deshonestas” até 1581, encontrando-se as mesmas, espalhadas pela cidade de então até, pelo menos 1586. Na mesma

Teotónio de Bragança que, entre 1578 e 1602, dotou a cidade com um projecto reformador fundado nos princípios tridentinos de férreo controlo da moral sexual feminina. Pese embora o tempo que estamos a estudar esteja longe daquele, é certo que barregãs e mulheres de má vida continuaram a existir na cidade¹⁶⁵ e para elas, enquanto arrependidas, foi instituído o Recolhimento da Madalena, herdeiro do Recolhimento de Santa Marta¹⁶⁶.

Não eram muito diferentes os pressupostos que enquadravam a assistência aos presos providenciada pela Misericórdia de Évora¹⁶⁷ ao nível dos processos judiciais, alimentação e cuidados de saúde, ainda que aqui não se vislumbre qualquer valoração do hipotético arrependimento do ato cometido como condição prévia do auxílio. Relevante, no entanto, o facto de, ainda que de forma indireta, acabarem por ser incluídos na assistência domiciliária já que, sempre que existissem crianças, a família era

missiva Filipe I de Portugal reafirma a necessidade de as recolher numa casa, como tinha sido hábito. Não referindo localizações apenas ordenava ao Corregedor da Comarca que fosse à Câmara resolver a situação da morada destas mulheres, que por ter sido muito pública “não conuem, nem he descente residirem nella”. Cf. ADE, ACME, *Livro VI dos Originais*, nº 76, fl. 116. (Carta datada de 3 de Setembro de 1586).

¹⁶⁵ Prova disso mesmo foi a determinação dos vereadores da Câmara Municipal de Évora de 1755 de que “fosem notificadas as molheres meretrizes escandalosas pera dentro em tres dias despejar a cidade penna de Prizão e serem expulsadas da cidade a sua custa [...]”. Cf. ADE, ACME, *Colecção de actas*, 1º nº 44, fl. 81. (Deliberação datada de 15 de Novembro de 1755).

¹⁶⁶ Recorde-se que a criação do Recolhimento de Santa Marta foi de iniciativa do cónego Gomes Pires de Oliveira que, à data da sua morte, encomendava a sua obra, ao que tudo indica desativada, ao Arcebispo de Évora, depois de, segundo o próprio, reiteradas insistências junto da Misericórdia de Évora no mesmo intento, embora sem resposta. Confira-se ainda o testamento do cónego em ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 1087, fls. 118v-121v. No que se refere ao enquadramento das convertidas do Recolhimento de Santa Marta no da Madalena, veja-se Laurinda Abreu, “O Arcebispo D. Teotónio de Bragança e a reestruturação do sistema assistencial de Évora moderna”, *Igreja, caridade e assistência... cit.*, p. 162.

¹⁶⁷ Não é contudo de excluir a intervenção de outras instituições na ajuda aos presos, nomeadamente com esmolas. Em Évora existem indícios que o Cabido da Sé o tenha feito, embora com quantias que pouco excediam os 6 000 réis e sem qualquer periodicidade. Para além de que só restaram registos para o período de 1717 a 1719. Cf. ACE, *Esmolas do Cabido, Cadeia e Aljube*. Estante 2 Pasta 20 VI.

usualmente provida com as “esmolas da porta aos domingos”, distribuídas pela Misericórdia, em pão e dinheiro. Apesar das informações sobre este tipo de provimento não serem abundantes nas atas da Misericórdia, elas são extremamente importantes por aquilo que revelam sobre as lógicas subjacentes à distribuição de esmolas. Nos cerca de 40 casos identificados entre 1596 e 1750¹⁶⁸, este tipo de auxílio foi prestado em função de duas circunstâncias: o tempo de permanência do pai/marido na prisão – a esmola era sempre acompanhada com a indicação de queria dada “enquanto seu pai estiver preso”, “para os filhos, enquanto seu marido estiver preso”¹⁶⁹ – e a idade das crianças. Ou seja, limitava-a temporalmente, ao que tudo indica, ao tempo da sua criação, que supomos ser os 7 anos, mesmo que o pai continuasse preso para além dessa idade. A Misericórdia expressava-o de forma clara a Inês Fernandes em Setembro de 1636, quando lhe concedia 2 pães e 10 réis semanais “para os filhos enquanto o pai estiver preso no aljube e não forem maiores”¹⁷⁰.

É bem provável que os pobres pusessem em prática mais expedientes de sobrevivência para além dos aqui apresentados. A realidade eborense não seria muito diferente da de outros lugares onde os pobres empenhavam bens, atrasavam o pagamento de rendas ou exploravam os direitos comunitários, nomeadamente de recolha de lenha e de frutos no campo, como forma de aumentar os seus frágeis pecúlios¹⁷¹. Sendo, geralmente, estratégias desenvolvidas de modo informal, raramente deixavam registos

¹⁶⁸ Nada indica que os casos não tivessem sido muitos mais, certamente seriam sem o efeito do sub-registo de informação, que notámos sobretudo a partir do segundo quartel do século XVIII.

¹⁶⁹ A título de exemplo vejam-se alguns casos em ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n° 11, n° 14 e n° 15)

¹⁷⁰ Idem, *Lembranças*, 1º n° 16, fl. 7. (Lembrança datada de 17 de Setembro de 1636).

¹⁷¹ Veja-se a este propósito, Steve Hindle, “Not by bread only? Common right... cit.”, pp. 39-75. Alannah Tomkins, “Pawnbroking, and the survival strategies of the urban poor in 1770s York”, *The poor in England... cit.*, pp. 166-198.

nas fontes. Em Évora não encontramos qualquer referência a este mundo, que sabemos de importância maior na gestão quotidiana da vida dos pobres. A exceção vai, em termos documentais, para o não pagamento das rendas acabando, às vezes, por as verem perdoadas, total ou parcialmente. Encontramo-los, quando a Misericórdia de Évora era o maior senhorio ou apenas quinhoeiro. O perdão, ou a quita, como era referido na documentação, poderia ser relativo a rendas agrícolas ou urbanas, correspondendo, pois, ao arrendamento de herdades ferragiais, vinhas e foros de casas. Sendo esta uma linha de análise autónoma, sobretudo no que se refere às quitas de rendas agrícolas, e já trabalhada por Rui Santos¹⁷², o que interessa trazer para o presente trabalho é a sua dimensão assistencial. Isto porque, do ponto de vista dos valores envolvidos, poderá ter tido uma importância superior à da assistência formal.

Se o maior número de *quitas* registada pela Misericórdia de Évora – em mais de 75% dos casos¹⁷³ feitas a lavradores das herdades que administrava – sugere uma abordagem mais centrada nas questões da ajuda

¹⁷² De realçar que a análise proposta por este autor é mais de cariz socioeconómica, isto é, mais direccionada para o relacionamento entre lavradores e rendeiros e a Misericórdia, enquanto maior senhorio ou quinhoeiro. Dessa linha interpretativa interessa sublinhar, no contexto do presente estudo, que as quitas representavam, em caso de perda total ou parcial das colheitas devida a condições climáticas ou conflitos bélicos, o abatimento por parte da Misericórdia de uma parte da renda após pedido do lavrador e vistoria da herdade em questão. Neste enquadramento, a quita foi, na opinião de Rui Santos, uma estratégia dupla de partilha do risco de produção: dos lavradores, muitas vezes perto da chantagem, com o objectivo de reduzir as rendas que, na sua opinião, eram muito elevadas; e da Misericórdia, tentando evitar a fuga dos lavradores e consequente abandono das herdades e diminuição da sua rendibilidade. Cf. Rui Santos, *Sociogénese do latifundismo... cit.*, pp. 327-334. De referir que as quitas se tornaram mais escassas ao longo do século XVIII, como confirmámos para a primeira metade do século, sendo que Rui Santos a enfatiza para a segunda metade. Cf. Idem, *ibidem*, p. 338.

¹⁷³ Correspondendo, em números absolutos, a 214 quitas em 327 no total, até ao século XVII, tornando-se menos numerosas e circunscritas a períodos de crise acutilantes como foi a primeira e a terceira década de Setecentos. Cf. Rui Santos em *Sociogénese do latifundismo... cit.*, p. 332.

à produção e produtividade agrícola, ela não pode, no entanto, ser dissociada da dimensão da assistência à pobreza, repetimos. Demasiado dependentes das condições climatéricas¹⁷⁴, os lavradores eram, de facto, um grupo bastante vulnerável. Se a esta situação, digamos, estrutural, juntarmos os acidentes que podiam ocorrer em qualquer momento da sua vida, facilmente reconstituímos um quotidiano de grande fragilidade, muitas vezes no limiar da sobrevivência. Certamente foi este o caso das oito lavradoras a quem a Misericórdia quitou uma parte da renda das herdades a cuja lavoura, tudo indica, foram impelidas após a morte dos maridos¹⁷⁵. O exemplo da lavradora Joana Pires é talvez o mais elucidativo da fragilidade do mundo agrícola e de uma mulher viúva nesse meio. Em Janeiro de 1710 a Misericórdia perdoou-lhe 30 alqueires de trigo “por lhe ter morrido o marido e ter ficado muito pobre”¹⁷⁶.

Enquanto lavradoras, à hipotética situação de dificuldade da família juntava-se agora a da viuvez e era nesses contextos que a Misericórdia intervinha. Mas não só. Muitas outras circunstâncias foram identificadas e algumas relativas a irmãos da Misericórdia. Como Caetano Ramalho que, em Setembro de 1727, veria quitada a terça parte dos 12 000 réis que pagava de renda de um ferragial “ao poço entre as vinhas”¹⁷⁷. Em Maio de 1729, certamente consciente da difícil cobrança, a Misericórdia perdoou-lha a renda, além das dívidas em atraso, “atendendo à sua muita pobreza e

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 324.

¹⁷⁵ Uma dedução que tem apenas como sustentação no facto de os seus nomes surgirem uma única vez no registo de quitações das referidas herdades. Supomos, por isso, quando ainda não existem estudos sobre o assunto, que as funções de lavradoras se manteriam até ao termo do contrato de arrendamento. Sobre o papel das mulheres na economia veja-se, entre outros, Janine Marie Lanza, *From wives to widows in early modern Paris*, London, Ashgate, 2007, máxime pp. 83-152.

¹⁷⁶ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 25, fl. 16. (Lembrança datada de 12 de Janeiro de 1710).

¹⁷⁷ Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 26, fl. 234v. (Lembrança datada de 3 de Setembro de 1727).

impossibilidade de os pagar”¹⁷⁸. Não poderíamos, no entanto, apresentar este exemplo sem referir as duas irregularidades que o mesmo comporta: uma do ponto de vista legal – a exploração de uma propriedade da Misericórdia por parte de um irmão –, e outra do ponto de vista ético: a confraria a distribuir os seus recursos pelos irmãos, quando, supostamente, deveria centrar-se no exterior da irmandade.

Como referimos, o impacto do atraso ou perdão de rendas poderia ser mais significativo para a economia familiar do que as tradicionais formas de assistência. Tomemos o exemplo de Incensa Vinagre, viúva de Domingos Dias. Em Janeiro de 1723 viu a Misericórdia responder ao seu pedido de perdão dos 2 000 réis (de um total de 4 000 réis) do foro que pagava do Ferragial da Mina. “Pelo amor de Deus”, em Junho de 1728 a confraria perdoar-se-lhe-ia mais 1 200 réis do foro das casas em que vivia, na condição de pagar os restantes 1 200 réis. E em 1732 a Misericórdia perdoou-lhe a totalidade dos 2 400 réis que devia das referidas casas¹⁷⁹. Por outro lado, se olharmos para o perfil desta *utente* da assistência domiciliária da Misericórdia de Évora, ainda que limitado a dois anos, 1705 e 1719, verifica-se que as quantias recebidas foram quase sempre inferiores às *economizadas* pelo não pagamento das prestações. Se as 10 galinhas recebidas entre Abril e Junho de 1705 praticamente tinham o mesmo valor que os foros perdoados, o quantitativo recebido em 1719 – 480 réis respeitantes a duas galinhas, uma em Março, e outra em Abril – foi incomparavelmente inferior. Atente-se, no entanto, que estas esmolas foram concedidas em anos diferenciados, o que ajudaria Incensa a manter-

¹⁷⁸ Cf. Idem, *ibidem*, lº nº 27, fl. 42. (Lembrança datada de 27 de Maio de 1729).

¹⁷⁹ Não dando a Misericórdia mais que estas referências lacónicas, não temos informação da localização das casas em questão. Vejam-se os exemplos citados em idem, *ibidem*, lº nº 26, fl.111. (Lembrança datada de 24 de Janeiro de 1723). Idem, *ibidem*, lº nº 27, fl. 6 e 131. (Lembranças datadas de 13 de Junho de 1728 e 29 de Junho de 1733).

se, adivinhava-se, com muitas dificuldades, no seu patamar social, eventualmente evitando que recorresse à mendicidade. Mais significativos seriam os 20 000 réis que a Misericórdia quitou da renda da Herdade do Freixo ao lavrador José Rodrigues Duro em Agosto de 1711. Quando recorreu à Misericórdia, entre 1722 e 1738, a média anual recebida não foi além dos 348 réis, repartidos essencialmente em dois episódios de esmolas avulsas, e trinta e seis galinhas¹⁸⁰.

A análise desta vertente assistencial ganhará uma outra dimensão se cruzada com outros comportamentos que, eventualmente, a complementavam: o recurso aos empréstimos do celeiro comum de Évora. Abreviando uma descrição desnecessária para o efeito pretendido¹⁸¹, importa referir que o celeiro de Évora foi o primeiro a ser constituído em Portugal, durante o reinado de D. Sebastião – em 1576 – por acção do Cardeal D. Henrique, no contexto das crónicas crises de subsistência de finais do século XVI. O espírito dos dois primeiros regimentos, de 1576 e 1579¹⁸², manteve aberta uma dupla matriz de acção social semelhante, na sua essência, à praticada pela Misericórdia no caso das quitas de foros¹⁸³: uma de apoio à produção agrícola – com empréstimos de cereais aos lavradores para assegurar colheitas –, e outra de apoio ao consumo, ou seja de distribuição de cereais à população pobre. O regimento de 1671 do

¹⁸⁰ As esmolas foram atribuídas em 1722 e 1726, ambas de 2 400 réis, referindo a Misericórdia que era devida “por constar estar doente novamente”. Cf. ADE, ASCME, *Guias, criação, farmácia... cit.*, 1º nº 1136). Já as galinhas corresponderam a 240 réis cada uma, conforme o preço unitário das mesmas.

¹⁸¹ Também porque já foi profundamente analisado em Laurinda Abreu, *A pobreza e as questões da assistência e da saúde em Portugal: dinâmicas políticas e sociais (séculos XVI-XVIII)*, Gradiva, 2013 (prelo).

¹⁸² BPE, *Regimento Primordial do Celeiro Comum da Cidade de Évora dado pelo sr. Rei D. Sebastião* Arm. X, nº 3. nº 5. Manizola citado em Laurinda Abreu, *A pobreza e as questões da assistência e da saúde em Portugal: dinâmicas políticas e sociais (séculos XVI-XVIII)*, Gradiva, 2013 (prelo).

¹⁸³ Referimo-nos aos objetivos de incentivo à produção e ao consumo que os dois atos teriam em comum.

celeiro comum de Elvas, adoptado em Évora em 1704, subvertia esta relação assistencial, sendo o empréstimo gratuito de cereais substituído pelo pagamento de juros, concretamente de um alqueire de trigo por cada dez emprestados, o que significava uma taxa de 10%, como qualquer transação creditícia, e impunha ainda a exigência de um fiador. Ainda assim, sendo uma prática quotidiana, viria a revelar-se um pouco menos rigorosa para os devedores. Uma abordagem aleatória aos livros de entrega de trigo do Celeiro de Évora posteriores ao regimento de 1671 demonstrou que a taxa praticada rondou os 6%, ou seja, 4 alqueires de trigo por cada moio emprestado¹⁸⁴. Essa mesma análise confirmou igualmente a ideia de que o empréstimo teria uma função de crédito à produção agrícola a que recorreram essencialmente lavradores. O que não invalida a existência de casos como o de Manuel Gonçalves, atafoneiro, morador em Évora, que em Novembro de 1728 pediu 30 alqueires de trigo. Prometia pagá-los por Santa Maria de Agosto do ano seguinte, acrescidos dos juros, na proporção de 4 alqueires em cada moio¹⁸⁵, o que não deixa de, eventualmente, demonstrar o recurso ao celeiro no âmbito da produção, ou talvez a

¹⁸⁴ Tendo em conta que cada moio teria 60 alqueires, os 4 alqueires a pagar representariam os 6,6%, um pouco menos que o alqueire exigido em cada dez emprestados no regimento de 1579. Sobre os pesos e medidas utilizados durante o período moderno, veja-se Luís Seabra Lopes, “Sistemas legais de medidas de pesos e capacidade do Condado Portucalense ao século XVI”, *Portvgalia*, nova série, vol. XXIV, 2003, pp. 113-164, máxime p. 155.

¹⁸⁵ “E logo no mesmo dia pareseo Manuel Gonçalves atafoneiro morador na travessa da milheira e por elle foi pedido ao senhor deputado trinta alqueires de trigo para os pagar pera dia de nossa senhora de agosto que em hora virá com o acrescimo de quatro alqueires por moyo na forma da prouizão sendo limpo o que ouuido pelo senhor deputado lhe mandarão dar os ditos quinze alqueires de trigo e logo ahi pareseo presente Antonio Rodrigues caldeireiro na rua dealconchel e por elle foi dito que se obrigaua a sobredita diuida como fiador e principal pagador e depositário para o que obrigaua a sua pessoa e bens moueis e de raiz auidos e por auer de que fis este termo que assinarão e eu Antonio Botelho de Vilhena o escrevi.” ADE, ACME, *Livro de receita e despesa do celeiro comum (escrituras do pão e tombo do tesoureiro)*, 1º nº 154, fl. 318. (Registo datado de 22 de Novembro de 1728).

conjugação de consumo familiar e de fornecimento do pequeno negócio de moagem de que era proprietário. E o que dizer, por exemplo, do empréstimo concedido a Domingos Rodrigues, morador na Travessa das Contreiras? No mesmo dia de Manuel Gonçalves, Domingos Rodrigues pedia 15 alqueires, com as mesmas condições contratuais, mas sem indicação do objetivo do pedido¹⁸⁶. Nada podemos acrescentar a estes exemplos dispersos que se calam quanto às motivações e mesmo profissões dos seus protagonistas. Certo mesmo, só a ideia de que é necessário aprofundar a investigação, recolhendo sistematicamente estas séries e cruzando as informações nelas contidas com as da assistência formal. Só este trabalho, complexo e moroso, pode ajudar a avaliar o peso do celeiro comum de Évora nas estratégias de sobrevivência de alguns estratos da população pobre da cidade¹⁸⁷.

¹⁸⁶ Pedido registado na mesma fórmula que o acima referido. Cf. ADE, ACME, *Livro de receita e despesa do celeiro comum (escrituras do pão e tombos do tesoureiro)*, l.º nº 154, fl. 318. (Registo datado de 22 de Novembro de 1728).

¹⁸⁷ No entanto, excluem-se à partida do recurso a este tipo de estratégia as franjas mais pobres, essencialmente, pelas já referidas taxas cobradas na hora de devolver o trigo ao celeiro, demasiado elevadas, na nossa perspetiva, para indivíduos com muito pouca *liquidez*.

Parte V – É possível conhecer os pobres?

Capítulo I – Representação e reprodução social da pobreza: percursos multigeracionais

As dúvidas atrás colocadas sobre o real significado da assistência formal na economia do pobre parecem agora dissipar-se. Quer isto dizer, sabemos agora que, mesmo tratando-se de uma contribuição diminuta, as esmolas tiveram um peso importante, não se tomadas individualmente, pelo menos na esmagadora maioria dos casos, mas se consideradas como uma estratégia de sobrevivência a juntar ao conjunto de todas as outras implementadas pelos pobres. E isto implica assumir que estes *pobres*, mesmo os dos grupos sociais mais baixos, eram detentores de capital social que lhes permitiam acionar vários recursos. Um pressuposto que resulta da revalorização das relações sociais numa dada comunidade, que se vem fazendo desde que Pierre Bourdieu¹ aprofundou o conceito de capital social, contribuindo para melhor explicar a vida em sociedade. Para Bourdieu, e aqui de uma forma muito sucinta, capital social é um produto da estrutura das redes de relações de cada indivíduo, estabelecidas no contexto social em que nasceu e de outras que foi construindo ao longo da sua vida². Tal como outras formas de capital identificadas pelo mesmo

¹ Segundo Alejandro Portes a ideia de que a participação em grupos tem consequências sociais foi um tema recorrente para Durkheim e Marx. Cf. Alejandro Portes, “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, problemas e práticas*, nº 33, Setembro de 2000, pp. 133-134.

² Como refere, “Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships (...) or in other words to membership in a group (...)”. Ou, numa tradução livre: “Capital social é o agregado dos recursos efectivos ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas (...) ou, por outras palavras, pertencer a um grupo (...)”. Pierre Bourdieu, “The forms of capital”, *Sociology of education*, Stephen Ball (ed.), London, RoutledgeFalmer, 2004, p. 21. De referir também que, segundo o autor, as relações existem no plano das trocas materiais ou simbólicas que as ajudam a manter. Cf. Idem, *ibidem*, p. 21.

autor, para se desenvolver, o capital social necessita de tempo e de investimento pessoal³. Segundo Simon Szreter, ainda que não o tivesse explicitamente afirmado, Bourdieu assumia que os muito pobres acabam por ser relativamente ricos em capital social porque seria a única forma de capital a que teriam acesso facilitado. A manutenção de boas relações ou redes sociais, que lhes conferissem crédito moral, no âmbito de um pequeno grupo, ao qual poderiam recorrer em tempo de crise e necessidade pessoal ou familiar, era-lhes vital em termos de sobrevivência⁴. Um sentido de capital social que difere daquele que Putnam e Coleman lhes atribuíram, ao dimensioná-lo como redes sociais de confiança, solidariedade e reciprocidade. Para estes autores, mais que uma característica individual, capital social é um atributo comunitário. E, neste sentido, contribui para a

³ Não querendo entrar nas discussões sociológicas em torno das formas de capital, convém, no entanto, referir que, para autores como Pedro Ramos Pinto, a conceptualização do capital social cristalizou-se em três linhas de análise que, partilhando com Bourdieu a consideração dos efeitos das relações sociais originalmente por ele defendida, foi desenvolvida por James Coleman e Robert Putnam. No fundo, o que distingue esta abordagem das outras duas é que perspetiva o capital social como um meio que dá crédito ao indivíduo para aceder a recursos, enquanto para as restantes o capital social constitui-se como um recurso em si mesmo. Para além disso, ao longo de toda a sua análise, Bourdieu acentua a conversibilidade das diversas formas de capital e a redução, em última instância, de todas essas formas a capital económico, definido como trabalho humano acumulado. Assim, os indivíduos podem alcançar, através do capital social, acesso direto a recursos económicos (empréstimos subsidiados, informações de negócios) e podem aumentar o seu capital cultural através de contatos com especialistas ou com pessoas cultas, em alternativa, podem filiar-se em instituições que conferem credenciais valorizadas. Cf. Pedro Ramos Pinto, “Social capital as a capacity for collective action”, *Assessing social capital: concept, policy, practice*, Rosalind Edwards, Jane Franklin and Janet Holland (eds.), Newcastle, 2006, pp. 53-54). Sobre o posicionamento de Robert Putnam e James Coleman em relação ao conceito de capital social, veja-se Robert Putnam, *Bowling alone: the collapse and revival of the American community*, New York, Simon & Schuster, 2000. James Coleman, “Social capital in the creation of human capital”, *American Journal of Sociology*, vol. 94, 1988, pp. 95-120.

⁴ Todavia, não comungamos da ideia de Szreter de que o capital social era o único que os pobres possuiriam em abundância. Adiante contrariamos essa posição quando abordarmos a questão da posse de capital cultural, que nos parece ser atributo transversal a todas as sociedades e quaisquer cronologias. Cf. Simon Szreter, “The state of social capital: bringing back in power, politics, and history”, *Theory and Society*, nº 31, p. 577.

compreensão das dinâmicas sociais, assumindo frequentemente a existência de grupos homogêneos, com interesses comuns e valores partilhados, mas descurando as questões da desigualdade na distribuição do poder. Uma abordagem contrária à de Bourdieu que, essencialmente, se centrou no papel do capital social enquanto reprodutor das desigualdades⁵. É esta perspetiva, assente na noção do tamanho e densidade das redes de relações como elemento de distribuição desigual do capital social, que encontramos documentada nos dois grupos sociais aqui estudados. É notória, e não constituiu qualquer estranheza, a diferença entre as redes sociais do grupo de elite e as do estrato mais baixo do terceiro estado. É também sobre o primeiro, a categoria A, que possuímos mais informações o que, precisamente, ajuda a confirmar a sua posição de privilegiados sociais⁶.

De um ponto de vista mais institucional, a rede de relações deste grupo de elite local desenvolveu-se em torno das duas instituições de poder mais sólidas a nível local durante a Idade Moderna em Portugal: a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia. Há muitos anos atrás, Charles Boxer, reproduzindo, segundo o próprio, um ditado alentejano, afirmava que “quem não estava na Câmara estava na Misericórdia”⁷. Muitos anos volvidos, sabemos que a frase não reflete a complexidade das relações entre as câmaras e as misericórdias no Portugal do Antigo Regime mas não

⁵ Assim se pode entender quando refere “The volume of the social capital possessed by a given agent thus depends on the size of the network of connections he can effectively mobilize and on the capital (economic, cultural or symbolic) possessed in his own right by each of those he is connected (...)”. Numa tradução livre, “O volume do capital social possuído por um determinado agente depende do tamanho da rede de ligações que efetivamente consegue mobilizar e do capital (económico, cultural ou simbólico)”. Pierre Bourdieu, *The forms of capital... cit.*, p. 21.

⁶ Uma boa síntese sobre as várias *nuances* do conceito de social capital, assim como a crítica sobre a banalização do seu uso pode encontrar-se em James Farr, “Social capital: a conceptual history”, *Political theory*, vol. 32, nº 1, (Feb. 2004), pp. 6-33.

⁷ Cf. Charles Boxer, *O império colonial português (1415-1825)*, Lugar da História 14, 2ª ed., Lisboa, Edições 70, 1981, [edição original – 1969], pp. 267-286.

a ignora totalmente. Setúbal e Évora⁸, entre outros locais, demonstram-no claramente. Em nenhum dos casos a acumulação de cargos nas duas instituições foi prática corrente, quanto mais não fosse porque os privilégios que auferiam eram semelhantes⁹. Em ambas as instituições, nas câmaras e nas misericórdias, estavam em jogo muitos interesses e a perpetuação das elites enquanto grupo de poder¹⁰. Para além, bem entendido, de razões de ordem económica. Estando a riqueza das elites de Évora assente na posse e produção da terra, teriam todo o interesse em controlarem os preços agrícolas de forma a protegerem os seus rendimentos¹¹. Já para não falar na possibilidade do arrendamento das propriedades do município e da misericórdia, uma prática corrente e generalizada no país, que o poder central tentou controlar em 1603¹² ao proibir, aparentemente sem êxito, os vereadores e mesários de explorarem as propriedades das respetivas instituições¹³.

⁸ Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal... cit.*, pp. 143-157. E, Rute Pardal, *As elites de Évora... cit.*, pp. 110-125.

⁹ Nomeadamente, no que respeitava à isenção de fintas, pagamento da limpeza das ruas, aposentadoria e participação nos alardes das ordenanças. Cf. ADE, ASCME, *Livro de privilégios... cit.*, fl. 195. (Alvará datado de 29 de Novembro de 1527. Idem, *Ibidem*, fls. 171-172. (Alvará datado de 16 de Maio de 1577).

¹⁰ Cf. Joaquim Romero Magalhães; Maria Helena da Cruz Coelho, *O poder concelhio das origens às cortes constituintes*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986, p. 49.

¹¹ Com efeito, a nobreza local, ao controlar a vereação, acompanha de perto o tabelamento de preços, o que, como se sabe, tem sérias repercussões na produção e comercialização dos bens agrícolas.

¹² José Justino de Andrade e Silva, *Colecção Chronologica ... cit.*, 1603-1612, pp. 34-36. (Alvará datado de 6 de Dezembro de 1603). Na Misericórdia de Évora já em 1591 se tinha reiterado essa proibição nos aditamentos ao compromisso. ADE, ASCME, *Livro dos Privilégios da Santa Casa da Misericórdia de Évora – 1557/1559*, nº48, fl. 293-296. Apontamentos datados de 7 de Maio de 1591). Vedava-se então o acesso às rendas e dinheiros das referidas instituições – nem mesmo por empréstimo –, quer ao provedor, quer aos mesários, na senda, aliás, do determinado pelo Cardeal D. Henrique, em 1567, quando da entrega da administração do Hospital do Espírito Santo à Misericórdia. Cf. Idem, *ibidem*, fl. 380.

¹³ José Justino de Andrade e Silva, *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1603/1612*, pp. 314-316, pp. 34-36. (Alvará datado de 6 de Dezembro de 1603).

Já em outro lugar, para uma cronologia diferente, demonstrámos como a própria lei facilitava a perpetuação da gente nobre na governança de Évora, contribuindo para o desenvolvimento de outros mecanismos de auto-perpetuação nos cargos do poder local¹⁴. A leitura do quadro nº 1 permite uma análise mais circunstanciada destas redes relacionais sustentadas no domínio da Misericórdia e da Câmara de Évora, provando a circulação entre as duas instituições. Como se pode ver, todos os utentes da assistência formal em Évora membros da categoria A pertenciam à Misericórdia local¹⁵ e participavam, de forma mais ou menos ativa, na sua administração. Para além disso, muitos deles envolviam-se nas tarefas da *causa pública*, sempre como procuradores do Concelho, já que os cargos da vereação lhes estavam interditos¹⁶.

¹⁴ Para o desenvolvimento desses mecanismos de auto-perpetuação das elites no poder municipal, veja-se o que referimos em Rute Pardal, *As elites de Évora... cit.*, pp. 126-132.

¹⁵ O caso do Dr. José Gomes de Góis é atípico dado que, pese embora não termos encontrado registo do seu nome nos livros de irmãos da Misericórdia, foi sempre referido nessa condição nas fontes assistenciais da confraria.

¹⁶ É importante reiterar que os indivíduos cujo percurso está representado no quadro nº1 pertenceram à categoria A, o seja, à elite local, na prática uma segunda linha dessa mesma elite, já que, por exemplo, os cargos exercidos na Câmara Municipal foram exclusivamente os de procuradores do Concelho. Eram maioritariamente notários ou escrivães, categorias socioprofissionais que, segundo António Manuel Hespanha, eram das mais baixas na nobreza, às vezes, mesmo arredada dela. Cf. António Manuel Hespanha, “A nobreza nos tratados jurídicos do século XVI a XVIII”, *Penélope*, nº 12 – 1993, p. 41. Se os vereadores surgem nas fontes como «fidalgos da Casa Real», já os procuradores aparecem referidos como «cavaleiros fidalgos da Casa Real», ou seja, uma diferenciação substantiva que demonstra a sua condição social inferior à dos vereadores. Assim acontece também no Porto entre 1580 e 1640, chegando o procurador a estar separado fisicamente dos vereadores nas sessões camarárias. Um facto que não será exclusivo deste período, já que os estudos efetuados por Nuno Gonçalo Monteiro para os séculos XVIII e XIX apontam sempre para a inferioridade do estatuto dos procuradores. Cf. Francisco Ribeiro da Silva *O Porto e o seu termo (1580 – 1640). Os homens, as instituições e o poder, documentos para a História do Porto*, XLVI, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1988, p. 292. E, Nuno Gonçalo Monteiro, “Elites locais e mobilidade social ... cit.”, p. 346). Veja-se ainda, Glória de Santana Paula, *Lagos (1745-1792): dinâmicas económicas e elites do poder*, Lisboa, Estar, 2001, p. 111.

Quadro nº 1 – Síntese de cargos e assistência – categoria A (elite local)

<i>Nome</i>	<i>Ano de Esmola</i>	<i>Entrada na Misericórdia</i>	<i>Anos de cargo na Misericórdia</i>	<i>Anos de cargo na Câmara Municipal</i>
Álvaro da Fonseca Coutinho	C - 1681/1712 M - 1676, 1713	28/03/1708		
André Vidigal da Silva	C - 1710-1714,1719, 1726 S - 1721 M - 1728	20/01/1704	1714	1709, 1731
André Limpo de Oliveira	C - 1694/1715 M - 1716	28/03/1681	1698/1700, 1703	1696
Alexandre Pinto de Mira	1710/1722	28/03/1708		
António Madeira de Sousa	1710-1715, 1717-1719		1718-1719, 1720-1721, 1729	1712
Cristóvão José Vidigal	1715	05/02/1713		
Diogo Lobato Leitão			1684-1685	
Estevão Galvão Galego	M - 1710-1711	23/03/1670		1678, 1682,1688, 1698
Francisco de Brito Mouzinho	M - 1692-1697, 1710-1721	06/04/1691	1698,1700, 1702, 1705, 1707	
Francisco de Fontes Alfar	M - 1710-1714	02/04/1699		1702, 1710
Francisco Madeira de Sousa	C - 1723	02/04/1699		1714, 1722, 1727
Gregório Pestana de Pina	C - 1676/1732 M - 1700	02/04/1699		
Inácio Palha de Almeida	C - 1711/1717	22/03/1703	1715	1696
Jacinto Botelho de Vilhena	C - 1676/1723	É irmão		1681
João da Fonseca Coutinho	C - 1710/1729 S - 1718/1719	12/04/1712		
João de Mira Zuniga Estrada	C - 1724 M - 1722	28/03/1708	1720-1721	
José Gomes de Góis	C - 1723/1729 S - 1716/1718 M - 1719/1730			

<i>Nome</i>	<i>Ano de Esmola</i>	<i>Entrada na Misericórdia</i>	<i>Anos de cargo na Misericórdia</i>	<i>Anos de cargo na Câmara Municipal</i>
José Pereira da Cunha	C - 1710/1717 S - 1719	22/03/1703	1714/1715, 1718, 1725	
José Monteiro de Matos	C - 1710-1732 M 1712, 1738 S - 1716, 1719	03/04/1694	1696,1701, 1716, 1718-1720, 1723, 1731	1702
Luís de Brito Palermo	M - 1714-1719	28/03/1708	1715, 1725-1728, 1730	
Manuel Botelho de Matos	M - 1724-1727	12/04/1710	1725	
Manuel Esteves Lobo	C - 1715/1728 M - 1727/1729 S - 1716			
Manuel Lopes Bácoro	M - 1693/1696	07/10/1685	1691	
Marçal Pereira Galvão	M - 1689-94, 1710-17, 1722-31		1718, 1723-1724, 1731	1692, 1696, 1710
Nicolau Barreto de Andrade	C - 1695-96, 1710-1717, 1722-1732 M - 1704, 1709, 1729/1735 S - 1719		1705, 1718-19, 1723, 1729	1711-12, 1717, 1726, 1730
Nuno de Faria Picanço	C - 1710/1724 M - 1719, 1726 S - 1719	12/03/1723		1723
Pedro Botelho de Pina	1718-1731	8/04/1715	1719, 1722	1709, 1731

Legenda: C- cônego; M- Misericórdia; S –
Cabido da Sé

Para além destes centros de poder, as redes relacionais de alguns dos elementos masculinos deste grupo estendiam-se aos círculos do tribunal da Inquisição de Évora, normalmente formalizadas como Familiares, ou detentores de ofícios, cuja posse estava dependente da condição de Familiar.

Foi esse o caso de André de Oliveira Limpo que, em 1697, viu confirmada a sua *capacidade* para desempenhar as funções de solicitador dos cárceres do Tribunal da Inquisição de Évora, cargo que o seu pai, Diogo de Oliveira Limpo, já ocupara e que passaria ao seu filho, homónimo deste último¹⁷. Os doutores António Vidigal Salgado, os seus filhos João Vidigal Salgado de Estrada e Manuel Vidigal Salgado de Estrada, os seus dois genros, António e Francisco Madeira de Sousa, assim como o doutor João Gomes de Góis, representaram outros exemplos da extensão das redes relacionais deste grupo aos circuitos da Inquisição, sendo todos familiares do Santo Ofício. João Vidigal Salgado Estrada, assim como o seu pai e João Gomes de Góis, foram, respetivamente, meirinhos¹⁸ do tribunal e procurador dos presos dos cárceres¹⁹.

¹⁷ Nos processos de habilitação era comum a apresentação de provas de ligações familiares à Inquisição, tanto ao nível das ascendentes, como de colaterais. Cf. Nelson Vaquinhas, *Da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700/1750)*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2010, pp. 19-65. Aliás, prova evidente, ajustada ao nosso estudo de caso, que a familiatura do Santo Ofício também se construía genealógicamente foi a família Estrada, que teve vários elementos como familiares, desempenhando ofícios no referido tribunal. Veja-se a este propósito a árvore genealógica desta família no anexo XXXIV da alínea B dos anexos. Ao encetar as diligências de suficiência para o cargo de solicitador, André de Oliveira Limpo juntava obrigatoriamente a referência à entrada para o mundo dos familiares do Santo Ofício que, neste caso, tinha acontecido em 1686 Cf. IAN/TT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações*, André, mç. 4, doc. 79. (Processo concluído em 11 de Outubro de 1686).

¹⁸ Tanto António Vidigal Salgado como o seu filho João Vidigal Salgado de Estrada são referidos na documentação notarial como meirinhos da Inquisição. Todavia, não encontramos os seus processos de habilitações para familiar e para meirinho no Fundo do Tribunal o Santo Ofício. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º n.º 916, fls. 97v-98v. (Escritura de dote de ordem sacras de Manuel Vidigal Salgado de Estrada,

A pertença à Inquisição de Évora permitiu ainda desenvolver solidariedades entre os seus membros, usadas em caso de necessidade. Atestam-no, por exemplo, a procuração que Francisco Madeira de Sousa, António Madeira de Sousa, João Vidigal Salgado, entre outros, todos familiares do Santo Ofício, passaram, em Fevereiro de 1701, ao Dr. João Gomes de Góis, também ele familiar, para que os representasse “em demandas havidas e por haver com justiças e tribunais”²⁰.

As redes de relações deste grupo de elite local alargaram-se, como seria de esperar, aos círculos da nobreza titulada. Esta, arredada de Évora após a Restauração, mantinha na cidade e nos arredores os seus solares e as suas propriedades²¹. Aos seus rendeiros e procuradores cabia a gestão

datada de 13 de Abril de 1707). O mesmo não aconteceu com o filho clérigo, a quem António Vidigal Salgado dotava na escritura referida acima. Para Manuel Vidigal Salgado de Estrada, clérigo do hábito de São Pedro e beneficiado da igreja de Santo Antão em Évora, o processo de habilitações que foi concluído em 7 de Maio de 1698, pode ser consultado em IAN/TT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações*, Manuel, mç 45, doc. 997, mç 136, doc. 2338. No entanto, no que se refere a João Vidigal Salgado, o ofício de meirinho da Inquisição chegou-lhe pelo casamento com Joana Maria, filha de José Rodrigues Duro. Com efeito, este último conferia a título de dote ao seu futuro genro o dito cargo na Inquisição de Évora, com a salvaguarda da aprovação do Inquisidor Geral. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 770, fls. 150-150v. (Escritura de dote datada de 27 de Março de 1709. Assentimento que deve ter sido conferido, uma vez que no futuro João Vidigal Salgado seria associado a esse cargo nos atos notariais que realizaria, em especial no de renúncia do ofício de escrivão do aqueduto da água da prata e de inquiridor do juízo geral da cidade de Évora, em favor de Francisco Gomes Ferreira. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 1144, fls. 115-116. (Escritura de renúncia datada de 4 de Fevereiro de 1732).

¹⁹ Sendo dessa maneira referido na doação do domínio útil de um quartel de vinha localizado no sítio da chamoinha (arredores de Évora), que ele e sua mulher fariam a seus compadres Francisco Cota do Vale e sua mulher Luzia de Azevedo Freire. Cf. ADE. *Notariais de Évora*, 1º nº 915, fls. 56v-57. (Escritura de doação datada de 12 de Março de 1710).

²⁰ ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 996, fl. 84-84v. Procuração datada de 12 de Fevereiro de 1701. Para além dos nomes acima mencionados, nessa escritura também instituíram Feliciano do Rego Vidigal, Manuel Galvão Bácoro, Manuel da Costa, Noutel Nobre, Domingos de Mira Gião, João Lopes de Carvalho, Sebastião da Fonseca Falcão e Luís de Azevedo Leal, todos moradores em Évora e também familiares do Santo Ofício, João Gomes de Góis como seu procurador.

²¹ Cf. Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo... cit.*, p. 94.

directa do seu património, o que necessariamente implicava uma relação de confiança entre proprietários e arrendatários, com tudo o que tal poderia significar em termos de capitalização económica e social para estes últimos. Alguns indicadores apontam nesse sentido no caso de Alexandre Pinto de Mira que, na condição de procurador e rendeiro do conde de Vimioso, em 1705 e 1703, tomava por si próprio, subarrendando, duas herdades e uma quinta, propriedade do referido conde²².

Partindo do princípio que os dois grupos sociais em análise possuíram capital social, impõe-se agora questionar o modo como ambos o exerceram para facilitarem o acesso à assistência formal. Neste contexto, é necessário lembrar que o universo dos assistidos correspondeu a uma pequena parte da população *pobre* da sociedade eborense dos séculos XVII e XVIII²³. Ou seja, estamos a lidar com grupos muito pequenos. Como já antes foi referido, os elementos da categoria A foram os que tiveram maior capacidade para mobilizar recursos assistenciais, provenientes dos vários locais que os forneciam. Mas, o mais importante a salientar é a sua dupla

²² Não tendo sido encontradas mais escrituras de arrendamento, não podemos afirmar perentoriamente que Alexandre Pinto de Mira tenha sido efetivamente rendeiro geral da Casa de Valença/Vimioso, uma vez que esta possuía no termo de Évora 20 herdades, sendo que em 17 delas era o único senhorio. Cf. Idem, *ibidem*, p. 94. Sobre a figura do rendeiro geral no contexto dos arrendamentos agrícolas veja-se Rui Santos, *Sociogénese do latifundismo... cit.*, p. 305. E, ainda Nuno Gonçalo Monteiro, *O crepúsculo dos grandes... cit.*, pp. 311-316. Certo mesmo é que Alexandre Pinto de Mira arrendaria como rendeiro e procurador do Conde de Vimioso D. Francisco de Portugal a Quinta da Sempre Noiva – freguesia de Nossa Senhora da Graça, termo de Évora –, em Julho de 1705 por tempo de 4 anos e preço de 25 000 réis anuais. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º n.º 768, fls. 36v-37v. (Escritura de arrendamento datada de 31 de Julho de 1705). Subarrendou nesse mesmo ano, em Agosto a Herdade de Vale de Rodas – freguesia de São Miguel de Machede – por tempo de 4 anos e preço de 9 moios de pão terçado, pagos por dia de Santa Maria de Agosto em casa do dito rendeiro. Cf. Idem, *ibidem*, 1º n.º 1003, fls. 19v-21v. Escritura datada de 18 de Agosto de 1705. Em Agosto de 1713 arrendaria a Herdade do Pinheiro, por tempo de 4 anos e por preço de 126 000 réis anuais pagos por dia de Santa Maria de Agosto. Cf. Idem, *ibidem*, 1º n.º 1205, fls. 69v-71v. (Escritura de arrendamento datada de 28 de Agosto de 1713).

²³ Veja-se o que foi dito acerca da densidade da pobreza atrás no ponto 1 do capítulo III da parte III.

condição de esmoleres e esmolados. Recorremos de novo ao quadro nº 1 apresentado atrás, não esquecendo que, apesar das suas peculiaridades, o legado do cônego Diogo Vieira Velho era igualmente administrado pela Misericórdia de Évora. E foi na condição de irmãos e de mesários desta Instituição que a categoria A usufruiu diretamente dos recursos de ambos – Misericórdia e legado do cônego. De entre os 27 homens que circularam entre os cargos da Câmara e da Misericórdia, 10 deles (mais de 37%) acumularam uma função administrativa na Misericórdia²⁴, o que representava um valor considerável, que parece evidenciar uma prática comum sustentada pela amplitude cronológica em que os diversos exemplos se situaram²⁵. Todos eles receberam esmolos da confraria.

Esta acumulação do papel de esmoler e esmolado volta a colocar a questão, se não legal, pelo menos ética, do enquadramento das práticas caritativas destes homens. O que, à partida deviam ser dois grupos distintos, o dos administradores da assistência e o dos recetores, juntava-se, em Évora, num único, anulando as interpretações assentes nas relações verticais, entre doadores e pobres, tributárias das interpretações de Marcel Mauss²⁶. Derruba-se, assim, pelo menos aqui, a argumentação baseada nos sentimentos de reciprocidade, em que quem dava esperava receber gratidão e maior da capacidade de controlo da força de trabalho, ou debelar

²⁴ Repare-se no comportamento de André Vidigal da Silva; André Limpo de Oliveira, António Madeira de Sousa; Inácio Palha de Almeida; José Pereira da Cunha; José Monteiro de Matos; Manuel Botelho de Matos; Marçal Pereira Galvão, Nicolau Barreto de Andrade e Pedro Botelho de Pina.

²⁵ Note-se que o registo mais antigo que aponta para esta acumulação de funções remete para 1681, sendo a mais recente de 1724. Não será de excluir que, quando alargado o âmbito cronológico e ampliado o universo em estudo, os resultados cresceriam também na mesma proporção.

²⁶ Cf. Marcel Mauss, “Essai sur le don. Forme et raison de l’échange dans les sociétés primitives”, originalmente publicado em *l’Année Sociologique, seconde série, 1923-1924*. http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/2_essai_sur_le_don/essai_sur_le_don.html. Acedido em 28 de Agosto de 2012.

eventuais focos de revolta e, num plano mais espiritual, alcançar a salvação eterna, enquanto o pobre apenas se preocupava com a sobrevivência²⁷. Não significa isto negar a existência de relações verticais. Antes, que nas práticas de assistência que estudámos, há que considerar igualmente as relações entre iguais, espaço onde muitas vezes elites e *pobres* se confundem num feixe de relações horizontais, que bem podem ser interpretados à luz dos conceitos de *bonding* e *bridging social capital*, desenvolvidos por Robert Putnam²⁸. O primeiro, sendo mais característico de grupos social e culturalmente mais homogéneos, teria como objectivo estreitar os laços entre os seus membros. O segundo pressupõe a existência de grupos sociais menos homogéneos e com objetivos mais limitados,

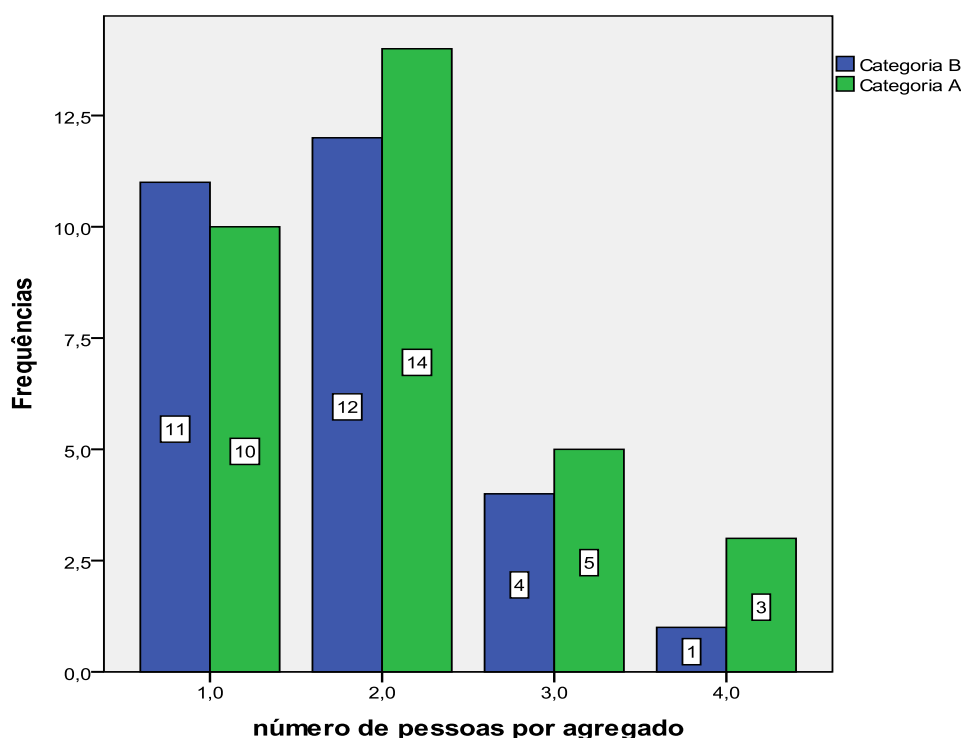
²⁷ Este modelo, esquematicamente bem definido por Marco Van Leeuwen, assenta em cinco premissas, ou interesses coletivos que, do nosso ponto de vista, se focam de maneira mais acentuada nos interesses das elites administradoras da assistência: 1 – a teoria da reserva de trabalho argumenta que as elites dirigem a caridade a certos segmentos da força produtiva para terem uma reserva de força produtiva. Ou seja, apoiam aqueles que não se podem deslocar e emigrar em busca de trabalho quando o mesmo não tem lugar para eles, uma vez que é sazonal – cresce no verão com as colheitas, diminui no inverno, ou aumenta em períodos de crescimento económico, diminui em alturas de crise. Assim, as elites asseguram uma força de trabalho para quando a procura de mão-de-obra é alta. 2 – a ordem social: socialmente, as elites europeias tentavam estabilizar a ordem social existente com a ajuda aos pobres. Esta era apresentada como lei de Deus e não deveria ser mudada. Ao aceitar a ajuda, os pobres estão a garantir a ordem estabelecida – muitas vezes esplanada nas escolas para os seus filhos. 3 – a ordem pública: politicamente a assistência aos pobres pode funcionar como meio de manutenção da ordem pública. Ou seja, para muitos, a pobreza poderia conduzir ao descontentamento e este às revoltas e convulsões sociais. O receio das elites em relação a estas cresce exponencialmente em períodos de aumento de preços. 4 – o risco de infeção: a ajuda aos pobres podia evitar doenças que contaminassem os ricos. Por outras palavras, a velha associação entre pobreza e doença, sobretudo em tempo de epidemias. 5 – comportamento moral: as elites tentavam civilizar e disciplinar os pobres ensinando-lhes normas e regras. No fundo, a assistência é vista como uma economia reciprocidade: as elites providenciam assistência aos pobres e estes conformam-se na estrutura social tida como natural. De salientar, no entanto, que Van Leeuwen termina o artigo referindo que o modelo apresentado é artificial porque se baseou em literatura e que só com estudos empíricos se poderá definir como funcionou o sistema de assistência aos pobres nas sociedades pré industriais. Cf. Marco Van Leeuwen, “Logic of charity... cit.”, pp. 592-594.

²⁸ Para o aprofundamento destes conceitos veja-se, Robert Putnam, *Bowling alone: the colapse and revival of american community*, New York, Simon and Schuster, 2000, *maxime* pp. 316-322.

tendo como fim a construção de um sentimento geral de pertença. A estes conceitos Simon Sretzer²⁹ contrapõe o de *linkink social capital* que se caracteriza pela desigualdade na relação dos agentes intervenientes, ou como Jan Sundin e Sam Willner resumem magistralmente, “the ‘haves’ help the ‘havenots’” (sic)³⁰. Ou seja, funciona numa lógica de relacionamento vertical de desequilíbrio de poder. De todos estes exemplos complexos temos evidências em Évora.

O gráfico nº 1 é um bom ponto de partida para a análise da forma como o capital social se poderia materializar no acesso à assistência, porque representa o número de pessoas assistidas em cada um dos agregados familiares dos dois grupos em estudo.

Gráfico nº 1 – Frequências do número de pessoas por agregado



²⁹ Citando Michael Woolcock em “Managing risk, shocks, and opportunity in developing economies: the role of social capital”, *Dimensions of development*, New Haven, 2000, pp. 197-212.

³⁰ Jan Sundin & Sam Willner, *Social change and health in Sweden: 250 years of politics and practice*, Stockholm, Swedish National Institute of Public Health 2007, p. 31.

Num olhar mais rápido constata-se, pela composição das barras, que a categoria A predominou em todos os intervalos, à exceção do primeiro. O que significa que a categoria B só se superiorizou em termos quantitativos ao grupo de elite nos casos em que apenas um elemento da família foi assistido pela assistência formal. No entanto, numa leitura mais atenta verifica-se que as diferenças de representantes entre um grupo e outro não foram exageradas, isto é, em média a categoria A teve 2,03 pessoas assistidas e a categoria B 1,82 pessoas.

Outra das conclusões que a representação gráfica permite é a da predominância de um ou de dois elementos do agregado familiar na assistência. Uma realidade que tem que ser matizada pela decisão que tomámos de separar os agregados familiares e que se tornou uma variável determinante na obtenção dos resultados patentes no gráfico nº 1. Ou seja, ligando os indivíduos e visualizando essa ligação numa árvore genealógica, encontramos, por cada núcleo, mais que quatro elementos na assistência e mais que uma geração. Por este método, se na categoria B cada família teve dois elementos assistidos, na categoria A essa mesma média foi substancialmente superior, correspondendo a 3,3 pessoas. Diferenças mais visíveis que as verificadas em relação ao número de gerações que beneficiaram da assistência: uma geração em média na categoria B e 1,6 gerações na categoria A.

Na verdade, os três agregados pertencentes a esta última categoria, que no gráfico são representadas como tendo quatro elementos na assistência – as famílias Fonseca Coutinho³¹ e Pina Pestana –, tiveram mais elementos assistidos institucionalmente. Como demonstra a árvore genealógica da família Fonseca Coutinho, dez elementos tiveram acesso aos recursos assistenciais ao longo de três gerações. Um pouco mais do que

³¹ Confira-se a árvore genealógica desta família no anexo XXXV da alínea B dos anexos.

o número verificado no caso da família Pina Pestana³², com seis indivíduos. Já no que se refere à família Pereira da Cunha³³, como indica a representação no gráfico nº 1, foram quatro membros a usufruir da assistência, divididos por três gerações. Na categoria B, a família de Maria Cordeira e Manuel de Brito foi a única em que quatro indivíduos recorreram à assistência, (atendendo aqui à contagem apenas por núcleo familiar)³⁴.

Quando se expande este tipo de contagem numa perspetiva genealógica ascendente e descendente de forma integrada obtêm-se resultados diferentes em termos do número de elementos da família, agora já num sentido mais alargado, que entraram no sistema de assistência formal. Torna-se então mais visível o desnível entre os dois grupos. Com efeito, como foi dito antes, se não há diferenças substantivas entre as duas categorias em termos do número de gerações, o cenário é diferente quanto ao número de indivíduos por família, onde esta categoria se destacou assinalavelmente. No primeiro caso, o máximo de pessoas assistidas não excedeu as quatro por família – mesmo nas famílias com três gerações (um máximo que correspondeu especificamente à família de Catarina de Bastos,

³² Na primeira geração foi assistida Inês Camacho de Oliva, que recebeu esmolas do cónego Diogo Vieira Velho entre 1677 e 1722. Na segunda geração foi apoiado Gregório Pestana de Pina (com esmolas da Misericórdia e do cónego entre 1676 e 1732); para além da sua irmã, Maria de Oliva do Carvalhal que recebeu esmolas do legado do cónego entre 1722 e 1724; e da sua mulher, Catarina Josefa Freire, que beneficiou das esmolas em 1722 e 1723. Na terceira geração estiveram presentes na assistência formal os filhos de Gregório Pestana de Pina: Catarina de Oliva do Carvalhal, recebendo esmolas do cónego entre 1679 e 1693, e Francisco de Carvalhal de Pina, que recebeu esmolas da Misericórdia e do legado acima referido entre 1676 e 1712. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou ...cit..*. Idem, *ibidem*, *Criação esmolas, guias, quadrelas, despesas diárias*, 1º nº 1130 e 1º nº 1133.

³³ Consulte-se a árvore genealógica da família Pereira da Cunha no anexo XLVII da alínea B dos anexos.

³⁴ Confira-se a árvore genealógica de Maria Cordeira e Manuel de Brito no anexo LXII da alínea B dos anexos.

de Maria Cordeira, de Catarina de Figueiredo e de Maria Toscano³⁵); no segundo caso, o maior número de assistidos ocorreu na família Fonseca Coutinho e na Estrada, com nove elementos a beneficiarem da assistência formal. Para além destas, as famílias Tovar, Monteiro de Matos, Pereira da Cunha e Palha de Almeida tiveram presentes quatro elementos, enquanto a Aragão e a Picanço três e as restantes, entre um e dois indivíduos³⁶. Em relação à categoria B, para além dos máximos de quatro elementos indicados acima, destacam-se, logo a seguir, com três elementos, a família de Francisco da Rosa, a de Clemente Simões de Abreu e a família de Teodósia da Luz. As restantes tiveram um ou dois elementos.

Tendo em consideração os limites cronológicos da recolha de dados, que terminou, recorde-se, em 1750, é de supor que estas mesmas famílias continuassem a recorrer à assistência, reproduzindo comportamentos de duas ou três gerações anteriores. O elemento diferenciador no número de pessoas assistidas foi, sem dúvida, a posse de maior capital social por parte do grupo da elite local. Daí que as suas representações genealógicas de familiares assistidos se apresentem, sobretudo, de uma forma mais colateral que descendente³⁷.

³⁵ Confirmam-se os elementos familiares que foram assistidos nos anexos LIII, LIV, LV, LXII e LXIII da alínea B dos anexos.

³⁶ Vejam-se as árvores genealógicas destas famílias entre os anexos XXXV e o LI da alínea B dos anexos.

³⁷ Um bom exemplo dessa distribuição horizontal em termos genealógicos dos assistidos foi a família Estrada. De facto, uma análise pormenorizada da sua árvore genealógica diz-nos que na segunda geração se encontraram cinco dos nove elementos assistidos, divididos por dois agregados familiares: João de Mira Zuniga e Estrada, filho de Catarina de Zuniga Estrada e de Alexandre Pinto de Mira e Catarina Vidigal de Estrada e Ana Vidigal de Estrada, filhas de Maria de Zuniga Estrada e de António Vidigal Salgado. Não esquecendo que nesta geração também foram assistidos os cônjuges de Ana e Catarina, respetivamente, Francisco Madeira de Sousa e o seu irmão António Madeira de Sousa. Cf. a árvore genealógica da família no anexo XXXIV da alínea B dos anexos.

Fica assim provado que a reprodução geracional nos circuitos da assistência formal deve ser analisada num prisma mais complexo que aquele que tem como base a afirmação de que um pobre poderia sê-lo toda a sua vida ou que os pobres transmitiam a pobreza à geração seguinte³⁸. A questão deve ser colocada em outros moldes, cremos, centrando-se nas condições materiais da pobreza e no conhecimento das normas intrínsecas de funcionamento do circuito da assistência. Em última análise, é uma percepção individual, mas formada em grupo, em sociedade, que se assume como capital cultural na sua forma incorporada, como um *habitus*, e assim transmitida às gerações seguintes, no sentido que lhe imprimiu Bourdieu³⁹. O mesmo é dizer, como a sociedade se deposita nos indivíduos sob a forma de disposições duráveis do espírito e do corpo, de propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de determinado modo.

É à luz destes instrumentos culturais que também se deve ler a atuação das elites empobrecidas de Évora quando recorreram às instituições formais de assistência. Ou, independentemente da sua categoria social, quando nas suas petições realçaram a idoneidade moral, enquanto pessoas de bem, recolhidas, de boa fama, “quem se costuma acudir”, que os tornava elegíveis para serem assistidos⁴⁰. Em última análise, trata-se também de um

³⁸ Steven King reconhece essa possibilidade, no entanto, realça as dificuldades em reconstruir os ciclos de vida dos pobres, nomeadamente no que se refere à escassez do elenco alargado de fontes que se necessita para o realizar. Uma opinião certamente fundamentada na descontinuidade das fontes paroquiais inglesas e, talvez por isso, o autor foca a sua análise no tratamento estatístico dos ciclos de vida dos pobres e da intensidade de contatos que estes tiveram com assistência. Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, pp. 127-133.

³⁹ Pierre Bourdieu, “The forms of capital... cit”. Idem, “Making the economic habitus: Algerian workers revisited”, *Ethnography*, 1-1 (July), pp. 17-41.

⁴⁰ Ressalvando a distância temporal, o conhecimento do sistema e a representação da idoneidade continuam a ser fundamentais nas sociedades contemporâneas como facilitador do acesso à assistência social, como refere Didier Fassin, “Demonstrations of merit, made in dignified style and a vein that appealed to a sense of applicant’s virtue, seem to have been particularly effective in convincing the

reconhecimento mútuo, muitas vezes tácito, porque também envolvia as instituições que, geração após geração, pelo menos os dois grupos aqui estudados, conseguiu utilizar para aceder à assistência institucional.

Conclui-se, portanto, que mesmo em situação de pobreza, reiterando a enorme plasticidade do conceito, os padrões comportamentais dos indivíduos pertencentes aos dois grupos em estudo mantiveram-se intatos: o seu capital social não sofreu erosão. Como ficou demonstrado, os elementos da categoria A acederam aos lugares do poder local e da administração da Misericórdia e encaminharam os filhos para casarem de acordo com o seu estatuto social ou para a vida religiosa. Caso exemplar, o da família Gongora Tovar. Numa terceira geração de assistidos, D. Antónia Doroteia de Azevedo e Gongora e D. Maria Angélica de Azevedo casaram nas principais famílias da elite local de Montemor-o-Novo, respetivamente com Filipe Freire de Andrade – filho do capitão-mor da referida vila –, e Luís Freire de Vilalobos e Vasconcelos. Ainda outro exemplo, o do mestre de campo de Olivença (família Estrada) cujas filhas casaram dentro do mesmo escalão social de *oficialato*, com António Vidigal Salgado e Alexandre Pinto de Mira. Ou ainda, João Vidigal Salgado de Estrada, filho

commission. Though less used than necessity or compassion, deservedness was generally more decisive. As we have known for at least two centuries, a good poor person is a deserving one. Merit as used by applicants is to be understood in terms of the economic order, implying efforts to find a job; the social order, implying rejection of deviant practices; and the moral order, with reference to each person's family responsibilities". Cf. Didier Fassin, "Justice principles and judgment practices... cit.", pp. 113, 133. Numa tradução livre: "As demonstrações do mérito, feitas num estilo dignificante e sugestivo da virtude do potencial utente, parecem ter sido particularmente efetivos a convencer a Comissão (comissão sob tutela governamental que avaliaria a distribuição de um bilião de francos pela população pobre francesa em 1998). Ainda que menos utilizado que a necessidade, ou a compaixão, o merecimento foi geralmente mais decisivo. Como se sabe pelo menos desde há duzentos anos, o bom pobre é o pobre merecedor. O mérito invocado pelos peticionários deve ser entendido no contexto da ordem económica, implicando esforços para procurar um trabalho; da ordem social, implicando a rejeição de práticas desviantes; e a ordem moral, referindo as responsabilidades de cada membro da família". No fundo uma abordagem não muito distante da efetuada por Marco Van Leuwen, "Logic of charity... cit.", pp. 589-613.

do primeiro, que, como referimos, receberia de José Rodrigues Duro o ofício de meirinho do Santo Ofício como dote de casamento⁴¹.

Quando as hipóteses diretas de casamento e de colocação na vida religiosa se tornavam mais difíceis, os recolhimentos poderiam ser o destino das mulheres deste grupo: no Recolhimento de São Manços eram colocadas as raparigas de elite, no da Piedade, as moças dos estratos sociais mais baixos. No primeiro caso esteve D. Brites Caetana de Melo, à época viúva de Nuno de Faria Picanço, que colocava a sua filha D. Arcângela Micaela de Faria no Recolhimento de São Manços⁴². No Recolhimento da Piedade entraram as filhas de Leonor das Chagas de Oliveira e de Estêvão Martins Cansado, Vicência e Catarina de Sena. Sem que conheçamos a sua data de entrada no Recolhimento⁴³, sabemos que lá foram dotadas pela Misericórdia de Évora em 1693 e 1703. Recolhimentos que também foram usados em caso de descendências ilegítimas, como ocorreu com Lourença Palha de Almeida, filha natural de João Caeiro Palha de Almeida. Acabou regente do Recolhimento da Madalena, pelo menos desde 1716, presumivelmente até à data da sua morte, em 1729⁴⁴.

⁴¹ Cf. a árvore genealógica no anexo XXXIV da alínea B dos anexos.

⁴² Pelo menos em 1731 lá estaria recolhida, quando recebeu da Misericórdia de Évora a porção de 100 000 réis. Cf. ADE, ASCME, lembranças, 1º n.º, fl. 132. (Lembrança datada de 29 de Junho de 1731).

⁴³ Com efeito, os livros de entradas no Recolhimento de São Manços têm uma falha cronológica entre 1650 e 1744. Cf. ADE, *Fundo da Casa Pia, Recolhimento da Piedade*, 1º n.º 16 e 191.

⁴⁴ Foi reconhecida como filha natural em 1700, referindo o documento que Lourença era donzela com cerca de 26 anos de idade. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º n.º 904, fl. 102-102v. (Escritura de legitimação datada de 24 de Abril de 1700). Refira-se que Lourença receberia esmolas do legado do cônego Diogo Vieira Velho entre 1716 e 1725, e da Misericórdia de Évora em 1729. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou ... cit.*. Idem, *Despesa: guias, criações, ordenados, esmolas... cit.*, 1º n.º 1137.

Quadro nº 2 – Síntese de valores médios de idades ao casamento, nascimento de filhos antes e depois da primeira assistência

Categoria A							
	Id. Casamento (a)		Id. primeiro filho (b)	Id. último filho (c)	Nº de filhos antes (d)	Nº de filhos depois (e)	Total de filhos
	1ª (f)	2ª (g)					
M	30.8	30.6	32.2	47.6	2	1	3
F	27.7	25.5	29	35.2	2.1	0.9	3
Categoria B							
	1ª	2ª					
M	27.6	27.4	29	41	5	2	7
F	23.1	20.6	26.7	40.3	4.3	2.2	6.5

Legenda: (a) idade no primeiro casamento; (b) idade no nascimento do primeiro filho 1ª geração; (c) idade no nascimento do último filho 1ª geração; (d) nº de filhos nascidos antes da entrada na assistência 1ª geração; (e) nº de filhos nascidos depois da entrada na assistência 1ª geração; (f) primeira geração; (g) segunda geração

De forma a aprofundar um pouco mais a análise quisemos saber qual o comportamento matrimonial dos indivíduos destas categorias A e B. A tarefa não se apresentou fácil, uma vez que não dispomos das datas de batismo e de casamento de todos os indivíduos em simultâneo, de modo a efetuar o cálculo etário. Dos 65 indivíduos assistidos na categoria A apenas foi possível concretizar essa tarefa para 21 pessoas (8 homens e 13 mulheres), enquanto na categoria B apurámos 22 pessoas (13 mulheres e 9 homens), de um total de 51 assistidos. Contudo, para colmatar esta ausência, procurámos os dados dos batismos e dos matrimónios da segunda geração.

Este exercício permitiu-nos identificar idades médias de casamento tardias, tanto no universo masculino como no feminino, que sintetizámos no quadro nº 2. As médias da primeira geração são notoriamente mais elevadas no caso do grupo de elite, com a idade do primeiro casamento dos homens a rondar os 31 anos e a das mulheres cerca de 28 anos. Já as médias de idades no primeiro casamento dos nubentes do grupo social mais baixo foi de cerca de 27 anos para os rapazes e pouco mais de 23 para as raparigas.

Apesar das limitações, decorrentes da ausência de informação que dificultam a comparação com outras realidades, não podemos deixar de notar a diferença das idades em relação ao caso de Guimarães estudado por Norberta Amorim⁴⁵. Numa divisão social muito similar à que efetuámos para Évora, a autora aponta idades médias do primeiro casamento, para ambos os sexos e grupos sociais, cerca de 2 a 3 anos inferiores às verificadas em Évora: em média os homens dos estratos sociais superiores

⁴⁵ Cf. Norberta Amorim, “Abordagem demográfica em História da família: alguns dados sobre Guimarães de Antigo Regime”, *Boletim de trabalhos históricos*, vol. II, 2003, pp. 70-71.

casavam aos 27,1 anos, as mulheres aos 26. Nos setores pobres da população ambos os sexos casar-se-iam aos 24,4 anos⁴⁶.

Pese embora reportar-se à segunda metade do século XVIII, o trabalho de J. Faber e M. Van Leeuwen indica idades de casamento tardias nas populações pobres de Amsterdão, na ordem dos 27,5 anos para os homens e de 26,4 anos para as mulheres⁴⁷. Ainda assim, valores inferiores aos obtidos em Évora até à primeira metade do século XVIII. Naquele estudo, quando estendido o cálculo da nupcialidade à segunda geração, nota-se uma pequena oscilação descendente nas idades médias do primeiro

⁴⁶ Sem pretensões de entrar em discussões de índole demográfica, é necessário referir que a consequência natural de idades tardias no casamento deste universo restrito de nubentes eborenses para o qual foi possível estimar a nupcialidade foi, como se pode constatar no quadro anterior, o retardamento do seu ciclo biológico, visível quer pela idade média das mulheres ao tempo do nascimento do primeiro filho (29 na categoria A e 26,7 na categoria B), quer ao tempo dos nascimentos do último filho (35,2 na categoria A e 40,3 na categoria B). O que aparentemente contraria as divisões geográficas defendidas pela demografia histórica europeia, que tem contraposto uma Europa do norte, caracterizada por casamentos tardios e consideráveis taxas de celibato permanente, a uma Europa mediterrânica onde a idade do casamento seria mais precoce e as taxas de celibato mais baixas. Como seria de esperar, o casamento tardio, para além de acarretar baixos níveis de fertilidade, afetou a formação e a estrutura dos agregados familiares. Todavia, não podemos extrapolar os dados obtidos na nupcialidade num universo tão restrito informações demográficas fiáveis. Uma tarefa possível a partir do momento em que a base de dados demográfica construída no âmbito do projeto que implicou a recolha de todos os registos paroquiais de Évora estiver operacional. Cf. *Os utentes do sistema de assistência entre a população de Évora: a importância das bases de dados demográficas (1535-1800)*. Coordenação da Professora Doutora Laurinda Abreu. PTDC/HAH/68482/2006. Pese embora a existência dessas condicionantes, é importante referir que as idades médias do casamento encontradas por Peter Laslett para a Cantuária, agrupando todos os estratos sociais, não foram muito diferentes dos encontrados para estes dois grupos em Évora, ou seja: 23,95 anos nas mulheres e 26,87 anos nos homens. Cf. Peter Laslett, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975, p. 128. Uma boa síntese europeia e portuguesa sobre as questões da nupcialidade pode ser encontrada em Teresa Rodrigues, *Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica*. Elaborado no âmbito do projeto *História da população portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade, working paper* que pode ser encontrado em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/portugal-nos-seculos-xvi-e-xvii.-vicissitudes-da-dinamica-demografica>

⁴⁷ Cf. J. A. Faber, M. Van Leeuwen, "Les assistés catholiques d'Amsterdam... cit.", p. 244.

casamento para ambos os sexos⁴⁸. Nos dois grupos por nós estudados a tendência também terá sido a de descida da idade média do casamento da segunda geração relativamente à primeira⁴⁹. Descida que, ao contrário de Amsterdão, se verificou muito mais acentuada nas mulheres pertencentes ao estrato social mais baixo.

O exposto confirma empiricamente a nossa premissa inicial: a assistência formal influenciou decisivamente o comportamento nupcial dos estratos sociais mais baixos dos assistidos fazendo descer a idade média do casamento na segunda geração, sobretudo no segmento feminino do terceiro estrato social. Foi a assistência formal, mais especificamente o provimento com dotes para casamento que facilitou o matrimónio de três das nove filhas deste grupo, cuja data do casamento foi apurada nesta segunda geração. De facto, Josefa Maria e a sua irmã Maria Josefa⁵⁰, assim como Marta da Silva⁵¹ casaram-se, respetivamente com 17, 19 e 20. Se ao casamento desta segunda geração se lhe retirasse o efeito destas três mulheres, a média seria de 23 anos, ou seja, praticamente equivalente à verificada uma geração antes.

⁴⁸ Que não chega a adquirir significado, tendo em atenção que a idade dos homens passou a ser nessa segunda geração de 27 anos (quando era 27,5), e para as mulheres passou a ser 26,3 (quando na primeira geração era de 26,4). Cf. Idem, *ibidem*, p. 244.

⁴⁹ Note-se que os filhos dos pobres, ou se se preferir a descendência da primeira geração não foram necessariamente apoiados pelas estruturas formais de assistência.

⁵⁰ Dotadas ambas em 1721 pela Misericórdia. Maria Josefa com 20 000 réis e Josefa Maria com 30 000 réis. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 26, fl. 32v. (Dotes providos em 8 de Janeiro de 1721). Se bem que, como observação, se tenha colocado na lembrança do provimento que as raparigas se casaram, o seu registo não foi encontrado nos paroquiais de Évora, podendo, eventualmente, contraído matrimónio em outra localidade.

⁵¹ Dotada em 1695. No registo que se fez do dote consta que se casou com Sebastião Ferreira, albardeiro, em 17 de Abril de 1695. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 23, fl. 29v. (Lembrança datada de 16 de Janeiro de 1695). Todavia, à semelhança das duas dotadas anteriores, também o casamento desta órfã não foi averbado em nenhuma das paróquias de Évora.

Qualquer dos cálculos utilizados demonstra que o comportamento nupcial destes indivíduos da segunda geração continuou, na pior das hipóteses, os padrões dos seus ascendentes diretos. Mas se este é um elemento importante a reter, ele não chega para assumir os efeitos perniciosos que alguns teóricos sociais atribuíam à assistência e à caridade como fator promotor do aumento populacional por parte de quem não tinha capacidade de sustentar a família, na esteira do defendido por Thomas Malthus⁵². Segundo o padre Malthus, as *poor laws* aproximavam o nível standard de vida entre os homens casados e solteiros incentivando, por essa via, o casamento em idades precoces e, portanto, o nascimento de mais filhos⁵³ sem que houvesse garantia que os novos agregados fossem capazes de garantir a sua auto-subsistência. A estrutura do provimento das famílias pobres tinha como base de cálculo o número de elementos do agregado familiar, sobretudo, das crianças nele inseridas, distribuindo mais às maiores famílias, o que para Malthus potenciava a ociosidade, razão pela qual defendeu o fim das *poor laws*, pelo menos para os pobres capazes de trabalhar. Libertos dos laços paroquiais, os pobres teriam que procurar novas oportunidades pela via da migração⁵⁴. Na sequência da polémica à volta deste autor e da sua obra, e do crescimento das despesas com a assistência e problemas sociais decorrentes da industrialização e da

⁵² Para concretizar esses efeitos precisaríamos dos dados assistenciais e demográficos de uma 3ª e 4ª geração, mas já referimos que decidimos suspender a recolha em 1750. Por outro lado, a reconstituição dos núcleos familiares, como já ficou patente, não é uma tarefa fácil, mesmo recorrendo a uma grande variedade de fontes.

⁵³ Veja-se sobretudo o capítulo 5º da referida obra em Thomas Malthus, *An essay on the principle of the population*, London, St. Paul's Church-Yard, 1798. [Edição electrónica disponível em <http://www.esp.org>, acedida em 25 de Agosto de 2012].

⁵⁴ Segundo Daunton, esta é uma perspetiva coartada pela estrutura migratória inglesa, uma vez que a mobilidade se veria limitada pelas leis de fixação às paróquias de origem, sendo a receção dos migrantes dependente da aceitação das paróquias de destino. Cf. M. J. Daunton, "Poor relief and charity... cit.", p. 448.

urbanização, a Inglaterra promulgaria novas “leis de pobres” que, no entanto, estiveram longe de resolver a situação⁵⁵.

Como se pode ver no quadro nº 2, nas famílias que estudámos em Évora, independentemente do grupo social, quando o (a) cabeça de casal chegou à assistência já levava a maioria dos filhos, facto que nos dá algumas pistas do recurso às instituições assistenciais. É certo que podemos questionar o papel dos dotes na redução da idade de casamento⁵⁶, mas essa é uma questão demasiado complexa, sobre a qual não existem quaisquer estudos. Do que não temos dúvidas, e repetimos uma vez mais, é que a assistência institucional foi importante para os rendimentos das populações pobres, pelo menos das de Évora, entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século seguinte. Apenas uma, de entre a variedade de estratégias de sobrevivência por eles usadas, como referimos antes. Em aberto ficam linhas de investigação como as desenvolvidas por Steven King para Northamptonshire nos séculos XVIII e XIX, provando uma correlação positiva entre a assistência em géneros e a descida da taxa de

⁵⁵ Se bem que outras vezes já se tivessem erguido cem anos antes refletindo exatamente sobre as mesmas questões. Foi o caso de Sir Francis Brewster, nos finais do século XVII, referido por Daunton. Todavia, este autor defende que a assistência aos pobres capazes só se tornou verdadeiramente fonte de problema nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Cf. Idem, *ibidem*, pp. 449-450. Para um melhor enquadramento das ideias de Malthus no contexto das *new poor laws* veja-se, entre outros James Huzel, *The popularization of Malthus in early nineteenth century England: Martineau, Cobbett and the pauper press*, s.l.Ashgate, 2006. E, em especial, Idem, “Malthus, the poor law, and population in early nineteenth century England”, *The Economic History Review*, New Series, Volume 22, Issue 3 (Dec., 1969), 430-452. Assim, como David Green, *Pauper capital: London and the poor law (1790-1870)*, s.l., Ashgate, 2010, *maxime* pp. 1-50.

⁵⁶ Sobre os mecanismos de provimento de dotes às órfãs em diversos contextos é indispensável a consulta dos trabalhos realizados por Maria Marta Lobo de Araújo, entre os quais: *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000; Idem, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na Confraria de São Vicente de Braga: (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011.

mortalidade⁵⁷, ao contrário do que teria acontecido com a assistência médica. Ter-se-á verificado algo semelhante em Portugal? Só futuros estudos o determinarão.

⁵⁷ Na nossa opinião, apesar de extremamente inovador, o método seguido por King acaba por enfermar pela não utilização de, pelo menos, um grupo de controlo exterior aos segmentos pobres em estudo. Cf. Steven King, “Pauvreté et assistance, la politique locale de la mortalité dans l’Angleterre des XVIIIe et XIX siècles”, *Annales HSS*, janvier-février 2006, pp. 31-62. Foi por essa mesma razão e pelo facto de em Évora, como referimos antes, as séries paroquiais dos enterros terem falhas muito grandes, sobretudo na maior e mais populosa paróquia: a de Nossa Senhora da Assunção (Sé), que não foi possível estabelecer comparações fora dos grupos pobres

Capítulo II – A decisão de recorrer à assistência: o momento e os motivos

1 – Percursos ou ciclos de vida? Uma abordagem teórica

Os conceitos de *life cycle* e *life course* têm sido alvo de profundas discussões nos últimos quarenta anos, sobretudo no campo da sociologia. Os historiadores da família e da pobreza têm-nos utilizado com abundância, na maior parte das vezes de forma indiscriminada e indiferenciada⁵⁸. Por isso mesmo é fundamental, ainda que sumariamente, esclarecer as *nuances* entre os dois termos e a sua evolução no campo da teoria social da família.

Segundo James White e David Kline⁵⁹, a utilização do conceito de ciclo de vida familiar recua aos finais do século XVIII mas tornou-se mais consistente no contexto da depressão dos anos trinta do século XX. Estes autores chamaram a esse período de “maturação descritiva”, durante o qual os investigadores sociais perspetivaram a família como detentora de um ciclo de vida. Semelhante a um organismo biológico, o grupo familiar caracterizar-se-ia por processos de nascimento, crescimento, manutenção, esvaziamento do núcleo – com a saída de elementos – e morte. Nesta linha interpretativa, a segunda fase surgiria após a segunda guerra mundial, quando a família foi conceptualizada como uma estrutura composta por papéis e relações que mudavam à medida da passagem de um estágio a

⁵⁸ A utilização, por vezes simultânea, dos dois conceitos vem agregada à noção de que o *life cycle* (ciclo de vida) teria uma definição mais coletiva, no sentido familiar, e o *life course* (percurso de vida) mais individual. Cf. Antoine Marchini “Poverty, the life cycle of the household and female life course in eighteenth-century Corsica”, *Poor women and children ... cit.*, pp. 224-250.

⁵⁹ Cf. James White; David Klein, *Family theories*, London, Sage Publications, 2002, p. 90.

outro. Nas décadas seguintes alguns autores começaram a abandonar o conceito de ciclo de vida familiar, preterindo-o por outro mais orientado para o percurso de vida familiar. Sugeriu-se então que esta tinha subjacentes vários percursos, tantos quantos os seus membros⁶⁰. Ultrapassando esta visão algo determinista, Tamara Hareven focou a sua atenção essencialmente na construção cultural dos percursos de vida, que influencia incisivamente as etapas de transição como, por exemplo, a perceção da idade ideal do casamento ou da partida do lar⁶¹.

Ainda que esta utensilagem teórica dos percursos de vida não tenha tido grande difusão entre os historiadores da demografia e da pobreza, que preferiram o conceito de “ciclos de vida”, na nossa opinião a noção de “percursos de vida” é provavelmente a que mais se aproxima da realidade, talvez porque apresente de forma mais clara um processo não tão marcado pelos fatores biológicos, como o nascimento dos filhos ou o

⁶⁰ Recentemente Karl Mayer sintetizou de forma magistral o significado de *life course*, que adequa teoricamente tanto ao grupo familiar quanto aos indivíduos que o compõem. Para este autor, o percurso de vida refere-se a uma sequência de atividades, estados e eventos em variados domínios da vida desde o nascimento até à morte. Percursos que, embora perspetivados num enquadramento contemporâneo, são modelados, segundo Mayer, pelas instituições que contêm em si subsistemas. Assim, o sistema educacional definirá e regulará as carreiras; as leis laborais definirão quem está empregado e desempregado; a estrutura ocupacional organiza as carreiras; o mercado de trabalho estabelecerá a forma de entrada no mercado de trabalho e a mudança de carreiras. As normas familiares e as leis determinam o estado civil. Finalmente, a organização espacial das sociedades determinará a interação entre o papel das famílias e as formas das trajetórias dos agregados familiares, bem assim como a mobilidade residencial, as mudanças nos agregados familiares e a migração Cf. Karl Mayer, “Whose lives? How History, societies, and institutions define and shape life courses”, *Research in human development*, 1 (3), 2004, pp. 161-187.

⁶¹ Interessante, também, no trabalho de Tamara Hareven é a centralidade das tensões e contradições entre as estratégias individuais e familiares, assim como entre o comportamento individual e as normas sociais. Cf. Tamara Hareven, “Le jeu de la norme et de la subjectivité dans étapes de la vie : la construction sociale et culturelle des parcours de vie et son evolution au XXe siècle ”, *De l’usage des seuils, structures par âges et âges de la vie* (A. Bideau, P. Bourdelais, J. Légaré eds.), Paris, Cahier de la Société de Démographie Historique, 2001, pp. 271-288.

envelhecimento, mas mais construído, quer pelas instituições sociais, quer pelo indivíduo quando interage com elas⁶².

2 – Percursos de vida e estrutura familiar

A questão principal que ocupa este ponto é a de saber se a estrutura familiar influenciou o momento em que os dois grupos sociais entraram na assistência. Ainda que já tenhamos afluído este tema quando abordámos as estratégias de coabitação é agora importante definir um pouco mais o significado de família e os termos da sua dimensão.

Sinteticamente, em termos jurídicos e não só, nos séculos XVII e XVIII a noção de família tinha múltiplos significados, abrangendo tanto laços sanguíneos ascendentes, descendentes ou colaterais, quanto relações de dependência laboral. Família podia significar, assim, criados e escravos, incluindo todas as pessoas que viviam debaixo do mesmo teto ou, como Rafael Bluteau escrevia, “as pessoas de que se compõem uma casa, pais, filhos e domésticos”⁶³.

⁶² Ideia que colhemos de Karl Mayer, que lança a questão sobre a passividade ou atividade do indivíduo na hora de modelar o seu percurso de vida. Os sociólogos tendem a dividir-se quanto a isto, mas, no cômputo geral, aceitam mais a seleção que a escolha, ou seja, que o indivíduo é mais passivo. Em sociedade, as instituições deixam as avenidas abertas, por onde os indivíduos caminham. O mesmo é dizer, em contextos institucionais os indivíduos são mais frequentemente escolhidos do que autores das próprias escolhas. Cf. Karl Mayer, “Whose lives... cit.” p. 165. Este conceito de modelação dos percursos de vida baseada na interação entre indivíduos, grupos, instituições, legislação e normas sociais é de facto uma das ideias base defendidas por Glen H. Elder em “The life course as developmental theory”, *Child development*, vol. 69, nº 1, 1998, pp. 1-12.

⁶³ Raphael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino [...]*, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, p. 28. Sobre o assunto, veja-se o referido por Nuno Gonçalo Monteiro, “Sistemas familiares”, *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Estampa, pp. 250-251.

Subjacente a qualquer formulação de família estavam os comportamentos demográficos, cuja análise, como antes referimos, está longe de ser pacífica. Em 1965, John Hajnal⁶⁴ caracterizava a Europa a ocidente da Rússia como detentora de um comportamento demográfico marcado pelo casamento tardio, em ambos os sexos, e por altas taxas de celibato. Na mesma linha de Hajnal, os trabalhos liderados por Peter Laslett⁶⁵, nas décadas de setenta e oitenta do século XX, contrapunham um norte caracterizado pelo casamento tardio e por regras neolocais⁶⁶ de formação dos agregados – enfim a família nuclear –, a um sul caracterizado pelo casamento mais precoce e pela tendência dos novos casais permanecerem no agregado familiar dos pais, juntamente com outros casais com relações de parentesco, constituindo a família alargada. Todavia, autores como Pier Paolo Viazzo recusaram-se a aceitar uma clivagem norte/sul tão acentuada, afirmando a divergência de formações familiares mesmo nos países do sul, onde predominariam formações familiares simples no sul de Itália e Espanha⁶⁷.

Qual seria o tipo de estrutura familiar em Évora? Complexa, como sugeriam Laslett e Ahjnal, ou simples, como a formulou Viazzo? A escassez dos estudos locais e regionais neste campo não permite conhecer o padrão de comportamento demográfico dominante. Todavia, Robert Rowland opõe o norte, caracterizado pela família alargada, onde cada novo

⁶⁴ Cf. John Hajnal, “European marriage patterns in perspective”, *Population in History* (D. Glass & D. Eversley (eds.), Arnold, London, 1965, pp. 101-143. E ainda, Idem, “Two kinds of pre industrial household formation system” *Family forms in historic Europe*, (Richard Wall & Peter Laslett (ed.s), Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 65-104.

⁶⁵ Cf. Peter Laslett, “Characteristics of the western family considered over time”, *Journal of Family History*, 2, 1977, pp. 89-115.

⁶⁶ Significando que cada casamento supunha o estabelecimento de um agregado familiar.

⁶⁷ Cf. Pier Paolo Viazzo, “Family structures and the early phase in the individual life cycle: a southern European perspective”, *Poor women and children... cit.*, p. 33.

casal se inseriria no agregado paterno, ao sul, onde a estrutura familiar predominante seria a nuclear⁶⁸. São vários os indicadores que nos levam a aceitar a proposta de Robert Rowland. Em Évora, como em muitas outras localidades, a ausência dos róis de confessados não permite estabelecer padrões que dêem uma visão de conjunto da organização familiar da cidade⁶⁹. Só pelo cruzamento das fontes disponíveis, isto é, assistenciais, paroquiais, notariais e fiscais, conseguimos recuperar a estrutura de algumas das famílias assistidas institucionalmente, e chegar ao padrão identificado por Robert Rowland: famílias nucleares, constituídas por um casal e os filhos. Mas a elas devem juntar-se, contudo, a diversidade de formas de coabitação, no apoio à velhice, doença dos pais ou de outros parentes mais diretos⁷⁰.

A este respeito, o exemplo da família Estrada⁷¹ foi dos mais elucidativos que encontramos. Importa dizer que conseguimos acompanhar a formação dos seus núcleos familiares de uma forma vertical ao longo de três gerações, mas também de forma horizontal, dentro da mesma geração. A avaliar pelas informações recolhidas, a cada casal correspondeu um novo

⁶⁸ Apesar de utilizar referenciais cronológicos diferenciados, como os róis de confessados de Moncarapacho (1545), Quelfes (1835) no Algarve. Santa Luzia e Ficalho no Alentejo em 1721 e 1839. Bilhó (1760), Montaria (1827) e Âncora (1827), os números a que chegou são claros na separação demográfica do país. No Alentejo e Algarve a estrutura familiar simples superou sempre os 70%, alcançando praticamente os 90% em Ficalho na primeira metade do século XIX. Já no Minho a percentagem dos agregados simples pouco ultrapassaram os 50%. Cf. Robert Rowland, “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questão para uma investigação comparada”, *Ler História*, 3, 1984, pp. 22-24.

⁶⁹ Numa análise exploratória aos dados dos róis de confessados de Alhos Vedros, pode dizer-se que a estrutura familiar simples também seria predominante naquela localidade ao longo do século XVIII. Cf. João Cosme, *Os róis de confessados de Alhos Vedros (1772/1796)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006.

⁷⁰ Veja-se o que referimos acima sobre as estratégias de coabitação no 2 do capítulo II desta parte.

⁷¹ Para melhor seguimento das relações familiares adiante referidas consulte-se a árvore genealógica da família no anexo XXXIV da alínea B dos anexos.

agregado familiar. Desconhecendo a morada do patriarca e da matriarca da família – Tomás de Estrada y Zuniga y Seña e Ana Rodrigues Galego – sabemos que as suas duas filhas, D. Maria de Zuniga Estrada e D. Catarina de Zuniga Estrada, casadas, respetivamente, com António Vidigal Salgado e Alexandre Pinto de Mira, constituíram o seu próprio agregado familiar, a primeira residindo na Rua de Alconchel⁷², a segunda na Rua da Carreira do Menino Jesus⁷³, ambas em Évora. O mesmo sucederia na terceira geração dos Estradas. Catarina Vidigal de Estrada, casada com António Madeira de Sousa, morava numas casas da Rua de Avis⁷⁴, enquanto a sua irmã, mulher de Francisco Madeira de Sousa, vivia perto, no terreiro dessa mesma rua. E o irmão de ambas, João Vidigal Salgado de Estrada, residia na zona da mouraria⁷⁵.

Naturalmente que a estrutura e a dimensão da família se influenciam mutuamente. Por isso, no contexto dos dois grupos sociais em estudo, importa saber qual a dimensão que tinha cada grupo doméstico. Isto, tendo em consideração que quando detetámos nas fontes esquemas de coabitação com familiares diretos, os contabilizamos como elementos do agregado familiar. Em momento algum deixámos de ter presente a noção da volatilidade da composição dos agregados familiares ao longo do seu do percurso de vida⁷⁶.

⁷² Que verificámos em várias escrituras ante notário. A título de exemplo consulte-se, ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 899, fls. 17-18v. Idem, *ibidem*, 1º nº 912, fls. 97v-98v

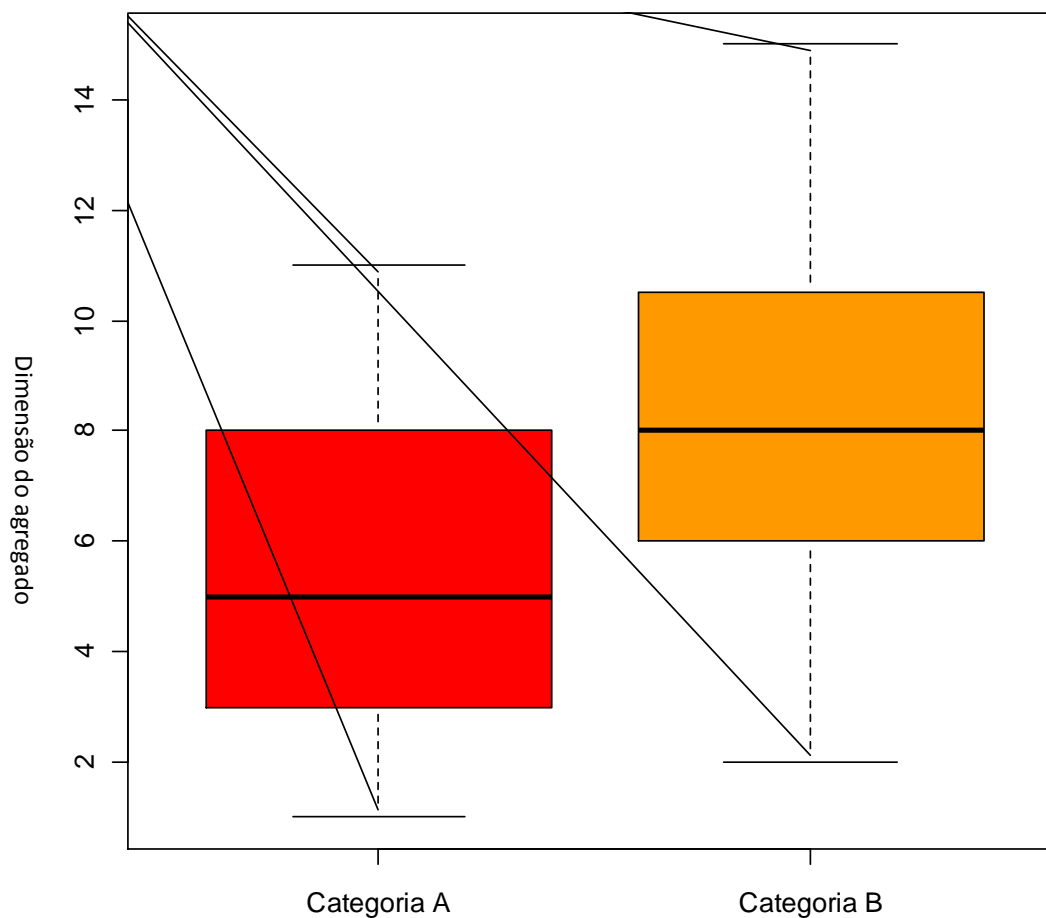
⁷³ Podendo encontrar-se prova da sua morada em diversos atos notariais que ela e o marido fizeram. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 765, fls. 126v-129; Idem, *ibidem*, 1º nº 1059, fls. 73-74. Idem, *ibidem*, 1º nº 1060, fls. 93-94. Idem, *ibidem*, 1º nº 1065, fls. 5-6.

⁷⁴ Cf. ADE, ACME, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º nº 511.

⁷⁵ Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 144, fls. 115-116.

⁷⁶ Procedimento que pretende evitar as críticas de construção administrativa do agregado familiar baseada exclusivamente nos censos populacionais, uma observação que se tem feito à abordagem de Peter Laslett, sobretudo porque não é fácil discernir a diferença entre as listas dos censos populacionais e a realidade

Gráfico nº 2 – Dimensão do agregado familiar



social. Como bem refere Patrice Bourdelais, por vezes irmãos casados aparecem em diferentes agregados familiares, sendo um só. Por outro lado, utilizar apenas um tipo de fontes conduz a uma observação estática da composição familiar. Isto é, ao longo do tempo, consoante o ciclo de vida da família, a sua dimensão flutua. O que em determinado período pode ser um agregado constituído pelo casal e filhos poderá passados anos ser um grupo doméstico constituído por pais, filhos solteiros, e avós. Cf. Patrice Bourdelais, “The renaissance of the historical demography, historical demography as a scientific phoenix”, *Befolkningshistoriska perspektiv*, Umeå, Umeå Universitet, 2004, p. 24.

Quadro nº 3 – Medidas estatísticas da dimensão do agregado

	Categoria A	Categoria B
n	65	51
Média	5.4	8.2
Mediana	5.0	8.0
Q1	3.0	6.0
Q2	7.8	10.5
Desvio Padrão	2.8	3.0
Coefficiente Variação	52%	37%
Máximo	11	15
Mínimo	1	2
Assimetria	0.4	0.3
Achatamento	-1.0	-0.6

Numa perspetiva geral, o gráfico nº 2 fornece uma imagem comparativa muito esclarecedora da composição familiar de cada grupo. As diferenças ao nível da dimensão são evidentes, a começar pelo posicionamento da mediana em cada uma das caixas centrais. O que significa, por outras palavras, que, em termos medianos, as famílias da categoria A foram constituídas por 5 pessoas e as da categoria B por 8 pessoas. Como o quadro nº 3 demonstra, não estando muito desfasada da mediana, a média é um pouco superior, o que por si só indica uma muito ligeira assimetria, que confirma a do quadro anterior. O mesmo é dizer que a mesma proporção de dados praticamente se encontra distribuída em ambos os conjuntos antes e depois da mediana. Todavia, verifica-se que a categoria B apresenta uma maior variabilidade dos dados que a categoria A, visível sobretudo pelo alongamento dos bigodes da caixa, mas também pelo coeficiente de variação, que não sendo excessivo (57%) é significativo, e superior ao verificado no conjunto das famílias da categoria A (37%).

Sem surpresas, constata-se que a dimensão do agregado familiar está intimamente associada ao número de filhos. Pela análise do gráfico nº 3 e do quadro nº 4, tendo em conta as respetivas medidas estatísticas, verifica-se que as famílias inseridas na categoria B tiveram mais filhos, em média

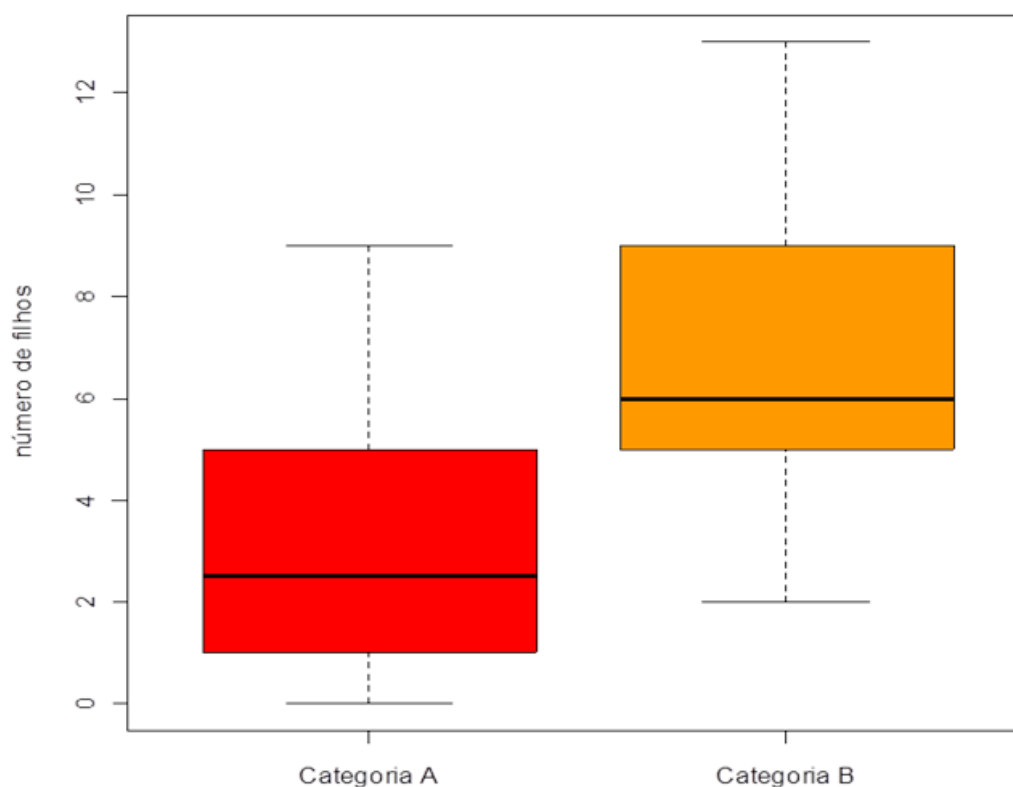
6,8, enquanto as famílias da categoria A tiveram, em média, 3 filhos⁷⁷. Nota-se também que em mais de 50% dos casos da categoria B, o número de filhos foi igual ou superior a 6, o que produz o efeito gráfico de uma assimetria positiva na distribuição dos dados. Também positiva, mas muito mais ligeira, foi a assimetria verificada na categoria onde a distribuição é praticamente simétrica, ou seja, a mediana, 2,5 filhos por casal, é a linha divisória da distribuição que tem acima e abaixo praticamente o mesmo número de casos. O que não significa que não tivesse havido variação no número de filhos por cada casal nesta categoria A. Pelo contrário, devido ao facto de a maior parte das famílias apresentar entre 1 e 5 filhos, como se pode constatar pela observação da caixa central do gráfico nº 3, o intervalo entre os valores mais baixos e os mais elevados fez disparar o coeficiente de variação, que se situa muito perto dos 90%, o que corresponde a uma percentagem superior em mais do dobro da verificada nas famílias da categoria B.

⁷⁷ De resto, são números um pouco inferiores aos verificados em Guimarães na segunda metade do século XVIII, que foi de 4,5 e 4,6 filhos por casal na zona rural e urbana respetivamente. No entanto, foram superiores aos apurados por Anabela Godinho (2,6 filhos por casal) em Selmes (no Alentejo) no mesmo período. Cf. Norberta Amorim, “Abordagem demográfica em História da família... cit.”, p. 69. Anabela Godinho, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do baixo Alentejo: Selmes (sécs. XVIII-XIX)*, ISCTE, (dissertação de mestrado policopiada), 1999, cit. in Norberta Amorim, Idem, *ibidem*, p. 69.

Quadro nº 4 – Medidas estatísticas da do número de filhos

	Categoria A	Categoria B
n	65	51
Média	3.0	6.8
Mediana	2.5	6.0
Q1	1.0	5.0
Q2	5.0	9.0
Desvio Padrão	2.7	2.8
Coeficiente Variação	88%	41%
Máximo	9	13
Mínimo	0	2
Assimetria	0.7	0.3
Achatamento	-0.6	-0.6

Gráfico nº 3 – Número de filhos por agregado



A descrição apresentada ganha outros contornos quando aplicada aos objetivos deste estudo uma vez que nos fornece uma dimensão abstrata da dimensão familiar e do número de filhos. Importante também é questionar a influência do número dos filhos e da dimensão da família na entrada

destes grupos na assistência formal providenciada em Évora. Terão predominado os grupos domésticos simples, como referido? Se sim, que influência tiveram as variações nas variáveis indicadas? Verificaram-se comportamentos diferenciados nos dois grupos em análise? Em que momento do percurso familiar e individual ambos os grupos recorreram à assistência? Para os autores que defendem a *nuclear family hardship*⁷⁸, os sistemas familiares mais complexos estariam melhor preparados, em termos de ajuda informal, para assistir os seus membros que as estruturas familiares simples. Parece-nos, no entanto, que este tipo de análise deve ir além do simples estudo de determinados pontos do percurso de vida familiar e individual, como parece ter sido o realizado por Peter Laslett em relação à última fase da vida dos indivíduos⁷⁹. Ficou claro pelo exposto atrás no capítulo III da parte IV, que há que ter em conta todo um universo de estratégias a que os “pobres” poderiam recorrer. Este estudo também nos mostrou que é necessário ter presente vários pontos de referência no percurso de vida e não centrar a análise exclusivamente na velhice.

Para verificarmos a validade dos nossos pressupostos estabelecemos três pontos críticos no percurso individual e familiar como possíveis modelos explicativos da entrada destes indivíduos na pobreza: o casamento, o nascimento do primeiro filho e a morte. Para isso calculámos três coeficientes, com uma base de contagem anual: coeficiente 1 – o espaço de tempo entre a data do casamento e o primeiro registo na assistência; coeficiente 2 – a diferença entre a data de nascimento do primeiro filho e a do primeiro registo na assistência; e o coeficiente 3 – o

⁷⁸ Teoria desenvolvida por Peter Laslett em “Family, kinship and collectivity as systems of support in pre-industrial Europe: a consideration of the ‘nuclear-hardship’ hypothesis”, *Continuity and change*, 3 (2), 1988, pp. 153-175.

⁷⁹ Uma ideia defendida por Thomas Sokoll em “The household position of elderly widows in poverty... cit.”, pp. 207-223.

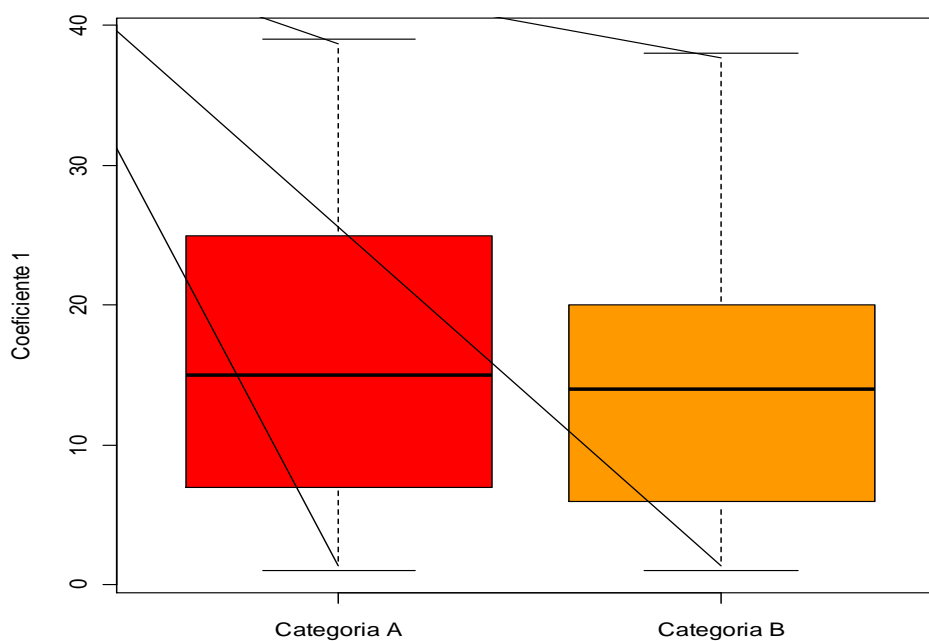
período de tempo entre a data da morte e a do primeiro registo assistencial⁸⁰.

⁸⁰ Convém referir no entanto que, por falta de elementos demográficos relativos ao casamento, morte, bem como nascimento de filhos, não foi possível fazer os cálculos para alguns dos indivíduos. Com efeito, na categoria A apenas foi possível estabelecer todos os coeficientes para nove pessoas, enquanto na categoria B foram onze as pessoas com informações sobre os três momentos. O que não significa que não tenham uma das três informações, como se pode ver no universo considerado nos quadros nº 5, nº 6 e nº 7, o que nos permite traçar alguns padrões, confirmados nos gráficos seguintes.

Quadro nº 5 – Coeficiente 1

	Categoria B	Categoria A
n	51	65
Média	13.7	17.2
Mediana	14.0	15.0
Q1	6.0	7.0
Q2	20.0	25.0
Desvio Padrão	9.8	11.8
Coeficiente Variação	72%	69%
Máximo	38	39
Mínimo	1	1
Assimetria	0.6	0.3
Achatamento	-0.5	-1.1

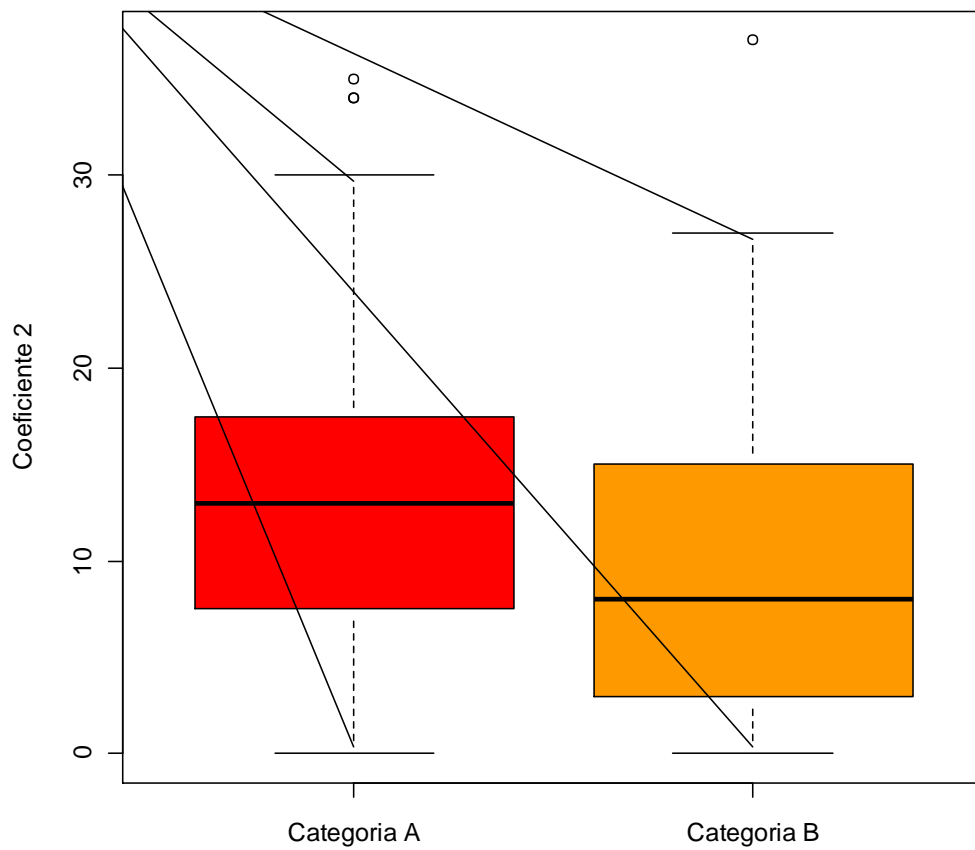
Gráfico nº 4 – Coeficiente 1



Quadro nº 6 – Medidas estatísticas do coeficiente 2

	Categoria B	Categoria A
n	51	65
Média	10.8	14.4
Mediana	8.0	13.0
Q1	3.0	7.5
Q2	15.0	17.5
Desvio Padrão	9.2	10.7
Coefficiente Variação	85%	74%
Máximo	37	35
Mínimo	0	0
Assimetria	0.9	0.6
Achatamento	0.2	-0.7

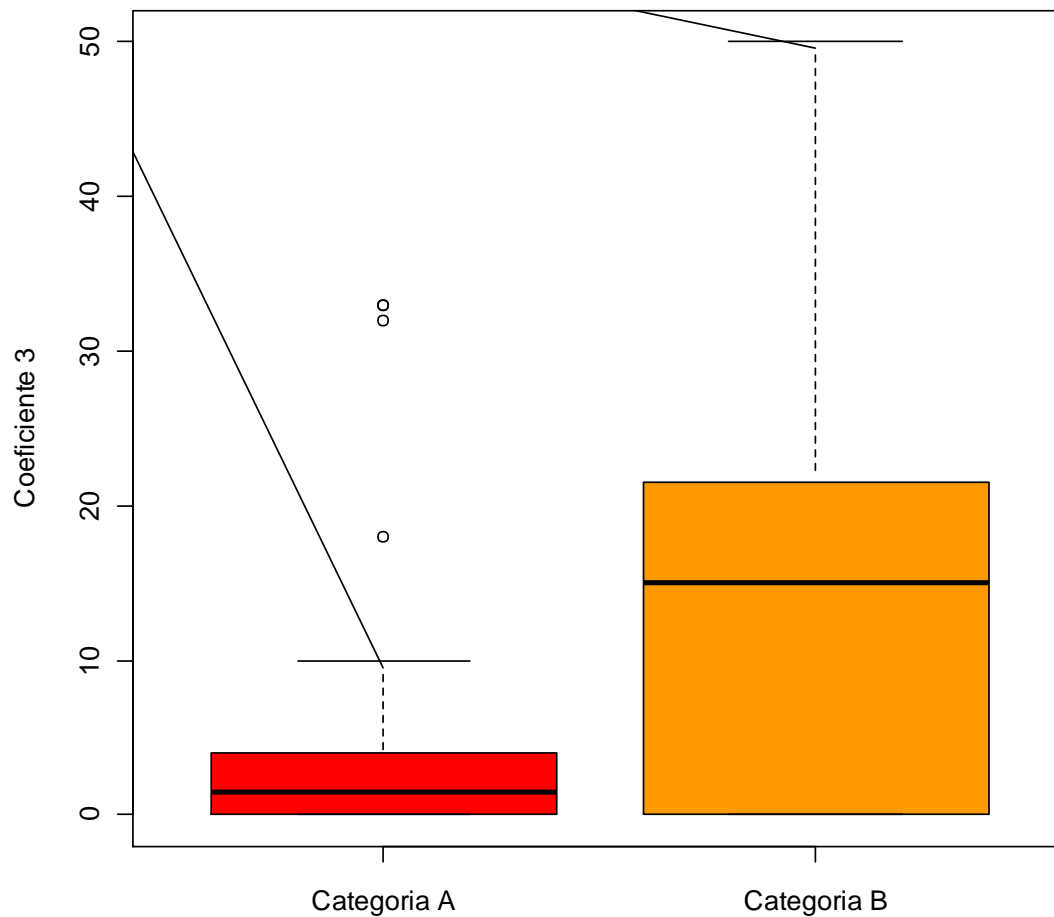
Gráfico nº 5 – coeficiente 2



Quadro nº 7 – Medidas estatísticas do coeficiente 3

	Categoria B	Categoria A
n	51	65
Média	13.4	5.3
Mediana	15.0	1.5
Q1	0.0	0
Q2	20.8	3.5
Desvio Padrão	14.6	9.7
Coefficiente Variação	109%	183%
Máximo	50	33
Mínimo	0	0
Assimetria	0.8	2.1
Achatamento	-0.1	3.0

Gráfico nº 6 – Medidas estatísticas da dimensão do agregado



Uma primeira análise conjunta aos três gráficos anteriores, e respetivos quadros estatísticos, permite uma perspetiva das diferenças dos pontos críticos que determinaram o recurso à assistência por parte de cada grupo social. É certo que, pela diversidade de situações, as variações entre os dois nunca foram colossais, mas ainda assim foram significativas. Constata-se, assim, que os indivíduos pertencentes à categoria social mais baixa demonstraram maior vulnerabilidade face à pobreza, exposta pela entrada na assistência logo nos primeiros anos da vida conjugal (aqui representados pelo coeficiente 1 e coeficiente 2⁸¹) já que se nota uma grande proximidade, em anos, entre o recurso à assistência e estes dois pontos de referência demográficos. Em sentido oposto, em termos estatísticos, para os elementos da elite local a última fase da vida parece ter sido o período de maior vulnerabilidade, uma vez que, na maioria dos casos, o primeiro registo destes indivíduos nas fontes assistenciais verificou-se poucos anos antes da morte.

Porém, as particularidades exigem uma observação mais atenta a cada um dos coeficientes. Começando pelo coeficiente 1, deve assinalar-se que na categoria A cada indivíduo recorreu à assistência formal em média 17,2 anos após o seu casamento, enquanto para as pessoas da categoria B, a média situou-se nos 13,7 anos. Contudo, ambas as distribuições são caracterizadas por serem praticamente simétricas. Como se pode verificar no quadro nº 5, os valores da assimetria, sendo positivos, estão muito próximos de 0. O que significa que, no universo observado, os casos estão distribuídos praticamente à razão de 50% acima e abaixo dos 14 e dos 15 anos – os valores das medianas respetivamente da categoria B e A. Por

⁸¹ Poder-se-á questionar a utilidade da consideração de dois pontos de referência como eram as datas de casamento e as do nascimento do primeiro filho, cujo espaço de tempo normal se situava entre o ano e os dois anos, após o matrimónio. Todavia, esta coexistência justifica-se pelas lacunas existentes na informação, podendo a existência de um colmatar a falta do outro.

outro lado, um dos elementos que atesta a existência de muitas especificidades dentro destes grupos é a grande variabilidade dos dados, verificável pela diferença entre os máximos e os mínimos mas também na dimensão alongada das caixas que constituem os valores centrais e no prolongamento dos bigodes. Variabilidade igualmente confirmada pelo coeficiente de variação que, nos dois casos, excedeu em muito os 50%.

No que se refere à diferença entre o nascimento do primeiro filho e o primeiro registo na assistência – o coeficiente 2 –, mencionámos antes que os resultados da categoria B apontam para um rácio menor quando comparados com os da categoria A. As medidas centrais, presentes no gráfico nº 5, sustentam essa conclusão – refira-se que a média de anos passados entre um momento e outro foi de 14,4 na categoria A e a mediana de 13 –, enquanto na categoria B a relação é de 10,8 (a média) e 8 (a mediana). Deve ser sublinhado, no entanto, que, em ambas as situações, o facto de a assimetria ser ligeiramente positiva significa que em pouco mais de 50% dos casos o intervalo entre o nascimento do primeiro filho e a entrada na assistência se situou acima dos valores medianos. Contudo, a dispersão dos dados continua a ser a nota dominante – categoria A 74%, e categoria B 85% –, resultante, também, da existência de vários valores extremos, sempre positivos. Na categoria A foram considerados aberrantes no contexto da distribuição os 35 anos decorridos entre o nascimento do primeiro filho e o provimento de assistência formal a António Vidigal e os 34 anos verificados nos casos de Inácio Rebelo da Guerra e de Catarina de Zuniga Estrada. Na categoria B apenas a situação de Teodósia da Luz foi considerada extrema, uma vez que passaram 37 anos entre os dois momentos.

No que se refere ao coeficiente 3, apesar da conclusão anterior de que no grupo A a idade avançada tinha sido um fator decisivo de

empobrecimento e conseqüente procura de assistência, é importante alertar para o facto de ela ter tido por base um reduzido número de pessoas, devido às lacunas documentais, o que limita os termos da comparação.

Uma análise mais cuidada ao gráfico nº 6 e ao quadro nº 7 revela uma forte concentração dos resultados da categoria A em redor da mediana, localizada num valor muito baixo. O mesmo é dizer que, em termos medianos, os indivíduos da elite local recorreram à assistência formal 1,5 anos antes da morte, apesar da média se elevar para os 5,3 anos. Tal concentração da maioria dos casos em redor de valores tão baixos não significa ausência de valores superiores, que no gráfico se representam como extremos. São esses valores dispersos que conferem à distribuição deste grupo uma dispersão extremamente elevada: 183%, correspondente aos resultados obtidos para Maria Cid Micial, mulher de Diogo de Gongora Tovar (18 anos), Catarina Vidigal de Estrada (32 anos), o marido, António Madeira de Sousa (33 anos), e Gregório Pestana e Pina, também 33 anos.

Em relação à categoria B, o desenho da caixa central dos seus dados indicaria uma distribuição assimétrica negativa, o mesmo é dizer que mais de 50% dos casos verificados o tinham sido abaixo do valor da mediana – 13,4 anos. Todavia, pelo contrário, a assimetria é positiva em 0,8, em grande medida devido à enorme dispersão das ocorrências por praticamente toda a área do gráfico, o que, aliás, encontra expressão gráfica no prolongamento do bigode superior. Contudo, no caso desta última categoria, não sendo mais elevado que no caso da categoria A, o coeficiente de variação – 109% – confirma a enorme variabilidade dos dados.

3 – A estrutura agregada da pobreza

Com a base estatística acima apresentada foi possível desenhar padrões de comportamento nos grupos assentes na dimensão familiar e estruturados em pontos de referência biológicos. Porém, devem ser consideradas outras variáveis no percurso de vida individual e familiar destes pobres, por serem informativas sobre a altura em que recorreram à assistência formal: os momentos de transição. São eles que permitem entender a vulnerabilidade face à pobreza, um elemento determinante para a entrada nestes circuitos. Se o momento da constituição de um novo núcleo familiar e os seus primeiros anos de vida foram possíveis circunstâncias de fragilidade económica, a desestruturação do núcleo familiar por morte da cabeça de casal foi, sem dúvida, o elemento que teve maior peso. Uma das formas de analisar esse estágio do percurso de vida destes dois grupos é identificar a situação civil dos seus membros.

Quadro nº 8 – Medidas estatísticas da dimensão do agregado

Categoria A	Solteiro		Casado		Viúvo		n=65	
Feminino	10	(15,3%)	4	(6,1%)	24	(36,9%)	38	(58,4%)
Masculino	5	(7,6%)	23	(35,3%)	1	(1,5%)	29	(44,6%)
Categoria B	Solteiro		Casado		Viúvo		n=51	
Feminino	9	(17,6%)	14	(27,4%)	14	(27,4%)	37	(72,5%)
Masculino	—		14	(27,4%)	—		14	(27,5%)

É um lugar comum afirmar que as mulheres eram mais vulneráveis à pobreza e, por isso, dominantes enquanto recetoras de recursos assistenciais. Confirmámo-lo para Évora quando avaliámos a assistência

domiciliária⁸² – 58,4% na categoria A e 72,5% na categoria B. No entanto, a questão tem mais complexidade se estivermos dispostos a introduzir novos elementos de análise. Por exemplo, quando avaliamos o desequilíbrio entre sexos a situação acentua-se: é muito mais pronunciado na categoria B – 27,5% de homens, para 72,5% de mulheres – que na categoria A – 58,4% de mulheres e 44,6% de homens. O aspeto mais singular nestes casos encontra-se na igual proporção de utentes casadas e viúvas encontradas na categoria B. A mesma percentagem, diga-se, de homens casados assistidos, sendo este o único estado civil registado.

Em termos práticos, por detrás destas percentagens estiveram 14 mulheres que receberam assistência sendo casadas e outras tantas sendo viúvas. Enfim, duas causas distintas de entrada na assistência: a das mulheres casadas, provavelmente derivada à necessidade de criar os filhos, e a das viúvas, pela desestruturação do agregado familiar decorrente da incapacidade ou morte do chefe da família. Contudo, a reconstrução nominal dos percursos destes pobres permite ir ainda mais longe demonstrando, revelando um multivariado feixe de outras questões.

No caso específico da análise à situação civil dos pobres assistidos foi possível verificar uma linha de continuidade na assistência, apesar da alteração da situação familiar. Com efeito, das 14 mulheres identificadas como sendo casadas e assistidas na categoria B, metade permaneceu nas listas das assistidas quando se tornou viúvas, um dado a que só chegámos porque acompanhámos os seus percursos de vida. Não se trata de uma novidade em termos europeus, tendo Steve Hindle encontrado situação semelhante em Odiham (Estado de Hampshire) nos finais do século XVII,

⁸² Veja-se o que referimos no ponto 5 do capítulo I da parte III.

onde das 54 viúvas auxiliadas, 38 já o eram antes da morte do marido⁸³. Agora podemos afirmar que o mesmo se passou em Évora.

No fundo, a estatística devolve-nos padrões e tendências centrais que, apesar de relevantes, são abstratos e tendem a desvalorizar as particularidades. Isto para dizer que a entrada e a permanência na assistência foram, no Antigo Regime, processos em construção e os determinantes populacionais são importantes, eles devem ser entendidos como uma das variáveis conducentes à pobreza, mas não o único. Repetindo, os dados apresentados revelaram que o número de filhos foi fulcral para a entrada na assistência do grupo de mais baixa condição, enquanto para o grupo social de elite esse papel foi desempenhado pela velhice. No entanto, a relação entre pobreza e dimensão da família não é simples nem pode ser tomada acriticamente já que depende de variáveis como a idade, sexo dos filhos e expectativas sobre o seu futuro⁸⁴. Tendo em atenção que medidas como a média são sensíveis aos valores extremos e de não utilizarmos uma média ponderada, tem uma leitura própria o facto de as médias de idades dos filhos destas famílias no momento da entrada dos pais na assistência transmitirem essa diferença – de 14,8 anos para a categoria A e 11,3 anos para a categoria B. Ou seja, se em ambos os casos a existência de filhos foi determinante, foi-o em diferentes alturas do percurso de vida, como vimos. O que nos leva a concluir que, se para a categoria B o problema se punha com a criação dos filhos, na categoria A ele colocava-se na altura do seu casamento. Concentremo-nos, mais uma vez, na família Estrada que constituiu um caso exemplar a este propósito⁸⁵.

⁸³ Cf. Steve Hindle, *On the parish?... cit.*, p. 274).

⁸⁴ Essa é também a conclusão de Jona Schellekens, fundamentada empiricamente nos dados relativos a Gilze e e Rijen ao longo do século XVIII Cf. Jona Schellekens “Poverty and family size in two eighteenth-century Dutch villages... cit.”, p. 209.

⁸⁵ Confira-se a árvore genealógica no anexo XXXIV da alínea B dos anexos.

Em Abril de 1707, António Vidigal Salgado e a sua mulher Maria de Zuniga Estrada dotaram o seu filho, Manuel Vidigal Salgado de Estrada – à época estudante na Universidade de Évora –, para a obtenção de ordens sacras do hábito de São Pedro. Deram-lhe a Herdade da Serralheira, situada nos coutos da cidade, e umas casas que possuíam na Rua de Alconchel, em Évora⁸⁶. Três anos depois, e já com 72 anos, António Vidigal Salgado começava a receber esmolas do legado do cónego Diogo Vieira Velho, situação que manteve, até morrer, em 1719⁸⁷. Em momento algum foi registado nas petições que era detentor de dois ofícios, o de escrivão do aqueduto da Água da Prata e o de inquiridor do Juízo do Geral de Évora, de que recebia as respetivas rendas. Possuía ainda um morgado, instituído pelo jesuíta Manuel Fialho, irmão do referido Manuel Vidigal Salgado⁸⁸. Em 1718, alegando ter 80 anos e muitos achaques, e ter servido 36 anos com satisfação, António Vidal Salgado renunciava aos dois ofícios e à administração do morgado, reservando, no entanto, o seu usufruto enquanto fosse vivo⁸⁹. Em Dezembro de 1722, era a vez do seu filho, João Vidigal Salgado, renunciar aos dois ofícios que recebera do pai (o de escrivão do aqueduto da Água da Prata e de inquiridor do Juízo Geral de Évora⁹⁰), trespassando-os para Francisco Gomes Correia com a justificação de que “se achava pobre e com um filho e duas filhas” e queria casar uma das

⁸⁶ Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º n.º 912, fls. 97v-98v. (Escritura de dote datada de 13 de Abril de 1707).

⁸⁷ Cf. Idem, *Paroquiais de Évora, óbitos de Santo Antão*, 1º n.º 53. (Óbito registado em 5 de Dezembro de 1719).

⁸⁸ Fica por esclarecer se este Manuel Fialho seria o mesmo que escreveu os 4 volumes da *Évora Ilustrada*.

⁸⁹ Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º n.º 1060, fls. 70-71v e 71v-72. (Escrituras datadas de 29 de Abril de 1718). Veja-se também a provisão régia dando faculdade de poder renunciar aos ofícios na pessoa do filho, em IAN/TT, *Registo geral de mercês de D. João V*, 1º n.º 9, fl. 444v. (Provisão datada de 24 de Março de 1718).

⁹⁰ Não sendo referida a quantia supostamente paga por Francisco Gomes Correia a troco da renúncia dos ofícios. Apesar de referida, nesta carta, a data da autorização régia, supostamente por alvará de 14 de Dezembro de 1722, não a encontramos registada nas chancelarias régias. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º n.º 1144, fls. 115-116. Escritura datada 4 de Fevereiro de 1732.

filhas, razão pela qual precisava de capital. Em 1723 obteria autorização régia para renunciar ao ofício de meirinho da Inquisição de Évora, embora não encontrássemos nos notariais a escritura que atestasse a renúncia e respetivo contributo financeiro⁹¹. A sua irmã, D. Ana Vidigal de Estrada, e o seu cunhado, o Dr. Francisco Madeira de Sousa, protagonizariam uma situação elucidativa das dificuldades que podiam supor “dar estado a um filho”. Sem capacidade para pagar na íntegra o dote de freira a sua filha, D. Margarida de Sousa de Estrada, para entrar no convento de Santa Catarina de Sena, em Évora, no valor de 600 000 réis, entregaram às freiras 400 000 réis, tomando o restante a juro à taxa de 5% ao ano, valor que se comprometiam a satisfazer até conseguirem pagar a totalidade do dote⁹². Dois anos mais tarde, o pai começava a receber 6 alqueires de trigo que saíam do legado do cónego Diogo Vieira Velho.

Os exemplos apresentados ilustram as diversas razões que podiam levar os dois grupos sociais até à assistência. Atente-se, ainda, que enquanto o legado do cónego Diogo Vieira Velho satisfazia os pedidos de ajuda das elites decorrentes das despesas inerentes ao casamento dos filhos ou colocação em conventos, a assistência domiciliária prestada pela Misericórdia de Évora era direcionada para o sustento dos filhos menores⁹³. Em suma, crianças, reprodução do estatuto social, dívidas, sequestro de bens, velhice ou doença incapacitantes para o desempenho de ofícios ou para o trabalho, foram as variáveis de empobrecimento que nos surgiram na documentação consultada. Refira-se, contudo, que nenhuma delas deve ser

⁹¹ Cf. IAN/TT, *Registo geral de mercês de D. João V*, 1º nº 14, fl. 288. (Carta datada de 16 de Janeiro de 1723).

⁹² Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 1065, fls. 35v-37v. (Escritura datada de 24 de Março de 1721).

⁹³ O único caso registado na categoria A foi o do capitão Álvaro da Fonseca Coutinho, provido com a criação de um filho em Maio de 1676, “por se lhe secar o leite à mãe”. A criação foi decidida pela Mesa da Misericórdia de Évora com um valor mensal de 400 réis. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 20, fl. 46. (Lembrança datada de 3 de Maio de 1667).

tomada isoladamente. Por outro lado, neste processo é necessário ter a noção da grande distância que podia existir entre os discursos de pobreza que fundamentaram os pedidos de esmola, quase sempre tendenciosos porque conhecedores da sensibilidade de quem a distribuía, e a verdadeira situação do suplicante. No entanto, recordando o que atrás se disse sobre os pedidos de ajuda ao Cabido, eram inúmeras as circunstâncias que podiam conduzir à pobreza, muitas vezes em interação.

4 – Experiências de pobreza

4.1 – Alguns percursos de vida

Independentemente das causas que conduziram à pobreza, os estudos que trabalham na reconstrução dos percursos individuais e familiares têm revelado que aquela não era, necessariamente, um estado permanente e não atingia todos os grupos vulneráveis ao mesmo tempo, nem com a mesma intensidade⁹⁴. Esta ideia, formulada por Steven King, vimo-la documentada no ponto anterior. O que nos importa agora é demonstrar que a maior parte dos assistidos teve contactos com a assistência muito circunscritos no tempo e pouco intensos em termos de ocorrências⁹⁵. Atente-se, no entanto, que os percursos de vida de seguida apresentados representaram apenas uma pequena parte do universo da pobreza em Évora nos séculos XVII e XVIII. Com este exercício pretende-se acompanhar várias pessoas numa perspetiva simultaneamente individual e familiar, verificar a intensidade do

⁹⁴ Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, p. 127.

⁹⁵ Veja-se os quadros nº 7 e nº 8 da parte III e o que se disse acerca da densidade da pobreza no ponto 1 do capítulo III dessa parte.

recurso à assistência e, sempre que possível, apresentar o conjunto de estratégias que utilizaram para sobreviver. Começamos pelos pobres agrupados na categoria B, concretamente por Maria Toscana.

Maria Toscana foi batizada na paróquia da Sé em 24 de Fevereiro de 1697⁹⁶. Dezasseis anos depois casou com o viúvo Gregório Dias⁹⁷ e dessa união nasceram José, Antónia, Manuel, António, Alberto e Vitorina⁹⁸. Tudo indica que Maria Toscana terá enviuvado em 1730 e foi nessa condição que recebeu da Misericórdia 200 réis⁹⁹ e um pão semanal para ajudar a criar um dos seis filhos, (cinco rapazes com 16, 14, 10, 7 e 5 anos, e Vitorina, com praticamente 2 anos). Sem que se saiba se o matrimónio encaixou nas suas estratégias de sobrevivência¹⁰⁰, Maria Toscana voltou a casar-se, logo em 1730, com Nicolau Rodrigues, natural de Loulé¹⁰¹. Porque a sua situação económica não se deve ter alterado, a Misericórdia manteve-a entre os assistidos, como se verifica nos gráficos nº 7 e nº 8, inclusivamente aumentando-lhe o estipêndio, com especial ênfase no ano de 1739, quando recebeu mais dinheiro por mais vezes. Depois disso verifica-se um

⁹⁶ Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos da Sé*, 1º nº 28.

⁹⁷ Idem, *ibidem, casamentos de Santo Antão*, 1º nº 43.

⁹⁸ Registados, respetivamente, em 24 de Março de 1714; 30 de Agosto de 1716; 15 de Dezembro de 1720; 21 de Junho de 1723; 18 de Dezembro de 1725 e 18 de Março de 1728. Cf. Idem, *Baptismos de Santo Antão*, 1ºs nº 22, 24 e 25; *baptismos da Sé*, 1ºs nº 32 e 33.

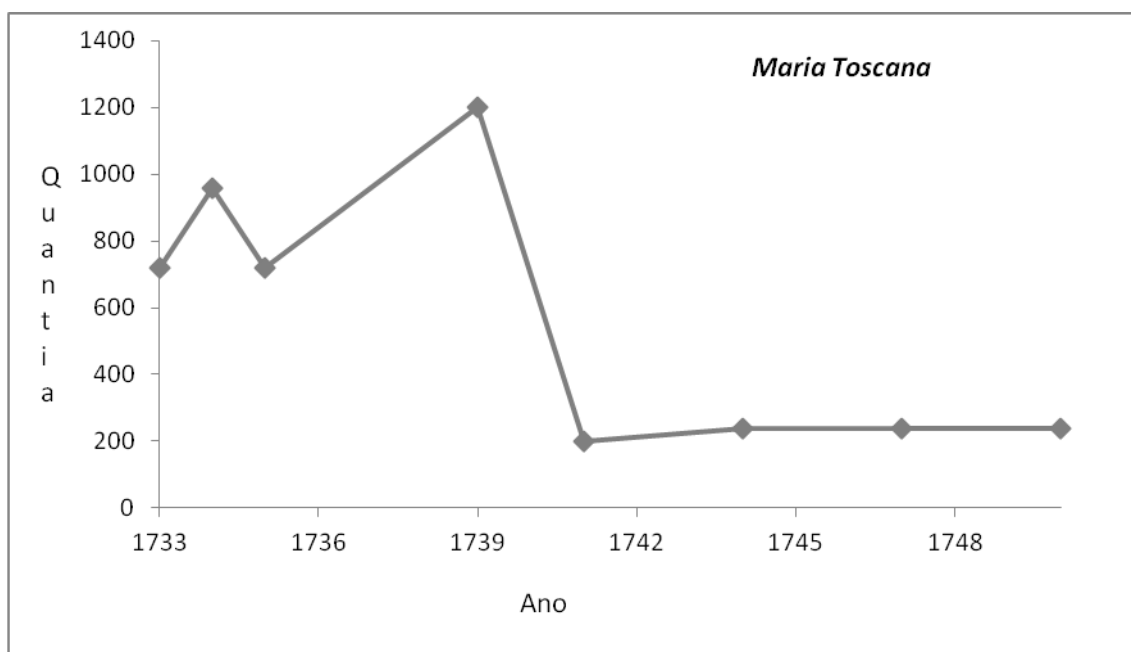
⁹⁹ Cf. ADE, ASCME, Lembranças, 1º nº 27, fl. 66. (Lembrança datada de 5 de Fevereiro de 1730). Idem, *ibidem*, fl. 76. (Lembrança datada de 13 de Setembro de 1730).

¹⁰⁰ De facto Richard Wall e John Henderson opõem o fardo que o casamento constituía para os homens e a estratégia de sobrevivência que poderia constituir para as mulheres, sobretudo para as viúvas com filhos pequenos. No entanto, também salientam a necessidade de dimensionar o papel das mulheres na economia e na sociedade, especificamente o das viúvas. Cf. John Henderson & Richard Wall, “Introduction”, *Poor women and children in European past... cit.*, p. 15. Uma perspetiva positiva da transição do estado civil que também é partilhada por Janine Marie Lanza, *From wives to widows... cit.*, pp. 121-152.

¹⁰¹ Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos da sé*, 1º nº 78. (Casamento datado de 28 de Outubro de 1730). Veja-se ainda a árvore genealógica, no anexo LXIV da alínea B dos anexos.

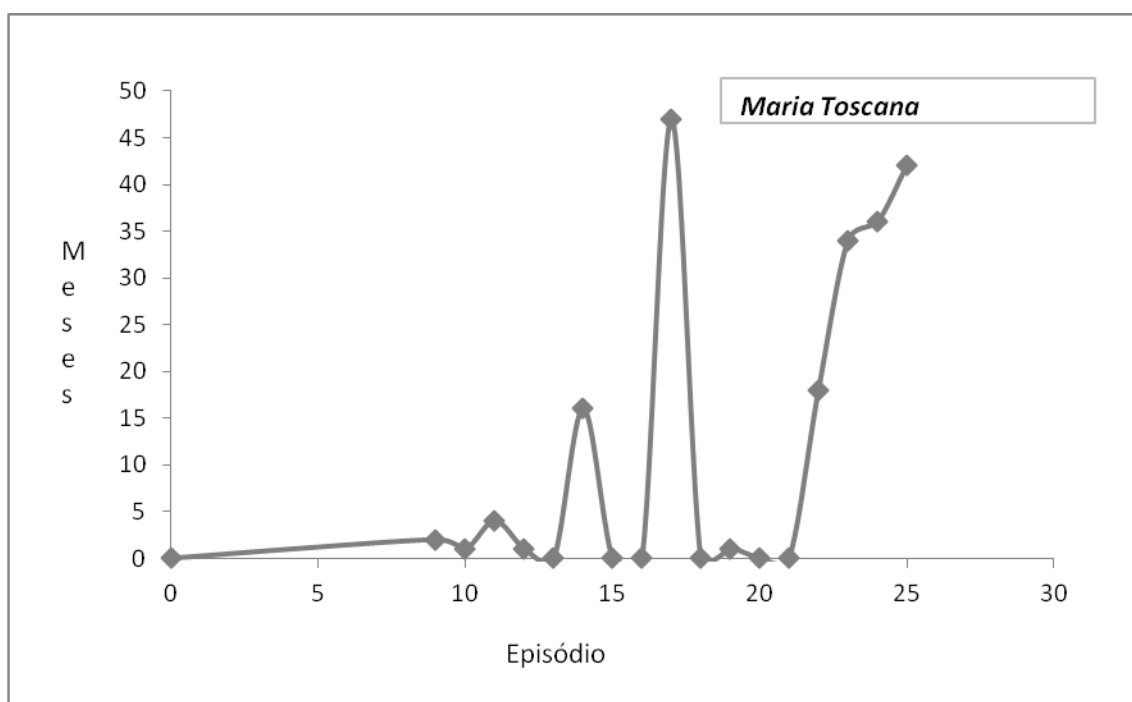
interregno de quatro anos no provimento de auxílio, que deve ter sido retomado devido ao nascimento de mais uma criança, de resto, a terceira do novo casamento: no final da década de 30 do século XVIII Maria Toscana contava com nove filhos¹⁰².

Gráfico nº 7 - Quantias recebidas por Maria Toscana (1733/1750)



¹⁰² Concretamente, Antónia, batizada em 15 de Agosto de 1733 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos da sé*, 1º nº 35); João, batizado em 15 de Março de 1735 (cf. Idem, *ibidem*); Joaquim, batizado em 25 de Outubro de 1737 (cf. Idem, 1º nº 36). Para além destes, em 23 de Maio de 1743 batizava ainda Margarida (cf. Idem, 1º nº 37).

Gráfico nº 8 - Meses decorridos entre episódios (Maria Toscana – 1733/1750)



A partir de 1739 a intensidade dos contactos com a assistência baixou consideravelmente, visível não só pelo espaço de tempo em meses decorrido entre episódios mas, sobretudo, pelas quantias recebidas¹⁰³. O último registo da assistência encontrámo-lo em 1750, o termo da nossa recolha, não necessariamente o fim da ajuda da Misericórdia. Quantos mais anos Maria Toscana teria beneficiado de ajuda nos 18 que ainda viveu?¹⁰⁴.

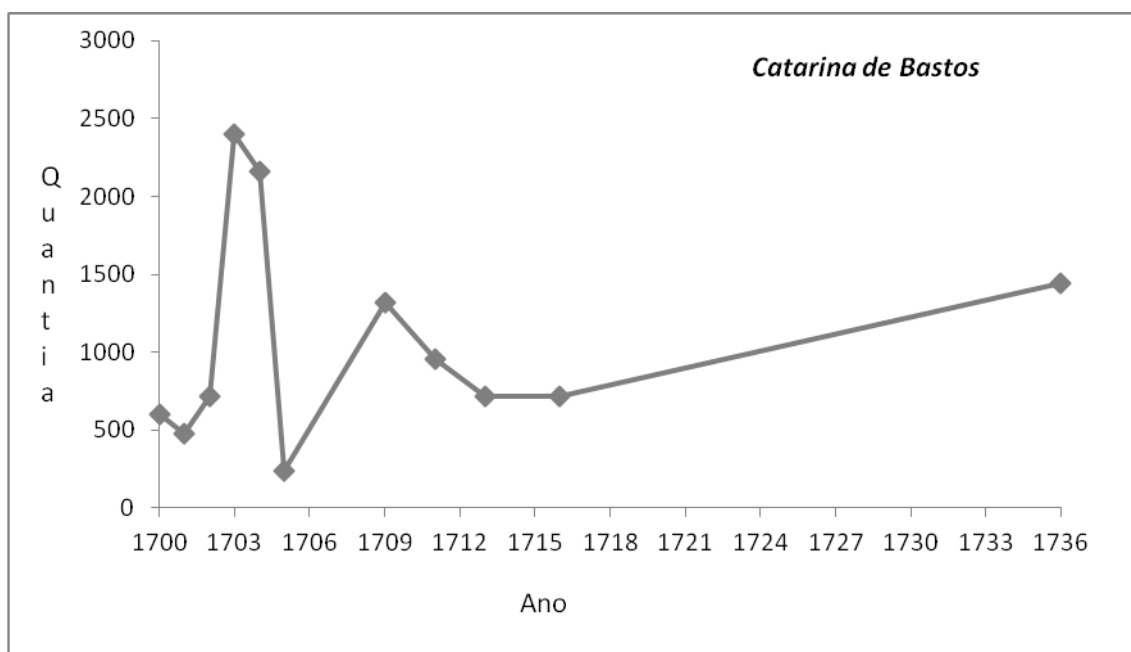
Um pouco diferente foi o percurso de vida de Catarina de Bastos, um dos mais completos e complexos que pudemos reconstruir. De um ponto de vista individual, a sua entrada na assistência poderá ter resultado de um conjunto de situações adversas, como a viuvez, provavelmente com uma idade avançada (46 anos), e o encargo de cinco filhos. Em 1701, quando solicitou apoio à Misericórdia de Évora e esta lhe deu uma mesada de 240 réis, tinha já um historial de auxílio, iniciado em 1692, 14 anos após o

¹⁰³ Vejam-se os quadros estatísticos nº 1, 2 e 3 do anexo LXXIX da alínea B dos anexos.

¹⁰⁴ Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, óbitos da Sé*, nº 89. (Óbito datado de 11 de Maio de 1768). Já o seu cônjuge, Nicolau Rodrigues, morreria depois, em 25 de Agosto de 1776. Cf. *Idem, ibidem*, nº 89.

casamento com Manuel Cordeiro, quando pediu ajuda para curar a tinha que assolara os seus três filhos. Em Julho de 1695, já com quatro filhos, a Misericórdia voltava a contribuir para a cura de três e, em Julho de 1700, para a de dois¹⁰⁵. Entre esse ano e 1733 Catarina de Bastos manteve-se na assistência, como se pode ver no gráfico nº 9, ainda que não de forma continuada. Como se pode verificar no gráfico nº 10, o tempo em meses de episódio para episódio é praticamente igual a 0, havendo depois picos que significam ausência de assistência. Por exemplo, o espaço de tempo entre o episódio número 41 e o 46 foi de 49 meses, ou seja o tempo que correu entre o último episódio de 1705 e o primeiro de 1709. Seguiram-se outros intervalos de cerca de 20 meses até ao maior, de 243 meses, que mediou entre 1716 e 1736 – ano da sua morte¹⁰⁶. É provável que nos períodos de ausência de assistência da Misericórdia, Catarina de Bastos tivesse recebido ajuda informal dos filhos.

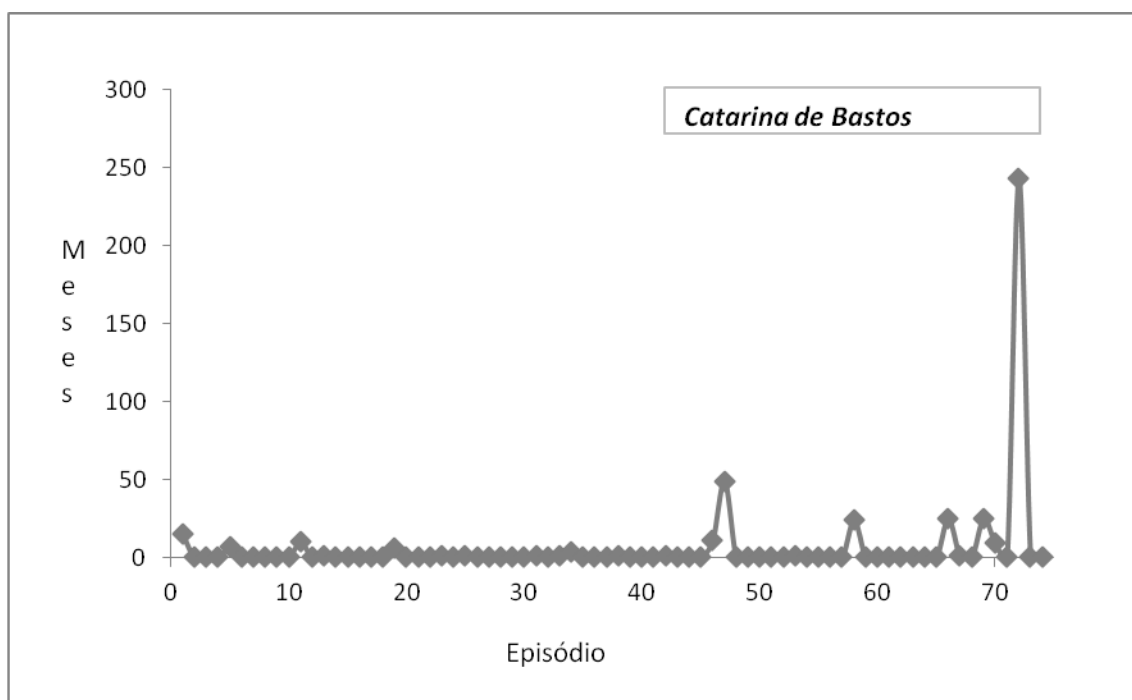
Gráfico nº 9 - Quantias recebidas por Catarina de Bastos (1700/1736)



¹⁰⁵ Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 23, fl. 256

¹⁰⁶ Pagando-lhe a Misericórdia a mortalha e o enterro, no valor de 1600 réis. Cf. ADE, ASCME, *Livro dos defuntos*, 1º nº 1408. (Enterro registado em 28 de Dezembro de 1736).

Gráfico nº 10 - Meses decorridos entre episódios (Catarina de Bastos - (1700/1736))



Enfim, alguns dados que revelam a existência de uma doença associada às condições de vida dos pobres e, em simultâneo, a consciência da Misericórdia quanto à necessidade de apoiar este agregado familiar com auxílio médico. Crianças pobres, filhas de pais pobres, que, por sua vez, já tinham um historial em termos de auxílio institucional. Os pais de Catarina de Bastos, para continuarmos com o mesmo exemplo, tinham iniciado a sua vida de casados com um dote de 20 000 réis, concedido pela Misericórdia em 1653¹⁰⁷. O pai, sapateiro de profissão, acabaria internado em Lisboa, em 1680¹⁰⁸, na “casa dos orates”, também com ajuda económica da confraria. Idêntica situação a dos pais do marido: a sogra, Maria Carvalha, tinha sido provida mensalmente com 2 alqueires de trigo, sendo já viúva e com três filhos e, em 1691, conseguia que a Misericórdia dotasse uma filha

¹⁰⁷ Idem, 1º nº 18, fl. 126.

¹⁰⁸ Cf. *Lembranças*, 1º nº 21, fl. 152.

– Gracia Cordeira – com 20 000 réis. Provavelmente por não ter tido pretendente, a promessa do dote voltaria a ser feita em 1693¹⁰⁹.

Tudo indica que o pedido de assistência à Misericórdia formulado por Teodora de Oliveira também tivesse sido motivado pelas dificuldades dos primeiros anos da vida conjugal, agravadas pelo facto de o seu marido, Caetano Rodrigues, trabalhador de profissão, estar preso. Na verdade o casamento de Teodora de Oliveira realizou-se no Aljube de Évora em 10 de Fevereiro de 1725¹¹⁰ e o noivo lá terá permanecido, pois só há registo de batismo dos filhos a partir de 1728¹¹¹, ainda que Teodora tivesse começado a ser assistida no final de 1726. A libertação de Caetano Rodrigues não determinou o fim da assistência da Misericórdia, que a continuou a prover com galinhas ainda que, como se pode ver nos gráficos nº 11 e nº 12, com alguma irregularidade em termos de quantias envolvidas e de período de tempo entre episódios. Por exemplo, em 1726 Teodora de Oliveira recebeu quatro galinhas entre os meses de Outubro e Novembro e outra em Agosto de 1727. Seguiu-se novo silêncio até Maio e Agosto de 1729, quando voltou a receber mais algumas galinhas, e depois novamente entre 1738 e 1745¹¹². Fica assim bem demonstrada a correlação entre o número de

¹⁰⁹ Idem, 1º nº 22, fl. 214 e 245.

¹¹⁰ Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos de Santo Antão*, 1º nº 44.

¹¹¹ Tendo sido registados a partir daí, Maria, em 28 de Abril de 1728 (cf. idem, *baptismos da Sé*, 1º nº 34); Vicência, em 1 de Setembro de 1732 (Idem, *baptismos de Santo Antão*, 1º nº 26); Catarina, em 5 de Dezembro de 1734 (cf. Idem, *baptismos da Sé*, 1º nº 35); Francisco, em 6 de Agosto de 1736 – tendo falecido em 3 de Maio de 1738 (cf. Idem, *baptismos da Sé*, 1º nº 35. Idem, *óbitos da Sé*, 1º nº 87); Manuel, em 3 de Fevereiro de 1738 (cf. Idem, *baptismos da Sé*, 1º nº 36); Joaquim, em 23 de Agosto de 1739 (cf. Idem, *ibidem*); Jerónima, em 4 de Janeiro de 1742 (cf. Idem, *baptismos da sé*, 1º nº 37); José, em 13 de Outubro de 1743 (cf. Idem, *ibidem*).

¹¹² Ainda que medidas centrais como a média apontem para um valor entre episódios cerca dos 9 meses. Também se pode ver que a maior parte dos episódios (53,3%) registados para Teodora de Oliveira aconteceram dentro do mesmo mês, ou com um mês entre um e outro. Para um conhecimento mais detalhado sobre estas medidas estatísticas, vejam-se os quadros nº 1, nº 2 e nº 3 do anexo LXXX da alínea B dos anexos.

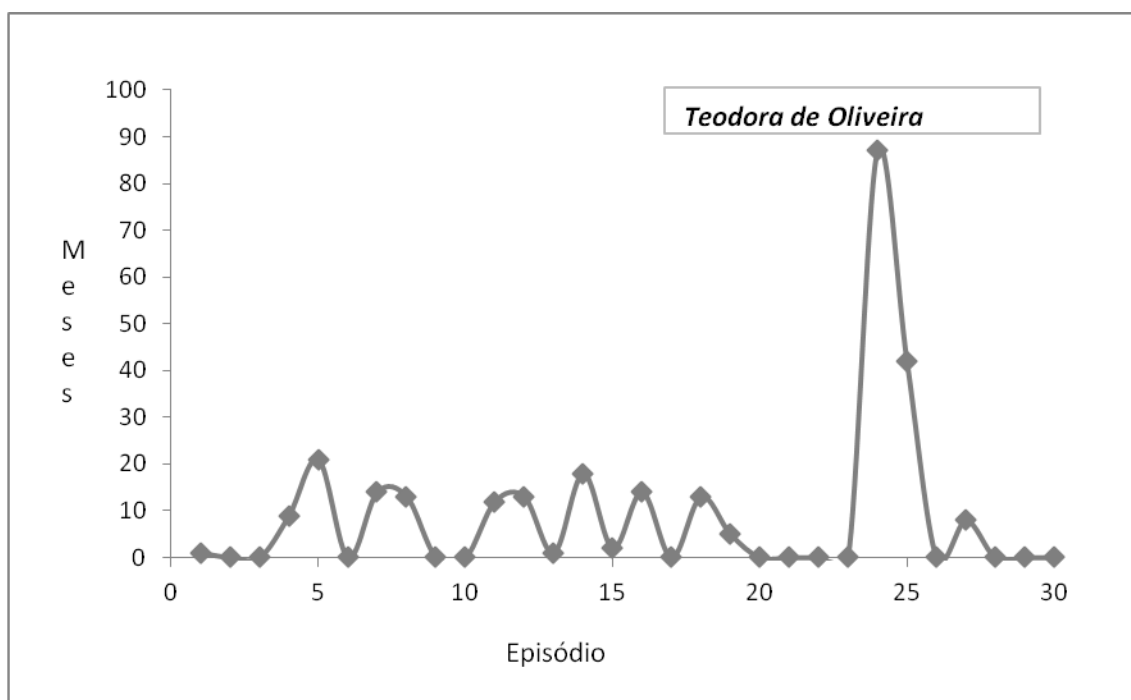
episódios e as quantias recebidas: os picos de quantias – 1731, 1738 e 1749 – verificados no gráfico nº 11 estão associados a uma maior intensidade nos episódios de assistência. Desconhece-se quando morreu Teodora de Oliveira, desaparecendo dos registos da Misericórdia em 1749. Tinha então 42 anos, cinco a menos que o seu marido¹¹³.

Gráfico nº 11 - Quantias recebidas por Teodora de Oliveira (1726/1749)



¹¹³ Fora batizada em 29 de Setembro de 1707. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos da Sé*, 1º nº 30. Enquanto o seu marido foi batizado em 14 de Novembro de 1702. Cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 29.

Gráfico nº 12 - Meses decorridos entre episódios (Teodora de Oliveira - 1726/1749)



Um outro exemplo, o de Antónia Tavares. Nascida em Évora, primeira filha de Francisco Fernandes e de Josefa Tavares, Antónia foi batizada no dia 18 de Fevereiro de 1680 na freguesia de Santo Antão. Casou com 23 anos, teve o primeiro filho aos 25 anos e o último aos 37 anos. O seu percurso na assistência iniciou-se em 1719, quando já se encontrava agravada por uma prole de 6 filhos, entre os 2 e os 14 anos. Foi precisamente para ajudar a criar o filho mais novo, António, nascido em Março de 1717¹¹⁴, que solicitou auxílio à Misericórdia. A partir desse momento, então com 39 anos, passou a ser presença contínua nas listas da confraria pelas mais variadas razões.

¹¹⁴ Nos batismos de Évora não está registado mais nenhum filho de Antónia Tavares e Manuel Ribeiro Sisudo. No entanto, em 1722, a viúva Antónia Tavares foi novamente provida para a criação de um filho de meses, agora com 400 réis mensais, quando da primeira vez tinha recebido apenas meia criação, num valor de 200 réis mensais. Suspeitamos, por isso, que Antónia contornou um pouco a verdadeira idade do filho. Em 1719 não teria 15 meses, mas dois anos e, em 1722, já contaria 5 anos. Tudo leva a crer ser uma “pequena” inverdade só detetada mais de um ano depois, em 1723, quando a Misericórdia lhe retirou a criação “por ter acabado o tempo”. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, Iº nº 26, fl. 141v.

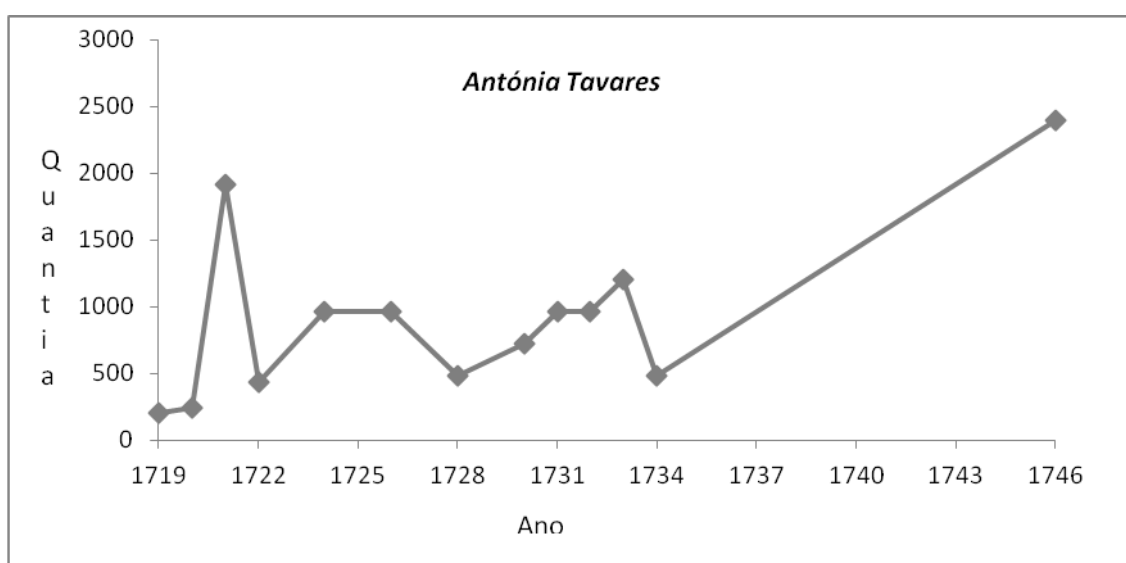
Apesar do quadro das frequências dos meses¹¹⁵ mostrar que mais de 64% dos episódios de assistência de que Antónia Tavares beneficiou terão ocorrido com um intervalo de dois meses, o gráfico nº 14 demonstra que houve períodos, em alguns casos superiores a 2 anos, que não recebeu qualquer tipo de apoio, enquanto em outro a assistência foi quase ininterrupta. Esta última situação ocorreu de 1719 a 1722, quando entrou na assistência, correspondendo, essencialmente, aos recebimentos para a criação do filho mais novo. O segundo período de maior intensidade decorreu entre 1732 e 1733, interrompido por um vazio de 144 meses, entre 1734 e 1746 (ano da sua morte, com 66 anos de idade, altura em que a Misericórdia lhe pagou a mortalha e o enterro, no valor de 2400 réis). Este intervalo em que não recebeu assistência domiciliária foi preenchido por outro tipo de apoio: o provimento pelo Hospital do Espírito Santo, cujos registos a mostram consecutivamente internada entre 1737 e 1746, sempre no primeiro dia de Julho. Uma informação relevante tanto mais que trazia agregada o estatuto de lázara. Ou seja, o registo era um procedimento meramente administrativo, já que significava o início de um novo ano na Misericórdia, não tendo havido interrupção na hospitalização. É do conhecimento geral, e já foi mencionado acima, que o Hospital do Espírito Santo de Évora, como todos os hospitais com características similares, não admitia doentes com *males* contagiosos nem doentes incuráveis mas, neste caso, a situação de lázaro significava, ao que tudo indica, incapacidade física, provavelmente cegueira, a avaliar pelas informações reportadas para casos semelhantes¹¹⁶. Este exemplo leva também a questionar a

¹¹⁵ Veja-se o quadro nº 2 do anexo LXXII da alínea B dos anexos.

¹¹⁶ Em 1774 eram 9 as lázaras admitidas no hospital. Neste contexto, a Mesa da Misericórdia renovava a proibição de os médicos e enfermeiros aceitarem doenças que não se costumavam curar no hospital, nem consentirem a permanência de pessoas sem queixas por mais de um mês. De registar que nessa altura a Mesa deliberava a admissão supranumerária ao estatuto de lázaras a duas enjeitadas cegas, por ficarem melhor recolhidas no hospital, resguardadas dos perigos do mundo. Cf. ADE, ASCME, *Regimento do*

importância da rede de relações informais e, em especial, da sua família. Em 1737, quando foi identificada como lázara, Antónia Tavares, com 47 anos, tinha já todos os filhos adultos, com idades muito próximas dos trinta anos, à exceção de Eusébia Xavier Tavares, a mais velha, que tinha morrido em 1734¹¹⁷. A ausência de qualquer informação de índole demográfica para os restantes filhos leva a supor a eventualidade de terem imigrado, não podendo pois apoiar a mãe¹¹⁸.

Gráfico nº 13 - Quantias recebidas por Antónia Tavares (1719/1746)

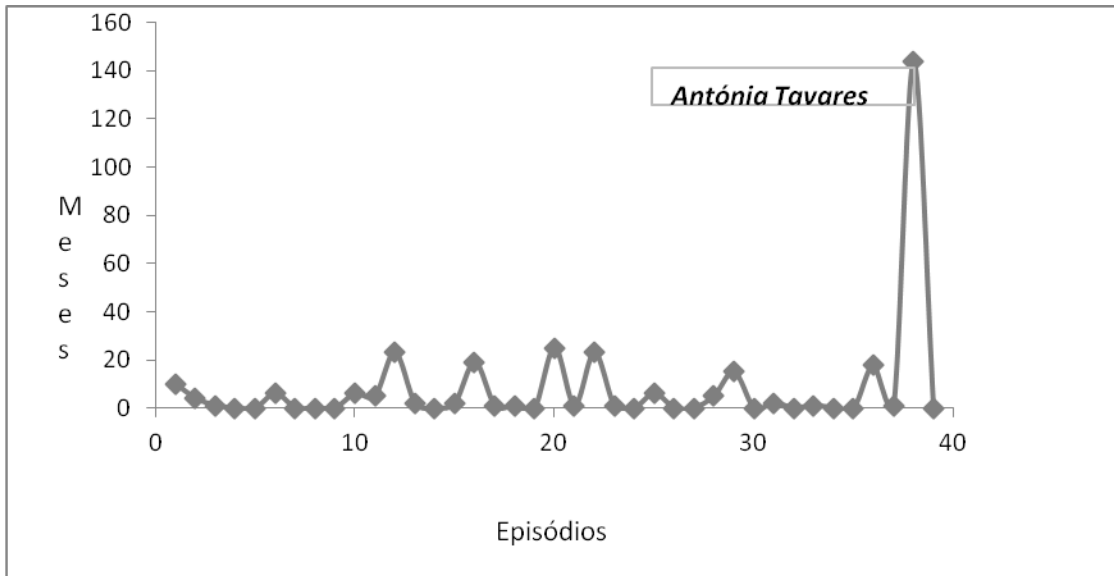


Hospital, 1º nº 67, não foliado. (Lembrança datada de 31 de Agosto de 1774). Contudo, não é de descartar que a cegueira, ou outro tipo de incapacidade física destas raparigas, ou da própria Antónia Tavares, fossem sequelas da lepra, apesar da incidência residual da mesma durante a Idade Moderna.

¹¹⁷ Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, óbitos de São Mamede*, 1º nº 20. (Óbito registado em 19 de Agosto de 1734).

¹¹⁸ Sobre este assunto veja-se, entre outros, Ilana Bem-Amos, “Gifts and favors...cit.”, pp. 304-305. No artigo, a autora contesta um pouco aquela ideia de que uma família nuclear estaria mais desprotegida em períodos de necessidade ou doença, referindo que, mesmo que não residindo debaixo do mesmo teto, os filhos cuidariam dos progenitores nessas alturas.

Gráfico nº 14 - Meses decorridos entre episódios (Antónia Tavares (1719/1746))



Os dois últimos percursos de vida analisados na categoria B, de Teodósia da Luz e de Leonor de Oliveira das Chagas, foram, aparentemente, muito similares. Avaliando a evolução das quantias recebidas e do tempo decorrido entre episódios, conjuntamente com os dados demográficos disponíveis, conclui-se que a velhice foi o elemento determinante para a entrada de ambas na assistência domiciliária providenciada pela Misericórdia de Évora. Dados que calculámos através da idade dos filhos ao tempo da assistência das mães suprindo, assim, a ausência do registo de batismo das duas mulheres.

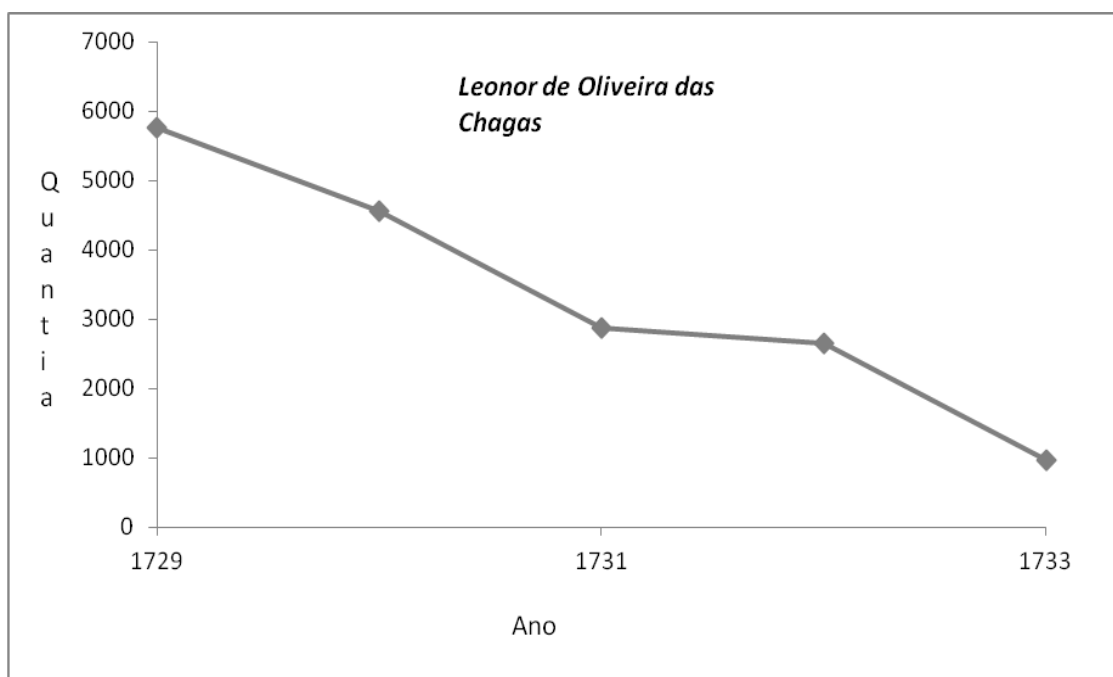
Quando, em 1729¹¹⁹, Leonor de Oliveira das Chagas (ou Leonor de Oliveira Cansada) recebeu as mesadas da Misericórdia, as suas três filhas sobreviventes teriam mais de 40 anos¹²⁰. Mas foi precisamente para as

¹¹⁹ Apesar de ter sido provida no final de 1728, só viria a receber a esmola em Janeiro de 1729. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º n° 27, fl. 30v. (Lembrança datada de 28 de Novembro de 1728).

¹²⁰ Se se tiver em conta que Vicência fora batizada em 18 de Agosto de 1671 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora, batismos de Santo Antão*, 1º n° 16) e Catarina, batizada em 8 de Maio de 1680 (cf. Idem, *ibidem*,

ajudar a criar, concretamente a 5 filhos, que, em Janeiro de 1683, recebeu a esmola mensal de 2 alqueires de trigo, valor diminuído para 1 alqueire por mês em Janeiro de 1692¹²¹. Desde 3 de Janeiro de 1682 que Leonor de Oliveira das Chagas se encontrava viúva¹²².

Gráfico nº 15 - Quantias recebidas por Leonor de Oliveira das Chagas (1729/1733)

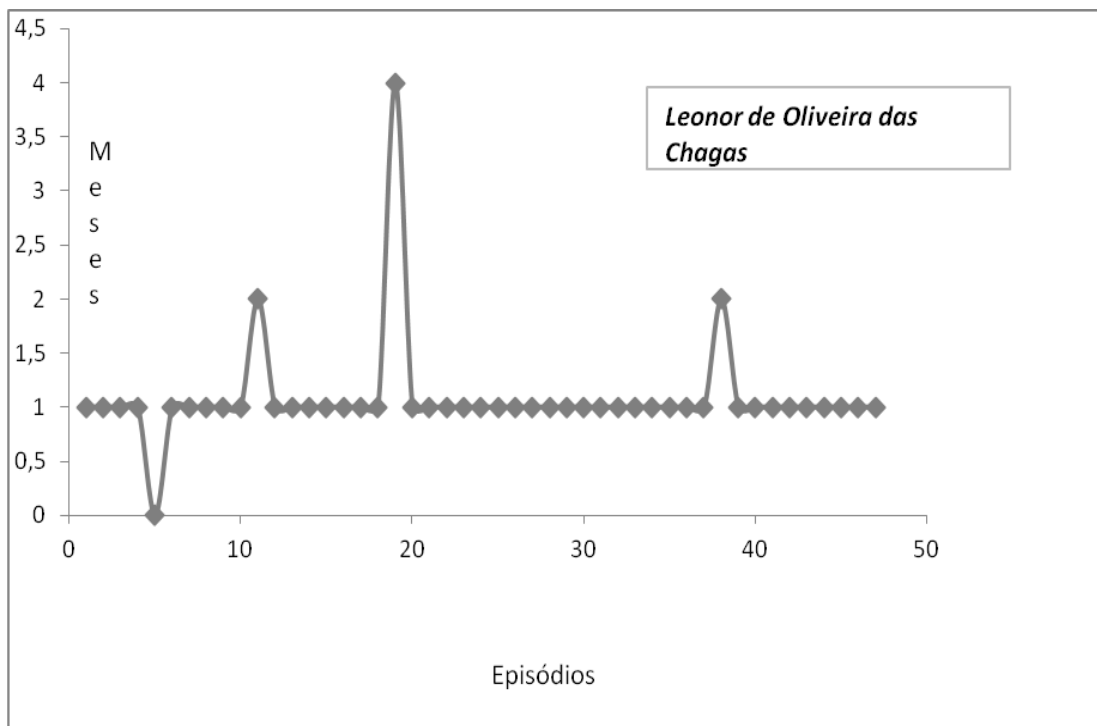


1º nº 18). Não temos mais informações sobre Maria da Conceição, que terá casado com Rodrigo Lopes em 9 de Setembro de 1687. Cf. Idem, *casamentos de Santo Antão*, 1º nº 41.

¹²¹ Contudo, a documentação não nos possibilita afirmar se esta esmola foi contínua, ou se teve intervalos. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 22, fl. 242. (Lembrança datada de 3 de Janeiro de 1683). Idem, *ibidem*, fl. 216. (Lembrança datada de 13 de Janeiro de 1692).

¹²² Cf. ADE, ASCME, *Receita: ofertas, defuntos, esmolas*, 1º nº 1572. Com quem casara em 9 de Janeiro de 1667. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos de Santo Antão*, 1º nº 40.

Gráfico nº 16 - Meses decorridos entre episódios (Leonor de Oliveira da Chagas - (1729/1733))



Pela análise do gráfico nº 16 pode dizer-se que existiram intervalos não muito grandes, com um máximo de 4 meses entre episódios, explicados, muito provavelmente, pela ausência de registo por parte do escrivão, uma vez que Leonor das Chagas estava provida com mesada¹²³. Já a linha decrescente nas quantias recebidas justifica-se pela diminuição do montante da sua mesada, que passou de 480 réis (recebidos entre 1729 e 1730) para 240 réis entre 1731 e 1733. Este último, o ano em que Leonor recebeu menos apoio, atribui-se ao pagamento de mesadas apenas nos primeiros quatro meses do ano. Pelo seu provimento terminar

¹²³ Note-se, todavia, que a média de tempo entre episódios foi de 1,6 meses e a mediana de 1 mês apenas. O que indica que houve, muito provavelmente, ausência de registo por parte do escrivão, também porque 91,2% dos episódios tiveram entre si um intervalo de 1 mês apenas. A este propósito, vejam-se os cálculos estatísticos nos quadros nº 1, nº 2 e nº 3 do anexo LXXVI da alínea B dos anexos.

abruptamente, ficam-nos dúvidas sobre o motivo, que pode ter sido a morte, ainda que os registos paroquiais não o confirmem.

Foram também os registos de batismo dos filhos de Teodósia da Luz que nos permitiram calcular as suas idades em relação ao primeiro ano da assistência da mãe e concluir que a mesma se encontrava na fase final da vida: em 1730, dos seus cinco filhos, as duas raparigas tinham, respetivamente, 25 e 31 anos, e os três rapazes entre 27 e 35 anos¹²⁴. O outro indicador da idade de Teodósia da Luz foi o tipo de assistência recebida: em 30 de Abril de 1730, já viúva de Julião Rodrigues¹²⁵, irmão da Misericórdia de Évora, Teodósia foi provida pela primeira vez com 720 réis de mesada¹²⁶, esmola que receberia praticamente até à sua morte, verificada em 20 de Abril de 1736¹²⁷. Com efeito, ao analisarmos a frequência com beneficiou da assistência¹²⁸ transparece essa periodicidade mensal já que as medidas centrais (média, moda e mediana) foram iguais a 1. Um ritmo que não foi transposto para a representação gráfica, como se pode verificar no gráfico nº 18, que apresenta uma evolução irregular e com intervalos que, apesar de significativos – a maior parte entre os 2 e os 5 meses –, não traduzem uma suspensão do auxílio. Poderá sim ter

¹²⁴ Resultaram os seguintes filhos deste casamento, indicados por ordem cronológica de batismo: António, batizado em 19 de Abril de 1693 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos da Sé*, 1º nº 27); Amaro, batizado em 23 de Janeiro de 1695 (cf. Idem, *ibidem*); Joana, batizada em 18 de Março de 1697 (cf. Idem, *Ibidem*, 1º nº 28); José, batizado em 14 de Novembro de 1701 (cf. Idem, 1º nº 29); e Josefa, batizada em 1 de Maio de 1704 (cf. Idem, *ibidem*).

¹²⁵ O registo do seu casamento indica que era natural de Lisboa e talvez por isso não dispomos do seu registo de batismo. O casamento, com Julião Rodrigues, realizou-se na Sé de Évora em 14 de Abril de 1692. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos da Sé*, 1º nº 75.

¹²⁶ Pese embora provida com 720 réis, apenas recebeu essa quantia durante 3 meses – de Maio a Junho de 1730 –, passando depois para 360 réis mensais. Recorde-se, a este propósito, as dificuldades económicas vividas pela Misericórdia nesta década de 30 do século XVIII, o que levava a suspender ou reduzir o valor das esmolas. Veja-se o que referimos atrás na parte III, no ponto 2.3.

¹²⁷ Cf. ADE, ASCME, *Livro dos defuntos*, 1º nº 1408.

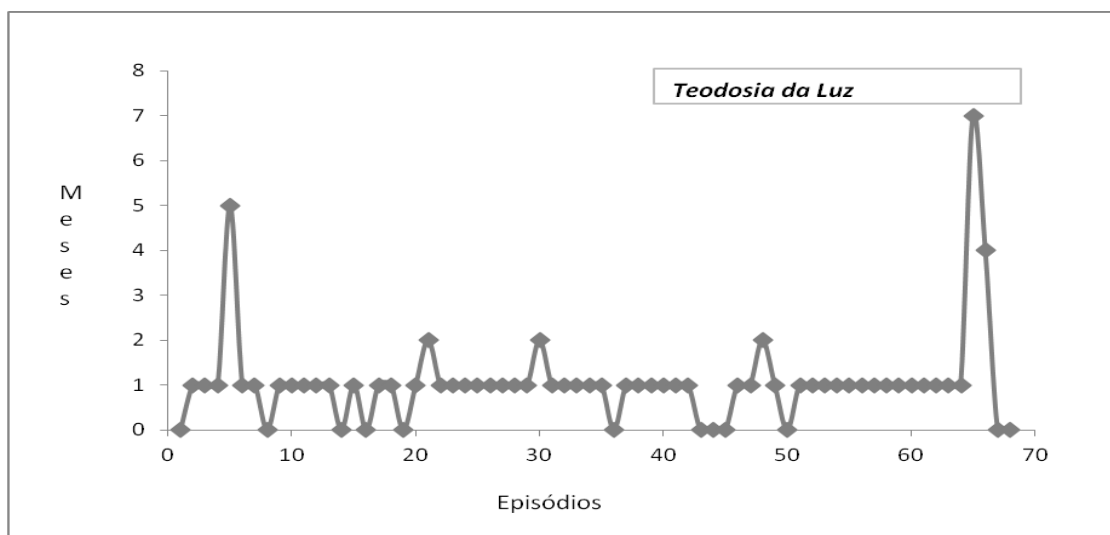
¹²⁸ Veja-se o quadro nº 2 do anexo LXXVII da alínea B dos anexos.

resultado da ausência de registo por parte do escrivão ou do não pagamento da mesada, ou ainda, como acontecia com alguma frequência, por ter recebido vários meses de esmola num só pagamento. O que explica também a evolução inconstante das quantias recebidas, por vezes, uma ou outra galinha. Seria devido a atraso ou a falta de pagamento que se justificaria o hiato de 7 meses entre Setembro de 1735 e Abril de 1736, data da sua morte.

Gráfico nº 17 - Quantias recebidas por Teodósia da Luz (1730/1736)



Gráfico nº 18 - Meses decorridos entre episódios (Teodósia da Luz - (1730/1736))



4.2 – As elites locais na assistência formal

Antes de iniciar os percursos de vida de algumas das famílias da elite local *empobrecida* convém esclarecer que as representações gráficas que a seguir se apresentam correspondem à assistência domiciliária providenciada pela Misericórdia de Évora. A opção por excluir deste exercício as esmolas do Cabido da Sé de Évora e do legado do cónego Diogo Vieira Velho explica-se pelas suas características intrínsecas, essencialmente no que se refere à periodicidade: as primeiras tiveram um carácter irregular e as segundas eram concedidas anualmente, não se coadunando com a frequência mensal das da Misericórdia. Todavia, sempre que o percurso da pessoa em análise incluiu as referidas esmolas elas serão apresentadas.

O percurso de vida de D. Mariana do Rego Maldonada corresponde ao padrão de pobreza estabelecido para a categoria social a que pertencia, ou seja, recorreu à assistência no final da vida, o que se também ocorreu com algumas mulheres da categoria B, foi menos frequentemente, como vimos. Ainda que não se conheça a data do seu nascimento e do casamento com Francisco da Ribeira, sabe-se que teve uma filha, embora não fosse encontrada referência ao seu batismo¹²⁹. Foi já na condição de viúva, que em 1716 e 1717 D. Mariana Maldonada recebeu 3 000 réis do Cabido da Sé de Évora, verba acrescida de 5 alqueires de trigo no último ano “ por ser pobre e ter suas filhas”¹³⁰. Antes, porém, concretamente desde 1712, que D.

¹²⁹ A ausência de dados demográficos ter-se-á ficado a dever ao facto de, provavelmente, ter nascido em Montemor-o-Novo, já que foi essa a informação colhida no casamento da sua filha Isabel Maldonado. Não se descarta, portanto, que a primeira parte da sua vida tenha sido passada naquela localidade Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos de São Mamede*, Pº nº 15. (Casamento datado de 1 de Fevereiro de 1699).

¹³⁰ ACE, *Esmolas dadas pelo Cabido... cit.*.

Mariana do Rego tinha começado a receber assistência da Misericórdia de Évora, como se pode verificar no gráfico nº 19, de cerca de 1 000 réis anuais até 1718, quando o valor desceu até 1723, voltando novamente a subir, muito à conta das galinhas e sanguessugas, até 1725, ano do seu último registo na assistência domiciliária.

Gráfico nº 19 - Quantias recebidas por Mariana do Rego Maldonada (1712/1725)

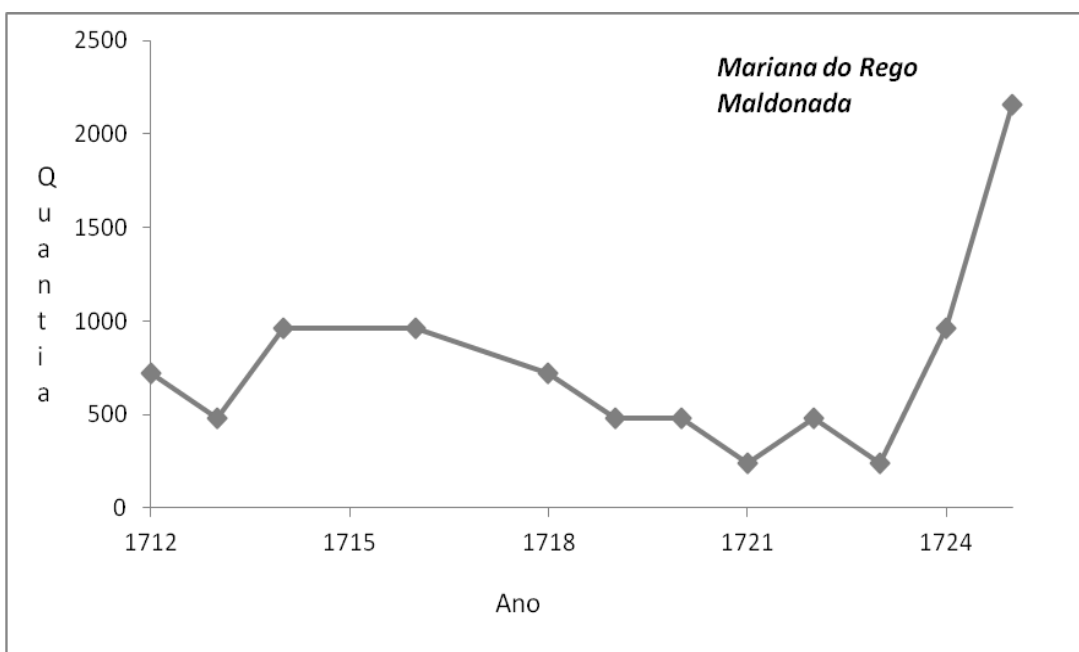
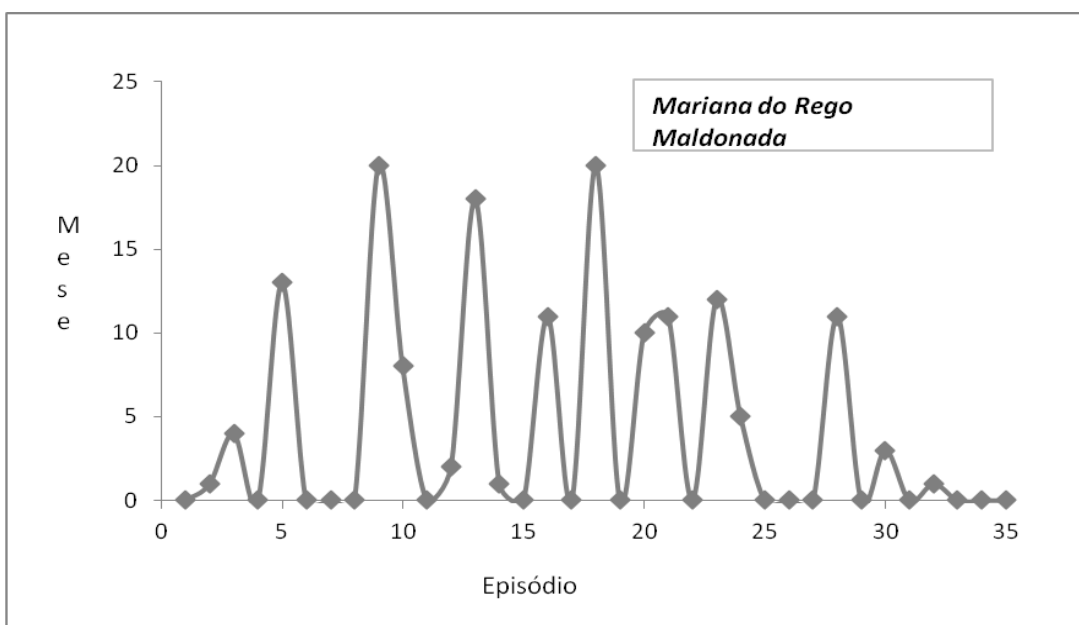


Gráfico nº 20 - Meses decorridos entre episódios (Mariana do Rego Maldonada - (1712/1725))



O percurso de D. Mariana do Rego Maldonada pela assistência formal fez-se acumulando os recursos do Cabido da Sé de Évora como os da Misericórdia e os das esmolas do Cónego Diogo Vieira Velho, e nisto constituiu uma exceção em termos de administração das esmolas. Em 1716 recebeu esmola do Cabido e da Misericórdia e, entre 1721 e 1723, acumulou a do cónego Diogo Vieira Velho com as da Misericórdia, que a continuou a prover até 1725, quando deixou os registos da confraria. Haveria de morrer em Fevereiro de 1728¹³¹, recolhida no Recolhimento da Madalena, nesta altura já transformado em espaço de acolhimento de mulheres de elite. Um outro exemplo, o de D. Maria de Moncada, outra mulher da elite local, que também começou a ser esmolada quando enviuvou, em 1696. Iniciou-se na assistência pelo legado do cónego Diogo Vieira Velho e entre, 1716/1719 e 1728, recebeu esmolas do Cabido da Sé e da Misericórdia de Évora. Não se sabe a idade que teria quando iniciou o seu percurso na assistência, até porque não se conhece o seu registo de batismo, que, provavelmente teria ocorrido em Lisboa, de onde afirmou ser natural quando do seu casamento, em Dezembro de 1679, com o escrivão da provedoria de Évora, Diogo Lobato Leitão¹³². Uma análise mais profunda haveria de revelar que a família já recebia assistência desde 1690.

Assim, pelo atrás exposto, ao analisar-se a evolução dos episódios e quantias recebidas por D. Mariana de Moncada há que referir que o hiato de 64 meses que supostamente se verificou entre 1728 e 1733 não foi real, já que não contempla as esmolas provenientes do legado do Cónego Diogo Vieira Velho, que contabilizaram 46 alqueires de trigo, não acumulando esta esmola com as da Misericórdia. De 1734 a 1735 recebeu algumas galinhas, esmolas avulsas e uma mesada concedidas pela confraria. Mais

¹³¹ ADE, ASCME, *Receita e despesa: assento dos defuntos, esmolas*, 1º n.º 1353.

¹³² Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos da sé*, 1º n.º 74. (Casamento datado de 21 de Dezembro de 1679).

do que as quantias, o que se verificou foi uma maior periodicidade das esmolas recebidas nos últimos 2 anos de vida de D. Maria de Moncada¹³³. À semelhança de outros casos já analisados, como o da Família Estrada, a necessidade de dotar os filhos para ingresso nos conventos foi, sem dúvida, o fator de maior perturbação na economia familiar. No caso acima, concretamente, a filha Catarina Eufrásia de Moncada com destino ao convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja. Não sabemos a data da sua entrada mas em 1700, quando D. Maria de Moncada trespasseou o ofício de tabelião do judicial e notas das vilas de Seia, Santa Marinha e Vila Verde a Manuel Rebelo por 225 000 réis, o seu dote ainda não tinha sido totalmente pago¹³⁴. Com a verba recebida satisfaz, como a própria escritura refere, a dívida em atraso¹³⁵. Tendo o filho Simão sido assassinado¹³⁶, a filha Joana morrido¹³⁷ e estando Catarina Eufrásia¹³⁸ no convento, D. Maria

¹³³ Morreria em 6 de Março de 1735. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, óbitos de São Pedro*, 1º nº 10.

¹³⁴ Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 905, fls. 46v-49. (Escritura de renúncia datada de 12 de Setembro de 1700).

¹³⁵ Um ofício que Diogo Lobato Leitão tinha adquirido por casamento com D. Maria de Moncada. Com efeito, o processo de renúncia não foi simples e rápido. Iniciou-o ainda Diogo Lobato Leitão por procuração de 1694 a Manuel Simões, morador em Seia, para procurar pessoa capaz que quisesse dar os 225 000 réis da renúncia do dito ofício. Cf. *Idem*, 1º nº 896, fls. 108-109v. (Procuração datada de 9 de Setembro de 1694). Alegava então ter alvará do rei datado de 28 de Maio de 1681 para poder renunciar em pessoa capaz. Cf. *Idem, ibidem*, fls. 108-109v. Todavia, foi já depois da sua morte que a sua viúva conseguiu efetivamente a autorização régia por alvará de 7 de Agosto de 1698. Cf. IAN/TT, *Registo Geral de mercês de D. Pedro II*, 1º 9, fl. 418v.

¹³⁶ Uma referência que a própria D. Maria de Moncada fez na escritura de renúncia em 1700. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 905, fls. 46-47v.

¹³⁷ Ainda se encontrou referência a ela em 1708, solteira e emancipada, a renunciar a posse de umas casas em Coruche, por preço de 120 000 réis, que tinham pertencido a um tio padre. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 770, fl. 68v-69v. (Escritura datada de 1 de Outubro de 1708). No entanto, quando da redação do testamento de D. Maria de Moncada o nome desta filha não foi referido. Veja-se a transcrição do testamento no anexo VI da alínea A dos anexos.

¹³⁸ A quem D. Maria passaria a administração de uma capela que possuía com bens vinculados na vila de Serpa, na condição de “comer os frutos de pois de pagos os encargos”. ADE, *Notariais*, 1º nº 1249, fls. 83v-85. (Escritura de doação datada de 18 de Setembro de 1718).

de Moncada não pôde contar com o apoio da descendência nos últimos anos de vida. O que não significa que estivesse sozinha. Como referia no seu testamento, pelo menos três mulheres, que não eram parentes, *assistiam* em sua casa, estando, provavelmente, a beneficiar da benevolência de Maria de Moncada, enquanto lhe faziam companhia. Enfim, variadas estratégias de autoajuda que cruzam vidas de mulheres de diferentes pertenças sociais¹³⁹.

Gráfico nº 21 - Quantias recebidas por Maria de Moncada (1728/1735)

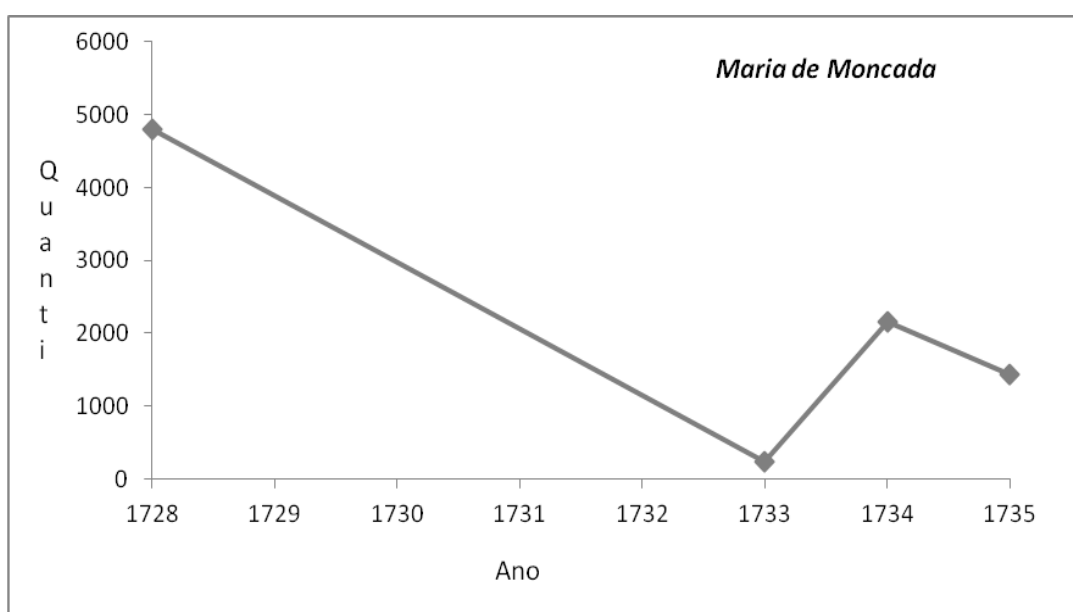
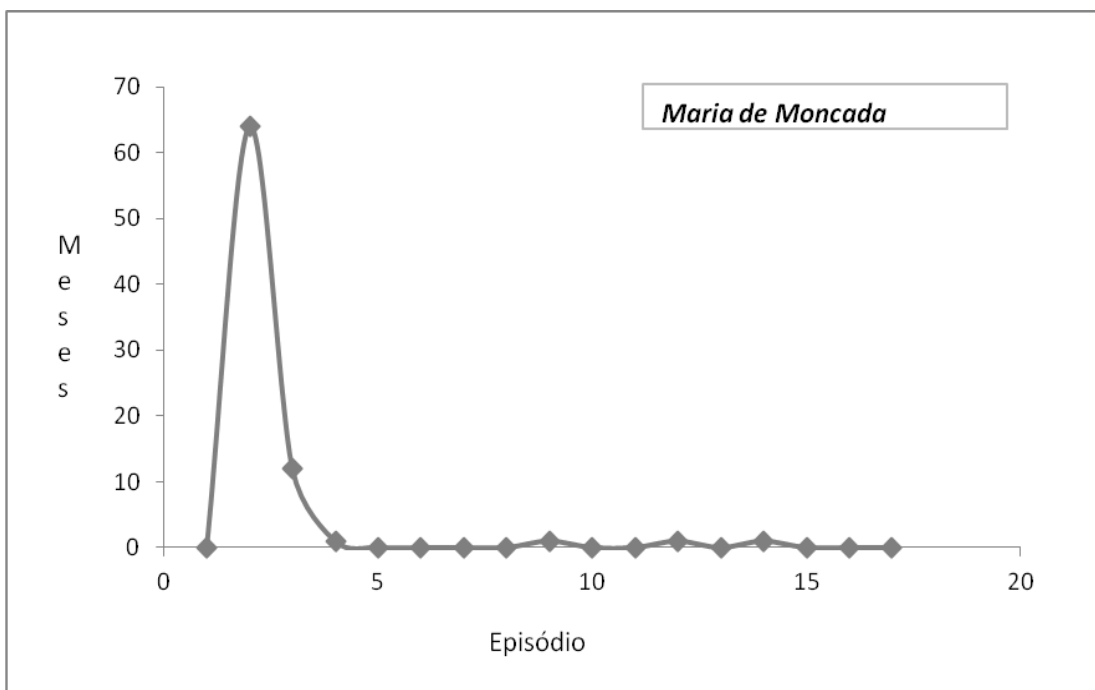


Gráfico nº 22 - Meses decorridos entre episódios (Maria de Moncada - (1728/1735))

¹³⁹ Confira-se o que referimos a propósito da coabitação entre pessoas sem relação de parentesco entre si, no ponto 2 do capítulo III da parte IV.



Um outro percurso, de Cecília Maria de Macedo, que escapa um pouco ao padrão de assistência identificado para o grupo de elite local. Cecília de Macedo começou a receber ajuda do Cabido da Sé de Évora em 1716, no valor de 6 alqueires de trigo, estando ainda casada com João da Fonseca Coutinho. Tinham passado 16 anos sobre o seu matrimónio, contando então com 4 filhos¹⁴⁰, 3 raparigas, com 11 e 15 e 3 anos, e 1 rapaz de 5¹⁴¹. Como em outros casos, não foi possível saber a sua idade ao tempo

¹⁴⁰ Cf. ACE, *Esmolas dadas pelo cabido...cit.* Já o casamento realizou-se em 22 de Julho de 1700 na paróquia de São Mamede em Évora. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, casamentos de São Mamede*, 1º nº 15.

¹⁴¹ Se se tiver em conta que Francisco só foi batizado em 18 de Fevereiro de 1717. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismo de São Tiago*, 1º nº 23. No entanto, o registo de esmola do Cabido da Sé de Évora atribuía a este casamento 5 filhos, o que seria provável, uma vez que não foi encontrado o registo de batismo de Josefa Teresa Coutinho. Assim, este casal entre 1701 e 1716 batizou, por ordem cronológica, Margarida Antónia, em 28 de Maio de 1701 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos de Santo Antão*, 1º nº 20), Teodora Maria, em 16 de Abril de 1705 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 21), Jacinto, em 18 de Outubro de 1711 (Idem, *baptismos de São Tiago*, 1º nº 2), Francisca Inácia, em 24 de Janeiro de 1713 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 22), e, Francisco, em 18 de Fevereiro de 1717 (cf. Idem, *ibidem*, 1º nº 23).

desse primeiro contato com a assistência por não ter sido batizada em Évora¹⁴². Pese embora já ter sido assistida antes e de o seu marido também ter recebido esmolas do legado do cónego Diogo Vieira Velho entre 1710 e 1729¹⁴³, foi após a viuvez, ocorrida em 1729¹⁴⁴, que Cecília Maria de Macedo foi assistida com mais frequência, como se vê no gráfico nº 24, pelo intervalo quase nulo entre episódios de assistência. Um período onde também coincidiram as mais altas quantias que lhe foram concedidas¹⁴⁵, numa altura em que teria ainda em casa 2 dos 5 filhos¹⁴⁶. Aliás, uma das dificuldades desta viúva parece ter sido “dar estado” a duas filhas, Francisca Inácia e Josefa Teresa, que, ao contrário do que acontecia com o grupo a que pertenciam, receberam dotes da Misericórdia de Évora de 12 000 réis cada. Nessa altura, o registo de dotação de Francisca informava que estava recolhida no Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade, e não no de São Manços, como seria de esperar¹⁴⁷. Foi precisamente a partir de 1736, quando já tinha a promessa do dote para a última filha, que Cecília

¹⁴² Com efeito, no registo do seu casamento referia que era natural de Monsaraz. Cf. Idem, *ibidem*.

¹⁴³ As esmolas que recebeu foram sempre em cereais, variando a quantidade entre os 6 e os 8 alqueires de trigo/ano. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou... cit.*.

¹⁴⁴ Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: assento dos defuntos, esmolas*, 1º nº 1353.

¹⁴⁵ Recorde-se a correlação positiva entre episódios e quantias que referimos capítulo III da parte II.

¹⁴⁶ De referir que Margarida Antónia e Teodora Maria já se tinham casado em 1722 e 1727, respetivamente, ignorando-se o destino de Francisco da Fonseca Coutinho e de Jacinto da Fonseca Coutinho. Cf. ADE, *Paroquias de Évora, casamentos de Santo Antão*, 1º nº 43. Idem, *casamentos de São Tiago*, 1º nº 6. Este último receberia 2 400 réis de esmola da Misericórdia de Évora em 16 de Julho de 1727. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 26, fl. 229v.

¹⁴⁷ Josefa Teresa da Fonseca Coutinho (ou Josefa Margarida da Fonseca) foi dotada em 27 de Novembro de 1736. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 27, fl. 206. Não obstante apenas casaria uns anos mais tarde, em 20 de Agosto de 1739. Cf. Idem, *Paroquiais de Évora, casamentos de São Mamede*, 1º nº 17. Já Francisca Inácia da Fonseca Coutinho (ou Coutinha) fora dotada um ano antes da sua irmã, em 21 de Novembro de 1735, recolhida na Piedade. Cf. ADE, ASCME, *Lembranças*, 1º nº 27, fl. 182v. Não tendo sido encontrado o registo do seu casamento nos paroquiais de Évora, certo mesmo é que ela e Inácio Gomes batizaram Genoveva em 16 de Agosto de 1746. Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos de São Mamede*, 1º nº 9.

de Macedo começou a receber menos assistência da Misericórdia. A média de meses entre episódios subiu então para 3,3, enquanto até aí não chegava a 1 mês¹⁴⁸, e assim se manteve praticamente até à morte, que ocorreu em 26 de Janeiro de 1741¹⁴⁹.

Gráfico nº 23 - Quantias recebidas por Cecília Maria de Macedo (1722/1742)

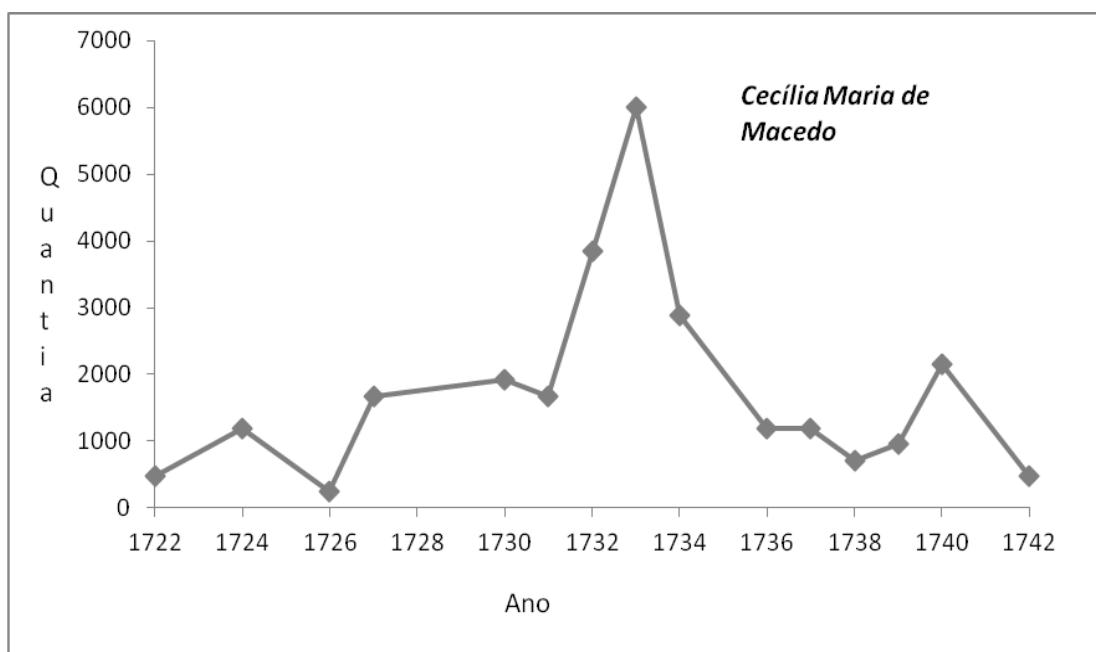
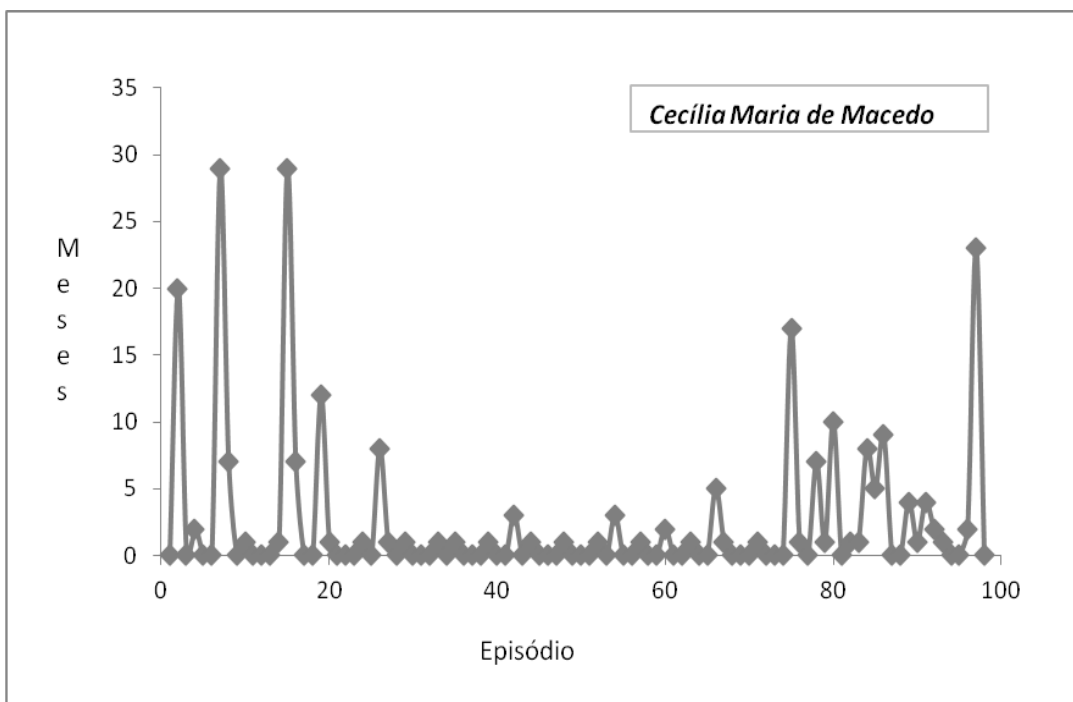


Gráfico nº 24 - Meses decorridos entre episódios (Cecília Maria de Macedo (1722/1742))

¹⁴⁸ Que corresponde a uma evolução mais escarpada do gráfico nº 23. Consulte-se também o quadro nº 1 e nº 2 do anexo LXXV da alínea B dos anexos.

¹⁴⁹ Tendo sido assistida até Dezembro de 1740. Cf. ADE. ASCME, *Criação, ordenados, despesas diárias*, fº nº 1139. Veja-se o registo de óbito em: Idem, *Paroquiais de Évora, óbitos da Sé*, fº nº 87.



Quisemos terminar esta pequena viagem pelas vidas dos utentes da assistência formal de Évora com os casos de dois homens: Matias Monteiro da Silveira e Nicolau Barreto de Andrade. Em comum, o facto de terem sido dos poucos homens que receberam mesadas da Misericórdia de Évora.

A informação sobre Matias Monteiro da Silveira não é particularmente abundante, sabendo-se apenas que foi cidadão de Évora¹⁵⁰ e que da sua união com Josefa Teresa da Silveira resultaram 7 filhos: José, Lourenço, Jerónimo, Vicente, Luísa, Joaquim e Catarina¹⁵¹. Os dois gráficos seguintes mostram os ritmos da assistência domiciliária que recebeu da Misericórdia a partir de 1728. A primeira esmola registada foi,

¹⁵⁰ Informação recolhida nas esmolos distribuídas pelo legado do cónego Diogo Vieira Velho. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolos que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou...cit.*

¹⁵¹ Batizados por ordem cronológica em Janeiro de 1715 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos de Santo Antão*, 1º nº 23), em 25 de Novembro de 1717. Cf. Idem, *ibidem*), em 28 de Novembro de 1719. Cf. Idem, *ibidem*, em 24 de Abril de 1722 Cf. Idem, 1º nº 24, em 11 de Abril de 1725. Cf. Idem, *ibidem*, em 28 de Maio de 1727. Cf. Idem, 1º nº 25 e, em 27 de Novembro de 1729. Cf. Idem, *ibidem*.

no entanto, do legado do cónego Diogo Vieira Velho, em 1718, doação que manteve até 1732, à exceção dos anos de 1724 e 1725¹⁵². Durante este período apenas em 1728 e 1731 acumulou estas esmolas com as da Misericórdia¹⁵³. No entanto, em 1719 recorreu às esmolas do Cabido da Sé de Évora duas vezes no mesmo ano, tendo recebido 3 alqueires de cada uma, por “ser muito pobre”¹⁵⁴, e ter 2 filhos, José, com 4 anos e Lourenço com 2 anos. Foi, contudo, no período entre 1735 e 1739 que Matias Monteiro da Silveira recebeu mais ajuda e de forma mais intensa da Misericórdia de Évora, que o passou a dotar com uma esmola mensal de 480 réis¹⁵⁵.

Gráfico nº 25 - Quantias recebidas Matias Monteiro da Silveira (1728/1750)



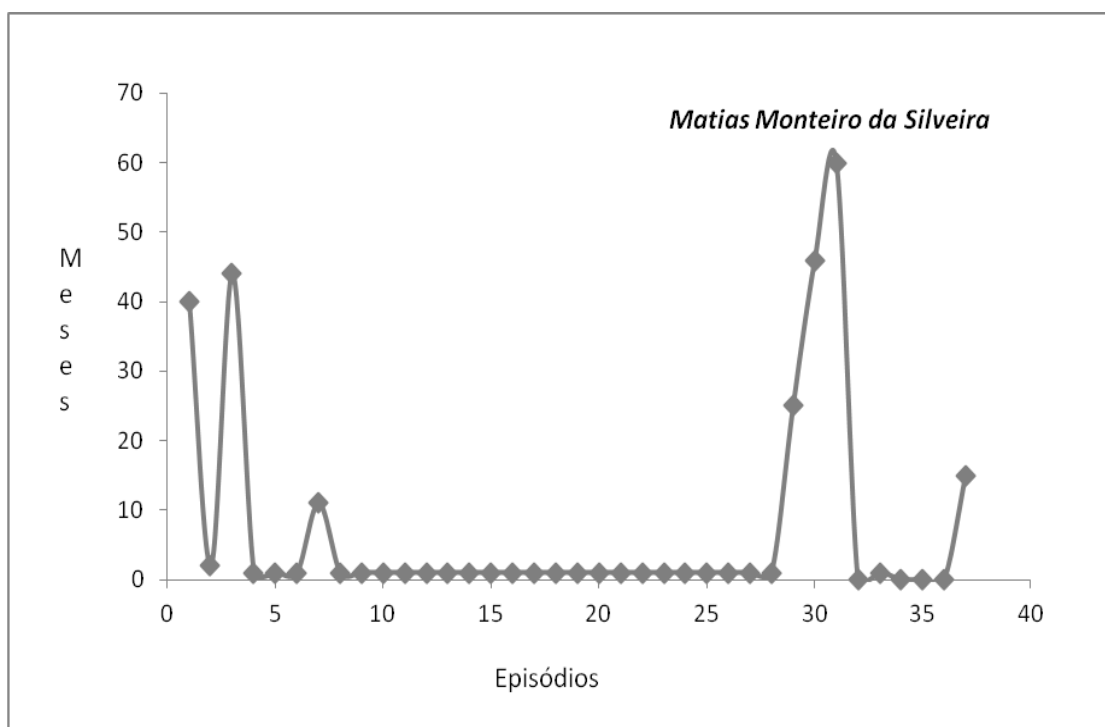
¹⁵² Deste legado recebeu unicamente esmolas em trigo, que variaram entre os 6 e os 18 alqueires anuais, num total de 99 alqueires entre 1718 e 1732. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou ... cit.*

¹⁵³ Em 1728 recebeu da Misericórdia 4 800 réis de esmola e 12 alqueires de trigo. Em 1731 recebeu 2 400 réis da Misericórdia e mais 8 alqueires de trigo do legado. Cf. ADE, ASCME, Despesa: criação ordenados, despesas diárias, 1º nº 1137. Idem, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou ... cit.*

¹⁵⁴ ACE, *Esmolas dadas pelo cabido...cit.*

¹⁵⁵ Pese embora o registo do provimento da mesada não se ter feito nos livros de lembranças, os pagamentos foram registados nos livros de pagamentos mensais dos mordomos dos meses.

Gráfico nº 26 - Meses decorridos entre episódios (Matias Monteiro da Silveira - (1722/1742))



Sem que saibamos porquê, e de uma forma algo inesperada, os pagamentos das mesadas terminaram em 1738¹⁵⁶. Certo mesmo, o facto de o intervalo entre episódios (constituídos por galinhas e sanguessugas) ter sido por vezes extremamente elevado, como se pode verificar no gráfico 26¹⁵⁷. Os registos de assistência de Matias Monteiro da Silveira terminariam em Outubro de 1750 quando foi provido com 8 sanguessugas e 200 réis¹⁵⁸. Estaria doente? Não existem informações disponíveis sobre o que terá acontecido a este “cidadão” de Évora.

Finalmente, Nicolau Barreto de Andrade, cujo percurso familiar, assistencial e até político está profusamente documentado. Nasceu na

¹⁵⁶ Recorde-se que o corte deste tipo de esmola só foi determinado pela Mesa da Misericórdia em 1740. A este propósito confira-se o referido no ponto 2.3 do capítulo I da parte III.

¹⁵⁷ Refira-se que a média de meses entre 1740 e 1749 foi de 33.

¹⁵⁸ Cf. ADE, ASCME, *Despesa: criação, ordenados, despesas diárias*, 1º nº 1139.

paróquia de São Pedro, em Évora, aos 20 dias do mês de 1673¹⁵⁹. Casou-se aos 21 anos com D. Josefa Maria de Almeida Salema e Saldanha¹⁶⁰. Foi irmão da Misericórdia, capitão dos auxiliares, escrivão dos órfãos¹⁶¹ e um dos utentes mais presentes na assistência formal de Évora. O primeiro registo de apoio surgiria 22 anos depois do seu casamento quando recebeu, em dois anos consecutivos, esmolas do legado do cónego Diogo Vieira Velho (8 000 réis em 1695 e 3 000 réis em 1696)¹⁶². Seguiu-se a Misericórdia, que lhe deu 4 000 réis de esmola em 1704 e 3 000 réis em 1709. No ano seguinte voltou a receber esmola do legado do cónego, entre os 1 200 réis e 12 000 réis anuais¹⁶³, com um pequeno intervalo em 1719, quando o Cabido da Sé de Évora lhe concedeu 30 alqueires de trigo “ por não ter rendas para sustentar a sua família”¹⁶⁴. Em 1729, 1731 e 1732 acumulou estas esmolas com as da Misericórdia¹⁶⁵ e depois deste último ano receberia apenas esmolas da confraria, até 1735, como se pode confirmar pelo gráfico seguinte. O intervalo de 260 meses verificado no gráfico nº 28 reporta-se apenas à assistência provida pela Misericórdia, portanto, não corresponde à realidade.

¹⁵⁹ Cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos de São Pedro*, 1º nº 4.

¹⁶⁰ Cf. Idem, *casamentos da Sé*, 1º nº 75. (Casamento realizado em 24 de Maio de 1694).

¹⁶¹ Carta de ofício passada em 5 de Maio de 1716. Cf. IAN/TT, *Registo Geral de Mercês de D. João V*, 1º nº 8, fl. 159.

¹⁶² Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou ... cit..*

¹⁶³ Cf. Idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ ACE, *Esmolas dadas pelo cabido... cit..*

¹⁶⁵ Ainda que com alguns anos interpolados. As esmolas recebidas neste período foram sempre em trigo, em quantidades que variaram entre o 8 e os 15 alqueires de trigo anuais. Cf. ADE, ASCME, *Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou... cit..*

Gráfico nº 27 - Quantias recebidas por Nicolau Barreto de Andrade (1704/1735)

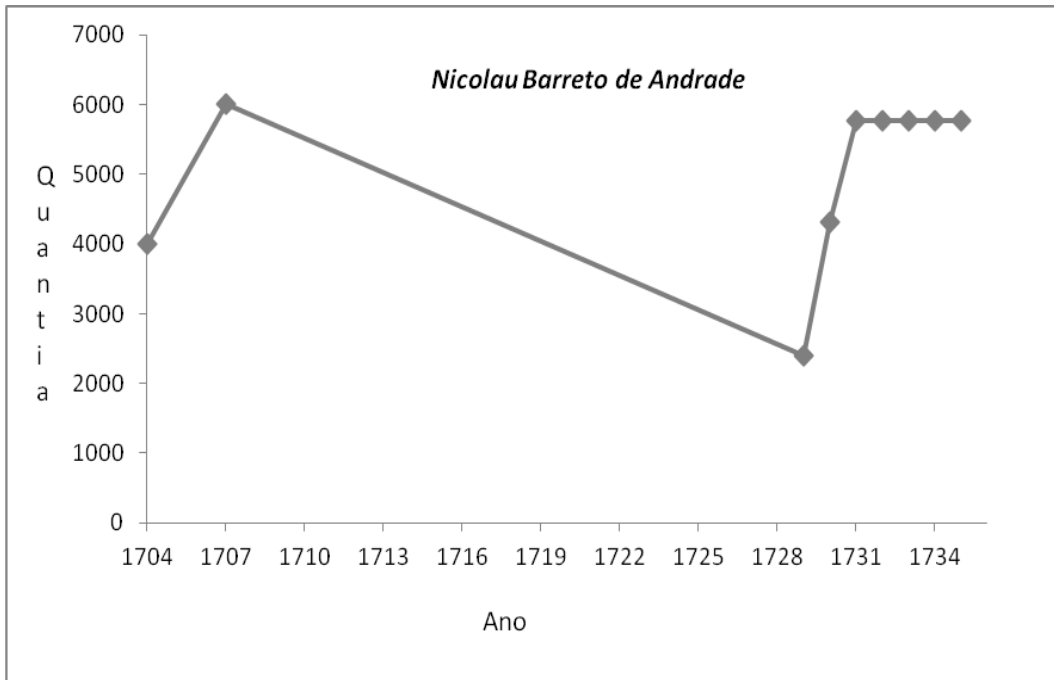
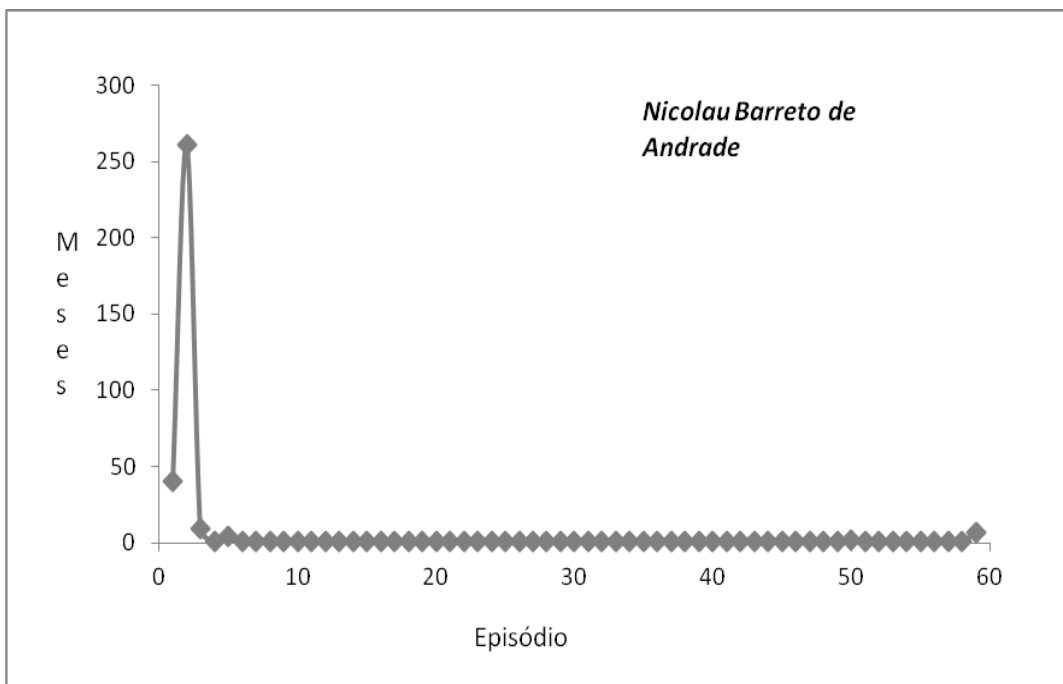


Gráfico nº 28 - Meses decorridos entre episódios (Nicolau Barreto de Andrade - (1704/1735))



Quando a Misericórdia lhe passou a dar os 480 réis de mesada, o intervalo entre episódios estreitou-se consideravelmente para uma periodicidade mensal mas, devido a isso, também aumentaram os quantitativos recebidos, estabilizando nos 5 760 réis anuais. Como referimos, no pedido de esmola que fez ao Cabido da Sé de Évora em 1719 argumentava a falta de rendimentos para sustentar a sua família, então com 6 filhos¹⁶⁶. No entanto, o que ditou o seu provimento com as mesadas da Misericórdia, a partir de 1730, terá sido a conjugação de doença, família numerosa e sequestro de bens, conforme a justificação registada pela Misericórdia, em Setembro de 1731, que escrevia que a esmola era concedida “atendendo à sua muita pobreza, muita família e a sua fazenda sequestrada”¹⁶⁷. O que não se conseguiu saber foi se teria outros familiares a seu cargo. A sua mãe residiria consigo? É provável que sim, uma vez que no assento do seu batismo foi referido que era órfão de pai e que o seu irmão residia em Olivença¹⁶⁸. Quanto ao sequestro de bens, talvez o mesmo tivesse resultado do incumprimento dos juros do empréstimo de 200 000 réis que em 1713 contraiu ao Convento de Nossa Senhora da Orada, situado no termo de Monsaraz, a quem prometeu pagar 5% de juros ao ano. Como garantia do contrato hipotecou as casas onde vivia, localizadas na Rua do Paço (adro de São Francisco)¹⁶⁹, e a Herdade de Almeirim, sita nos coutos de Évora. Antes do empréstimo esta propriedade aparece nos livros

¹⁶⁶ O que confere com os registos de batismo de Clara Antónia, batizada em 12 de Agosto de 1699 (cf. ADE, *Paroquiais de Évora, baptismos da Sé*, 1º nº 28), Mariana, batizada em 5 de Abril de 1702 (Idem, *ibidem*, 1º nº 29), Isabel, baptizada em 30 de Maio de 1708 (cf. Idem, 1º nº 30), Antónia, batizada em 26 de Outubro de 1710 (cf. Idem, *ibidem*). Depois nasceriam ainda: Pedro, batizado em 1 de Outubro de 1719 e Joana, batizada em 3 de Junho de 1725. Cf. Idem, 1º nº 33.

¹⁶⁷ ADE, ASCME, *lembranças*, 1º nº 27, fl. 93.

¹⁶⁸ Confira-se, a este propósito, a escritura de partilhas entre os dois irmãos, onde Luís Barreto de Andrade, irmão mais velho de Nicolau, era dado como morador em Olivença. Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 905, fls. 95-95v. (Escritura datada de 4 de Janeiro de 1701).

¹⁶⁹ Cf. ADE, *Notariais de Évora*, 1º nº 1051, fl. 101v-103v. (Escritura datada de 1 de Fevereiro de 1717)).

dos registos de notas de Évora como estando arrendada por 4 moios de pão terçado, 1 marrã e 1 carneiro mas perde-se-lhe o rasto após 1713¹⁷⁰. O facto de depois dessa data, Nicolau Barreto de Andrade continuar a pagar as décimas referentes às casas que tinham servido de hipoteca do empréstimo acima citado faz supor que tivesse perdido a herdade¹⁷¹. De igual modo não se conhecem detalhes da doença que invocou em 1731, nem se o teria conduzido à morte, ainda que as mesadas da Misericórdia se suspendam em 1735 e, em 1738, D. Joana Maria de Almeida Salema, se apresentar como sua viúva, e como tal receber 2 400 réis de esmola da Misericórdia¹⁷².

Em suma, independentemente das variáveis que determinaram as situações que levaram os homens e as mulheres de Évora a recorrerem à assistência formal, os percursos analisados demonstram diferentes intensidades na utilização do sistema assistencial. Se tal resultou de uma opção por parte das instituições que administravam os recursos disponíveis, ou se responderam às necessidades dos *pobres*, nunca se conseguirá comprovar com certeza absoluta. Ao longo de uma vida, situações como o nascimento ou casamento de um filho, a morte de um familiar, a doença, a falta de trabalho, a prisão, entre tantas outras, poderiam significar momentos de maior pobreza, que agravavam as já muito precárias condições de vida¹⁷³ ou, tão-somente, ameaçavam a manutenção do estatuto social dos mais privilegiados.

¹⁷⁰ A título de exemplo, veja-se o contrato de arrendado da referida herdade de Almeirim por parte de Nicolau Barreto de Andrade a Francisco Pinto. ADE, *Notariais de Évora*, 1º n° 908, fls. 111v-114. (Contrato de arrendamento datado de 2 de Julho de 1703).

¹⁷¹ Cf. ADE, ACME, *Livro do lançamento das décimas do concelho*, 1º n° 508 a 516.

¹⁷² Cf. ADE, ASCME, *Despesa: criação, ordenados, despesas diárias*, 1º n° 1138.

¹⁷³ Uma ideia defendida por Steven King, que não poder ser tomada acriticamente, como referimos antes. Cf. Steven King, *Poverty and welfare in England... cit.*, p. 127.

Conclusão

Em tempo de balanço do caminho percorrido pelas práticas de caridade e assistência implementadas em Évora no período moderno, sobretudo entre 1650 e 1750, importa recuperar as suas premissas estruturantes e metodologia de trabalho de forma a melhor enquadrar os resultados obtidos. Começando por relembrar que utilizámos três níveis de análise neste estudo. O primeiro, na perspectiva das instituições de assistência, dos seus administradores e das opções que tomaram enquanto distribuidores de recursos. O segundo, centrado na comunidade, nos grupos sociais, nas famílias e nas pessoas institucionalmente assistidas. O último, assente na comparação possível entre a realidade nacional e a europeia nas questões em análise.

No plano institucional começámos, como seria expectável pelo protagonismo que as Misericórdias assumiram no Portugal de Antigo Regime, pela Misericórdia de Évora e analisámos a sua base patrimonial, suporte, afinal, das suas atividades assistenciais. Verificámo-lo resultante de legados testamentários, onerados por encargos pios, como era comum ao tempo. No caso em apreço, um património de cariz fundiário, mais de 60% constituído por ferragiais, vinhas, olivais, quintas ou herdades, localizados na zona de influência de Évora. Por esta razão, quer dizer, pela especificidade dos seus rendimentos, a Misericórdia de Évora esteve, como todas as outras, dependente das flutuações económicas conjunturais, regionais e nacionais, mas também sujeita a todas as vicissitudes que condicionam o desenvolvimento da agricultura. Na comparação das receitas com as despesas vimos estas últimas a acompanhar as primeiras, sabendo, no entanto, da artificialidade de semelhantes equilíbrios contabilísticos, sobretudo quando as confrarias tinham de responder à fiscalização da Coroa.

Aproximámo-nos depois do universo da assistência e dos assistidos para perceber de que forma os recursos da Misericórdia foram distribuídos. E a primeira constatação que fizemos foi a de que, apesar das diferenças verificadas entre o século XVII e XVIII, a maior fatia das despesas da confraria fora realizada pelos mordomos dos meses, que tinham a seu cargo a distribuição da assistência domiciliária. Importa esclarecer, no entanto, que nesta contabilidade não entrava o Hospital do Espírito Santo, que tinha administração separada. Todavia, quando, num exercício meramente teórico, fizemos entrar as finanças do hospital nas contas da Misericórdia a assistência domiciliária continuou a ocupar o primeiro lugar, posição que partilhava com as despesas das capelas, representando ambas 21% dos gastos totais.

Foi na análise da proveniência dos utentes das duas vertentes assistenciais identificadas – domiciliária e providenciada no contexto de uma instituição, ou seja, no hospital, mas também na prisão, nos recolhimentos e nas cartas de guia (aqui incluídas pelas razões que tivemos oportunidade de explicar) – que identificamos uma assistência geograficamente dividida, como, de resto, aconteceu em outras Misericórdias: a assistência domiciliária contemplou exclusivamente a população residente enquanto a vertente da institucionalização foi dirigida para os não naturais de Évora. No Hospital do Espírito Santo, 63,5% dos seus doentes eram exteriores à cidade, a maioria proveniente do norte e centro do país. Quando o olhar se deslocou para as cartas de guia encontrámos 89% delas dirigidas a homens que, por várias razões, assumimos esmagadoramente não habitantes de Évora. Entre os motivos identificados para a sua atribuição, e que sustentaram a nossa conclusão, está o regresso ao local de origem após as colheitas estivais e inverniais, em valores que se sobrepõem aos das deslocações para tratamento no Hospital

de Todos-os-Santos e no das Caldas da Rainha ou peregrinação a Santiago de Compostela.

Estabelecida esta distinção, procedemos de seguida à análise mais detalhada de cada uma das vertentes de assistência, procurando compreender as opções dos administradores da assistência no momento de distribuírem os recursos disponíveis. Tomámos como variáveis, em ambas as vertentes, as quantias gastas, o número de pessoas assistidas e os episódios de assistência (ou seja, a quantidade das ocorrências). No que respeita à assistência domiciliária, tendo sido possível estabelecer comparações entre o século XVII e o século XVIII, verificámos, neste último, um aumento das verbas alocadas aos pobres e do número de pessoas assistidas, embora se tivesse mantido relativamente estável o número de ocorrências de assistência. No que concerne à assistência em contexto de instituição, cuja evolução apenas pudemos acompanhar entre 1714 e 1750, registámos um crescimento igualmente positivo, apesar das oscilações, quer das quantias envolvidas, quer do número de pobres assistidos e de ocorrências. Quando fomos procurar as razões desta distribuição confirmámos o que outros antes de nós já tinham verificado para outras geografias: enquanto elites sociais e económicas e defensores dos seus interesses pessoais e da comunidade, os administradores da Misericórdia terão agido de forma a assegurar e controlar a força de trabalho, facto que justificará o aumento das admissões no hospital entre as diferentes colheitas dos produtos agrícolas. Nesta linha, o provimento de cartas de guia poderá ter funcionado como forma de afastar os potenciais focos de agitação social, ajudando os convalescentes mas também os presos e os desocupados a partirem para os seus locais de origem.

Todavia, quando comparadas as duas vertentes assistenciais, concluiu-se que a assistência domiciliária envolveu mais pobres assistidos

mas gastou menos recursos do que a assistência *institucionalizada*, que terá provido menos pobres mas despendido muito mais dinheiro. Uma situação justificada pelo facto de, qualquer que fosse a forma de *institucionalização*, cada indivíduo gastar muito mais do que o valor de uma simples esmola, mesmo quando concedida com carácter de regularidade.

Já a explicação para o aumento do número de assistidos no século XVIII se encontrou, essencialmente, nas crises económicas e nos cenários de guerra que influenciaram o preço dos cereais e lançaram mais gente na miséria. Com as suas receitas igualmente afectadas, a Misericórdia teve de fazer escolhas nos alvos a assistir e a opção seguiu, claramente, sobretudo a partir de meados da década de 30 do século XVIII, a assistência *institucionalizada*, principalmente em contexto hospitalar, em detrimento da assistência domiciliária, que sofreu então uma profunda quebra.

Com o objetivo de tornar a análise ainda mais fina, quisemos conhecer as situações de pobreza privilegiadas pela Misericórdia enquanto recetoras de recursos assistenciais e quantias alocadas pela assistência domiciliária. Verificámos, em termos genéricos, que a maioria das esmolas era de reduzido valor. Quer isto dizer, entre 100 e 150 réis no século XVII e entre 200 e 250 réis no seguinte. Para além disso, o tratamento estatístico dos dados informou-nos que as medianas dos valores despendidos acompanharam essa divisão secular, sendo que no primeiro período a Misericórdia gastou em termos medianos 100 réis e no segundo 240 réis. Como tivemos oportunidade de constatar, estes valores corresponderam a galinhas, na verdade, a muitos milhares de galinhas que a Misericórdia distribuiu pelos pobres de Évora ao longo do período estudado. Na avaliação da periodicidade com que esta distribuição era feita vimo-la organizada em provimentos regulares (semanais e, sobretudo, mensais) e outros sem frequência definida. Para além das galinhas e do carneiro,

encontram-se entre as primeiras os apoios para a criação dos filhos dos pobres e as mesadas. Já as esmolas avulsas, as mortalhas, os enterros, os sufrágios por alma, as curas de tinha e de alporcas, assim como a aplicação de sanguessugas, foram concedidas com uma periodicidade mais irregular. Todavia, o que se deve realçar é a importância de determinadas categorias em detrimento de outras em termos de pessoas assistidas. O mesmo é dizer, que em 1635,1650/1663 seis categorias (galinhas de quadrelas; carneiro de quadrelas; missas, mortalhas e enterros; criação dos filhos dos pobres e mesadas) concentraram 96% dos receptores. Nos primeiros 50 anos do século XVIII a concentração foi ainda maior, reduzindo-se a cinco categorias (galinhas de quadrelas; missas, mortalhas e enterros; criação dos filhos dos pobres e mesadas), que agruparam 97% das pessoas assistidas.

O tipo de assistência com maior relevância foi, sem dúvida, o provimento de galinhas, cuja importância no universo das pessoas que beneficiaram da assistência domiciliária cresceu de 56% no século XVII para 63,1% no século XVIII. Neste movimento, o provimento de carneiro e de mesadas perdeu significado e tornou-se residual na observação estatística. Por outro lado, as missas por alma, as mortalhas e as criações também perderam relevância em relação ao total de pobres providos, decrescendo, respectivamente, 1,5% e 0,9%. Por oposição, as esmolas avulsas aumentaram 4,3%.

Ao alargarmos o campo de observação às esmolas distribuídas pelo Cabido da Sé de Évora e pela Misericórdia no âmbito do legado do Cónego Diogo Vieira Velho detectámos muitas semelhanças, quer em termos de comportamentos, quer do público-alvo beneficiado pelas esmolas irregulares providenciadas pela Santa Casa. Em ambos os casos, a assistência privilegiou os residentes de Évora, que receberam esmolas avulsas, em dinheiro ou géneros, com uma periodicidade anual.

Verdadeiramente pertinente, no entanto, é a representatividade final do número de *pobres* assistidos no contexto geral da população da cidade. Se, numa contabilidade mais abstrata quantificámos 9,1% da população em 1700 e 5,2% em 1750 – percentagens baixas mas ainda assim generosas quando comparadas com a maioria dos exemplos que apresentámos para outras geografias –, não temos quaisquer dúvidas que estes valores baixariam drasticamente se conseguíssemos conhecer com exatidão o número de pobres que usufruíram de assistência formal de uma forma mais intensa. Isto porque sabemos que mais de 78% dos *pobres* foram assistidos num máximo de 4 vezes.

Mas o cruzamento das práticas assistenciais do Cabido com as da Misericórdia, gestão do legado testamentário incluída, possibilitou também chegar à conclusão que o auxílio foi predominantemente atribuído a mulheres viúvas. E se esta é, em Portugal como no resto da Europa, uma característica comum, menos frequente é encontrar as escolas dirigidas a dois grupos sociais perfeitamente delimitados: o dos comumente identificados como pobres e um outro, pertencente à elite local, auto-representada como empobrecida, portadora de características que em muito transcendem as que são atribuídas à designada “pobreza envergonhada”.

A definição destes grupos e das respectivas famílias foi essencial para reduzir a escala de observação, focando-a definitivamente na perspectiva do pobre, nas suas estratégias de sobrevivência, formais e informais, resultantes da sua interacção com as instituições e a comunidade. Uma análise de pormenor revelou que o grupo de elite foi o que mais beneficiou da assistência institucional, não das verbas que saíam directamente do orçamento da Misericórdia, através da assistência domiciliária, mas sim das escolas do legado instituído pelo cónego Diogo

Vieira Velho, numa percentagem de cerca de 72,4%, contra 26,6% provenientes da Misericórdia e 1% do Cabido da Sé.

Face a estes números, e sabendo que o grupo da categoria social mais baixa do 3º estado esteve dependente da assistência da Santa Casa, questionámo-nos sobre a centralidade das esmolas recebidas na sua economia familiar. Para isso comparámos os quantitativos auferidos através da assistência com o salário mensal de um trabalhador não especializado, que estabelecemos através de estimativa. Daqui apurámos que um pobre do estrato social mais baixo recebeu, em média, esmolas no valor de 183 réis mensais, enquanto um servente de pedreiro, se trabalhasse todos os dias do mês, poderia auferir cerca 2 000 réis. Por outras palavras, para este grupo a assistência não representou mais do que 5,7% do rendimento mensal de um trabalhador. Quando o alvo da análise foi o grupo da elite *empobrecida*, usando como termo de comparação os rendimentos que obtinham com as propriedades fundiárias e rendas de ofícios, a representatividade da assistência ascendeu, em média, a 12,4% .

Em suma, concluiu-se que a assistência institucional, tendo sido importante, não terá sido o único elemento a contribuir para a economia daqueles que recorreriam às diversas esmolas. É preciso considerar toda uma multiplicidade de outros expedientes usados pelos pobres ao longo do seu percurso de vida, de elite ou não, que funcionaram como outras tantas estratégias de sobrevivência, física ou social. De entre elas, as diferentes formas de endividamento; o atraso no pagamento a merceeiros, carneiros e alfaiates; o recurso ao empréstimo de dinheiro a juros; o atraso no pagamento de rendas e de encargos pios; a utilização do trabalho de mulheres e crianças – quando o estatuto social e o mercado o permitiram –; ou ainda a coabitação com familiares e vizinhos.

Esta constatação permitiu-nos afirmar que, mesmo os pobres dos estratos sociais mais baixos eram detentores de alguma forma de capital social, obviamente que em escalas e categorias diferenciadas. Sem surpresas, o grupo de elite foi aquele que teve capacidade para mobilizar mais recursos assistenciais, provenientes dos vários locais de assistência formal, frequentemente acumulando a condição de esmolados e de distribuidores de esmolas. Mais importante, no entanto, o facto de, apesar de receberem ajuda institucional, o seu capital social não ter sofrido erosão, continuando a aceder aos lugares da administração do poder local e da Misericórdia. Com a ajuda da assistência puderam casar os filhos ou encaminhá-los para a vida religiosa, conseguindo manter o seu estatuto social.

Para além da identificação das estratégias de sobrevivência e da posse de capital social que estas pressupunham, considerámos importante definir o momento em que os dois grupos entraram na assistência e os motivos porque o fizeram. Para isso focámos a análise em três pontos que à partida sabíamos críticos no percurso de vida individual e familiar: o casamento, o nascimento dos filhos e a velhice. Concluímos que os indivíduos pertencentes à categoria social mais baixa demonstraram maior vulnerabilidade à pobreza nos primeiros anos da vida conjugal, quando, quase sempre, começam a nascer os filhos, enquanto para os elementos da elite local esse momento ocorreu na última fase da vida, na maioria dos casos, poucos anos antes da morte, o que coincidia, para muitos deles, com a necessidade de dar “estado” aos filhos, o que potenciava os factores de fragilidade. Em ambos os casos a existência de filhos foi determinante, mas em momentos diferenciados. Só a análise dos percursos de vida, que empreendemos no último capítulo deste trabalho, permitiu chegar a semelhante conclusão. Demonstrando, ainda, que, independentemente das

variáveis que determinaram situações de pobreza, a assistência formal foi utilizada com diferentes intensidades ao longo da vida dos *pobres*, dependendo de uma variedade de circunstâncias, pessoais ou familiares, mas também influenciada pelas opções realizadas por quem tinha o poder de distribuir recursos e selecionar recetores.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Fontes Manuscritas

1 - Arquivo do Cabido da Sé de Évora

Esmolas dadas pelo Cabido (séculos XVII e XIX), pasta nº 48, maço I e II, não numerados.

Esmolas do Cabido, Cadeia e Aljube. Estante 2 Pasta 20 VI.

2 - Arquivo Distrital de Évora

2.1 - Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora

Celeiro: receita e despesa, 1º nº 706 (1580-1581) a 1º nº 849 (1767-1768).

Compromisso da Misericórdia de Évora, 1º nº 68 (1651).

Creações dos filhos dos pobres, 1ºs nºs 911 a 914

Criação esmolas, guias, quadrelas, despesas diárias, 1º nº 1109 a 1110 (1635); 1º nº 1118 a 1º nº 1126 (1650-1659); 1º nº 258 (1660-1661); 1º nº 259 (1661-1663); 1º nº 1130 a 1º nº 1139 (1700-1750).

Doentes, registo de entradas no hospital e falecimentos, 1º nº 276 (1554-1562) a 1º nº 325 (1750-1751).

Enjeitados: despesa, ordenados às amas, 1º nº 423 (1568-1569) a 1º nº 430 (1621-1622); 1º nº 972 (1638/1639) a 1º nº 1071 (1749-1750).

Fazendas e foros do cônego Vieira Velho: tombo, 1º nº 78.

Lembranças, 1º nº 8 (1596-1602) a 1º nº 28 (1739-1764).

Livro das eleições dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia, 1º nº 55 (1552/1762).

Livro de despesas: esmolas da porta aos domingos, 1º nº 85 (1601/1604); 1º nº 86 (1621/1622); 1º nº 87 – (1657, 1º nº 384 (1596-1597); 1º nº 385

(1662/1666); 1º nº 386 (1669/1670); 1º nº 387 (1688/1689); 1º nº 388 – (1748/1753).

Livro das esmolas que o Reuerendo Conego Diogo Vieira Velho deixou aos nobres pobres, 1º nº 1753 (1676/1766).

Livro de receita: entrada de dinheiro no cofre do hospital dado a juros, 1º nº 98 (1694-1793).

Livro de despesa: saída de dinheiro do cofre do hospital, 1º nº 103 (1700-1816).

Livro dos Acórdãos da Misericórdia, letra C, nº 3 – 1664/1738

Privilégios da Santa Casa da Misericórdia, 1º nº 48.

Privilégios do Hospital, 1º nº 47 (1500-1816).

Receita e despesa (Hospital do Espírito Santo), 1º nº 1283 (1667-1668) a

1º nº 1290 (1674-1675); 1º nº 1305 (1675-1675) a 1º nº 1309 (1679/1680); 1º nº 1314 (1680-1681) a 1º nº 1318 (1684-1685); 1º nº 1323 (1685-1686) a 1º nº 1329 (1691-1692); 1º nº 1343 (1702-1703) a 1º nº 1351 (1712-1713); 1º nº 1365 (1713-1714) a 1º nº 1372 (1722-1723); 1º nº 1739 (1722-1723) a 1º nº 1386 (1729-1730); 1º nº 1395 (1730-1731) a 1º 1402 (1737-1738); 1º nº 1414 (1738-1739) a 1º nº 1422 (1746-1747); 1º nº 1442 (1747-1748) a 1º nº 1445 (1750-1751).

Receita e despesa (Misericórdia): 1º nº 1182 (1605-1606) a 1º nº 1183 (1607-1608); 1º nº 1195 (1609-1610); 1º nº 1196 (1610-1611); 1º nº 1697 (1611-1612); 1º nº 1206 (1612-1613) a 1º nº 1210 (1616-1617); 1º nº 1230 (1626-1627) a 1º nº 1234 (1630-1631); 1º nº 1242 (1636-1637) a 1º nº 1246 (1640-1641); 1º nº 1255 (1641-1642) a 1º nº 1282 (1667-1668); 1º nº 1291 (1668-1669) a 1º nº 1294 (1671-1672); 1301 (1672-1673) a 1º nº 1322 (1687-1688); 1º nº 1330 (1688-1689); 1º nº 1341 (1704-1705) a 1º nº 1364 (1716-1717); 1º nº 1373 (1717-1718) a 1º nº 1377 (1720-1721); 1º nº 1737 (1721-1722) a 1º nº 1738 (1722-1723); 1º nº 1387 (1723-1724); 1º nº 1344 (1730-1731); 1º nº 1403

(1731-1732) a 1º nº 1413 (1739-1740); 1º nº 1423 (1740-1741) a 1º nº 1434 (1750-1751).

Receita e despesa: assento de defuntos, esmolos, enterros, 1º nº 1552 (1605-1616); 1º nº 1553 (1616-1630); 1º nº 1557 (1630-1639); 1º nº 1560 (1639-1650), 1º nº 1570 (1650-1663); 1º nº 1571 (1663-1676), 1º nº 1574 (1676-1691); 1º nº 1575 (1691-1703); 1º nº 1352 (1703-1716); 1º nº 1353 (1716-1731), 1º nº 1408 (1732-1744); 1º nº 1409 (1747-1757).

Receita e despesa: cadeia, presos, 1º nº 2259 (1617-1617) a 1º nº 2269 (1626-1627); 1º nº 389 (1630-1631) a 1º nº 394 (1631-1632); 1º nº 1645 (1694-1697) a 1º nº 1657 (1711-1712); 1º nº 1577 (1714-1715) a 1º nº 1595 (1732-1733); 1º nº 1597 (1733-1734) a 1º nº 1614 (1750-1751).

Receita e despesa: tombo IV de foros, 1º nº 76, (1680/1681).

Regimento do Hospital, 1º nº 67.

Registo de Irmãos da Misericórdia, 1º nº 50 (1566/1668); 1º nº 52 (1676/1917).

Testamentos e Doações, 1º nº 1772 (1529-1699).

2.2 - Fundo da Casa Pia de Évora

Entrada das recolhidas para o recolhimento de Nossa Senhora da Piedade, 1º nº 191 (1744-1836).

Livro da despesa das compras desta casa do Hospital da Piedade, 1º nº 26 (1667-1668) a 1º nº 76 (1750-1751).

Livro da Fazenda, que o Doutor António Vaz Machoca deixou ao Recolhimento da Piedade desta Cidade de Évora, 1º nº 189.

Livro em que se asentão os moradores desta caza do hospital de Nossa Senhora da Piedade, 1º nº 16 (1602-1643).

2.3 - Fundo da Câmara Municipal de Évora

Colecção de actas, 1º nº 22 (1660-1664) a 1º nº 43 (1749-1754).

Livro de receita e despesa do celeiro comum (escrituras do pão e tombos do tesoureiro), 1º nº 154.

Livro VI dos Originais, nº 76.

Livros do lançamento das décimas do concelho, 1º nº 481 (1698); 1º nº 497; 1º nº 498 (1705); 1º nº 503 (1710); 1º nº 508 (1717); 1º nº 511 – (1722); 1º nº 515 (1726) e 1º nº 516 (1733).

Tombos do aqueduto da água da prata: livros de obras de conservação, férias, rendas e condenações, 1º nº 371 e 1º nº 372.

2.4 - Fundo de Paroquiais de Évora

Paróquia de Santo Antão

Baptismos, 1º nº 15 (1648/1656) a 1º nº 28 (1744/1752).

Casamentos, 1º nº 39 (1621-1644) a 1º nº 47 (1747-1757).

Óbitos, 1º nº 53 (1694-1727) a 1º nº 55 (1747-1758).

Paróquia de São Mamede

Baptismos, 1º nº 6 (1645-1669) a 1º nº 10 (1748-1760).

Casamentos, 1º nº 15 (1569-1708) a 1º nº 17 (1707-1757).

Óbitos, 1º nº 20 (1707-1737) a 1º nº 21 (1737-1764).

Paróquia de São Pedro

Baptismos, 1º nº 4 (1640-1716) a 1º nº 5 (1716-1764).

Casamentos, 1º nº 4 (1649-1718), 1º nº 7 (1718-1755).

Óbitos, 1º nº 10 (1695/1793).

Paróquia de São Tiago

Baptismos, 1º nº2 (1689/1737) a 1º nº 3 (1737/1770).

Casamentos, 1º nº 6 (1688/1755).

Paróquia da Sé

Baptismos, 1º nº 19 (1639-1645) a 1º nº 40 (1751-1754).

Casamentos, 1º nº69 (1636/1642) a 1º nº80 (1746/1758).

Óbitos, 1º nº 87 (1737-1751).

2. 5 - Fundo da Provedoria da Comarca de Évora e Estremoz

Colecção de testamentos, caixa nº 22, peça nº 27 e peça nº 55; caixa nº 24
peça nº 134; caixa nº 25, peça nº 62 e peça nº 101, caixa nº 29, peça
nº 56.

2.6 – Fundo de Notariais de Évora, 1ºs nº 144, 765, 768, 896, 899, 904,
905, 908, 912, 1005, 1009, 1051, 1059, 1060, 1065, 1087, 1128,
1144, 1249, 1252, 1253.

3 - Biblioteca Pública de Évora

AGOSTINHO, Nicolau, *Rellaçam sumaria da vida do Illustrissimo senhor
Dom Theotonio de Bragança*, Évora, Francisco Simões, 1614.

*Eborensis Diocesis Metropolitana descriptio a Fratre Michaelae de Tavora
undecimi Archiepiscopi ejusdem Diocesis pro prima visitatione ad
Limina Apostolarum*, 1750. BPE, Cod. CIX 2/10, nº 9.

FIALHO Manuel, *Évora Ilustrada*, tomo 1º, cod. CXXX/1-8.

Livro das despesas da sacristia do Convento do Espinheiro, cod. CV/1-9d.

*Lista das Cidades Villas, Vigayrarias e Freguesias que ha neste
Arcebispado de Evora como também dos Fogos, e Pessoas que nelle
ha no anno de 1720*, cod. CIX/2-12, nº 14.

Procissão das águas que em 1737 fez a Irmandade da Misericórdia ao Mosteiro do Espinheiro. Cod. CV/1-9, fls. 87-88.

Regimento Primordial do Celeiro Comum da Cidade de Évora dado pelo sr. Rei D. Sebastiam Arm. X, nº 3. nº 5. Manizola.

4 - Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Mesa da Consciência e Ordens, 1º nº 61, (1735-1771).

Registo Geral de mercês de D. João V, 1º nº 8 e 14.

Registo Geral de mercês de D. Pedro II, 1º 9.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, André, maço 4, doc. 79. Manuel, maço 45, doc. 997, maço 136, doc. 2338.

Fontes Impressas

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez, & Latino*, t. III, Coimbra, no Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza, eDescripçam Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca, *Medicina Lusitana e Socorro Delphico a os clamores da Natureza humana para total profligação de seus males*, Amsterdam, em casa de Miguel Diaz, 1710.

PEREIRA, Gabriel, *Documentos Históricos da cidade de Évora [edição fac-similada]*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

Legados Pios/Santa Casa da Misericordia d'Evora, Évora, Typografia da Casa Pia, 1882.

- LIMA, Luiz Caetano de, “Lista de Fogos e Almas que há na Terra de Portugal”, *Geografia Histórica de Todos os Estados da Europa [...]*, Lisboa, Officina de José António da Silva, Tomo 2, 1936.
- Ordenações Manuelinas*, livro II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, (José Pedro Paiva, Maria Marta Lobo de Araújo (dir.)), vol. 6, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/União das Misericórdias Portuguesas, 2007.
- SILVA, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maignense, 1830.
- SILVA, José Justino de Andrade e, *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa (1603/1612)*, Lisboa, Imprensa de J.J.A. Silva, 1854.
- ___, *Collecção Chronologica da Legislação portugueza compilada e annotada, (1640-1647)*, Lisboa, Na officina de F. X. de Souza, 1856.

Bibliografia

- ABREU, Laurinda, “Misericórdias, Estado Moderno e Império”, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, José Pedro Paiva (coord.), Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, vol. 10 (prelo).
- ___, *A pobreza e as questões da assistência e da saúde em Portugal: dinâmicas políticas e sociais (séculos XVI-XVIII)*, Gradiva, 2013 (prelo).
- ___, “Defining the Poor: Between Crown Policies and Local Actors (Évora, 16th-17th Centuries”, *Vulnerability, Social Inequality and Health*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2010, pp.77-91.
- ___, “A Misericórdia de Lisboa, o Hospital Real e os insanos: notas para uma introdução”, *Museu São João de Deus – Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, pp. 109-114.
- ___, “Beggars, vagrants and Roma: repression and persecution in the Portuguese society (14th – 18th centuries)”, *Monitoring health status and vulnerable groups in Europe: past and present*, (Laurinda Abreu/Janos Sandor eds.), Pecs, 2006, pp. 15-38.
- ___, “Un destin exceptionnel: les enfants abandonnés au travail (Évora, 1650-1837)”, *Annales de Démographie Historique*, Paris, 2005 (2), p. 165-183.
- ___, “O Arcebispo D. Teotónio de Bragança e a reestruturação do sistema assistencial de Évora moderna”, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, CIDEHUS/Colibri, 2004, pp. 155-166.
- ___, “O século das Misericórdias”, *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2), *Série História*, 3, 2003, pp. 467-484.

- ___, “Misericórdias: patrimonialização e controle régio (séculos XVI e XVII)”, *Ler História*, 2003, 44, pp. 5-24.
- ___, “A especificidade do sistema de assistência pública português: linhas estruturantes”, *Revista Arquipélago- história* 7, 2002, pp. 417-434.
- ___, “As comunidades litorâneas de Setúbal e Lisboa em tempos de Contra Reforma”, *O litoral em perspectiva histórica (sécs. XVI a XVIII)*, (Inês Amorim ed., Amélia Polónia, Helena Osswald (cord.)), Porto, Instituto de História Moderna, 2002, pp. 247-258.
- ___, “The Évora foundlings between the 16th and the 19th century: the portuguese public welfare system in analysis”, *European Association for the History of medicine and health – 5th Conference, Health and Child Care and Culture in History*, Geneva Medical School, September 13th – 16th, 2001, pp. 37-60.
- ___, “O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do império”, *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII, nº3, 2001, pp. 591-611
- ___ “Purgatório, Misericórdias e caridade: condições estruturantes da assistência em Portugal (séculos XV-XIX), separata da Revista *Dynamis*, Granada, vol. 20, 2000, pp. 395-415.
- ___, *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999.
- ___, “Para uma outra visão do Purgatório: uma primeira abordagem aos Breves de perdão e redução”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1999, pp. 713-736.
- ___, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755; aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.

- ABREU, Laurinda, Pardal, Rute, *A memória histórica do convento da cartuxa de Santa Maria Scala Coeli através da sua documentação*, Évora, Fundação Eugénio de Almeida, 2010.
- AFONSO, Anabela; Nunes Carla, *Estatística e Probabilidades. Aplicações e Soluções em SPSS*, Escolar Editora, 2010.
- AMORIM, Inês, *Aveiro e os caminhos do sal (séculos XV a XX)*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.
- AMORIM, Norberta “Abordagem demográfica em história da família. Alguns dados sobre Guimarães de Antigo Regime”, *Boletim de trabalhos históricos*, 2003, pp. 63-81.
- _____, “Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central”, *Congresso da Associação de Demografia Histórica (ADEH)*, Castelo Branco, VI, 2001 - "Congresso da Associação Demografia Histórica: actas". Lisboa: ADEH, 2001, pp. 57-66.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, Ed. Civilização, 1968, pp. 622-623.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa: atitudes e representações – 1700/1830*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na Confraria de São Vicente de Braga: (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011.
- _____, “As traves mestras da Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o compromisso de 1612” , *Sep. dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41, n.º 3-4, 2001, pp. 137-150.
- _____, “A ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII a XIX)”, *Sep. da revista cultural Bracara Augusta*, Braga, 2002, vol. 50 p. 441-468.

- ___, “As traves mestras da Confraria do Santíssimo Sacramento da igreja da Misericórdia de Vila Viçosa: o compromisso de 1612”, *Sep. dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 41, n.º 3-4, 2001, pp. 137-150.
- ___, “Aos pés de Vossa Alteza Sereníssima: as pobres do Arcebispo bracarense D. José de Bragança”, *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), 2002, pp. 104-114.
- ___, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000.
- ___, *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, ESTEVES, Alexandra, “Pasaportes de Caridad: las carta de guia de las Misericórdias Portuguesas (siglos XVII-XIX)”, *Estudios Humanísticos. História*, n.º 6, 2007, pp. 207-225.
- ARKELL, Tom, “The incidence of poverty in England in the later seventeenth century”, *Social History*, vol. 12, n.º 1, (Jan. 1987), pp. 23-47.
- BARREIRA, Manuel de Oliveira, *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: pobreza e solidariedade (1600-1750)*, (dissertação de Mestrado policopiada), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.
- BEN-AMOS, Ilana Krausman, “Gifts and favors: informal support in early modern England”, *The Journal of modern History*, 72, June, 2000, pp. 295-398.
- BLAIKIE, Norman, “A critique of the use of triangulation in social research”, *Quality and Quantity*, n.º 25, pp. 115-136.

- BLOCMANS, Wim, “Circumscribing the concept of poverty”, *Aspects of poverty in early modern Europe*, Europaisches Hochschulinstitut, 1982, pp. 39-45.
- BOULTON, Jeremy, “‘It is extreme necessity that makes me do this’: some survival strategies of pauper households in London West End during the early eighteenth century”, *International review of social history*, 45, 2000, pp. 47-69.
- BOURDELAIS, Patrice, “The renaissance of the historical demography, historical demography as a scientific phoenix”, *Befolkningshistoriska perspektiv*, Umeå, Umeå Universitet, 2004, pp. 23- 34.
- _____, “The renaissance of the historical demography, historical demography as a scientific phoenix”, *Befolkningshistoriska perspektiv*, Umeå, Umeå Universitet, 2004, pp. 23- 34.
- BOURDIEU, Pierre, “The forms of capital”, *Sociology of education*, Stephen Ball (ed.), London, RoutledgeFalmer, 2004, pp. 15-29.
- _____, “Making the economic habitus: Algerian workers revisited”, *Ethnography*, 1-1 (July), pp. 17-41.
- BOXER, Charles Ralph, *O império colonial português(1415-1825)*, Lugar da História 14, 2ª ed., Lisboa, Edições 70, 1981, [edição original – 1969].
- BRAGA, Ana Maria dos Santos N. de Oliveira, “Notas para o estudo da mulher viúva em Portugal nos finais do Antigo Regime, *Revista de Ciências Históricas*, vol. VIII, 1993, pp. 117-124.
- BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond, *Saúde pública e prática médica em Portugal (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, s.n., 2001.
- BRAUDEL, Fernand *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*, New York, Harper & Row, 1975.

- BREWER, John; HUNTER Albert, *Foundations of multimethod research: synthesizing styles*, London, Sage publications, 1989.
- BROWN, Dorothy M.; MCKEOWN, Elizabeth, *The poor belong to us: catholic charities in American welfare*, Cambridge, Mass., 1997.
- BROWN, W. Newman, “The receipt of poor relief and family situation: Aldenham, Hertfordshire (1630-90)”, *Land, Kinship and life-cycle* (Richard Smith ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 1984, pp. 408-410.
- BROOMHALL, Susan, “Understanding household limitation strategies among the sixteenth-century urban poor in France” *French History*, vol. 20, n° 2, June 2006, pp.121-137.
- CAMPBELL, D. T.; FISKE, D. W., “Convergent and discriminat validation by multitrait-multimethod matrix”, *Psychological bulletin*, n° 56, 1959, pp. 81-105.
- CARASA SOTO, Pedro, *Pauperismo y revolución burguesa: (Burgos, 1750-1900)*, Valladolid, Biblioteca de Castilla y Leon, 1987.
- CARDIM, Pedro, “O processo Político (1621 – 1807)”, *História de Portugal* (José Mattoso dir.), vol. IV, Lisboa, Estampa, 1997, pp. 404-408.
- CARDOSO, Maria Teresa Ferreira Costa, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, (dissertação de mestrado policopiada), Braga, 2005.
- CARVALHO, Afonso de, *Da toponímia de Évora*, Lisboa, Colibri, 2004.
- CASTEL, Robert, *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995.
- CAVALLO, Sandra, *Charity and Power in Early Modern Italy: Benefactors and Their Motives in Turin (1541-1789)*.

- CHESS, Caron, “Evaluating Environmental Public Participation: Methodological Questions”, *Journal of Environmental Planning and Management*, 43(6),769-784.
- COLEMAN, James, “Social capital in the creation of human capital”, *American Journal of Sociology*, vol. 94, 1988, pp. 95-120.
- CONDE, Antónia, “O mosteiro de São Bento de Cástris e a décima eclesiástica”, *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVI, vol. I, Coimbra, 2002-2003, pp. 161-172.
- CORRÊA, Fernando Calapêz, *Elementos para a História da Misericórdia de Lagos*, Lagos, Santa Casa da Misericórdia de Lagos, 1998.
- COSME, João, *Os róis de confessados de Alhos Vedros (1772/1796)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006.
- COSTA, Américo Fernando da Silva, *Sociedade Poder e Conflito. A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães – 1750-1820*, Braga, 1993.
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança – 1560/1640: práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000.
- DAVIS, Natalie Zemon, “Poor relief, humanism and heresy: the case of Lyon”, *Studies in Medieval and Renaissance History*, vol. 5, Lincoln, University of Nebraska Press, 1968, pp. 217-175.
- _____, “Poor relief, humanism and heresy: the case of Lyon”, *Studies in Medieval and Renaissance History*, vol. 5, Lincoln, University of Nebraska Press, 1968.
- DAUNTON, Martin J., *Progress and poverty: an economic and social history of Britain (1700-1850)*, Oxford, Oxford University Press, 1995.
- DENZIN, Norman, *The research act: a theoretical introduction to sociological methods*, New York, McGraw-Hill, 1978.
- _____, *Sociological methods: a source book*, Aldine publishing company, Chicago, 1970. 1970.

- DIAS, João José, *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- DINGES, Martin, “A History of poverty and poor relief: contributions from research on Early Modern period and the late Middle Ages and examples from more recent History”, *European Health and social welfare policies*, (Laurinda Abreu ed.), s.l., Compostela Group of Universities/Phoenix TN, 2004, pp. 23-50.
- _____, “Health care and poor relief in regional southern France in the counter reformation”, *Health care and poor Relief in counter reformation Europe*, (Ole Peter Grell, Andrew Cunningham & Jon Arrizabalaga eds.), Routledge, London/New York, 1999, pp. 239-278.
- _____, “Self help and reciprocity in parish assistance: Bordeaux in the sixteenth and seventeenth centuries”, *The locus of care: families, communities and the provision of welfare since antiquity* (Peregrine Horden & Richard Smith eds.), London, 1998, pp. 111-125.
- ELDER, Glen H. “The life course as developmental theory”, *Child development*, vol. 69, nº 1, 1998, pp. 1-12.
- ESTEVES, Alexandra, *Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no alto Minho (1732-1870)*, (dissertação de doutoramento policopiada), Braga, 2010.
- FARR, James, “Social capital: a conceptual history”, *Political theory*, vol. 32, nº 1, (Feb. 2004), pp. 6-33.
- FASSIN, Didier, “Justice Principles and Judgment Practices in Allotting Emergency State Financial Aid in France”, *Revue Française de Sociologie*, 2003/5, vol. 44, pp. 109-146.
- FIGUEIREDO, Fernanda et. al., *Estatística descritiva e probabilidade*, Lisboa, Escolar Editora, 2007.

- FLYNN, Maureen, *Sacred charity: confraternities and social welfare in Spain (1400-1700)*, London, Macmillan, 1989.
- FONSECA, Hélder e SANTOS, Rui, “Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX”, *Ler História*, 40 (2001), pp. 43-94.
- FONSECA, Jorge, “Uma Vila Alentejana no «Antigo Regime» – Aspectos Socioeconómicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, *Almansor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119-207.
- FONSECA, Teresa, *Absolutismo e municipalismo em Évora: 1750-1820*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- FONTE, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1996.
- FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir: nascimento da Prisão*, (29ª edição), Petrópolis, Editora Vozes, 2004.
- ___, *Folie et déraison: Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Plon, 1961.
- FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- FREY, Dennis, “Industrious households: survival strategies of artisans in a southwest German town during the eighteenth and early nineteenth centuries”, *International review of social history*, 45, 2000, pp. 137-157.
- GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne, *O numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.
- GENTILCORE, David, “Cradle of the Saints and useful institutions: health care and poor relief in the kingdom of Naples”, *Health care and*

- poor Relief in counter reformation Europe*, (Ole Peter Grell, Andrew Cunningham & Jon Arrizabalaga eds.), Routledge, London/New York, 1999, pp. 131-150.
- GEREMEK, Bronislaw, *A Piedade e a Força - História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.
- GODINHO, Anabela, *Comportamentos demográficos de uma freguesia rural do baixo Alentejo: Selmes (sécs. XVIII-XIX)*, ISCTE, (dissertação de mestrado policopiada), 1999.
- GREEN, David, *Pauper capital: London and the poor law (1790-1870)*, s.l., Ashgate, 2010.
- GUEDES, Ana Isabel Marques, *Les enfants orphelins – éducation et assistance: les collèges dos meninos órfãos: Évora, Porto et Braga (XVII-XIXe siècles)*, (dissertação de Doutoramento policopiada), Florence, Institut Universitaire Européen, 2000.
- GUINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes: o quotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, São Paulo, Companhia das letras, 1998.
- GUSMÃO, Armando de, *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*, Évora, Santa Casa da Misericórdia, parte I (1499/1567), 1958.
- GUTTON, Jean Pierre, *La Société et Les Pauvres en Europe (XVI^e - XVIII^e siècles)*, Paris, Presses Universitaires de France, 1974.
- HAJNAL, John, “European marriage patterns in perspective”, *Population in History* (D. Glass & D. Eversley (eds.)), Arnold, London, 1965, pp. 101-143.
- _____, “Two kinds of pre industrial household formation system” *Family forms in historic Europe*, (Richard Wall & Peter Laslett (eds.)), Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 65-104.

- HAREVEN, Tamara, “Le jeu de la norme et de la subjectivité dans étapes de la vie : la construction sociale et culturelle des parcours de vie et son evolution au XXe siècle”, *De l’usage des seuils, structures par âges et âges de la vie* (A. Bideau, P. Bourdelais, J. Légaré eds.), Paris, cahier de la Société de Démographie Historique, 2001, pp. 271-288.
- HENDERSON, John, “Charity and Welfare in Early Modern Tuscany”, *Health care and poor Relief in counter reformation Europe*, (Ole Peter Grell, Andrew Cunningham & Jon Arrizabalaga eds.), Routledge, London/New York, 1999, pp. 55-84.
- _____, “Introduction”, *Poor Women and Children in the European Past*, Routledge, London and New York, 1994, pp. 1-28.
- HESPANHA, António Manuel, *As vésperas do LEVIATHAN: instituições e poder político em Portugal (século XVII)*, Lisboa, Almedina, 1994.
- _____, “A nobreza nos tratados jurídicos do século XVI a XVIII”, *Penélope*, n° 12 – 1993, pp. 27-42.
- _____, “As faces de uma «revolução»”, *Penélope*, n°9/10, 1993, pp. 7-16.
- HINDLE, Steve, *On the parish? The Micro-Politics of Poor Relief in Rural England (1550-1750)*, Oxford, Oxford University Press, 2009.
- _____, “Not by bread only? Common right, parish relief and endowed charity in a forest economy (c. 1600-1800)”, *The poor in England (1700-1850): an economy of makeshifts*, Manchester, Manchester University Press, 2003, pp. 39-75.
- História Religiosa de Portugal* (Carlos Moreira Azevedo dir.), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, maxime pp. 163-169.
- HOLLEN-LEES, Lynn, *The solidarities of strangers: the English poor laws and the people: 1700-1948*, Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

- HUFTON, Olwen, *The poor of eighteenth France (1750-1789)*, Oxford, Oxford University Press, 1974.
- HUZEL, James, *The popularization of Malthus in early nineteenth century England: Martineau, Cobbett and the pauper press*, s.l., Ashgate, 2006.
- ___, “Malthus, the poor law, and population in early nineteenth century England”, *The Economic History Review*, New Series, Volume 22, Issue 3 (Dec., 1969), 430-452.
- INNES, Joanna, “The ‘Mixed Economy of Welfare’ in Early Modern England: Assessments of the Options from Hale to Malthus (c.1683-1803)”, *Charity, Self-interest and Welfare in the English Past*, (Martin J. Daunton (ed.)), London, Routledge, 1996, pp. 139-180.
- JARDIM, Maria Dina, *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal – Século XVIII. Subsídios para a sua História*, Funchal, Centro de Estudos do Atlântico, 1996.
- JOHANSEN, Hans Christian, “Never married women in town and country in eighteenth century Denmark”, *Poor women and children in the European past*, (John Henderson & Richard Wall Eds.), London, Routledge, 1994, pp. 196-206.
- JONES, Colin, “The Construction of the Hospital Patient in Early Modern France”, *Institutions of confinement: hospitals, asylums, and prisons in Western Europe and North America, 1500-1950*, Norbert Finzsch, Robert Jütte, New York, Cambridge University Press, 1996, pp. 55-74.
- JORDAN, Wilbur K., *Philanthropy in England (1480-1660)*, London, Allen and Unwin, 1959.
- JUSTINO, David, “Crises e decadência da economia cerealífera alentejana no século XVIII: contribuição para o seu estudo a partir da análise

- das séries de preços regionais do trigo e da cevada (1682, 1820) ”, *Revista de História Económica e Social*, nº 7, Janeiro-Junho de 1981, pp. 30-51.
- JÜTTE, Robert, Health Care provision and poor relief in early modern hanseatic towns: Hamburg, Bremen and Lubeck”, *Health care and poor relief in protestant Europe (1500-1700)*, London and New York, Routledge, s.d., pp.108-128.
- ___, *Poverty and Deviance in Early Modern Europe*, 2nd ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1996.
- KELLE, Udo, “Sociological explanations between micro and macro and the integration of qualitative and quantitative methods”, *Qualitative social research*, vol. 2, 2001. URL: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/966/2109>.
- KING, Steven, *Poverty and welfare in England (1700-1850): a regional perspective*, Manchester, Manchester University Press, 2000.
- ___, “Pauvreté et assistance, la politique locale de la mortalité dans l’Angleterre des XVIIIe et XIX siècles”, *Annales HSS*, janvier-février 2006, pp. 31-62.
- KING, Steven, Tomkins, Alannah, “Introduction”, *The poor in England (1700-1850): an economy of makeshifts*, Steven King; Alannah Tomkins, (eds.), Manchester, Manchester University Press, 2003, pp. 1-38.
- LANZA, Janine Marie, *From wives to widows in early modern Paris*, London, Ashgate, 2007.
- LASLETT, Peter “Family, kinship and collectivity as systems of support in pre-industrial Europe: a consideration of the ‘nuclear-hardship’ hypothesis”, *Continuity and Change*, nº3, 1988, pp. 153-175.
- ___, “Characteristics of the western family considered over time”, *Journal of Family History*, 2, 1977, pp. 89-115.

- ____, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- LIBERATO, Marco, “Trento, a Mulher e Controlo Social: o Recolhimento de S. Manços”, *Igreja Caridade e Assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, Laurinda Abreu (ed.), Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UE, 2004, pp. 274-289.
- LINDEMANN, Mary, *Medicina y Sociedad en la Europa Moderna (1500-1800)*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 2001.
- LIS, Catharina, *Social Change and the laboring poor (Antwerp 1770/1860)*, New Haven, Yale University Press, 1986.
- LIS, Catharina Soly, Hugo, “Neighbourhood social Change in west European cities (sixteenth to nineteenth centuries)”, *International Review of Social History*, 38, 1993, pp. 1-30.
- ____, SOLY, Hugo, *Pobreza y capitalismo en la Europa preindustrial (1350-1850)*, Madrid, AKAL, 1985.
- LOPES, Luís Seabra, “Sistemas legais de medidas de pesos e capacidade do Condado Portucalense ao século XVI”, *Portvgalia*, nova série, vol. XXIV, 2003, pp. 113-164.
- LOPES, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna. Guia de Estudo e Investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- ____, “O Socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais do Antigo Regime”, *A Infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI/XIX)* (Marta Lobo de Araújo/Fátima Moura Ferreira orgs.), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 97-110.
- ____, “Imagens de pobreza envergonhada em Coimbra nos séculos XVII e XVIII: análise de dois róis da Misericórdia”, *Homenagem da Misericórdia de Coimbra a Armando Carneiro da Silva (1912-1992)* Maria José Azevedo Santos (coord.), Coimbra,

- Palimage/Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2003, pp. 93-123.
- _____, *Pobreza, assistência e controlo Social: Coimbra 1750-1850*, 2 vols., Viseu, Palimage, 2000.
- _____, “Pobreza, asistencia y politica social em Portugal en los siglos XIX e XX: perspectivas historiográficas”, *Ayer*, 25, 1997, pp. 211-240.
- _____, *Espaços e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- _____, “Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1869)”. *Revista Portuguesa de História*, 1984, pp. 119-176.
- LYNCH, Katherine, *Individuals, Families, and Communities in Europe, 1200-1800. The urban foundations of the Western Society*, Cambridge-New York, Cambridge University Press, 2003.
- LUCKIN, Bill, “Towards a Social History of Institutionalization”, *Social History*, vol. 8, nº 1 (Jan., 1983), pp. 87-94.
- MACKINNON, Mary, “Poor Law Policy and the Crusade against Outrelief”, *The Journal of Economic History*, vol. 47, nº 3 (Sep. 1987), pp. 603-625.
- MAGALHÃES, António, “Crianças pobres e doentes”, *A Infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI/XIX)* (Marta Lobo de Araújo/Fátima Moura Ferreira orgs.), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, pp. 111-133.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve económico – 1600/1773*, Lisboa, Estampa, 1993.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero; Coelho, Maria Helena da Cruz, *O poder concelhio das origens às cortes constituintes*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986.

- MALTHUS, Thomas, *An essay on the principle of the population*, London, St. Paul's Church-Yard, 1798. [Edição electrónica disponível em <http://www.esp.org>, acedida em 25 de Agosto de 2012].
- MARCHINI, Antoine, "Poverty, the life cycle of the household and female life course in eighteenth-century Corsica", *Poor Women and Children in the European Past*, Routledge, London and New York, 1994, pp. 225-250.
- MARSHALL, Dorothy, *The English poor law in the eighteen century*, London, Methuen, 1927.
- MARTZ, Linda, *Poverty and Welfare in Habsburg Spain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
- MAUSS, Marcel, Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés primitives, originalmente publicado em *l'Année Sociologique, seconde série, 1923-1924*. http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/2_essai_sur_le_don/essai_sur_le_don.html. Acedido em 28 de Agosto de 2012.
- MAYER, Karl, "Whose lives? How History, societies, and institutions define and shape life courses", *Research in human development*, 1 (3), 2004, pp. 161-187.
- MOLLAT, Michel, *Les Pauvres au Moyen Âge*, Paris, Hachette, 1978.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes: A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.
- _____, "Sistemas familiares", *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 250-256.
- _____, "Notas sobre a nobreza, fidalguia e titulares nos finais do antigo Regime", *Ler História*, nº 10, 1986, pp. 15-51., "Elites locais e

- mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime”, *Análise social*, vol. XXXII, 1997, pp. 335-368.
- MORAIS, Maria da Graça, “Dos expostos da Roda do hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806-1830)”, *Almansor*, 1987, nº5, pp. 45-88.
- MORSE, Janice; CHUNG, Seung “Toward holism: the significance of methodological pluralism”, *International journal of qualitative methods*, vol. 2, nº 3, 2003, pp. 13-20.
- MURTEIRA, *Análise exploratória de dados*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993.
- MURTEIRA, Bento; BLACK, George, *Estatística Descritiva*, Lisboa, McGraw-Hill, 1983.
- MYLES, John F., “Institutionalization and sick role identification among the elderly”, *American Sociological Review*, vol. 43, nº4 (Aug., 1978), pp. 508-521.
- NORBERG, Kathryn, *Rich and poor in Grenoble, 1600-1814*, Berkeley, 1985.
- OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar, 2001.
- OLIVEIRA, António de, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras, 2002.
- ___, “A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra no contexto das instituições congéneres”, *Memórias da Misericórdia de Coimbra – Documentação & Arte*, Coimbra, 2000.
- ___, “Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900”, *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 1, nº 1, 1995, pp. 259-307.
- ___, *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580 – 1640)*, Lisboa, Difel, 1991.

- _____, “Joaquim Veríssimo Serrão. Uma estimativa da população portuguesa em 1640”, *Revista Portuguesa de História*, 1975, pp. 494-505.
- _____, “Coimbra de 1537 a 1640”, *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XLVIII, 1972.
- OPPERMANN, Martin, “Triangulation: a methodological discussion”, *International Journal of Tourism research*, vol. 2, nº 2, pp. 141-145.
- OTTAWAY, Susan, Williams, Samantha, “Reconstructing the life-cycle experience of poverty in the time of the old poor law”, *Archives*, 23, 1998, pp. 19-29.
- PAIVA, José Pedro, “O Episcopado e a assistência em Portugal na Época Moderna (séculos XVI-XVII)”, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, CIDEHUS/Colibri, 2004, pp. 167-196.
- PALMER, Richard, “Ad una Sancta Perfettione: Health Care and Poor relief in the Republic of Venice in the era of the Counter-Reformation”, *Health care and poor Relief in counter reformation Europe*, (Ole Peter Grell, Andrew Cunningham & Jon Arrizabalaga eds.), Routledge, London/New York, 1999, pp. 85-98.
- PARDAL, Rute, “O sistema creditício na Misericórdia de Évora em Finais do Antigo Regime”, *Callipole*, nº 18, 2010, pp. 27-36.
- _____, “A Assistência praticada pela Misericórdia de Montemor-o-Novo na segunda metade do século XVII através da análise dos seus movimentos económicos”, *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: História e Património*, Montemor-o-Novo, Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo, Tribuna, 2008, pp. 79-98.
- _____, *As elites ao temo da dominação Filipina*, Lisboa, Colibri/CIDEHUS-UÉ, 2007.

- PARK, Katharine, “Healing the Poor: Hospitals and Medical Assistance in Renaissance Florence”, *Medicine and Charity Before the Welfare State*, Jonathan Barry & Colin Jones (eds.), London, Routledge, 2003.
- PARKER, Charles H. – *The reformation of community. Social welfare and Calvinist charity in Holland, 1572-1620*, Cambridge, Cambridge Press, 1998, pp. 1–19.
- PAUL, Jim, “Between Method triangulation, *The international Journal of organizational Analysis*, vol. 4, n° 2, pp. 135-153.
- PAULA, Glória de Santana, *Lagos (1745-1792): dinâmicas económicas e elites do poder*, Lisboa, Estar, 2001.
- PEDREIRA, Jorge, *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780/1830)*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 71-72.
- PEREIRA, Maria das Dores Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Universidade do Minho (dissertação de mestrado policopiada), 2003.
- PÉREZ DE MOREDA, Vicente, *Las Crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1980.
- PERRY, Mary Elizabeth, “Lost women”, *Crime and society in early modern Seville*, capt. 10. <http://libro.uca.edu/perry/seville.htm>. Consultado em 16 de Junho de 2012.
- PFISTER, Christian , “Fluctuations climatiques et prix céréalières en Europe du XVIe au XXe siècle”, *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 43e année, n°1 (Janv.-Fév., 1988), pp. 25-53.
- PINTO, Pedro Ramos, “Social capital as a capacity for collective action”, *Assessing social capital: concept, policy, practice*, Rosalind Edwards, Jane Franklin and Janet Holland (eds.), Newcastle, 2006, pp. 53-69.

- POLÓNIA, Amélia, “A actuação assistencial do Cardeal Infante D. Henrique. Linhas de um modelo de intervenção pastoral”, *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, CIDEHUS/Colibri, 2004, pp. 135-154.
- PORTES, Alejandro, “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, problemas e práticas*, nº 33, Setembro de 2000, pp. 133-158.
- PULLAN, Brian, *Rich and poor in Renaissance Venice: the social institutions of a catholic state*, Cambridge, 1971.
- PUTNAM, Robert, *Bowling alone: the collapse and revival of the American community*, New York, Simon & Schuster, 2000.
- RASMUSSEN, Thomas H., “Not in My Backyard: The Politics of Siting Prisons, Landfills, and Incinerators”, *State & Local Government Review*, Vol. 24, No. 3 (Autumn, 1992), pp. 128-134.
- RAU, Virgínia, “Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI: resultados e problemas de métodos”, *Do tempo e da História*, Lisboa, Tomo I, 1965, pp. 7-46.
- REIS, Jaime, “New estimates of of Portugal’s GDP per capita: (1580-1850), oral presentation in Portuguese economic history workshop, ICS, University of Lisbon, 2011, p. 21. Disponível em: http://www.peh-workshop.ics.ul.pt/papers/papers_2011_07.pdf)).
- REIS, Maria de Fátima, *As crianças expostas em Santarém em Meados do Antigo regime (1691-1701). Elementos sociais e demográficos*, Lisboa, Cosmos, 2001.
- RIIS, Thomas, “Poverty and urban development in early modern Europe (15th-18th/19th centuries): a general view”, *Aspects of poverty in early modern Europe* (Thomas Riis (ed.), s.l., Europaiches Hochschulinstitut, 1981, pp. 1-28.

- RIBEIRO, António Magalhães, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana de Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, (tese de doutoramento policopiada), Braga, Universidade do Minho, 2009.
- RIBEIRO, Orlando, Évora. “Sítio, origem, evolução e funções de uma cidade”, *Estudos em homenagem a Mariano Feio*, Soeiro de Brito (coord.), Lisboa, 1986, pp. 371-390.
- _____, “Portugal”, *Geografía de España y Portugal*, vol. V, Barcelona, 1954.
- RICCI, Giovanni, “Naissance du pauvre honteux: entre l'histoire des idées et l'histoire sociale”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 38e année, n° 1, 1983, pp. 158-177.
- ROCHA, Maria Manuela, “Actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)”, *Análise Social*, vol. XXXI, 1996 (2º-3º), pp. 579-598.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, “As estruturas populacionais”, *História de Portugal* (José Mattoso dir.), Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 197-241.
- _____, *Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica*. Elaborado no âmbito do projecto História da população portuguesa. Das grandes permanências à conquista da modernidade, working paper: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/working-papers/populacao-e-prospectiva/portugal-nos-seculos-xvi-e-xvii.-vicissitudes-da-dinamica-demografica>
- ROWLAND, Robert, “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questão para uma investigação comparada”, *Ler História*, 3, 1984, pp. 13-32.
- ROWNTREE, Benjamin, *Poverty: a study of town life*, London, Longmans, Green and Co, 1902.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahía (1550-1755)*, tradução de Sérgio Duarte,

Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981 [edição original de 1968].

SÁ, Isabel dos Guimarães “O trabalho”, *História económica de Portugal (1700-2000)*, vol. 1, O Século XVIII, (Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva orgs.), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 93-121.

___, “Estatuto Social e Discriminação: Formas de Selecção de Agentes e Receptores de Caridade nas Misericórdias Portuguesas ao Longo do Antigo Regime”, *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho, Braga, 2002, pp. 303-334.

___, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Livros Horizonte, 2001.

___, “Pobreza”, *Dicionário de História religiosa de Portugal* (Carlos Moreira de Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de leitores, 2001, pp. 456-461.

___, “A reorganização da caridade em Portugal no contexto europeu (1490-1600: Misericórdias, caridade e pobreza em Portugal no período moderno”, *Cadernos do Noroeste*, vol. II, nº 2, Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Minho, 1998, pp. 31-63.

___, “As Misericórdias”, Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dir.), *História da expansão portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 1, p. 360-368.

___, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

___, *A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

- SANTOS, Maria José Moutinho, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Lisboa, Afrontamento, 1999.
- _____, “Perspectivas sobre a situação da mulher no século XVIII”, *Revista de História*, Porto, nº 4, 1981, pp. 35-48.
- SANTOS, Rui, *Sociogénese do Latifundismo Moderno: Mercados, Crises e Mudança Social na Região de Évora, Séculos XVII a XIX*, Lisboa, Banco de Portugal, 2003.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Misericórdia de Lisboa: quinhentos anos de história*, Livros Horizonte, 1998.
- _____, *Um instrumento português de solidariedade social no século XVI: o compromisso da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações s.d..
- _____, “Uma estimativa da população de Portugal em 1640”, *Memórias da Academia de ciências de Lisboa – classe de letras*, Lisboa, t. XVI, 1975, pp. 213-303.
- SERRÃO, Joel, “Décima”, *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Figueirinhas, s.d., pp. 274-275.
- SERRÃO, José Vicente “A agricultura”, *História económica de Portugal (1700-2000)*, vol. 1, O Século XVIII, (Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva orgs.), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 145-175.
- _____, “O quadro económico”, *História de Portugal*, vol. IV. Ed. Estampa, 1998, pp. 67-107.
- SILBERT, Albert, *Le Portugal Méditerranée à la fin de l’Ancien Régime*, vol. 2, Lisboa, INIC, 1978.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu termo (1580 – 1640). Os homens, as instituições e o poder, documentos para a História do Porto*, XLVI, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1988.

- SILVA, Mário José Costa da, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho – espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)*, Montemor-o-Velho, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1999.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Território e Poder: nas origens do Estado contemporâneo em Portugal*, Cascais, Patrimonia, 1997.
- SILVESTRE, António Luís, *Análise de dados: estatística descritiva*, Lisboa, Vulgata, 2000.
- SIMPLÍCIO, Maria Domingas, “Évora: origem e evolução de uma cidade medieval”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, Iª série, vol. XIX, Porto, 2003, pp. 365-372.
- SLACK, Paul, *The English poor law, 1531-1782*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- _____, *Poverty and Policy in Tudor and Stuart England*, London-New York, Longman, 1988.
- _____, *Early Stuart Salisbury*, London, Devizes, 1975.
- SNELL, Keith, *Parish and belonging, community, identity, and welfare in England and Wales (1700-1950)*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- _____, *Annals of the Labouring poor: Social change and agrarian England, (1660/1900)*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- SOLY, Hugo, “Continuity and change: attitudes towards poor relief and health care in early modern Antwerp”, Ole Peter Grell, Andrew Cunningham (eds.), *Health Care and Poor Relief in Protestant Europe 1500-1700*, London and New York, Routledge, s.d., pp. 84-107.
- SOKOLL, Thomas, “The household position of elderly widows in poverty: evidence from the English communities in the late eighteenth and early nineteenth centuries”, *Poor women and children in the*

- European past*, (John Henderson & Richard Wall Eds.), London, Routledge, 1994, pp. 207-224.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito Editores, 1999.
- SPIERENBURG, Pieter “Social control and history: an introduction”, *Social Control in Europe*, vol. I, Herman Roodenburg, Pieter Spierenburg (eds.), Columbus, Ohio State University Press, 2004, pp. 1-22.
- SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820/1823)*, (dissertação de mestrado policopiada) Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986.
- TODD, Jick, “Mixing qualitative and quantitative methods: triangulation in action”, *Administrative science quarterly*, vol. 24, 1979, pp. 602-610.
- TOMKINS, Alannah, King, Steven (eds.), *The poor in England....ver:*
KING, STEVEN.
- TOMKINS, Alannah, “Pawnbroking, and the survival strategies of the urban poor in 1770s York”, *The poor in England (1700-1850): an economy of makeshifts*, Manchester, Manchester University Press, 2003, pp. 166-198.
- THOMPSON, Edward, *The making of the English working class*, New York, Pantheon Books, 1964.
- VAN LEEUWEN, Marco “Logic of Charity: Poor relief in Preindustrial Europe”, *Journal of Interdisciplinary History*, vol. 24, n° 4 (Spring, 1994), pp. 589-613.
- ___, “Surviving with a Little Help: the importance of charity to the poor of Amsterdam 1800-1850 in a comparative perspective”. *Social History* 18, 1993, pp. 319-338.

- ___, VAN LEEUWEN, FABER, J. A., “Les assistés catholiques d'Amsterdam, 1750-1850: un exemple d'application particulière de la méthode de reconstitution des familles”. *Annales de Démographie Historique*, 1991, pp. 239-253.
- VAQUINHAS, Nelson, da comunicação ao sistema de informação: o Santo Ofício e o Algarve (1700/1750), Lisboa, Colibri/CIDEHUS, 2010.
- VAZ, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Celta, 1998.
- VIAZZO, Pier Paolo, “Family structures and the early phase in the individual life cycle: a southern European perspective”, *Poor women and children in the European past*, (John Henderson & Richard Wall Eds.), London, Routledge, 1994, pp. 31-50.
- WALES, Tim, “Poverty, poor relief and the life-cycle: some evidence from seventeenth-century Norfolk”, *Land, Kinship and Life-Cycle*, (Richard M. Smith Ed.), Cambridge, Cambridge University Press, 1984, pp. 351-404.
- WEBB, Simon; WEBB, Beatrice, “The old poor law”, *English poor law history*, part 1, London, Green, 1927.
- WHITE, James; KLEIN, David, *Family theories*, London, Sage Publications, 2002.
- WILLIAMS, Samantha, “Earnings, Poor Relief and the Economy of Makeshifts: Bedfordshire in the early years of the New Poor Law”, *Rural History*, 16: 1, 2005, pp. 21-52.
- WOOLCOCK, Michael “Managing risk, shocks, and opportunity in developing economies: the role of social capital”, *Dimensions of development*, New Haven, 2000, pp. 197-212.
- WOOLF, Stuart, *The Poor in Western Europe in the Eighteenth and Nineteenth Centuries*, London/New York, Methuen, 1986.

- _____, “Charité, pauvreté et structure des ménages à Florence au début du XIX^e siècle” *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n° 2 (Mar.-Avr., 1984), pp. 355-382.
- WRIGHTSON, Keith, “The politics of the parish in early modern England”, *The experience of authority in early modern England*, P. Griffiths, A. Fox, S. Hindle (eds.), London, Macmillan, 1996, pp. 10-46.
- SHELLEKENS, Jona, “Poverty and family size in two eighteenth-century Dutch villages”, *Continuity and Change*, vol. 10, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 199-214.
- SCHOFIELD, Wrigley E. A. R. S., *The population history of England 1541-1871: a reconstruction*, Cambridge University Press (2^a ed.), 1989.
- SHEPARD, A., “Poverty, labour and the language of social description in early modern England”, *Past and Present*, 201 (1), 2008, pp. 51-95.
- SHEPHERD, Gordon, “Income, domestic economy and the distribution of poverty amongst labouring families in the parish of Cardington, Bedfordshire, in the 1780s and 1850s”, *Family & Community History*, vol. 13/2, November, 2010, pp. 128-143.
- SOLAR, Peter, “Poor relief and English economic development before the Industrial Revolution”, *Economic History Review*, n° 48, 1995, pp. 1-22.
- SUNDIN, Jan, Willner, Sam, *Social change and health in Sweden: 250 years of politics and practice*, Stockholm, Swedish National Institute of Public Health 2007.
- SZRETER, Simon, “The state of social capital: bringing back in power, politics, and history”, *Theory and Society*, n° 31, pp. 573-621.
- TALEB, Nassim Nicholas, *The black swan: the impact of highly improbable*, New York, Random House, 2007.

TENGARRINHA, José, “La historiografía portuguesa en los últimos veinte años”, *Ayer*, nº 26, 1997, pp. 19-63.

Recursos electrónicos: Mapa de Portugal – Instituto Geográfico Português:
<http://www.igeo.pt/atlas/Mapas.html>.

Mapa do Alentejo – Atlas histórico digital do Alentejo:
http://www.cidehus.uevora.pt/index_bdados.htm.

Tese apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia,
através de bolsa de investigação com a referência: SFRH /
BD / 22774 / 2005.



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia



Contactos:
Universidade de Évora
Instituto de Investigação e Formação Avançada - IIFA
Palácio do Vimioso | Largo Marquês de Marialva, Apart. 94
7002-554 Évora | Portugal
Tel: (+351) 266 706 581
Fax: (+351) 266 744 677
email: iifa@uevora.pt